

70

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)



Horizontes Antropológicos

Antropologia do desenvolvimento

2024

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora: Marcia Barbosa

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Coordenador: Handerson Joseph

Editor-Chefe

Ruben George Oliven

Editor Executivo

Arlei Sander Damo

Editores

Cristiana Bastos

Jean Segata

Apoio editorial

Cristiane Miglioranza – Assistente de Comunicação

Leonardo Teixeira Leites – Assistente Editorial

Rosemeri Nunes Feijó – Assistente Executiva

Conselho Editorial

Alejandro Frigerio – Universidad Católica Argentina (Argentina)

Alejandro Grimson – Universidad Nacional de San Martín (Argentina)

Carlos Alberto Steil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Christian Bromberger – Université d'Aix-Marseille (França)

Claudia Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Claudio Lomnitz – Columbia University (Estados Unidos)

Cornelia Eckert – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Daniel Miller – University College London (Reino Unido)

Enzo Pace – Università degli Studi di Padova (Itália)

Gustavo Lins Ribeiro – Universidad Autónoma Metropolitana (México)

Joan Pujadas – Universitat Rovira i Virgili (Catalunha, Espanha)

João Biehl – Princeton University (Estados Unidos)

João Leal – Universidade Nova de Lisboa (Portugal)

Lília Schwarcz – Universidade de São Paulo (Brasil)

Manuela Carneiro da Cunha – University of Chicago (Estados Unidos)

Marc Abélès – École des Hautes Études en Sciences Sociales (França)

Maria Filomena Gregori – Universidade Estadual de Campinas (Brasil)

Mariza Peirano – Universidade de Brasília (Brasil)

Michael Herzfeld – Harvard University (Estados Unidos)

Miriam Pillar Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Néstor García Canclini – Universidad Autónoma Mexicana (México)

Otávio Velho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paula Montero – Universidade de São Paulo (Brasil)

Pedro Ignácio Schmitz – Instituto Anchietano de Pesquisas (Brasil)

Sergio Visacovsky – Instituto de Desarrollo Económico y Social (Argentina)

Setha Low – City University of New York (Estados Unidos)

Sherry Ortner – University of California Los Angeles (Estados Unidos)

Sonnia Romero – Universidad de la República (Uruguai)

Tim Ingold – University of Aberdeen (Escócia, Reino Unido)

Linha Editorial

Horizontes Antropológicos (Qualis A1) é um periódico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Seus números são temáticos, abertos à pluralidade de interpretações e de abordagens que possam interessar à antropologia e áreas afins. Além de artigos alinhados à temática principal de cada número, *Horizontes Antropológicos* traz a seção Espaço Aberto, dedicada a entrevistas e artigos de excelência escritos por pesquisadoras/es com reconhecimento internacional entre seus pares e que colaboram com a revista, preferencialmente, a convite dos editores. Todos os artigos submetidos devem ser originais/inéditos, não podendo ter sido enviados simultaneamente a outra publicação ou órgão editorial. Como norma geral, os trabalhos submetidos são apresentados para avaliação prévia dos editores e dos organizadores de cada número temático. Os pré-selecionados são submetidos a pareceristas externos.



ano 30
número 70
setembro/dezembro 2024

ISSN 0104-7183
ISSN 1806-9983 (on-line)

Horizontes Antropológicos

70 | Antropologia do desenvolvimento

número organizado por

Guilherme F. W. Radomsky

Pablo Quintero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Alberto Arce

Wageningen University & Research – Países Baixos

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ano 30, n. 70, set./dez. 2024



Expediente:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500, Prédio 43111, Sala 116
91509-900 – Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3308-6625
E-mail: horizontes@ufrgs.br
Site: <https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>

Capa:

Projeto gráfico: Carla Luzzatto

Desenvolvimento gráfico: Fabíola de Carvalho

Ilustração: Tomate Coletivo. Pintura mural, Celendín (Cajamarca), Peru, 2014. Foto: Adriana Paredes Peñañel.

Projeto gráfico do miolo, revisão e editoração eletrônica: Trema Assessoria Editorial

Este número é publicado com o suporte financeiro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFRGS

Catálogo: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades / UFRGS

Bibliotecário: Maycke Young de Lima – CRB 10/1920

Horizontes Antropológicos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. – Vol. 1, n. 1 (1995)-. – Porto Alegre : UFRGS. IFCH, 2009. – Quadrimestral. Continua: Cadernos de Antropologia. – ISSN 0104-7183 (impresso), ISSN 1806-9983 (on-line).

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.*

Horizontes Antropológicos está indexada em:

1FINDR
BASE – Bielefeld Academic Search Engine
DOAJ – Directory of Open Access Journals
Google Scholar
IBSS – International Bibliography of the Social Sciences
LAPTOC – Latin American Periodical Tables of Content
LatinRev – Red Latinoamericana de Revistas Académicas
en Ciencias Sociales y Humanidades da FLACSO
OJS – SEER
OpenEdition

Portal LivRe
ProQuest Social Science Journals via IBSS
Redalyc
Researching Brazil
ROAD
SciELO – Scientific Electronic Library Online
SCIMAGO – Web of Science
SCOPUS
SHERPA ROMEO
Social Compass via IBSS

Signatory of



Sumário | Summary

Ensaio sobre o Tema | Essay on the Theme

- e700201 Antropologia do desenvolvimento: balanço histórico, problemas e perspectivas
Anthropology of development: historical review, problems and perspectives
Guilherme F. W. Radomsky; Pablo Quintero

Artigos | Articles

- e700401 Programas de desenvolvimento como mercadorias e dispositivos de concorrência: aproximações a partir de um caso australiano em Timor-Leste
Development programs as commodities and competitive tools: approaches from an Australian case in Timor-Leste
Ana Carolina R. Oliveira; Kelly Cristiane da Silva
- e700402 La hegemonía de la infraestructura. Ambiente, desarrollo y las grietas del consenso en la Provincia de Córdoba, Argentina
The hegemony of infrastructure. Environment, development and the consensus gaps in the Province of Cordoba, Argentina
Adrián Koberwein

- e700403 *Água e desenvolvimento: análise de dispositivos governamentais brasileiros para a gestão dos recursos hídricos*
Water and development: analysis of Brazilian governmental devices for the management of water resources
Natália Morais Gaspar
- e700404 *Cuadros para verdura y rastrojos en el campo: estilos diferentes pero articulados de producción agrícola en la Quebrada de Humahuaca, noroeste argentino*
Cuadros para verdura and rastrojos en el campo: different but articulated styles of agricultural production in Quebrada de Humahuaca, Northwest Argentina
Jorge Luis Cladera
- e700405 *Desenvolvimento e geocopolítica da energia: uma antropologia da transição energética e dos confrontos por hegemonia no sistema interestatal*
Development discourse and geocopolitics of energy: an anthropology of the energy transition and hegemonic struggles in the interstate system
Andrey Cordeiro Ferreira
- e700406 *Um desastre licenciado em nome do progresso e do desenvolvimento: um estudo do lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, Santa Catarina, Brasil*
A disaster licensed in the name of progress and development: a study of the oil lake in the Quilombola Community Ilhotinha, Santa Catarina, Brazil
Andréia Gimenes Amaro; Viviane Kraieski de Assunção

- e700407 (Re)existência quilombola diante de políticas de desenvolvimento: as lutas na comunidade Anastácia, em Viamão (RS)
Quilombola (re)existence in the face of development policies: the struggles in the Anastácia community, in Viamão (RS)
Eleandra Raquel da Silva Koch; Lorena Cândido Fleury;
Marília Luz David
- e700408 Música e desenvolvimento, da tradição à inclusão social: um estudo de caso com a Banda Filarmônica Minerva em Morro do Chapéu (BA)
Music and development, from tradition to social inclusion: a case study with the Minerva Philharmonic Band in Morro do Chapéu (BA)
Paula Bessa Braz
- e700409 Del “fuera de lugar” a los territorios excéntricos: coyotes y relacionamientos multiespecie en San Gerardo de Oreamuno, Costa Rica
From “out of place” to eccentric territories: Coyotes and multispecies relationships in San Gerardo de Oreamuno, Costa Rica
Luis M. Barboza-Arias; Flávia Charão-Marques
- e700410 Antropologia do desenvolvimento em tempos de mudança: discursos, intervenções e territórios em disputa
The anthropology of development in a changing world: discourses, interventions, and contested territories
Alberto Arce

Espaço Aberto | Open Space

e700601 Covid longa, a pandemia que não terminou

e700602 Long COVID, the unending pandemic

Jean Segata; Ilana Löwy

Antropologia do desenvolvimento: balanço histórico, problemas e perspectivas

Anthropology of development: historical review, problems and perspectives

Guilherme F. W. Radomsky¹

<https://orcid.org/0000-0002-3756-4286>

guilherme.radomsky@ufrgs.br

Pablo Quintero¹

<https://orcid.org/0000-0003-4111-9895>

pablo.quintero@ufrgs.br

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

O ensaio tem como objetivo introduzir o campo da antropologia do desenvolvimento, considerando suas trajetórias, assim como as complexas relações entre a antropologia e os processos de desenvolvimento. Para tal fim, busca reconstruir, sinteticamente, alguns dos episódios das relações históricas entre antropologia e desenvolvimento, atendendo a seus primeiros vínculos na forma da antropologia aplicada e posteriormente de antropologia para o desenvolvimento, até a antropologia do desenvolvimento e o campo maior dos estudos críticos do desenvolvimento. Nosso propósito também consiste em mostrar, sucintamente, as formas pelas quais a antropologia tem contribuído para a compreensão da produção do desenvolvimento, incluindo as formas de promoção de mudanças sociais e de diversos tipos de intervenções, especialmente no contexto das relações entre agências internacionais, Estados, políticas públicas e práticas sociais.

Palavras-chave: antropologia; desenvolvimento; globalização; modernidade.

Abstract

The essay introduces the field of development anthropology, considering its trajectories, as well as the complex relationships between anthropology and development processes. To this purpose, the essay reconstructs, synthetically, some of the episodes of the historical relations between anthropology and development, taking into account its first appearances linked to the applied anthropology and later as anthropology for development, then to the anthropology of development and the larger field of critical development studies. Our analysis also shows the ways in which anthropology has contributed to the understanding of the production of development, including the ways of promoting social changes and different types of interventions, especially in the context of relations between international agencies, states, policies and social practices.

Keywords: anthropology; development; globalization; modernity.

Introdução

A relação entre antropologia e desenvolvimento tem sua origem nas primeiras experimentações da chamada *antropologia aplicada* entre os anos 1930 e 1950, e nos modos como profissionais da antropologia se posicionaram e atuaram nos marcos das administrações coloniais e das dinâmicas geopolíticas pós-coloniais. O desenvolvimento era conceitualizado pela antropologia, em linhas gerais, como processo de mudança ou de transformação social (Malinowski, 1945; Redfield, 1953) ao qual comunidades tradicionais do Terceiro Mundo eram expostas, propositadamente ou não. Nessa época, a preocupação residia nas alterações nos seus modos de vida. Tais processos geraram um debate importante e vigoroso, respondendo, por uma parte, a demandas de instrumentalização do conhecimento etnológico, e, por outra, a fortes críticas internas sobre a natureza especial da antropologia para conhecer outros mundos culturais evitando intervenções sobre os mesmos (Albert, 2022). Mas foi particularmente na metade do século XX, quando os chamados processos de industrialização, urbanização e modernização – e as independências nacionais do período – tomaram a cena, que parte dos profissionais da antropologia entenderam que a disciplina precisaria compreender mais especificamente não tanto culturas em separado, mas as interações, relações e conflitos sociais decorrentes dessas amplas transformações envolvendo a hegemonia da modernidade ocidental (Ferguson, 2005).

Em parte, pode-se dizer que a onda modernizadora (com o corolário acadêmico nas teorias da modernização) também teve sua relevância na área com autores como George Foster (1962), provavelmente responsável por fazer com que houvesse uma certa adesão ao ideário desenvolvimentista e modernista de inspiração weberiana. Nesse contexto, por exemplo, países latino-americanos, caracterizados por grandes contingentes de populações indígenas, testemunharam o papel crescente de antropólogos para compreender mudanças sociais ou “facilitar” o desenvolvimento (como propôs Cochrane, 1971). Mas, no mesmo movimento histórico, outras perspectivas antropológicas questionaram, desde o começo, os impulsos dados pela antropologia aos processos de modernização e sua relação direta com políticas coloniais e pós-coloniais. Autores como Peter Worsley (1957) e Georges Balandier (1963), de influência marxista, exploraram criticamente os resultados locais dessa “modernização” e dos processos de transformação social derivados dela, assim como as respostas locais a tais mudanças.

Nesse marco, começou a se estabelecer nas ciências sociais uma contraposição às teorias da modernização, e, como consequência direta, uma perspectiva crítica sobre o desenvolvimento, em boa medida impulsionada pela teoria da dependência e a forte marca que esta teve no debate intelectual mundial desde a década de 1960. Sendo uma das poucas criações intelectuais latino-americanas com projeção mundial, a teoria da dependência criou a possibilidade de pensar criticamente no desenvolvimento como um processo global de relações internacionais e intranacionais caracterizadas por complexas relações de poder que reproduziam, necessariamente, o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo como condição de possibilidade do desenvolvimento daqueles do Primeiro Mundo (Gunder Frank, 1970).

Dessa forma, longe de tratar com unidades isoladas (comunidades locais, países, regiões) localizadas em diversos níveis pseudoevolutivos e que transitariam por um trajeto inevitável e contínuo desde o subdesenvolvimento até o progresso e a modernidade, a teoria da dependência permitiu a consideração das relações de dominação e exploração social em áreas mais amplas. Certamente a fundamentação dessa perspectiva era a economia política marxista, mas que entretanto pretendia também refletir sobre a “cultura” e a “dependência” dos processos de subjetivação social no Terceiro Mundo. O impacto global da teoria da dependência se articulou, inclusive, de forma heterogênea, com modelos antropológicos como os estudos sobre áreas culturais (Steward, 1955) e a chamada antropologia das civilizações (Ribeiro, 1968). Ambas as abordagens diferiam entre si, mas convergiam em destacar o caráter histórico das sociedades humanas pensadas em termos de desenvolvimento, seja nos contatos interétnicos, na tecnologia e nas chamadas forças produtivas, ou nos processos de interdependência nas formações sociais. Esse marco também permitiu o questionamento da tradição econômica liberal, denotando, por uma parte, que o desenvolvimento propugnado não era mais do que o desenvolvimento do capitalismo (colonial) e suas desigualdades (Amel, 2020; Amin, 1974; Bambirra, 1974; Rodney, 1972), e, por outra, que o que se desenvolve não são os países, mas o sistema-mundo moderno (Wallerstein, 1996).

Com importantes exceções (por exemplo Fernandes, 1968; Nash, 1979; Worsley, 1971), os estudos do desenvolvimento baseados na teoria da dependência enfrentaram diversos problemas heurísticos tanto na explicação global da apropriação geral de excedentes pelo desenvolvimento capitalista quanto na

análise pormenorizada dos processos locais das formações sociais do Terceiro Mundo, sobretudo no que respeita às dinâmicas de diferenciação e hierarquização social para além das classes. Da mesma forma, os estudos da teoria da dependência, ou inspirados nela, naturalizavam os principais correlatos do desenvolvimento e do progresso, e, em consequência, da própria modernidade.¹

Precisamente por isso, em décadas posteriores, a crítica ao desenvolvimento desde as ciências sociais procurou transcender o questionamento de modelos de desenvolvimento, passando a analisar o desenvolvimento em si mesmo. Nesse sentido e do ponto de vista específico da antropologia do desenvolvimento, a grande produtividade da área foi aparecer de fato mais adiante, quando, entre o final dos anos 1970 e os anos 1990, abordagens críticas se tornaram mais presentes no campo. Aqui podemos testemunhar tal transformação na esteira da especial confluência entre as influências do período marcado pelo neomarxismo, da participação crescente do pensamento pós-colonial nas ciências humanas e da relevância fundamental de Michel Foucault e do pós-estruturalismo para a área (Escobar, 1995; Ferguson, 1994). Confluências de perspectivas que, no entanto, não estão isentas de tensões que se mantêm até a atualidade.

Desde esse marco, nosso objetivo neste ensaio é reconstruir, sinteticamente, alguns dos episódios das relações históricas entre antropologia e desenvolvimento, atendendo a seus primeiros vínculos na forma da *antropologia aplicada* e posteriormente de *antropologia para o desenvolvimento*, até a *antropologia do desenvolvimento* e o campo maior dos *estudos críticos do desenvolvimento*. Esperamos mostrar sucintamente como a antropologia tem contribuído para a compreensão da produção do desenvolvimento, das formas de promoção de mudança social e de intervenção, especialmente no seio das relações entre agências internacionais, Estados, políticas públicas e práticas sociais.

Iniciamos o ensaio com alguns elementos de história e conceituação do desenvolvimento, passando para uma análise do que pode se denominar de arqueologia e discurso do desenvolvimento. O problema da ajuda e da cooperação internacional é examinado na seção seguinte e, então, traçamos um breve panorama da antropologia do desenvolvimento feita no Brasil. Nessa mesma seção é tecido um balanço geral sobre o desenvolvimento e a antropologia.

1 Para revisões atuais e pormenorizadas da teoria da dependência e suas diversas vertentes podem ser consultados, entre outros trabalhos, os de Katz (2020), Luce (2018) e Wasserman (2017).

Historicizando e conceituando o desenvolvimento

A partir de uma perspectiva crítica, os processos de desenvolvimento estão associados ao controle sobre a vida, sobre recursos e sobre a mudança social. Quanto a este último ponto, trata-se de reconhecer que desenvolvimento não pode ser entendido em termos de mero progresso (embora possa se relacionar com o termo, sobretudo ideologicamente) e tampouco simplesmente de mudança social. Desenvolvimento implica mudança social planejada, administrada e organizada para determinados fins. Supõe intrinsecamente que a mudança deva estar orientada numa certa direção, intensificando certos processos em termos de complexidade e geralmente conduzida por atores que apelam para domínio intelectual ou político dessa mudança.² Uma notável observação de Cowen e Shenton (1996) coloca bem os termos do problema. Para os autores, se até o século XIX a história das sociedades conhecidas mostrava períodos de maior ou menor intensidade da pobreza, problemas de escassez, desigualdade ou fome, foi somente naquele século que em alguns lugares do Ocidente apareceu a ideia de um sistemático enfrentamento desses vários problemas com políticas públicas.

Aqui, certamente, a divisão geopolítica entre Ocidente e não Ocidente é mais que relevante. Já nos séculos XVII e XVIII podem ser registrados debates filosóficos e sociais acerca de estágios ou níveis de avanço civilizacional. Ainda sem o aparecimento de categorias como evolução ou a própria acepção contemporânea de desenvolvimento, as populações mundiais foram classificadas através de diversas teorizações que consideravam graus de complexidade ou progresso social. Noções sobre formas de organização social, economia e propriedade eram colocadas como parâmetros para essa classificação, evidentemente baseada numa concepção unilinear do tempo histórico. Longe de ser uma invenção da antropologia evolucionista do final do século XIX e começos do século XX, as teorias de hierarquização da população mundial são bem mais antigas do que isso, e se articularam com projetos coloniais/imperiais também anteriores.³

2 Sobre as questões etimológicas envolvendo o vocábulo “desenvolvimento” e sua história social, consultar as investigações de Esteve (1992), Rist (2008) e Williams (2000).

3 A antropologia tem sido historicamente reprodutora dessas narrativas, mas, como bem demonstram Fabian (2013), Hymes (1974) ou Trouillot (1991), ela mesma é também produto desse movimento histórico, e não o contrário.

Os modelos de colonização e expansão imperial foram amplamente justificados através das narrativas do dever civilizador da Europa para com os povos colonizados (Césaire, 2006). A administração colonial de territórios ultramar implicava necessariamente um processo de amparo, pretendidamente benéfico, para aquelas populações supostamente sem propriedade, sem mercado, sem Estado e sem história.

Assim, progresso era ainda visto como um processo imanente, uma espécie de curso da história em direção a uma forma mais avançada de vida coletiva. Na avaliação de Thomas (2000), esse progresso se tornou agressivamente transformador da vida social – particularmente a referência do autor é a Revolução Industrial e suas consequências – e emerge então uma maneira de reconstruir a ordem social e evitar dramáticos fenômenos como o desemprego ou a pobreza em massa. Foi assim aventada a ideia de desenvolvimento enquanto algo intencional e planejado que poderia resolver tais problemas (Cowen; Shenton, 1996; Thomas, 2000).⁴ Precisamente por isso, essa empresa moderna se articulou prontamente com alguns dos projetos da época fundacional das ciências sociais, particularmente a sociologia e a antropologia, nas quais boa parte das pesquisas sociais se projetavam para dar conta de “problemas” das sociedades ocidentais e não ocidentais (Cooper; Packard, 1997). Tais problemas não se limitavam às atribuições geradas pela desigualdade e violência, pelo contrário, em alguns casos estavam definidos pela necessidade de controle populacional e de manutenção do sistema, tanto no Ocidente como fora dele.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, já com a solidificação das ciências sociais, assistimos a um processo de transformação global semelhante ao acontecido durante a segunda metade do século XIX, mas nesse caso no que diz respeito a organizações multilaterais e agências internacionais: Escobar (1995) sustentou que justamente nesse momento vemos o surgimento do desenvolvimento propriamente dito, em escala internacional com instituições especializadas e profissionais do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento realmente como um aparato para organizar a mudança numa determinada direção e com uma forma específica de reconstrução da ordem mundial, especialmente

4 Para o debate contemporâneo sobre as relações entre desenvolvimento enquanto processo imane-
nente ou como ação planejada, ver Lewis (2019). Uma análise de caso é realizada em Radomsky
(2023).

no Ocidente capitalista. Vale lembrar que dois fatores geopolíticos foram fundamentais nesse processo, a saber: a consolidação definitiva dos Estados Unidos como potência hegemônica global e o começo da Guerra Fria, ambos os fenômenos resultantes da Segunda Guerra Mundial.

Até aqui não estabelecemos com clareza o conceito de desenvolvimento que nos parece adequado. Ao longo da história dos estudos de desenvolvimento inúmeras conceptualizações foram inventariadas e não caberá aqui retomar tais conceptualizações. Não obstante, duas formas de pensar o problema nos parecem relevantes. Rist (2008, p. 13, tradução nossa) observa que:

“[o] Desenvolvimento” consiste de um conjunto de práticas, às vezes aparecendo em conflito uma com outra, que requer – para a reprodução da sociedade – a transformação geral e a destruição do ambiente natural e das relações sociais. Seu objetivo é aumentar a produção de mercadorias (bens e serviços) direcionadas, pelo mecanismo da troca, para demanda efetiva.

Para Rist, se pode dizer que o desenvolvimento é destruidor e está associado expressivamente ao capitalismo, embora não se confunda com ele. Por essa razão, oferecemos aqui uma orientação que procura ser mais ampla sobre desenvolvimento e que se inscreve tanto num processo de intervenção numa sociedade como numa ótica histórica que recupera uma longa trajetória inextrincável dele: a colonialidade.

Desta maneira, o desenvolvimento representa um domínio ou campo de pensamento e ação, de tipo escalar, que se desenvolve tanto em nível global como local, constituído por: a) uma episteme generalizada que administra seus discursos e representações (re)produzindo as diretrizes da modernidade/colonialidade no âmbito da subjetividade; b) uma práxis sistemática (não sistêmica) que codifica suas práticas interventoras nas sociedades que se supõe serem subdesenvolvidas. Assim, o desenvolvimento inscreve uma lógica epistêmica e uma lógica operacional mediante as quais funciona precisamente como um sistema estrutural de discursos e práticas (Quintero, 2015, p. 158, tradução nossa).

A tentativa de definição anterior procura ser um ponto de partida que integre as dinâmicas subjetivas e materiais do desenvolvimento, ao mesmo tempo que

contextualiza sua natureza multiescalar e histórica. Não obstante, qualquer definição do desenvolvimento é necessariamente parcial e precisa ser contrastada com a atuação concreta dos discursos e práticas coproduzidos nos processos de desenvolvimento. Lembrando que as condições materiais de existências e os processos de subjetivação social conformam uma totalidade social, necessariamente heterogênea, mas que só pode ser dividida em dimensões diferentes como método de abstração analítica, nunca como expressão homóloga à realidade de cada processo.⁵

A arqueologia e o discurso do desenvolvimento

Entre as décadas de 1980 e 1990, a antropologia do desenvolvimento experimentou um período de extraordinária produtividade, conforme evidenciado por uma série de trabalhos e coletâneas de grande relevância internacional (Crush, 1995; Escobar, 1995; Ferguson, 1994; Hobart, 1993; Olivier de Sardan, 1995). Na esteira dessas antropologias críticas do desenvolvimento, monografias e estudos que articularam antropologia, etnografia e história demonstraram a fecundidade do período que, pode-se dizer, permitiu uma visão mais ampla sobre problemas da implementação de políticas de desenvolvimento em diferentes partes do mundo (Li, 2007; Mosse, 2005; Ribeiro, 1999).

Michel Foucault é um autor de referência nesse momento, isso acontecendo em alguma medida pela ampla circulação que tiveram as obras mais importantes de James Ferguson (1994) e Arturo Escobar (1995). Realizadas ainda nos anos 1980 em contextos e universidades diferentes, não resta dúvida que as visitas, cada vez mais frequentes, do filósofo francês aos Estados Unidos tiveram papel central. Arturo Escobar trabalhava com Paul Rabinow – um dos interlocutores de Foucault em solo norte-americano – na Califórnia, enquanto Ferguson desenvolvia sua tese de doutorado em Harvard, pesquisando no Lesoto. O primeiro se dedicou a uma ampla investigação sobre a arqueologia do desenvolvimento no pós-guerra e sua construção em organizações e Estados (especialmente a Colômbia, no caso) e programas localizados – que situaram justamente a construção do

5 Sobre essa categorização do desenvolvimento, pode-se explorar Quintero (2014, 2015, 2017).

terceiro-mundismo e do subdesenvolvimento como resultado (de governo, no sentido dado por Foucault). Por outro lado, Ferguson, com trabalho mais etnográfico, desenhou sua perspectiva ao favorecer a análise do que o desenvolvimento produz (não o que ele deixa de realizar) e ao estipular que, como uma máquina antipolítica, o dispositivo do desenvolvimento é fator crucial para burocratizar e fortalecer os Estados e tecnificar os programas de intervenção, despolitizando debates públicos e oportunizando a manutenção da estrutura do poder e da desigualdade.

Eram conclusões avassaladoras para uma matriz de pensamento que vinha ainda de um período que confiava nas grandes metanarrativas de construção de um mundo justo, organizado e civilizado e no qual o desenvolvimentismo era mais um dentre os modos de vislumbrar um futuro de emancipação. Ao completar cerca de 50 anos de programas internacionais de desenvolvimento, na virada do século, a crença era paulatinamente mais frágil a respeito de que esse discurso associado a suas práticas poderia de fato gerar mudanças positivas. Mesmo assim, o desenvolvimento não viria a morrer nas mentalidades e nos hábitos, como destacaremos adiante.

Foi também no período que demarca a passagem dos anos 1980 para os 1990 que os chamados estudos pós-coloniais, em suas diferentes vertentes, ganharam notoriedade internacionalmente. Foi notavelmente o trabalho de Edward Said (1990), não por acaso inspirado em autores como Michel Foucault e Raymond Williams, que reaproximaria esses debates, reatualizando algumas discussões de décadas anteriores para pensar na produção ocidental de discursos sobre as sociedades não ocidentais. O orientalismo enquanto literatura e área acadêmica era produto do pensamento ocidental e formou representações significativas sobre a vida e os hábitos cotidianos das pessoas do Oriente Médio. Na perspectiva de Said, tais discursos produzidos em contexto coloniais empregavam, entre outros elementos, a missão civilizatória de Ocidente, o que fazia possível explorar comparativamente continuidades e rupturas dessas formações discursivas em contextos coloniais e pós-coloniais. Não demorou muito para profissionais da antropologia sentirem-se animados pelas propostas de Said e colocarem os processos de desenvolvimento e modernização como objetos de pesquisa, mas dessa vez com a questão colonial como chave analítica (Coronil, 2002; Kapoor, 2008; McEwan, 2009); o próprio Escobar (1995) já explicitava esta relação entre colonialismo e desenvolvimento (retomando o problema em diferentes momentos, por exemplo, em Escobar, 2003, 2008).

Evidentemente Said não inventou a crítica anticolonial – e de fato rechaçou sempre o epíteto de pós-colonial –; muito pelo contrário, a oposição ao colonialismo é tão antiga quanto o próprio colonialismo e tem importantes representantes que registraram suas críticas em tratados de diversos tipos pelo menos desde o século XVI. Mas é no século XX onde deve ser registrada a ressonância de autores como José Martí, José Carlos Mariátegui, Aimé Césaire e Frantz Fanon,⁶ que posteriormente seriam retomados pelos chamados pós-coloniais na década de 1980. Para além dos debates acadêmicos, os processos de descolonização formal da África e Ásia, que se encerrariam quase totalmente no final da década de 1970 com as independências de Angola e Timor Leste em 1975 e do Djibouti em 1977, marcaram também um ponto de inflexão fundamental. Que tipo de modelo econômico e político deveriam construir as novas repúblicas? Como desvincular-se das heranças e continuidades coloniais? Deveriam procurar pelo (seu) desenvolvimento?

As três vertentes contemporâneas da crítica anticolonial das décadas de 1980 e 1990 (pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade) se depararam com esses debates e tiveram uma grande influência nos estudos críticos do desenvolvimento. Em algumas oportunidades representantes dessas correntes participaram diretamente nos debates críticos do desenvolvimento, como são os casos de Gayatri Chakravorty Spivak (1999), Valentin-Yves Mudimbe (2013) e Aníbal Quijano (1989, 2000). A articulação das tendências anticoloniais com a antropologia do desenvolvimento teve dois impactos fundamentais. Em primeiro lugar, a necessidade de incluir as relações étnico-raciais e os processos de diferenciação social, especialmente de gênero (Adams; Pigg, 2005; Lang; Mokrani, 2010; Visvanathan, 1997), no âmbito das análises dos processos de desenvolvimento, especificando e particularizando as populações que são objeto desses processos, e considerando as dinâmicas intranacionais, às vezes retomando a categoria de colonialismo interno (González Casanova, 1969; Stavenhagen, 1969). O segundo impacto central foi o de considerar o desenvolvimento como engrenagem de um conjunto maior de sistemas econômicos e socioculturais ligados ao colonialismo global, e não uma ideia/força independente; assim, em alguns casos, as análises fizeram uma ênfase maior no capitalismo, em outras, na modernidade.

6 Dos dois últimos, sobretudo Césaire (2006) e Fanon (1969).

A partir dessa onda de debates e proposições, caso corresponda à crise do capitalismo global desde meados dos anos 1970, ao fracasso de programas desenvolvimentistas e às experiências neoliberais seguintes, não parece ser fora de propósito que alguém tenha escrito que era tempo de marcar o obituário do desenvolvimento (Sachs, 1992). Como antes mencionado, as críticas vinham sendo avassaladoras, e com os debates sobre a conquista da América e a manutenção da colonialidade por meio de programas de desenvolvimento isso ainda se intensificou. Entretanto, esse parece ser um daqueles casos mostrados por Gilbert Rist (2008): certos ideários estão acima de ideologias políticas e é muito difícil se livrar deles. Diz ainda o autor que existem ideias tão impregnadas que se tornam alvo de práticas de salvação, e o desenvolvimento parece ser também um desses casos, já que é sempre mais fácil mostrar que um único projeto fracassou, e que um novo pode ter sucesso, do que afirmar que nada resta do ideário do desenvolvimento.

Dentre as paisagens a respeito da crise do desenvolvimentismo, pode-se destacar também as abordagens que procuraram articular problemas globais com pesquisas de campo, feitas desde a antropologia. Nessa situação decisiva de tensões acerca da continuidade ou não dos modelos de desenvolvimento, o que se denominou de pós-desenvolvimento foi fundamental enquanto crítica tanto política como acadêmica (Escobar, 2005): um conjunto muito variado de ações e tendências focadas em enfrentar os programas de desenvolvimento com dinâmicas e tendências extremamente diversas, mas que são possíveis de analisar em muitos contextos locais (Rahnema, 1997).⁷ Já em Escobar (1995) ficou claro que a ideia de imaginar uma era pós-desenvolvimento consistia em considerar a possibilidade de existência de um mundo não mais guiado unicamente pela narrativa do desenvolvimento. Portanto, caberia observar e aprender também com práticas ou iniciativas alternativas ao desenvolvimento ou à modernidade (Escobar, 2008). Essa tendência teve aportes fundamentais para a antropologia do desenvolvimento, porém foi muito menos relevante nos processos locais, possivelmente por dar muita ênfase às formações discursivas, deixando de lado

7 Seria possível destacar diversos estudos e análises do pós-desenvolvimento. Indicamos a síntese de Escobar (2005) e a coletânea de Rahnema e Bawtree (1997). Rist (2008) também aborda o tema no final de sua obra.

as relações e condições materiais de existência das populações locais (como é o caso da coletânea de Crush, 1995).

Se em 1992 Wolfgang Sachs, entre outros, escreveu que era o tempo de marcar o obituário do desenvolvimento, 25 anos depois o autor mostrou quão ingênuo foram aqueles que decretaram a morte do desenvolvimento, como ele próprio (Sachs, 2017). As análises mais recentes parecem procurar perceber que os “enterros prematuros” de ideologias podem ser superados em pouco tempo (Ziai, 2015). Mesmo assim não restam dúvidas de como os processos de desenvolvimento pelo menos se alteraram profundamente nesse período. Neste sentido, a plasticidade, a grande capacidade adaptação e, inclusive, a mutabilidade das narrativas e dos programas de desenvolvimento parecem ser uma de suas características mais notáveis.

Certamente, um exame da virada para o novo século mostra que se reordenaram de tal forma as iniciativas em torno do desenvolvimento que novos léxicos apareceram. Tal foi o caso mesmo das propostas neodesenvolvimentistas dos anos 2000, já mostrando uma releitura do desenvolvimento para um momento de economia global e abertura de mercados, ainda que com mais inserção estatal, e foi também o que passou a se denominar de neoextrativismo (Gudynas, 2016; Silva Santisteban, 2017). Aqui cabe um ponto de destaque decisivo. As economias latino-americanas foram impulsionadas com novas formas de participação do Estado nos processos de desenvolvimento, embora sem se perder a oportunidade nos mercados globais e incentivo a grandes empresas, e com intensivo apelo aos usos da “natureza”. Isso aponta para transformações globais que marcam um período muito recente e que também experimentaram relativo declínio com crises da economia mundial. Cabe notar que o desenvolvimento tem sido um dos substantivos de uso global que mais tem recebido adjetivos com a finalidade de particularizá-lo: desenvolvimento nacional, sustentável, autônomo, endógeno, ecológico, étnico, regional, local, humano, etc. (Quintero, 2015).

Entretanto, se é possível falar de constelações de poder e de uma máquina do desenvolvimento para explicar um sistema de efeitos colossais, por outro lado, esses processos de desenvolvimento podem ser apropriados, reterritorializados nas práticas situadas de uma diversidade de atores. Não por acaso que é mais compreensível perceber a sobrevivência do desenvolvimento sob esse prisma, pois ele agencia pessoas e coisas, cria desejos, promete realizações e articula afetos muito particulares (Blanco, 2022; DeVries, 2007). Queremos afirmar que,

no âmbito das relações entre processos globais e locais, as práticas dos atores pareciam ainda mostrar o fôlego do discurso do desenvolvimento, embora as colorações, traduções, reinvenções (Perrot, 2008) e combinações que davam forma aos lugares demonstram negociações intensas (Beck, 2017) e interfaces de poder (Long, 2001). É para o entendimento dessas complexas relações que a antropologia social tem muito a oferecer, especialmente com a etnografia. Claro que aqui estamos também num terreno que acompanha a teoria social contemporânea em direção à atenção às práticas, à reflexividade e à agência.

Outro campo de investigação recente, e distinto do anterior, é o que trava ainda diálogos com os trabalhos pós-estruturalistas, mas articula conceitos tais como biopolítica, vida nua, sacrifício e estado de exceção trabalhados por Giorgio Agamben e também por Achille Mbembe. Problemáticas que evocam novamente mecanismos de dominação e soberania, atualizando problemas antigos como poder e violência, no caso de Mbembe (2019) para questões raciais, colonialismo, terror e políticas de morte como centrais. A obra de Agamben (2002, 2004), por seu turno, aponta para um regime distinto de investigação genealógica da modernidade (com forte interação com estudos linguísticos, teológicos e do direito) e, pode-se dizer, o autor acaba por gerar debates que auxiliam a renovar o campo do desenvolvimento e das conformações do Estado (Gupta, 2012; Parfitt, 2009; Radomsky, 2015; Sylvester, 2006).

Ajuda, cooperação internacional e ações de cunho humanitário

Os problemas do desenvolvimento adquirem peculiaridades quando examinados do ângulo da cooperação internacional, haja vista a magnitude que esta assumiu para promover mudanças sociais em larga escala desde os anos 1950 e 1960. É claro que a cooperação internacional para o desenvolvimento foi estudada por diversas áreas de conhecimento e abordagens para além da antropologia. Contudo, interessa particularmente os modos pelos quais a antropologia ofereceu ferramentas teóricas e metodológicas específicas para tal fim.

Não será possível recorrer a uma ampla digressão sobre o tema, bastante documentado, mas cabe registrar que é preciso ver o problema do ângulo de como processos de transformação associados a fluxos e circulação globais operam em

conjunto com ideias, símbolos, mensagens e formas de conhecimento legítimo. Conforme estudou Olivier de Sardan ao longo de sua trajetória (por exemplo Olivier de Sardan, 1995) o desenvolvimento geralmente transplanta saberes de uns lugares a outros, particularmente conhecimento técnico vinculado a setores específicos tais como ciências agrárias, economia, planejamento e administração – tema também elaborado por Ferguson (1994). Mas, apesar disso, ou seja, do seu conteúdo de poder e eventual violência, a força dos atos que são formadores e mantenedores de doações, a cooperação ou a ajuda humanitária podem, inversamente, apelar expressivamente para a dádiva, a prestação e mesmo a gratidão do beneficiário de aceitar a ajuda (Silva, 2008), e não raro em países que recebem ajuda de muitos outros isso se dissemina junto a formas de construção do Estado e fluxos de capital (Silva, 2012).

Nas relações Norte-Sul,⁸ a magnitude da doação para projetos de cooperação internacional é significativa, e, como parte dessa literatura também já é amplamente conhecida na antropologia social, vale uma menção para os trabalhos de David Mosse. Uma das novidades de sua abordagem (Mosse, 2005) é sustentar que os projetos são situacionais e instáveis, e dificilmente se pode concluir que uma iniciativa é bem ou malsucedida, pois o tempo de vida do projeto é um operador-chave. Em sua etnografia na Índia, o autor compreendeu que o programa em operação envolvendo agricultores como beneficiários teve muitos momentos, desde períodos iniciais em que os eventos transcorriam de modo a manter a iniciativa como potencialmente bem-sucedida, passando por um ápice de adesão de atores até um determinado ponto do tempo, em que problemas apareceram e foi inevitável mostrar a perda da força, os dilemas de incoerências e o que se pode dizer como o insucesso, pelo menos nessa etapa final.

A proposta de Mosse (2005) é performativa e focada em práticas, pois os projetos e programas devem construir imagens representativas de sucesso, sendo isso fundamental (embora aberto sempre a fracasso) para a adesão dos atores em questão. Particularmente para empenhar doadores de recursos isso é crucial. Assim, e de forma diferente dos trabalhos inspirados em Foucault (Álvarez Leguizamón, 2008; Escobar, 1995; Stein, 2000), para Mosse a representação

8 A importância que assumiu nas últimas décadas a cooperação com relações entre países do hemisfério sul do globo é notável, e alguns trabalhos mostram as mudanças ocorridas (Cesarino, 2012; Mawdsley, 2012).

sobre um programa depende de um contínuo esforço em torno da construção e reconstrução de sua imagem, e os atores envolvidos diretamente são os principais responsáveis por configurar e manter essa imagem, e não uma longínqua organização de atuação global. É nesse âmbito que quadros de entendimento se formam e tendem a constituir uma espécie de comunidade que interpreta a iniciativa de uma certa maneira no momento (Mosse, 2005). Essa sustentação é difícil de manter porque podem aparecer diversos problemas ao longo do tempo. Num certo sentido, se pode compreender que a comunidade envolvida (doadores, técnicos, beneficiários) é interpelada a depositar sua confiança no sucesso do programa, mesmo que isso esteja mais nas expectativas do que na realidade.⁹

A etnografia de Vianna (2014) no Brasil tem pontos de contato com o exposto acima. A autora mostrou de que maneira gestores de programas e projetos elaboram estratégias para justificar sua própria importância e o modo como ferramentas técnicas de gestão contribuem para tal, apelando para simplificações do mundo social, construção de metas realistas e matrizes de entendimento das mudanças sociais que facilitam quais objetivos precisam ser alcançados. Isso se forja em algumas situações estabelecendo traduções de projetos já antes realizados em outros lugares de maneira que suas metas nos locais de replicação possam ser mais facilmente atingidas, o que novamente sugere a força das apropriações locais e dos mediadores que transladam e reorganizam os mesmos projetos.

Esses modos de fazer antropologia do desenvolvimento podem ser contextualizados em movimentos mais amplos que, sem perder o horizonte escalar dos processos de desenvolvimento, tentam compreender as tramas dos programas de desenvolvimento partindo do local e abrindo espaço para os diversos modos pelos quais os planos desenvolvimentistas são contestados. Isso implica uma gama diversa de resultados econômicos e socioculturais que não podem ser lidos somente por meio da categoria de resistência. Sem dúvida a resistência ao desenvolvimento é uma das dinâmicas mais estendidas (e analisadas) nos estudos sobre redes e processos de desenvolvimento, mas as capacidades

9 Mosse e Lewis (2006) elaboram constructos analíticos para estudos etnográficos sobre programas de desenvolvimento, especialmente em torno da teoria ator-rede (ver também Donovan, 2014).

de agências sociais locais que acontecem na prática não se limitam a esse corolário. Em certa medida, essas antropologias do desenvolvimento (Castelnuovo, 2015; Dahl; Rabo, 1992; Mitchell, 2002; Palenzuela, 2011) se articulam com debates mais abrangentes interessados nas dinâmicas de localização contextual dos sistemas globais (a modernidade, o capitalismo), procurando as modalidades segundo as quais ideias e práticas desenhadas no Ocidente são “provincializadas” localmente.

Em paralelo às organizações que se dedicaram aos programas e projetos de desenvolvimento desde meados do século passado, diferentes entidades se organizaram em torno da ajuda humanitária. Envolvendo Estados, organizações nacionais ou transnacionais, o humanitarismo também foi uma face desse processo, porém com modos específicos de atuação focada no sofrimento social e em regiões marcadas por traumas, catástrofes ou guerras. Moralidade e sentimentos como parte de uma forma de intervenção no social é o modo como Fassin (2012) elabora a análise do problema que nas últimas décadas do século XX se tornou ainda mais expressivo, com crescente apelo para empatia, compaixão, assistência e responsabilidade sobre os outros que sofrem. Curiosamente, mostra o autor, é também analisando os problemas que isso evoca que se entendem as consequências políticas da razão humanitária, em seus termos, particularmente as substituições que passam a se mostrar no cenário: ao longo do tempo parece que se testemunha menos luta contra injustiça e mais empatia pelo sofrimento dos outros, e exclusão toma o lugar do clássico tema da desigualdade. Também paulatinamente, alívio à pobreza e às condições quaisquer de sofrimento são o que importa, portanto as similaridades com o campo do desenvolvimento e o gradual abandono da esperança por grandes transformações sociais não são coincidência.

Esse campo durante muito tempo foi também marcado pela significativa atuação de entidades que institucionalizavam os problemas: Estado e organizações. Tal como os trabalhos anteriormente citados, humanitarismo como ação própria de organizações burocráticas era o tipo de intervenção verdadeiramente disseminado. Recentemente, trabalhos etnográficos mostram que há uma nova face surpreendente desse processo, com importante ativismo do que se pode chamar de voluntarismo humanitário não ligado a organizações (Fechter, 2023; Fengjiang, 2023). Nesses estudos, aparecem críticas antropológicas propiciadas pelas etnografias, tais como o rechaço à orientação

universalista do humanitarismo liderado pelos países do Norte. Formas locais e que se orientam por distintas influências (históricas, religiosas) emergem e ambos os trabalhos antes citados se voltam a ações humanitárias na Ásia. Fechter (2023) mostra o quanto formas cotidianas de auxiliar os outros se fundamentam em um tipo escala de atingir alguém (às vezes uma pessoa, no singular; ou pelo menos poucas): ajudar um indivíduo específico, alguém que possa ter um alívio de sofrimento, e na crença de que ele possa no futuro ajudar outros. Embora a autora situe o tema no âmbito de programas que podem ser entendidos como operando para o desenvolvimento, sua informalidade e o modo em que cada doador procura ajudar numa escala pessoal, de valorizar cada ação individual como algo que dê satisfação ao doador, faz a antropóloga entender que ao focar pessoas comuns auxiliando outras isso se afasta das noções mais comuns do campo (em geral, desenvolvimento é algo organizado por entidades profissionais ou o Estado). Já Fengjiang (2023), ao estudar catástrofes e desastres na China, observa como se estruturam formas alternativas (não ocidentais) de humanitarismo, com genealogias distintas da liberal e cristã. Seu trabalho mostra também a adesão a causas que se mostram emergenciais, em que grupos se constituem com extrema rapidez para resolver situações críticas.

O que se destaca dessa discussão é a relevância que têm assumido ações que parecem mostrar desconfiança das organizações burocráticas e dos grandes programas, o que a aproxima das vicissitudes do desenvolvimento. Ações de escala local e foco em pessoas; problemas específicos de sofrimento (refugiados ou pessoas em situação de fome, por exemplo); iniciativas da sociedade civil e orientação para lidar com desastres ambientais são alguns dos novos modos que parecem estar em curso.

As antropologias do desenvolvimento realizadas no Brasil

Não há nada de polêmico ao se afirmar que a antropologia do desenvolvimento não é precisamente a subárea da antropologia seguida por mais profissionais da antropologia feita no Brasil. Por diversos motivos, relacionados a própria história da antropologia brasileira, o desenvolvimento tem estado presente de forma parcial, mas não por isso têm sido menos importantes os aportes da

antropologia brasileira nesse campo.¹⁰ Sem poder esgotar esses assuntos, e nos limites deste ensaio, gostaríamos de apontar, sucintamente, alguns dos aportes, linhas de pesquisa e autoras(es) que têm sido relevantes nos estudos antropológicos sobre o desenvolvimento.

É fundamental destacar que a questão do desenvolvimento é uma temática antiga na antropologia brasileira e se remonta diretamente às obras de Darcy Ribeiro (1968), especialmente a sua série “antropologia da civilização”, começada na década de 1960, e que, formada por cinco livros, tinha como objetivo central analisar o desenvolvimento desigual da América Latina, mas com ênfase especial no Brasil. Seguindo uma versão particularmente *sui generis*, tanto do marxismo quanto da antropologia neoevolucionista, Ribeiro desenrolou uma análise de longa duração que utilizava o “desenvolvimento” (técnico-produtivo) como núcleo estruturante dos processos históricos. Apesar das suas interessantes contribuições para a época, Ribeiro contribuiu para naturalizar o desenvolvimento como um tipo de força teleológica. Já no caso dos estudos de corte etnológico que formam parte do seu quinteto de obras, Ribeiro elaborou uma modalidade de *antropologia para o desenvolvimento* pensando na “integração” das sociedades indígenas ao Estado-Nação Brasileiro.

Uma parte da antropologia das sociedades indígenas no Brasil seguiu esses rumos sob diversos matizes críticos e com diferentes adjetivações do desenvolvimento, mas com a prática comum de reduzir as desigualdades das populações indígenas no país, na maioria dos casos durante as décadas de 1960 e 1970 através do mapeamento das relações de contato ou “fricção interétnica” (por exemplo: Almeida, 2001; Cardoso de Oliveira, 1964; Laraia; DaMatta, 1967). Por outro lado, entre as décadas de 1970 e 1980, estudos de antropologia rural em diversos contextos do Brasil também se interessaram por processos de desenvolvimento, conceitualizando essa temática sobretudo como mudança e transformação

10 Porém, vale a pena ressaltar o importante papel que diversos grupos de pesquisa do CNPq têm tido nas última duas décadas dentro dos estudos críticos do desenvolvimento no Brasil, particularmente nas áreas da antropologia e da sociologia e com forte ênfase em problemáticas socioambientais. Cabe destacar aqui o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais, fundado em 2002, o grupo Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, criado em 2003, o Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambientes (GEDMMA) da Universidade Federal do Maranhão, formado em 2005, e o grupo interdisciplinar Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) da Universidade Federal de Juiz de Fora, constituído em 2010.

social, mas também com ênfase nas desigualdades e nas relações de poder em diversas escalas e dimensões (por exemplo: Candido, 1971; Stolcke, 1986; Velho, 1981). Outro tanto poderia ser dito sobre os estudos de antropologia urbana no Brasil, mesmo que encarregados de explorar contextos adjetivados como “desenvolvidos” ou “modernos” em oposição aos “tradicionais”.

Desse modo, é muito difícil desconsiderar a importância dos trabalhos sobre comunidades rurais ou programas de desenvolvimento rural no panorama histórico, assim como sobre grupos indígenas e as relações com a sociedade mais ampla e com processos de intervenção (Verdum, 2006). Sociedades vistas parcialmente ou pouco integradas à sociedade nacional, interpretada com a convivência do atrasado e do moderno, durante muitas décadas foram “objetos de projetos” para melhoria das condições de articulação com os mercados capitalistas, mas a antropologia desde algum tempo incorporou a intenção de autonomia dos povos ao demarcar formas de etnodesenvolvimento enquanto particularmente relevantes (Little, 2002). Essa conceituação em torno do etnodesenvolvimento, entretanto, sempre sofrera com problemas a respeito de que conteúdos culturais modernizantes ainda prevaleciam, especialmente considerando conflitos a respeito de que mudanças eram benéficas, quais não, e como julgar isso. O argumento de que o etnodesenvolvimento ainda se conduzia pelas ideologias do desenvolvimentismo eram difíceis de contrapor. Em face disso que certas tendências podiam fundamentar suas perspectivas em abordagens mais críticas, mormente ao capitalismo (Ribeiro, 1999), como antes expusemos sobre as teorias da dependência.

Nesse último sentido as pesquisas de Gustavo Lins Ribeiro são particularmente relevantes. A obra, que tem origem na sua tese de doutorado sob a orientação de Eric Wolf (Ribeiro, 1999), se caracteriza por colocar em prática uma análise fluída e profunda da construção do projeto binacional de desenvolvimento energético da usina hidroelétrica de Yacyretá (Argentina-Paraguai). O autor explora a longa trajetória de negociações iniciada entre os dois países em 1973, passando pelos diversos momentos e não poucos problemas e polêmicas até seu funcionamento em 1994, colocando o foco nas relações transnacionais e nas dinâmicas dos capitalismos “nacionais” de ambos os países tendo como pano de fundo a questão do desenvolvimento, explorada sobretudo como ideologia. Anos depois o mesmo autor irá propor uma importante categorização do desenvolvimento, conceitualizada como “ideologia/utopia” (Ribeiro, 2008), que

terá ampla ressonância da antropologia do desenvolvimento, especialmente na América Latina. Possivelmente as obras de Ribeiro (1999) constituíram uma certa transição da tematização do desenvolvimento como uma questão subsidiária às análises antropológicas propriamente centradas no exame crítico do desenvolvimento como discurso e prática, articuladas com um cenário, tanto global como regional, marcado por uma crescente rejeição ao desenvolvimento.

Porém, se a rejeição ao desenvolvimentismo não foi forte o suficiente por muito tempo no Brasil, talvez parte de uma agenda desenvolvimentista do país, então não foi sem razão que Carneiro (2012) apontou que num determinado momento recente os trabalhos de Arturo Escobar exerceram grande influência nos meios acadêmicos brasileiros. Pois então os estudos passam paulatinamente a adquirir um contorno de crítica desconstrutiva dos processos de desenvolvimento, mostrando o fracasso das formas de mudança induzida. Se em algumas das tendências anteriores podemos vislumbrar ora mais ora menos capacidade de que a metamorfose do desenvolvimento possa gerar benefícios aos grupos-alvo, na abordagem pós-estruturalista se trata de romper com a linguagem, com a retórica e com a prática de “produzir o desenvolvimento” sem deixar de dialogar com os problemas advindos da área como um desafio antropológico. É claro que nesse período mais recente se multiplicaram as abordagens teóricas mais utilizadas e os problemas tratados (Cesarino, 2014; Lopo, 2016; Paredes Peñafiel; Radomsky, 2021; Teixeira; Zhouiri; Motta, 2021; Zhouiri; Laschefski, 2010).

Outras linhas investigativas presentes na antropologia do desenvolvimento brasileira atual são as que procuraram entender o papel dos projetos das agências nacionais e dos organismos internacionais nas nossas fronteiras (Barroso; Nicaise, 2014; Vianna, 2014) ou de entidades estrangeiras ou brasileiras no exterior (Cesarino, 2012; Silva, 2008). Nessa série de trabalhos profícuos realizados no Brasil é de se destacar que as últimas décadas marcam uma virada relevante e que parece apontar também para vários dos estudos no futuro próximo: as questões ambientais e a emergente discussão sobre o Antropoceno/Capitaloceno, problema que poderia gerar excelentes frutos no país ao explorar a discussão urgente sobre antropologia do futuro (que futuro teremos, como ele é imaginado e o que as pessoas desejam?).

Apesar das pesquisas antes mencionadas, e como já foi sinalizado, parece temerário afirmar que a área da antropologia do desenvolvimento teve forte presença no cenário nacional como outras da antropologia. Entretanto, será

impossível fazer uma incursão nesse complexo problema, porque as razões podem ser variadas, até mesmo o quanto trabalhar com o tema do desenvolvimento parece evocar um tipo de engajamento “para” o desenvolvimento. Espera-se que neste momento da argumentação se entenda que essa visão é bastante simplista das relações entre antropologia e desenvolvimento, embora não falem elementos na história da área que podem sinalizar para isso (veja-se Albert, 2022 para o caso francês; e Díaz-Polanco, 2009 para o caso mexicano). E no que tange aos estudos que se voltam grosso modo ao ambiente, muitos deles se afastam da temática do desenvolvimento propriamente dito (aproximando-se mais de debates com controvérsias da ciência, saúde e epidemias ou de conservação), mas cabe a menção que o momento novo-desenvolvimentista vivido no país recentemente – como antes visto – reorientou a participação do Estado na economia e criou condições para um conjunto de grandes intervenções e obras de infraestrutura, tais como estradas, empreendimentos mineiros, silvicultura, portos e usinas hidrelétricas.

A antropologia do desenvolvimento no Brasil, pode-se afirmar, teve um impulso no mesmo período com uma gama de estudos sobre tais intervenções, e com o declínio da última onda desenvolvimentista/extrativista também se testemunhou a diminuição da produção antropológica da área. Recentemente, certas transformações semânticas têm deslocado a questão do desenvolvimento para outras categorias concomitantes, como o bem-viver, em outros casos a questão do desenvolvimento tem aparecido com novas roupagens em diversas formas de intervenção tanto estatal quanto privada. Como não poderia ser de outra forma, os profissionais das ciências sociais, em geral, e da antropologia, em particular, estão se encarregando de abordar esses assuntos. Porém, só no futuro poderá ser feito um novo balanço histórico sobre as metamorfoses do desenvolvimento e os rumos das suas antropologias.

Referências

- ADAMS, V.; PIGG, S. (ed.). *Sex in development: science, sexuality, and morality in a global perspective*. Durham: Duke University Press, 2005.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBERT, B. Antropologia aplicada ou “antropologia implicada”? Etnografia, minorias e desenvolvimento. *R@U: revista de antropologia da UFSCAR*, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 179-217, 2022.
- ALMEIDA, R. F. T. de. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.
- ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S. *Pobreza y desarrollo en América Latina: el caso de Argentina*. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2008.
- AMEL, M. Colonialism and underdevelopment. In: AMEL, M. *Selected writings of Mahdi Amel*. Leiden: Brill, 2020. p. 15-83.
- AMIN, S. *El desarrollo desigual*. Barcelona: Editorial Fontanella, 1974.
- BALANDIER, G. *Afrique ambiguë*. Paris: Plon, 1963.
- BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1974.
- BARROSO, M. M.; NICAISE, N. Culturas morais e políticas de desenvolvimento na Noruega e na União Europeia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 51-86, jan./jun. 2014.
- BECK, E. *How development projects persist: everyday negotiations with Guatemalan NGOs*. Durham: Duke University Press, 2017.
- BLANCO, G. *A mineradora é a mãe de Araxá?: desenvolvimento e controvérsias em torno da mineração de nióbio em Minas Gerais*. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARNEIRO, M. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.
- CASTELNUOVO, N. *Mujeres Guaraníes y procesos de participación política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2015.
- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre el colonialismo*. Madri: Akal, 2006.

CESARINO, L. Anthropology of development and the challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 507-537, 2012.

CESARINO, L. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 19-50, jan./jun. 2014.

COCHRANE, G. *Development anthropology*. New York: Oxford University Press, 1971.

COOPER, F.; PACKARD, R. Introduction. In: COOPER, F.; PACKARD, R. (ed.). *International development and the social sciences*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 1-41.

CORONIL, F. *El Estado mágico: dinero, naturaleza y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

COWEN, M.; SHENTON, R. *Doctrines of development*. London: Routledge, 1996.

CRUSH, J. (ed.). *Power of development*. Florence: Routledge, 1995.

DAHL, G.; RABO, A. (ed.). *Kam-ap or take-off: local notions of development*. Stockholm: Stockholms Universitet, 1992.

DeVRIES, P. Don't compromise your desire for development! A Lacanian/Deleuzian rethinking of the anti-politics machine. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 25-43, 2007.

DÍAZ-POLANCO, H. *La diversidad cultural y la autonomía en México*. México: Nostra, 2009.

DONOVAN, K. Development as if 'We have never been modern': fragments of a latourian development studies. *Development and Change*, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 869-894, 2014.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación modernidade/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, [s. l.], n. 1, p. 51-86, 2003.

ESCOBAR, A. El postdesarrollo como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17-31.

ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. (ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992. p. 6-25.

FABIAN, J. *O tempo e o outro*. Petrópolis: Vozes, 2013.

FANON, F. *Los condenados de la tierra*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

FASSIN, D. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2012.

FECHTER, A.-M. 'Every person counts': the problem of scale in everyday humanitarianism. *Social Anthropology*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 14-29, 2023.

FENGJIANG, J. The desire to help. Vernacular humanitarian imaginaries in China. *Social Anthropology*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 30-47, 2023.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development," depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. Anthropology and its evil twin: "development" in the constitution of a discipline. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (ed.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism*. Malden: Blackwell, 2005. p. 140-153.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FOSTER, G. *Traditional cultures and the impact of technological change*. New York: Harper, 1962.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. *Sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 1969.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.

GUNDER FRANK, A. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

GUPTA, A. *Red tape: bureaucracy, structural violence, and poverty in India*. Durham: Duke University Press, 2012.

HOBART, M. (ed.). *An anthropological critique of development: the growth of ignorance*. London: Routledge, 1993.

- HYMES, D. The use of anthropology. In: HYMES, D. (ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Vintage Books, 1974. p. 3-79.
- KAPOOR, I. *The postcolonial politics of development*. London: Routledge, 2008.
- KATZ, C. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LANG, M.; MOKRANI, D. (comp.). *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo, 2010.
- LARAIA, R. de B.; DAMATTA, R. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios do médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- LEWIS, D. “Big D” and “little d”: two types of twenty-first century development? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 40, n. 11, p. 1957-1975, 2019.
- LI, T. M. *The will to improve: governmentality, development and practice politics*. Durham: Duke University Press, 2007.
- LITTLE, P. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2002.
- LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.
- LOPO, R. *Um mar (revolto) de oportunidades: desenvolvimento e trabalho através de diferentes escalas da indústria naval na cidade de Rio Grande e balneário Cassino*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- LUCE, M. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MALINOWSKI, B. *The dynamics of culture change*. New Haven: Yale University Press, 1945.
- MAWDSLEY, E. *From recipients to donors: emerging powers and the changing development landscape*. London: Zed Books, 2012.
- MBEMBE, A. *Necropolitics*. Durham: Duke University Press, 2019.
- McEWAN, C. *Postcolonialism and development*. London: Routledge, 2009.
- MITCHELL, T. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

MOSSE, D.; LEWIS, D. Theoretical approaches to brokerage and translation in development. In: LEWIS, D.; MOSSE, D. (ed.). *Development brokers and translators: the ethnography of aid and agencies*. Bloomfield: Kumarian Press, 2006. p. 1-26.

MUDIMBE, V.-Y. *A invenção da África: gnose, filosofia, e a ordem do conhecimento*. Luanda: Pedago: Mullenba, 2013.

NASH, J. *Comemos a las minas y las minas nos comen a nosotros*. Buenos Aires: Antropofagia, 1979.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Anthropologie et developpment: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: APAD: Karthala, 1995.

PALENZUELA, P. Discursos y prácticas del desarrollo en los Andes ecuatorianos: el proyecto PRODECO en Cotopaxi. In: PALENZUELA, P.; OLIVI, A. (ed.). *Etnicidad y desarrollo en los Andes*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2011. p. 53-82.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P.; RADOMSKY, G. F. W. “Água é vida”: política, memória e experiência nos conflitos em torno da mineração em Cajamarca, Peru. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 64, e184476, 2021.

PARFITT, T. Are the Third World poor Homines Sacri? Biopolitics, sovereignty, and development. *Alternatives*, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 41-58, 2009.

PERROT, D. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 219-232, 2008.

QUIJANO, A. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. In: SONNTAG, H. (ed.). *¿Nuevos temas, nuevos contenidos?* Caracas: Nueva Sociedad, 1989. p. 29-51.

QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

QUINTERO, P. Introducción. In: QUINTERO, P. (ed.). *Crisis civilizatoria, desarrollo y buen vivir*. Buenos Aires: Duke University: Ediciones del Signo, 2014. p. 11-25.

QUINTERO, P. *Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Kula, 2015.

QUINTERO, P. Entwicklung und Kolonialität. In: SCHMIDT, L.; SCHRÖDER, S. (Hg.) *Entwicklungstheorien: Klassiker, Kritik und Alternativen*. Wien: Mandelbaum Verlag, 2017. p. 360-382.

RADOMSKY, G. F. W. Biopolítica e desenvolvimento? Foucault e Agamben sobre Estado, governo e violência. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 537-567, 2015.

RADOMSKY, G. F. W. Retrato de uma vida em comunidade: o relato de si ante a duas modalidades de desenvolvimento. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano 21, n. 59, e12946, 2023.

RAHNEMA, M. Towards post-development: searching for signposts, a new language and new paradigms. In: RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997. p. 377-403.

RAHNEMA, M.; BAWTREE, V. (ed.). *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.

REDFIELD, R. *The primitive world and its transformations*. New York: Cornell University Press, 1953.

RIBEIRO, D. *El proceso civilizatorio*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1968.

RIBEIRO, G. L. *Capitalismo transnacional y política hidroenergética en la Argentina: la represa de Yaciretá*. Posadas: Universidad Nacional de Misiones, 1999.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebap*, São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008.

RIST, G. *The history of development: from Western origins to global faith*. London: Zed Books, 2008.

RODNEY, W. *De cómo Europa subdesarrolló a África*. México: Siglo XXI, 1972.

SACHS, W. Introduction. In: SACHS, W. (ed.). *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992. p. 1-5.

SACHS, W. The sustainable development goals and 'Laudato si': varieties of post-development? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 38, n. 12, p. 2573-2587, 2017.

SAID, E. *Orientalismo*. Madrid: Ediciones Libertarias, 1990.

SILVA, K. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-170, 2008.

SILVA, K. Global flows of government practices: development technologies and their effects. *Vibrant*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 70-102, 2012.

SILVA SANTISTEBAN, R. *Mujeres y conflictos ecoterritoriales: impactos, estrategias, resistencias*. Lima: Flora Tristan, 2017.

SPIVAK, G. C. *A critique of postcolonial reason*. Cambridge: Havard University Press, 1999.

STAVENHAGEN, R. *Las clases sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo XXI, 1969.

STEIN, W. *Vicisitudes del discurso del desarrollo en el Perú: una etnografía sobre la modernidad del Proyecto Vicos*. Lima: Casa de Estudios del Socialismo, 2000.

STEWART, J. *Theory of culture change*. Chicago: University of Illinois Press, 1955.

STOLCKE, V. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1960)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SYLVESTER, C. Bare life as a development/postcolonial problematic. *The Geographical Journal*, [s. l.], v. 172, n. 1, p. 66-77, 2006.

TEIXEIRA, R.; ZHOURI, A.; MOTTA, L. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 105, e3610501, 2021.

THOMAS, A. Development as practice in a liberal capitalist world. *Journal of International Development*, [s. l.], n. 12, p. 773-787, 2000.

TROUILLOT, M.-R. Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness. In: FOX, R. (ed.). *Recapturing anthropology*. Santa Fe: School of American Research, 1991. p. 17-44.

VELHO, O. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VERDUM, R. *Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

VIANNA, C. M. Lições em engenharia social: a lógica da matriz de projeto na cooperação internacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 87-115, jan./jun. 2014.

VISVANATHAN, N. (ed.). *The women, gender, and development reader*. London: Zed Books, 1997.

WALLERSTEIN, I. La estructuración capitalista y el sistema-mundo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 11-27, 1996.

WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

WILLIAMS, R. *Palabras clave*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.

WORSLEY, P. *The trumpet shall sound*. London: Granada Publishing, 1957.

WORSLEY, P. *El Tercer Mundo*. México: Siglo XXI, 1971.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZIAI, A. Post-development: premature burials and haunting ghosts. *Development and Change*, [s. l.], v. 46, n. 4, p. 833-854, 2015.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Programas de desenvolvimento como mercadorias e dispositivos de concorrência: aproximações a partir de um caso australiano em Timor-Leste

Development programs as commodities and competitive tools: approaches from an Australian case in Timor-Leste

Ana Carolina R. Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0003-4046-3619>

a.carolinaroliveira@gmail.com

Kelly Cristiane da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>

kellysa67@gmail.com

¹ Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil

Resumo

Este artigo discute os processos de elaboração e contratação da primeira fase do programa TOMAK (acrônimo para To'os Ba Moris Di'ak; em inglês, Farming for Prosperity, e em português, Agricultura para Prosperidade), financiado pelo Estado australiano e implementado em Timor-Leste entre 2016 e 2021. Argumentamos que tais processos alçam o programa à condição de mercadoria, que é acedido, no mercado global, por mecanismos de concorrência específicos e sujeito a certos fetichismos. As formas de manejo do programa expressam o novo papel que os Estados nacionais têm desempenhado sob hegemonia do neoliberalismo: dinamizadores da concorrência, em múltiplas escalas. Situamos os fenômenos abordados como produto de processos históricos de longa duração relacionados às reconfigurações das práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento. As análises são baseadas em etnografias documental e digital e em experiências de duas décadas (anos 2000 a 2020) de observação do campo da cooperação internacional em Timor-Leste e alhures.

Palavras-chave: cooperação internacional; mercadoria; Timor-Leste; Austrália.

Abstract

This article discusses the concept, design, and contracting processes of the first phase of the TOMAK program (acronym for To'os Ba Moris Di'ak, translated as Farming for Prosperity in English, and Agricultura para Prosperidade in Portuguese). The program was funded by the Australian government and implemented in Timor-Leste between 2016 and 2021. We argue that these processes elevate the program to the status of a commodity, accessed in the global market by specific mechanisms of competition and subject to certain fetishes. The program's management practices reflect the new role that nation-states have played under the dominance of neoliberalism: as catalysts of competition on multiple fronts. We contextualize the phenomena discussed as products of long-term historical processes related to the reconfigurations of international development cooperation practices. Our analyses are based on documental and digital ethnographies and two decades (2000-2020) of observations in the field of international cooperation in Timor-Leste and beyond.

Keywords: international cooperation; commodity; Timor-Leste; Australia.

Introdução

Desde 2002, instituições e mecanismos de cooperação internacional para o desenvolvimento têm tido papel fundamental na reconstrução do Estado e da paz liberal em Timor-Leste (Silva, 2012). Objeto da colonização portuguesa e indonésia até 1999, os processos de pacificação e expansão da economia de mercado no país têm se dado sob a influência e ação de Estados doadores, que disputam sua hegemonia sobre o Estado e sociedade leste-timorense por meio de práticas de cooperação para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, por meio da assistência ao desenvolvimento, os doadores constroem novos mercados para venda de suas mercadorias e serviços. Nesse cenário, a Austrália tem figurado como um dos maiores doadores à sociedade leste-timorense, financiando programas, projetos e outras iniciativas que respondem aos interesses das elites locais, assim como do Estado e sociedade australiana.

Entre 2002 e 2022, o Estado australiano alocou aproximadamente 1,7 bilhão de dólares americanos em cooperação para o desenvolvimento em Timor-Leste.¹ O fortalecimento do setor agrícola têm sido um dos principais objetos de governança de programas de cooperação financiados pela Austrália sob a justificativa de que os modos locais de produção carecem de produtividade e qualidade. Em razão disso, investem-se recursos para transformação da produção agrícola a fim de que a receita doméstica das populações e do Estado aumente, e os altos níveis de insegurança alimentar e desnutrição infantil também sejam melhorados. Chama a nossa atenção o fato de que, entre 2002 e 2019, a Austrália foi responsável por 34% dos desembolsos para o setor de agricultura, silvicultura e pesca, enquanto o segundo lugar na lista tem 26% das alocações. Isso demonstra a prevalência da Austrália em moldar a abordagem da cooperação internacional para o desenvolvimento no que tange às práticas agrícolas (Lee, 2021). Importante notar que o investimento na agricultura é também um meio para expansão da economia de mercado no país.

O programa Seeds of Life (SoL), executado em três fases entre 2000 e 2016, foi o primeiro e o mais expoente esforço de remodelação das práticas agrícolas

1 Valor relativo à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (Official Development Assistance, em inglês), segundo a plataforma Data Explorer da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ver <https://data-explorer.oecd.org/> (acessado em 24/03/2024).

locais. Ele tinha como objetivo introduzir ou reintroduzir sementes consideradas de maior qualidade a fim de aumentar a produtividade agrícola e os níveis de segurança alimentar da população (Seeds of Life, 2013, p. 4-5). Ele foi sucedido, em 2016, pelo programa TOMAK (acrônimo para Tóos Ba Moris Di'ak, em tétum,² traduzido para o inglês como Farming for Prosperity e, para o português, Agricultura para Prosperidade). Este programa continuou com foco no aumento da produção agrícola para o mercado, da diversidade de alimentos e, mais uma vez, dos níveis de segurança alimentar (Australia, 2015a, p. V).³ Grosso modo, ambos os programas visam vincular as populações leste-timorenses de áreas rurais, e suas práticas agrícolas, com o mercado e suas demandas.

Discutimos neste artigo algumas facetas da vida social do TOMAK, nomeadamente os seus processos de elaboração e contratação, decorridos entre 2014 e 2015, antes da primeira fase de sua implementação em Timor-Leste, entre 2016 e 2021. A análise de tais fenômenos revela um padrão emergente de planejamento e execução de práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento que inicia alçando os próprios programas à condição de formas particulares de mercadorias, cujo direito de exploração, circulação e valor é regulado pelo Estado doador. Procuramos demonstrar, ao longo do artigo, os modos como o TOMAK é vertido em mercadoria por meio dos mecanismos de gestão implicados em sua elaboração e contratação, antes de sua chegada a Timor-Leste.

Nesse contexto, ganham relevo os documentos de concepção e desenho, assim como as plataformas e ferramentas de divulgação que realizam o processo de contratação e, a seguir, o delivery do TOMAK, como definido pelo Estado australiano, no país de destino. Editais, formulários, *Request for Tender*, *Express of Interest*, dentre outros documentos, são alguns dos dispositivos de gestão que contribuem para a figuração do programa como mercadoria, nesse momento de sua biografia. Tais dispositivos prestam-se ainda ao papel de ferramentas administrativas para promoção da concorrência no mercado global, por vias digitais. Tal configuração da gestão das práticas de cooperação internacional está plenamente alinhada com práticas de governança neoliberais ao estimular a concorrência e o capital privado, em escala internacional (Dardot; Laval, 2016).

2 Tétum é um dos idiomas oficiais de Timor-Leste e a língua vernacular do país.

3 Curiosamente, o acrônimo TOMAK também é uma palavra em tétum para “completo” ou “inteiro”.

A abordagem dos objetivos atribuídos ao programa e do modo como sua contratação se dá sugere que tais procedimentos estimulam duplamente e a um só tempo a sociedade de mercado neoliberal, em diferentes escalas: internacional e nacional. Antes de chegar a Timor-Leste, o TOMAK ativa e estimula o mercado das empresas internacionais que prestam serviços de gestão de projetos no âmbito da cooperação internacional ao Estado australiano, por meio do *Request for Tender*. No processo de elaboração e contratação, por outro lado, organizações não governamentais (ONG) de diversas naturezas atuantes em Timor-Leste também são ativadas e incluídas nessa mesma dinâmica de competição através do procedimento de submissão do *Express of Interest* (Australia, 2015b). A seguir, localmente, o TOMAK trabalha para “engajar as comunidades com cadeias de valor comerciais e lucrativas” (Australia, 2014a, p. 2, tradução nossa).

Do ponto de vista da agenda de desenvolvimento nacional, o TOMAK figura como um programa que colabora para a construção da diversidade da economia de mercado em Timor-Leste (Timor-Leste, 2011, p. 128), objeto central das ansiedades políticas das elites locais contemporaneamente, dada a dependência da economia nacional dos recursos advindos da exploração de petróleo e do próprio orçamento do Estado e a baixa produtividade dos setores agrícolas num país em que quase $\frac{3}{4}$ da população vivem nas zonas rurais (Timor-Leste, 2020, p. ix). Para o Estado australiano, o TOMAK é, entre outras coisas, uma oportunidade de investimento com efeitos colaterais importantes para o âmbito nacional: é instrumento de construção de segurança regional (Hameiri, 2009, p. 357), é uma forma de engajar mais intensamente as populações leste-timorenses com a economia de mercado,⁴ etc. Nesse contexto, é importante ter em mente que o TOMAK é apenas um dentre outros programas financiados pela cooperação australiana voltados à construção do mercado concorrencial em Timor-Leste.

O artigo segue estruturado em duas seções para além desta introdução, na qual, a seguir, indicamos a metodologia e definimos apropriadamente a compreensão de conceitos centrais na produção deste artigo, e da conclusão. Na primeira, resgatamos alguns dos principais aportes teóricos correntes na antropologia para compreensão do *modus operandi* das práticas de cooperação internacional para o desenvolvimento. É a partir desse pano de fundo que o manejo do

4 A securitização, como definida por Hameiri (2009, p. 357), é reflexo de uma forma de “gestão de riscos” para prevenir o transbordamento para a Austrália de riscos transnacionais.

programa TOMAK ganha sua singularidade e faz dele um caso típico da nova configuração do campo do desenvolvimento. A segunda parte do texto é devotada à análise etnográfica da construção do conceito, desenho e contratação do programa, antes de sua implementação em Timor-Leste. Ela está organizada em duas subseções: na primeira, destacamos os mecanismos narrativos pelos quais o Estado australiano elabora o programa de cooperação como resposta a problemas informados em seu conceito de investimento. Em seguida, embarcamos na análise do manejo do conceito e desenho de investimento nas plataformas digitais que permitem a percepção do programa como uma mercadoria, a qual será objeto de concorrência internacional. Trazemos à tona o ponto inicial da cadeia de produção do programa, que levará ao seu delivery, por uma série de mediações contratuais a fim de engajar as populações de Timor-Leste com o mercado – ao mesmo tempo que serve de mola propulsora de mercados internacionais. Antes de seguirmos adiante, breves esclarecimentos sobre os modos como compreendemos o conceito de mercadoria e sociedade de mercado se fazem necessários.

A produção dos conteúdos que ancoram nossas análises se deu por dois procedimentos diversos. Numa primeira escala, mais difusa, as informações derivam de observações de longa duração a respeito das transformações do campo da cooperação internacional em Timor-Leste. Essa escala é liderada por Kelly Silva, que realiza etnografias sobre os processos de modernização e formação do Estado no país desde 2000. Numa segunda escala, mais concentrada, a produção de informações se deu mediante etnografias em meio digital pelas quais se identificaram os procedimentos e fluxos de desenho e contratação do TOMAK nos seguintes websites: tomak.org, dfat.gov.au e tenders.gov.au. Nesse quadro, tomamos esses sítios eletrônicos como arquivos, nos quais documentos de diversas naturezas são armazenados e categorizados e cujas análises podem desvendar facetas das dinâmicas organizacionais e de poder que estruturam as relações sociais contemporâneas.⁵ A etnografia desses sítios eletrônicos indicou a centralidade de documentos como o *Investment Concept* e o *Investment Design Document*, publicados respectivamente em 2014 e 2015, para compreensão das

5 Tal abordagem é inspirada no trabalho de Ann Stoler (2010), que chamou a atenção para a dimensão epistemológica, e ao mesmo tempo técnica, dos arquivos coloniais. Ao tratá-los como *processos*, isto é, como “experimentos epistemológicos [... os] arquivos coloniais [são vistos] como transparências nas quais se inscrevem relações de poder e como tecnologias de governo intrincadas em si mesmas” (Stoler, 2010, p. 466, tradução nossa).

práticas de gestão do TOMAK, assim como das plataformas de divulgação junto a potenciais contratados (*contractors*) e parceiros de cadeias de suprimentos (*supply chain partners*) na concretização do programa. Esses são alguns dos fenômenos que serão tomados como objetos de análise ao longo do artigo.

A opção por tratar os dois documentos prévios ao delivery do TOMAK em Timor-Leste tem raiz em fatores diversos, mas convergentes: 1) durante a visita de campo em 2017 uma das autoras participou de eventos promovidos pelo TOMAK e acompanhou as atividades do programa à distância; 2) a pandemia da Covid-19, em 2020, foi um momento singular para observar as diversas qualidades que o espaço digital possui, e como a sua característica de arquivo pode ser explorada a fim de compreender a produção e reprodução da cooperação internacional para o desenvolvimento no contexto de Timor-Leste contemporaneamente; e 3) a descoberta de que a antiga agência para o desenvolvimento internacional australiana, Australian AID ou AusAID, foi anexada ao Department of Foreign Affairs and Trade (DFAT, sigla em inglês) em 2013, um ano antes do TOMAK começar a ser produzido. Esse conjunto de fatores nos possibilitou compreender como o programa ganha a forma de mercadoria, suas raízes e efeitos. Deparamo-nos também com o novo formato de gestão da cooperação australiana, que será discutida mediante a comparação do *modus operandi* de gestão do Seeds of Life e do TOMAK, mais abaixo.

Compreendemos mercadorias na acepção de Marx (1982): trata-se de artefatos que possuem tanto valor de uso como valor de troca. Seu destino ao mercado e, portanto, sua alienabilidade, marca sobremaneira a biografia das mesmas.⁶ Por outro lado, nos alinhamos também com as perspectivas de Kopytoff (2008) e Tsing (2013), que demonstram como muitos artefatos não nascem como mercadorias. Adquirem essa identidade por meio de uma série de mediações,⁷ tais como aquelas que serão discutidas abaixo. Para Kopytoff (2008, p. 94), mercadoria é “[...] uma entidade culturalmente construída, dotada de significados

6 A presença da mais valia é outro traço essencial apontado por Marx para o modo de produção capitalista, e da sociedade de mercado. Contudo, é importante lembrar que trocas orientadas pelo regime de mercado existem também em sociedades e economias que não são de mercado e em que a produção capitalista não está generalizada.

7 Como demonstra Tsing (2013) em sua análise sobre o processo de comodificação de cogumelos, essas mediações são repetidas cotidianamente sobre diferentes objetos em todas as partes do mundo, a despeito de todo aparato legal e moral que sustenta a sociedade de e para o mercado.

culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas”. Inspiradas por essa perspectiva de análise, este artigo explora o capítulo biográfico do TOMAK, no qual ele é vertido em mercadoria ao ser inserido em práticas de concorrência internacional. Como uma mercadoria, o TOMAK é também objeto de fetichização. No entanto, isso se dá em um capítulo particular de sua biografia, quando ele é apresentado como dádiva do Estado australiano às populações leste-timorenses, momento em que se eclipsa sua qualidade de mercadoria, embora durante todo o processo de elaboração e contratação sua forma de mercadoria seja evidenciada e estimulada por artefatos e atores envolvidos na cadeia de produção. Assumimos, portanto, que as práticas de cooperação internacional são formas de troca vinculadas, a um só tempo, em dois regimes de troca: dádiva (Silva, 2008)⁸ e commodity.⁹

Dada a polissemia dos termos “neoliberalismo” (Ferguson, 2010) e “sociedade de mercado”, o controle de seus respectivos alcances no âmbito deste artigo também se faz necessário. Práticas de governo calcadas no fetiche do livre mercado, voltadas ao fortalecimento do empreendimento privado, ao estímulo da concorrência interinstitucional e interpessoal, à retração do Estado, eliminação de impostos e tarifas, desregulação da moeda, utilização de modelos de gestão de empresa para gestão do Estado e das próprias pessoas, assim como a moralização positiva da flexibilização conformam o conjunto de fenômenos englobados pela categoria neoliberalismo. Esse regime de governo implica uma radicalização da oposição entre capital e trabalho (Marx, 1982), característica da economia capitalista, em favor dos interesses do capital.

8 Silva (2016, p. 131-132) qualifica o regime de troca de dádiva nos seguintes termos: “Como aquele em que, por meio do intercâmbio bens, palavras e gestos, as pessoas negociam relações que estão fora do ato da transação. [...] Nesse regime, pessoas e coisas são tratadas como pessoas, sendo os objetos de valor suportes para produzir e reproduzir relações de longo prazo. De certo modo, existe uma unidade, consubstancialidade entre o objeto que circula e as pessoas que o fazem circular. Tal fato faz desses objetos coisas animadas e inalienáveis, sendo depositários de certo tipo de agência. [...] As partes envolvidas nas trocas são mutuamente dependentes e figuram uma diante das outras de forma assimétrica [...]. O dom é frequentemente visto como obrigatório.”

9 “Grande independência entre os atores envolvidos nas operações de troca e a presença de moeda como um meio de quantificar o valor são as principais características do regime de mercado (*commodity*). Em comparação com o regime de dádiva, em operações informadas pelo regime de mercado as relações entre as pessoas são experimentadas como relações entre coisas. Não há consubstancialidade entre as coisas trocadas e aqueles que a fazem circular, de modo que são pensadas como alienáveis, inanimadas e objetos passivos da ação humana” (Silva, 2016, p. 132).

Sociedade de e para o mercado, por sua vez, descreve certa configuração moral e organizacional das instituições estruturada sob o preceito de que o livre engajamento dos agentes sociais em operações de produção, troca e consumo geraria o equilíbrio ótimo das relações sociais, ao mesmo tempo que opera como fonte de prosperidade (Dardot; Laval, 2016). Ao lado disso, Polanyi (2002) destaca que a sociedade de e para o mercado está voltada sobretudo à maximização de ganhos econômicos. Tal fato deriva da autonomização e desenraizamento das práticas econômicas de outras instituições sociais e a aparição da economia como um domínio de ação social discreto dentre os demais. Na sociedade de e para o mercado, os ganhos econômicos passam a ser um fim neles mesmos e não estão mais à serviço da reprodução de outras instituições.

Consensos sobre os efeitos do campo desenvolvimento na antropologia e além dela

Desde há muito, análises de diferentes matizes têm demonstrado que o complexo institucional criado em torno da promoção do desenvolvimento está à serviço da expansão da sociedade de e para o mercado. A atenção à genealogia da categoria desenvolvimento revela, inclusive, sua transformação em mobilizador político pelos Estados Unidos da América, a partir do final da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, momento no qual passa a ser utilizada como âncora do projeto de construção da hegemonia norte-americana, por oposição às ações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rist, 1996).

Ao mesmo tempo, o complexo institucional pelo qual o desenvolvimento é produzido tem servido à construção de uma ordem global mediante a harmonização de legislações internacionais, nacionais e infranacionais, políticas públicas implementadas em diferentes escalas, assim como à modelação de subjetividades responsivas e mais coerentes com uma sociedade de e para o mercado (Mosse, 2005). Tais efeitos têm sido alcançados pela mobilização de uma miríade de tecnologias ou dispositivos de governo que, pouco a pouco, atua de modo a promover a substituição das redes de interdependências pelas quais a reprodução social se dá em diferentes paragens (Polanyi, 2002), tornando os agentes sociais mais dependentes de instituições e economias de e para o mercado.

As abordagens antropológicas desses fenômenos têm tomado diferentes aspectos do campo do desenvolvimento (Ribeiro, 2007) como objeto de análise, tornando salientes dimensões distintas dos processos que permitem a substituição das redes de interdependência acima referidas. De grande relevo na antropologia, as análises discursivas realizadas por Ferguson (1994) e Escobar (1995) a respeito do desenvolvimento nos permitem observar como se dá a produção de verdades por meio de narrativas que abordam a mudança social induzida como efeito de técnicas de gestão de territórios e populações, exclusivamente. A despolitização das práticas realizadas em nome do desenvolvimento, assim como a naturalização da ordem moral e cosmológica por elas aventadas é uma contribuição essencial desse paradigma às ciências sociais. Ele também demonstra como os discursos sobre o desenvolvimento criam a realidade em que atuam, edificando o subdesenvolvimento, a fim de justificar e legitimar sua própria ação. Assim, ao longo de nossa análise destacamos como certos “dados” operam e constroem as realidades que legitimam a “urgência” de certos programas.

Análises mais focadas nas praxes da produção e gestão do desenvolvimento têm visibilizado as mediações sociais, morais e tecnológicas pelas quais a mudança social induzida é produzida. Denominada por Olivier de Sardan (2005) “abordagem da lógica social emaranhada”, a atenção às praxes têm revelado os efeitos de uma série de dispositivos cotidianamente aplicados na gestão de iniciativas e agências criadas em nome do desenvolvimento: tratados, convenções, pactos e declarações internacionais; empréstimos e dívidas; programas, projetos e parcerias; especialistas e suas comunidades epistêmicas; condicionalidades, seletividades e expectativa de apropriação para transferência de recursos financeiros e humanos; pesquisas, relatórios e documentos de projeto; encontros, seminários, workshop; editais e concorrências, etc.

A recorrência à moralidade e ao *éthos* do regime de troca de dádivas¹⁰ é também marca recorrente dos fluxos de recursos e tecnologias de governo que reproduzem o campo do desenvolvimento em momentos ordinários e extraordinários, como demonstram os trabalhos de Silva (2008, 2012). Trata-se de um caso exemplar de como a sociedade de mercado se expande pela mobilização do

10 Ver nota 8 para definição.

regime de troca de dádivas, à semelhança do que Tsing (2013) identifica para o caso da produção dos cogumelos matsutake.

A atenção à produção social do desenvolvimento permite ainda detectar as redes sociais pelas quais ele é produzido. Ele ganha corpo por meio do protagonismo de comunidades epistêmicas, assim como de alianças entre elites globais e locais, empenhadas na produção da mudança social, de capitais financeiros e posições laborais que permitem sua reprodução e expansão enquanto grupos.¹¹ O caso do programa TOMAK analisado neste artigo revela ainda a crescente importância que empresas de capital privado têm passado a ter no campo do desenvolvimento, em razão da terceirização da implementação de programas e projetos de desenvolvimento pelos Estados doadores, por meio do procedimento de licitação.

Até pouco tempo atrás, era comum que as práticas realizadas a fim de promover o desenvolvimento se concretizassem por meio de fluxos induzidos de recursos financeiros, humanos e tecnológicos (Silva, 2012) que mobilizavam pessoal, saberes e aportes materiais dos países ou instituições doadoras para as populações e espaços recipiendários, organizados de maneira mais ou menos nacionalizada. Tomando o caso leste-timorense como exemplo, era comum que a cooperação australiana levasse pessoal australiano para trabalhar em Timor-Leste e, por meio dele, fizesse uma transferência de tecnologia e saberes de origem também australiana, construindo, com isso, certa dependência do Estado local com relação à assistência técnica doada. Da mesma maneira, o Estado português realiza sua cooperação internacional com Timor-Leste financiando o deslocamento de pessoas e tecnologias de origem portuguesas para atuar no país. Alemanha, Noruega, Japão, EUA, Brasil, entre tantos outros países atuavam de maneira mais ou menos similar.

Nos últimos anos, contudo, vimos emergir uma nova arquitetura da assistência ou cooperação técnica para o desenvolvimento (Mosse, 2005). Estados nacionais

11 Haas (1992) destaca a crescente influência de comunidades epistêmicas transnacionais, operantes no campo da cooperação técnica internacional, nas dinâmicas estatais contemporâneas, as quais são frequentemente chamadas a se pronunciar sobre os mais diferentes eventos. Tal comunidade epistêmica é produto de: 1) um conjunto de princípios normativos que operam como base de sua racionalidade e ação; 2) crenças de causas compartilhadas, derivadas de análises precedentes e que servem de base para esclarecimentos dos múltiplos vínculos possíveis entre ações políticas e resultados desejados; 3) noções partilhadas de validade; 4) uma agenda política comum. Para o autor, as comunidades epistêmicas são canais pelos quais novas ideias circulam de sociedades para governos, entre governos e de país para país.

criam concorrências internacionais entre empresas de capital privado para atuarem localmente como implementadoras e executoras de programas e projetos de desenvolvimento e assim agir em nome deles. Essa é uma das mediações pela qual o programa TOMAK chega a Timor-Leste, tal como discutiremos neste artigo. Procuraremos extrair implicações analíticas desse novo *modus operandi*.

As dinâmicas econômicas de populações cuja reprodução social ainda não é absolutamente dependente da sociedade de mercado têm sido objeto fundamental das ações em prol do desenvolvimento. Tendo em conta que um dos principais efeitos desejados, embora não explicitados, da assistência ou cooperação internacional para o desenvolvimento é a ampliação da participação de territórios e populações na sociedade de mercado, o foco sobre a economia, em seu mais amplo sentido, não é casual. As afinidades eletivas que se construíram entre as noções de crescimento econômico, modernização, mudança e desenvolvimento alimentaram e foram alimentadas por esforços epistêmicos e políticos que têm moldado o mundo como hoje o conhecemos.¹² Disso resulta a inserção de territórios e populações em novas redes de interdependência, agora de escala internacional, ao mesmo tempo que doadores expandem as fronteiras de seus mercados de venda de serviços e escoamento de mercadorias. Entre outras, as demonstrações realizadas por Mitchell (2002) a respeito das transformações dos hábitos alimentares e práticas de agricultura das populações egípcias – aumento do consumo de carne e trigo, e de outros grãos e, assim, construção de dependência em relação à indústria estadunidense – em consequência das ações da cooperação norte-americana, são exemplares.

O TOMAK na arquitetura da cooperação internacional australiana: a *business opportunity*

A cooperação internacional para o desenvolvimento australiana foi vinculada a uma agência centralizada do Estado em 1973. De lá para cá, mudanças de nomenclatura e de estrutura ocorreram até a configuração da AusAID (Australian

12 O famoso modelo dos estágios de desenvolvimento econômico de Rostow (1959) talvez seja a expressão mais crítica da racionalidade que tem alimentado parte importante do campo do desenvolvimento.

Agency for International Development), como a conhecíamos quando iniciamos a pesquisa em Timor-Leste. Em 2013, a AusAID foi anexada ao Departamento de Relações Exteriores e Comércio (DFAT, sigla em inglês), fato que revela o reconhecimento oficial de status de negócio internacional da cooperação para o desenvolvimento pela administração australiana. O TOMAK é um dentre vários outros programas financiados com recursos do contribuinte australiano além-mar, construído como sucessor do Seeds of Life (SoL), tal como mencionado anteriormente.

O TOMAK foi produzido, e o seu primeiro documento publicado, a partir de avaliações construídas ao final do SoL, assim como mediante o trabalho de diagnóstico de uma missão de especialistas, que se deslocaram a Timor-Leste a fim de construir a base conceitual do programa, a seguir sistematizada no *Investment Concept* – aqui, nos referimos a esse documento como Conceito de Investimento¹³ (Australia, 2014a). Tal documento é baseado num modelo estruturado e preexistente, cuja elaboração é obrigatória para todos os programas financiados pelo DFAT, mas publicizados com o *logotipo* da AusAID atualmente. Uma vez formulado, o Conceito de Investimento é submetido à avaliação interna do DFAT e, se aprovado, serve de base para a elaboração do próximo documento, *Investment Design Document*, que define o desenho, ou seja, os meios e ações que possibilitarão que o objetivo central, concebido na etapa de conceito, seja alcançado. A estruturação do documento de Desenho de Investimento também é pré-modulada por um roteiro disponível no sítio eletrônico do DFAT. Discutimos a seguir nossos encontros etnográficos com esses documentos, os quais foram publicados respectivamente em 2014 e 2015, e o que eles nos ensinam sobre as novas facetas da cooperação australiana.

Nossa pesquisa, realizada entre 2021 e 2023, foi iniciada pelo sítio eletrônico tomak.org, coletando e selecionando documentos da seção intitulada “Resources”.¹⁴ Na subdivisão temática sobre a estratégia, o documento de Desenho de Investimento de 2015 chamou nossa atenção e se transformou no

13 Escrevemos Conceito de Investimento e Desenho de Investimento com as iniciais maiúsculas para facilitar a compreensão e evitar equívocos.

14 Em 2023, primeiro ano de execução da segunda fase do programa, o sítio eletrônico do tomak.org passou por um redesenho. Assim, as informações produzidas para fins desta pesquisa estão circunscritas à primeira versão da página.

primeiro objeto de investigação densa. A onipresença do *logotipo* da Australian Aid guiou a nossa curiosidade para pesquisar sobre essa agência. Foram os trânsitos pela internet, entre URLs e mais URLs,¹⁵ que nos levaram a compreender o potencial agentivo de certos documentos que, estruturados a partir de formas reguladas, geram informações (Riles, 2010) e contribuem para a conformação de um programa de desenvolvimento como mercadoria.

A leitura do Desenho de Investimento (Australia, 2015a) revelou que a sua produção se deu entre novembro de 2014 e março de 2015, e que este teve como base genealógica o documento intitulado de Conceito de Investimento (Australia, 2014a). Em julho de 2015, o Desenho de Investimento foi aprovado e, a partir de então, passou a ser publicizado no sítio eletrônico do DFAT, além de circular em eventos presenciais realizados em Timor-Leste e na Austrália para incitar o engajamento de potenciais *contractors* e *supply chain partners* nos processos de *Request for Tender* e *Express of Interest*, respectivamente.

A seguir, adicionamos o quadro com informações gerais resumidas que introduz o documento de Desenho de Investimento.

Título do Conceito de Investimento	TOMAK (To'os Ba Moris Di'ak) Farming for Prosperity
Data	6 de julho de 2015
Proposta de início e período	No começo de 2016 por cinco anos, com opção de estender por mais cinco anos
Proposta de alocação de fundos	Até 25 milhões de dólares australianos em cinco anos. Ou seja, 5 milhões de dólares por ano
Conceito de Investimento aprovado por	Primeiro secretário adjunto, SED (em novembro de 2014); endossado pela AIC
Garantia da qualidade por	Avaliação independente por especialistas internos e externos; ampla socialização do conceito de investimento aprovado entre as partes interessadas

Quadro 1. Resumo dos dados do TOMAK baseados no documento de Desenho de Investimento (Australia, 2015a, p. 1).

15 Sigla para “uniform resource locator”, em inglês, traduzido para o português como “localizador uniforme de recursos”. Esse é o nome dado para endereços de sítios eletrônicos.

Em uma primeira busca no sítio eletrônico Google, com os seguintes termos *dfat tomak australian aid investment concept*, encontramos a página intitulada “Proposed program in Timor-Leste – TOMAK: Farming for Prosperity – Investment Concept” (Programa proposto em Timor-Leste – TOMAK: Agricultura para Prosperidade) no sítio dfat.gov.au (Australia, 2014b).¹⁶ Ao acessar o URL do dfat.gov.au com o endereço about-us/business-opportunities/Pages/proposed-program-in-timor-leste-tomak-farming-for-prosperity-investment-concept, não foi só o documento de Conceito de Investimento (Australia, 2014a) em versão PDF (*portable document format*) e Word que chamou nossa atenção. O endereço digital, indo contra a nossa expectativa de encontrar o documento em alguma das seções referentes ao Programa de Desenvolvimento Australiano ou a Relações Internacionais, estava vinculado ao *menu* “Sobre Nós” e seção “Oportunidades de Negócios” – dfat.gov.au/about-us/business-opportunities, com o seguinte texto:

Um Conceito de Investimento para um novo programa proposto em Timor-Leste – TOMAK: *Farming for Prosperity* – é fornecido **para conhecimento do mercado** [*information of the market*] e dos **proponentes/licitadores potenciais** [*prospective tenderers*].

É provável que o DFAT exija um **Contratante Operacional** [*Operational Contractor*] para fornecer **serviços de gerenciamento** [*management services*] para o programa TOMAK. Se aprovada, a licitação proposta será listada no sítio eletrônico da AusTender quando for lançada no mercado.

[...]

Esta informação é fornecida apenas para fins de planejamento e não representa solicitação ou constitui um pedido de proposta [*request for proposal*], **nem é um compromisso de compra ou licitação** [*purchase or tender*] **para os serviços descritos**. Esta potencial oportunidade de aquisição [*procurement opportunity*] **está sujeita a atrasos, revisões ou cancelamentos** (Australia, 2014b, quatro primeiros grifos nossos, tradução nossa).

16 No indicador do Google, a data de 23 de dezembro de 2014 nos mostra quando o programa foi oficialmente informado ao “mercado”.

As descrições acima se apresentaram como um primeiro indicador da configuração do TOMAK como uma mercadoria em potencial, e a centralidade dos documentos para a produção do programa, assim como para nossa compreensão de como a cooperação internacional para o desenvolvimento australiana vem sendo implementada. A linguagem e a própria estrutura organizacional do sítio eletrônico indicam a intersecção dos programas em prol do desenvolvimento com o mundo dos negócios e empresas, e com a dinâmica competitiva do mercado. Os termos grifados por nós são alguns que figuram de forma recorrente na produção, divulgação e circulação de programas de desenvolvimento na Austrália na última década. O manejo do TOMAK no espaço digital também se fez pela mobilização desse vocabulário. Além de apresentar o documento ao mercado – ou, melhor, informar o mercado sobre a proposta de programa em Timor-Leste – a descrição acima ainda indica que a plataforma AusTender participará da produção do TOMAK, servindo de espaço para que empresas submetam suas propostas para serem contratadas.

O Conceito de Investimento (Australia, 2014a) trata principalmente da definição e justificativa do problema/questão para investimento. O conteúdo principal se encontra em 14 páginas, enquanto os anexos ocupam 29 páginas.¹⁷ Por ser o TOMAK um investimento que será direcionado para “solucionar um problema”, o documento se dedica: 1) à demonstração de como a economia nacional leste-timorense encontra-se dependente das receitas petrolíferas e como, apesar de um certo crescimento econômico na primeira década do século XXI, este está bastante concentrado na capital e apenas para uma pequena parcela da população; e 2) a explorar como a solução do “problema” se daria mediante um encadeamento de oportunidades criadas, a partir do engajamento, de comunidades selecionadas, com cadeias de valor comerciais que passariam a estimular “oportunidades econômicas” em outras regiões (Australia, 2014a, p. 3). A concepção presente no documento é a de que, dado que a maioria das comunidades leste-timorenses vivem a partir da prática agrícola, mas esta ainda não é refletida no produto interno bruto (PIB) do país, existe um campo de

17 Principais seções: “Resumo do investimento”; “Definição e justificativa do problema/questão para investimento”; “Resultados propostos e opções de investimento”; “Abordagem de implementação/entrega”; “Abordagem de avaliação de riscos”; e “Processo proposto de design e garantia de qualidade” (Australia, 2014a).

atuação potente para ser investido pela cooperação internacional australiana (Australia, 2014a, p. 2).

O programa TOMAK tem o seu conceito construído a partir de um primeiro exercício hipotético e imagético de dois “cenários espirais” para o futuro da economia de Timor-Leste. O cenário “preferido” é aquele no qual o documento presume que “os centros urbanos e o crescimento emergente” aumentariam o engajamento com “cadeias de valor produtivas” e, conseqüentemente, a renda dos agregados familiares rurais. Para os funcionários australianos e experts que produziram o documento, cadeias de valor fortalecidas e produtivas “irão ajudar Timor-Leste” a alcançar o “upward spiral”, gerando impactos tanto dentro quanto fora dos espaços rurais (Australia, 2014a, p. 3). A imaginação, assim como demonstrou Murphy (2017) para o caso dos programas de controle de natalidade em Bangladesh, é componente (infra)estruturante para o que se diz e faz em nome da economia.

O documento considera o conceito do TOMAK como um componente “sólido” do “argumento [...] que sustenta o envolvimento contínuo da Austrália na agricultura em Timor-Leste” (Australia, 2014a, p. 3, tradução nossa). Ademais, o “suporte contínuo se alinharia com o interesse da Austrália de fortalecer a economia timorense e desenvolver as contribuições significativas da Austrália no passado” (Australia, 2014a, p. 3, tradução nossa). Os chamados “problemas” são caracterizados por informações definidoras que retratam e “emolduram” o que é a economia de Timor-Leste, que precisaria ser diversificada para o seu “desenvolvimento”. Em um outro momento, o documento ainda adiciona um retrato da economia de Timor-Leste como prevalecendo um “setor de subsistência moribundo” (Australia, 2014a, p. 4, tradução nossa). Moribundo, segundo o documento, é um setor “caracterizado por baixa produtividade agrícola, acesso incerto à terra e à água e duras condições de trabalho” (Australia, 2014a, p. 4, tradução nossa). Ao propor essas definições para o modo de reprodução social das comunidades leste-timorenses, o DFAT, entre várias coisas, intenta afirmar como a substituição das redes de interdependência pelas quais a reprodução social se dá deveriam tornar as populações mais engajadas e dependentes do regime de troca de commodities, com uma sociedade de e para o mercado.

O foco nessa substituição, como mencionado no início do artigo, está vinculado às práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento da

Austrália em Timor-Leste desde o seu programa antecessor, Seeds of Life (SoL) que durou mais de 15 anos – entre 2000 e 2016 – e foi operacionalizado em três fases.¹⁸ O Conceito de Investimento do TOMAK (Australia, 2014a) deixa evidente em todas as suas seções como os “resultados do SoL”, os experimentos realizados com as culturas alimentares básicas e o conhecimento produzido ao longo desses anos são infraestruturais para a arquitetura do TOMAK.¹⁹ Por exemplo, chamou a nossa atenção que a “tipologia definida pelo DFAT” para identificar os principais “sistemas de meios de subsistências timorenses” veio da “clusterização”²⁰ dos *sukus*²¹ a partir da “semelhança das suas características demográficas, produtivas, climáticas, econômicas e agroecológicas” (Australia, 2014a, p. 3, tradução nossa). O mapa disponível nos anexos do Conceito de Investimento (Australia, 2014a, p. 22) e do Desenho de Investimento (Australia, 2014a, p. 62), produzido a partir dos 15 anos anteriores de engajamento da Austrália em Timor-Leste, por meio do SoL, é o que fundamenta o conceito e a delimitação do desenho do TOMAK.

Depois que o SoL identificou, classificou, categorizou e “clusterizou” os “sistemas de meios de subsistência timorenses”, “o TOMAK deveria [depois de identificar as cadeias de valores mais potenciais] abordar a produção, mercado, logística e limitações enfrentadas nesses sistemas” (Australia, 2014a, p. 4, tradução nossa). Assim, aquilo que já estava evidente desde o início – a centralidade do SoL – fica mais explícito quando o conhecimento do SoL entra no Conceito e no Desenho de Investimento (Australia, 2014a, 2015a) por meio do mapa detalhado e com uma diversidade de conhecimento informados. O mapa com a “clusterização” que o SoL produziu é fundamental nos dois documentos e pode ser encontrado na página 22 do documento Conceito de Investimento (Australia, 2014a).

18 Ver mais em <http://seedsoflifetimor.org/> (acessado em 03/11/2023).

19 O conceito, gerado através da definição do problema a ser perseguido, vem do SoL e da sua análise que demonstra a disponibilidade de “oportunidades econômicas latentes [...], mas principalmente para alimentos não básicos e para aqueles onde existe uma demanda de mercado atualmente” (Australia, 2014a, p. 2, tradução nossa).

20 Optamos por manter esse termo na sua forma aportuguesada por ser usada tanto no Brasil como em Timor-Leste.

21 Os *sukus* são as menores subdivisões administrativas de Timor-Leste. Em primeiro lugar temos os municípios, depois postos administrativos, e em seguida os *sukus*, que agrupam aldeias.

O Conceito de Investimento deixa uma descrição do que será o principal objetivo do Desenho de Investimento, a saber, “testar a viabilidade, funcionalidade, sustentabilidade e custo provável das parcerias de entrega” (Australia, 2014a, p. 10, tradução nossa) e demanda que a próxima etapa detalhe e explore a avaliação de risco preliminar, com uma descrição de estratégias de mitigação, definição de recursos apropriados para o monitoramento dos riscos, dentre outros (Australia, 2014a, p. 10).

Entre o lançamento do documento de Conceito de Investimento e o início da produção do Desenho de Investimento, há a etapa de avaliação interna e externa, que desembocará no *Term of Reference* (ToR) – termo de referência, outro instrumento bastante comum no mundo dos programas internacionais – com os principais comentários e sugestões dos revisores para que o segundo documento aborde os pontos levantados pela revisão. Em termos de estrutura e organização, os dois documentos seguem a mesma forma, mas o segundo se detém de maneira mais específica em demonstrar como conceito, objetivo, metas e resultados serão encadeados a fim de que o programa possa ter os indicadores de sucesso alcançados. Não é acaso que ao passo que o Conceito de Investimento tem 43 páginas totais, o Desenho de Investimento possui 115.

O Conceito de Investimento é produzido ainda num cenário de incerteza de destinação da verba por parte do Estado australiano para o programa. No entanto, ao ser aprovado, os primeiros estímulos ocorridos nessa etapa ganham força com o Desenho de Investimento. O Conceito de Investimento, então, surge como o primeiro e principal estruturador para todas as próximas etapas de produção do programa.

De partnership à investment

O mecanismo de produção e contratação do programa de desenvolvimento TOMAK é novo se comparado ao Seeds of Life (SoL). Ao longo dos documentos do Conceito de Investimento e do Desenho de Investimento afirma-se que o SoL foi executado a partir da parceria entre o Ministério de Agricultura e Pesca de Timor-Leste (MAF, sigla em inglês) – indicando a centralidade do governo leste-timorense para a implementação do programa – e o Centro Australiano de Pesquisa Agrícola Internacional (ACIAR, sigla em inglês), agência do Estado da Austrália focada em desenvolvimento e agricultura. Não obstante os meandros

e detalhes do processo de produção das três fases do SoL não estejam acessíveis, nos debruçamos no documento final publicado no sítio eletrônico aciarc.gov.au para investigar a mudança na prática da cooperação internacional para o desenvolvimento da Austrália.

A segunda seção do Relatório Final da terceira fase do SoL, publicado pelo ACIAR em setembro de 2016, nos oferece um resumo dos 16 anos de engajamento do Estado australiano na produção agrícola de Timor-Leste. A primeira fase (2001-2005) foi resultado da missão do ACIAR no ano 2000, financiada pelo centro de investigação e

concebida para melhorar o acesso dos agricultores a uma gama de variedades de culturas de maior rendimento adaptadas aos diversos ambientes de Timor-Leste. [...] Também capacitou o pessoal do recém-criado Ministério da Agricultura para avaliar, produzir e distribuir germoplasma melhorado (Australia Centre for International Agricultural Research, 2016, p. 4, tradução nossa).

A segunda fase (2005-2011) foi financiada conjuntamente pelo ACIAR e a então AusAID, continuando o serviço da primeira fase do SoL, além de se envolver na “reabilitação/estabelecimento de estações de investigação agrícola e na aquisição de equipamento para testes de campo e para produção e testes de sementes” (Australia Centre for International Agricultural Research, 2016, p. 4, tradução nossa). Por fim, a terceira fase do programa, que é aquela que encadeia diretamente a produção do TOMAK, além dos dois financiadores acima mencionados, conta com uma parte financiada pelo próprio MAF. Chamou-nos a atenção o fato de o ACIAR ser destacado como responsável pela gestão do programa (Australia Centre for International Agricultural Research, 2016, p. 3), ao mesmo tempo que se celebra a parceria com o MAF como o primeiro fator de “sucesso do programa” (Australia Centre for International Agricultural Research, 2016, p. 24). No mesmo parágrafo, o fator “sucesso” também é reforçado pelo fato de que o programa foi quase totalmente implementado por nacionais timorenses, que atuaram ao lado de universidades australianas e técnicos do ACIAR.

Outra curiosidade que o relatório nos mostrou tem a ver com o próprio documento de desenho que encabeçou a terceira fase do SoL. Se no TOMAK os documentos têm o termo “investimento” como central, na terceira fase do SoL

os documentos possuem apenas o título de “desenho do projeto”. Na verdade, não só o título do documento não possui a palavra “investimento”, como a recorrência dela no relatório é quase nula, senão por cinco ocasiões em três páginas, das 65 totais do relatório.

A grande diferença entre a arquitetura de execução dos dois programas diz respeito ao papel exercido por empresas privadas. Como indicado anteriormente, o ACIAR, uma instituição do Estado australiano, atuou como gestor direto do Seeds of Life, por meio de parcerias com o MAF do Estado leste-timorense. Ao lado disso, muitos dos especialistas que atuaram no programa eram técnicos da própria instituição ou profissionais vinculados a universidades e outras instituições fixadas na Austrália.

A figuração administrativa do TOMAK parece muito distante disso. Ele é gerido por uma empresa privada internacional que contrata pessoas de qualquer lugar do mundo para atuar em Timor-Leste por meio de editais internacionais. Vale ressaltar que a reintegração da AusAID ao DFAT – decisão tomada assim que a coalizão entre Liberal Party of Australia e National Party of Australia ganhou as eleições contra o Australian Labor Party em 2013 – se alinha com a arquitetura política neoliberal, às políticas de austeridade pós 2008 e ao novo cenário internacional no qual a cooperação para o desenvolvimento se enquadra (Lawrimore; Vreeland, 2018). Ao final da fusão, em 2014, o discurso da então ministra das Relações Exteriores, Julie Bishop (2014, tradução nossa), foi bastante representativo da centralidade do setor privado para o “novo paradigma” do desenvolvimento: “Estou convencida de que a ajuda deve ser um catalisador para promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza através de uma forte ênfase na ‘ajuda ao comércio’ e na construção de um ambiente favorável para o sector privado.” Mesmo dez anos depois da anexação, o debate no contexto australiano sobre os impactos de tal ação para a política de desenvolvimento internacional da Austrália continua ativo (Middleby; Engel, 2023; Murphy, 2017).

Contratação por meio de licitação

Retomemos, então, o percurso etnográfico nos sítios eletrônicos. Por mais que tivéssemos o Desenho de Investimento do TOMAK (Australia, 2015a) em mãos desde o início, a compreensão de que a execução do TOMAK em Timor-Leste

é mediada por um processo de licitação internacional fortaleceu nossa interpretação de que o programa, antes de chegar em Timor-Leste, figura como uma mercadoria. *Updated: TOMAK – Farming for Prosperity (Timor-Leste) Request for Tender (RFT) Released* (Atualizado: TOMAK – Agricultura para a Prosperidade (Timor-Leste) Lançado o Pedido de Proposta (RFT) [sigla em inglês]) é o título de um outro URL do dfat.gov.au que adensou nosso conhecimento sobre a gestão do programa. Mais uma vez, o endereço da página demonstra que o TOMAK está vinculado à seção “Business Opportunity”: about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste (Australia, 2015b). Essa página, já mais extensa que a anterior, tem seu conteúdo dividido em quatro partes: 1) Desenho de Investimento para o TOMAK; 2) Engajamento de *supplier* para o TOMAK e workshop para *stakeholder* e evento de *networking*; 3) Registro EOI (*Expression of Interest* [Expressão de Interesse]) do parceiro da cadeia de suprimentos para o TOMAK; 4) Questões e comentários. A página foi atualizada pela última vez em 12 de novembro de 2015 e teve como principal objetivo informar ao mercado sobre a abertura da candidatura para as instituições interessadas em gerir o programa, ao passo que também disponibiliza documentos suplementares para as submissões de propostas (Australia, 2015b).

Seguindo as trilhas nativas de divulgação de informações, antes da primeira seção, o DFAT torna público o processo de licitação, *Request for Tender* (RFT), lançado na plataforma AusTender em 6 de novembro de 2015. Essa informação se destaca por um “hiperlink” que permite aceder a um novo URL na qual a licitação está publicada. Este hiperlink nos direciona para a página tenders.gov.au, plataforma que “centraliza a divulgação de oportunidades de negócios do governo australiano, planos anuais de aquisições e contratos concedidos”.²² No título do sítio eletrônico AusTender, o nome TOMAK não é mencionado, mas sim o seu *Approach to Market ID* (ATM ID): DFAT/AOP/025.

22 Informação disponível em: <https://www.tenders.gov.au/> (acessado em 04/11/2023).

Australian Government | **ausTENDER** | [Info & Links](#) | [Login](#) | [New User Registration](#)

[Approaches to Market](#) | [Contract Notices](#) | [Standing Offers](#) | [Planned Procurements](#) | [Senate Order](#) | [Help](#) | [Search](#)

AusTender will be unavailable from 9pm Friday 17 November 2023 (AEDT) to 6.30am Monday 20 November 2023 (AEDT) for maintenance. Please ensure you log out of AusTender prior to this time.

Home > Closed ATM View - DFAT/AOP/025

Closed ATM View - DFAT/AOP/025

TOMAK - Farming for Prosperity (Timor-Leste)

Contact Details

Contracts Officer

Phone: 617801111

Email Address: tomak@dfat.gov.au

ATM ID: DFAT/AOP/025

Agency: Department of Foreign Affairs and Trade - Australian Aid Program

Category: 80161500 - Management support services

Close Date & Time: 21-Dec-2015 2:00 pm (ACT Local Time) [Show close time for other time zones](#)

Publish Date: 6-Nov-2015

Location: Overseas

ATM Type: Request for Tender

APP Reference: DFAT/AOP/025

Multi Agency Access: No

Panel Arrangement: No

Description: TOMAK's goal is enable rural households, throughout the "inland watersheds" Livelihood Zone, to live more prosperous and sustainable lives. It will be realised through the following outcomes:

Economic opportunity
: Local commercial producers are partnering sustainably and profitably with agribusiness and service providers in the selected agricultural value chains

Household food security and nutrition
: Locally relevant partners trigger household demand for year-round production and utilisation of diverse and sufficient food

Figura 1. Website AusTender sobre o ATM do TOMAK (Australia, [2023]) (CC BY 3.0 AU).

Além do TOMAK ser transformado em um ATM ID, como se percebe na imagem acima da plataforma AusTender, a oportunidade de negócio vinculada a ele também é categorizada segundo um número e uma descrição, qual seja, 80161500 – Serviços de suporte de gestão. O ATM ficou aberto até 21 de dezembro de 2015,

pouco mais de um mês. A empresa Adam Smith International foi selecionada como a *contractor* para o delivery e a organização não governamental internacional Mercy Corps como a *supply chain partner* do TOMAK. Assim, este é o local e o modo pelo qual o TOMAK foi oferecido ao mercado como uma mercadoria, cujo direito de aquisição se dá mediante pagamento de serviços administrativos a quem ganha o contrato, entre outros.

O capítulo da vida social do TOMAK discutido acima, no qual ele passa a ser identificado por um código *Approach to Market ID*, saindo do DFAT para se instalar na AusTender, além, claro, de figurar na página do DFAT na seção intitulada “Oportunidades de Negócios”, é sintomática do argumento aqui proposto: estamos diante de um programa de cooperação internacional que é também uma mercadoria cuja produção e circulação articula redes globais de gestão e expertise.

Tsing (2005, 2015) nos ensina que o “global” se constitui por meio de uma série de mediações e fricções. Ong e Collier (2010, p. 11), por sua vez, destacam o papel do que denominam formas globais, como certas modalidades de documentos, na construção e articulação da ordem internacional.²³ A análise dos procedimentos que estruturam a concepção e contratação do TOMAK são exemplos do poder agentivo desses dispositivos, por meio dos quais se promovem concorrências internacionais e se perfaz uma ordem global de governança multiescalar (internacional, nacional e local).

Voltemos à análise da página do DFAT que lança e divulga o *Request for Tender* ao mercado internacional. Nela, o tom de “informação ao mercado” ganha ainda mais destaque. O primeiro tópico, Desenho de Investimento do TOMAK, além de disponibilizar o documento em hiperlinks, no modo PDF e Word, também indica um resumo do programa no setor agrícola e de segurança alimentar de Timor-Leste e oferece a justificativa central para a escolha desses setores. Se na etapa de produção do conceito, o objetivo do programa foi descrito no Conceito de Investimento (Australia, 2014a, p. 7, tradução nossa) como se segue,

23 Os autores qualificam as formas globais nos seguintes termos: “[...] they have a distinctive capacity for decontextualization and recontextualization, abstractability and movements, across diverse social and cultural situations and spheres of life. Global forms are able to assimilate themselves to new environments, to code heterogeneous contexts and objects in terms that are amenable to control and valuation. At the same time, the conditions of possibility of this movement are complex. Global forms are limited or delimited by specific technical infrastructures, administrative apparatuses, or value regimes, not by the vagaries of a social or cultural field.”

“as famílias rurais em Timor-Leste vivem vidas mais prósperas e sustentáveis”, no Desenho de Investimento, o objetivo é descrito de forma mais detalhada: “O objetivo do TOMAK é possibilitar que os agregados familiares rurais em todas as ‘bacias hidrográficas terrestres’ com uma população total de 146.000 habitantes vivam vidas mais prósperas e sustentáveis” (Australia, 2015b, tradução nossa).

A seguir, o sítio eletrônico do DFAT apresenta um segundo conjunto de informações, engajamento de *supplier* para o TOMAK e workshop para *stakeholder* e evento de *networking*. Nessa seção são compartilhados dados sobre a divulgação da licitação do programa. Entre o lançamento do Desenho de Investimento, em 14 de agosto de 2015, e a abertura do *Request for Tender*, em 6 de novembro de 2015, o departamento organizou dois workshops – em Díli, no dia 27 de agosto de 2015, e em Camberra, no dia 3 de setembro de 2015. Questões e demandas discutidas durante os eventos são também publicadas nessa seção. Dentre elas, estão a possibilidade de conexão prévia entre os fornecedores, identificação de organizações que podem auxiliar na entrega do programa, conhecimentos de “outras oportunidades de negócios futuras no programa de ajuda australiano e como fazer negócios com o DFAT para novos participantes” (Australia, 2015b, tradução nossa). Merece destaque o fato de o governo da Austrália organizar esses eventos não só para promover o TOMAK, mas para colher, dos *suppliers* e *stakeholders*, comentários e sugestões prévias ao processo de licitação. Nesse momento, os participantes desse mercado se encontram para discutir pontos relativos à implementação do programa a fim de garantir que tanto o Estado australiano quanto o *contractor* e *suppliers* tenham sucesso: o primeiro por conseguir engajar empresas e organizações na competição que ocorre por meio do *Request for Tender*; e os segundos por conquistarem o direito de gestão e implementação do programa em Timor-Leste.

As narrativas aí apresentadas se mostram exemplares de fenômenos como controle de riscos, avaliações de desempenho, métricas de monitoramento, flexibilidade, minimização de custos, entre outros usuais nas práticas neoliberais de gestão das empresas privadas (Dardot; Laval, 2016; Hameiri, 2009) e que se fazem também presentes, ou ao menos desejadas, na governança do TOMAK. As discussões ocorridas durante o evento demonstram o esforço do DFAT em alinhar o programa e o seu *delivery* com os mecanismos e técnicas de gestão de mercado. O TOMAK circula no mercado global como uma mercadoria por meio da irradiação do seu conceito e desenho de investimento e pela mediação da AusTender. Para alçá-lo à forma de mercadoria, o DFAT também precisa

mobilizar a sua “cadeia de fornecedores e *stakeholders*”. Estes eventos se caracterizam pelo objetivo central de incitar toda a cadeia de potenciais compradores/consumidores desse produto.

Outras informações disponibilizadas nessa seção da página eletrônica do DFAT são relevantes para demonstração de nosso argumento. Quatro arquivos são compartilhados a fim de prover mais informações aos potenciais candidatos à licitação: as programações dos workshops realizados em Díli e Camberra; o arquivo da apresentação do TOMAK tal como realizada nesses eventos, e, por fim, uma apresentação resumida (20 páginas) do Desenho de Investimento do TOMAK (Australia, 2015a). Argumenta-se ser importante que os candidatos estejam alinhados às políticas de cooperação da Austrália em Timor-Leste e demonstrem capacidade de articular esses conhecimentos com a forma de mercadoria que o TOMAK possui.

Por fim, chegamos ao penúltimo tópico da página no qual se apresenta os outros atores a compor o elenco do processo de delivery do TOMAK: o *Supply Chain Partner EOI Register* (Registro da Expressão de Interesse [EOI] do Parceiro da Cadeia de Suprimentos). O parceiro da cadeia de suprimentos, ou *supplier*, como temos acionado aqui, é aquele com o qual o ganhador da licitação estabelecerá uma relação de parceria para garantir o delivery do TOMAK em Timor-Leste. Essa seção disponibiliza ao mercado o formulário de registro do EOI para o TOMAK e a lista resumida de entidades que se candidataram. Diferente da proposta solicitada no AusTender, o EOI é um documento público; até hoje esses arquivos continuam disponíveis. Há alguns descompassos, desigualdades, em termos de transparência de informações, entre o processo de contratação do gestor, *contractor*, e do parceiro do gestor, *supply chain partner*, na história social do TOMAK.

Para o TOMAK, 16 potenciais parceiros se candidataram. O documento disponível no website do DFAT (Australia, 2015c), que lista todos que se submeteram, classifica os candidatos a partir do tipo de organização e país de origem. Dentre os tipos de organizações, encontramos organizações não governamentais nacionais e internacionais, empresas de consultoria e serviços especializados tanto nacionais quanto internacionais, institutos de formação, e uma última definida como “commonwealth organisation”. No caso dos países de origem, indica-se que, das 16 organizações candidatas, 9 são leste-timorenses; 1 é indonésia; 4 são australianas; 1 é estadunidense; e 1 é alemã.

O processo para seleção do parceiro que auxiliará na entrega é somente intermediado pelo DFAT. Isso significa que o departamento não é o responsável pela seleção, mas apenas por acionar as organizações interessadas para que estas se candidatem por meio do preenchimento do formulário. O *Express of Interest*, então, é um formulário preenchido pelas organizações a partir do modelo fornecido pelo DFAT. Como o nome nos indica, trata-se de uma expressão de interesse de participar da implementação, mas a relação contratual será estabelecida e manejada pelo *contractor* que ganhar a licitação. Nesse caso, a competição continua sendo o principal meio de seleção. Para a primeira fase de implementação do TOMAK (2016-2021), a empresa Adam Smith International (ASI) foi selecionada como *contractor* e a organização não governamental internacional Mercy Corps foi apontada por aquela como a *supply chain partner*. O *Express of Interest* é o documento que sumariza as informações básicas da organização que está se candidatando para ser selecionada como parceira na cadeia de implementação do programa. A primeira seção indica os “Detalhes da organização”, em seguida tem o tópico “Perfil da organização/Áreas de atuação e expertise/link para o website” e finaliza com o terceiro ponto “Breve resumo de experiências relevantes”. O documento da Mercy Corps (Australia, 2015d) conta com duas páginas.

As propostas de gestão submetidas ao DFAT não estão disponíveis, ao passo que os EOIs sim. Não há uma demonstração de qual o critério que fez com que a ASI fosse selecionada. O que se sabe sobre a ASI, para além do fato de que o seu nome é de um importante teórico da economia clássica, é somente o que está disponível no seu próprio website.

A empresa tem mais de 30 anos de atuação e foi registrada inicialmente na Europa. Estabeleceu um escritório permanente na Austrália, em 2012, para “apoiar o programa de ajuda australiana e outros clientes na Ásia e no Pacífico” (Turner, 2023, tradução nossa). Não temos informações específicas sobre a documentação apresentada por ela e o valor demandado para suas operações, mas vale ressaltar que operar um programa de desenvolvimento em qualquer contexto classificado como “menos desenvolvido” requer o pagamento de especialistas de alto nível, consultorias e trabalhadores, em sua maior parte internacionais, para que possam viver ou viajar para esses lugares e produzir relatórios, pesquisas e monitoramento com o alto nível de qualidade exigido no setor internacional e no curto prazo disponível.

A ASI, então, ganha o direito de administrar o programa como mercadoria, não por meio de um processo de compra, mas apresentando documentos no processo de licitação que são avaliados pelo governo australiano. Uma vez vencida a licitação, se transferem para a empresa vencedora os recursos financeiros para o programa ser implementado e o governo e Estado australiano se tornam assim seu cliente. Nesse percurso, então, o programa transita entre o regime de dádiva e de commodity: ele começa como uma política australiana de doação destinada a combater a pobreza, a desigualdade e promover meios de subsistência sustentáveis para a população-alvo, conforme descrito em seus documentos de conceito e desenho, mas é negociado no mercado global de empresas como uma mercadoria de tipo serviço que é produzida de acordo com as demandas desse mercado. O fato de o programa ser uma mercadoria nesse estágio de pré-implementação não impossibilita que ele retorne a atuar como dádiva quando se instala em Timor-Leste.

O regime de troca de commodity em que o DFAT/AusAID e a Adam Smith International atuam tem suas particularidades. Know-how, expertise e conhecimento são as mercadorias contratadas e remuneradas pelo Estado australiano a fim de propiciar a execução do programa de desenvolvimento. Esses atores, contudo, engajam-se em relações de longa duração, caracterizada por certa interdependência, que diferem muito das trocas de mercado ordinárias.²⁴ Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o que é alienado temporariamente pelo Estado australiano é a gestão do programa e não a totalidade dele. A Adam Smith e Mercy Corps são prestadoras de serviço ao Estado australiano, que conserva para si a concepção e grande parte do capital simbólico implicados no programa. Tais fatos permitem a existência ambivalente do programa, em diferentes contextos: em Timor-Leste como dádiva e no mercado global de concorrências internacionais, como mercadoria.

Uma vez que uma empresa é escolhida para operar o programa, ela se compromete a aderir ao Desenho de Investimento (Australia, 2015a) e à conceitualização do programa, usando sua experiência, habilidade e conhecimento. O argumento de alteração na relação econômica das comunidades de Timor-Leste visa não apenas os beneficiários, que recebem treinamento e um novo conjunto de

24 Ver nota 8.

conhecimentos em agricultura, nutrição e mercado, mas também toda a cadeia de atores, incluindo os atores nacionais envolvidos na implementação do programa.

É importante notar que o TOMAK, como outros programas da Austrália, é executado em colaboração com o Estado leste-timoreense, ainda que nesse caso, diferentemente do Seeds of Life, a parceria não se dê desde o início de produção do programa. Isso pode implicar a demanda de investimentos do Estado leste-timoreense para realização das atividades previstas no programa, transformando-o assim num tipo de mercadoria pela qual o Estado leste-timoreense também paga. Quando da elaboração dos orçamentos anuais do Estado leste-timoreense é comum seus “parceiros do desenvolvimento”, leia-se, a coordenação dos programas de cooperação executados em cada ministério, apresentarem demandas de orçamento ao Estado leste-timoreense para continuidade das atividades previstas no programa. Se num primeiro momento o programa aparece como dádiva do Estado doador, é possível que em momentos posteriores, quando o Estado local já tem uma dependência em relação ao programa, seu financiamento pelo governo leste-timoreense seja tratado como compulsório. A abordagem dos efeitos positivos dos programas em relatórios de avaliação, assim como a dívida moral contraída com o país doador – que muitas vezes financia unilateralmente a execução dos primeiros anos do programa – são elementos que influenciam a disponibilização de recursos pelo governo local.²⁵

Considerações finais

Ao longo deste artigo procuramos explorar os mecanismos técnicos e narrativos pelos quais um programa de cooperação internacional para o desenvolvimento é vertido em mercadoria. Demonstramos que isso se dá mediante técnicas de gestão que visam terceirizar a execução do programa através de concorrência internacional entre empresas privadas. Ao mesmo tempo, destacamos o papel das construções narrativas dos programas como negócios em formas globais típicas

25 Uma das autoras tomou consciência desse fenômeno ao acompanhar as pressões realizadas por coordenadores de programas de cooperação internacional sobre a diretoria de finanças de um ministério do Estado leste-timoreense em 2022.

do campo do desenvolvimento, tal como expressas nos documentos de Conceito e Desenho de Investimento. Diante da breve síntese apresentada a respeito dos objetivos e *modus operandi* do campo do desenvolvimento, as formas de manejo do TOMAK identificadas ao longo do texto revelam com transparência excepcional a figuração de um projeto de desenvolvimento como mercadoria, do modo como esse campo promove o fortalecimento e expansão da sociedade de mercado.

É importante considerar, contudo, que a identificação do TOMAK enquanto uma mercadoria não é destacada em sua vida social em Timor-Leste. Por lá, ele é apresentado mais como uma dádiva do Estado australiano à população leste-timorense, por meio da manutenção do logo da AusAID, por exemplo. Tal fato nos leva a propor que a caracterização do TOMAK como dádiva e, consequentemente, o ocultamento de sua face mercadoria, constitui seu próprio fetiche. De certo modo, esse fetiche é aplicado a muitos (ou quase todos) os programas de cooperação para o desenvolvimento em Timor-Leste e alhures. Embora saibamos, como compartilhado na primeira seção deste artigo, que a indústria do desenvolvimento está sobretudo a serviço da expansão dos mercados para as economias nacionais dos países doadores, isso quase sempre é silenciado nas praxes cotidianas do desenvolvimento. Do ponto de vista formal, procura-se legitimar os programas e projetos de desenvolvimento para fortalecer os direitos humanos, reduzir a pobreza e desigualdade econômica e melhorar os índices nutricionais, entre outros mobilizadores políticos comuns ao campo.

Enfatizamos a importância de se analisar os modelos de documentos, a técnica da escrita e a episteme utilizada para produzir um programa de desenvolvimento, assim como os demais dispositivos utilizados para acompanhá-lo durante sua implementação. A criação e implementação de um programa de desenvolvimento exigem habilidades específicas e competências linguísticas que são definidas durante a fase de conceito e desenho. Essas habilidades serão essenciais para tornar o conceito uma realidade em um novo país, mesmo que essa seja também construída através da escrita. Isso porque as práticas e modos de escrita, fluxos de documentação, articulação de diversos textos de forma coesa e coerente são essenciais para a dinamização de redes e mercados globais, como nos ensina Riles (2010).

A terminologia dos documentos de programa padrão da AusAID, agora anexa ao DFAT, é, em si, já reveladora de como a cooperação internacional é abordada enquanto um instrumento de dinamização da economia e do mercado.

Assim, os programas são caracterizados como investimentos e os seus documentos passam por processos de avaliação mercadológicos e circulam como uma mercadoria.

A produção do TOMAK possui forma, linguagem e estética de uma mercadoria que são eclipsadas ao chegar em Timor-Leste. Este foi o argumento perseguido: o TOMAK, enquanto mercadoria, circula e ativa outros mercados antes de chegar em Timor-Leste; ao mesmo tempo, enquanto programa do Estado australiano, é implementado para que “as famílias rurais [participem] em mercados agrícolas lucrativos e [melhorem] a segurança alimentar e nutricional” (Australia, 2014a, p. 1, tradução nossa). Ao extrair as informações de como o governo australiano constrói o conceito e desenho do programa, e o transaciona no regime de troca de mercado com outras instituições globais como as empresas, estamos diante de mais uma dimensão do complexo fenômeno do desenvolvimento e da difusão de práticas econômicas de mercado (Polanyi, 2002; Silva, 2016).

Referências

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *TOMAK: Farming for Prosperity: Investment Concept*. Canberra: DFAT, 2014a. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-concept-document.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *Proposed program in Timor-Leste – TOMAK: Farming for Prosperity – Investment Concept*. *Department of Foreign Affairs and Trade*, Canberra, 2014b. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/proposed-program-in-timor-leste-tomak-farming-for-prosperity-investment-concept>. Acesso em: 3 nov. 2023.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *TOMAK: Farming for Prosperity: investment design document*. Canberra: DFAT, 2015a. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/timor-leste-tomak-investment-design.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *Updated: TOMAK – Farming for Prosperity (Timor-Leste) Request for Tender (RFT) Released*. *Department of Foreign Affairs and Trade*, Canberra, 2015b. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/about-us/business-opportunities/Pages/investment-design-and-supplier-engagement-tomak-farming-for-prosperity-timor-leste>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *TOMAK supply chain partner EOI register*. Canberra: DFAT, 2015c. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-supply-chain-partner-eoi-register.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AUSTRALIA. Department of Foreign Affairs and Trade. *TOMAK – Farming for Prosperity (Timor-Leste): expressions of interest*. Canberra: DFAT, 2015d. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/tomak-supply-chain-participant-eoi-form-mercy-corps.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AUSTRALIA. Closed ATM View – DFAT/AOP/025. *AusTender*, [s. l.], [2023]. Disponível em: <https://www.tenders.gov.au/atm/ShowClosed/8f41246d-fb6b-6df0-1bee-028dac104b47>. Acesso em: 9 nov. 2023.

AUSTRALIA CENTRE FOR INTERNATIONAL AGRICULTURAL RESEARCH. *Final report – Seeds of Life 3*. Canberra: ACIAR, 2016. Disponível em: https://www.aciar.gov.au/sites/default/files/project-page-docs/final_report_cim.2009.049.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

BISHOP, J. A new paradigm in development assistance – harnessing the private sector. *Minister for Foreign Affairs: The Hon Julie Bishop MP: Speechs*, Canberra, 29 Apr. 2014. Disponível em: <https://www.foreignminister.gov.au/minister/julie-bishop/speech/new-paradigm-development-assistance-harnessing-private-sector>. Acesso em: 10 out. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. The uses of neoliberalism. *Antipode*, [s. l.], n. 41, v. 1, p. 166-184, Jan. 2010.

HAAS, P. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HAMEIRI, S. Risk management, neo-liberalism and the securitisation of the Australian aid program. *Australian Journal of International Affairs*, [s. l.], v. 62, n. 3, p. 357-371, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10357710802286817>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.

LAWRIMORE, T. M.; VREELAND, J. R. Aid as a building bloc: Australia and the Bretton Woods Institutions. *Australian Journal of Political Science*, [s. l.], v. 53, n. 4, 463-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10361146.2018.1503997>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LEE, H. International aid for agricultural development of Timor-Leste. *The Open Agriculture Journal*, [s. l.], v. 15, p. 91-97, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.2174/1874331502115010091>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MIDDLEBY, S.; ENGEL, S. Does Australia lack strategic imagination on aid and development? *Lowy Institute*, Sydney, 7 Sept. 2023. Disponível em: <https://www.lowyinstitute.org/the-interpreter/does-australia-lack-strategic-imagination-aid-development>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MITCHELL, T. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Los Angeles: University of California Press, 2002.

MOSSE, D. Global governance and the ethnography of international aid. In: MOSSE, D.; LEWIS, D. *The aid effect: giving and governing in international development*. London: Pluto Press, 2005.

MURPHY, M. *The economization of life*. Durham: Duke University Press, 2017.

OLIVIER DE SARDAN, J. P. *Anthropology and development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books, 2005.

ONG, A.; COLLIER, S. J. Global assemblages, anthropological problems. In: ONG, A.; COLLIER, S. J. (ed.). *Global assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Malden: Blackwell, 2010. p. 1-21.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: SILVA, K.; SIMIÃO, D. (org.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 275-299.

RILES, A. *The network inside out*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2010.

RIST, G. *The history of development: from Western origins to global faith*. London: Zed Books, 1996.

ROSTOW, W. W. The stages of economic growth. *The Economic History Review*, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 1-16, Aug. 1959.

SEEDS OF LIFE. *Seeds of Life Program – Timor-Leste*. Díli: SoL, 2013.

SILVA, K. A cooperação internacional como dádiva. Algumas aproximações. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-171, 2008.

SILVA, K. *As nações desunidas: práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, K. Administrando pessoas, recursos e rituais. Pedagogia econômica como tática de governo em Timor-Leste. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 45, p. 127-153, jan./jun. 2016.

STOLER, A. L. Archivos coloniales y el arte de gobernar. *Revista Colombiana de Antropología*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 465-496, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22380/2539472X.1078>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TIMOR-LESTE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030)*. Díli: Gabinete do Primeiro Ministro, 2011.

TIMOR-LESTE. *Timor-Leste Agriculture Census 2019 – national report on final census results*. Díli: General Directorate of Statistics: Ministry of Finance: Ministry of Agriculture and Fisheries, Oct. 2020.

TSING, A. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

TSING, A. Sorting out commodities: how capitalist value is made through gifts. *HAU: journal of ethnographic theory*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 21-43, 2013.

TSING, A. *The mushroom at the end of the world*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

TURNER, W. Message from the Director of Asia Pacific. *Adam Smith International*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://adamsmithinternational.com/30th-anniversary/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Recebido: 11/11/2023 Aceito: 10/04/2024 | Received: 11/11/2023 Accepted: 4/10/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

La hegemonía de la infraestructura. Ambiente, desarrollo y las grietas del consenso en la Provincia de Córdoba, Argentina

The hegemony of infrastructure. Environment,
development and the consensus gaps in the Province
of Cordoba, Argentina

Adrián Koberwein^{I, II}

^I Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Buenos Aires,
Argentina

^{II} Universidad de Buenos Aires – Buenos Aires, Argentina

<https://orcid.org/0000-0002-6614-7692>

adriankoberwein@conicet.gov.ar

Resumen

Nos basamos en la teoría gramsciana de la hegemonía y en la teoría del valor de David Graeber para explorar las posibilidades de una contra-hegemonía al manejo ambiental del agua en la provincia argentina de Córdoba. Se analizan conflictos entre dos posiciones contrarias en la zona de Sierras Chicas. Por un lado, las propuestas hegemónicas de soluciones por medio de grandes y medianas obras de infraestructura para lidiar con las sequías e inundaciones en relación al desarrollo; por otro, a propuestas que ponderan soluciones adecuadas a las formas bio-físicas del ciclo hidrológico de un ambiente serrano.

Palabras clave: manejo de sequías e inundaciones; hegemonía y contra-hegemonía; infraestructura; desarrollo.

Abstract

We draw on Gramscian hegemony theory and David Graeber's theory of value to explore the possibilities of a counter-hegemony to environmental water management in the Argentine province of Córdoba. Conflicts between two opposing positions in the Sierras Chicas area are analyzed. On the one hand, the hegemonic proposals of solutions by means of large and medium-sized infrastructure works to deal with droughts and floods; on the other hand, proposals that emphasize solutions adequate to the bio-physical forms of the hydrological cycle in a mountain environment.

Keywords: drought and flood management; hegemony and counter-hegemony; infrastructure; development.

La crisis de la idea de progreso no es pues crisis de la idea misma, sino de los portadores de esa idea, que se han convertido en “naturaleza” que dominar ellos mismos.

Antonio Gramsci

Introducción

En el presente artículo, reflexiono sobre la dimensión del poder inscrita en los procesos de transformación del ambiente; concretamente, sobre las formas de solucionar problemas ambientales por medio de la infraestructura asociada históricamente al “desarrollo” y al “progreso”, y con la manera en que la hegemonía de estas soluciones está siendo desafiada. Abordaré el problema de la infraestructura hídrica en las Sierras Chicas de la provincia de Córdoba, Argentina, (ver plano más adelante) en un contexto ambiental que oscila entre períodos de crítica escasez de agua y de peligrosa sobreabundancia, cuando ríos y arroyos producen escorrentías e inundaciones de diferente intensidad, llegando a provocar muertes humanas, destrucción de vías de comunicación y de viviendas, así como la paralización de servicios básicos, tal como ocurrió el 15 de febrero de 2015.

La infraestructura hídrica ha estado en la provincia históricamente vinculada a la generación de riquezas, al desarrollo y al progreso, dado que ofició como medio para la producción de dos cuestiones estrechamente conectadas: la habitabilidad humana (provisión de agua potable, control de crecidas, generación de energía eléctrica), y las condiciones para la actividad agrícola (acumulación de agua para riego).

Durante las últimas dos décadas, en el marco de la búsqueda de paliativos a aquellas situaciones extremas, se fue produciendo un consenso en torno a la necesidad de intervenir más activamente sobre el ambiente. Los conflictos asomaron frente a cómo debía intervenir. En este contexto, se destacaron dos posiciones que participaron en forma desigual en la definición de las causas, las responsabilidades y las soluciones posibles. Por un lado, la posición hegemónica, representada por la voz y la acción del gobierno provincial y de los funcionarios del Estado, quienes planifican obras de infraestructura para remediar los impactos de la crítica escasez y de la catastrófica sobreabundancia.

Por otro lado, una diversidad de posiciones que proponen iniciativas más cercanas a las formas bio-físicas de regulación del ciclo hidrológico, ponderando el cuidado de la vegetación autóctona, referida como monte nativo, el principal regulador hídrico natural. Si bien a nivel concreto la cuestión es compleja, en términos abstractos el conflicto puede reducirse a una oposición entre dos formas de alcanzar un mismo objetivo: el de controlar el agua. Como ya han observado la antropología y la etnografía, controlar aspectos del ambiente y del entorno implica cuestiones de poder (véase por ejemplo: Damonte Valencia; Gonzales Negreiros; Lahud Vega, 2016; Hastrup; Rubow, 2014; Strang, 2018; Wolf, 1993, 2000).

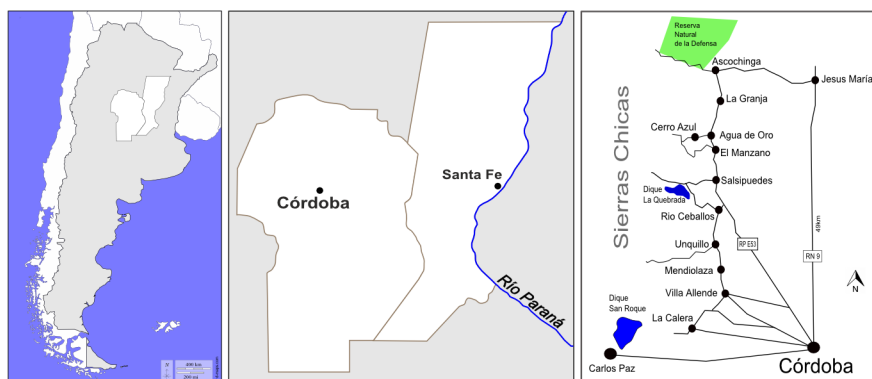


Figura 1. Plano y ubicación del área de estudio. Fuente: elaboración propia.

En la provincia de Córdoba existe una histórica hegemonía de la infraestructura en relación a los recursos hídricos. Quisiera proponer que dicha hegemonía está revelando algunos signos de resquebrajamiento, dado que ciertos consensos establecidos en relación a la forma en que se debería intervenir sobre el ambiente están debilitándose. Entiendo la infraestructura como la expresión y resultado de la aplicación del conocimiento técnico-científico a la transformación del ambiente en función de la producción de (cierto tipo de) habitabilidad humana. Nos inspiramos en una máxima gramsciana por excelencia: las relaciones humanas de conocimiento son un elemento central de toda hegemonía (Gramsci, 1986, p. 143).

Poniendo en diálogo la teoría de la hegemonía de Gramsci y la propuesta de una teoría del valor de David Graeber (2018), propongo analizar aquellas rupturas en el consenso como resultado de una confrontación entre diferentes modos de valorización de las relaciones socio-ambientales. Desde esta perspectiva, el valor es relativo al reconocimiento de las energías y acciones creativas desplegadas en la producción de aquello que es valorado, sea esto una relación, una institución, o un conjunto de objetos materiales.¹ Una forma común de expresar esta idea es decir que todo aquello que es socialmente valorado es considerado como socialmente importante, y es socialmente importante porque hemos colectivamente desplegado tiempo, recursos y energías para lograrlo. Cuando estas energías y acciones creativas se objetivan o se cristalizan en instituciones, objetos materiales o totalidades significativas, dichas instituciones, objetos o totalidades, encarnan valor (Graeber, 2018, p. 112, 140 y ss.). En tiempos de crisis, afirma el autor, el orden social se transforma en una arena en la cual las expresiones de valor establecidas pueden ser desafiadas por quienes producen valores alternativos o de oposición. En este sentido, la cuestión fundamental es la lucha por establecer qué es el valor (cf. Graeber, 2018, p. 156). “[L]as luchas respecto del valor siempre son, en última instancia, políticas” (Graeber, 2018, p. 191). Sin embargo, el autor no ofrece, a nuestro juicio, herramientas teóricas sólidas para el análisis. La razón de ello se deba tal vez al fuerte anclaje etnográfico de su teoría: en cada universo concreto, estas luchas políticas adoptarán características y dinámicas específicas. ¿Cómo se desafían los valores establecidos y a través de qué medios? ¿Cómo se logran establecer nuevas formas de valor, aunque más no sea en una relación desigual con las dominantes? Es sobre estos interrogantes que la teoría de la hegemonía nos permitió orientar el análisis.

Nos basamos en materiales producidos en diferentes campañas de campo realizadas entre los años 2011 y 2018, centradas en la implementación de

1 Estas cuestiones parecerían conducirnos al ya clásico problema de las tensiones entre estructura y agencia. Sin embargo, Graeber (2018, p. 116-129, 142, 149) propone, apelando a las reflexiones de Marx y Engels en *La ideología alemana*, que la “estructura” puede ser entendida como patrones de acción creativa. La concepción de acción aquí desplegada es homóloga a la concepción marxiana de trabajo en su sentido amplio, que refiere a una acción intencional transformadora que se orienta hacia un objetivo. En este sentido, “la cuestión crucial es que lo que llamamos estructura no existe antes de la acción. En última instancia, la ‘estructura’ es idéntica al proceso de su construcción” (Graeber, 2018, p. 120).

herramientas etnográficas de observación participante en diferentes espacios: asambleas de vecinos, actos políticos de campaña electoral, manifestaciones callejeras, festivales por el agua y el ambiente, reuniones con funcionarios y políticos, charlas con miembros de cooperativas de agua. La etnografía implementada fue multisituada (Marcus, 2001). Bajo esta modalidad, no se trata de abordar la “totalidad” de la vida social en un espacio localizado, sino de rescatar la manera en que actores dispersos actúan en un universo que excede los límites de la comunidad local de pertenencia. Además, y como afirma Little (2006, p. 92 y ss.), la etnografía de los conflictos ambientales tiene particularidades que hacen que el método deba ser, además de multisituado, multiescalar. Este tipo de abordaje no resultará en un texto exhaustivo en “detalles etnográficos”, o que pueda asociarse a aquello que Geertz (2003) llamaría una descripción densa. El costo que se paga es que los contornos de los grupos quedan difusos –como siempre lo han sido, decía Barth (1976)–, mientras que la productividad reside en la posibilidad de focalizar en procesos cuya explicación excede el caso aldeano o las “visiones del mundo” basadas en la pertenencia a algún grupo o comunidad local.

Además, se ha apelado a información de los medios de comunicación para obtener datos respecto de las posiciones públicas de los organismos del estado o de actores políticos relevantes. Hemos utilizado también documentos escritos producidos por aquella diversidad de actores, recurriendo también a la historia para recuperar elementos del pasado de la infraestructura hídrica.

La zona de investigación abarca el faldeo oriental de las sierras, cuyo componente urbano se extiende unos 45 km hacia el norte de la Ciudad de Córdoba, abarcando las áreas de influencia de los Municipios de Unquillo, Río Ceballos, Salsipuedes, Agua de Oro y La Granja.

Debido a las condiciones geográficas y climáticas, los ciclos de escasez y sobreabundancia de agua han sido históricamente recurrentes en las Sierras Chicas. Sin embargo, estos ciclos están generando impactos cada vez más intensos en función de la actividad antrópica y del avance de la ocupación del espacio sobre zonas de alto riesgo de inundaciones (cf. Chiavassa; Ensabella; Saavedra, 2012; Deon, 2015; Ensabella; Chiavassa, 2019). Como veremos, las oscilaciones entre la escasez y la sobreabundancia están incorporadas en las imaginaciones históricas respecto de la infraestructura, y fueron centrales para la justificación de la necesidad de controlar el agua.

A continuación preciso las condiciones históricas de la hegemonía de la infraestructura hídrica en la Provincia de Córdoba. A partir de allí abordo la manera en que se despliega en el presente, para finalmente tratar con ciertas rupturas en el consenso que son reveladas cuando las comprendemos como el resultado de una confrontación entre diferentes modos de valorización (Graeber, 2013, 2018) del entorno socio-natural. Localmente, estos diferentes modos se expresan en un conflicto entre el *desarrollo* y el *desarrollismo*. Concluyo con reflexiones teóricas basadas en el análisis propuesto, que giran en torno a los límites de la posibilidad de explicar los fenómenos expuestos en términos de una contra-hegemonía.

Las bases históricas de la hegemonía de la infraestructura hídrica en Córdoba

Uno de los pilares de la hegemonía es, para Gramsci, la producción del consenso. Es decir, la creación activa y coordinada de la identificación de “los gobernados” con la idea de que “los gobernantes” ejercen el poder en beneficio de toda la sociedad.² (Gramsci, 1986, p. 136) En este sentido, la hegemonía tiene una función organizadora y directiva de la vida social, y por lo tanto implica una moral y una ética política tanto como una visión del mundo. Tal vez por ello muchos autores ponen énfasis en los significados como la clave de la hegemonía (Williams, 2000; Wright, 1998). Es cierto, es la clave y el mayor aporte de Gramsci a las teorías del poder. Pero como él mismo advierte, ello no debería hacernos pensar que la hegemonía está hecha únicamente de significados, pues “tiene su base material en la función decisiva que el agrupamiento hegemónico ejerce sobre el núcleo [...] de la actividad económica” (Gramsci, 1981, p. 173).

Córdoba es una de las provincias argentinas pioneras en la modificación del entorno a gran escala a través de medios técnicos para producir habitabilidad para la población humana. Así lo indica la profundidad histórica en relación a la construcción de embalses para el almacenamiento de agua potable, riego y

2 La distinción gobernantes / gobernados no implica su sentido común. En Gramsci, los gobernantes no son exclusivamente los políticos que ostentan un cargo representativo o los funcionarios que cumplen su rol en la burocracia. Un empresario, un intelectual o un técnico pueden ser tan “gobernantes” como un legislador o un ministro, si cada uno de ellos cumple un rol organizativo y directivo de los procesos sociales, económicos, políticos y culturales.

control de crecientes. En 1891 fue inaugurado el Dique San Roque, el embalse más conocido de la Provincia. Algunos afirman que fue el primer embalse de envergadura construido en América del Sur (R. B. Mestre, en Frías, 1985, p. 7). Fue, además, el dique que por entonces más cantidad de agua habría embalsado en todo el mundo (Frías, 1985). Su construcción abarcó el período 1884-1889, habiendo sido imaginado por el gobernador de Córdoba como

[U]n proyecto cuya ejecución operará el cambio más radical y más favorable en nuestra Provincia [...] Me refiero al riego de esta gran zona de tierras sin cultivo ni vegetación alguna que rodea a la ciudad [...] cuyos terrenos una vez en condiciones de recibir la agricultura, [...] se convertirán en la verdadera riqueza para nuestra Provincia. [...] [Y] nos pondremos a cubierto de la amenaza constante de grandes crecientes, que no solo causan ingentes daños a los particulares que tienen sus propiedades a la costa del río, sino que ocasionan cuantiosas erogaciones a los poderes públicos, sobre quienes pesa el deber de preservarlos contra sus desastrosas consecuencias (Miguel Juárez Celman, 1881 *apud* Frías, 1985, p. 144).

Actualmente, Córdoba cuenta con 16 diques y es una de las tres provincias con mayor presencia de embalses cuyo espejo de agua supera los 7 km². En Córdoba se construyó la primera presa de arco de Sudamérica, conocida como el Dique San Jerónimo.³ El dique Cruz del Eje es reconocido por contar con un paredón que es, con sus 3.2 km de longitud, el más extenso de Sudamérica, y el tercero a nivel mundial (al menos al momento de su inauguración). Actualmente, los embalses proveen agua potable y para riego, energía eléctrica, y ofician también como amortiguadores de las violentas crecientes de los ríos en verano.

Dada su centralidad, podría decirse que estamos tratando con la infraestructura como un valor, si es que la ponderamos en términos de su importancia social. Desde el punto de vista de Graeber (2018) estos valores son procesos, objetos o fenómenos que expresan material e imaginariamente una cierta cantidad de energía creativa (o trabajo social) invertido en su producción y reproducción,

3 “Las presas en arco transmiten el empuje del agua hacia su fundación y sus apoyos [...]. Para lograr sus complejas formas se construyen con hormigón y requieren gran habilidad y experiencia de sus constructores [...]” (Red Científico Tecnológica para la Gestión del Riesgo de Desastres, 2017, p. 12-13).

y ello en función de objetivos definidos. Como se desprende de la cita anterior, en 1880 estos objetivos se condensaban en la generación de riqueza, un fenómeno que con el tiempo comenzará a tomar el nombre actual de “desarrollo”. La infraestructura hídrica puede entenderse entonces como trabajo social acumulado cuyo valor forma hoy parte de la historia de la constitución del territorio. Es allí en donde residen las bases de la hegemonía de la técnica y de la ciencia en relación al manejo de agua en Córdoba.

La infraestructura hídrica está cargada además de múltiples sentidos, que se proyectan más atrás en la historia. Quienes están comprometidos con la gestión hídrica en Córdoba rescatan el trabajo pionero de La Compañía de Jesús, una orden religiosa que se radicó en Córdoba en 1573, “estableciendo un sistema cultural-social único que marcó el desarrollo de la provincia [...] construyendo sistemas hidráulicos para el riego de las tierras de cultivo y el aprovechamiento de la potencia hidráulica” (Reyna; Reyna; Lábaque, 2013, p. 60).

Los tajamares jesuitas de la provincia, construidos durante el siglo XVII, son considerados como los más antiguos de Latinoamérica (Reyna; Reyna; Lábaque, 2013), siendo admirados en el presente, dado que algunos aún se preservan. Uno de ellos, ubicado en la localidad de Alta Gracia, fue declarado Patrimonio de la Humanidad por parte de la UNESCO.

La historia de Córdoba reconoce así varios “récores” relativos a la infraestructura hídrica: primeros tajamares construidos hacia el 1600. Primer dique de ingeniería “moderna” construido en la Argentina, y el más grande del mundo por entonces; primera vez que se utiliza cierta técnica de construcción de embalses en Sudamérica. Así, el pasado, el presente y el futuro (toda obra de infraestructura es también una promesa), se funden para producir el reconocimiento de las energías creativas acumuladas en torno al manejo de las aguas, nutriendo un relato que aporta las bases materiales y simbólicas de una hegemonía de la infraestructura. Esta historia es incorporada como parte de un relato de éxito en el dominio de una naturaleza hostil que obligó un despliegue de esfuerzo y creatividad técnica para superar dicha hostilidad.

Al ser objetivación de trabajo social, la infraestructura hídrica y su historia, ofician como una medida de la importancia de la manipulación técnica del entorno para el desarrollo. Como veremos, esta hegemonía está siendo cuestionada. Pero antes de encarar los cuestionamientos, abordemos cómo se manifiesta actualmente.

El agua de Córdoba, entre la escasez y la sobreabundancia

En Sierras Chicas, alrededor del año 2007, comenzó uno de los más graves períodos de escasez de agua de los últimos tiempos. Las primeras explicaciones públicas apuntaron a la situación de haber estado pasando por un período de fuerte sequía. Otro tipo de razones existían, aunque con poca incidencia en los debates. Ante la sostenida escasez a pesar de algunas precipitaciones, comenzaron a imponerse explicaciones que incorporaron el factor humano. La demostrada publicación de los resultados del censo provincial del año 2008 ofreció información de algo que ya se sabía, pero que no había sido oficializado hasta entonces: las Sierras Chicas habían sido testigo de un récord histórico en su crecimiento poblacional y urbano. La región ha recibido, durante los últimos veinte años, un influjo cada vez más intenso de nuevos residentes. Muchos se han radicado en los pueblos serranos para dedicarse a alguna actividad económica relacionada con el turismo. Otros han mantenido sus relaciones laborales en la Ciudad de Córdoba, pero se mudaron a la zona buscando formas de habitar más amigables que las de la ciudad. Se ha considerado que muchos pueblos de las Sierras Chicas se encuentran en plena transformación hacia lo que se conoce como “pueblos dormitorio” (Cerato *et al.*, 2018). Motivados por una necesidad percibida de alejarse de los centros urbanos, y por la disponibilidad de medios para realizarlo, los desplazamientos de población de la ciudad a las sierras fueron paulatinos, pero sostenidos durante las últimas décadas.

Este fenómeno fue entonces incorporado como parte de las causas de la crisis hídrica. Desde el año 2008, el por entonces y actual Gobernador de Córdoba Juan Schiaretti⁴ afirma tener la solución para los problemas de escasez hídrica: un acueducto que transporte agua desde el Río Paraná.⁵ El acueducto tuvo varios trayectos imaginados, pero en todos ellos la idea era que pasara por la provincia de Santa Fe (algo inevitable, por cierto, porque el Paraná no fluye por Córdoba), proveyendo de agua a localidades de ambas provincias. Durante más

4 Gobernador de la provincia de Córdoba con mandato hasta diciembre de 2023. Ejerció la gobernación también en los períodos 2007-2011 y 2015-2019. Entre 2003 y 2007 fue vicegobernador de José Manuel de la Sota.

5 El Río Paraná es uno de los cuerpos de agua dulce más importantes del mundo. Su nacimiento se localiza entre los estados de Mato Grosso del Sur, Minas Gerais y São Paulo, Brasil, recorriendo también los países de Paraguay y Argentina, desembocando en el Río de la Plata.

de diez años, esta obra fue promocionada insistentemente por el actual Gobernador, a tal punto que se la conoce como “el proyecto de Schiaretti”.

Durante los primeros debates alrededor del acueducto, una serie de expertos hicieron circular informes que advertían que, antes de realizar semejante mega-obra de infraestructura, había que poner en condiciones la instalada. Sin embargo, no lograron que el gobernador dejara de insistir que, una vez en funcionamiento el acueducto, se solucionarían los problemas de escasez en toda la Provincia. Durante una presentación pública realizada en el año 2011, el gobernador anunciaba: “hoy es un día especial porque estamos dando el puntapié inicial para resolver definitivamente el problema de la provisión de agua potable para nuestra provincia durante el siglo XXI” (Santa [...], 2011).

En octubre de 2018, siete años después y por enésima vez, Schiaretti publicitaba el acueducto de la siguiente manera:

[L]a única solución viable es traer agua del Río Paraná. Porque el Paraná es el desagote del mayor acuífero del planeta, que es el Acuífero Guaraní. [...] Quiero señalar que así como es simbólico conseguir que el Río Paraná llegue a Córdoba, pues con este acueducto el Río Paraná llega a la Provincia de Córdoba. Es simbólico y es importante para los cordobeses. Es también la posibilidad de que no nos falte agua en las próximas décadas en la provincia porque están llegando al límite los acuíferos que tenemos. Y la garantía de que pueda haber más población y desarrollarnos y progresar, es precisamente que no nos falte agua (El Club [...], 2018).

La infraestructura ha sido parte sustancial del pensamiento moderno, y ha llegado a organizar expectativas sociales, experiencias cotidianas y discursos públicos sobre la economía y el desarrollo (cf. Carse, 2017; Radovich, 2011), jugando un rol destacado en la circulación global de energía, conocimientos, personas, bienes y capital (cf. Harvey; Jensen; Morita, 2017; Lins Ribeiro, 2007). El proyecto se inserta decididamente en este tipo de dinámicas; pero debemos considerar que la obra estaba recién promocionándose, y funcionando como una promesa de solución a los problemas hídricos, operando en forma muy similar a lo que Lins Ribeiro (2003) llamaría una “tecnotopía”. Heredera de la ideología del progreso y una forma contemporánea de hegemonía, la tecnotopía es justamente una gran promesa y un “metarrelato de la salvación del mundo contemporáneo” (Lins Ribeiro, 2003, p. 93); una especie de operación simbólico-hermenéutica

típica de las utopías, aunque mediada por la tecno-ciencia, dado que la salvación llegaría, justamente, gracias a ella. En este caso, una salvación provista por una tecnología ingenieril que permitiría que suceda algo imposible: que el Río Paraná llegue a Córdoba.⁶

Estas promesas tecnotópicas conllevaban una impronta económica no menor. Por un lado, el acueducto fue anunciado en reiteradas ocasiones para abastecer de agua a la ciudad de Córdoba y a las Sierras Chicas. Como decíamos arriba, la zona había sido objeto de un fuerte crecimiento poblacional y urbano. El desarrollo inmobiliario, por supuesto, acompañó tal crecimiento. Los loteos de las sierras y la consecuente construcción de complejos habitacionales y turísticos presionaron sobre la existencia de un ya mermado recurso hídrico. Así, la falta de agua amenazaba con imponer un límite natural al mercado de tierras y de la construcción. El acueducto desde el Paraná ofrecía una promesa de continuidad para el desarrollo.

Muchos expertos sostuvieron que existían alternativas. Así, durante una entrevista radial, un biólogo, presidente de una de las ONG ambientales más importantes de Córdoba, afirmaba lo siguiente:

Lo que puede llegar [por el acueducto] sería [...] más o menos lo que puede llegar a derivarse desde [el canal] Los Molinos. Tendría un excedente de diez metros cúbicos por segundo, o sea que con Los Molinos alcanzaría y sobraría agua [...]. Con costos absolutamente distintos. [...] Con solamente mejorar el sistema de riego que tenemos en el cinturón verde de Córdoba [...], se podrían ahorrar los dos metros cúbicos por segundo que estaría previsto traer del Paraná. Pero con costos que podríamos decir, en un caso, de 17 millones de dólares, y en otro caso de 950 millones de dólares. Realmente el tema de traer el agua del Paraná es absolutamente irracional desde todo punto de vista. Energético, económico, no cierra por ningún lado.⁷

6 Algunos periodistas se burlaron de aquella metáfora pronunciada por el gobernador. Lo hicieron seguramente desconociendo u omitiendo intencionalmente la referencia a un histórico anhelo de la elite Cordobesa que, durante fines el siglo XIX y principios del XX, quiso encontrar una manera de llegar navegando hasta el Río Paraná construyendo un canal aprovechando las aguas de los ríos cordobeses. Véase Huergo (1902) y Frías (1985). Es probable que, cuando el gobernador Schiaretto afirmó que era simbólico e importante que el Río Paraná llegara a Córdoba, se estuviera refiriendo implícitamente a aquél histórico proyecto.

7 Programa “Nada del otro mundo”, Radio Universidad AM 580, emitido el 4/1/12.

Un Ingeniero de la cooperativa que brinda el servicio de agua de red en la localidad de Unquillo me comentó, durante una charla, que la obra técnicamente era posible, pero que implicaba una inversión demasiado grande.

Además habría que bombearla, no podría llegar por gravedad. Por la energía que se gastaría, el litro de agua llegaría acá a un costo impagable. Si se trae de Corrientes puede llegar por gravedad, pero tenés que construir un acueducto muchísimo mas largo.

Desde la posición hegemónica, la necesidad de invertir en infraestructura para la provisión de agua estaba fundada en que el progreso o desarrollo era una fuerza inevitable que obligaba a más desarrollo y, por lo tanto, a una inversión en infraestructura que lo acompañe. En este marco, aquél acueducto expresaba una promesa de solución a los problemas hídricos, y la magnitud del progreso imaginado.

Contra estas formas tecnotópicas excluyentes (una “única solución viable” comunica un rechazo de otras), muchas agrupaciones de la sociedad civil entendieron el proyecto como un signo de la negativa del gobierno a reconocer el problema hídrico como una cuestión de política ambiental integral que debía ser abordado en forma diferente, y con la participación de la población. Las propuestas alternativas, apoyadas por varios científicos, implicaban frenar el desmonte y cuidar las cuencas hídricas, para así minimizar los extremos del ciclo hidrológico. El objetivo de la participación implicaba además la necesidad de que las organizaciones locales fueran escuchadas y consultadas ante cualquier propuesta de solución técnica encarada por el gobierno. Estas oposiciones a las formas tecnotópicas de intervención ambiental estuvieron impulsadas en principio por aquellos nuevos residentes que habían llegado a la región. Si bien la mayoría de las agrupaciones están compuestas por ellos, la explicación de la fuerza que obtuvo la oposición no puede explicarse sólo en función de este fenómeno. Como veremos, muchas autoridades locales y funcionarios de los pueblos, en su mayoría nacidos y criados en la zona, también se enfrentan a estas formas de lidiar con los problemas socio-ambientales relativos al agua.

Mostraremos a partir de aquí cómo el consenso en torno a la infraestructura como solución última se está debilitando. Veremos que ciertas rupturas en el consenso no se dirigen a impugnar la necesidad de infraestructura, sino la idea

de que las intervenciones por parte del gobierno se realizan para el bien común. El fenómeno no es claro a simple vista, porque una característica de toda hegemonía es que impone los términos y condiciones mismas de los conflictos. Es decir, organiza las bases materiales y los sentidos en que el conflicto debe ser encauzado. Esta es su principal función organizadora. Esto quiere decir que los “modos de acomodarse”, como dice Roseberry (1994), confrontar o resistir a la hegemonía, son moldeados por el proceso hegemónico mismo. El eje central, nos recuerda el autor, es entonces explicar aquellos puntos de ruptura. Sin embargo, las rupturas no quedan explicadas sólo mencionando la presencia de elementos discursivos que se oponen a la hegemonía, pues dichos elementos son parte del funcionamiento de la hegemonía misma. Debemos articular lo discursivo / simbólico / expresivo / significativo, o como queramos llamarlo, con los procesos materiales de organización, producción y reproducción de la vida en sociedad.

Las grietas del consenso

En febrero de 2012 tuve una conversación con el Director de Obras Públicas de una de las municipalidades más importantes de las Sierras Chicas. Durante la charla, me comentó lo siguiente. Reproduzco sus palabras tal como las tengo registradas y en extenso, dado que ilustran el uso de un conocimiento difundido por profesionales de la biología (y de otras ciencias como la geografía) para explicar la manera en que estaba cambiando el entorno social y ambiental en la zona:

Nunca fui ecologista. Te hablo de mi experiencia que soy nacido y criado acá. Nunca fui ecologista ni lo soy ahora, aunque un poco de conciencia hay que tener. El tema del bosque serrano es uno de los grandes problemas. Te hablo del desmonte por los loteos, es increíble cómo avanzan sobre la sierra. Acá, en la dirección de planeamiento urbano, viven acosados por el avance inmobiliario, tienen presiones constantes. Nosotros desde la muni no sabemos qué hacer, no damos la factibilidad hídrica, pero igual edifican, construyen, lotean. Y después les tenés que dar el agua. Es imparable. Cuando yo tenía 15 años, acá éramos cinco mil habitantes, ahora estamos entre veinticinco, veintiséis mil. En aquella época los ríos se secaban una vez al año. Ahora, esto que ves, que el río tiene agua acá en el

pueblo, desde hace muchos años que no se ve. La última lluvia antes de esta, bajó con todo el agua. Entró en los comercios, llevó autos... pero así como cayó, se fue. Por la erosión, el desmonte, la construcción. La única forma que tenemos de parar los loteos es declarar la emergencia hídrica y ahí se suspenden. Mirá qué paradoja, yo preferiría vivir en emergencia hídrica para que no se lotee más.

Esta conversación, y particularmente aquella paradoja que mencionó el Director, me llevó a formular una hipótesis de exploración en campo, que fue la siguiente: el acueducto desde el Paraná estaba funcionando como una promesa de agua futura para así contrarrestar las fuerzas que pretendían frenar o ralentizar el desarrollo. Estas fuerzas eran varias: por un lado, las iniciativas municipales, principalmente legales y administrativas como las que mencionaba el Director de Obras Públicas. Así, las declaraciones de emergencia hídrica habilitaban al municipio a suspender las subdivisiones de tierras para su venta. No se prohibía vender, tal cosa hubiera sido muy difícil. Se prohibía fragmentar la propiedad (el loteo) mientras durara la emergencia. La suspensión de las certificaciones de factibilidad hídrica eran otra herramienta muy usual. Pero también me refiero a fuerzas que provenían de sectores de la sociedad civil, aquellos sectores nucleados en agrupaciones formales e informales que estaban atentas a los impactos del crecimiento en el paisaje y la naturaleza serrana.

Aquella hipótesis de campo me indicaba que el gobernador estaba comunicándole a los agentes del desarrollo que vendieran y construyeran tranquilos, porque agua no faltaría. La hipótesis fue hecha pregunta para mis interlocutores: ¿Puede ser que Schiaretti esté anunciando este acueducto para no suspender los loteos? La respuesta fue, sistemática y unánimemente, sí.⁸

No fue la primera vez que me encontré con expresiones que suponían una crítica al avance del desarrollo y a “los negocios” con la naturaleza y el agua. En gran cantidad de charlas sobresalía un elemento común: al momento de señalar a los responsables de la crisis, el sujeto de responsabilización era doble. Por un lado, se condensaba en la figura de los mandatarios que gobernaron Córdoba

8 El rigor etnográfico obliga aquí a hacer una aclaración, sobre todo para el lector no informado en esta metodología: la respuesta afirmativa de mis interlocutores no debe ser tomada como una forma de corroboración fáctica de la hipótesis de campo. Sólo indica que los gobernantes son vistos como protagonistas activos de estas dinámicas *desarrollistas* que son entendidas como destructoras del entorno.

alternadamente desde principios del siglo XXI: José Manuel De La Sota,⁹ y Juan Schiaretti. Independientemente de quién ostentara el cargo en el momento referenciado en las conversaciones, ambos eran señalados como quienes manejaban los “grandes negocios” de la provincia, especialmente los vinculados a la tierra. Por otro lado, el responsable de la crisis hídrica tomaba cuerpo en una figura abstracta y múltiple: *los desarrollistas*, que avanzaban sin control sobre la naturaleza y el hábitat. Pero la mayor responsabilidad recaía sobre el gobierno y sobre los funcionarios provinciales, dado que eran considerados como quienes debían controlar y ponerle un freno a aquellos *desarrollistas*.

Durante una de las asambleas de vecinos reunidos por el problema del agua de las que participé, se debatió sobre la presentación de un amparo por extracciones ilegítimas de agua; la asamblea había entrado en contacto con un abogado, y lo siguiente afirmó, frente a las personas reunidas, quien había conversado con él:

hay varios emprendimientos inmobiliarios de De La Sota ahí arriba, que están sacando el agua, y un emprendimiento minero de tungsteno que, según tengo entendido, es un mineral liviano que se lava con agua. Bueno, están sacando el agua de ahí y de los ríos de La Quebrada. [...] El abogado, teniendo ese dato, necesita de alguien que se sume a la demanda, y él la haría.

En la misma localidad, que por entonces era la que más intensamente sufría la escasez de agua, circulaban relatos que comunicaban que el agua era *el principal negocio de De la Sota*, a quien le convenía económicamente la situación de crisis hídrica, razón por la cual las soluciones a la crónica escasez no llegaban. El transporte de agua en camiones desde otros lugares implicaba un costo para la administración local. Cuando esta logística no resultaba suficiente, muchos habitantes se veían obligados a comprar agua para así llenar sus tanques domiciliarios. Se decía que De la Sota era quien controlaba este mercado, beneficiándose de la situación crítica a costa de los habitantes. Así, existía una sensación generalizada de que los supuestos responsables del bien común se estaban aprovechando de quienes padecían la crisis.

9 Fallecido en un accidente de tránsito en el año 2018, fue uno de los políticos más importantes e influyentes de la Provincia de Córdoba. Tres veces gobernador de la Provincia por el Justicialismo, durante dos períodos consecutivos entre los años 1999 y 2007 y nuevamente entre 2011 y 2015.

Aunque estas situaciones revelan ciertas condiciones que tienden a un resquebrajamiento del consenso en torno a que “los gobernantes” –en el sentido gramsciano– ejercen el poder por y para el bien común, no es suficiente para afirmar la existencia de una ruptura. Pero se trata de fenómenos de importancia central para comprender sus condiciones de emergencia, que empiezan a vislumbrarse retrospectivamente en el análisis para la época en que se crea, en el año 2012, la Coordinadora Ambiental y de Derechos Humanos de las Sierras Chicas. Esta agrupación tuvo (y aún tiene) el propósito de articular, en un *frente de lucha común*, las problemáticas y demandas relativas al ambiente de las diferentes localidades de la región. Con la puesta en funcionamiento de la Coordinadora, los diversos conflictos que hasta entonces habían tenido una expresión específicamente local, comenzaron a ser impulsados y visibilizados como enmarcados en una problemática común a toda la región de Sierras Chicas. Desde su creación, organizaron manifestaciones, petitorios, conferencias de prensa, encuentros y charlas con científicos sobre el cuidado de las cuencas y el ambiente o la vegetación nativa, posicionándose como una voz influyente en las cuestiones hídricas y ambientales.

A principios del año 2014, la Coordinadora –que por entonces reunía a unas 14 agrupaciones– hizo circular un comunicado de prensa que se refirió a una reunión que habían organizado los intendentes de las localidades serranas junto con los responsables de las cooperativas de servicios públicos para buscar soluciones. Luego de enfatizar que a la reunión no habían sido convocadas las “fuerzas vivas de la región”, señalaron que

el diagnóstico del cónclave reunido en Río Ceballos solamente aportó soluciones ‘técnicas’ que no resuelven el problema de fondo. Que estamos atravesando una emergencia ambiental provincial sin precedentes, íntimamente ligada en nuestra región a los incendios y los desmontes [...]. Que la crisis hídrica no es casual ni una ‘desgracia del cielo’: aunque llueva, el agua pasa muy rápido porque no hay bosque que la retenga, provocando, además, inundaciones. [...] Que las políticas impulsadas por la provincia [...] y los municipios se ‘gestionan’ primando los intereses de grandes grupos económicos.¹⁰

10 Fragmento del comunicado completo recibido por correo electrónico. Al ser un comunicado de prensa, el texto fue recuperado por varios medios. Puede consultarse, por ejemplo, en Córdoba [...] (2014).

Estos argumentos no eran nuevos, aunque tomaron una renovada fuerza al ser expresados, sistematizados y difundidos reiteradamente por la Coordinadora, una alianza entre diferentes agrupaciones de toda la región. El desmonte era considerado públicamente como una de las causas centrales de la crisis hídrica, y los debates comenzaron a reflejar una tensión, pre-existente pero cada vez más profunda, entre un desarrollo deseable en términos de crecimiento económico y progreso, y un *desarrollismo* sin planificación. Así entendido, el *desarrollismo* era expresado como aquello que, desde ciertos enfoques de la antropología, podría llamarse un “valor negativo” (Bloch, 1982; Graeber, 2018; Munn, 1986). Es decir, lo opuesto a aquello definido como deseable y/o socialmente importante y necesario, que se carga de imágenes y representaciones de “maldad moral, de pérdida o decadencia, caos y desorden” (Bloch, 1982 *apud* Graeber, 2018, p. 151), así como de actividades y fenómenos destructivos (Munn, 1986, p. 215).

Mientras las tecnotopías prometían la salvación por medio de acueductos de todos los tamaños, sobrevino la catástrofe en Sierras Chicas. El 15 de febrero de 2015, *un tsunami cayó del cielo*, como dijo el por entonces gobernador Juan Manuel De La Sota para referirse a aquella tormenta de proporciones extraordinarias. Ocho víctimas fatales, familias evacuadas, destrucción de viviendas que fueron arrasadas desde los cimientos por la corriente, daños en la infraestructura vial y de servicios, el aislamiento e incomunicación de pueblos enteros durante varios días, fueron las desastrosas consecuencias del temporal. La asignación de responsabilidades no tardó en copar el debate público. Políticos y funcionarios culparon a la naturaleza en un intento de evitar ser tenidos como responsables, mientras que los damnificados directos, las asambleas ambientalistas y una diversidad de expertos, responsabilizaron a los gobernantes por la desidia y la inacción para prevenir el desastre, pues ya se habían hecho circular documentos que alertaban que algo así podía pasar (Koberwein; Zenobi, 2021). Un grupo de profesionales de la Universidad Nacional de Córdoba había realizado, en el año 2013 y a pedido de una agrupación local, una serie de estudios sobre el estado de las cuencas de la zona. Los resultados del estudio anticiparon el peligro que implicaba el desmonte: la pérdida de la capacidad del suelo para absorber los excedentes de agua, y el riesgo concomitante de fuertes escorrentías y deslizamientos de suelo (Groshaus; Maffini; Orazzi, 2013).

Un día después de la catástrofe del 15F, la Coordinadora declaró lo siguiente a través de un comunicado de prensa:

La lluvia, esa ‘bendición celestial’ que era invocada por los intendentes y funcionarios hace poco más de un año, esta vez fue demasiada. [...] [E]n el camino se llevó vidas, sueños y parte del mismísimo acueducto que inauguraron con moño, foto y solución en cómodas cuotas. Mientras tanto, en nuestras ciudades el agua lame los postes donde cuelgan los carteles proselitistas rumbo a 2015. Ellos son, en muchos casos, los mismos candidatos y las mismas puertas que venimos tocando desde hace tres años con petitorios entregados en todas las reparticiones de la Provincia de Córdoba y en cada Municipio del corredor. Además de informes, como el que presentó la Asamblea Ciudadana Unquillo Ambiente en 2013, que advierte sobre el riesgo de deslizamientos ante inundaciones, y las notas de esta Coordinadora que exigen y reclaman participación y planificación territorial. [...] [L]as cuencas altas están siendo desmontadas, incendiadas y edificadas, desprotegiendo e impermeabilizando el suelo que pierde su capacidad de esponja. Ya no retiene el agua cuando llueve y no la libera cuando fata. Y así hoy, escurre imparable cuesta abajo.¹¹

Antes de las inundaciones, como se deduce de los comentarios que me ofreciera el Director de Obras Públicas de una de las localidades en el 2012 y del informe de la Universidad de Córdoba del 2013, la ciencia había producido y difundido información sobre el riesgo que implicaba el avance del desmonte sobre las cuencas serranas. *No fue un tsunami, fue el desmonte*, fue la respuesta de las organizaciones a De la Sota, y la frase se convirtió en una de las consignas de oposición a las políticas hegemónicas de intervención sobre el ambiente.

Los signos de la ruptura

Durante 2016, la infraestructura fue protagonista nuevamente, aunque esta vez para enfrentar la sobreabundancia hídrica. El gobierno provincial proyectó una serie de embalses para intervenir sobre los cursos de agua, tratando de prevenir futuros desastres. En una de las localidades donde se habían proyectado los diques, la oposición fue rotunda y organizada, suspendiéndose la ejecución del proyecto. En otra localidad, la oposición no fue tan rotunda, pero la resistencia

11 El comunicado me llegó por correo electrónico, pero al ser escrito para ser levantado por la prensa, puede encontrarse en varios medios, por ejemplo en Fontaine (2015).

a aceptar sin discusión los proyectos del gobierno provincial llevaron a la conformación de un comité de expertos locales compuesto por profesionales de la ingeniería, la geología, la biología y la geografía que, junto con un ingeniero de la municipalidad, evaluó las propuestas de la provincia para discutir si impugnaban la obra o elaboraban proyectos alternativos.

Un científico de este comité, criticando la lógica de estos proyectos, me comentó lo siguiente:

Fui con el GPS. La cota de ese embalse era altísima. Daba un paredón de 25m. Los ingenieros llaman a eso “micro-embalse”. De micro no tiene nada, es enorme. Para ellos la solución a un problema es un desafío, y lo resuelven como sea. Hacen los planos, los cálculos, y después llaman al geólogo, que les dice: ojo que de esta ladera va a caer mucho sedimento. No importa, le metemos más fierro, más hormigón y listo. Y el geólogo le dice: ¿por qué no lo corrés 100 metros más allá y no vas a necesitar meter más de nada? Pero no, ya lo pensaron ahí, lo hacen ahí, contentos con meter más fierro, más hormigón, más todo.

La oposición y resistencia a estos proyectos tuvieron sus condiciones de posibilidad en una conjunción de dinámicas. En primer lugar, en la desconfianza cada vez más establecida a las soluciones meramente técnicas e infraestructurales. En segundo lugar, porque los vecinos se enteraron por casualidad de los proyectos: en una localidad, un poblador había visto personas haciendo mediciones en una de las zonas del posible emplazamiento del dique, y se comenzó a averiguar de qué se trataba; en otra, se enteraron por los medios de comunicación que el gobernador había anunciado la construcción de varios diques, y que las partidas presupuestarias ya estaban asignadas. Así, el gobierno provincial, se exclamaba, *está queriendo pasarnos por arriba*. En tercer lugar, los diques estaban proyectados en espacios de protección ambiental, lo que disparó la resistencia de las agrupaciones. Estos espacios son considerados como un logro de los vecinos que protagonizaron su creación y que se involucran en una incansable defensa frente a los intereses económicos que codician las tierras. Las reservas son ponderadas como el resultado de la participación activa de las asambleas ciudadanas. Esto nadie lo negaría en la zona, pues se afirma que, dejadas a merced de las autoridades y los *desarrollistas*, hubieran desaparecido hace tiempo. Las reservas pueden entenderse también como la expresión de un trabajo o creatividad

social cristalizada y, por lo tanto, como expresiones de valor (Graeber, 2018). El hecho de que se intentara construir obras de infraestructura hídrica en estos territorios no fue menor en cuanto a la resistencia y oposición a ellas, pues la preservación del monte nativo es considerada como una forma más eficaz de protección contra las inundaciones. Estamos aquí frente al encuentro de dos regímenes de valor antagónicos que coincidieron en un mismo territorio, un fenómeno que Little (1997) llamaría de cosmografías superpuestas: contener la fuerza destructora de las aguas por medio de obras de ingeniería, o preservar la vegetación nativa para cuidar la salud de las cuencas privilegiando la regulación natural del ciclo hidrológico.

A continuación trataré con los puntos esenciales del conflicto ocurrido entre el gobierno provincial y las *fuerzas vivas* de la localidad de La Granja alrededor de la construcción de un dique en el pueblo de Ascochinga, uno de los cinco pueblos que conforman el municipio. La obra nunca fue construida dada la intensa oposición local. Este hecho revela un quiebre en torno a los consensos históricamente establecidos alrededor de la importancia o el valor de la infraestructura para resolver problemas ambientales en Córdoba.

Como adelantamos, en cada localidad de las Sierras Chicas funciona algún grupo o mesa que se preocupa por cuestiones y problemas ambientales locales. Muchos son parte de aquella Coordinadora que se creó en el año 2012, y por lo tanto realizan actividades de defensa del ambiente también a niveles regionales, e incluso provinciales. La actividad de estas agrupaciones está apoyada por científicos y científicas que viven en la zona, y que muchas veces son parte activa en las agrupaciones. Existe asimismo una preocupación constante por capacitarse formalmente o en forma autodidacta sobre las maneras en que el conocimiento científico, técnico o jurídico puede aportar a la defensa del ambiente. Tal es así que, luego de la masiva audiencia pública que sentenció al archivo el proyecto del dique, una autoridad de la provincia les habría dicho a los miembros de la Mesa de Agua y Ambiente de La Granja, que no se habían imaginado que se encontrarían con gente tan formada que pudiera impugnar el proyecto.

Decíamos que el dique fue proyectado en un espacio de conservación ambiental. Formalmente denominado Reserva Natural de la Defensa Ascochinga,¹²

12 Información sobre este tipo de reservas puede encontrarse en Argentina ([2023]).

este espacio fue resultado de la participación y acción política de un conjunto de fuerzas diferentes, entre las cuales el componente local fue determinante, siendo la Mesa de Agua un actor central del arduo proceso que llevó a su creación y consolidación entre los años 2011 y 2014. Es por ello que esta reserva es considerada como uno de los mayores logros de la Mesa. Fue también impulsada por la Dirección de Parques Nacionales, por el Ministerio de Defensa de la Nación, y por Norma Morandini, quien se desempeñaba por entonces como Senadora Nacional por la Provincia de Córdoba. La creación de la reserva no fue un proceso inmediato. Hubo oposición local, centrada en intereses sobre la tierra, y hubo que sentar las bases de la importancia social y ambiental de contar con un espacio de protección de estas características. Se realizaron reuniones, se negociaron futuras participaciones en la gestión de la reserva, hubo que atravesar y resolver conflictos en relación a los usos formales e informales de dicho espacio, como ser la presencia de actividad ganadera o la actividad de un Hotel que se encuentra en las cercanías. Hubo también que definir lo que, desde Parques Nacionales, se llamó “valores de conservación”. Es decir, hubo que probar que existían especies nativas vegetales y animales en peligro, y todo ello bajo el principio rector de la participación comunitaria local. Para definir tales valores, se realizaron talleres de los cuales participaron vecinos y vecinas de La Granja, técnicos de Parques Nacionales, científicos y científicas, así como personal de la Fuerza Aérea, que es la “propietaria” de las tierras. Desde el punto de vista local, se trató de un proceso político complejo, difícil, por momentos tenso y conflictivo, pero que redundó en que el objetivo de contar con una reserva natural se cumpliera, lo que es vivido como un logro de gran importancia.

Durante la primera semana de abril de 2016, la Mesa de Agua y Ambiente de La Granja se enteró por el diario La Voz que el Gobernador Schiaretti había anunciado un plan de obras para la regulación de crecidas que implicaba la construcción de un dique para la contención de las aguas en plena Reserva de la Defensa. Se enteraron también que estaban asignadas las partidas presupuestarias: se trataba de unos 100 millones de pesos que, en conjunto, aportarían el estado provincial y el nacional.

Inmediatamente comenzaron las averiguaciones sobre este proyecto, y la Mesa de Agua logró que el 12 de abril se apersonara en la localidad un ingeniero de la Secretaría de Recursos Hídricos de la Provincia para explicar el proyecto. Durante dicha reunión, las autoridades municipales y las vecinas y vecinos

de La Granja tomaron conocimiento de que el dique tendría un muro de veinte metros de altura, y que dejaría fluir el agua durante el curso normal del río. Cuando aumentase el caudal debido a las precipitaciones, se crearía una laguna que podía inundar hasta 20 hectáreas, para así retardar la escorrentía y frenar el impulso destructor de las aguas hacia abajo. Cuando ocurriera una creciente, además, se inundaría un camino vehicular de tierra que une a las localidades de La Granja y La Cumbre cruzando las sierras. Se estimaba que la relocalización del camino destruiría otras veinte hectáreas de la reserva, que se sumarían a aquellas veinte inundables.

Durante la reunión con el funcionario de la Secretaría comenzaron a esbozarse las primeras objeciones, que fueron relativas a lo siguiente:

- Al impacto ambiental negativo de la obra, principalmente sobre la vegetación nativa que la Reserva tiene por objeto proteger.
- Al real y efectivo funcionamiento del dique para evitar nuevas catástrofes, pues luego de la reunión quedó en claro que el embalse no podría contener las aguas en caso de repetirse la tormenta del 15F.
- A la falta de información sobre su mantenimiento, pues es sabido públicamente que los diques serranos tienen serios problemas de colmatación: el ingreso de sedimentos arrastrados por el agua merma rápidamente su capacidad de almacenamiento.

Las objeciones a la obra se cargaron también de sentidos que implicaron la metáfora de una *invasión* a un espacio entendido como un lugar propio, la reserva, aquella *parte de la naturaleza que nosotros defendemos*. Se marcó así un contraste y oposición a las formas de tratar con la naturaleza de los grandes productores agrícolas del bajo, beneficiarios y también impulsores de la obra, que *destruyen la naturaleza nativa*. Esta alusión a la *defensa* de un espacio *invadido* fue expresada como la voz de “toda” la comunidad. Lindera a la reserva, y a tan sólo 1200 metros de la futura obra, funciona una de las escuelas del Municipio. Una de las grandes dudas fue si el edificio estaría en riesgo de sufrir las repercusiones sísmicas de las detonaciones y explosiones típicas de las obras en la zona serrana, geografía en donde la roca ofrece tanta resistencia que es necesario dinamitarla.

Descontando las explosiones propiamente dichas, la circulación y presencia de material explosivo en la reserva, un espacio de esparcimiento para todas las familias, fue visto como un riesgo en sí mismo. Además, los camiones y las maquinarias, presumiblemente de gran porte, se trasladarían hasta el lugar de la obra circulando por la calle y pasando por la puerta de la escuela, lo que era anticipado un peligro para la seguridad de los niños y las niñas. De esta manera, los sentidos que se produjeron alrededor de la obra no fueron sólo técnicos. Comunicaron también que, si afectaba a los niños y las niñas, a sus docentes y a sus familias, la comunidad toda se vería afectada.

En este contexto, las objeciones técnicas iniciales fueron transformándose paulatinamente en una oposición rotunda a la obra, con argumentos que se acumulaban a medida que se obtenía mayor información, y que resultaron en la convocatoria a una audiencia pública “récord”, como fue descrita desde la prensa, con 300 oradores inscriptos, y que tuvo que realizarse en dos intensas sesiones. Luego de las siete horas que duró la primera, habían expuesto sólo 30 personas.

Una de las principales herramientas para consolidar la oposición a la obra fue un informe crítico firmado por siete científicos. El informe refutaba los principales hallazgos del estudio de impacto ambiental del proyecto, y fue firmado por seis biólogos y un geólogo pertenecientes a la Universidad Nacional de Córdoba, al CONICET,¹³ y a dos de las ONG ambientales más importantes de la Provincia. Sus observaciones más significativas fueron las siguientes:

- La falta de datos y de caracterización precisa del sistema en términos geomorfológicos, hidrológicos, biológicos y sociales.
- La carencia de datos de campo sobre el comportamiento del caudal del río.
- Una sola [y por lo tanto insuficiente] toma de datos sobre la calidad del agua.
- Se extrapolan conclusiones generales en base a [sólo] dos “recorridos” sin aclarar metodologías precisas ni criterios a tener en cuenta para el relevamiento de datos.

13 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

- Se indica que en el área de estudio la fauna es escasa, algo inverosímil teniendo en cuenta el tiempo destinado al trabajo de campo.
- A partir de los datos muestreados, no se puede predecir cuál será el comportamiento del embalse, ni asegurar que se garantizará una regulación eficiente de las crecidas.
- A partir de este estudio no se puede calcular cómo va a ser el proceso de colmatación (entarquinamiento) del embalse ni cómo la presencia del embalse va a afectar la calidad del agua.

El informe concluye que “surgen muchas dudas de cómo, a partir de la poca información existente, se puede afirmar que la construcción del embalse generará un impacto positivo” (p. 2) Estas objeciones fueron expuestas con vehemencia durante la audiencia pública por parte de las vecinas y vecinos de La Granja, que además demostraron un conocimiento muy detallado del estudio de impacto ambiental encargado por el gobierno.

Si bien el conflicto fue explícitamente expresado con el gobierno provincial, se cargó también de una tensión entre los serranos y “los de abajo”, habitantes de la localidad de Jesús María y de otras localidades, principalmente productores agropecuarios y damnificados por las inundaciones del ISF. Por razones de espacio y argumento no trataremos en detalle estas tensiones. Pero cabe mencionar que otra de las razones de la indignación fue la idea de que el gobierno estaba respondiendo a las demandas de sólo un sector de la población, los productores agropecuarios, excluyendo a otros. La Mesa de Agua y Ambiente denunció públicamente esta situación, que fue entendida como el resultado de una *complicidad* entre el gobierno provincial y la Sociedad Rural de Jesús María para la imposición de una obra que no contaba con licencia social en la zona de su construcción. Se construiría en la cuenca alta, para proteger a los de la cuenca baja. El hecho de que aquella audiencia se realizara en un espacio de la Sociedad Rural de Jesús María fue entendido como un signo de ese *atropello*. De hecho, esgrimían “los de arriba” en base al conocimiento científico, *el monte nativo que nosotros protegemos* es más eficiente que las obras de infraestructura para protegernos de las inundaciones.

Luego de meses de conflicto abierto con el gobierno provincial, las autoridades convocaron, para mediados de octubre de 2016, a una reunión para conversar

la redefinición del proyecto con la comunidad de La Granja. Finalmente, el dique no se construyó, pero pronto los conflictos ambientales por el monte nativo escalaron para abarcar a organizaciones de toda la provincia.

Ni bien concluyó este conflicto por el dique en Ascochinga, y mientras se debatía un proyecto de un dique similar en el paraje de Cabana, Municipio de Unquillo, emergió en la escena ambiental un conflicto por la actualización de la ley provincial de bosques cuyo resultado fue también el retroceso del gobierno en sus pretensiones de avanzar, *en complicidad con la Sociedad Rural*, se decía, sobre el monte nativo. Luego de una manifestación de 10.000 (diez mil) personas por las calles de la Ciudad de Córdoba realizada el 28 de diciembre de 2016 que pudo evitar que se modificara la ley en la última sesión legislativa del año, y luego de otras tantas manifestaciones, festivales y asambleas realizadas en febrero y marzo en diferentes puntos de la provincia para evitar que se vuelva a tratar, el gobierno tuvo que desistir, nuevamente, de proyectos considerados como destructores del ambiente. Se decía, incluso, que el proyecto de ley impulsado por la Sociedad Rural y el gobierno, hubiera implicado la posibilidad de un ecocidio. Los consensos en torno a las formas hegemónicas de intervenir sobre el ambiente no son, parecería, tan fuertes como antaño.

Conclusiones

Independientemente del nivel de afectación o del lugar que cada grupo, colectivo, ciudadano o vecino ocupe en la sociedad, en lo que refiere a los problemas ambientales en Córdoba emerge una experiencia común y generalizada: el desamparo frente a lo que sucede. Esta experiencia se manifiesta en la idea de que las instituciones del Estado –que en el sentido compartido existen porque han sido creadas para cumplir la función de amparo–, no funcionan porque están en manos de gobernantes que sólo gobiernan para unos pocos. Es más, estas experiencias brindan la evidencia objetiva y subjetiva de que las instituciones contribuyen a crear y agravar los problemas y las crisis ambientales, porque responden únicamente a los intereses de los grandes poderes económicos: el sector inmobiliario y el sector agrícola-ganadero, entre otros que no hemos tenido lugar de mencionar aquí como el sector minero.

Decía Gramsci (1999, p. 191) que

la relación entre gobernantes y gobernados es dada por el hecho de que los gobernantes hacen los intereses de los gobernados y por lo tanto “deben” tener su consenso, o sea que debe darse la identificación del individuo con el todo, el todo (cualquier organismo que éste sea) estando representado por los dirigentes.

Cuando esta identificación no sucede, es decir, cuando ya no se encuentra dada por el hecho (hegemónicamente producido y reproducido, deberíamos aclarar) de que los intereses de los gobernados son creados por los gobernantes para el bien común, estamos frente a la posibilidad de una ruptura en el consenso. La respuesta a si se trata o no, efectivamente, de una contra-hegemonía es difícil de sostener. Estamos lidiando con procesos abiertos que responden a un elemento común presente en muchas experiencias políticas de base: revelan avances y retrocesos, pero no por ello son ajenas al hecho de tomar paulatinamente cada vez mayor fuerza e impulso. Son a veces fragmentarias, aunque no por ello menos efectivas; son en ocasiones discontinuas, aunque no por ello menos duraderas. Pero estas características abiertas no nos impiden esbozar un intento de respuesta.

Los procesos analizados han evidenciado que se puede sugerir la posibilidad de pensar en términos de una contra-hegemonía emergente. Esto es así porque estamos tratando con un conflicto abierto entre dos formas diferenciales y opuestas de valorización, una de las cuales pretende ser impuesta por sobre la otra. Para hablar de valor en estos términos, es necesaria la evidencia de formas objetivadas a través de las cuales aquellos valores se expresan y pueden realizarse (es decir, tomar forma concreta), tal como hemos argumentado para el caso de la infraestructura y para las reservas o espacios de protección ambiental. Se trata de materialidades que se transforman en expresiones objetivas de la acción creativa desplegada en regímenes de valor diferentes y opuestos, cada uno de ellos atravesado por el reconocimiento social de su importancia en el marco de una totalidad no solo material sino también significativa: el dominio de la naturaleza hostil por medios técnicos, en contraposición a las iniciativas consideradas como ambiental y socialmente protectoras del entorno. Si la hegemonía de la infraestructura, como tratamos de mostrar, está producida sobre la base de una inversión sostenida de energías sociales creativas, objetivadas en

su materialidad y significadas en relación a su importancia y necesidad para el desarrollo, entonces es lícito afirmar que las contra-hegemonías puedan emerger cuando aquellas energías hegemónicas se enfrentan y tratan de imponerse sobre aquellas otras igualmente objetivadas. Pero cuando decimos igualmente sociales, igualmente creativas, e igualmente objetivadas, no podemos olvidar el hecho de que están desigualmente enfrentadas.

Científicos, funcionarios y políticos locales, partidos de la oposición, agrupaciones de vecinos, coordinadoras y asambleas que se forman ad-hoc por algún conflicto puntual, y también ONG preocupadas por el ambiente, están produciendo, en alianza, una contra-hegemonía que se visibiliza en estas instancias en que las promesas tecnóticas del gobierno (en el sentido gramsciano del término), tales como los diques que nos salvarán de las inundaciones o los acueductos que traerán la salvación a las sequías, se encuentran con barreras sociales y deben retroceder ante lo que es percibido como proyectos destructores del valor creado. El conocimiento científico y técnico fue clave en esta dinámica. Si entendemos que la hegemonía impone las condiciones para el desarrollo del conflicto, como diría Roseberry (1994), entonces dicha imposición, que es funcional a la hegemonía –me refiero al uso del lenguaje tecno-científico–, se transformó en parte de las condiciones para la ruptura. Posibilitó, al menos, que el estado reconozca a los interlocutores de la sociedad civil como interlocutores legítimos, y a sus proclamas como válidas, es decir, validadas por la técnica y la ciencia. Recordemos que un funcionario se había sorprendido por la amplia formación que habían demostrado los y las vecinas durante la audiencia pública. Volvemos entonces a la máxima gramsciana con la que hemos introducido el problema aquí tratado: las relaciones humanas de conocimiento son un elemento central de toda hegemonía (Gramsci, 1986, p. 143). Ahora bien, el conocimiento tecno-científico fue sólo una parte de un todo más amplio. Se trata de algo más que de conocimiento experto. Se trata de proyectos de sociedad valorizados en mutua oposición y en lucha, pues uno es la negación del otro. Considerada en contraste con la histórica hegemonía de la infraestructura en Córdoba, la masiva y contundente oposición al dique en la localidad de La Granja puede ser leída como un signo de ruptura con aquél consenso históricamente establecido en torno a que los diques y las obras de infraestructura son una forma de vencer la hostilidad de una naturaleza que se imagina y se conoce únicamente como enemiga de los proyectos humanos.

Referencias

ARGENTINA. Reservas Naturales de la Defensa. *Argentina.gob.ar*, [s. l.], [2023]. Disponible en: <https://www.argentina.gob.ar/parquesnacionales/reservas-naturales-de-la-defensa>. Acceso en: 4 jul. 2023.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BLOCH, M. Death, women and power. In: BLOCH, M.; PARRY, J. P. (ed.). *Death and the regeneration of life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 211-230.

CARSE, A. Keyword: infrastructure. In: HARVEY, P.; JENSEN, C. B.; MORITA, A. (ed.). *Infrastructures and social complexity: a companion*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. p. 27-39.

CERATO, A. *et al.* El sistema territorial. Población y transporte. Caso: Eje Sierras Chicas, Área Metropolitana Córdoba, RA. *Revista de la Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales*, Córdoba, v. 5, n. 1, p. 23-30, 2018.

CHIAVASSA, S.; ENSABELLA, B.; SAAVEDRA, C. El crecimiento del Gran Córdoba y los conflictos por el uso social del agua en las localidades de las Sierras Chicas. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5., 2012, Montevideo. *Anales [...]*. [S. l.]: ALAP, 2012. Disponible en: https://files.alapop.org/congreso5/files/pdf/alap_2012_final385.pdf. Acceso en: 10 sept. 2023.

EL CLUB de la Tarde: acueducto Santa Fe-Córdoba. [S. l.: s. n.], 23 oct. 2018. 1 video (22min53s). Publicado en el canal Aire de Santa Fe. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=_7zjanJfqD4. Acceso en: 10 sept. 2023.

CÓRDOBA: crisis hídrica, soluciones precarias. *OPSur*, [s. l.], 22 enero 2014. Disponible en: <https://opsur.org.ar/2014/01/22/cordoba-crisis-hidrica-soluciones-precarias/>. Acceso en: 10 sept. 2023.

DAMONTE VALENCIA, G.; GONZALES NEGREIROS, I.; LAHUD VEGA, J. La construcción del poder hídrico: agroexportadores y escasez de agua subterránea en el valle de Ica y Villacurí. *Anthropologica*, [s. l.], año 34, n. 37, p. 87-114, 2016. Disponible en: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/anthropologica/article/view/14699/16546>. Acceso en: 10 sept. 2023.

DEON, J. U. Sierras Chicas, conflictos por el agua y el uso del suelo. Relaciones de poder en la gestión de cuencas. El caso de la cuenca del río Chavascate, Córdoba, Argentina. *Cardinalis*, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 162-189, 2015. Disponible en: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/cardi/article/view/11804>. Acceso en: 10 sept. 2023.

ENSABELLA, B.; CHIAVASSA, S. Cambios en la configuración espacial y nuevas movilizaciones en torno al agua. Las Sierras Chicas de Córdoba, Argentina, pos-inundación 2015. *Estudios Socioterritoriales*, [s. l.], n. 26, p. 1-17, 2019. Disponible en: <https://revistaest.wixsite.com/revistaestcig/copia-de-no-25-enero-junio-2019>. Acceso en: 10 sept. 2023.

FONTAINE, A. Comunicado: Coordinadora Ambiental y de Derechos Humanos de las Sierras Chicas. *CDMnoticias*, [s. l.], 18 feb. 2015. Disponible en: <https://cdmnoticias.com.ar/2015/02/18/comunicado-coordinadora-ambiental-y-de-derechos-humanos-de-las-sierras-chicas/>. Acceso en: 10 sept. 2023.

FRÍAS, L. R. *Historia del Dique San Roque*. Córdoba: Municipalidad de Córdoba, 1985.

GEERTZ, C. Descripción densa: hacia una teoría interpretativa de la cultura. In: GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 19-40.

GRAEBER, D. It is value that brings universes into being. *HAU: journal of ethnographic theory*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 219-43, 2013. Disponible en: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.14318/hau3.2.012>. Acceso en: 10 sept. 2023.

GRAEBER, D. *Hacia una teoría antropológica del valor: la moneda falsa de nuestros sueños*. México: Fondo de Cultura Económica, 2018.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: vol. 2. Puebla: Era: BUAP, 1981.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: vol. 4. Puebla: Era: BUAP, 1986.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel*: vol. 5. Puebla: Era: BUAP, 1999.

GROSHAUS, L.; MAFFINI, G.; ORAZZI, A. Reclaman la protección de la cuenca de Sierras Chicas. *UNCiencia*, Córdoba, 27 dic. 2013. Disponible en: <http://www.hoylauniversidad.unc.edu.ar/2013/diciembre/reclaman-la-proteccion-de-la-cuenca-hidrica-de>. Acceso en: 28 abr. 2023.

HARVEY, P.; JENSEN, C. B.; MORITA, A. Introduction. Infrastructural complications. In: HARVEY, P.; JENSEN, C. B.; MORITA, A. (ed.). *Infrastructures and social complexity: a companion*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2017. p. 1-22.

HASTRUP, K.; RUBOW, C. (ed.). *Living with environmental change: waterworlds*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2014.

HUERGO, L. A. *Navegación interna en la República Argentina: canal de Córdoba al Río Paraná*. Buenos Aires: Revista Técnica, 1902.

KOBERWEIN, A.; ZENOBI, D. Cuando la tragedia se vuelve masacre y la catástrofe, ecocidio. La responsabilidad frente a los procesos críticos. *Crítica y Resistencias: revista de conflictos sociales latinoamericanos*, [s. l.], n. 13, p. 198-217, 2021. Disponible en: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25250841/epcbhdsvm>. Acceso en: 10 sept. 2023.

LINS RIBEIRO, G. *Postimperialismo*. Barcelona: Gedisa, 2003.

LINS RIBEIRO, G. Poder, redes e ideología en el campo del desarrollo. *Tabula Rasa*, [s. l.], n. 6, p. 173-193, 2007.

LITTLE, P. E. *Superimposed cosmographies on regional Amazonian frontiers*. Brasília: [UnB], 1997. (Série Antropologia, 219). Disponible en: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto36/FO-CX-36-2240-97.PDF>. Acceso en: 10 sept. 2023.

LITTLE, P. E. Ecología política como etnografía: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006. Disponible en: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBssgNB56pn3rC/>. Acceso en: 10 sept. 2023.

MARCUS, G. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. *Alteridades*, [s. l.], v. 11, n. 22, p. 111-27, 2001. Disponible en: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/388>. Acceso en: 10 sept. 2023.

MUNN, N. *The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

RADOVICH, J. C. Impacto social de las grandes represas hidroeléctricas: un análisis desde la antropología social. In: CAPALDO, G. D. (ed.). *Gobernanza y manejo sustentable del agua*. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011. p. 387-398.

RED CIENTÍFICO TECNOLÓGICA PARA LA GESTIÓN DEL RIESGO DE DESASTRES. *Protocolo interinstitucional de gestión de información: inundaciones aguas debajo de presas de embalse*. [S. l.]: Red Científico Tecnológica para la Gestión del Riesgo de Desastres, 2017. Disponible en: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/inundaciones_aguas_abajo_de_presas_de_embalse.pdf. Acceso en: 10 sept. 2023.

REYNA, S.; REYNA, T.; LÁBAQUE, M. Los primeros diques de Córdoba, Argentina: los tajamares jesuitas. *Aqua-LAC*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 64-69, mar. 2013. Disponible en: <https://aqua-lac.org/index.php/Aqua-LAC/article/view/100>. Acceso en: 10 sept. 2023.

ROSEBERRY, W. Hegemony and the language of contention. In: GILBERT, J.; NUGENT, D. *Everyday forms of state formation*. Durbam: Duke University Press, 1994. p. 355-366.

SANTA Fe y Córdoba compartirán el agua potable. *El Ciudadano*, Rosario, 10 nov. 2011. Disponible en: <https://www.elciudadanoweb.com/santa-fe-y-cordoba-compartiran-el-agua/>. Acceso en: 10 sept. 2023.

STRANG, V. Relaciones infraestructurales: agua, poder político y el surgimiento de un nuevo régimen despótico. *Revista Colombiana de Antropología*, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 167-212, 17 dic. 2018. Disponible en: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/575>. Acceso en: 10 sept. 2023.

WILLIAMS, R. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 2000.

WOLF, E. R. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

WOLF, E. R. *Envisioning power: ideologies of dominance and crisis*. Berkeley: University of California Press, 2000.

WRIGHT, S. The politicization of "culture". *Anthropology Today*, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 7-15, 1998. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/2783092>. Acceso en: 10 sept. 2023.

Recebido: 27/09/2023 Aceito: 07/03/2024 | Received: 9/27/2023 Accepted: 3/7/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Água e desenvolvimento: análise de dispositivos governamentais brasileiros para a gestão dos recursos hídricos

Water and development: analysis of Brazilian governmental devices for the management of water resources

Natália Morais Gaspar¹

<https://orcid.org/0000-0001-7593-6872>

natgaspar@gmail.com

¹ Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Em pós-doutoramento (bolsista Faperj)
Pesquisadora vinculada ao Laced

Resumo

Os dispositivos estatais para o governo das águas no Brasil vêm sendo fortemente influenciados pelo discurso do desenvolvimento, tendo como principal instituição multilateral promotora o Banco Mundial, cujas diretrizes convergem para o afastamento das instituições estatais do papel de provedoras dos serviços de água e promovem a perda do controle sobre as águas por populações locais. Neste artigo, analiso a trajetória das políticas governamentais para a gestão das águas no Brasil a partir da instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) à luz da literatura antropológica sobre grandes projetos de desenvolvimento, administração pública e o campo autodenominado de antropologia da água, observando o processo de criação e implementação de dispositivos institucionais que abrem caminho para a transformação da água em uma commodity. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante em avaliação oficial da PNRH e análise de relatórios de projetos do Banco Mundial.

Palavras-chave: recursos hídricos; políticas governamentais; grandes projetos de desenvolvimento; Banco Mundial.

Abstract

State devices for water governance in Brazil have been strongly influenced by the development discourse, with the World Bank as the main multilateral institution that promotes it, whose guidelines converge towards the removal of state institutions from the role of providers of water services and promote the loss control over water by local populations. In this article, I analyze the trajectory of government policies for water management in Brazil from the institution of the National Water Resources Policy (NWRP) under the light of anthropological literature on large development projects, public administration and the self-declared field of anthropology of water, observing the process of creation and implementation of institutional devices that pave the way for the transformation of water into a commodity. The research was carried out through participant observation in an official evaluation of the NWRP and analysis of project reports from the World Bank.

Keywords: water resources; government policies; major development projects; World Bank.

Introdução¹

Os dispositivos governamentais para a gestão das águas no Brasil, com destaque para a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (Brasil, 1997), têm sido alinhados, desde a sua instituição, às diretrizes para o governo das águas difundidas em diversos países pela instituição financeira multilateral Banco Mundial (BIRD),² identificada por Escobar (1995) como a principal instituição promotora do discurso e das práticas do desenvolvimento na América Latina, com importante papel na sedimentação da noção de Terceiro Mundo no pós-Segunda Guerra Mundial. São diretrizes que conduzem ao afastamento das instituições estatais do papel de provedoras dos serviços de água e promovem a perda do controle sobre as águas por populações locais, em benefício de elites nacionais e corporações transnacionais. Mais recentemente, e com maiores intensidade e velocidade no período pós-golpe de 2016, tais diretrizes convergem não somente para a concessão de serviços de abastecimento de água e saneamento a companhias privadas, mas também para o acesso a fundos públicos pelo setor privado para realização de grandes obras de armazenamento e distribuição de água e de coleta de esgoto, e para a sua financeirização, uma vez que abrem caminho para a captação de recursos no mercado de capitais, contribuindo para o processo de transformação da água em uma commodity.

Neste artigo, a análise da influência do BIRD sobre a instituição e implementação da PNRH e do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) constitui via de acesso para o exame dos efeitos e danos de modelos de desenvolvimento pautados no que vem sendo denominado, especialmente na América Latina, de neoextrativismo, fortemente ancorados em uma “ilusão desenvolvimentista” (Svampa, 2019, p. 27), bem como dos deslizamentos da ideia de desenvolvimento para questões como aquelas relativas ao amplo espectro de fenômenos associados à noção de globalização.

Souza Lima e Dias (2021) propõem tratar as “políticas públicas” como políticas governamentais, formuladas não só desde organizações administrativas de Estados nacionais, mas também através de diferentes modalidades de

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

2 Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

organizações não redutíveis àquelas que estão definidas em termos jurídicos e administrativos enquanto partícipes de administrações públicas nacionais. No caso de “parcerias” com instituições multilaterais de fomento, políticas de governo de Estados nacionais são geradas, financiadas e avaliadas fora das fronteiras estritas de seus territórios. Para tanto, os autores propõem analisar as políticas públicas como parte do processo de “fazer-se Estado”. A análise das políticas governamentais é, nesse contexto, tomada como via de acesso a uma análise dos processos (constantes) de formação do Estado, abandonando-se os marcos estritos do Estado nacional e considerando-se fenômenos como a chamada cooperação técnica internacional para o desenvolvimento enquanto vetores desse processo, marcando a dissolução dos limites jurídicos da soberania como balizas das análises das intervenções de Estado. Desse modo, este trabalho também procura contribuir para o avanço de uma antropologia da administração pública no Brasil, a partir do estudo dos dispositivos estatais para o governo das águas.

O artigo está dividido em três partes. Primeiramente, apresento uma breve trajetória da influência do Banco Mundial sobre os dispositivos governamentais para os recursos hídricos, a partir da instituição da PNRH. Em seguida, exponho o aprofundamento da adesão às diretrizes do Banco Mundial em matéria de água no período pós-golpe. Na última parte, analiso a trajetória das políticas governamentais para a gestão das águas no Brasil a partir da instituição da PNRH à luz da literatura antropológica sobre grandes projetos de desenvolvimento, administração pública e o campo autodenominado de antropologia da água, observando o processo de criação e implementação de dispositivos institucionais que abrem caminho para a transformação da água em uma commodity.

Instituição e implementação da Lei das Águas

Os dispositivos estatais para o governo das águas no Brasil vêm sendo influenciados pela instituição financeira multilateral Banco Mundial (BIRD) desde a instituição da PNRH, em 1997, com a criação de arcabouços institucionais, legais e infralegais que abrem caminho para a privatização desse bem comum. Essa influência é exercida, em parte, por meio da difusão de uma espécie de pedagogia, apoiada em ferramentas metodológicas padronizadas, que contribuem para promover consensos intelectuais em torno das diretrizes do banco para os recursos

hídricos, que convergem para o afastamento das instituições estatais do papel de provedoras dos serviços de água, restando-lhes a função de regulação. Cabe notar que essa pedagogia, que se materializa em influência acadêmica e política, não é a única forma de atuação do Banco Mundial, que conta também com medidas de caráter mais impositivo relacionadas aos critérios para concessão de empréstimos e cobrança das dívidas por eles geradas. Esses dois conjuntos de ações operam de forma simultânea e complementar, com as ações de caráter mais pedagógico contribuindo para legitimar medidas de caráter mais impositivo.

Em trabalhos anteriores (Gaspar, 2022), procurei demonstrar uma das maneiras pelas quais é exercida essa influência intelectual do BIRD sobre o campo dos recursos hídricos. Durante minha atuação como bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)³ na avaliação oficial dos 20 anos da PNRH, em 2017, encomendada pela (então) Agência Nacional de Águas (ANA), chamou a minha atenção a expressiva influência de representantes do Banco Mundial na definição, principalmente, de aspectos tratados como problemáticos na PNRH e no SINGREH, na escolha das bacias ou regiões hidrográficas alvo de estudos de caso para analisar tais questões, na definição da metodologia de pesquisa a ser utilizada e na elaboração de recomendações para aprimoramento da política e do sistema. Naquela ocasião, estranhei também a não abordagem, na avaliação da PNRH, de conflitos pelo uso da água causados pela instalação e operação de grandes projetos de desenvolvimento e seus efeitos socioambientais negativos sobre a população, que frequentemente incluem danos hídricos que afetam povos e comunidades tradicionais ou etnicamente diferenciados, dada a extensa literatura existente a esse respeito (Comissão Pastoral da Terra, 2022; Scott, 2012; Zhouri; Oliveira; Lachefski, 2012; Zucarelli, 2021; entre outros).

A participação observante na elaboração dessa avaliação da PNRH, somada à análise dos seus resultados e à etnografia de documentos relacionados ao projeto, contribuíram para a investigação do papel das ferramentas metodológicas utilizadas pelo Banco Mundial para difundir suas ideias por meio de estudos e pesquisas. Artefatos como a Matriz de Avaliação utilizada nesse estudo sobre a PNRH e o SINGREH (Banco Mundial, 2018, p. 53-56), ao mesmo tempo que atuam no direcionamento dos resultados da pesquisa, obliteram enviesamentos

3 O Ipea é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Ver: <https://www.ipea.gov.br/portal/> (acessado em 05/07/2022).

metodológicos – como a seleção de entrevistados, participantes de grupos focais e referências bibliográficas que corroboram as diretrizes do BIRD sobre o governo das águas. Além disso, a padronização de conteúdos e procedimentos, aliada aos artifícios já mencionados, constrói uma aparência de neutralidade técnica do estudo e de seus resultados, conferindo legitimidade e autoridade a posicionamentos e diretrizes que têm um caráter político,⁴ pois constituem um determinado ponto de vista sobre o governo das águas, entre muitos possíveis.⁵

A partir desses estranhamentos, que deram origem ao meu projeto de pesquisa de pós-doutorado, levantamentos preliminares, a partir da análise de documentos governamentais e do banco, permitiram delinear a expressiva influência do Banco Mundial na formação, formulação e operação de dispositivos estatais (especialistas, burocracias e burocratas, agências, regulamentações) para os recursos hídricos no Brasil.

Em sua tese sobre a influência do Banco Mundial sobre as legislações dos quatro países onde se situa a Sistema Aquífero Guarani (SAG), Cínthia dos Santos (2020, p. 55) identifica o que denomina de hidropolítica do Banco Mundial, definida como um conjunto coeso e amplo de ações com o objetivo de influenciar países em relação à criação de leis sobre os recursos hídricos, no sentido de promover o “progressivo distanciamento dos atores estatais do papel de prover os serviços de água, relegando-os à posição de regulador”. Direcionada a países “emergentes e de baixa renda”, a política de água do banco consiste, na análise da autora, em uma influência acadêmica e política baseada em uma visão específica sobre a água e na compreensão subjacente e estratégica de que a água e seus múltiplos usos são um importante componente para a estabilidade política de um dado espaço.⁶ Desse modo, o Banco Mundial beneficia empresas que querem explorar recursos hídricos e, além disso, “financia a produção científica

4 Tal como procedeu o Banco Mundial em projeto de desenvolvimento rural em Lesotho, estudado por Ferguson (2017).

5 Bronz (2022) identifica práticas que denomina de tecnopolíticas, que têm como um de seus aspectos marcantes essa despolitização realizada por especialistas – uma expertise que constitui instrumento a serviço da manutenção de uma certa ordem simbólica e que viabiliza grandes projetos de desenvolvimento, a despeito de seus efeitos socioambientais negativos.

6 No trabalho de Pedro Gondim (2019) sobre a “crise da água” no município paulista de Itu, é perceptível o papel do acesso regular à água para a estabilização política. Itu remunicipalizou o abastecimento de água em 2017, após crise geral de abastecimento no período em que esse serviço era prestado por concessionária privada.

e a criação de marcos regulatórios e outros instrumentos de gestão nos países” (Santos, 2020, p. 23).

Ao final dos anos 1990, o Banco Mundial passou a financiar ações sobre corpos d’água que ocorrem em mais de um estado nacional, as chamadas “águas transfronteiriças”, e hoje é uma das instituições que mais atuam nesse tema no mundo. Outro tema que se constitui hoje em uma espécie de especialidade do banco é o de “estratégias de adaptação à seca”. Em ambos os casos, o continente africano constituiu um grande laboratório para os projetos do Banco Mundial e a construção de sua experiência e autoridade nessas temáticas (Santos, 2020). Na região da América Latina e do Caribe, há atualmente 30 projetos ativos que envolvem a área de recursos hídricos, em 12 países. Desses projetos ativos, seis estão em curso no Brasil, dois deles no estado da Paraíba, dois no Ceará, um no Espírito Santo e um no estado de São Paulo (World Bank, [2023]).

A análise de relatórios de projetos do Banco Mundial aponta para uma influência ainda maior e mais duradoura dessa instituição sobre o campo dos recursos hídricos no Brasil, e não somente no estudo do Ipea no qual trabalhei. No que se refere aos dispositivos estatais, a maior parte do aparato legal e institucional em matéria de água no país foi construída no âmbito dos projetos de caráter nacional do banco, que, em seus documentos, apresenta-se como um “parceiro” do Brasil na área de recursos hídricos, tendo ajudado na formulação da PNRH e na criação da ANA (World Bank, 2010, 2019).

O período da criação e regulamentação da PNRH e do SINGREH coincide com a gestão Wolfensohn na presidência do BIRD (1995-2005), na qual foi implementada, segundo Pereira (2009), a reciclagem do programa neoliberal do Banco Mundial, com o propósito de ampliar e dar sustentabilidade política à sua implementação, e que teve a América Latina e o Caribe como principal campo de intervenção. Nesse período, na visão do autor, ocorreu a consolidação do BIRD como ator intelectual no cenário político internacional (Pereira, 2009, p. 237).

Em 1999, os debates sobre a criação da ANA foram abertos à “participação social” em um seminário promovido pela Presidência da República e pelo MMA, no qual foram discutidos um anteprojeto de lei e, também, possíveis aperfeiçoamentos à proposta do que viria ser o SINGREH. Participaram desse evento, principalmente, membros do poder público federal e dos estados, além de representantes e consultores técnicos do Banco Mundial. Não havia presença significativa de organizações ambientalistas ou movimentos sociais, apesar do destaque à gestão

participativa por parte das “populações locais” nas decisões a respeito do setor de água conferido pelo presidente da República em seu pronunciamento na abertura do evento (Brasil, 2001, p. 19). Em seu discurso, o então presidente Fernando Henrique Cardoso apontou como dois principais problemas do setor de recursos hídricos no Brasil a poluição dos rios e a seca no Nordeste, destacando a parceria com o Banco Mundial, no projeto Pro-Águas, para a construção de açudes na região. Cardoso justificou a localização da ANA no MMA pela neutralidade desse ministério em relação a pressões de diferentes setores, esclarecendo que a “questão da irrigação em si” e a “questão das obras hídricas” ficariam a cargo do Ministério da Integração Nacional, enquanto a construção ou privatização de hidrelétricas seria de responsabilidade do Ministério das Minas e Energia (Brasil, 2001, p. 21). Do discurso do presidente, cabe ainda destacar a associação entre a poluição dos rios e o instrumento “cobrança pelo uso da água”, instituído pela PNRH por meio do princípio poluidor-pagador (Brasil, 2001, p. 22).

Em seguida, pronunciou-se também, nesse seminário, o representante do Banco Mundial, Sérgio Margulis, que elogiou a criação da agência e criticou a justificativa dada pelo presidente da República para a aplicação do instrumento econômico da cobrança, devido à pouca atenção conferida ao aspecto da escassez dos recursos hídricos (Brasil, 2001, p. 115). Margulis também criticou a destinação em lei de recursos específicos para o setor, que deveriam advir somente da cobrança pelo uso da água, diante da “crise fiscal”. Posteriormente, o artigo do anteprojeto de lei que fixava dotações orçamentárias da ANA na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi vetado com base na recém-instituída Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000; Scatimburgo, 2013). É emblemático que, no seminário governamental destinado a discutir o anteprojeto de lei para a criação dos principais entes do SINGREH, as críticas do representante do Banco Mundial ao discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, que pretendia destinar recursos orçamentários às novas instituições em vias de criação, foram rapidamente aceitas e incorporadas à legislação instituída.

O Banco Mundial já realizou 52 projetos na área de recursos hídricos no Brasil. Os dez primeiros, entre 1985 e 1987, incidiram sobre regiões do “semiárido rural” – todos os estados do Nordeste e Minas Gerais. O primeiro projeto de caráter mais geral e de abrangência nacional, o Pro-Águas, cuja primeira fase se estendeu de 1992 a 2000, com estudos para reforma institucional e regulatória, além de investimentos-piloto em seis empresas estatais de água e saneamento,

visando a ampliação da participação privada no setor. A sua segunda fase, de 1998 a 2009, foi o período em que foram instituídos a PNRH, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a ANA, vários conselhos estaduais de recursos hídricos, agências reguladoras estaduais e Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). Paralelamente ao Pro-Águas, foi realizado o Pro-Sanear, com projetos-piloto em dois municípios paulistas, e que coincidiu com a instituição da Política Nacional de Saneamento Básico, em 2007 (Santos, 2020).

Sucedeu-se o projeto Interáguas, de 2011 a 2018, que promoveu a continuação da reforma legal e institucional no setor de águas no Brasil; o treinamento de funcionários do SINGREH; a identificação de bacias hidrográficas críticas ou de especial interesse; a melhoria do estudo para concessão de serviços de água; a criação de um plano nacional de irrigação (concluído em 2013); melhoria do Sistema Nacional de Informação em Saneamento (SNIS); a criação do Atlas Esgoto; e ainda a realização de congressos, encontros, seminários com técnicos e formadores de opinião (Santos, 2020).

Os relatórios finais desses projetos, elaborados pelo Banco Mundial, contêm avaliações sobre objetivos alcançados e sobre a performance dos tomadores de empréstimo e do próprio banco, além da identificação de experiências replicáveis ou insucessos que não devem ser repetidos em seções denominadas “lições aprendidas”. Esses documentos trazem pistas sobre a capacidade do Banco Mundial de promover a adesão dos dispositivos estatais brasileiros do campo dos recursos hídricos às suas diretrizes e suas variações ao longo do tempo em diferentes conjunturas políticas.

O relatório final do Pro-Sanear (World Bank, 2008) demonstra que esse foi o projeto de caráter nacional que mais sofreu interferências e exigências por parte do governo federal, apesar da clara influência do projeto sobre instituições brasileiras. A performance do tomador de empréstimo foi classificada pelo banco como “moderadamente satisfatória” e foram feitas várias reformulações em relação ao projeto inicial. Na análise de Cíntia dos Santos (2020, p. 170), é perceptível a dificuldade do banco de lidar com o recém-criado Ministério das Cidades, além da resistência a permitir que o governo brasileiro impusesse sua visão sobre o tema.

A coexistência de princípios contraditórios na implantação da política de saneamento, que se reflete nas alterações do projeto do Banco Mundial por parte do governo brasileiro, ao mesmo tempo que houve clara influência do banco sobre as instituições brasileiras, identificada por Santos (2020), transparece na análise de

Britto e Rezende (2017) sobre essa política governamental nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Na visão das autoras, nesse período, houve “avanços no sentido de se construir uma política universalista e democrática, mas também um movimento através do qual a participação privada e a lógica de mercantilização no saneamento” saíram fortalecidos (Britto; Rezende, 2017, p. 563). Isso porque ambos os governos apresentaram, nos discursos e nas ações, “perspectivas de avanço do saneamento como direito social”, materializados na promoção do controle social por meio do funcionamento regular do Conselho e da Conferência Nacional das Cidades, na priorização de serviços e ações de saneamento em áreas ocupadas por populações de baixa renda e na busca por assegurar atendimento a populações do campo, da floresta e das águas, considerando seus aspectos socioculturais como determinantes de soluções de saneamento (Britto; Rezende, 2017, p. 562). E promoveram elevação dos investimentos em saneamento a um outro patamar com a instituição dos programas PAC1 e PAC2, assegurando previsibilidade e regularidade na oferta de recursos. Paralelamente, contudo, foi aprovada em 2013, após muitos embates, uma portaria do Ministério das Cidades (Brasil, 2013) que possibilitou o acesso de recursos do Orçamento Geral da União por empresas privadas que detinham concessões de saneamento para empreendimentos de saneamento básico do PAC. Nesse período, o setor privado também se consolidou como ator cada vez mais capaz de representar seus interesses junto ao governo federal, através de associações e organizações, advogando um modelo de saneamento que garanta o retorno de investimento às empresas privadas, com o governo subsidiando usuários de baixa renda (Britto; Rezende, 2017, p. 566).

Abertura para a financeirização no período pós-golpe

As mudanças na implementação de políticas governamentais que tratam das águas no período posterior à deposição da presidenta Dilma Rousseff (e imediatamente anterior, considerando-se a entrada de capital estrangeiro no setor de saneamento impulsionada pela Operação Lava Jato), e também mais especificamente aquelas relativas à PNRH e ao SINGREH, revelam contornos de aprofundamento da adesão às diretrizes do Banco Mundial. Essas diretrizes passaram por uma reciclagem a partir da gestão iniciada em 1995, coincidente com o período que Pereira (2009) denominou de segundo estágio da liberalização

econômica. Para o autor, não era almejado um desmantelamento do Estado, mas sim um redirecionamento da ação estatal em favor da fração financeira mais globalizada do capital. Em 2002, uma nova estratégia setorial do BIRD para os recursos hídricos insistia na priorização da construção de grandes represas e na privatização dos serviços de água potável e saneamento, com base na premissa de que, quanto maior o risco, maior o retorno econômico (Pereira, 2009, p. 255). Para tanto, entre outras diretrizes, o banco defende a criação de uma nova estrutura de produção de “bens públicos” (saúde, educação, saneamento, água, etc.) por meio de arranjos público-privados (Pereira, 2009, p. 264).

Foi exatamente nesse sentido que caminharam as políticas governamentais brasileiras relativas às águas, com mais velocidade no período pós-golpe. Nos setores de recursos hídricos e de saneamento, ocorreram mudanças que podem ser compreendidas no âmbito de um processo de financeirização, na medida em que abriram caminho para a comiditificação da água pelo mercado de capitais.

Britto e Rezende (2017) identificam os principais atores privados do setor de saneamento no Brasil, sua consolidação posterior à portaria de 2013 que permitiu o acesso a recursos do PAC e a mudança na composição acionária desses grupos, com forte ingresso de capital estrangeiro após a Operação Lava Jato,⁷ à luz do processo que denominam de financeirização, explicando como ocorre a participação do capital financeiro no setor. Para as autoras, a financeirização no setor de saneamento está atrelada a uma lógica mercantilizadora da gestão das águas, em geral, e dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em particular. A mercantilização se dá por meio da inserção da água na circulação de dinheiro e capital, que a transforma em uma commodity, gerando dependência em relação a uma política de preços e promovendo a sua progressiva submissão a processos de financeirização e ao “mercado de futuros” (Britto; Rezende, 2017, p. 558).

7 As empresas mais atuantes no setor de saneamento, até 2015/2017, eram de capital essencialmente nacional, com origem no setor de obras públicas. Com a abertura de recursos do PAC a concessionárias privadas em 2013, grandes empresas construtoras brasileiras investiram pesadamente no setor de saneamento, através da criação de novas empresas, como a Foz do Brasil (parte do Grupo Odebrecht) e a Cab Ambiental (parte do grupo Queiroz Galvão). No contexto da Operação Lava Jato, contudo, boa parte das empresas privadas de saneamento venderam ações a empresas estrangeiras: em 2015, o grupo japonês Itochu comprou parte do capital acionário da Queiroz Galvão na empresa Águas do Brasil; em 2017, a gestora canadense Brookfield adquiriu 70% das ações da Odebrecht Ambiental (Britto; Rezende, 2017, p. 572-573).

As autoras mostram que o financiamento do setor de saneamento no Brasil, a partir de 2013, passou a provir de fundos de natureza privada, mas largamente constituídos por recursos públicos, permitindo seu emprego no mercado de capitais. Como o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), fundo de natureza privada que atua como agente investidor, gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), que pode participar de projetos contratados sob a forma de parceria público-privada (PPP). E o Caixa Fundo de Investimento Participações Saneamento, constituído em 2010 sob a forma de condomínio fechado, destinado a investidores qualificados, com o principal objetivo de aquisição de participação acionária em companhias de saneamento e em projetos de desenvolvimento do setor (Britto; Rezende, 2017, p. 570). Em 2016, o governo federal lançou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos de parcerias com a iniciativa privada para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2017, o BNDES divulgou resultado de edital para contratação de serviços técnicos de modelagem da privatização de diversas companhias estaduais de saneamento, como aconteceu com a Corsan (RS) em 2022.

Esse mecanismo de financiamento do setor do saneamento, bem como o seu alinhamento às diretrizes difundidas pelo Banco Mundial, pode ser melhor compreendido quando situado no conjunto de estratégias do Grupo Banco Mundial (GBM) para o Brasil, formalizado no documento *Estratégia de parceria de país* (*Country partnership framework* – CPF, na sigla em inglês), lançado na sede do banco em Washington, nos Estados Unidos, em julho de 2017, e referente ao período 2018-2023. Esse CPF foi elaborado para orientar a atuação no Brasil de três instituições que integram o Grupo Banco Mundial⁸ – o BIRD, a Corporação

8 O Grupo Banco Mundial (GBM) é formado por sete organizações: BIRD, Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), IFC, Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), MIGA, Instituto Banco Mundial (IBM) e Painel de Inspeção. Mas o Banco Mundial é formado por apenas duas: BIRD e AID. O conjunto de agências do GBM é subordinado a uma mesma estrutura político administrativa em sua instância superior, onde estão os governos dos países acionistas, através do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores Executivos, que exercem o controle do poder de decisão. Contudo, a IFC, a MIGA e o CICDI contam com estruturas organizacionais e equipes próprias, além de padrões de operação distintos dos padrões do BIRD e da AID (Barros, 2001, p. 31).

Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês)⁹ e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA, na sigla em inglês).¹⁰

O documento tem como foco geral a redução de riscos para intervenções privadas. A estratégia de parceria para o Brasil está dividida em três áreas: consolidação fiscal e eficácia do governo; investimento e produtividade do setor privado; e desenvolvimento equitativo e sustentável. Cada uma dessas áreas contém focos aos quais são vinculados uma série de objetivos, cuja exposição é prece-dida por quatro ou cinco parágrafos que procuram contextualizar e justificar o conjunto das estratégias a serem adotadas naquela área.

É na terceira área que se concentram a maior parte das diretrizes que inci-dem sobre as águas, mas cabe chamar a atenção para alguns aspectos da Área 2, que tem como focos o investimento do setor privado e o crescimento da produ-tividade. Nos parágrafos introdutórios que apresentam essa “área-foco”, o GBM manifesta a intenção de “desenvolver instrumentos financeiros que ajudem a mobilizar o investimento do setor privado em projetos de infraestrutura de longa duração” (International Bank for Reconstruction and Development; In-ternational Finance Corporation; Multilateral Investment Guarantee Agency, 2017, p. 24, tradução minha). O detalhamento do objetivo 2.3 da Área 2, que é o de mobilizar “maiores investimento em infraestrutura para melhorar serviços, incluindo parcerias público privadas (PPP)”, esclarece melhor em que consistem tais “instrumentos financeiros”: bancos “públicos de desenvolvimento devem mudar seu modelo de negócios, para, em vez dos empréstimos diretos de fundos

9 De acordo com Pereira (2009), a IFC foi criada em 1956 como uma organização complementar ao BIRD, com o objetivo de apoiar e financiar diretamente, e sem o aval governamental, a expansão do setor privado em países “pobres” e de “renda média”, sendo a principal fonte de crédito no mercado internacional para esse fim. A IFC financia projetos empresariais específicos, provê assistência financeira para corporações interessadas em angariar fundos no mercado de capitais, participa como acionista (sempre minoritária) do capital de empresas e empresta para bancos intermediários. Embora os empréstimos que concede não dependam do aval governamental, a IFC atua na intermediação de interesses públicos e privados, na medida em que “atua fortemen-te junto aos Estados para catalisar recursos públicos, agilizar o trâmite legal dos negócios e em-prestar o seu selo a determinadas iniciativas empresariais” (Pereira, 2009, p. 30).

10 A MIGA foi criada em 1988 para fomentar a expansão de empresas multinacionais. Fornece se-guros (garantias) contra riscos “não comerciais” ou políticos tanto a empresários quanto a fi-nanciadores, tais como instabilidade política e apropriação de bens por parte dos Estados. Tam-bém assessora governos a formular políticas favoráveis à atração de investimento estrangeiro (Santos, 2020, p. 102).

subsidiados, usar seus custos menores de financiamento para reduzir os riscos dos projetos, mobilizando assim capitais privados”, com vistas a atrair capital privado para investimento em infraestrutura (International Bank for Reconstruction and Development; International Finance Corporation; Multilateral Investment Guarantee Agency, 2017, p. 26-27, tradução minha). Tudo indica que essa estratégia vem se materializando, pois, em 2023, o setor de saneamento se tornou o principal cliente do BNDES, sendo o maior destino de financiamentos em comparação com outros segmentos (Rigamonti, 2023).

Quanto ao setor de recursos hídricos, a análise do relatório final do projeto de caráter nacional do BIRD então vigente, aliada à sistematização das mudanças institucionais implementadas no governo Bolsonaro, e a propostas legislativas encaminhadas ao Congresso Nacional, permitem perceber que uma série de medidas convergem para a criação de condições para a comoditificação da água.

O relatório final do projeto Interáguas (World Bank, 2019) reflete a mudança da conjuntura política do país, revelando o irrestrito alinhamento dos governos pós-golpe às diretrizes do Banco Mundial para o gerenciamento dos recursos hídricos. A avaliação do projeto, que teve início em 2011 (portanto, ainda no governo Dilma Rousseff), demonstra a dificuldade do banco, nos anos iniciais, em lidar com o conjunto de instituições então encarregadas de diferentes facetas do governo das águas, o que figura no documento como “inovação do modelo de atuação” do Banco Mundial devido à necessidade de mediação de diferentes atores estatais – MMA, ANA, Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional (responsável por sistemas de irrigação e gestão de desastres naturais). Ao final do texto, há um prognóstico positivo sobre o governo Bolsonaro, que estaria “alinhado com as transformações institucionais realizadas pelo Interáguas, e destaca o papel quase estatal que esse projeto do Banco Mundial assumiu no país” (Santos, 2020, p. 172). O relatório traz anexada uma correspondência com comentários do diretor da ANA ao documento, que avalia que “por meio da execução do Interáguas foram trazidas contribuições significativas para o melhor planejamento e estruturação do setor de água no Brasil. Essa constatação se materializa na junção dos setores envolvidos no projeto em um ministério único, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)” (World Bank, 2019, p. 60, tradução minha).

Em 2019, através de medida provisória, convertida em lei (Brasil, 2019a, 2019b), foi criado o Ministério do Desenvolvimento Regional, com a PNRH em

sua competência. Foram trasladados para o MDR todos os órgãos do sistema federal de recursos hídricos, inclusive a ANA e o CNRH. Na estrutura organizacional do MDR, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNRH) composta, entre outros, pelo Departamento de Recursos Hídricos e de Revitalização de Bacias Hidrográficas (DRHB). Outra mudança ocorreu com a Lei nº 14.026, de julho de 2020 (Brasil, 2020), que atualizou o Marco Legal do Saneamento e atribuiu à ANA a competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. A agência passou a ser denominada “Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico”. De acordo com Aguiar e Heller (2021), duas diretrizes sintetizam as principais mudanças na política de saneamento decorrentes dessas transformações institucionais – a limitação de alternativas disponíveis aos municípios e o incentivo à participação do setor privado na prestação de serviços de água e esgoto. Com relação ao setor de recursos hídricos, o traslado das principais instituições do MMA para o MDR, além do claro conflito de interesses por tratar-se da mesma pasta responsável por grandes obras e projetos como agricultura de larga escala, revela um aprofundamento do tratamento da água como insumo de processos produtivos, em detrimento de seus atributos ecossistêmicos.¹¹

Em setembro de 2019, foram alteradas a composição e as atribuições do CNRH, com redução do número de conselheiros e extinção da garantia de custeio de diárias e passagens dos membros representantes da sociedade civil. Na análise de Neves (2023), o desmonte de políticas públicas na área de recursos hídricos no período 2016-2022, marcado principalmente pela mudança de área das instituições responsáveis por sua implementação, “inviabilizou as iniciativas de governança que dependem da ação cooperativa com a área ambiental e piorou as condições de participação dos *stakeholders*” (Neves, 2023, p. 178). Na visão da autora, a gestão de recursos hídricos também foi prejudicada pela redução de gastos nas políticas ambientais, no período 2019-2021, com efeitos, por exemplo, na redução de ações de fiscalização da poluição e do desmatamento.

11 No primeiro dia de seu governo, por meio do decreto nº 11.349/2023 (Brasil, 2023), o presidente Lula da Silva retornou com a ANA e demais órgãos do SINGREH ao MMA, retomando a concepção anterior, apesar da manutenção da atribuição à ANA da responsabilidade pelo saneamento e da nova nomenclatura dessa agência.

Ao final de 2021, o governo federal encaminhou diretamente à Câmara dos Deputados um projeto de lei (PL) (Brasil, 2021) ainda mais drástico, em comparação às mudanças já efetuadas, no sentido de promover a comoditificação da água, visando criar a “política nacional de infraestrutura hídrica” e organizar “serviços hídricos”, categorias inexistentes até então (Neves, 2023, p. 170). Esse PL retoma aspectos de proposta de mudança no regime de gestão de recursos hídricos, encaminhada pelo Senado em 2017 (Brasil, 2017), abrindo caminho para que permissionários de outorga de uso de recursos hídricos possam negociar livremente seu direito de uso com usuários da mesma bacia hidrográfica, criando um “mercado de água”. O PL encaminhado pelo governo ainda retira dos CBH a atribuição de aprovar os planos de bacia e permite a associação de prestadores de serviço para estabelecer normas de referências para o uso da água.

Da água como mercadoria à água como commodity

Os dispositivos estatais para o governo das águas no Brasil têm se baseado numa concepção da água como insumo de processos produtivos, em detrimento de seus atributos ecossistêmicos e de sua importância para os modos de vida das populações do campo, principalmente desde a instituição da Lei das Águas, em 1997 (Brasil, 1997). A PNRH define a água como um “bem de domínio público”¹² e, ao mesmo tempo, como um “recurso natural limitado, dotado de valor econômico”.

Essa definição, bem como o estabelecimento do instrumento “cobrança pelo uso da água” (Brasil, 1997, art. 19-22), abriram caminho para o tratamento da água como mercadoria desde a instituição da PNRH, em 1997. A própria existência de uma política governamental específica para os recursos hídricos, separada da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Brasil, 1981), é o que permite a Pagnoccheschi (2016) observar que a PNRH considera a água não só por seus

12 Bem de domínio público ou bem de uso comum do povo são aqueles que não pertencem ao Estado, mas a toda a coletividade, sem uma destinação específica, como, por exemplo, os mares, rios, estradas, ruas e praças (Agência Nacional de Águas, 2019).

atributos ecossistêmicos, mas também como insumo de processos produtivos. Contribui também para a conformação de todo um campo intelectual, acadêmico, institucional e político específico dos recursos hídricos, não necessariamente afinado com a área ambiental. A existência dessa separação tornou possível, ou pelo menos facilitou, o posterior traslado da PNRH e do SINGREH do MMA para o MDR, a despeito do flagrante conflito de interesses, no contexto de uma conjuntura política totalmente desfavorável à preservação ambiental, como foi o governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a gestão dos recursos hídricos também é institucionalmente separada das grandes obras de abastecimento urbano, saneamento, irrigação e repesamento para geração de energia hidrelétrica, ainda que esteja recomendada a integração de todos esses aspectos no nível dos planejamentos governamentais e setoriais e nas representações de diferentes instituições nos colegiados de recursos hídricos.

Como visto, boa parte dos conceitos e dispositivos da PNRH estiveram alinhados, desde a sua instituição, com as diretrizes difundidas pelo Banco Mundial. A abertura para o tratamento da água como mercadoria se coaduna com a tendência à apropriação privada de recursos naturais, quase sempre associada à expropriação de populações locais, já promovida pelos projetos financiados e estimulados pelo Banco Mundial desde a sua fundação, em 1944.

A atuação do Banco Mundial na América Latina data desde os anos 1950, principalmente com financiamentos ao setor elétrico, seguidos da predominância de financiamentos aos setores de transportes e de infraestrutura nos anos 1960-1970. Com o aumento da importância da pauta ambiental nos países financiados e internacionalmente, processo que Lopes (2004) denomina de ambientalização, e com o crescimento de denúncias de danos ambientais e a populações locais em projetos financiados pelo BIRD (Barros, 2001), o banco incorporou exigências ambientais para concessão de financiamentos e passou a promover o discurso do desenvolvimento sustentável. Desse modo, ao longo dos anos 1980-1990, ocorreram o que Escobar (1995) analisou como mudanças na formação discursiva do desenvolvimento, que tiveram como marco, em 1987, a criação do departamento de meio ambiente de alto nível do Banco Mundial, o Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF, na sigla em inglês). O antropólogo colombiano chama a atenção para o fato de que essas mudanças não foram acompanhadas de mudanças na prática discursiva (Escobar, 1995, p. 154).

Escobar (1995) entende o advento do conceito de desenvolvimento sustentável¹³ no contexto de uma mudança no discurso do desenvolvimento com potencial para colonizar as últimas áreas do Terceiro Mundo ainda não completamente governadas pela lógica do indivíduo e do mercado – os direitos sobre a água, as florestas e bosques sagrados. Para o autor, a atuação do Banco Mundial a partir da criação do GEF é pautada por um discurso que tem como premissa a aceitação da escassez de recursos como um dado, o que leva seus proponentes à busca por formas mais eficientes de usar os recursos. Desse modo, as políticas elaboradas com base na premissa da escassez se restringem a promover o gerenciamento racional dos recursos. Na medida em que aceitam essa pressuposição, aceitam também o imperativo da acumulação de capital, do crescimento material e do disciplinamento do trabalho e da natureza (Escobar, 1995, p. 195-196).

Esse potencial vislumbrado por Escobar, mediante o acréscimo do adjetivo “sustentável” à ideologia/utopia do desenvolvimento e todas as suas implicações, realiza-se na expansão das possibilidades de mercantilização dos bens naturais concretizadas por iniciativas que, no Brasil, tomam a forma, por exemplo, do mercado de carbono (prestes a ser regulamentado¹⁴) e de propostas legislativas que abrem caminho para a formação de um mercado de águas (como visto na segunda parte deste artigo).

O discurso do desenvolvimento sustentável, baseado na premissa da escassez, esconde que é justamente o modelo do desenvolvimento que produz a escassez. Isso é particularmente evidente nas questões relativas ao uso da água, tida como recurso renovável por meio do ciclo hidrológico – a quantidade de água doce disponível para a vida é praticamente a mesma desde a última glaciação, que ocorreu entre 12.000 e 18.000 anos atrás (Porto-Gonçalves, 2005, p. 117).

Nesse aspecto, cabe considerar contribuições do campo relacional que tem se autodenominado como “antropologia da água” (Ballesterio, 2019), que procura transcender as distinções natureza/cultura com base na constatação de que

13 Para uma análise crítica da genealogia da noção de desenvolvimento sustentável e seu emprego por instituições multilaterais como o Banco Mundial, ver Ribeiro (1991).

14 Ver Governo [...] (2023).

os aspectos sociais e ecológicos da água são separados apenas por convenção.¹⁵ Com inspiração na ecologia política e no impulso a rejeitar dualismos cartesianos, antropólogos recorreram à ideia de ciclo hidrossocial para analisar como as pessoas vivem com a água no cotidiano e como lidam com eventos extremos relacionados à água, em contraposição ao conceito de ciclo hidrológico, forjado no século XIX, que descreve como a água circula num ciclo contínuo e sem fim, como uma máquina homeostática. Para a autora, a noção de um ciclo hidrológico contínuo reflete sonhos de reprodução infinita e torna a água um recurso renovável, pois é remanescente das promessas fracassadas da modernidade (Ballesterio, 2019, p. 407).

Para Porto-Gonçalves (2005), como as atividades humanas atingiram proporções globais, tornou-se indispensável compreender o ciclo da água como socialmente mediado e em toda a sua complexidade, pois é diretamente implicado pela dinâmica atual de economias globais (Porto-Gonçalves, 2005). Em outras palavras, é o sistema de acumulação calcado em grandes projetos de desenvolvimento que promove o consumo desenfreado dos recursos naturais, a alteração nos modos de vida de populações rurais, tradicionais ou etnicamente diferenciadas e a grande concentração populacional em ambientes urbanos dependentes de quantidades crescentes de energia, água e bens industrializados. Diante da magnitude da destruição e do consumo de bens naturais promovidos por esse modelo do desenvolvimento, o alcance de medidas tecnológicas para redução do desperdício e minimização da poluição reunidos sob a alcunha da “racionalização do uso” se mostra claramente insuficiente.

Strang (2019) constata que a centralidade da água para os processos de produção conduz ao reconhecimento intercultural do seu papel de possibilitar a agência humana e a geração de riqueza, o que torna o controle sobre a água

15 Ballesterio (2019) apresenta uma visão geral do campo da “antropologia da água” organizado em quatro agrupamentos temáticos: (in)suficiência – como seres humanos e não humanos lidam com a escassez, o excesso e até mesmo a infinidade da água; corpos e seres – as qualidades vivazes e multifacetadas por meio das quais a água faz corpos e pessoas e como a água é ela mesma um meio para diferentes formas de vida; conhecimento – como diferentes regimes de conhecimento incorporam a água em histórias, políticas e valores particulares; e propriedade – antropólogos dedicaram especial atenção às relações entre a propriedade da água e distinções entre formas comunitárias, públicas ou privadas de posse, bem como os direitos e formas de legitimidade a elas associadas. Na visão da autora, o conjunto desses agrupamentos temáticos destaca questões relacionadas à materialidade, à política ontológica e à economia política.

intrinsecamente ligado ao poder político e econômico. Nesse sentido, pesquisas históricas e etnográficas têm demonstrado que a maneira pela qual a água é controlada e distribuída espelha relações sociais, políticas e ambientais. Do mesmo modo, mudanças ideológicas também são refletidas na água. Em sociedades industriais, o foco no instrumentalismo (uma determinação para agir diretamente no ambiente material) foi exportado para várias partes do mundo via colonialismo (literal ou econômico) sob o disfarce do desenvolvimento. A autora demonstra que, a despeito de casos de países como a Bolívia, onde pressão exercida pelo Banco Mundial sobre o governo para a privatização da água para saldar dívidas internacionais desencadeou a revolta dos cidadãos e uma “guerra da água” nos anos 2000, que resultou na retomada da propriedade pública sobre as águas, e na tomada de consciência de alguns governos sobre os efeitos da privatização das águas, o processo de mudança nos padrões de propriedade da água continua de várias formas, através de tipos de parcerias público-privadas, de mecanismos como a criação de corporações estatais que reformam autoridades locais ou regionais sobre as águas segundo padrões de companhias privadas, às vezes separando a parte operacional lucrativa da parte mais custosa de manutenção da infraestrutura, que permanece como responsabilidade estatal (Strang, 2019, p. 8).

Um dos aspectos destacados por Svampa (2019, p. 25) para diferenciar o neoextrativismo do extrativismo, esse último vinculado à expansão europeia e à conquista e ao genocídio perpetrados na América Latina em sua dimensão histórico-estrutural, é a capacidade da ideia de neoextrativismo de iluminar problemáticas multiescalares – um modo de produção baseado em atividades que removem grandes volumes ou alta intensidade de recursos naturais não processados (ou pouco processados) destinados à exportação, caracterizado pelo consumo intensivo de água, energia e recursos.

Por esses critérios, relativo às problemáticas multiescalares acionadas pelo neoextrativismo e à magnitude das mudanças e danos por ele promovidas, parece haver mais continuidades do que rupturas em relação ao extrativismo e ao desenvolvimentismo. A análise das políticas governamentais relacionadas às águas aponta para esse sentido. Isso porque as mudanças perpetradas pela Lei das Águas desde a sua instituição – como o instrumento da cobrança pelo uso da água, o instrumento da outorga pelo uso da água para equacionar interesses conflitantes de grandes usuários de uma mesma bacia hidrográfica, a

representação de grandes usuários nos colegiados de recursos hídricos, entre outros – são mecanismos que criam condições para a intensificação da apropriação da água por grandes projetos em detrimento das populações locais por eles afetadas. Em outras palavras, são “mudanças” que permitem a perpetuação do modelo do desenvolvimento, mas com a ampliação de sua magnitude. A perpetuação do modelo é respaldada na assimilação superficial das críticas e denúncias aos seus efeitos negativos por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, ancorado também na difusão de práticas ditas “participativas”.¹⁶

Desse modo, cabe indagar se é possível considerar como mudanças essas ampliações de magnitude e alcance, esse último relacionado à constante expansão das fronteiras – das áreas, bens naturais e populações que vão sendo assimiladas aos grandes projetos (Castro, 2012). Ou se o que ocorre são transformações contidas nas próprias premissas desse modelo, ancorado nas ideias/utopias de “progresso”, “crescimento”, e a própria noção de desenvolvimento.

Ao identificar importantes aspectos dos projetos de desenvolvimento comuns aos “projetos de infraestrutura de grande escala (PGEs)”, tratados como expressões extremas do campo do desenvolvimento devido às suas características estruturais – entre elas, o tamanho do capital, dos territórios e quantidade de pessoas que eles controlam e a magnitude dos danos sociais e ambientais que causam –, Ribeiro (2014, p. 150) traz a importância da escala para a própria conceituação dessas intervenções, já anunciada em várias análises que recorrem ao adjetivo “grande” para fazer referência a elas. Ao “gigantismo” que torna tais projetos lócus fundamentais para a reflexão mais recente do autor sobre a importância de considerar questões relativas à escala no pensamento antropológico (Ribeiro, 2023, p. 29), caberia acrescentar o adjetivo “crescente” para dar conta das características que os PGEs assumem na contemporaneidade. Trata-se de um gigantismo crescente, no qual cada nova onda de modificações opera no sentido de criar condições para que esses grandes projetos mobilizem volumes cada vez maiores de recursos – financeiros, humanos, naturais.

16 As metodologias, práticas e rituais de “participação” propagadas pelo Banco Mundial já foram bastante estudados pela antropologia (por exemplo: Mosse, 2005; Salviani, 2012; Souza Lima, 2015). Trata-se de práticas que, em suas dimensões “pedagógicas” e “técnicas performativas” (Souza Lima, 2007, p. 423), propõem uma revisão dos modelos de planejamento “de cima para baixo”, mas o que operam é na verdade uma reinscrição das relações de poder entre os especialistas e os sujeitos pesquisados.

É na direção e no sentido desse crescente gigantismo que podem ser compreendidas as iniciativas para promover mudanças legais e institucionais que abrem caminho para a transformação da água, já tratada como mercadoria na legislação vigente no Brasil, em uma commodity, passível de ser negociada nas bolsas de valores. A criação de diferentes meios pelos quais a água possa passar a integrar fundos de investimentos capazes de captar recursos nos mercados de capitais amplia a rede de agentes com poder de influenciar a configuração e as tendências do campo dos recursos hídricos, agentes esses totalmente distantes, deslocados, e sem nenhuma forma de vínculo com os territórios e populações que efetivamente fazem uso da água no seu cotidiano. Amplia, também, o volume de recursos financeiros passíveis de serem mobilizados para investimentos em, por exemplo, reservatórios e redes de abastecimento de água e infraestruturas para coleta e tratamento de esgoto.

A comoditificação se dá por meio da inserção da água na circulação de dinheiro e capital, gerando dependência em relação a uma política de preços e promovendo a sua progressiva submissão a processos de financeirização e ao “mercado de futuros” (Britto; Rezende, 2017, p. 558). Nesse contexto, tende a crescer o poder de influenciar decisões sobre o gerenciamento das águas por parte de agentes vinculados à indústria financeira, que, por sua vez, desempenha expressivo papel na produção de hierarquias globais. Ortiz (2021) explica que, ao produzir, coletar e distribuir dinheiro¹⁷ pelo mundo afora, a indústria financeira permite que certas atividades se desenvolvam e exclui outras. As atividades que acessam o dinheiro administrado pela indústria financeira são redefinidas como “ativos” e frequentemente têm que se transformar de acordo com as exigências dessa indústria, cuja extensão global é justamente o que a torna poderosa diante das configurações locais (Ortiz, 2021, p. 8).

Como mostram Britto e Rezende (2017), o financiamento ao setor de saneamento e a grandes obras de infraestrutura de abastecimento de água no Brasil, a partir de 2013, passou a provir de fundos de natureza privada, mas

17 Ortiz (2021) explica que, além de ser produzido pelos Estados nacionais, o dinheiro também é produzido por bancos. Isso acontece na medida em que os bancos emitem empréstimos que se tornam depósitos (dentro de limites impostos pelas legislações estatais). Os bancos transferem esse pacote de empréstimos para uma entidade separada, que emite um *bond*, o ABS, que pode ser comprado por uma terceira parte, como uma companhia de investimentos, que passa a receber renda pelos pagamentos feitos pelos tomadores de empréstimo do banco (Ortiz, 2021, p. 10).

largamente constituídos por recursos públicos, permitindo seu emprego no mercado de capitais. Em 2016, o governo federal lançou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos de parcerias com a iniciativa privada para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário. O banco permite o financiamento dos projetos com taxa de juros de longo prazo por até 20 anos, condições que visam atrair o investimento privado (Britto; Rezende, 2017).

Além da financeirização da construção e operação de serviços urbanos de água e esgoto, que já avança a passos largos, tramitam no Legislativo projetos de lei (abordados no item anterior) que pretendem abrir caminho para conformação de um “mercado de água”, por meio da flexibilização do instrumento da outorga pelo uso da água (Brasil, 1997, art. 11-18), de modo a permitir a negociação da água entre grandes usuários de uma mesma bacia hidrográfica.

Sob a abordagem da antropologia da água, Strang (2019, p. 8) analisa processos de criação de mercados virtuais e de formas de negociação de alocação desse recurso e participação acionária em companhias de água como iniciativas que efetivamente descolam a água da paisagem, no contexto de uma forte tendência recente de aumento da propriedade e da negociação de recursos hídricos (e de outros recursos) por corporações transnacionais que não estão fisicamente presentes nas comunidades sociais ou nos ambientes materiais onde a água está localizada.

Cabe também compreender esses processos de comoditificação da água e de financeirização dos serviços urbanos dentro de um contexto mais amplo, que implica o redirecionamento da atuação do Estado em benefício do capital financeiro, observável em diferentes setores, como no planejamento urbano (Cadernos Metrópole, 2017), geração de energia hidrelétrica (Renk; Winckler, 2023) e a financeirização da agricultura e estrangeirização da terra (Kato; Leite, 2020).

A financeirização da água, como mostram estudos sobre a propriedade da água por grandes corporações sintetizados por Ballesterio (2019, p. 414), é um processo estruturado por tecnologias de cálculo que consideram níveis predeterminados de lucro para concessionárias de serviços de utilidade pública, sejam elas públicas ou privadas. Isso permite que decisões sobre, por exemplo, o valor das tarifas, sejam tomadas segundo critérios alheios às especificidades de contextos locais. Além disso, a transição do controle sobre recursos essenciais

de governos para agências externas coloca questões sobre o poder de decisão dos governos sobre esses recursos, o que tem consequências para os fundamentos de democracia e soberania dos Estados nacionais.

Nesse sentido, a análise das políticas governamentais brasileiras para as águas e as recentes tendências de abertura para a financeirização dos recursos hídricos é reveladora de processos (constantemente) de formação do Estado brasileiro, para cuja compreensão faz-se necessário abandonar os marcos estritos do Estado nacional e considerar como vetores fenômenos como a chamada cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, marcando a dissolução dos limites jurídicos da soberania como balizas das análises das intervenções de Estado (Souza Lima; Teixeira; Castilho, 2014).

As diretrizes e técnicas inicialmente difundidas pelo Banco Mundial e que influenciaram os dispositivos estatais brasileiros para o governo das águas hoje se encontram imiscuídas nos quadros governamentais e não governamentais do campo dos recursos hídricos, como mostra a análise de Constante Martins (2022) sobre as trajetórias dos principais especialistas brasileiros que trabalharam na implementação das políticas governamentais sobre águas vigentes hoje no Brasil, e atualmente são propagadas também por outras organizações internacionais, como o Conselho Mundial da Água (Espinoza; Constante Martins, 2021). Em comparação com a segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a presença e a influência do BIRD pareciam mais nítidas e hegemônicas, o cenário atual revela não só uma diversificação de organismos internacionais que incidem na moldagem de políticas governamentais para os recursos hídricos, como também um crescimento da organização política de associações de grandes corporações privadas para fazer valer seus interesses, como escrutinaram Britto e Rezende (2017) no setor de saneamento. Mas cabe notar que essa diversificação e esse crescimento parecem caminhar de acordo com as diretrizes contidas nas estratégias do Grupo Banco Mundial para o Brasil (International Bank for Reconstruction and Development; International Finance Corporation; Multilateral Investment Guarantee Agency, 2017), que recentemente vêm convergindo para o aumento do papel das instituições do grupo que incidem diretamente sobre o setor privado em questões relativas ao governo das águas.

Desse modo, a partir da análise da formulação e implementação da PNRH no Brasil, é possível observar os mecanismos pelos quais atuam organismos

internacionais no sentido de influenciar a convergência de políticas governamentais dos Estados nacionais segundo diretrizes e interesses exteriores aos seus territórios – um fazer-se Estado (Souza Lima; Dias, 2021) onde se encontram o público e o privado, o nacional e o internacional.

Considerações finais

Esta análise preliminar de políticas governamentais para a gestão das águas no Brasil ensejou observações sobre o processo contínuo de formação do Estado e da administração pública brasileiros em situações nas quais os organismos internacionais e instituições multilaterais desempenham expressivo papel. A investigação sobre a influência da instituição multilateral Banco Mundial na formulação, instituição e implementação da PNRH buscou contribuir para a compreensão do processo de progressivo afastamento das instituições estatais do papel de provedoras dos serviços de água e de perda do controle sobre as águas por populações locais, em benefício de elites nacionais e corporações transnacionais.

A pesquisa também abre caminho para a compreensão da onda de liberalização que sucedeu o período convencionalmente concebido como desenvolvimentista não como uma significativa contradição ou mudança em relação ao modelo anterior, mas sim como um aprofundamento do mesmo, marcado inclusive por uma mais nítida e irrestrita adesão dos mecanismos estatais para o governo das águas às diretrizes das instituições financeiras multilaterais reunidas no Grupo Banco Mundial. Esse aprofundamento foi promovido por meio de uma remodelação da atuação do Estado em benefício da fração financeira do capital, que está associada à ampliação do já gigantesco volume de recursos mobilizados na implantação e operação de grandes projetos de desenvolvimento e ainda à tendência de constante crescimento desse volume, em detrimento das populações locais e da natureza.

Trata-se de “mudanças” que permitem a perpetuação do modelo do desenvolvimento, mas com a ampliação de sua magnitude, caracterizado no período recente por um gigantismo crescente, no qual cada nova onda de modificações opera no sentido de criar condições para que grandes projetos mobilizem volumes cada vez maiores de recursos – financeiros, humanos, naturais.

É no sentido desse crescente gigantismo que podem ser compreendidas as iniciativas para promover mudanças legais e institucionais que abrem caminho para a transformação da água, já tratada como mercadoria na legislação vigente no Brasil, em uma commodity, passível de ser negociada nos mercados de capitais. O processo de comoditificação da água tende a ampliar a rede de agentes com poder de influenciar a configuração e as tendências do campo dos recursos hídricos, agentes esses totalmente distantes, deslocados, e sem nenhuma forma de vínculo com os territórios e populações que efetivamente fazem uso da água no seu cotidiano. Tende a ampliar, também, o volume de recursos financeiros passíveis de serem mobilizados para investimentos em, por exemplo, reservatórios e redes de abastecimento de água e infraestruturas para coleta e tratamento de esgoto. Nesse sentido, as iniciativas para abrir caminho para a comoditificação da água também tendem a operar um descolamento da água em relação à paisagem e aos territórios.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Manual de usos consuntivos da água no Brasil*. Brasília: ANA, 2019.

AGUIAR, A. M.; HELLER, L. *Saneamento básico no Brasil: perspectivas e a saúde das cidades*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. (Textos para Discussão, n. 76).

BALLESTERO, A. The anthropology of water. *The Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 48, p. 405-421, 2019.

BANCO MUNDIAL. *Diálogos para o aperfeiçoamento da política e do sistema de recursos hídricos no Brasil: volume I: relatório consolidado*. Brasília: Banco Mundial, 2018.

BARROS, F. Introdução. In: VIANNA JR, A. *et al. Banco Mundial: participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painel de Inspeção*. Brasília: Rede Brasil, 2001. p. 37-78.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos [...]. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm. Acesso em: 28 maio 2028.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. *Água: desafio para o próximo milênio: anais do seminário para discussão dos anteprojatos de lei para criação da ANA e do SNGRH*, realizado em 27 de julho de 1999. Brasília: MMA, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 280, de 25 de junho de 2013. Altera o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC [...]. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, ano 150, n. 121, p. 70, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2013&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=120>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei nº 495, de 2017*. Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7334551&ts=1674178363753&disposition=inline>. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios [...]. Brasília: Presidência da República, 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13844.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020*. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento [...]. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei [nº 4.546]*. Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da exploração e da prestação dos serviços hídricos [...]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2 dez. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2127753&filename=PL%204546/2021. Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11349.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

BRITTO, A. L.; REZENDE, S. C. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 39, maio/ago. 2017.

BRONZ, D. Tecnopolítica, expertise ambiental e grandes obras na Amazônia. In: ZUCARELLI, M. C. et al. *Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados*: efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em territórios sociais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 146-178.

CADERNOS METRÓPOLE. São Paulo, v. 19, n. 39, maio/ago. 2017.

CASTRO, E. M. R. de. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Cademo CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*: Brasil 2021. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

CONSTANTE MARTINS, R. Sociologie de la gouvernance de l'eau au Brésil: entre agents, discours et institution. In: NICOLAS-ARTERO, C. (dir.). *Luttes pour l'eau dans les Amériques*: mésusages, arrangements et changements sociaux. Paris: Éditions de l'IHEAL, 2022. p. 320-338. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.iheal.10272>. Acesso em: 10 set. 2023.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESPINOZA, R. de F.; CONSTANTE MARTINS, R. Tecnologias de saber-poder sobre as águas: a experiência do Conselho Mundial das Águas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 113, p. 247-280, 2021.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: "development", depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. 11. ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

GASPAR, N. M. O apagamento de conflitos pelo uso da água associados a grandes projetos na avaliação dos vinte anos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33., 2022, [online]. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2022.

GONDIM, P. A contraparte da "crise": apontamentos acerca do "acesso regular à água" e processos de formação do Estado em Itu, SP. In: TEIXEIRA, C. C.; LOBO, A.; ABREU, L. E. (org.). *Etnografia das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 195-225.

GOVERNO conclui proposta de regulamentação do mercado de carbono e espera aprovação até a COP-30. *Câmara dos Deputados*, Brasília, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/979585-GOVERNO-CONCLUI-PROPOSTA-DE-REGULAMENTACAO-DO-MERCADO-DE-CARBONO-E-ESPERA-APROVACAO-ATE-A-COP-30>. Acesso em: 28 set. 2023.

INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT; INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; MULTILATERAL INVESTMENT GUARANTEE AGENCY. *Country partnership framework for the Federative Republic of Brazil for the period FY2018-FY2023*. [S. l.]: World Bank Group, 2017.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da ANPEGE*, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.

LOPES, J. S. L. *A "ambientalização" dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

NEVES, E. M. S. C. Águas doces e políticas públicas federais. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de S.; LEOPOLDI, M. A. (ed.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: Ipea: INCT/PPED, 2023. p. 157-184.

ORTIZ, H. A political anthropology of finance: studying the distribution of money in the financial industry as a political process. *Anthropological Theory*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 3-27, 2021.

PAGNOCCHESCHI, B. Governabilidade e governança das águas no Brasil. In: MOURA, A. M. M. de (org.). *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Água não se nega a ninguém: a necessidade de ouvir outras vozes. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (org.). *Políticas públicas ambientais latino-americanas*. Brasília: Flacso-Brasil: Editorial Abaré, 2005. p. 115-144.

RENK, A.; WINCKLER, S. Hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai: da ciranda acionária ao passivo socioambiental, quem ganha e quem perde. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 14., 2023, Niterói. *Anais [...]*. São Paulo: Síntese Eventos, 2023. [Livro eletrônico].

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova utopia/ideologia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 34, p. 59-101, 1991.

RIBEIRO, G. L. *Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014.

RIBEIRO, G. L. Scales, levels of agency and condensation. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 48, n. 2, p. 13-35, 2023.

RIGAMONTI, S. Saneamento é maior destino dos financiamentos do BNDES em 2023. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/saneamento-e-maior-destino-dos-financiamentos-do-bndes-em-2023.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SALVIANI, R. *Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência de Itaipu Binacional*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

SANTOS, C. L. S. dos. *O sistema aquífero Guarani e o Banco Mundial: neoliberalismo, soberania e hidropolítica*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SCATIMBURGO, A. L. *O Banco Mundial e a política nacional de recursos hídricos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SCOTT, P. Descaso planejado: uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no rio São Francisco. In: ZHOURI, A. (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012. p. 122-146.

SOUZA LIMA, A. C. de. Notas (muito) breves sobre a cooperação técnica internacional para o desenvolvimento. In: SILVA, K. C. da; SIMIÃO, D. S. (org.). *Timor Leste por trás do palco: cooperação internacional e dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007. p. 417-425.

SOUZA LIMA, A. C. de. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil. Séculos XX e XXI. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 425-457, 2015.

SOUZA LIMA, A. C. de; DIAS, C. G. *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2021.

SOUZA LIMA, A. C. de; TEIXEIRA, C. C.; CASTILHO, S. R. *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2014.

STRANG, V. Water. In: STEIN, F. (ed.). *The Open Encyclopedia of Anthropology*. Facsimile of the first edition in *The Cambridge Encyclopedia of Anthropology*. [S. l.]: Open Encyclopedia of Anthropology, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.29164/19water>. Acesso em: 10 set. 2023.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

WORLD BANK. *Low Income Sanitation Technical Assistance Project – PROSANEAR: implementation completion and result report*. Washington: World Bank, 9 June 2008.

WORLD BANK. *Federal Water Resources Management Project – PROAGUAS: implementation completion and results report*. Washington: World Bank, 22 Dec. 2010.

WORLD BANK. *Federal Integrated Water Sector Project – INTERAGUAS: implementation completion and results report*. Washington: World Bank, 29 Apr. 2019.

WORLD BANK. Projects. Projects list. *The World Bank*, [s. l.], [2023]. Disponível em: [https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?mjsectorcode_exact=WX®ionname_exact=Latin%20America%20and%20Caribbean§or_exact=\(Historic\)Other%20water%20supply%20and%20sanitation^\(Historic\)Rural%20water%20supply%20and%20sanitation^\(Historic\)Urban%20water%20supply^\(Historic\)Water%20supply%20and%20sanitation%20adjustment^Ports%2FWaterways^Sanitation^Water%20Supply&os=0&status_exact=Active](https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/projects-list?mjsectorcode_exact=WX®ionname_exact=Latin%20America%20and%20Caribbean§or_exact=(Historic)Other%20water%20supply%20and%20sanitation^(Historic)Rural%20water%20supply%20and%20sanitation^(Historic)Urban%20water%20supply^(Historic)Water%20supply%20and%20sanitation%20adjustment^Ports%2FWaterways^Sanitation^Water%20Supply&os=0&status_exact=Active). Acesso em: 16 ago. 2023

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; LASCHEFSKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. In: ZHOURI, A. (org.). *Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais*. Brasília: ABA, 2012. p. 147-195.

ZUCARELLI, M. C. *A matemática da gestão e a alma lameada: crítica à mediação em licenciamentos e desastres na mineração*. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

Recebido: 30/09/2023 Aceito: 07/03/2024 | Received: 9/30/2023 Accepted: 3/7/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Cuadros para verdura y rastrojos en el campo: estilos diferentes pero articulados de producción agrícola en la Quebrada de Humahuaca, noroeste argentino

Cuadros para verdura and rastrojos en el campo: different but articulated styles of agricultural production in Quebrada de Humahuaca, Northwest Argentina

Jorge Luis Cladera^{I,II}

<https://orcid.org/0000-0002-9992-7636>
chorchcladera@gmail.com

^I Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina

^{II} Universidad de Buenos Aires – Tilcara, Jujuy, Argentina

Resumen

La intervenciones institucionales que tuvieron lugar en las regiones andinas del noroeste argentino durante las últimas décadas han estado ancladas principalmente en estimular la producción de cultivos andinos mediante Procesos de Transición Agroecológica. A pesar de estos esfuerzos, la producción de cultivos andinos sigue resultando marginal en comparación a la horticultura comercial mediante agricultura convencional. En este artículo propongo aportar datos etnográficos que permitan poner en debate el diagnóstico apresurado según el cual ambos modelos productivos compiten entre sí en perjuicio de las prácticas más sustentables, para sostener que, en ocasiones, ambas formas de producción pueden constituir estrategias desplegadas por las mismas familias extensas con el fin de lograr dos objetivos complementarios, a saber: generar ingresos económicos suficientes para la reproducción doméstica, pero a la vez mantener vigente la producción de cultivos de valor afectivo y cultural, así como las parcelas agrícolas donde éstos son producidos, de mayor importancia ancestral pero menor rentabilidad, y que mediante este tipo de soluciones creativas son amparados de la excesiva agresividad de la agricultura convencional.

Palabras clave: modelos agroalimentarios; transición agroecológica; cultivos andinos; estrategias.

Abstract

Over the last decades, institutional interventions in the Andean regions of northwest Argentina have been mainly focused on stimulating the production of Andean crops through Agroecological Transition Processes. Despite these efforts, Andean crop production remains marginal compared to conventional commercial horticulture. In this paper I intend to provide ethnographic data to challenge the premature diagnosis according to which both production models compete with each other to the disadvantage of more sustainable practices, in order to argue that, at times, both forms of production may constitute strategies deployed by the same extended families in order to achieve two complementary goals, namely: to generate sufficient economic income for domestic reproduction, but at the same time to maintain the production of crops of affective and cultural value, as well as the plots where they are produced, which are of greater ancestral importance but less profitable, and which through this type of creative solutions are protected from the excessive aggressiveness of conventional agriculture.

Keywords: agri-food models; agro-ecological transition; Andean crops; strategies.

Introducción y marco conceptual

En las últimas décadas, los paradigmas del desarrollo rural que dieron sustento a diversos programas tecnológicos han entrado en crisis, y con ello, se acabaron los tiempos de la “fe ilimitada en el progreso, identificado explícitamente con el aumento de la producción y la introducción de tecnologías modernas más eficientes” (Viola, 2000, p. 14). En su reemplazo, han venido adquiriendo una creciente atención los paradigmas agroecológicos, con una velocidad y preeminencia que sorprenden incluso a sus propios defensores y diseñadores teórico-conceptuales (Paredes; Arce; Dorrego, 2023; Sarandón, 2021). Este ritmo de creciente valoración de los abordajes agroecológicos trasciende las políticas locales o nacionales, y es hoy una de las premisas centrales de intervención de las agencias multilaterales (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2019, 2024). Con el fin de avanzar hacia la transformación de los sistemas agroalimentarios convencionales en modelos ecológicamente más sostenibles y menos insumodependientes, adquieren una creciente atención a los denominados Procesos de Transición Agroecológica (Marasas *et al.*, 2015), caracterizados como abordajes multifactoriales y multiescalares (Tittonnell, 2019) entre los que cumplen una función central las metodologías de acción participativa llevadas adelante en conjunto con las y los propios productores de alimentos (Sachet *et al.*, 2021).

Sin dudas, una de las trayectorias culturales que más interés despierta para su estudio desde perspectivas agroecológicas, lo han constituido, ya desde los inicios mismos de la subdisciplina (Altieri, 1999), las comunidades campesino-indígenas de la región andina, entre otras cosas, por la tenacidad de sus sistemas de producción de alimentos sobre la base de la agrobiodiversidad (Paredes; Arce; Dorrego, 2023). El estudio de las condiciones de posibilidad para la vigencia de sistemas agrícolas biodiversos basados en los Cultivos Andinos ha sido un caso concreto de atención para los Procesos de Transición Agroecológica (Altieri; Nicholls, 2019; Dorrego Carlón, 2021), debido a su rusticidad, su adaptabilidad y su alto valor nutricional (Tapia, 1979, 1982); así como a sus impactos positivos en términos de agrobiodiversidad y resiliencia climática (Casas, 2019). A partir del boom global del mercado de la quinua que comenzó con el cambio de siglo (Andrews, 2017; Laguna, 2011; Winkel, 2013), también en el noroeste argentino se consolidó la idea de visualizar a los cultivos andinos como

una de las principales herramientas para transiciones agroecológicas que logran “mejorar la inserción de la agricultura familiar en cadenas de valor emergentes y dinámicas” (Jujuy, 2022, p. 15). La declaración de la Quebrada de Humahuaca como Patrimonio Cultural de la Humanidad (Arzeno; Troncoso, 2012) en el 2004 tuvo como consecuencia la popularización de estos alimentos en relación a los circuitos turísticos (Sammartino, 2015), pero también en relación a determinados nichos de consumidores de alimentos alternativos (vegetarianos, celíacos, orgánicos, naturistas, etc.) (Arzeno, 2020; Arzeno; Troncoso, 2012).

Sin embargo, al menos en la Quebrada de Humahuaca, la producción agroecológica de cultivos andinos tiene una presencia marginal en comparación con la producción convencional de hortalizas de contraestación – tales como acelga, lechuga, rúcula, zanahoria, ajos, etc. – con fines comerciales (Rodríguez, 2009). Una de las explicaciones más ensayadas por las políticas institucionales para interpretar la marginalidad de los cultivos nativos es precisamente su desplazamiento y arrinconamiento por la horticultura comercial (Fundación Nueva Gestión, 2015; Jujuy, 2022). Según estos diagnósticos, serían estos mecanismos de retracción del espacio agrícola destinado a los cultivos andinos aquellos que explicarían la dificultad para obtener determinadas variedades en sus zonas de origen, a pesar de los crecientes intereses de un público turístico interesado en consumirlos (Arzeno; Troncoso, 2012).

Más que apresurar el diagnóstico según el cual uno de estos sistemas agrarios relega al otro, sería necesario estudiar cómo ocurren sus interacciones mutuas en una misma región geográfica. Con el fin de comprender este tipo de interacciones, se ha sugerido el empleo de los conceptos de coexistencia y de confrontación (Gasselin *et al.*, 2021). Según esta propuesta, un modelo agroalimentario puede ser entendido, entre otras acepciones, como una maqueta analítica para describir determinada realidad socioproductiva (Gasselin *et al.*, 2021). De esta manera, es posible que distintos modelos agroalimentarios cohabiten una misma geografía, y sólo el análisis de las interacciones que ocurren entre los distintos actores sociales involucrados en dicho tiempo y lugar permitirá identificar la configuración específica de las dinámicas de mutualidad y/o competencia entre los modelos en cuestión (Gasselin; Sautier, 2021).

Es frecuente que distintos modelos agroalimentarios cohabitando un mismo momento y geografía expresen la tensión entre distintos actores sociales en pugna (Gras; Hernández, 2008): de hecho, ha sido éste el punto de partida

para determinados análisis en las regiones andinas del noroeste argentino (Hocsman, 2011, 2014; Manzanal; Ponce, 2013). Siendo un punto de partida acertado en infinidad de situaciones, en este artículo procuraré poner de relieve que, en determinados contextos sociales y geográficos, acaso sean los mismos sectores rurales subalternos (Cowan Ros; Berger, 2018) los que traccionen distintos modelos agroalimentarios, con el fin de lograr, dentro de los limitados márgenes con los que cuentan, la mayor autonomía posible mediante la coproducción (es decir, la producción y la reproducción) entre ser humano y naturaleza (Ploeg, 2010). Intentaré aportar a la expansión de nuestra perspectiva sobre la relación entre la vigencia de sistemas de producción de cultivos andinos bajo principios agroecológicos, y sistemas de producción de hortalizas bajo el paradigma comercial convencional. Por medio de fuentes etnográficas de primera mano, procuraré brindar evidencia para sostener que, en ocasiones, ambas modalidades agrícolas constituyen estrategias complementarias desplegadas por las/os mismas/os agricultoras/es, haciendo para ello uso de sus redes familiares extensas, con el fin de combinar vocaciones productivas diferentes: por un lado, la generación de ingresos monetarios suficientes para la reproducción familiar, y por otro, la continuación en el tiempo de espacios agrícolas de valor afectivo y cultural debido a su sentido ancestral, pero que no resultan estrictamente rentables bajo criterios mercantiles.

El material etnográfico que emplearé en este artículo hace referencia a trabajo de campo realizado entre los años 2014 y 2019 en el marco del Programa de Fortalecimiento de la Quinua en el Noroeste Argentino (PFQNOA, a partir de aquí a lo largo del texto), que posteriormente devino mi insumo doctoral. Específicamente, enfocaré mi análisis en el estudio de un caso, al que en este artículo nombro como la familia A. Empleo con este fin algunos apuntes de campo, pero sobre todo una entrevista realizada a *María* y *Pedro*, pertenecientes a esta red familiar, en el mes de julio de 2017. Dado el trabajo compartido durante los años previos, en dicha entrevista se pudieron dar las condiciones comunicacionales para que se verbalizaran –e incluso para que ensayáramos algunas interpretaciones sobre su sentido– determinadas categorías nativas sumamente elocuentes a los efectos de evidenciar la convivencia en el universo lingüístico de la Quebrada de Humahuaca de diferentes criterios clasificatorios para conceptualizar espacios agrícolas con vocaciones diferentes y a la vez complementarias. Si bien esta entrevista fue realizada por supuesto con la debida autorización,

dado que las comunidades rurales de la región son entornos sociales pequeños y la “trazabilidad” de las personas resulta fácil con poca información, me pareció prudente emplear pseudónimos para nombrar tanto a las personas como a la localidad rural mencionada en el texto.¹ Para recordar al/la lector/a que se trata de pseudónimos, emplearé a lo largo del texto *itálicas*.

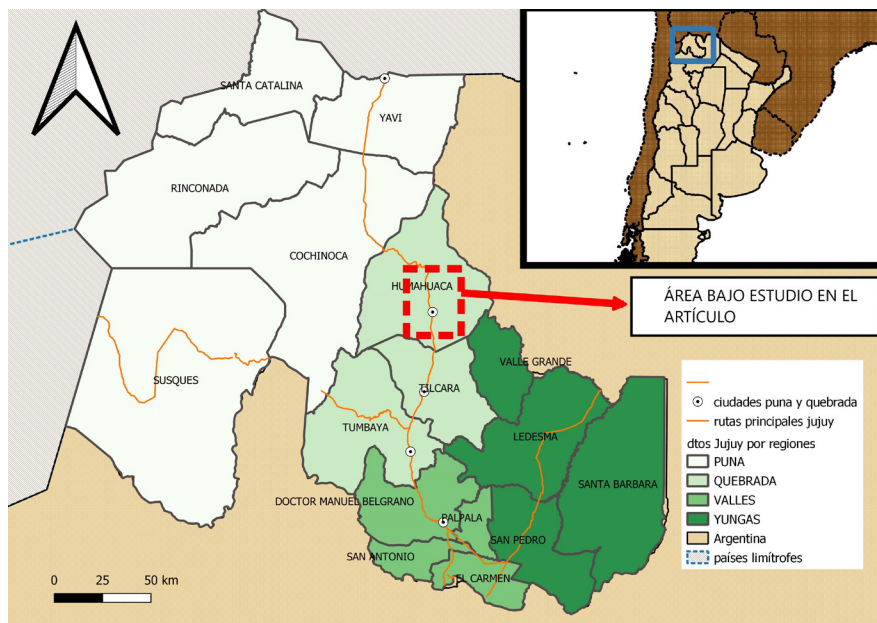


Figura 1. La provincia de Jujuy en la Argentina, y detalle del área bajo estudio en este artículo. Fuente: elaboración propia.

La historia agraria reciente y la historia de una familia

La familia A. está representada, en la entrevista que analizo, por la pareja integrada por quienes a lo largo del texto mencionaré como *María* y *Pedro*. Ambos viven en una casa contigua a la de los padres de *María*, en las afueras del área

1 No he considerado necesario mantener ese mismo recaudo con la localidad semiurbana de Uquía, cuya escala cambia la trazabilidad de la información.

urbana del pequeño pueblo de Uquía. Sin embargo, *María* no nació en Uquía, sino en un paraje rural al que aquí denominaré *Charcomal*, de donde son originarios sus familiares, tanto por la rama paterna (los A.) como materna (los D.). El episodio y las condiciones bajo las que nació *María* conforman una parte sensible de la memoria familiar, ya que el hecho ocurrió mientras su madre – por entonces primeriza – se encontraba en soledad en *Charcomal*, pastando ovejas, en un terreno que había sido una antigua herencia matrilineal.

Los espacios agropecuarios que manejan los A. se sitúan en dos localidades bien diferentes – Uquía y *Charcomal* – y bajo modalidades de manejo marcadamente distintas.

N.º predio	Localización del terreno	Superficie	Situación fundaria	Forma y origen del derecho
1	Uquía	607 m ²	Propiedad (invernadero)	Compra a un vecino
2	Uquía	3959 m ²	Arriendo	Arriendo
3	<i>Charcomal</i>	5291 m ²	Fracción de finca en Condominio	Herencia matrilineal (fam. D.)
4	<i>Charcomal</i>	6968 m ²	Fracción de finca en Condominio	Hermana de A.: compartido (2016/17) y arriendo (2017/18)
5	<i>Charcomal</i>	2090 m ²	Fracción de finca en Condominio	Herencia patrilineal (fam. A.)
6	<i>Charcomal</i>	2466 m ²	Fracción de finca en Condominio	Herencia patrilineal compartida entre los dos hermanos A.

Gráfico 1. Detalle de todos los predios agrícolas empleados por la familia A.

El relato de vida de *María* y *Pedro* pone en relieve, en primer lugar, una mutación productiva estructural que la localidad de Uquía sufrió en las últimas décadas, en sintonía con lo ocurrido con el resto de los parajes situados sobre la vera de

la Ruta 9 en la Quebrada de Humahuaca (Arzeno, 2008; Cowan Ros; Schneider, 2008), y que nutre los diagnósticos institucionales de partida que ya mencionáramos. Nos relata *Pedro*:

Cuando yo conocí [Uquía de niño], *era todo manzana*, cuesta arriba. Manzanas, peras. Duraznos también había mucho. [...] Es que la gente, claro, venía la gente de Abra Pampa, *cambiaba las manzanas, la carne con manzanas, con maíz*, entonces llevaban eso, la gente grande era así en esos tiempos, por eso *existía el trueque*. [...] Más antes se vivía así. Y ya venían a hacer verdura, entonces ahí empezaron la punta, ¿ve? Y como para el sur² hace tanto calor, entonces *la necesidad de la lechuga era tanto porque allá no da* pues ya. [...] Hoy en día todos *los campos se han hecho de producción*. Y ahora *los campos se están loteando*, se están dividiendo, están loteándose [...] Ya va dispersando los campos pues, entonces *van arrasando las quintas, todo eso, que eran manzanas se van arrasando, todo para hacer verdura*.

Se describen aquí dos mutaciones. En primer lugar, de una agricultura frutícola destinada al trueque entre quebradeños y puneños, a una agricultura hortícola de contraestación, destinada a los conglomerados urbanos (*el sur*). Esta mutación productiva había sido observada ya por otros autores (Arzeno, 2008; Rodríguez, 2009). En segundo lugar, la subdivisión de las quintas grandes ubicadas cerca del centro del pueblo: estos terrenos subdivididos se usan parcialmente para la construcción de viviendas (*loteos*), y el remanente se destina a la producción de hortalizas (llamadas genéricamente *verdura* por las propias agricultoras/es: principalmente lechuga, acelga, espinaca; secundariamente zanahoria y ajo).

Los herederos de los terrenos agrícolas de Uquía han loteado las fincas y en su mayoría no se dedican a la agricultura; los lotes agrícolas disponibles son arrendados por vecinos que, como los A, provienen de otras comunidades aledañas; o también de Bolivia. En este escenario, la disponibilidad de terrenos agrícolas se redujo mucho, y obliga a quien se dedica a la producción de *verdura*

2 La referencia al *sur* que hace el entrevistado alude a los grandes conglomerados urbanos del noroeste argentino (localizados al sur, desde la perspectiva del narrador), es decir: las ciudades de Salta, San Salvador de Jujuy y San Miguel del Tucumán, localizadas en climas mucho más tórridos y húmedos.

a arrendar terrenos “flojos de papeles”, y aún a priorizar el mantenimiento de dichos alquileres en años de pérdida. Así les ocurrió a *Pedro* y *María*, que desde hace décadas arriendan el mismo terreno en Uquía:

Yo no quería largar el terreno, por ir a otro lado. *Porque si suelto el terreno ése y entra otro... y ya no lo sacaba más ya.* Ya dónde iba yo. [...] Y ahí perdimos tres años claves, donde todos mis compañeros han ido, *han trabajado en agricultura, y de ahí dieron un salto más alto.* Por qué, porque fueron *dos temporadas que fueron buenísimas.* [...] Después ya *la otra temporada ya le mandé aunque sea* [una parte del arriendo], *juntábamos plata de negocio* [de un almacén familiar] *y haciendo cerámica, y le mandamos.* ¿Ve? [...] En ese mismo año nomás sacamos plata y pagamos deudas. *En otro año ya volvieron con todas las rayas de nuevo.* Y ahí hice, organicé bien bien bien, y *compramos un tractor* ese año, listo. Y de ahí ya vino todo ya.

A pesar de la predisposición de *María* y *Pedro* para comprar este terreno, los problemas de sucesión lo vuelven imposible:

El tema es que como *no tienen papeles*, y no termina nunca ese juicio [... sucesorio], que median un lado, median otro lado ¿ve?, el otro quiere mensurar en otro lado, que el tuyo es más grande el mío es más chico, y nunca se ponen de acuerdo. [...] Tanto sus padres sembraban alfa, trigo, todo eso, *ningún hijo llegó a hacer eso.* ¿Ve? Así se fue degradando, degradando. Y tampoco ellos saben aprovecharlo, mensurarlo bien, o venderle, trabajarle, o qué se yo, no sé. Ninguno. Todos están así a la deriva. Van muriendo, los hijos van abandonando, y así van a ir abandonando parece todo.

Además del arriendo de este predio agrícola, *Pedro* y *María* tienen en Uquía la casa familiar, que le compraron a un pariente de *María*. En este terreno, más pequeño, detrás de la casa familiar, ellos construyeron un invernadero de buenas dimensiones, que les permite plantar almácigos para el trasplante al terreno, así como sembrar *verdura* y flores de contraestación para la venta. Estos dos predios agrícolas – el arriendo para hortalizas, y el invernadero en el lote propio – son aquellos que permiten los mayores ingresos económicos para el sustento familiar.

Distintos términos para distintos predios agrícolas

Cuadros y tablones

En el transcurso de esta entrevista, se hicieron presentes dos categorías para mencionar el arriendo en Uquía, que *Pedro* emplea con mucha naturalidad: *cuadro* y *tablón*. Al pedirle que me las explique, surge esta respuesta:

Un *tablón* es una parcela, digamos así, de lechuga que vamos a poner. [...] Cuando decimos un *cuadro* quiere decir así, punta a punta. Eso es un *cuadro*. Y un *tablónico* es ya... ya una parcela, o sea divide en tres, cuatro ese *cuadro*. Decimos así, es una forma de hablar.

Es decir que, en Uquía, la palabra *cuadro* designa una unidad de terreno; y la palabra *tablón*, una unidad de cultivo. Siendo el cuadro la unidad de terreno, sería presumible que contara con una medida estándar. Al preguntar ocurre lo siguiente:

Investigador – Cuando se dice un cuadro, ¿tiene más o menos una medida estándar?

Pedro – Media hectárea.

María – ¿Ah sí, no? Porque esté tiene, ¿éste es una hectárea de largo punta a punta?

Pedro – Media.

María – Porque son dos, ¿no?

Pedro – No, porque éste tiene cincuenta metros hasta ahí al fondo, tiene sesenta, de largo tiene que tener... una hectárea es cien cuadrados, ¿no ve? Cien por cien hace una hectárea. Y ésta toda una manzana puede tener... más. Esta manzana puede tener una hectárea y media. Puede tener como 150 así y tiene como 60 así.

Vemos que, a pesar de los esfuerzos por identificar una norma para mensurar la superficie (un *cuadro* = “media hectárea”), en la misma descripción del caso testigo, la norma no se cumple. Evidentemente, la estimación es puramente aproximativa; expresa más un criterio de cálculo del tiempo de trabajo que estrictamente de superficie, como ocurre en otros contextos andinos (Fonseca Martel, 1974). De hecho, en posteriores mediciones de área mediante SIG, la superficie

de este *cuadro* es de 3959 m², como se aprecia en el Gráfico 1 (el predio en cuestión es el N°2 en el gráfico). Pero en todo caso, el empleo del término *cuadro* expresa la intención de establecer una unidad de medida empleada para planificar o estimar cultivos destinados al mercado (“*voy a poner un cuadro entero de acelga*”, por ejemplo). Por eso, fuera de su función comercial, *María* y *Pedro* emplean con más naturalidad la palabra *terreno* al hablar del predio N°2 en Uquía.

Rastros en el campo

Recordemos aquí que, además de los dos predios agrícolas en Uquía, *Pedro* y *María* disponen de otros terrenos, heredados de la familia A., y localizados en un paraje rural al que en este artículo denominaremos *Charcomal*, que es parte de una antigua finca en condominio (una modalidad de propiedad colectiva que antecedió al reconocimiento legal de las Comunidades Indígenas), accesible sólo a través de rutas vecinales de ripio y caminos de herradura.

Menciono esto aquí, ya que el empleo de las categorías *cuadro* y *tablón* para delimitar un espacio agrario me llamó la atención, porque yo estaba familiarizado con otro término, identificado también por otra autora (Lema, 2006, 2014): la palabra *rastrojo*. Lo que me disparó la siguiente pregunta, y la consecuente – y esclarecedora – respuesta de *María*:

Investigador – ¿Acá no se le dice *rastrojo* a la unidad? Por lo menos yo en muchos otros lados lo he escuchado así.

María – Sí... nosotros no... se dice... *ahora* se le dice *terreno*. Porque es más grande. Porque nosotros, *el rastrojo es...* [...] *chiquito*. Claro, *y con pared*. En cambio acá no hay pared. Vos vas al terreno que el *Pedro* arrienda, ¡qué!, dos paredes tenemos apenas, que ya están... ni nada las paredes. Nada más. [...] *En el campo, le decís rastrojo*. Porque son *chiquitos, con pared, bien cerraditos*. Sí, nosotros así le decimos, *allá en el campo* le llamamos [así ...]. Para nosotros no hay un terrenito, un rastrojo, si no es una pared. Acá vos vas, ningún terreno vas a ver con una pared, bien cerrado. No. No no no. Yo conocí muy poca pared en este, en estos terrenos. En ninguno casi. [...] Pero *antes* era puro tapial. El terreno de al lado no, ése ya no tenía tapial ¿no? Ése ya no tenía tapial. Para arriba sí hay paredes todavía, así, que han ido quedando. Pero... porque *antes había paredes*. Separaban paredes. En cambio, *ahora ya no*. Ya no. Alambrito. Dos hilos, listo ya está.

Fue evidente, para mí como Investigador, que en ese momento yo acababa de hacer una pregunta nunca formulada en la comunidad de habla nativa, una pregunta que, desde una perspectiva claramente etnográfica, estaba invitando a “des-naturalizar” convenciones semánticas inconscientes. Tanto *Pedro* como *María* se vieron en la situación de tener que improvisar una explicación para expresar por qué en Uquía (“*acá*”) a los predios les decían *terrenos* (aunque en contextos de planificación la palabra es, como dije, *cuadro*), mientras que “*en el campo*” (en *Charcomal*) les decían *rastrojos*. En los esfuerzos que hace *María* por dar explicación a esta distinción, ella reconoce **tres aspectos relevantes**.

Primero, el tamaño del predio: por comparación, un *rastrojo* sería más pequeño que un *cuadro* (aunque en las mediciones de área realizadas mediante SIG esto no ocurre: comparar en el Gráfico 1 la superficie de los *rastrojos* N°3 y 4 con el *cuadro* N°2). ¿Por qué entonces, los *rastrojos* son concebidos como superficies más pequeñas que los *cuadros*, aún cuando de hecho esto no es así? Aquí merece advertir sobre la aparición de una categoría empleada por *María* para marcar distancias, que analizaré un poco más adelante. Me refiero a la categoría *campo*. En efecto, obsérvese en el fragmento de entrevista que daría la impresión de que la extensión de la unidad agrícola depende del contexto paisajístico en el que tiene lugar. Mientras que los *cuadros* constituyen las mayores superficies aún vigentes dentro de áreas en procesos de loteo y periurbanización como ocurre en Uquía, en *Charcomal*, los *rastrojos*, asociados con *el campo*, parecen en proporción más pequeños. Volveremos inmediatamente sobre este punto.

La segunda distinción que *María* sugiere entre *cuadros* y *rastrojos* consiste en la modalidad de cerramiento (el *rastrojo* está cerrado con pared o *tapial*; el *cuadro* no, aunque en la misma enunciación esto se relativiza). Mediante el término *rastrojo* se designa entonces un espacio con vocación a la agricultura, *para sembrar*, delimitado bidimensionalmente, *cercado*. El sentido de esta enunciación reside en algo que ya he analizado en otras oportunidades (Cladera, 2013, 2020): el cercamiento implica la sustracción “privada” y bidimensional de pequeñas proporciones de área, sobre espacios de acceso libre y concebidos de manera cerodimensional (Ingold, 1987): “*el campo*”. *El campo* remite así, simultáneamente, a un espacio ancestral y a un espacio concebido mediante criterios de derecho que activan agencias extrahumanas. A propósito, citaré otro fragmento de apuntes de campo, que tuvo lugar durante los recorridos por *Charcomal* para prospeccionar las obras de conducción de agua de riego que los A. querían realizar:

[Gabriela, ingeniera del proyecto] pregunta sobre los terrenos de meseta que [las mangueras deberían cruzar a campo traviesa hasta el *rastrojo* de los A.]: “¿Ése de quién es?”, y [la mamá de María A.] responde con una frase elocuente: “*ése es campo de campo*”. Como no termina de entender, [la mamá de María A.] vuelve a repetir la frase, como si la respuesta resultara autoevidente (Apuntes de recorridos de campo. *Charcomal*, Martes 7 de noviembre de 2017).

Aquí la madre de *María* empleaba con naturalidad dos sentidos diferentes de la palabra *campo*: sentidos que no nos resultaban obvios para quienes, como Gabriela o yo, constituíamos el equipo técnico que acompañaba la propuesta. ¿Qué quiso decir la madre de *María* con que *ése es campo de campo*? Por *campo* se refería en primer lugar a un espacio abierto, no circunscripto por un cerramiento y por lo tanto no susceptible de un reclamo privativo de su derecho de uso por parte de ningún particular. *El campo* puede ser transitado y forrajeado por cualquier animal, doméstico o silvestre. A diferencia del *campo*, los *rastrojos* están cercados, impiden su acceso irrestricto, y se reconocen como de derecho de alguna persona o familia. Pero además, el espacio que no ha sido sustraído por ningún particular al derecho común, simultáneamente es sobreentendido en este contexto cultural como un espacio que se erige en sujeto agente por derecho propio. La madre de *María* no dijo que *ese campo no es de nadie*: lo que dijo fue que *ése es campo de campo*. Es decir, que el propio lugar, el propio *campo*, se convierte en sujeto de derecho. En otras oportunidades (Cladera, 2013, 2020) he analizado ya esta característica arraigada en los contextos culturales andinos, por la cual aquel lugar no apropiado por un particular absorbe las propiedades subjetivas que se le asignarían a un sujeto de derecho. Esto explica la centralidad ontológica que en estos contextos adquiere el ritual como petición de permiso: ya que incluso los lugares sin dueño detentan derechos de acceso y uso que deben ser respetados. De este modo, la polisemia que adquiere en este contexto cultural específico la palabra *campo* recupera en gran medida la polisemia del sustrato lingüístico y cultural que la antecede, ya que el término quechua *pampa* (Cereceda, 1990), así como sus manifestaciones paisajísticas específicas – *qaqa*, *punku*, *ch'usaj parte*, etc. – (Cruz, 2006, 2013), reciben las mismas atribuciones.

El tercer aspecto que se entrevé en la interpretación de *María* de lo que es un *rastrojo* es una determinada temporalidad que se asocia con la espacialidad: al hablar de “*el campo*” hay una remisión temporal al pasado, “*allá*” remite

asimismo a un “antes”. *Allá en el campo* hay paredes, pero *María* también expresa la misma idea como “antes había paredes”, a diferencia de “*acá*” o “*ahora*”. Estas expresiones, que a primera vista parecieran sugerir la nostalgia por un paisaje que se pierde, deberían interpretarse mejor en tanto mecanismos discursivos frecuentes en contextos rurales andinos, que a veces pueden conducir a equívocos. Al igual que como mencioné respecto del término anterior, es menester señalar la vigencia del sustrato lingüístico-cultural pre-castellano: en quechua, las circunscripciones para el tiempo y para el espacio emplean la misma palabra, *pacha* (Bouysse-Cassagne; Harris, 1987; Kusch, 2007). En sintonía con esto, en los contextos campesinos quebradeños, el referir a un paisaje asociado al pasado no significa referir a un tiempo ya extinto, sino a un tiempo – *antes* – que pervive en dicho paisaje agrario: *allá en el campo*.

Dos modelos agroalimentarios ante un programa institucional

De esta manera, lo que se puso en evidencia en la entrevista con *María* y *Pedro* es que hay dos contextos de enunciación diferentes en los que distintas categorías territoriales adquieren pertinencia: uno de ellos asociado a la distancia espacial y a un tiempo ancestral; el otro asociado a la contigüidad geográfica y a la modernidad.

Veremos ahora cómo se activaron estos distintos predios agrícolas en el marco de un Programa Institucional como lo fue el mencionado PFQNOA. La familia A. fue una de las partícipes más activas y entusiastas³ del Programa. Con el compromiso de producir la quinua para satisfacer la expectativa institucional, *María* y *Pedro* solicitaron y lograron gestionar sucesivamente diversos insumos que estaban requiriendo para resolver sus necesidades agrícolas. Entre ellos: abono de cabra, semilla de quinua, material para parcelamiento (rollos de alambre de púa y de alambre de alta resistencia); un cincel para tiro mediante tractor, y materiales para captura y conducción de agua de riego.

3 Para más detalles sobre este Programa, ver Cladera (2019); Fundación Nueva Gestión (2015); Rívero (2017).

El cincel se empleó para roturación del suelo agrícola mediante el tractor de la familia. El tractor no puede ingresar a *Charcomal* debido a las dificultades del camino y a las pendientes de ladera de sus superficies agrícolas. El cincel fue empleado en Uquía, para acondicionar la tierra para la producción de hortalizas.

En cambio, el resto de los materiales que *María* y *Pedro* solicitaron al PFQ-NOA se empleó precisamente en reactivar el predio de herencia propia que la familia tenía en *Charcomal* (predio N°3 en el Gráfico 1):

En *Charcomal*, hay tres ojitos de agua [es decir vertientes de ladera. Uno de los tres] es el que están recuperando para ponerlo a trabajar en el *rastrojo familiar* [el predio N°3 en el cuadro anexo]. Recuperaron un viejo canal y de este modo hacen llegar el agua hasta un potrero que tuvo varios años de descanso [...] *Pedro* piensa cuando sea grande venirse a trabajar acá, y dejar los arriendos en Uquía que le resultan carísimos. (Apuntes de recorridos de campo. *Charcomal*, Jueves 10 de septiembre de 2015)

Las tareas de reacondicionamiento de esta parcela incluyeron reconstruir y completar el perímetro parcialmente derruido de *pircas*, y finalizar la conducción de agua desde la vertiente hasta una represa familiar construida con fondos propios. Cabe aclarar que este *rastrojo familiar* en el que tanto esfuerzo de reacondicionamiento han puesto, es precisamente aquel en donde nació *María*.

Ahora bien, la quinua para cumplir con el PFQNOA no se sembró en este *rastrojo*, que por el largo tiempo de descanso fue destinado a *papa* (tubérculos andinos). La quinua se sembró en otra parcela, también localizada en *Charcomal* aunque a un Km de distancia de la primera. Este *rastrojo* no es de *María*, sino de su tía paterna (predio N°4 en el Gráfico 1), con la que *María* y *Pedro* debieron establecer algún tipo de acuerdo de uso:

Me explica que este año lo van a arrendar [para sembrar quinua]; el año pasado “sólo pagamos el pasto. Como teníamos animales...” El año pasado [la tía] sólo les cobró el pasto (“nos cobró 800”), pero no los cultivos, ya que “le ayudamos a cultivar”. Le pregunto cómo es la modalidad, y me explica que cada uno siembra lo que trae: “mi cuñada trajo una bolsita, entonces le corresponden dos rayitas, tres”. Este año en cambio, les arrienda. Les cobra “2500”, más la *papa* que siembren, que van “a medias”. “¿pero igual tienen que pagar el arriendo? Igual.” (Apuntes de recorridos de campo. *Charcomal*, Martes 7 de noviembre de 2017).

Obsérvese que en ambos ciclos agrícolas, se dan dos combinaciones diferentes de intercambio de dinero y trabajo por el mismo terreno. El primer año, el pago es por forraje y el segundo es un “arriendo”. Sin embargo, en ambas oportunidades, el acuerdo monetario formal (por cierto, absolutamente marginal) se combina con una transacción extramercantil de tres factores: trabajo, semilla, y cosecha. El primer año, el cálculo de la carga de trabajo así como de las proporciones de cosecha con que se beneficia cada participante se deduce sobre la base de su participación proporcional en semilla aportada. Este mecanismo constituye una convención sumamente difundida para el intercambio de *rastrojos* entre parientes y/o vecinos, y se denomina *compartir la siembra*. En el segundo año, tanto el trabajo como la cosecha se divide en mitades equivalentes: esta modalidad es descripta como *ir a medias*. En el caso que estamos analizando, se expresa un aspecto sutil pero significativo: en ambos ciclos agrícolas, no toda la cosecha de quinua que iban a obtener *María y Pedro* provendría de su propia semilla de quinua aportada por el PFQNOA, por dos razones: primero, por las inevitables hibridaciones con las semillas de otro origen aportadas por la tía; segundo, porque el cumplimiento de los diferentes acuerdos de reparto de la cosecha requiere que su distribución se independice del origen de la semilla que le dio nacimiento.

De este modo, aún cuando el intercambio del rastrojo se “formalizó” por medio de diferentes “arriendos”, no obstante, en ambas oportunidades, la transacción debió contemplar, *por tratarse de un rastrojo*, algún mecanismo siquiera simbólico de entrelazamiento de los brazos que trabajan la tierra y de las semillas que la fertilizan, evocando de este modo los dos elementos insustituibles que deben involucrarse en los mecanismos de reciprocidad ritualizada de la siembra en los Andes (v. t. Fonseca Martel, 1974).

Los datos hasta aquí aportados, y en particular este último análisis, expresan, por un lado, un rol social específico que ejercen aquellos terrenos denominados en la Quebrada de Humahuaca como *rastrojos*, y por otro la tensión que éste genera con las transformaciones agrícolas propuestas por un programa de desarrollo rural. A diferencia de los terrenos agrícolas destinados a la producción para el mercado – que, como vimos, son designados mediante términos nativos específicos que marcan esta función, tales como *cuadro* y *tablón* –, en los espacios agrícolas aún conceptualizados tradicionalmente –*rastrojos*– la reproducción de las cosechas reproduce, asimismo, relaciones sociales entre

parientes pero también entre semillas de plantas que, de ese modo, también se “emparentan”. Durante las siembras compartidas en los *rastros*, lo que se produce no son mercancías: son alimentos cuyos mecanismos de distribución recrean relaciones de parentesco y afinidad.

Sintetizando: la familia A. participó con entusiasmo y responsabilidad de las propuestas vinculadas al PFQNOA. En el marco de ese Programa *Pedro y María* adquirieron maquinaria agrícola (un cincel de tractor) para ser empleada en la producción de hortalizas mediante agricultura convencional en el *cuadro* N°2; también adquirieron equipos de conducción hídrica y cerramiento para reacondicionar el *rastrojo* N°3, el de mayor valor afectivo por las memorias familiares que en él se tejieron, con el fin de sembrar en él tubérculos nativos mediante procedimientos agroecológicos; y cumplieron con su compromiso institucional de siembra de quinua agroecológica en el *rastrojo* N°4, al que, siendo herencia de una parienta, se accedió mediante modalidades extramercantiles de intercambio de trabajo, tierra y semilla.

Vemos que la vigencia de los *rastros* depende en la región analizada, no exclusiva pero sí significativamente, de la aceptación de vínculos de intercambio de tierra y trabajo de carácter extramercantil. Paralelamente, observamos que son los *rastros* aquellos espacios priorizados a la hora de invertir los insumos y beneficios obtenidos del programa institucional, expresando la intención de otorgar vigencia a la producción agraria en estos terrenos, ya que revalidan las memorias de los orígenes (*rastrojo* N°3) y reactualizan las relaciones de parentesco (*rastrojo* N°4) de quienes los mantienen vigentes, marcando de este modo la producción de cultivos ancestrales como un elemento constitutivo de la identidad. Los *rastros* eran *antes*, o están *allá en el campo*: y mediante ambos procedimientos narrativos, anclan a la agricultura en un espacio y un tiempo considerados las fuentes genuinas de la identidad.

Conclusiones

Hemos comenzado este artículo poniendo el acento en los mecanismos que conforman el eje metodológico de los nuevos paradigmas de intervención institucional: los Proceso de Transición Agroecológica. Hemos observado la importancia de poner en relieve que la coexistencia de distintos modelos agroalimentarios

en un mismo territorio (Gasselin *et al.*, 2021) no necesariamente expresa una “oposición entre actores” (Ploeg, 2021, p. 9) sociales distintos. El análisis de nuestro material etnográfico nos ha permitido poner en relieve que, al menos en algunos territorios de vigencia de cultivos andinos como en la Quebrada de Humahuaca, son en ocasiones las mismas redes familiares campesinas las que traccionan modelos tecnológicos distintos en diferentes áreas a las que se asocia con vocaciones agrarias distintas. Mientras que aquellos terrenos agrícolas de mayor accesibilidad a la Ruta Nacional N°9 – los *cuadros* – son destinados principalmente a la producción de hortalizas de contraestación cultivadas mediante paquetes tecnológicos convencionales (requiriendo agroquímicos, semillas comerciales y fertilizantes industriales), son las mismas familias las que realizan grandes esfuerzos para mantener simultáneamente vigentes y activos otros espacios agrarios – los *rastrojos* – dedicados a la producción agroecológica de cultivos andinos como la quinua o los tubérculos andinos, cuyo retorno económico es menos certero o incluso nulo, pero en cuya multiplicación se ponen en juego mecanismos extramercantiles de intercambio de la tierra, del trabajo y de la cosecha. Hemos podido ilustrar a lo largo del artículo la existencia, en la comunidad de habla campesino-indígena quebradeña, de categorías nativas distintas para expresar estos espacios, pero además, las lógicas y vocaciones agrícolas diferentes que cada una de estas categorías nativas encierra.

La integración en las mismas familias de lógicas mercantiles y extramercantiles en parcelas diferentes y destinadas al cuidado de cultivos también diferentes, debe ser una dimensión contemplada por las propuestas agroecológicas, que se han consolidado con más frecuencia como respuestas contrahegemónicas ante escenarios en los que las disputas de modelos y actores sociales se encuentran más desnudas, más evidentes (Manzanal; Ponce, 2013; Manzanal; Villarreal, 2010). Escenarios como el presentado aquí deberán ser tenidos en cuenta por las propuestas institucionales inspiradas en los Procesos de Transición Agroecológica, ya que, al depositar la centralidad de las intervenciones en la concientización de la complejidad ecológica por parte de las familias agricultoras (Marasas *et al.*, 2015; Sachet *et al.*, 2021), podría pasar desapercibido el hecho de que en ocasiones la deliberada erosión agraria a la que determinadas familias exponen algunos de sus predios agrícolas, podría constituir una estrategia en pos de proteger otros. En el marco de la actual desregulación del mercado alimentario, podría ser ésta la única alternativa con que cuenten las familias

campesinas para sustentarse a la vez que amparar, precisamente, determinados territorios ancestrales en tanto bastiones para la reproducción tradicional de racionalidades más compatibles con el proyecto agroecológico. Por último, no está de más recordar que las aproximaciones etnográficas a las experiencias de intervención institucional con vocación agroecológica, podrían permitir visibilizar categorías nativas y lógicas contenidas en ellas, que influyen precisamente en el éxito o no de estas propuestas.

Referencias

ALTIERI, M. A. *Bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan Comunidad, 1999.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología y diversidad genética en la agricultura campesina. *LEISA*, Lima, v. 35, n. 2, p. 22-25, 2019.

ANDREWS, D. Race, status, and biodiversity: the social climbing of quinoa. *Culture, Agriculture, Food and Environment*, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 15-24, 2017.

ARZENO, M. *Pequeños productores campesinos y transformaciones socioespaciales: el cambio agrario en la Quebrada de Humahuaca*. 2008. Tesis (Doctorado) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2008.

ARZENO, M. Conocimientos geográficos en torno a los alimentos alternativos. El caso de los productos andinos asociados a la Quebrada y a la Puna jujeñas. In: PADAWER, A. (comp.). *El mundo rural y sus técnicas*. Buenos Aires: EdiffyL, 2020. p. 217-246.

ARZENO, M.; TRONCOSO, C. Alimentos tradicionales andinos, turismo y lugar: definiendo la nueva geografía de la Quebrada de Humahuaca. *Revista de Geografía Norte Grande*, [s. l.], n. 52, p. 71-90, 2012.

BOUYASSE-CASSAGNE, T.; HARRIS, O. Pacha: en torno al pensamiento aymara. In: BOUYASSE-CASSAGNE, T. et al. *Tres reflexiones sobre el pensamiento andino*. La Paz: Hisbol, 1987. p. 11-55.

CASAS, A. Semillas de agrobiodiversidad. *LEISA*, Lima, v. 35, n. 2, p. 5-7, 2019.

CERECEDA, V. A partir de los colores de un pájaro... *Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino*, [s. l.], n. 4, p. 57-104, 1990.

CLADERA, J. L. Pessoas que cruzam territórios, e territórios que são pessoas. As experiências do direito espacial nos Andes desde um caso no noroeste argentino. *Ilha*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 149-178, 2013.

CLADERA, J. L. Los programas de estímulo a la producción de quinua en Jujuy (Argentina) como espacios de interfaz entre organismos públicos, privados y campesinos/as. In: JORNADAS ROSARINAS DE ANTROPOLOGÍA SOCIOCULTURAL, 15., 2019, Rosario. *Actas* [...]. Rosario: UNR, 2019.

CLADERA, J. L. Rural development projects, schooling and territorial transformations: a case study in indigenous communities of Andean Argentina. *Journal of Cultural Analysis and Social Change*, [s. l.], v. 5, n. 1, 2020.

COWAN ROS, C.; BERGER, M. "Sujetos" a la organización. Prácticas asociativas y políticas en procesos de desarrollo rural en Jujuy y Formosa, Argentina. *Trabajo y Sociedad*, [s. l.], n. 31, 2018.

COWAN ROS, C.; SCHNEIDER, S. Estrategias campesinas de reproducción social. El caso de las Tierras Altas Jujeñas, Argentina. *Revista Internacional de Sociología*, [s. l.], v. 66, n. 50, p. 163-185, 2008.

CRUZ, P. Mundos permeables y espacios peligrosos. Consideraciones acerca de Punkus y Qaqas en el paisaje altoandino de Potosí, Bolivia. *Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 35-50, 2006.

CRUZ, P. El mundo se explica al andar. Consideraciones en torno a la sacralización del paisaje en los Andes del sur de Bolivia (Potosí, Chuquisaca). *Indiana*, [s. l.], n. 29, p. 221-251, 2013.

DORREGO CARLÓN, A. El complejo productivo ecológico. Potencial estrategia de fomento de la transición agroecológica en Bolivia. *LEISA*, Lima, v. 37, n. 1, p. 39-41, 2021.

FONSECA MARTEL, C. Modalidades de la minka. In: ALBERTI, G.; MAYER, E. (comp.). *Reciprocidad e intercambio en los andes peruanos*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974. p. 86-109. (Perú Problema n. 12).

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems*. Rome: FAO Print, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Agroecology Knowledge Hub: practices. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, [s. l.], 2024. Disponible en: <https://www.fao.org/agroecology/knowledge/practices/en/>. Acceso: 3 oct. 2024.

FUNDACIÓN NUEVA GESTIÓN. *Quinua, regalo ancestral: historia, contexto, tecnología, políticas*. San Salvador de Jujuy: Ediciones Nueva Gestión, 2015.

GASSELIN, P. *et al.* Introduction générale: questions, enjeux et cadre d'analyse. In: GASSELIN, P. *et al.* (coord.). *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial?* Versailles: Éditions Quæ, 2021. p. 13-30.

GASSELIN, P.; SAUTIER, D. La spécialisation productive et territoriale: facteur de blocage ou de ressource? In: GASSELIN, P. *et al.* (coord.). *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial?* Versailles: Éditions Quæ, 2021. p. 33-44.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. Modelo productivo y actores sociales en el agro argentino. *Revista Mexicana de Sociología*, [s. l.], n. 2, p. 227-259, 2008.

HOCSMAN, L. D. *Estrategias territoriales, recampesinización y etnicidad en los andes de Argentina*. Buenos Aires: UNAM; México: CLACSO, 2011.

HOCSMAN, L. D. Horizonte para la producción campesina y agricultura familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el Cono Sur. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (ed.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales: CLACSO, 2014. p. 35-54.

INGOLD, T. Territoriality and tenure: the appropriation of space in hunting and gathering societies. In: INGOLD, T. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Iowa: University of Iowa Press, 1987. p. 130-164.

JUJUY. Ministerio de Desarrollo, Económico y Producción. *Estrategia Provincial para el Sector Agroalimentario*. San Salvador de Jujuy: Ministerio de Desarrollo, Económico y Producción, 2022.

KUSCH, R. El pensamiento indígena y popular en América. In: KUSCH, R. *Obras completas*: tomo II. Rosario: Fundación A. Ross, 2007. p. 255-546.

LAGUNA, P. *Mallas y flujos: acción colectiva, cambio social, quinua y desarrollo regional indígena en los Andes Bolivianos*. 2011. Tesis (Doctorado) – Wageningen University, Wageningen, 2011.

LEMA, V. S. Huertos de altura: el manejo humano de especies vegetales en la puna argentina. *Revista de la Escuela de Antropología*, Rosario, v. 12, p. 172-185, 2006.

LEMA, V. S. Criar y ser criados por las plantas y sus espacios en los Andes Septentrionales de la Argentina. In: TOMASI, J.; BENEDETTI, A. (comp.). *Espacialidades altoandinas: nuevos aportes desde la Argentina*: tomo I. Buenos Aires: EdiFFyL, 2014. p. 301-338.

MANZANAL, M.; PONCE, M. (ed.). *La desigualdad ¿del desarrollo?: controversias y disyuntivas del desarrollo rural en el norte argentino*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2013.

MANZANAL, M.; VILLARREAL, F. (ed.). *El desarrollo y sus lógicas en disputa en territorios del norte argentino*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2010.

MARASAS, M. et al. Transición agroecológica: características, criterios y estrategias. Dos casos emblemáticos de la provincial de Buenos Aires, Argentina. *Agroecología*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 49-60, 2015.

PAREDES, M.; ARCE, A.; DORREGO, A. Introducción. In: BIDASECA, K.; VOMMARO, P. (coord.). *Buen vivir y saberes locales: sistemas andinos y agroecología*. Buenos Aires: CLACSO; Minneapolis: Fundación McKnight, 2023. p. 17-31.

PLOEG, J. D. van der. *Nuevos campesinos: campesinos e imperios alimentarios*. Barcelona: Icaria Editorial, 2010.

PLOEG, J. D. van der. Préface: un ouvrage courageux et vraiment nécessaire. In: GASSELIN, P. et al. (coord.). *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial?* Versailles: Éditions Quæ, 2021. p. 7-11.

RIVERO, M. *Informe de cierre: Clúster Complejo Quinua de Jujuy*. San Salvador de Jujuy: PROSAP y UCAR de MAGyP, 2017.

RODRÍGUEZ, J. *Descripción de los sistemas económico-productivos actuales de la Quebrada de Humahuaca*. Maimará: Cauqueva, 2009. Disponible en: <http://www.cauqueva.org.ar/archivos/Descripci%3n-de-las-actividades-econ%3micas-de-la-Quebrada-de-Humahuaca.pdf>. Acceso: 3 oct. 2024.

SACHET, E. et al. Agroecological transitions: a systematic review of research approaches and prospects for participatory action methods. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, [s. l.], n. 5, art. 709401, 2021.

SAMMARTINO, G. *Los significados de los alimentos andinos locales en la Quebrada de Humahuaca: un enfoque antropológico*. 2015. Tesis (Doctorado en Antropología) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

SARANDÓN, S. J. Agroecología: una revolución del pensamiento en las ciencias agrarias. *Ciencia, Tecnología y Política*, [s. l.], año 4, n. 6, e055, 2021.

TAPIA, M. (ed.). *La quinua y la kañiwa: cultivos andinos*. Bogotá: CIID: IICA, 1979.

TAPIA, M. *Los cultivos andinos, su papel en las economías campesinas*. Informe del Seminario regional sobre políticas agrarias y sobrevivencia campesina en ecosistemas de altura. Quito: CEPAL: PNUMA: MAG, 1982.

TITTONELL, P. Las transiciones agroecológicas: múltiples escalas, niveles y desafíos. *Revista de la Facultad de Ciencias Agrarias. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza*, v. 51, n. 1, p. 231-246, 2019.

VIOLA, A. Introducción: la crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, A. (comp.). *Antropología del desarrollo: teorías y estudios etnográficos en América Latina*. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

WINKEL, T. *Quinoa et quinueros : Quinoa y quinueros*. Marseille: IRD Éditions, 2013.

Recebido: 17/08/2023 Aceito: 01/04/2024 | Received: 8/17/2023 Accepted: 4/1/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Desenvolvimento e geoecopolítica da energia: uma antropologia da transição energética e dos confrontos por hegemonia no sistema interestatal

Development discourse and geoecopolitics of energy: an anthropology of the energy transition and hegemonic struggles in the interstate system

Andrey Cordeiro Ferreira¹

<https://orcid.org/0000-0002-5645-6862>
andreycf2099@gmail.com

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O objetivo do presente texto é realizar um exercício de articulação entre as abordagens da ecologia social, da análise dos sistemas mundiais e da teoria antropológica da energia. Tal exercício será realizado a partir de um estudo de caso, o da política de transição energética da União Europeia, adotada como resultado da guerra na Ucrânia, bem como as tendências de mudanças nas relações energéticas e geopolítica da energia que ela tem expressado, agrupadas num programa de desenvolvimento regional denominado REPowerEU. A transição energética é componente central da política do desenvolvimento sustentável e do próprio conceito de desenvolvimento do século XXI. Analisar o discurso do desenvolvimento, a partir das relações energéticas, para problematizar como são construídas as relações de dependência e hegemonia, é o exercício que nos propomos aqui.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; neoextrativismo; imperialismo; transição energética na União Europeia.

Abstract

The objective of this paper is to carry out an exercise in articulating the approaches of social ecology, world systems analysis and the anthropological theory of energy. Our case study is the the energy transition policy that emerged in European Union as a result of the war in Ukraine, as well as the changing trends in energy relations and energy geopolitics that it has expressed, grouped into a program of the European Union called REPowerEU. The energy transition policies is a central component of sustainable development policy. We pretend to analyze the discourse of development from the energy relations perspective, to problematize how relations of dependence and hegemony are constructed.

Keywords: socioenviromental conflicts; neo-extractivism; imperialism; EU energy transition.

Introdução

O objetivo do presente texto é realizar um exercício de articulação entre as abordagens da ecologia social, da análise dos sistemas mundiais e da teoria antropológica da energia. Tal exercício será realizado a partir de um estudo de caso, o da política de transição energética que surgiu, na União Europeia, como resultado da guerra na Ucrânia, bem como as tendências de mudanças nas relações energéticas e geopolítica da energia que ela tem expressado, agrupadas num programa regional denominado REPowerEU (ou Reenergizando a Europa). Analisando a política de transição energética resultante da guerra na Ucrânia, pretendemos discutir como ela está situada numa geoecopolítica global de luta pelo controle de recursos “naturais energéticos”, ao mesmo tempo que está implicada nos ciclos hegemônicos e crises cíclicas do sistema-mundo. A guerra desencadeou um discurso em favor da aceleração da transição energética, por razões explicitamente geopolíticas, com diversas implicações sociotécnicas, culturais e ambientais. A partir dessa constatação, esboçamos alguns conceitos e teses para pensar essa situação de transição e crise, como os conceitos de infrapoder energético e heteronomia. A transição energética é componente central da política do desenvolvimento sustentável e do próprio conceito de desenvolvimento do século XXI. Analisar o discurso e a prática do desenvolvimento, a partir das relações energéticas e dos processos sociotécnicos da transição energética, para problematizar como são construídas as relações de dependência e hegemonia, é o exercício que nos propomos aqui.

Método, coleta e análise de dados

A pesquisa aqui realizada lançou mão do método da antropologia social, especialmente das contribuições da antropologia do desenvolvimento, da antropologia da energia (ecologia cultural, materialismo cultural e outras), da análise dos sistemas mundiais (Escobar, 2005b; Hoben, 1982; Ribeiro, 2008), da ecologia social (Bookchin, 1982, 1985) e as recentes contribuições dos analistas do neoextrativismo, imperialismo, da ecologia política e colonialidade do poder (Escobar, 1998, 2005a; Gudynas, 2002; Harvey, 2004; Moyo; Jha; Yeros, 2013; Petras; Veltmeyer, 2014). Nessa ótica, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um

processo de mudança social e um tipo de discurso. O discurso, na perspectiva de uma análise pós-estruturalista e simbólica, é um componente fundamental do exercício do poder e dominação (Escobar, 1999; Foucault, 1999; Leach, 1978). Assim, tratamos do desenvolvimento ao mesmo tempo como processo de mudança social e como discurso e processo simbólico (no sentido de um conjunto de enunciados significativos), que cria valores, necessidades sociais e modos de autolegitimação. Combinado com tal análise, empregamos o método histórico-comparativo, característico da antropologia da energia e da análise dos sistemas mundiais (Adams, 1983; Harris, 1978; White, 2008b). No caso, as unidades comparativas são as revoluções tecnológicas, as guerras e as crises sociais e econômicas globais. A partir da identificação desses grandes acontecimentos históricos, é possível analisar como as sociedades e os atores (locais, nacionais e globais) mudam suas práticas e estratégias narrativas. Nessa direção, operamos com autores que retomaram a tradição do método histórico-comparativo da antropologia de uma perspectiva crítica (Balandier, 1969; Comaroff; Comaroff, 2010; Harris, 1978; Wolf, 2005), a partir de unidades de análise macro (nacionais e/ou internacionais), como os Estados, Estados-nação ou sistemas econômicos e modos de produção. Os “Estados” e suas políticas e formas simbólicas eram unidades de análise comparativa da antropologia; a ação e performance dos Estados, o que Bourdieu (2014) denominou os atos de Estado. O objetivo desse método é produzir conhecimentos mais diversos, críticos do eurocentrismo e ocidentalismo, em que racionalidade/irracionalidade cultural e ambiental das práticas sociais e tecnológicas são problematizadas e há uma inversão antropológica da “irracionalidade” (dos colonizados, dos indígenas) e a desconstrução do discurso ocidentalista-eurocêntrico. Nessa perspectiva histórico-comparativa, é fundamental a análise das redes denominadas de cadeias mercantis (as cadeias globais de produção-circulação, como as de recursos naturais), do sistema interestatal (que inclui a organizações multilaterais e a estrutura governamental dos Estados nacionais) e os discursos e processos simbólicos que acionam para expressar e legitimar suas ações e visões de mundo. O conceito e análise dos sistemas mundiais é assim parte central da nossa abordagem (Arrighi, 1996; Wallerstein, 1984; Wolf, 2005). A preocupação com a análise do discurso do desenvolvimento e da transição energética exigiu uma contextualização progressiva da energia como forma de poder e seu lugar no sistema mundial. Analisamos a política energética pelo seu triplo componente; forma discursiva,

processo de mudança social ou de desenvolvimento e práticas/performance sociais e tecnológicas.¹

A pesquisa aqui realizada (que aborda a política energética), ainda em andamento, selecionou um acontecimento de guerra-crise (a guerra da Ucrânia) e as políticas de desenvolvimento e de transição energética (revolução tecnológica, uma revolução nas relações energéticas) que foi adotada no contexto de crise. Analisamos documentos da União Europeia e de alguns países-chave envolvidos direta ou indiretamente no contexto de guerra-crise (como EUA, Rússia e Alemanha) e diversas práticas e mudanças discursivas adotada por agentes do desenvolvimento (Estados, organizações multilaterais e atores corporativos). Fizemos um levantamento em páginas oficiais de organismos de desenvolvimento nacionais e multilaterais, agências de cooperação, órgãos governamentais para identificar as mudanças que o contexto de guerra-crise provocou nos discursos e práticas de desenvolvimento e transição energética. Além disso, fizemos um levantamento amostral de notícias em páginas de internet de organizações da sociedade civil e organismos estatais e multilaterais, bem como das empresas, usando como ferramenta tanto a busca manual quanto apoiada por aplicativos de inteligência artificial, momento em que conseguimos identificar alguns projetos de geração de “energia alternativa” executados por diferentes empresas no contexto do REPowerEU e ao programa de alguma forma relacionados. Depois de obtidos tais dados sobre os projetos, os checamos nos meios de comunicação das respectivas empresas, para ver como e se eles figuravam no seu discurso público. Analisamos também o comportamento dos atores-chave e tentamos monitorar a distribuição dos recursos naturais energéticos estratégicos, construindo um banco de dados com países e empresas e sua capacidade

1 Os dados sobre as relações energéticas organizados foram, em parte, publicados no artigo jornalístico de nossa autoria intitulado “Neoimperialismo, guerra e energia II: da unipolaridade hegemônica à multipolaridade antagônica” (Ferreira, 2022), publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, em maio de 2022. Em tal artigo existem algumas informações sobre a matriz energética europeia e as relações de heteronomia energética, com gráficos e mapas detalhados. Em outro artigo publicado no mesmo jornal em 2016, fazemos uma análise dos conflitos por energia e o papel dos EUA, “A luta pela energia: crise do capitalismo e a nova ofensiva por recursos naturais pós-2008” (Ferreira, 2016), em que apresentamos dados sobre os IED em recursos naturais e energia e os conflitos associados a ambos. Os dois artigos têm um resumo dos dados sobre a “matriz energética” mundial e os conflitos pelo controle das reservas e fluxos de recursos naturais que sintetizam dados que servem de base para a análise aqui apresentada.

de controlar reservas e fluxos energéticos em escala global. Iniciamos a construção de um banco de dados com projetos de energia alternativa que foram criados ou acelerados (em termos de implementação) pelo contexto de guerra-crise mundial, e a partir dele identificamos atores (lideranças políticas e empresas), e reunimos entrevistas, declarações públicas e notas de imprensa que serviram como base para análise. Tentamos também realizar a prospecção de dados etnográficos sobre conflitos ambientais no interior da Europa. Por fim, tentamos identificar novos eventos ou crises ambientais, que no contexto de guerra-crise colocaram desafios próprios, analisando-os por meio de relatórios de organismos da ONU e do Parlamento europeu. Esse conjunto de dados foi confrontado com dados das fontes primárias e bibliográficas, servindo para checar a confiabilidade das fontes.

A base de dados está ainda em processo de construção, e a ideia é de que seja complementada no futuro, pela ampliação da base documental, prospecção de dados etnográficos de conflitos em diferentes contextos e aprofundamento da descrição dos atores e da contextualização de sua ação. Os resultados aqui apresentados são, assim, provisórios e experimentais, porém, são provenientes de uma coleta de dados de eventos contemporâneas e processos do tempo presente, que exigem uma reflexão antropológica. De maneira geral, podemos dizer que consideramos que a transição energética é um enunciado discursivo que, como símbolo, sintetiza os mitos (entendidos como narrativas significativas que falam ao mesmo tempo do passado e do futuro) do desenvolvimento sustentável, principal forma do desenvolvimentismo; como prática, é uma revolução tecnológica e sociocultural, que se coloca no contexto de guerras e transição hegemônica. A própria transição energética europeia, usando o conceito de *repower*, joga com a ambiguidade do conceito de energia, significando “reenergizando” ou “empoderando”, mostrando o componente simbólico-discursivo.

A geocopolítica: para além dos paradigmas da segurança/ eficiência energética

Para iniciar a nossa análise, devemos fazer duas considerações críticas preliminares. A primeira delas diz respeito à reafirmação da necessidade de incorporar o conceito de natureza (a dialética natureza/sociedade) como uma dimensão

estruturante de uma análise antropológica, tanto pelo sentido cosmológico quanto pelo material. A segunda consideração diz respeito à problematização das categorias e modos de conhecimento científico sobre a natureza (o reducionismo epistemológico utilitarista do conceito de natureza que orienta a política geral e a política ambiental derivadas desse modelo de conhecimento), em geral, e, em particular, os reducionismos tecnicistas e economicistas, implicados nas análises sobre energia.

No primeiro aspecto, sem realizar uma análise exaustiva, devemos dizer, por exemplo, que a análise dos sistemas mundiais e todo o pensamento crítico que o precedeu (e de certa forma confluiu para análise dos sistemas mundiais, tais como a teoria do imperialismo e a teoria da dependência), por diversas razões, tiveram um foco sobre o Estado, sobre a divisão internacional do trabalho e as relações de dominação entre países centrais/periféricos, ou ainda sobre a luta de classes e política entre diferentes tipos de atores. A natureza, nessas análises, poderia ser um pressuposto geral do materialismo, mas não era considerada como um fator ou conceito estratégico, nem mesmo como um sistema de agentes que produzem efeitos ambientais e sociais, que por sua vez estruturam a própria dinâmica do sistema mundial. Ao contrário, muitas abordagens críticas compartilhavam leituras da história desenvolvimentistas, centradas num projeto de dominação e exploração da natureza (Bookchin, 1982; Harvey, 1996).

No segundo aspecto, podemos dizer que a grande narrativa da modernização e as políticas desenvolvimentistas, direcionadas para o crescimento econômico, geraram uma forma específica de política que se refletiu também na política ambiental e energética. É sabido que a teoria e a política da modernização conseguiu incorporar, de modo antropofágico, ou seja, destruindo e transformando, a crítica ambiental, gerando o que foi denominado como proposta de modernização ecológica, da ótica dos seus proponentes; de desenvolvimento sustentável, pela ótica do sistema interestatal que consagrou tal categoria; e capitalismo verde ou ambientalismo tecnocrático, de acordo com alguns críticos (Acsehrad, 2004; Bohm; Misoczky; Moog, 2012; Bookchin, 1982; Hajer, 1995a).

Essa concepção modernizadora e desenvolvimentista, que resultou na política de modernização ecológica, se refletiu tanto na política ambiental quanto na forma pela qual a política energética foi pensada (e as relações da energia com meio ambiente). Assim, a partir da década de 1970 e 1980, emergiram dois paradigmas para pensar a energia: o paradigma da segurança energética e o

paradigma da eficiência energética. Tais paradigmas implicam um modo de conceber a questão energética como o problema de garantir o acesso a reservas de recursos naturais e energéticos estratégicos para os países e aumentar continuamente a eficiência tecnológica, promovendo a substituição de tecnologias que usam energias não renováveis por energias renováveis. Na ciência política, na sociologia, na economia, sem falar nas áreas de engenharia, a energia é pensada especialmente em termos desses dois paradigmas, de modo que quase toda forma de entender a questão é condicionada pela perspectiva de quem está preocupado em analisar, justificar ou demonstrar a segurança/inssegurança energética ou a eficiência/ineficiência energética, implicando assim uma fragmentação e descontextualização da problemática da energia das relações sociais e dinâmicas históricas de longa duração e das disputas política por hegemonia e poder. Ao mesmo tempo, a transição energética é o núcleo central das teorias e, em parte, da política, de modernização ecológica e desenvolvimento sustentável. Todo discurso e política desenvolvimentista se reconfigurou em função de um regime discursivo energético-climático, reordenando as práticas e sentidos do desenvolvimento como processo e discurso.

Em outras abordagens críticas, a energia aparece como pedra fundamental da geopolítica, como recurso natural estratégico, porém ela é ainda assim considerada sob uma ótica restrita, especialmente por sua função econômica ou política (Harvey, 2004; Raffestin, 1993). A antropologia e a ecologia política enfatizaram os impactos ambientais do neoextrativismo e dos projetos energéticos, focadas no conceito de conflitos socioambientais e/ou colonialidade do poder, mas sem problematizar também a “energia”, seja como categoria discursiva, seja como fenômeno natural e social (Acsehrad, 2004; Lander, 2005; Strauss; Rupp; Love, 2013). Incorporando as importantes contribuições de tais abordagens, pretendemos tentar entender a energia a partir de outra ótica teórica. A etnografia é uma das forças da antropologia, mas não pode ser uma “camisa de força”. Por isso, aqui tentamos nos situar metodologicamente numa escala histórico-comparativa global, que pode se alimentar “de” e retroalimentar “as” futuras etnografias

Iremos aqui esboçar uma estratégia alternativa a esse paradigma da dominação da natureza que teve como desdobramento os paradigmas da eficiência/segurança energética, com os seus reducionismos utilitaristas, para tentar pensar a energia como um campo privilegiado das relações dialéticas natureza/

sociedade e ao mesmo tempo como um componente fundamental das dinâmicas do sistema-mundo, de suas crises e conflitos por hegemonia e poder.

A partir dos anos 1980 diferentes tipos de análises, como a ecologia política e a ecologia social, em diferentes vertentes, contribuíram para dar um novo estatuto epistemológico e metodológico ao conceito de natureza. No sentido de considerar a importância da natureza, como fator, foram desenvolvidas análises em que o sistema mundial era considerado também a partir dos impactos ambientais e da importância dos eventos ambientais (tais como secas, inundações e desastres) para a própria história e dinâmica do sistema-mundo. Tais abordagens contribuíram para explicitar como as grandes teorias e narrativas capitalistas, como a teoria da modernização e as políticas e discursos desenvolvimentistas de diferentes matizes (inclusive vertentes do socialismo e nacionalismo), eram informadas por um projeto de dominação da natureza que considerava esta como um objeto ou uma reserva passiva de recursos a serem explorados. Assim, terra, água, florestas, minerais energéticos e não energéticos eram considerados apenas pela ótica do valor utilidade e a natureza perdia o seu significado, de um complexo sistema englobante de relações materiais e imateriais (Acselrad, 2004; Alimonda, 2002; Bookchin, 1982; Harvey, 1996).

A partir desse pressuposto, devemos entender que a natureza e as forças da natureza (como as formas da energia/matéria) são componentes fundamentais das relações do sistema mundial e das relações de poder. A própria distribuição heterogênea dos “recursos naturais” pelo mundo, que dá a certos países mais reservas de recursos, mostra como essa agência natural é constituinte dessa geoecopolítica.

A natureza se materializa não apenas sob as formas de eventos coercitivos (como desastres e eventos ambientais), mas também pelas propriedades positivas que atribuem singularidade e diversidade (que estão na base do valor “locacional”, em termos econômicos e geopolíticos, de determinadas zonas e espaços²). Nesse sentido, pensar uma geoecopolítica da energia é reconhecer a agência da natureza na estruturação das relações de poder internacionais e

2 O que estamos chamando de valor locacional é a importância social atribuída a um local ou região em razão das suas particularidades ecológicas e naturais, ou seja, a diversidade de energia/matéria que pode ser usada pelas sociedades e suas respectivas economias. Assim, regiões que concentram reservas de energia/matéria apresentam um alto valor locacional estratégico.

subnacionais, considerando como as estruturas sociais e políticas dependem da organização social e gestão dessas forças naturais para fundar seu poder e criar hierarquias e hegemonias. Logo, longe de considerar a problemática da energia a partir do paradigma utilitarista da segurança/eficiência energética, iremos considerá-la de um ponto de vista do paradigma materialista, de como a energia/matéria (como força natural) é um componente estratégico da estruturação das sociedades e culturas. A energia (e consequentemente a natureza) é um fundamento do poder social e da hegemonia.

Poder e heteronomia: a dinâmica dos ciclos hegemônicos e dos ciclos energéticos

A análise do sistemas mundiais e os teóricos do imperialismo e da dependência enfatizaram três aspectos estratégicos para a compreensão do capitalismo: 1) o caráter global da desigualdade das relações internacionais, que se expressava num conjunto de hierarquias centro-periferia; 2) esse conjunto de hierarquias se traduz num sistema rígido de posições econômicas e políticas, que vai do global ao local (na divisão internacional do trabalho, no acesso à tecnologia e na capacidade de controle e soberania sobre os recursos naturais, nas limitações aos tipos de regime político e organização estatal e não estatal aceitos ou tolerados); 3) essas hierarquias não são estáticas, as lutas (interestatais, nacionais e de classe) as modificam continuamente, sendo as guerras e as crises (cíclicas e estruturais) um fator decisivo para tal dinâmica.

Exatamente por essa última característica, os sistemas mundiais são caracterizados por ciclos hegemônicos (movimentos de alternância na ocupação do topo da hierarquia global de poder). Segundo Wallerstein, a economia mundial funciona em ciclos históricos (ou seja, períodos nos quais a distribuição de poder e força se mantém mais ou menos inalterada) nos quais uma potência domina o sistema mundial (na produção-comércio internacional, diplomacia e atividade militar). Tal posição de poder, relacionalmente dominante, é chamada de hegemonia. Wallerstein define algumas características das hegemonias: 1) supõe uma economia capitalista expansiva, que lhes permite adquirir controle sobre os recursos e os mercados globais (especialmente sobre rotas comerciais e a economia de outros países); 2) supõe grande poder militar e político, o que

lhês permite impor sua vontade às outras nações, especialmente por formas de poder multiterritorial (como o aeronaval). Os ciclos hegemônicos de Wallerstein foram marcados por várias guerras importantes e por conflitos políticos que ajudaram a definir as relações internacionais da época e a relação de forças entre as diferentes potências econômicas. Podemos falar dos principais ciclos hegemônicos: 1) Ciclo de Gênova (1450-1600): foi marcado por conflitos entre o Império Otomano e os europeus, especialmente os genoveses e os portugueses, pelas rotas comerciais do Mediterrâneo e do Oriente. Houve também conflitos entre as cidades-estados italianas pela supremacia comercial na região; 2) Ciclo holandês (1600-1750): durante o ciclo holandês, os Países Baixos enfrentaram conflitos com a Inglaterra e a França pela supremacia marítima e pelo controle de rotas comerciais em todo o mundo. Destaque-se a Guerra dos Trinta Anos, que envolveu vários países europeus e teve como pano de fundo conflitos religiosos e políticos; 3) Ciclo britânico (1750-1945): o ciclo britânico foi marcado por conflitos militares importantes, incluindo as Guerras Napoleônicas (1803-1815), a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945, respectivamente). Essas guerras foram motivadas por conflitos territoriais, questões geopolíticas e por competição entre as potências mundiais; 4) Ciclo americano ou bipolar (1945 até 1991 e depois de 1991 até os dias atuais) em que os Estados Unidos tentaram se impor como hegemonia, enfrentando conflitos militares importantes em todo o mundo, especialmente a Guerra Fria contra a União Soviética (1947-1991), assumindo depois o caráter relativamente “unipolar” a partir de 1991.

A luta pela posição hegemônica, e a transição hegemônica (ou seja, o processo histórico de mudança da hegemonia de um Estado ou região para outro), se dá pela combinação de diversos fatores, mas especialmente pela convergência de crises estruturais, revoluções tecnológicas guerras mundiais. Na teoria de Wallerstein, a ampliação da capacidade política (institucional e territorial), militar (terrestre e aeronaval) e econômica (produtiva e comercial interna e externa) são pré-condições para a transição hegemônica. Nesse sentido, os Estados e economias hegemônicas sempre ampliam essas capacidades, mas a transição hegemônica somente se resolve, em definitivo, em situações de guerra mundial e crise, momentos de reestruturação global do sistema mundial (Arrighi, 1996; Wallerstein, 1984).

Essas análises enfatizaram, de forma cabal, a interação entre sociedade, economia e política/Estado. Na análise dos sistemas mundiais as guerras e as

crises econômicas marcam o ápice do conflito pela hegemonia entre Estados/superpotências. A guerra é, assim, processo social-histórico que caracteriza as transições hegemônicas. Porém, partindo dessas bases teóricas e conceituais, entendemos que a análise dos ciclos hegemônicos pode e precisa ser complementada, como ferramenta teórica, por uma teoria dos ciclos energéticos.

Alguns antropólogos, como Leslie White e depois Richard Adams, enfatizam a relação entre energia e cultura e, especialmente o último, entre energia/cultura e poder. Como pressuposto, a cultura (no singular), entendida como sistema englobante (nesse sentido próximo ao conceito de sistema histórico da análise dos sistemas mundiais) é um sistema termodinâmico, ou seja, as culturas são simultaneamente sistemas sociais e simbólicos e sistemas naturais-materiais, nos quais os processos de transformação da energia devem ser reconhecidos como dimensões estratégicas da análise social e histórica. Assim, a energia é ao mesmo tempo um fundamento da estruturação das culturas e do poder. Por outro lado, não existe transformação social da energia que não seja mediada por sistemas culturais (organizacionais, ideológicos e psicológicos).

É nesse sentido que pretendemos pensar os ciclos energéticos, com a perspectiva de que a energia deve ser um conceito-chave para análise das formas sociais e culturais, considerando a centralidade dos ciclos energéticos para a transformação das sociedades humanas. A energia/matéria, como força natural, é também uma força social e não existem cultura, poder e energia que não impliquem uma capacidade de gestão da energia como pressuposto da sua estruturação. Podemos pensar como, por exemplo, aos ciclos hegemônicos correspondem também ciclos energéticos, e como as discussões em torno da transição energética (justificada especialmente, mas não exclusivamente, em termos climáticos-ambientais) está inextricavelmente ligada aos confrontos por hegemonia e poder no sistema interestatal, visto que os fluxos de energia/matéria na sociedade são processos indicativos de concentração, distribuição e exercício do poder (Adams, 1983; White, 2007, 2008b).

Na perspectiva teórica desta antropologia, o conceito de cultura é usado de forma singular (para demarcar uma unidade global) e plural (culturas, no sentido de indicar variações concretas e a diversidade). A cultura é o processo simbólico, que o autor divide em quatro componentes: 1) ideológico; 2) sociológico; 3) sentimental ou atitudinal (psicológico); 4) tecnológico. Para White (2007, p. 410), a função da cultura é relacional: de relacionar o homem ao meio

ambiente/ao cosmos e relacionar a outros homens. Certamente, apesar de certo viés funcionalista do autor, a análise de White é fundamental por nos permitir sair da narrativa reducionista e utilitária, em dois sentidos. Em primeiro lugar, a energia/matéria deixa de ser reduzida a “recurso natural”, ou seja, de ser analisada por uma ótica utilitária, para ser um processo real da natureza, que também é fundador e estruturante das sociedades e culturas. Em segundo lugar, as tecnologias (que determinam as formas de apropriação e gestão das forças energia/matéria) são expressões de sociedades e culturas. A tecnologia é um componente da cultura e uma forma de relacionar natureza/sociedade e a sociedade com si mesma.

Na teoria das sociedades, cultura e energia, de White e Adams, o capitalismo se constituiu como um sistema social e cultural graças a uma revolução energética que acompanhou a revolução industrial. Na história do capitalismo, as hegemonias foram condicionadas por ciclos energéticos (ou seja, pela sucessão de modos de uso e gestão das forças naturais de energia/matéria). Na análise histórica, White divide as grandes eras, a da Antiguidade – de baixa utilização de energia – e a moderna cultura capitalista – de alta intensidade energética em função das revoluções tecnológicas-energéticas. Além disso, grandes revoluções tecnológicas marcaram os grandes saltos culturais da humanidade em função da capacidade e converter e usar energia (White, 2008b, p. 14). White recupera uma importante dimensão da importância das revoluções tecnológicas para o estabelecimento dos processos históricos. Adams (1983), por sua vez, ao falar das culturas como sistemas energéticos-culturais, indica que os fluxos energéticos são também fluxos de poder, pois a concentração de energia é fundadora do poder social, e a formação dos grandes impérios exige uma grande concentração de energia.

O exemplo do uso do conceito de ciclo energético está no livro *Modern capitalist culture* (White, 2008b). Nele, White narra a história da emergência do capitalismo com dois grandes marcos: o desenvolvimento do motor e das máquinas a vapor e dos motores por combustão interna. Cada revolução industrial estabelece uma fonte de energia – a revolução microeletrônica, por exemplo, teria inaugurado a fase da generalização da energia elétrica. Assim, devemos levar em consideração que essa história dos sistemas tecnológicos é fundamental para uma devida compreensão da relação com a natureza. As revoluções tecnológicas são unidades de análise fundamentais para a compreensão desses processos de

transformação. No caso, a história da tecnologia a vapor começa com uma revolução filosófica: uma ruptura da teoria que entendia o vapor como vento para entender o vapor como água; essa mudança permitiu o desenvolvimento da correta teoria do vácuo e do motor a vapor. Na base da revolução tecnológica existe assim uma mudança filosófico-cognitiva, um saber sobre o mundo natural que permite toda uma série de invenções e descobertas. Mas o mais importante é que essa revolução tecnológica criou uma sociedade intensiva em energia e que o controle dos recursos energéticos se tornou cada vez mais estratégico.

Desse modo, a revolução tecnológica induz e supõe revoluções energéticas com consequências sobre a dinâmica dos sistemas históricos e as relações natureza/sociedade. Tal tese foi sintetizada na ideia de revolução dos combustíveis (ver White, 2008a), que indica que tal revolução energética opera como pré-condição para a ascensão da Inglaterra e EUA às posições dominantes no sistema mundial. Os motores a vapor, no início do século XIX, substituíram os moinhos em uma série de setores, como mineração, tecelagem e mesmo agricultura. Nos EUA e Inglaterra foram desenvolvidos, no final do século XVIII, os navios com hélices movidas a vapor, e esse desenvolvimento deu a liderança internacional a tais países. A Inglaterra estabeleceu a sua hegemonia graças ao carvão como energia/matéria do componente tecnológico do seu poder e hegemonia. Os EUA, por sua vez, dominaram a indústria petroleira, e sua hegemonia corresponde ao ciclo energético do petróleo. Agora, o ascenso de China e Rússia está assentado, em grande medida, nas suas próprias revoluções tecnológicas e energéticas, com a expansão da capacidade de geração e uso de energia, especialmente, petróleo, gás e carvão (permanecemos, assim, apesar de tudo, no interior de uma revolução dos combustíveis fósseis, ver nota de rodapé 1).

A teoria dos ciclos energéticos supõe, então, que, sendo as culturas consideradas como uma unidade englobante, mudanças no componente tecnológico levam a uma intensificação do uso e mudanças nos padrões de energia/matéria (de tipos de “recursos naturais”, como por exemplo, do carvão para o petróleo); ao mesmo tempo, tais mudanças no componente tecnológico são precedidas por mudanças no componente sociológico e ideológico, sem as quais as mudanças tecnológicas não podem se realizar. A teoria dos ciclos energéticos supõe uma dupla revolução: a revolução científico-tecnológica e uma revolução cognitivo-ideológica que precede e acompanha a primeira. A própria possibilidade da transformação da energia (por meio de inovações tecnológicas) e das

transições energéticas dependem de um processo sociocultural. O controle dos fluxos energéticos supõe e implica uma organização social (instituições sociais, estatais e não estatais) que regulam e exercem essa gestão. Por outro lado, tais revoluções tecnológicas possibilitam o aumento da intensidade energética e levam, assim, a uma concentração de poder e energia.

Se podemos dizer que os ciclos hegemônicos têm como momentos indicadores de transição as crises estruturais e as guerras, os ciclos energéticos têm como indicadores as revoluções tecnológicas e as revoluções cognitivas-ideológicas. A convergência das duas abordagens nos permite dizer que a transição hegemônica exige uma transição energética e, consequentemente, a política de transição energética faz parte das lutas e transições hegemônicas. A energia é componente estratégico da hegemonia, e com essas considerações teóricas pretendemos justamente romper com as análises que reduzem a energia à recurso natural e consideram o problema apenas da ótica da segurança/eficiência energética.

É por tais razões que a política energética é central ao desenvolvimento, e o domínio de uma política de transição energética é pré-condição para a modernização e acumulação de capital, tal como concebidas hoje. O próprio conceito de desenvolvimento foi redefinido pela questão energético-climática e hoje o desenvolvimento exige, como regulador discursivo, a sustentabilidade, e, como processo, uma prática tecnológica denominada de transição energética. A sustentabilidade, como categoria discursiva flutuante, mas reguladora, exige que a transição energética atenda a exigências climático-ambientais. Não é possível falar de desenvolvimento sem falar da questão energético-climática.

Nessa direção, o que pretendemos enfatizar é como a política de transição energética, componente central do desenvolvimento, é parte e expressão da luta pela hegemonia. E pretendemos mostrar como algumas teorias antropológicas da energia podem ajudar a desconstruir as narrativas triunfalistas do desenvolvimento do século XXI (que passam pela transição energética), juntamente com a crítica das relações de dominação no sistema mundial. A luta pela hegemonia, travada no interior das políticas de desenvolvimento e transição energética, explicita as contradições do fenômeno do desenvolvimento e da modernização.

Propomos os conceitos de infrapoder energético e de heteronomia energética justamente para problematizar como, por meio das crises, guerras e revoluções tecnológicas, se expressam ideologias, culturas e relações de poder e desigualdade. Esses conceitos visam sintetizar orientações teóricas e metodológicas

da ecologia social, da antropologia e da análise dos sistemas mundiais. Nosso pressuposto é justamente que o sistema mundial e a hegemonia estão fundados na desigualdade do infrapoder energético, que se expressa em relações de heteronomia.

Por infrapoder³ energético entendemos a capacidade de organização, controle e uso: 1) das reservas de energia/matéria, chamadas também de “recursos naturais energéticos”; e/ou 2) da infraestrutura e logística de transporte de energia/matéria; e/ou 3) da tecnologia e conhecimento da produção de energia; e/ou 4) das organizações responsáveis pela produção e distribuição da energia/matéria. A ideia de infrapoder visa, justamente, indicar que ele é transversal e subjacente aos diferentes tipos de poder, de modo que a ampliação do infrapoder energético é pré-condição para a manutenção ou ampliação do poder social e as formas de desenvolvimento do imperialismo no sistema mundial.⁴ Por outro lado, esse infrapoder energético permite a criação de relações de heteronomia energética, ou seja, relações de subordinação a um poder exterior. Num sistema mundial configurado não apenas pelas relações de dependência comercial e colonialismo internacional, a heteronomia surge como um efeito complexo das dinâmicas do funcionamento das cadeias mercantis e do sistema interestatal. Essa intrincada rede material e imaterial que constitui a energia (que é transversal ao natural e social) é fundante dessa relação histórica de heteronomia, que precisa ser problematizada como forma histórica particular e específica de poder (não sendo uma mera repetição do colonialismo internacional, interno e do neocolonialismo). Feitas essas considerações, podemos afirmar que estamos num momento de guerra e crise, motivado por lutas pela transição hegemônica.

3 O conceito de poder comporta inúmeras definições de tipos possíveis e modos. Mas empregaremos aqui a ideia de que o poder pode ser considerado como manifesto em diferentes formas (político-militar, econômico, ideológico e outros). Ao falar de infrapoder energético, indicamos que todas essas formas de expressão do poder demandam energia. Sem ela, não há poder. A energia perpassa e interpenetra essas formas de poder. Mas não se deve entender que sugerimos aqui um determinismo energético. É apenas uma perspectiva de análise que deve ser complementada por outras.

4 Por imperialismo, e optando por definição simplificada, entendemos um sistema de relações (de poder) internacionais desiguais, expressa pela disparidade de poder militar, econômico e ideológico entre centro, semiperiferia e periferia. Tal sistema mundial apresenta uma hierarquia de poder em que os Estados centrais e hegemônicos impõem normas e relações de dependência (comercial, diplomática, financeira, tecnológica e institucional e militar), que permitem que os países periféricos sejam enredados em relações de subordinação.

Seria possível, nesse contexto, pensar a política de transição energética como a guerra por outros meios? Essa política de transição energética não estaria visando assegurar uma maior concentração do infrapoder energético, implicando modificações nas relações de heteronomia energética centro-centro e centro-periferia? Os discursos e estratégias do desenvolvimento sustentável e da modernização ecológica não estariam encontrando um impasse histórico? É isso que discutiremos agora.

O REPowerEU: a política de transição energética como a guerra por outros meios

A Rússia invadiu a Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022. A esta invasão militar seguiu-se o controle territorial de diversas regiões (Donestk, Lugansk e o litoral sul da Ucrânia), bem como o cerco de Kiev. Tal invasão foi respondida com sanções econômicas, financeiras, diplomáticas e com o apoio militar ostensivo ao regime do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Essa cronologia é bem conhecida. Mas tomando o fato da guerra como ponto de partida, iremos analisar as políticas de resposta a ela. Tão importante quanto a propagandeada ajuda militar à Ucrânia foi a elaboração de um complexo plano de reestruturação da sociedade europeia, para romper o que a Comissão Europeia denominou “de dependência energética da Rússia”.

Tal resposta foi sintetizada em um documento e plano de ação intitulado *REPowerEU* (Comissão Europeia, 2022), que reúne um conjunto de medidas econômicas, políticas e de logística, no sentido de acelerar um processo de transição energética. Analisar as ações e a narrativa estratégica que estrutura tal plano de gestão da crise energética regional, desencadeada pela guerra na Ucrânia, é essencial à ampliação da ótica pela qual tal acontecimento histórico pode ser interpretado.

O primeiro ponto, que é base para compreensão de toda a política derivada dessa estratégia, é a noção de dependência externa europeia:

A UE deve estar preparada para qualquer cenário. Pode libertar-se da dependência do gás russo muito antes do final da década. Quanto mais rápida e decididamente diversificarmos o abastecimento, acelerarmos a implantação das

tecnologias de energia verde e reduzirmos a nossa procura de energia, mais cedo poderemos substituir o gás proveniente da Rússia (Comissão Europeia, 2022, p. 1).

Do diagnóstico da situação de dependência (energética) externa, conclui-se pela orientação de ampliar o ativismo/intervencionismo estatal na economia e sociedade europeia. A recomendação para os estados da Europa é justamente lançar mão de diferentes pacotes de medidas político-econômicas para gerenciar a crise⁵ e os efeitos da dependência energética externa.

A Comissão tenciona utilizar toda a flexibilidade do seu conjunto de medidas em matéria de auxílios estatais a fim de possibilitar que os Estados-Membros apoiem as empresas e os setores gravemente afetados pela atual evolução geopolítica. Para possibilitar que os Estados Membros corrijam as graves perturbações da economia resultantes da agressão militar da Rússia à Ucrânia (Comissão Europeia, 2022, p. 2).

As ações estatais estratégicas e emergenciais na área de energia apresentadas no documento podem ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) diversificação das importações e gás e petróleo; 2) ampliação do estoque (com ampliação do volume em armazéns subterrâneos); 3) investimento em energias renováveis, especialmente hidrogênio e biometano; 4) flexibilização dos procedimentos de licenciamento ambiental para facilitar o desenvolvimento de projetos de energias renováveis;⁶ 5) redução da demanda de gás natural, pelo aumento da eficiência energética das infraestruturas urbanas e industriais; 6) aumento dos

5 Segundo o documento “Mais de metade das fundições de alumínio e de zinco da UE estão a funcionar com capacidade reduzida ou encerraram temporariamente. A UE deixou de dispor temporariamente de 650.000 toneladas de capacidade de produção de alumínio primário, cerca de 30% do total” (Comissão Europeia, 2022, p. 2). Há então uma diminuição substantiva da capacidade industrial e produtiva da Europa decorrente da guerra na Ucrânia.

6 “A simplificação e redução dos prazos dos procedimentos de concessão de licenças constitui uma pré-condição para a aceleração dos projetos de energias renováveis. A morosidade dos procedimentos administrativos foi identificada como um dos principais obstáculos aos investimentos em energias renováveis e infraestruturas conexas. Esses problemas devem ser resolvidos através da transposição plena e célere da Diretiva Energias Renováveis em vigor, da execução das reformas e medidas correspondentes previstas nos planos de recuperação e resiliência dos Estados-Membros, bem como da aplicação das disposições relativas ao licenciamento de infraestruturas no quadro revisto das RTE-E” (Comissão Europeia, 2022, p. 11).

incentivos e renúncias fiscais para subsidiar as empresas grandes e pequenas afetadas pela crise, bem como dar subsídios às famílias por meio de regulação do preço das tarifas de energia e transporte, visando controlar o aumento da pobreza que pode ser ampliada em razão da pobreza energética.

Tais medidas visam, do ponto de vista estratégico, acelerar a transição energética para evitar a dependência externa e subordinação da Europa ao poder da Rússia.

No seguimento da invasão da Ucrânia pela Rússia, as razões para uma transição rápida para as energias limpas nunca foram tão fortes nem tão claras. A UE importa 90% do gás que consome, sendo a Rússia responsável pelo fornecimento de mais de 40% do consumo de gás da UE. A Rússia representa igualmente 27% das importações de petróleo e 46% das importações de carvão da UE (Comissão Europeia, 2022, p. 1).

A visão da UE é que o problema principal em jogo na guerra na Ucrânia não é a mudança do regime de governo, nem mesmo a crise humanitária, mas sim a independência energética da UE em face da Rússia. A política elaborada logo no início da guerra visa acelerar a transição energética, motivada por motivos geopolíticos. As metas da política energética são reduzir o consumo de gás em 155 bilhões de metros cúbicos, que é justamente o volume importado da Rússia anualmente. A Rússia controlava, no início da guerra, quase a metade das exportações de gás para a Europa, 25% do petróleo e 45% do carvão (segundo os dados da própria Comissão Europeia).

O programa REPowerEU deve ser compreendido como parte de uma situação histórica particular. Tal situação pode ser pensada, de forma simplificada, mas ainda verdadeira, pela evolução dos indicadores de consumo, produção, importação, exportação e reservas de recursos naturais energéticos. Quando consideramos o petróleo e outros líquidos derivados, como o gás liquefeito de petróleo (ou *liquified petroleum gases*, LPG), a dinâmica do consumo se apresenta da seguinte forma. Em 2000 a Europa consumia 900 Mb/d⁷ e os EUA 1,4 Mb/d e a Rússia 199 Mb/d de LPG. No ano 2010, a Europa apresentou crescimento de 10%,

7 Mb/d = Milhões de barris por dia. Bfc = bilhões de pés cúbicos.

alcançando o consumo de 988 Mb/d enquanto os EUA apresentaram uma redução do consumo para 1,29 Mb/d. A Rússia cresceu em cerca de 70% seu consumo de LPG, saindo de 199 Mb/d em 2000 para 338 Mb/d em 2010. Em 2019 Europa e Rússia continuam apresentando crescimento do consumo. A Europa alcançou o número de 1,14 Mb/d e a Rússia 793 Mb/d e os EUA 1,4 Mb/d. No que tange ao gás natural a Europa consumia 17,5 bfc em 2000, 21 bfc em 2010 e 19 bfc em 2019. A expansão do consumo energético da UE se fez de forma integrada com a expansão da produção russa.

Por isso, podemos dizer que a política de transição energética da UE visa aumentar o infrapoder energético da Europa, mudando seu quadro de dependência em face da Rússia.⁸ A metáfora inerente ao conceito de *repower* se desdobra em “reenergizar” mas também “reempoderar”. A corrida para aumentar o infrapoder energético articula, como observamos acima, diferentes ações. Mas todas elas têm contradições e não possuem garantia plena de realização, o que gera consequências diretas sobre a política global.

O plano REPowerEU deve ser situado também no quadro das alianças EUA-UE e na leitura que os EUA passaram a elaborar em meados da década de 2010, bem como sua política energética. Um importante documento é o *Relatório sobre energia e geopolítica: desafios e oportunidades*, elaborado pelo Conselho Consultivo de Segurança Internacional, órgão federal integrante do Departamento de Estado (International Security Advisory Board, 2014). Tal documento apresenta um diagnóstico da situação energética mundial e suas implicações para a segurança nacional dos EUA, analisando as grandes superpotências (China, Rússia e EUA) e, também, diversas regiões.

8 É preciso observar a ambiguidade inerente à noção da dependência comercial externa. No caso da dependência de recursos naturais, os energéticos em particular, a dependência comercial pode significar subordinação, mas também controle/estrangeirização. O que diferencia a subordinação do controle externo/estrangeirização é justamente o infrapoder energético. A Europa, por exemplo, durante o período colonial, dependia de recursos naturais das colônias. Porém, ela tinha o controle político-militar, da produção e da logística para o comércio dos recursos naturais. A dependência dos recursos naturais externos encontrava na relação de dominação colonial sua equação final. Desse modo, uma relação de dependência comercial pode ocultar o domínio estrangeiro. No caso das relações estabelecidas com a Rússia, a Europa depende das exportações, mas não controla as reservas, a logística e a produção. Logo, a dependência comercial da Rússia implica uma relação de subordinação. A invasão russa da Ucrânia, em certos aspectos, assegura esse infrapoder energético russo.

Um dos elementos principais do documento é justamente apontar, já em 2014, as consequências do aumento ou diminuição da capacidade energética como elemento potencialmente desestabilizador da política global. Nesse sentido, três elementos são colocados como fundamentais: 1) a revolução tecnológica na exploração do petróleo, centrada nos EUA, e as peculiaridades do comércio internacional do petróleo; 2) o GNL (gás natural liquefeito) tem particularidades de transporte que aumentam seu custo, dando assim aos gasodutos uma importância decisiva, o que segmenta o mercado internacional de gás; 3) a necessidade de pensar a geopolítica do mundo em função da localização estratégica da energia, destacando alguns *hotspots* energéticos.

A própria produção do relatório, pelo Conselho Consultivo, já faz parte de uma nova situação histórica, inaugurada pelo redesenho das relações Rússia-Ucrânia, gerada pela anexação da Criméia pela Rússia e da crise política resultante do Euromaidan. Mas, considerando as conclusões e orientações do documento, os elementos mais importantes são a reafirmação da necessidade de projeção do poder dos EUA no mundo, para assegurar sua segurança nacional e a posição dos seus aliados, e, não menos importante, a relação da dependência energética da Europa em face da Rússia e as grandes dificuldades em eliminar tal dependência (por meio de substituição de importações e revolução tecnológica) no curto prazo. Como podemos observar:

Mais a jusante, os estados europeus são vistos como limitados em sua capacidade de reagir fortemente à agressão russa devido à dependência das importações da Rússia e da Ucrânia. Essa restrição é reforçada pelos investimentos do setor privado ocidental em energia russa. O gás russo é abundante e barato demais para desaparecer da paisagem europeia. Não há panaceia ou conjunto de soluções fáceis de curto prazo (International Security Advisory Board, 2014, p. 12, tradução nossa).

A guerra na Ucrânia se coloca então, do ponto de vista da geopolítica da energia, num complexo quadro, em que Estados e blocos regionais estão lutando para ampliar seu infrapoder energético. Como poderemos observar, a Europa ficou para trás nas últimas duas décadas, dependendo do fornecimento de recursos naturais energéticos em relações internacionais cada vez mais complexas e conflituosas. E a guerra da Ucrânia não deve ser analisada isoladamente, mas

considerando uma macrorregião intercontinental onde as principais guerras pelo infrapoder energético têm se desenrolado (a Eurásia).

A política de transição energética visa então ampliar o infrapoder energético da União Europeia, dentro do contexto de lutas por hegemonia no sistema mundial. A política energética é, assim, a guerra por outros meios, pois nela se travam confrontos por poder que podem influenciar as guerras e as crises e a própria transição hegemônica.

As novas utopias modernizadoras: projetos de transição energética, heteronomias e relações centro-periferia

A política do REPowerEU segue o lastro histórico criado pela emergência de uma questão energético-climática. De forma resumida, podemos dizer que nos anos 1970 a crise energética foi concebida como uma crise de escassez (daí emergindo os problemas da eficiência e segurança), na qual se desenhou a política de substituição de importações de petróleo pelas energias alternativas. A transição energética emerge como consequência das guerras e da descolonização, como tentativa de responder aos “choques do petróleo” provocados pelas guerras no Oriente Médio e pela descolonização. A princípio, a transição energética era um problema de segurança energética.

Entretanto, a partir dos anos 1980 os impactos climáticos da industrialização global começaram a pressionar os organismos internacionais e a política dos Estados nacionais (cristalizados sob a forma do problema “aquecimento global”). Assim, a substituição das energias fósseis passou a ser uma demanda da conservação ambiental e da gestão do clima, de modo a diminuir os impactos da modernização e desenvolvimento. Foi construído um campo político-discursivo energético-climático (no qual a política energética incorpora, mas subordina, as políticas ambiental e climática), que passou a regular as novas formas de organização de produção (Hajer, 1995b; Hajer; Versteeg, 2005). Porém o desenvolvimento, mesmo “sustentável”, continuou sendo desigual e combinado, de modo que entre 1990 e 2020 a produção e consumo de energias fósseis no mundo cresceu em termos globais; a Europa conseguiu diminuir seu consumo do carvão, mas elevou o consumo de gás natural e petróleo. Ao mesmo tempo, expandiu as infraestruturas de energia alternativa. A transição energética, até

o início da guerra-crise, era muito mais uma virtualidade, um processo gradual, em fases iniciais, do que um programa consistente e acelerado.

O documento das Nações Unidas *Production Gap Report 2021* (Stockholm Environment Institute *et al.*, 2021) analisa justamente o hiato entre as metas de redução da temperatura do planeta e as políticas efetivamente implementadas pelos Estados e economias, e ele tem constatado justamente a tendência aparentemente contraditória de expansão do petróleo, gás e carvão em escala global. Assim, a política de transição energética do REPowerEU é o prolongamento de tensões do campo político-discursivo energético-climático.

O programa REPowerEU foi anunciado em março de 2022. Em fevereiro de 2023 uma decisão do Parlamento Europeu deliberou pela sua inclusão num massivo programa de recuperação econômica regional, o NextGenerationEU. Tal decisão vinculou o financiamento de projetos de investimento em energia ao pacote europeu de reconstrução pós-pandemia e ao European Green Deal (Pacto Verde Europeu, de 2020). Ao longo de um ano, várias ações foram executadas pela União Europeia e por diversos países-membros, no sentido de colocar em prática uma estratégia de transição energética e recuperação econômica da crise.

Ao analisar essas ações, podemos observar como a política de transição energética é parte de uma política de guerra e de transição hegemônica global, que se expressam nas contradições históricas e relações de heteronomia. É uma análise sobre tais acontecimentos e o contexto de guerra-crise, a partir de três dimensões, que iremos empreender: 1) a política de substituição de importações energéticas (e as contradições implicadas nela); 2) a política de investimento em tecnologias de energias alternativas e gestão energeticamente eficientes (modernização ecológica e financeirização); 3) o campo de forças político e ecológico no qual tais ações são realizadas (agência natural e luta de classes, os eventos ambientais e eventos provocados por atores estatais e não estatais, resistências e crises).

A política de substituição de importações foi resultado da convergência de duas ações. Por um lado, a UE, ao aplicar sanções contra a Rússia, adotou a medida da substituição de importações, procurando os mercados da África, especialmente Nigéria e Argélia, para fornecerem gás e petróleo. Porém, a própria Rússia, como medida de retaliação, suspendeu o fornecimento de gás para a Europa, obrigando diversos países ao racionamento e redução do consumo. A

política de substituição de importações não foi executada por completo, nem mesmo foi totalmente efetiva. Na realidade, a substituição de importações realizada acabou provocando uma crise energética, que tem contribuído para uma crise econômica inflacionária (Bruyninckx, 2022).

Desse modo, as relações de dependência da UE não foram sanadas, e a crise energética está criando as condições para uma crise-estagnação econômica regional. Desse modo, a política de substituição de importações (mesmo que tenha sido justificada por razões de ética da paz internacional e ambiental) não está necessariamente contribuindo para a substituição de energias fósseis, visto que está integrando os recursos naturais, especialmente da África, para substituir a oferta de energia fóssil russa (gás e petróleo) por outra energia fóssil. O foco principal da política é escapar ao infrapoder da Rússia, mas não está claro se tais objetivos estão sendo alcançados. Essa política tem sido expressa também na criação de áreas de influência energética, denominadas pela política externa da Alemanha de “safety buffer”. A política de criar um *safety buffer* exige a projeção do poder da Alemanha no interior da Europa, especialmente sobre países como Polônia e Ucrânia, garantindo que os gasodutos e linhas de transmissão tenham sistemas de defesa e segurança contra interrupções de abastecimentos.⁹ A área de influência é restrita à política energética dos países territorialmente estratégicos (do ponto de vista das linhas e dutos que garantem os fluxos energéticos).

As políticas de transição energética operam em níveis distintos. Por um lado, existe uma mudança nos sistemas de produção/geração de energia, com investimentos nas energias renováveis, cujo centro das estratégias tem sido a energia solar, eólica e agora o hidrogênio verde. No segundo nível, está se investindo

9 “A guerra na Ucrânia colocou os esforços para diversificar o fornecimento de gás da Alemanha no topo da agenda do governo. Como parte desses esforços, o governo está avançando a todo vapor no apoio à construção da própria infraestrutura de importação do país para gás natural liquefeito (GNL). Está planejando terminais terrestres permanentes de importação, enquanto aluga unidades flutuantes no curto prazo – a primeira das quais foi inaugurada em dezembro de 2022. A Alemanha tem uma rede de gasodutos bem desenvolvida e está conectada a terminais em países vizinhos, mas até recentemente não possuía porto próprio para receber GNL diretamente. ONGs e pesquisadores criticam o governo por pressionar por uma capacidade de importação ‘massivamente superdimensionada’, citando uma esperada diminuição da demanda de gás e uma capacidade substancial nos países vizinhos. O governo argumenta que um ‘colchão de segurança’ significativo é necessário para garantir o abastecimento alemão e europeu” (Waldholz; Wehrmann; Wettengelkaine, 2023, tradução nossa).

em sistemas de gestão da vida social e modernização tecnológica da energia (especialmente com investimento em redes digitais, inteligência artificial e desenvolvimento de sistemas de baterias inteligentes). Podemos citar algumas ações e casos e analisar as contradições implicadas nessas políticas de transição energética.

A União Europeia, no contexto dos programas políticos para enfrentar a guerra e a crise (o REPowerEU e do NextGenerationEU) estimulou uma série de projetos de investimento e ações. Tais projetos são operacionalizados de diferentes maneiras e controlados por diferentes países. Tais projetos não foram necessariamente criados pelo REPowerEU, mas foram ressignificados e redimensionados em impacto e importância. Podemos citar alguns exemplos, tais como: 1) projeto Windfloat Atlantic – em execução em Portugal e envolve a construção de uma “wind farm” (fazenda eólica flutuante) no Oceano Atlântico. O projeto liderado pela empresa EDP Renewables e entrou em fase operacional em 2020, tendo recebido recursos do programa regional e do governo português; 2) projetos de Green Gas estão sendo executados na Holanda e têm como objetivo promover a produção de gás renovável a partir de fontes orgânicas como estercor e resíduos agrícolas. A empresa holandesa Gasunie lidera diversos projetos nessa área, buscando a integração com a Alemanha; 3) projeto T-Labs – está sendo executado na Alemanha e envolve o desenvolvimento de uma tecnologia baseada em blockchain para permitir a distribuição segura e escalável de energia renovável em redes inteligentes. O projeto é liderado pela empresa Deutsche Telekom AG, mostrando a complexidade e extensão dos processos de gestão de energia; 4) projeto Wave Star – executado na Dinamarca e envolve a construção de uma usina de energia das ondas. A usina é composta por 20 geradores flutuantes que convertem a energia das ondas do mar em eletricidade. O projeto é liderado pela empresa Wave Star Energy A/S; 5) projetos de baterias para transição energética têm sido executados na França com o objetivo de desenvolver baterias de lítio sustentáveis para armazenar energia renovável, liderado pela empresa Saft Groupe; 6) projeto Offshore Renewable Energy Catapult – está sendo executado no Reino Unido e tem como objetivo acelerar o desenvolvimento de tecnologias de energia offshore, como turbinas eólicas flutuantes. O projeto é liderado pela empresa Offshore Renewable Energy. Como afirmado anteriormente, tais empresas já investiam e atuavam no setor de energias alternativas, porém, no contexto do REPowerEU, sua posição e projetos foram ressignificados.

Esses exemplos mostram três campos de inovação: 1) geração de energia eólica e marinha, por meio de megaprojetos offshore; 2) geração de “gás verde” (hidrogênio e biomassa); 3) desenvolvimento de tecnologias de eficiência de gestão e armazenamento de energia.

Muitos dos megaprojetos mencionados anteriormente estão operacionais, mas não plenamente em fase comercial (como no caso da Noruega e Portugal). No contexto da execução dos megaprojetos de energias renováveis, existem diferentes contradições e conflitos. Na Espanha e Portugal existem conflitos entre pequenas comunidades rurais e os megaprojetos de geração de energia renovável.¹⁰ As críticas dos movimentos sociais do campo e ambientais na Espanha estão chamando atenção para alguns problemas: a) o caráter colonial dos megaprojetos e seus impactos ambientais; b) a relação colonial interna que estaria se estabelecendo na Europa, com a Alemanha impondo os megaprojetos de energia alternativa (eólica, solar e hidrogênio verde) a países da Península Ibérica; c) no programa REPower EU, está se falando da “solidariedade” entre os países, no sentido que a redução da importação de gás da Rússia pela Alemanha e Áustria está implicando a exigência de menor consumo dos espanhóis (conflito distributivo dentro da União Europeia). Além disso, as energias alternativas com megaprojetos offshore implicam impactos e uma nova forma de expansão sobre o mar, com diferentes modos de controle. Emergem, na execução dos megaprojetos, contradições que explicam como transição energética implica a reificação das relações de heteronomia energética.

Desse modo, os megaprojetos de energia renovável e a política de transição energética se traduzem em efeitos em cadeia de dois tipos: 1) por meio da formação de investimentos estrangeiros corporativos na produção/geração de energia, com impactos nos territórios e mares territoriais; 2) pelos impactos territoriais e ambientais em comunidades rurais, já que a execução dos megaprojetos implicam a construção de territórios corporativos, ajustados às necessidades de produção/geração de energia, que levam à supressão da biodiversidade local e de formas de sociabilidade comunitária. Por isso, movimentos sociais na

10 Na Espanha há um movimento de resistência aos megaprojetos, denominado de Plataforma “Alta Valduerna” – no a los Macroproyectos Energéticos. O movimento tem contestado os impactos socioambientais das políticas de transição energética, inclusive aquelas do programa REPowerEU. Ver página da plataforma em <https://www.facebook.com/groups/238915997984295/> (acesso em 28/10/2024).

Europa estão falando de colonialismo energético.¹¹ As comunidades rurais são os locais de execução dos megaprojetos de geração de energia, que é distribuída para centros metropolitanos urbanos, materializando assim a internalização das relações de heteronomia energética. Nesse sentido, podemos falar desses territórios como enclaves de extração energética.

A política de transição energética supõe também uma revolução tecnológica e cultural, com um esforço para mudar as formas de sociabilidade e os meios de gestão da energia (introduzindo uma “racionalidade ambiental” na cultura capitalista urbana). Nesse sentido, o projeto de Smart Cities (ver European Commission, [2024]) na União Europeia está localizado dentro desse objetivo principal de realizar a transição energética, o que implica reduzir a dependência de fontes de energia fósseis (como gás, carvão e petróleo) e aumentar o uso de fontes de energia renováveis (como a energia solar e eólica). Para isso, são empregadas diversas tecnologias, como sensores inteligentes, sistemas de gerenciamento de energia, automação dos sistemas de iluminação e aquecimento, além de incentivos à adoção de infraestrutura para o transporte coletivo e bicicletas. Um dos impactos mais significativos desse projeto é no setor da construção civil, que passa a ter requisitos específicos para os novos empreendimentos, como a eficiência energética das edificações e a adoção de fontes de energia renováveis. No setor de transporte, a transição energética implica a adoção de veículos elétricos e em iniciativas para reduzir o uso de transporte individual, como o fortalecimento de sistemas de transporte público e a implementação de ciclovias (a aprovação da descarbonização dos carros até 2035 é parte dessa política na UE). Essas medidas concatenam a gestão da crise energética com os “impactos positivos na qualidade de vida das cidades” (reduzindo a poluição do ar, o congestionamento nas ruas e melhorando o acesso aos serviços públicos e privados). No abastecimento de energia, as Smart Cities têm como um dos principais objetivos a descentralização da geração de energia, através da adoção de sistemas de geração distribuída, como painéis solares em residências e prédios. Isso implica uma redução da dependência de fontes de energia centralizadas, como hidrelétricas e usinas termelétricas, aumentando consideravelmente o consumo de energia renovável.

11 As medidas de flexibilização do licenciamento ambiental facilitam os megaprojetos de energia alternativa e fazem parte do cenário de conflitos socioambientais.

O conceito de *smart city* (cidade inteligente) está estruturado em dois pilares: por um lado, na automação e na difusão de sistemas baseados em sensores inteligentes (de iluminação, de controle de tráfego, por exemplo); por outro lado, na integração e centralização de informações, o que supõe uma sociedade que vive conectada por meio de dispositivos móveis (smartphones e tablets) e computadores. A gestão das cidades inteligentes se faz então por meio desses dois pilares. Esse projeto, que é um dos pilares da transição energética, produz efeitos e impactos socioambientais diretos e indiretos. Nos países do centro, exige um consumo regular e ascendente de energia e recursos naturais, para alimentar a produção das tecnologias e dispositivos. Do ponto de vista ideológico e cognitivo, exige uma cultura e sociabilidade permeada e centralizada pela tecnologia digital. A cultura digital, que está na base das cidades inteligentes, exige uma base material (os smartphones-computadores) e uma sociabilidade (integrada e mediada pelos sistemas digitais controladas pelas Big Techs).

O paradoxo é que para alimentar essa cultura digital e o projeto das Smart Cities é preciso uma expansão da exploração de recursos naturais. Os minerais comuns usados na produção de sensores inteligentes, sistemas de gerenciamento de energia e automação incluem, principalmente: silício, lítio, cobalto, níquel, cobre, alumínio, ferro, prata, cobalto, níquel e outros elementos raros como neodímio e lantânio. O lítio, que é um elemento-chave para a produção de baterias de íon-lítio, terá uma demanda crescente, já que as baterias são os principais componentes dos veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia.

Desse modo, a política da transição energética, para viabilizar a cultura digital urbano-industrial, está apontando para o modelo da Smart City e esta, por sua vez, cria uma dinâmica social que precisa reorganizar as relações energéticas ao: 1) incentivar o uso de energias renováveis e eficiência energética; 2) criar cadeias de produção e mercantilização de recursos naturais energéticos, que são essenciais para a produção contínua desse modelo de Smart City. A primeira dinâmica exige os megaprojetos de geração e extração de energia, que produzem contradições socioambientais ao organizar territorialmente enclaves de extração energética. A segunda dinâmica exige a criação de cadeias globais de extração e mercantilização mineral (inclusive minerais energéticos), para ampliar a produção dos sistemas de armazenamento de energia e infraestrutura tecnológica digital. Isso implica a luta pela apropriação dos recursos minerais

energéticos nas periferias do capitalismo e megaprojetos de mineração, criando novos ciclos de relações de subordinação e heteronomia. No centro e na periferia, a política de transição energética global tende a criar contradições.

As tecnologias alternativas de gestão energética e as energias renováveis levam uma intensificação da demanda por minérios, intensificando assim a luta pelo controle dos recursos minerais energéticos, que tendem a se converter em uma peça estratégica da geoeconômica global nos próximos anos. A política de transição energética na Europa tende a produzir também efeitos internacionais e de externalização das relações de heteronomia energética. Essa heteronomia passa a estar entranhada nas cadeias mercantis e produtivas da mineração de recursos naturais energéticos. A formação de enclaves de extração energética e de cadeias globais de extração energética são parte integrante dessa política de transição energética, que gera trocas desiguais e relações imperiais de subordinação e heteronomia.

A política de transição energética, materializada no REPowerEU, é justamente uma atualização do discurso e dos processos simbólicos da modernização ecológica, com a promessa de um processo civilizatório que irá conciliar a conservação ambiental com a mais avançada revolução tecnológica. Por sua vez, o discurso da modernização ecológica/desenvolvimentismo é uma transformação da concepção de história e tempo evolucionista-hierárquico, cujos núcleos permanecem os mesmos: o progresso tecnológico eleva a “cultura”, no caso, a “cultura capitalista” urbano-industrial, que estaria encontrando seu equilíbrio ecológico com a “natureza” por meio da transição energética. Assim, a transição energética é meio e fim do processo de civilização capitalista, alcançado pela revolução tecnológica. Ao mesmo tempo, é a libertação regional europeia do domínio estrangeiro, prometendo realizar a dupla libertação da “dominação da natureza” e da “dominação autoritária estrangeira” (representada, no universo simbólico, pela figura da ameaça da “Rússia”). A transição energética, cujo símbolo é o conceito de *repower*, é o “motor” do processo civilizatório, ele comunica a promessa de resolução das contradições ecológicas e geopolíticas, elevando o nível da sociabilidade aos padrões institucionais de vida para maior liberdade. Porém, a realidade dessa transição encontra limites na geoeconômica e na própria agência natural, que colocam claros limites à efetividade de tal transição, seja pelas relações de dominação que são multiplicadas pela transição energética, seja pela incapacidade tecnológica de realmente substituir os combustíveis

fósseis (petróleo, gás e carvão), ou ainda pela incapacidade de criar energias alternativas que não produzam efeitos climático-ambientais destrutivos.

Agência natural, agência caótica: crises climáticas e os paradoxos da transição energética

Mas soma-se a tais contradições outro fator. Toda a engenharia social da política de transição energética em geral, e do REPowerEU, em particular, foi colocada à prova por eventos ambientais. Ao longo do ano de 2022 somou-se aos efeitos da pandemia e da guerra uma crise climática, materializada pela seca prolongada e por ondas de calor. Em 2022, o relatório da Comissão Europeia *Seca na Europa* (European Commission, 2022) apontou como a seca e onda de calor estavam perigosamente baixando os níveis dos rios, comprometendo o abastecimento de água residencial e também os reservatórios de hidrelétricas, o que aprofundou a crise energética iniciada pela guerra. Curiosamente, uma das regiões mais afetadas pela seca e ondas de calor foi a Península Ibérica, zona em que estão sendo implementados diversos megaprojetos de geração de energia renovável.¹²

Nesse sentido, os eventos ambientais se colocam como um conjunto de forças no campo político, limitando a efetividade e o alcance das políticas estratégicas e mostrando a insubordinação das forças naturais aos esquemas simplificadores que reduzem a natureza a um objeto passivo. As forças naturais desordenam as condições históricas, obrigando a adaptações e transformações. A forma como os enclaves de extração energética e as cadeias globais de extração energética ajudam a reforçar ou provocar condições para a manifestação dessa agência natural, ou desestruturar os modos sociais de enfrentar essas forças naturais, ainda precisa ser mais bem discutido. Mas os eventos ambientais fazem parte do mesmo campo geoeconômico que as guerras e as crises, marcando profundamente os processos de transição hegemônica.

12 A Península Ibérica experimentou uma onda de calor prolongada na primeira quinzena de julho de 2022, arrastando as temperaturas acima da média de longo prazo para o mesmo mês. Mais tarde, a onda de calor mudou para o sudeste da França e noroeste e centro-oeste da Itália. A Noruega, em razão de uma seca, esteve em vários momentos do ano de 2022 com os reservatórios hídricos em baixos níveis, e considerou paralisar as exportações de eletricidade para a Europa.

Alguns estudos críticos estão apontando como tecnologias de energias renováveis produzem diversos impactos ambientais, sugerindo mesmo que elas podem ser, ao contrário de uma solução para a crise climático-energética, um fator a mais para seu agravamento. Certamente, o próprio discurso desenvolvimentista clássico, que defende uma matriz energética convencional, está investindo pesado nessa desconstrução da eficácia ambiental das energias alternativas, existindo uma guerra discursiva.¹³ Não estamos afirmando que existe uma relação de causalidade entre as tecnologias de transição energética e os eventos extremos (como secas), mas existem vários problemas ambientais que ainda precisam ser mais bem elucidados, especialmente os impactos das energias alternativas. Basicamente, estudos têm apontado que as megafazendas de energia eólica alteram o microclima do solo, elevando a sua temperatura, e tornando não tão linear o efeito climático das energias alternativas (Dracklé; Krauss, 2011; Keith *et al.*, 2004; Wang; Li; Liu, 2023). Ao mesmo tempo, uma das medidas mais impactantes do REPowerEU foi a de aceleração dos procedimentos de licenciamento ambiental, o que significa diminuir o tempo (e frequentemente as exigências) para que uma unidade de produção de energia entre em operação. Assim, a execução de megaprojetos de energias alternativas pode exigir uma política de “sacrifício” de ecossistemas locais, em nome da gestão de uma crise energético-climática, concebida como problema prioritário. Mas os efeitos de longo prazo dessa política podem ser exatamente contribuir para o agravamento da crise energético-climática que se supõe combater.

Logo, longe de um cenário em que o projeto de dominação da natureza se realiza (sob a forma de uma destruição inevitável ou sob a forma de uma conservação planejada e controlada pelas forças do mercado e do Estado), o que vemos é que as políticas de transição energética desencadeiam contradições sociais e políticas (como as relações de heteronomia energética e luta pela hegemonia e infrapoder energético) e, ao mesmo tempo que tentam domesticar a natureza (sob a forma do controle das mudanças climáticas globais), enfrentam a “insurgência” da natureza, ou seja, a impossibilidade objetiva de controlar os fatores

13 Por exemplo, a Associação de Engenheiros da Petrobras (AEPET) tem feito várias críticas sobre a instrumentalização do ambientalismo pelo mercado e os limites da tecnologia das energias alternativas, porém, o faz para defender um modelo de desenvolvimento centrado no petróleo (ver Pinho, 2023).

ambientais e materiais, que terminam se manifestando em eventos ambientais (como secas e ondas de calor) que testam e tensionam os discursos e as tecnologias de desenvolvimento. A agência natural opera no contexto da luta pela hegemonia como um fator desordenador e limitador das estratégias, desconstruindo as ambições do projeto e discurso de dominação da natureza, e criando contextos socioambientais mais ou menos antagônicos ou limitadores à reprodução do capital e da hegemonia. Por essa razão, é preciso aprofundar a compreensão da agência ambiental, como postulado pela ecologia cultural, antropologia ecológica, ecologia social e ecologia política (Alimonda, 2002; Bookchin, 1982; Davis, 2002; Little, 2006; Porto-Gonçalves; Leff, 2015).

Considerações finais

Podemos dizer que o momento histórico atual reúne, de forma concentrada, os eventos e processos típicos das transições hegemônicas. Há uma conjugação de crise global, guerra regional, revoluções tecnológicas e energéticas e mega-eventos ambientais. Tentamos pensar como a política de transição energética (ressignificada e reformulada no contexto da guerra-crise de 2020-2022) expressa relações de heteronomia de algumas formas: a) como relações centro-centro; b) como relações centro-periferia; c) como relações entre Estados/corporações e comunidades/territórios.

A partir do estudo de caso do programa REPowerEU, como política de transição energética, conseguimos fazer alguns apontamentos teóricos. A transição energética, tal como entendida no contexto das sociedades e culturas capitalistas, tende a instituir relações de heteronomia, por meio de dois mecanismos: 1) a criação de territórios corporativos e enclaves de extração energética (geram energia nas periferias/áreas rurais para serem levadas para centros urbanos); 2) a criação de cadeias internacionais de extração energética, com a multiplicação de enclaves territoriais no exterior e/ou com a integração de capitais e estruturas produtivas locais nessas cadeias. Esses territórios e organização social criam redes de poder heteronômicas. Esse fenômeno foi percebido e analisado na América Latina pelos teóricos do neoextrativismo nos anos 2000 e 2010, em que a intensificação da exploração dos territórios, natureza e recursos naturais se destacou como tendência estrutural global, gerando uma contradição entre

o discurso do ambientalismo e multiculturalismo global neoliberal e os processos de integração dos territórios e sociedades na América Latina (Acosta, 2013; Alimonda, 2002; Gudynas, 2009; Svampa, 2012); na África um processo similar foi observado nos anos 2010, analisado pela ótica da teoria do imperialismo e da nova partilha do continente (Gonzalez, 2010; Moyo; Jha; Yeros, 2013; Moyo; Yeros; Jha, 2012). A demanda por recursos naturais energéticos e minerais já era crescente no período anterior; com a política de transição energética e a nova utopia civilizatória nos anos 2020 no centro capitalista, se aponta para a necessidade de radicalizar a multiplicação de enclaves extrativos locais e cadeias extrativas globais, transferindo e multiplicando relações heteronômicas e a heteronomia energética na periferia, tendendo a intensificar os conflitos socioambientais e territoriais nacionais, internacionais e subnacionais, étnicos e campo-cidade (como exemplificados na própria Europa), a colonialidade da natureza e “insurgência” da natureza (no sentido metafórico que, no limite, a dominação da natureza nunca se realiza por completo, já que ela permanece atuando como força e agência natural desordenadora). As secas e ondas de calor são o exemplo dessa agência natural. Paradoxalmente, a transição energética, concebida na discursividade da autolegitimação climático-ambiental, para aumentar a segurança-eficiência energética por meio da revolução tecnológica idealizada, precisa intensificar a exploração colonial-imperial de povos e ecossistemas, seja para manter a demanda de petróleo-gás, seja para criar modos de geração de energia a partir de outras matérias-primas.

A política de transição energética é marcada por contradições, pois ela tem se realizado pela expansão desigual (em termos globais) das energias fósseis e das energias alternativas. Mesmo supondo que as energias alternativas fossem completamente neutras de impactos climático-ambientais, ainda assim a matriz energética dos diferentes países é desigual. A guerra-crise explicitou uma situação de heteronomia da União Europeia em face da Rússia, e a política de transição energética foi acionada como parte da luta pela hegemonia e dos antagonismos nas relações heteronômicas. A solução adotada foi promover uma nova forma de modernização capitalista, com uma nova revolução cultural e tecnológica em torno das cidades digitais. A transição energética não deixa de ser a guerra por outros meios. O discurso do desenvolvimento sustentável, que envolve a política de transição energética, está servindo para construir a nova utopia modernizadora de uma sociedade capitalista avançada em equilíbrio

com a natureza e livre da dominação exterior. Tal sociedade digital seria climaticamente limpa e sustentável. Nesse sentido, a política de transição energética para energias alternativas é a base material de um projeto de uma “civilização capitalista digital”, um novo tipo de desenvolvimentismo e modernização que livraria a Europa da dependência das energias tradicionais e do infrapoder energético de países como a Rússia. É a utopia de conciliar o desenvolvimento capitalista avançado tecnologicamente com conservação ambiental, a serviço da luta pela hegemonia internacional. É essa utopia civilizatória que está sendo experimentada agora como parte das estratégias para enfrentar a guerra-crise.

Mas tal utopia depende da multiplicação dos enclaves extrativos, cadeias globais de extração energética e reprodução de relações de subordinação e heteronomia no sistema mundial (dentro da Europa e fora, nas relações com África, Eurásia e América Latina). Além disso, o desenvolvimento combinado e expansão das energias fósseis e energias alternativas tem apontado para um gap entre o discurso energético-climático (de redução da temperatura global da terra) e as condições concretas de funcionamento da sociedade e do modo de produção capitalista (que tem expandido a exploração de petróleo, gás e carvão) e mantido o aquecimento global.

A proposta aqui realizada foi, justamente, de analisar o tema da energia a partir de um paradigma crítico, que, rompendo com as teses da segurança/eficiência energética, pudesse articular teorias antropológicas da energia com análise dos sistemas mundiais. Nesse sentido, os conceitos de infrapoder energético, heteronomia, enclaves extrativos e cadeias de extração energéticas são um caminho para realizar tal propósito. Mas dentro do estudo da energia, entendendo essa dimensão de poder e dominação que enfatizamos no presente texto, é fundamental também estudar as formas de organização social e os sistemas energético-culturais locais (sob a forma de conhecimentos, tecnologia e usos da energia). São tais sistemas locais que, nos conflitos socioambientais, cumprem o papel estratégico de resistência à construção dos enclaves de extração energética, se constituindo como alternativas históricas. Outro componente fundamental é o estudo da agência das forças naturais, manifesta sob a forma de eventos ambientais (como as secas e ondas de calor), mas também da distribuição da biodiversidade, que gera o valor “locacional”. Não tivemos aqui espaço para aprofundar esses dois últimos aspectos, mas eles devem ser integrados numa perspectiva de estudo antropológico e descolonial da energia.

Referências

- ACOSTA, A. Extractivism and neo extractivism: two sides of the same curse. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (ed.). *Beyond development: alternative visions from Latin America*. Amsterdam: Transnational Institute; Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2013. p. 61-86.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 1-5.
- ADAMS, R. N. *Energia y estructura: una teoria del poder social*. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- ALIMONDA, H. (comp.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BALANDIER, G. *Antropología política*. Barcelona: Ediciones Península, 1969.
- BOHM, S.; MISOCZKY, M. C.; MOOG, S. Greening capitalism? A Marxist critique of carbon markets. *Organization Studies*, [s. l.], v. 33, n. 11, p. 1617-1638, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840612463326>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BOOKCHIN, M. *The ecology of freedom: the emergence and dissolution of hierarchy*. Palo Alto: Cheshire Books, 1982.
- BOOKCHIN, M. Ecology and revolutionary thought. *Antipode*, [s. l.], v. 17, n. 2-3, p. 89-98, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.1985.tb00337.x>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRUYNINCKX, H. Verão de 2022: viver num estado de múltiplas crises. *European Environment Agency*, 13 out. 2022. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/articles/verao-de-2022-viver-num#Ver%C3%A3o%20de%202022:%20Calor%20Extremo,%20Seca%20E%20Inc%C3%AAndios%20Florestais>. Acesso em: 10 out. 2024.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. *Revista Proa*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1-72, 2010.

COMISSÃO EUROPEIA. Secretariado-Geral. *REPowerEU*: ação conjunta europeia para uma energia mais segura e mais sustentável a preços mais acessíveis. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Estrasburgo: Comissão Europeia, 8 mar. 2022.

DAVIS, M. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DRACKLÉ, D.; KRAUSS, W. Ethnographies of wind and power. *Anthropology News*, [s. l.], v. 52, n. 5, p. 9-9, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1556-3502.2011.52509.x>. Acesso em: 10 out. 2024.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*: construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1998.

ESCOBAR, A. After nature: steps to an antiessentialist political ecology 1. *Current Anthropology*, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 1-30, 1999. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/515799>. Acesso em: 23 jul. 2016.

ESCOBAR, A. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (org.). *Políticas públicas ambientais latino-americanas*. Brasília: FLACSO, 2005a. p. 17-64.

ESCOBAR, A. *Más allá del Tercer Mundo*: globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005b.

EUROPEAN COMMISSION. *Drought in Europe*: GDO analytical report. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2022.

EUROPEAN COMMISSION. Smart cities: cities using technological solutions to improve the management and efficiency of the urban environment. *European Commission*, [s. l.], [2024]. Disponível em: https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en. Acesso em: 10 out. 2024.

FERREIRA, A. C. A luta pela energia: crise do capitalismo e a nova ofensiva por recursos naturais pós-2008. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 9 mar. 2016. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/crise-do-capitalismo-e-a-nova-ofensiva-global-pelos-recursos-naturais-pos-2008/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERREIRA, A. C. Neoimperialismo, guerra e energia II: da unipolaridade hegemônica à multipolaridade antagônica. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 9 maio 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/da-unipolaridade-hegemonica-a-multipolaridade-antagonica-infrapoder-energetico/>. Acesso em: 10 out. 2024.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GONZALEZ, A. Petroleum and its impact on three wars in Africa: Angola, Nigeria and Sudan. *Journal of Peace, Conflict & Development*, [s. l.], n. 16, p. 58-86, 2010.

GUDYNAS, E. La ecología política de la integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo. In: ALIMONDA, H. (comp.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 137-152.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: SCHULDT, J. et al. *Extractivismo, política y sociedad*. [S. l.]: CAAP: CLAES, 2009. p. 187-225.

HAJER, M. *The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process*. Oxford: Clarendon Press, 1995a.

HAJER, M. *The politics of environmental discourse: ecological modernization and the regulation of acid rain*. Oxford: Oxford University Press, 1995b.

HAJER, M.; VERSTEEG, W. A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. *Journal of Environmental Policy & Planning*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 175-184, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15239080500339646>. Acesso em: 5 set. 2017.

HARRIS, M. *Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, D. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBEN, A. Anthropologists and development. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 349-375, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.an.11.100182.002025>. Acesso em: 10 out. 2024.

INTERNATIONAL SECURITY ADVISORY BOARD. *Report on energy geopolitics: challenges and opportunities*. Washington: United States Department of State, 2 July 2014.

KEITH, D. W. et al. The influence of large-scale wind power on global climate. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, [s. l.], v. 101, n. 46, p. 16115-16120, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.0406930101>. Acesso em: 10 out. 2024.

LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur). Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ciC3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2018.

LEACH, E. *Cultura e comunicação: a lógica pela qual os símbolos estão ligados*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000100005>. Acesso em: 28 out. 2024.

MOYO, S.; JHA, P.; YEROS, P. The classical agrarian question: myth, reality and relevance today. *Agrarian South: journal of political economy*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 93-119, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2277976013477224>. Acesso em: 10 out. 2024.

MOYO, S.; YEROS, P.; JHA, P. Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. *Agrarian South: journal of political economy*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/227797601200100203>. Acesso em: 10 out. 2024.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Extractive imperialism in the Americas: capitalism's new frontier*. Leiden: Brill, 2014.

PINHO, P. A. As farsas ambientais, suas razões históricas e o caso Brasil. *AEPET*, [s. l.], 26 jun. 2023. Disponível em: <https://aepet.org.br/artigo/as-farsas-ambientais-suas-razoes-historicas-e-o-caso-brasil/>. Acesso em: 10 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W; LEFF, E. A ecologia política na América Latina: a reapropriação da natureza, a reinvenção dos territórios e a construção da racionalidade ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 35, p. 65-88, 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.5380/dma.v35i0.43543>. Acesso em: 16 maio 2017.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 80, p. 109-125, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>. Acesso em: 10 out. 2024.

STRAUSS, S.; RUPP, A.; LOVE, T. *Cultures of energy: power, practices, technologies*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.

STOCKHOLM ENVIRONMENT INSTITUTE *et al.* *The Production Gap Report 2021*. [S. l.]: SEI, 2021.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Observatorio Social de América Latina*, [s. l.], v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012.

WALDHOLZ, R.; WEHRMANN, B.; WETTENGEL, J. Ukraine war pushes Germany to build LNG terminals. *Clean Energy Wire*, [s. l.], 11 May 2023. Disponível em: <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/liquefied-gas-does-lng-have-place-germanys-energy-future>. Acesso em: 10 out. 2024.

WALLERSTEIN, I. *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WANG, G.; LI, G.; LIU, Z. Wind farms dry surface soil in temporal and spatial variation. *MethodsX*, [s. l.], v. 10, 102000, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.mex.2023.102000>. Acesso em: 10 out. 2024.

WHITE, L. A. *The evolution of culture: the development of civilization to the fall of Rome*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

WHITE, L. A. The fuel revolution. In: WHITE, L. A. *Modern capitalist culture*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008a. p. 95-125.

WHITE, L. A. *Modern capitalist culture*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008b.

WOLF, E. R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Edusp, 2005.

Recebido: 07/09/2023 Aceito: 07/03/2024 | Received: 9/7/2023 Accepted: 3/7/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Um desastre licenciado em nome do progresso e do desenvolvimento: um estudo do lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, Santa Catarina, Brasil

A disaster licensed in the name of progress and development: a study of the oil lake in the Quilombola Community Ilhotinha, Santa Catarina, Brazil

Andréia Gimenes Amaro¹

<https://orcid.org/0000-0001-9482-8084>

andreiagimenespmc@gmail.com

Viviane Kraieski de Assunção¹

<https://orcid.org/0000-0003-0118-2486>

vivianekraieski@gmail.com

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – Criciúma, SC, Brasil

Resumo

Este artigo trata do lago de óleo, um desastre decorrente das atividades de uma empresa de refino de óleo que, há mais de três décadas, vulnerabiliza a Comunidade Quilombola Ilhotinha, localizada no município de Capivari de Baixo, Santa Catarina. Desenvolvido por meio do método etnográfico, objetivou analisar se o lago de óleo revela mecanismos de poder e controle operacionalizados pela colonialidade. O estudo aponta aspectos que sustentam essa faceta específica da colonialidade, dentre os quais, a produção de vulnerabilidades e a instrumentalização dos racismos. Argumenta que o ideário do desenvolvimento tem produzido, ao longo de sua regência, desastres que revelam mecanismos de ação e manutenção da colonialidade. Por fim, evidencia a emergência de movimentos articulados pela própria comunidade que transcendem o sentido mais elementar de restauração dos danos causados pelo desastre, vislumbrando a construção de uma nova realidade, na qual seus direitos sejam contemplados e a produção da vida, garantida.

Palavras-chave: desenvolvimento; quilombo; zona de sacrifício; racismos.

Abstract

This article deals with the oil lake, a disaster resulting from the activities of an oil refining company that, for more than three decades, has made the Quilombola Ilhotinha Community, located in the municipality of Capivari de Baixo, Santa Catarina, vulnerable. Developed through the ethnographic method, it aimed to analyze whether the oil lake reveals mechanisms of power and control operationalized by coloniality. The study highlights aspects that support this specific facet of coloniality, including the production of vulnerabilities and the instrumentalization of racism. He argues that the ideology of development has produced, throughout his rule, disasters that reveal mechanisms of action and maintenance of coloniality. Finally, it highlights the emergence of movements articulated by the Community itself that transcend the most elementary sense of restoring the damage caused by the disaster, envisioning the construction of a new reality, in which their rights are covered and the production of life is guaranteed.

Keywords: development; quilombo; sacrifice zone; racism.

Introdução

Todo mundo queria um emprego! [...] feliz da vida, pô, vai vir um emprego pra Ilhotinha, [que] não tem nada... Veio, mas foi uma coisa ruim.

Sebastião, 79 anos

A fala de Sebastião se refere à implantação, ao final da década de 1980, da Sulquímica Indústria Química de Lubrificantes Ltda. no bairro Ilhotinha, localizado no município de Capivari de Baixo, no sul do estado de Santa Catarina. O bairro concentra grande parte da Comunidade Quilombola Ilhotinha, formada por cerca de 134 núcleos familiares. A falência da empresa, decretada em 1995, deixou, além de pendências trabalhistas, um passivo ambiental que, há mais de três décadas, coloca em risco a saúde da população e do ambiente no qual a comunidade se insere.

Ao longo de sua história, a Comunidade Ilhotinha tem enfrentado diversos problemas ambientais que causam riscos à vida resultantes da implementação de atividades de alto potencial poluente, como, por exemplo, a que originou o chamado “lago de óleo”, como ficou conhecida a bacia de rejeitos deixada pela Sulquímica.

O lago de óleo não era conhecido por nós e também não foi trazido à tona por Tinho, liderança da Comunidade Quilombola Ilhotinha, nos primeiros diálogos que tivemos, quando manifestamos nosso interesse em realizar uma pesquisa com a comunidade quilombola. A “descoberta” ocorreu durante uma busca de informações sobre a comunidade em um navegador (Google Chrome), quando nos deparamos com um vídeo de 29 segundos do *Diário do Sul* (Herança [...], 2014) que se referia ao lago como “herança maldita”. Procurando maiores informações acerca da problemática, encontramos uma reportagem do portal *Notisul* (Capivari [...], 2022), publicada, coincidentemente, no dia anterior ao da busca. A reportagem abordava a realização de uma vistoria preventiva realizada pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros na bacia de óleo, na qual estavam presentes também representantes da gestão municipal, além de um vereador, e ressaltava a gravidade da situação e a necessidade da união de forças na busca pela solução do problema.

Surpresas por não ter conhecimento desse desastre ambiental em uma localidade tão próxima a Criciúma, cidade onde moramos, entramos em contato com Tinho, que nos respondeu:

Ah, então... essa é a cereja do bolo [...] que eu estava guardando para nossa conversa aqui na comunidade, ou seja, nas nossas incursões eu levaria ali pra ver. É bem próximo aqui de casa, aí tem uma longa história, sabe? Mas essa notícia saiu ontem? Me surpreende e, ao mesmo tempo, nem um pouquinho, porque sempre em ano de pleito eleitoral acontece isso... de que venha um salvador da pátria para dar um jeito. Aí, passou as eleições, já era! Fica tudo no mesmo. Se impacta? Impacta diretamente [...] é racismo ambiental puro!

O racismo ambiental a que se refere Tinho emerge como uma das facetas do racismo que, ao longo da história do Brasil e da América Latina, tem subjugado, de forma contínua, populações específicas, dentre as quais as populações autóctones e negras, utilizando a raça como elemento de inferiorização e estratificação social. A raça constitui um elemento basilar do colonialismo e da colonialidade, assumindo, principalmente a partir dos séculos XV e XVI, com a conquista da América, um papel fundamental na consolidação de projetos expansionistas e de dominação (Quijano, 2005).

Na fala de Sebastião, que abre este texto, é possível perceber a frustração com as promessas não cumpridas com a instalação da empresa na comunidade. Compreende-se que essas expectativas amparam-se em um ideário de desenvolvimento, que se expandiu após a Segunda Guerra Mundial (Quintero, 2012). No Brasil, essa noção fomentou diversos movimentos empreendidos pelo Estado no intuito de alinhar-se aos parâmetros e diretrizes que conduziriam ao desejado progresso (Montibeller-Filho, 2001). Contudo, ao final de algumas décadas de vigência da chamada “era desenvolvimentista”, esse grande projeto começa a desgastar-se revelando as inconsistências próprias de planejamentos elaborados em consórcio com o sistema hegemônico (Sachs, 2019). As contradições revelam-se na operacionalização dos racismos, na produção de vulnerabilidades e na promoção de violências, que, muitas vezes, respaldam projetos de alto potencial contaminante em áreas que se tornam “zonas de sacrifício”. Estas compreendem espaços segregados nos quais habitam populações que são vulnerabilizadas em prol de “propósitos maiores”, pautados a partir de interesses

capitalistas vislumbrando o progresso e desenvolvimento econômico (Souza, 2020), como é o caso da Comunidade Quilombola Ilhotinha.

Este trabalho tem como objetivo analisar se o lago de óleo revela mecanismos de poder e controle operacionalizados pela colonialidade. Parte da compreensão de que o lago de óleo, ou “a borra”, como é chamado por alguns moradores, constitui um desastre em curso, licenciado, produzido e pautado pelo ideário de desenvolvimento, que se constitui em uma força ideológica colonial ou, como sugerem Icasuriaga e Bernardo (2020, p. 177), em “uma categoria que remete a uma cosmovisão construída sob o signo da colonialidade”. Para isso, utiliza-se a noção de “colonialidade do desastre” (García López, 2020) para enfatizar a dimensão da violência racial e da expropriação instituída estruturalmente em vários desastres (Rivera, 2020, p. 126). A colonialidade do desastre, defende García López (2020), articula-se à colonialidade do desenvolvimento, manifestando-se como uma força material e ideológica potencialmente destruidora de formas de vida, cujo objetivo principal é a acumulação de capital.

Procedimentos metodológicos

Este artigo parte de uma pesquisa etnográfica. Por tratar-se de uma pesquisa com e não sobre a Comunidade Quilombola Ilhotinha, as escolhas para realização do campo, do itinerário à elaboração da lista de entrevistados composta, prioritariamente, pelos moradores mais antigos, foi proposta por Tinho, liderança comunitária e coordenador da Associação Palmares de Ilhotinha. Entende-se que esse processo comunica muito sobre a comunidade e seu olhar sobre si mesma, já que a escolha das pessoas, dos lugares e das memórias a serem visitadas não foi elaborada de forma aleatória, mas tecida a partir de uma rede complexa de subjetividades e expectativas.

A pesquisa de campo foi realizada em vários momentos e envolveu caminhadas pelo bairro e bairros adjacentes, visitas a moradores, como também a participação em reuniões e eventos, como a reunião com o representante do In-cra para discussão sobre o processo de titulação das terras da comunidade, em julho de 2022, e o evento “Dia da Comunidade”, realizado em setembro de 2022.

Durante as visitas aos moradores, foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas que não restringem o tempo ou as narrativas dos interlocutores

e garantem que alguns temas, previamente elencados como relevantes à pesquisa, não deixem de ser investigados. Compondo o roteiro das entrevistas estão tópicos que abordam os seguintes aspectos: 1) história da comunidade; 2) vivência e subsistência; 3) relações estabelecidas entre os membros da comunidade e demais moradores do bairro; 4) a participação ou não nas decisões relacionadas à instalação de empreendimentos de potencial impacto para a comunidade; 5) as relações estabelecidas com representantes do poder público; 6) as estratégias elaboradas para permanência e vida no território.

No total, foram 17 pessoas entrevistadas. Por questões de confidencialidade, à exceção de Tinho, liderança da comunidade, interlocutor e parceiro no desenvolvimento desta pesquisa, as transcrições dos diálogos e narrativas dos interlocutores foram identificadas por nomes fictícios. É importante ressaltar que se optou pelo anonimato a fim de evitar possíveis desconfortos ou represálias aos participantes da pesquisa, considerando que o tema envolve personalidades políticas e empresariais da região. Todos os registros foram realizados em diário de campo e por meio de áudios, fotografias ou vídeos, quando previamente autorizados pelos interlocutores.

É relevante destacar a importância dos diálogos e entrevistas para as escolhas teóricas que orientaram e estruturaram o trabalho, a exemplo do uso do conceito de desastre para referenciar o lago de óleo. Neste estudo, a escolha pelo termo “desastre” está atrelada à necessidade de evidenciar um conjunto muito mais amplo e complexo de violências que transcendem as consequências mais diretas e imediatas decorrentes da presença de um lago tóxico em determinado espaço de vida. Trata-se, portanto, de uma opção política, um posicionamento frente às múltiplas violências a que foi submetida a Comunidade Quilombola Ilhotinha, mas também ao conjunto de fatores e forças que promoveram ou fomentaram a deflagração do desastre.

Nesse sentido, o trabalho alinha-se à perspectiva de Nixon (2013, p. 3, tradução nossa) sobre os “escritores-ativistas” diante do que ele define como “alguns dos desafios mais críticos do nosso tempo”. Dentre esses desafios, estão o de visibilizar os “desastres que são anônimos e que não se atrelam a ninguém, desastres que são desgastantes e de interesse indiferente para as tecnologias baseadas em sensações de nosso mundo-imagem”, ou ainda o de “transformar as longas emergências de violência lenta em histórias dramáticas o suficiente para despertar o sentimento público e justificar a intervenção política” (Nixon, 2013, p. 3, tradução nossa).

Desenvolvimento, racismos e a produção de desastres

No Brasil, na América Latina e em regiões de todo o mundo são constantes e diversos os movimentos empreendidos por comunidades tradicionais em defesa de seu território e das atividades que garantem sua subsistência. Esses movimentos estimulam os debates acerca do “progresso” promovido por projetos de desenvolvimentistas, que reproduzem uma visão colonialista e criam ou agravam as vulnerabilidades de povos e nações periféricas. A justificativa adotada por lideranças políticas e governamentais para a implantação desses projetos se resume em uma palavra que, segundo Lisboa (2014), representa “a ideologia de nossa época”: o desenvolvimento.

A polissemia do termo e as associações positivas a que remete, como, por exemplo, crescimento, melhoria e progresso, tornam o desenvolvimento uma noção “universalmente desejada” (Montibeller-Filho, 2001, p. 52-53), que se acomoda aos moldes criados pela sociedade moderna ocidental e cujas promessas afirmam ser capazes de aplacar crises vivenciadas na atualidade e seus desdobramentos (Silva, 2016).

Porém, ao nos distanciarmos da predisposição do termo e nos debruçarmos sobre uma análise mais profunda das realidades geradas em nome do desenvolvimento, é possível perceber seus antagonismos. Destacada por Walsh (2009) como uma das dimensões mais elementares da matriz colonial a partir da qual foi forjada a noção de colonialidade é a raça. Para Quijano (2005), o sentido moderno da ideia de raça que emerge com a conquista da América, foi um meio de naturalizar e legitimar as relações de poder e dominação estabelecidas entre europeus e não europeus; em outras palavras, uma forma de consolidar o “modo básico de classificação social universal da população mundial”. Ao final do século XX, a raça simboliza a “posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros dos grupos raciais subordinados àquilo que o código racial da sociedade define como ‘seus lugares apropriados’” (Hasenbalg, 1979, p. 83).

Dentre as diversas facetas desse processo, destacam-se duas consideradas de grande pertinência para as discussões nesta pesquisa: o racismo institucional e o racismo ambiental. O racismo institucional é referenciado por López (2012, p. 127) como “processos de discriminação indireta” que atuam “de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações que operam

de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial”, contribuindo, assim, “para a naturalização e reprodução da desigualdade racial”.

Por sua vez, o racismo ambiental está relacionado à hierarquização do espaço e à dinâmica política e infraestrutural que resgata e adapta antigas práticas colonialistas aos atuais modelos de desenvolvimento que apregoam a necessidade inevitável do sacrifício de grupos específicos em prol do progresso da nação. Com base em Mbembe (2016) e suas reflexões acerca da necropolítica, Lima e Moraes (2019, p. 37) referem-se ao racismo ambiental como marcas do sistema colonial escravocrata nos corpos e territórios das populações negras e indígenas, que classificam as populações e definem “quem merece ou não viver”.

Nesse processo, sob a égide do modelo de desenvolvimento hegemônico, Pacheco (2008, p. 11) explica que a maioria da humanidade se converte em objetos: “Uns, a serem usados a serviço do lucro; outros, considerados supérfluos, a serem sumariamente descartados.” Seguindo essa lógica, continua a autora,

ou somem das estatísticas a partir de causas “naturais” decorrentes da desnutrição ou de doenças causadas pela miséria absoluta, ou são expulsos de seus lares para que megaprojetos se estabeleçam, ocupando e arrasando o território para “implantar empregos, progresso, desenvolvimento sustentável e cidadania” (Pacheco, 2008, p. 11).

As múltiplas formas de operacionalização dos racismos estão também associadas à formação das chamadas “zonas de sacrifício”, compreendidas por Souza (2020, p. 220, tradução nossa) como espaços segregados e estigmatizados nos quais a saúde e qualidade de vida de populações “são comprometidas em nome do ‘desenvolvimento econômico’ ou do ‘progresso’ – mas em última análise, em nome dos interesses capitalistas”.¹ O autor destaca que as zonas de sacrifício devem ser tratadas de forma articulada com outros três conceitos: ambiente, território e lugar. O ambiente, segundo Souza (2020), não deve ser reduzido a um sinônimo de natureza, mas compreendido como a totalidade constituída pelos sistemas terrestres e grupos humanos. Numa zona de sacrifício, todo o ambiente,

1 No original: “Are compromised in the name of ‘economic development’ or ‘progress’ – but ultimately for the sake of capitalist interests.”

composto, portanto, pelas vidas humanas e pelos ecossistemas, é descartável, pois, “aos olhos do Senhor Capital, tudo pode ser sacrificado – é apenas uma questão de economia e oportunidade política”² (Souza, 2020, p. 224, tradução nossa).

A articulação com o termo “território” se dá a partir das projeções de poder no espaço (as territorialidades) que refletem diferentes lógicas e escalas de ação, permitindo revelar a forma como empresas capitalistas e seus projetos tendem a desterritorializar populações por meio de pressões diversas como, por exemplo, a contaminação dos solos, ar ou corpos hídricos. Quanto à associação da zona de sacrifício com o conceito de lugar, Souza (2020, p. 224-225) parte do pressuposto de que ambos consistem em “mundos de vida”, espaços de pertencimento e identidade.

São principalmente essas áreas vulnerabilizadas, que conjugam os interesses capitalistas com a presença de “vidas descartáveis e natureza barata”, as mais suscetíveis à ocorrência ou produção de desastres. Desse modo, pode-se afirmar que a vulnerabilidade não é uma condição inerente a determinados grupos sociais, mas resultante de um modelo de desenvolvimento, que atinge diferentemente os sujeitos de acordo com seu estrato socioeconômico e étnico-racial (Valencio, 2010).

A compreensão de desastre adotada nesta pesquisa parte das contribuições de Oliver-Smith (1999), que considera que sua definição não se refere apenas a “processos de início rápido”, como abalos sísmicos ou acidentes nucleares, como pode também abranger “processos de início lento”, a exemplo de secas ou exposições a substâncias tóxicas, como é o caso do lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha. Quanto aos seus efeitos, abrange desde os imediatos, causadores de destruição e mortes, “até impactos não percebidos ou experimentados fisicamente por talvez muitos anos, como no caso de exposições tóxicas”³ (Oliver-Smith, 1999, p. 20, tradução nossa). Oliver-Smith (1999, p. 20, tradução nossa) destaca como tema central na discussão a complexidade interna dos desastres caracterizando-os como “eventos totalizadores”, que à medida que se desdobram podem impactar “todas as dimensões de uma formação estrutural

2 No original: “In the eyes of Lord Capital, everything can be sacrificed – it is just a matter of economic and political opportunity.”

3 No original: “To impacts not perceived or physically experienced for perhaps many years, as in the case of toxic exposures.”

social e a totalidade de suas relações com seu ambiente”⁴. Nesse sentido, os desastres envolvem rupturas em diversas dimensões – cultural, econômica e política (Batteau, 2000) – e podem revelar a ação dos poderes institucionais sobre uma população (Silva, 2004).

Os desastres “desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade” (Zhouri *et al.*, 2016, p. 37). Esses impactos, na medida em que destroem territórios, podem comprometer a base da reprodução social, cultural e econômica de grupos sociais (Zhouri *et al.*, 2016), causando sofrimentos que dificilmente podem ser aferidos e medidos por meio de indicadores elaborados com base em critérios técnicos (Silva, 2010).

Um aspecto que permeia os desastres é a chamada “violência lenta”, entendida por Rob Nixon (2013, p. 2, tradução nossa) como uma forma de violência que ocorre gradualmente, dispersando-se no tempo e no espaço; “uma violência de desgaste que normalmente não é vista como violência de forma alguma”⁵. De acordo com Nixon (2013, p. 3), diferentemente dos desastres que promovem grandes e imediatos impactos em termos de perdas de vidas humanas ou devastação de paisagens, a violência lenta decorre de processos que se desenvolvem e desdobram ao longo de anos, décadas ou até séculos. Nesse sentido, a violência e o sofrimento são amortizados ao longo do tempo, podendo, inclusive, impactar diferentes gerações.

É pautada na compreensão da correlação existente entre a concepção, escolha e operacionalização de um modelo de progresso e desenvolvimento, a produção ou intensificação de vulnerabilidades e a irrupção de desastres que se constitui a perspectiva da colonialidade do desastre. A colonialidade do desastre se embasa na percepção de como, ao longo do tempo e da história, o colonialismo e, atualmente, a colonialidade, têm operacionalizado desastres que atingem, de forma mais brutal, povos indígenas e racializados em todo o mundo, produzindo vulnerabilidades e culminando com morte e sofrimentos (García-López, 2020; Rivera, 2020). García-López (2020, p. 1, tradução nossa) reitera que, em decorrência do *modus operandi* que consolida esse projeto, as zonas coloniais,

4 No original: “All the dimensions of a social structural formation and the totality of its relations with its environment.”

5 No original: “A violence off delayed destruction that is dispersed across time and space an attritional violence that is typically not viewed as violence at all.”

espoliadas ao longo da história, tornam-se “necrópoles”, espaços onde a vida e a morte, o fundamental e o dispensável, são regulados por um estado permanente de exceção e emergência, ou seja, são gerenciados de forma a “‘acelerar’ a implementação ‘eficiente’ de iniciativas de ‘desenvolvimento’ e austeridade neoliberal que infligem ainda mais violência e aprofundam as vulnerabilidades”.⁶ Assim, o colonialismo do desastre “se caracteriza não só pelo abandono e negligência, mas pela intencionalidade de explorar, de deixar morrer e de matar [...]”⁷ (García-López, 2021, tradução nossa).

Capivari de Baixo e a Comunidade Quilombola Ilhotinha: zonas de sacrifício do desenvolvimento

Capivari de Baixo, município onde está localizada a Comunidade Quilombola Ilhotinha, teve sua emancipação do município de Tubarão em 30 de março de 1992 através da Lei nº 8.556 (Santa Catarina, 1992). Com uma extensão de 47,6 km², Capivari de Baixo possuía uma infraestrutura com “sete escolas, duas agências bancárias, dois postos de saúde e uma emissora de rádio, além de dois jornais quinzenais”; a economia, cuja participação na arrecadação de Tubarão era na faixa de 30%, baseava-se na “indústria cerâmica, cimento e fábrica de postes”, além de um comércio diversificado (Povo [...], 1992, p. 1).

Desde o ano anterior já vigorava um movimento para emancipação do município fortemente ancorado no empenho e atuação da classe política e empresarial de Capivari de Baixo, que centrava seus argumentos no potencial natural, geográfico (localização), infraestrutural e humano (população absoluta de 12.290 habitantes, sendo 9.323 eleitores) do então distrito.

Atualmente, com uma área de 53.164 km² e população estimada, em 2021, de 25.477 habitantes, o município de Capivari de Baixo está localizado na microrregião de Tubarão, no sul do Estado de Santa Catarina, e possui reconhecimento nacional por sediar o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (CTJL),

6 No original: “‘Efficient’ implementation of ‘development’ and neoliberal austerity initiatives that further inflict violence and deepen vulnerabilities.”

7 No original: “Se caracteriza no solo por el abandono y negligencia, sino una intencionalidad de explotar, de dejar morir y de matar [...]”

“a maior usina de carvão da América Latina e principal fonte econômica da região” (Capivari de Baixo, [2022a]).

As potencialidades minerais da região, associadas ao intenso crescimento industrial vivenciado após a Segunda Guerra e fundamentados no bradado ideário do desenvolvimento, foram fundamentais para a implantação de projetos que subsidiariam o progresso do país como um todo. O próprio CTJL, nascido em 31 de março de 1957, surge a partir da proposta do então governador Jorge Lacerda de aproveitar os rejeitos de carvão do complexo carbonífero da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), implantado no município de Siderópolis, na segunda metade da década de 1940, para a geração de energia elétrica, considerada uma das grandes deficiências do país (Capivari de Baixo, [2022a]).

No *website* do município constam aspectos relacionados ao modo de vida e uso da terra, destacando que “até 1941 Capivari era uma região agrícola” (Capivari de Baixo, [2022b]), garantindo seu sustento por meio do plantio e criação de animais. As práticas agrícolas começaram a perder a expressão com a criação da CSN que, conforme apresentado na página do município, “provocou um aumento considerável na população e, assim, Capivari tornou-se um imenso canteiro de obras com operários bem pagos”. A empresa, fundada em abril de 1941, “foi a primeira produtora integrada de aço plano no Brasil, um marco no processo de industrialização do país” (A empresa, [2022]).

Com a manchete “Lavador de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento”, a construção foi noticiada no jornal *O Estado* como um marco da passagem de Tubarão, de estrutura predominantemente agrícola, para o rol das cidades com atividades industriais que, além de agregarem melhorias na infraestrutura local, com a implantação, por exemplo, “da primeira vila residencial de Santa Catarina, com sistema de água e esgoto” (Lavador [...], 1986), garantem uma economia de 55 milhões de dólares ao ano para o país.

No mesmo jornal, o ex-presidente da Associação Empresarial de Tubarão (ACIT), Humberto Bortoluzzi afirma que, com a industrialização, “o progresso virá automaticamente”. Acrescenta ainda a necessidade de mobilização dos governos, em todos os âmbitos, no sentido de agilizar o processo, pois, segundo ele, “se porventura o Governo Federal implantar aqui em Tubarão, uma grande indústria, qualquer que seja o seu ramo, teremos a imediata implantação das indústrias satélites. E estará aí o começo de tudo”; além disso, o ex-presidente elenca como missão dos tubaronenses “conscientizar nossas crianças para a

importância de fazer algo e não de ficar esperando um bom emprego numa estatal” (Lavador [...], 1986, p. 27).

Carregada de entusiasmo, a fala do empresário tende a enfatizar os “frutos da civilização industrial” (Sachs, 2019, p. xiii), tornando o progresso quase como resultado de um processo natural. Com base em nossa análise, é justamente nesse momento de transição de uma economia subsidiada pelas práticas agrícolas para amparada em atividades voltadas à exploração e ao beneficiamento de recursos minerais, que Capivari de Baixo começa a transmutar-se em uma zona de sacrifício.

Na literatura ambiental, Hugo Reinert (2018) afirma que o termo “zona de sacrifício” está relacionado a espaços que foram degradados (destruídos, envenenados ou tornados impróprios para habitar) em troca de algum benefício (tecnológico, econômico, científico, etc.). Nesse sentido, segundo o autor, o sacrifício se justificaria com base em uma lógica de retorno antecipado, “algo foi sacrificado para o ganho de outra coisa”⁸ (Reinert, 2018, p. 599, tradução nossa). Nesse sistema de trocas, oferta e retribuição podem pertencer a diferentes ordens de valores e não são, necessariamente, equivalentes: “Quantos acres, quantas vidas, quantas espécies, quantos cânceres, quantos natimortos, em troca do quê? Qual foi o *valor* da oferta que justifica a destruição do retorno?”⁹ (Reinert, 2018, p. 599, tradução nossa, grifo nosso).

Cabe observar, no entanto, que mesmo antes de sua emancipação, Capivari de Baixo já registrava em sua história a contaminação dos solos e corpos hídricos pelo uso intensivo de agrotóxicos na manutenção das lavouras. Porém, a partir desse momento, há uma sistematização dos preceitos e meios de exploração, que sobrepôs os interesses econômicos aos custos sociais e ambientais resultantes da aprovação e implementação de determinados projetos.

Nesse sentido, evidencia-se Capivari de Baixo como uma zona de sacrifício que, embora não tenha sido projetada como tal (Reinert, 2018), foi conformando-se a fim de contemplar e viabilizar a execução de um plano de desenvolvimento multiescalar (local/regional/nacional).

8 No original: “Something has been sacrificed, for the gain of something else.”

9 No original: “How many acres, how many lives, how many species, how many cancers, how many stillbirths, in return for what? What was the value of the offering, that its destruction is justified by the return?”

Localizada em uma área rural de Capivari de Baixo, próxima à rodovia BR-101, a Comunidade Quilombola Ilhotinha tem sofrido, ao longo dos anos, com os impactos desse desenvolvimento do município. O processo de autoidentificação da comunidade teve início em 2006, encaminhado pelo Ministério Público Federal. Segundo Tinho, nosso interlocutor, “havia informações acerca de Ilhotinha, não só Ilhotinha mas outras comunidades com as mesmas características”, como a Comunidade de Indaial, pertencente ao município de Gravatal, e Carreira do Siqueiro, localidade de Pescaria Brava.

Sobre como se deu o processo de autoidentificação, Tinho explica: [...] num certo dia, chegou um oficial de justiça na minha casa solicitando que eu preenchesse um questionário e que aquilo iria para Brasília”. Tendo acolhido a proposta, o questionário foi preenchido com as informações solicitadas que envolveram o acesso às memórias de muitos integrantes da comunidade, especialmente dos mais idosos, os chamados “griôs”.¹⁰

Após o encaminhamento da documentação para Brasília, a comunidade recebeu a visita de profissionais da Fundação Cultural Palmares, que ficaram “felicíssimos por todos os relatos que ouviram, pelas pessoas que conheceram”, conforme relembra o interlocutor. Segundo ele, o reconhecimento como uma comunidade tradicional quilombola baseou-se, especialmente, nos relatos colhidos, ou seja, no patrimônio imaterial, considerando que muito pouco restou de artefatos materiais que contassem ou retratassem a história da comunidade. Dentre os motivos identificados pelos interlocutores que explicam o reduzido acervo material da comunidade, estão a dificuldade de acesso a equipamentos e o custo para registros e revelação de imagens antes da popularização dos smartphones e máquinas fotográficas digitais; a venda ou descarte de objetos, utensílios e ferramentas utilizados nas práticas domésticas ou agrárias, devido à substituição por modelos mais modernos e, no caso de estruturas maiores, a exemplo dos engenhos, à falta de recursos financeiros para garantir a manutenção associada às mudanças no modo de vida e subsistência e à própria debilitação dos membros familiares, fatores preponderantes para o abandono da atividade e deterioração do espaço físico.

10 Segundo Tinho, “os griôs são pessoas mais velhas, que têm mais experiência e o dom de repassar os valores para os demais irmãos, principalmente para os jovens, deixando um legado, uma garantia de continuidade. São pessoas que têm o zelo pela comunidade e amor pelo território e pelos seus.” Acrescenta ainda que essa pessoa não se coloca nessa posição, ela é colocada pelos seus, que reconhecem nela essas virtudes.

É importante observar que essa preocupação tanto com patrimônio material quanto imaterial acompanha o processo de identificação da comunidade como quilombola. A construção de uma narrativa histórica ressaltando esses elementos é um processo em curso na comunidade. Compreende-se aqui que os aspectos elencados como característicos do grupo étnico contribuem para a organização social do próprio grupo e participam da interação deste com os “outros” (Barth, 1998). Tanto os engenhos, citados anteriormente, quanto as práticas agrícolas mencionadas a seguir foram ressaltadas, pelos próprios interlocutores da pesquisa, como características importantes do modo de vida. Esses elementos tornam-se sinais diacríticos a partir de um processo dinâmico de identificação que se dá nas relações com os outros grupos (Barth, 1998).

As práticas agrícolas emergiram, durante o trabalho de campo, como parte do cotidiano das famílias, representando, em algumas situações, uma fonte de subsistência e renda. Desenvolvidas em lotes ou adaptadas a pequenos quintais, retratam o modo de vida e as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas ao longo da história (Amaro, 2018, p. 84). Nas caminhadas pela comunidade, foi possível perceber quintais com grande variedade de árvores frutíferas, hortaliças e ervas utilizadas para tempero e fins estéticos e medicinais. A mandioca foi destacada pelos interlocutores como um dos plantios mais importantes para a comunidade, principalmente durante seu processamento, momento em que os parentes se encontravam para cantar velhas cantigas e compartilhar memórias e tradições.

A criação de animais, principalmente vacas, cabras e galinhas, também se faz presente, mesmo em pequenos lotes, garantindo a subsistência de muitas famílias por meio produção de leite e derivados (manteiga, nata, queijo), bem como garantindo a produção de ovos, banha, linguiça, morcela, carne, dentre outros produtos.

Essas atividades de cultivo e criação de animais, apresentadas como elementos do cotidiano e fonte de subsistência da comunidade, ocupam especial relevância neste trabalho devido aos riscos promovidos pelos empreendimentos de alto potencial poluidor, como o que resultou no lago de óleo.¹¹ Tenho

11 É interessante destacar ainda que, nos últimos anos, muitos empreendimentos têm se instalado no bairro Ilhotinha e em bairros adjacentes, a exemplo da Blocolit, empresa de produção de pré-moldados para alvenaria e pavimentação. A poluição sonora produzida pela empresa Blocolit é outro problema elencado como prejudicial à saúde e ao bem-estar dos moradores da comunidade. Dona Rita comenta sobre um vizinho, falecido dois meses antes da nossa visita: “Um dia ele disse assim: [...] como é que vocês vivem lá? Tem dia que a gente não atende telefone por →

e outros interlocutores da pesquisa expressaram preocupação com a qualidade dos solos e das águas utilizadas para irrigação, dessedentação animal e até mesmo para lazer e consumo humano.

O lago de óleo – um desastre licenciado

O lago de óleo (Figura 1) é herança da Sulquímica – Indústria Química de Lubrificantes Ltda., empresa que iniciou suas atividades em 1988, no bairro Ilhotinha, onde está concentrada grande parte da comunidade quilombola parceira desta pesquisa,¹² permanecendo em atividade até o ano de 1995, quando decretou falência deixando, além das dívidas trabalhistas, um grave passivo ambiental.



Figura 1. Vista do lago de óleo. Foto: Andréia Gimenes Amaro.

→ causa do barulho.” Esse problema gerou grande mobilização de parte da comunidade, que realizou denúncia ao Ministério Público, principalmente, relacionada ao horário e volume dos ruídos produzidos pela empresa, porém nunca obtiveram êxito na resolução dos problemas relatados.

12 Em termos de ocupação territorial, a Comunidade Quilombola Ilhotinha abrange, além do bairro Ilhotinha, parte de bairros adjacentes como, por exemplo, o bairro Vila Flor.

O lago de óleo consiste em uma barragem de aproximadamente 1500 m² de rejeitos de derivados de petróleo onde eram depositados os resíduos decorrentes da atividade de refino de óleo lubrificante, realizada pela empresa Sulquímica. De acordo com levantamento de campo, realizado pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a barragem contém milhares de litros de rejeitos com evidências de contaminação das áreas de entorno por meio de processos diversos (evaporação, infiltração e extravasamento dos resíduos líquidos para área externa).

Durante os anos de funcionamento, a empresa Sulquímica destacou-se como um importante empreendimento, sendo citada em jornais e participando de eventos regionais como a Proodusul – Feira de Produtos da Indústria e do Comércio da Região Sul. A feira-festa, como era conhecida, conforme o boletim informativo do evento, publicado no jornal *O Estado* (Boletim [...], 1993), era realizada no Aeroporto Municipal Anita Garibaldi, em uma área de quarenta mil metros quadrados, que abrigava os pavilhões de exposições e praça de alimentação, e recebia apresentações culturais e shows regionais e nacionais.

A falência da empresa, decretada em 1995, culmina após um histórico de negligências, acidentes e corrupções, acompanhado e narrado pela Comunidade Quilombola Ilhotinha. No terreno onde se localizava a sede da empresa restam apenas os escombros que se tramam com a vegetação; monumentos silenciosos à “mentalidade industrial”, apontada como o caminho para alcançar o desenvolvimento no município de Tubarão.

O parágrafo anterior apresenta um paradoxo que revela a forma com que a colonialidade opera. Refere-se à maneira como um determinado espaço é evidenciado e enaltecido em determinados momentos, especialmente quando identificadas “potencialidades”, ao passo que, após a deflagração do desastre, é como se nunca tivesse existido. Tudo que podia ser utilizado ou vendido foi retirado para atenuar o prejuízo causado aos trabalhadores que se viram desempregados de um dia para o outro.

Uma publicação no jornal *Expresso do Sul*, datada de 3 de julho de 1988 (Nova [...], 1988), divulga a indústria que iniciaria as suas atividades nos próximos dias. De acordo com a publicação, o empreendimento, autorizado pelo Conselho Nacional de Petróleo (CNP), teria sido recebido “em clima de festa” pela comunidade local. Destaca também que o seu idealizador, Sr. Antonio Rodrigues Pereira

“deverá obter êxito econômico”, conforme apontado em estudos de viabilidade, encomendados pela empresa em questão.

O dinamismo e a visão empresarial do Sr. Antonio, ressaltados pelo seu “principal incentivador”, o vereador Aldo Aguiar, motivaram inclusive a elaboração de um ofício de parabenização, destacando que “além de engrandecer a região”, o empreendimento “proporcionará mais emprego e benefício social extraordinário ao povo tubaronense”.

Na localidade, o empreendedor citado, Sr. Antonio Rodrigues Pereira, era mais conhecido como “Quico Ferro Velho”, uma referência às outras atividades a que se dedicava, conforme publicidade no jornal *O Estado* (Quico [...], 1998). Conforme relatado por entrevistados, o fato de ser uma figura conhecida pela comunidade facilitou o acesso e o aceite dos moradores locais que viam no empreendimento uma possibilidade de renda a partir dos postos de trabalho que seriam gerados. “Todo mundo queria um emprego! [...] feliz da vida, pô, vai vir um emprego pra Ilhotinha, [que] não tem nada... Veio, mas foi uma coisa ruim” (Sebastião, 79 anos).

O comentário de Sebastião sobre as expectativas criadas a partir da implantação da empresa na comunidade convergem com a afirmação de Sachs (2019, p. xi) acerca de como a ideia de desenvolvimento, inicialmente celebrada como inovação histórica, termina em frustração, quando constatada sua incompatibilidade com preceitos elementares que orientam a justiça social e ambiental.

Os interlocutores da pesquisa comentaram também que, quando o projeto foi apresentado à comunidade, diziam se tratar de “uma fábrica de sabão”, “diziam que estavam refinando óleo pra fazer sabão, teve isso também” (Tadeu, 43 anos), e não de uma empresa de alto potencial poluidor.

Alguns interlocutores, como Dona Rita e Vitorino, afirmam que, após algum tempo de funcionamento, a empresa teria sido vendida para um conhecido jogador de basquete do Rio de Janeiro, até sua falência ocorrida no ano de 1995. Conforme relato dos interlocutores, da compra do terreno à implantação da empresa “foram passando donos”, porém, lembram do empresário Antonio Rodrigues Pereira, porque “vinha caminhão do Quico, com marca do Quico, pegar óleo”.

Relembrando sobre a implantação da empresa, os interlocutores relatam que no início “vinha de vento em popa”, “o começo foi bom, tinha um restaurante [...] o pessoal comia ali [...] era tudo uma empresa assim bem organizadinha” (Dona Rita).

Um deles, menino à época da implantação da empresa, lembra quando foi cavada a bacia que, posteriormente, serviria para depositar os rejeitos do óleo refinado: “A primeira obra da empresa foi lá [...] na época a gente, todo mundo pequenininho [...] Ah, vai sair um estádio de futebol aqui pra nós! [...] a primeira coisa que a gente fez foi cortar uns galhos de árvore e fazer uma trave lá dentro daquele buraco [...]” (Vitorino). Com a evolução da obra, localizada a aproximadamente 600 metros da sede da empresa, nosso interlocutor viu seu estádio de futebol receber uma camada de lona e ser abastecido com material fétido e viscoso que, além de frustrar suas expectativas, comprometia o cotidiano e a saúde das famílias que trabalhavam na empresa e/ou moravam no seu entorno. Se originava assim o “lago de óleo”.

Logo após o início do funcionamento, começaram a se evidenciar os problemas decorrentes da atividade de refino do óleo. O mais citado, dentre os problemas gerados, foi o mau odor que ia além do mero desconforto, afetando também a saúde, principalmente com o agravamento de doenças respiratórias, e a segurança da comunidade. Dona Rita comenta que o marido, hoje já falecido, “se sentia mal, com falta de ar por causa do cheiro [...] ele dizia que o cheiro vinha tudo dentro do nariz, a atingia de óleo era tanta que parece que tu tava dentro de uma oficina mecânica”. Continuando seu relato, Dona Rita comenta que durante a noite era necessário colocar uma vasilha com água, “molhava toalha e botava assim pra dar uma umedecida no ar né? O cheiro, o cheiro, não aguentava! Tu fechava a casa assim, chegava e sentia que dentro tava aquele cheiro.” Reiterando a fala de Dona Rita, Vitorino comenta que a situação se agravava no verão em decorrência das chuvas, que resultavam no transbordamento dos efluentes, e do calor que potencializa os gases tóxicos: “[...] a gente sofria tanto pra respirar à noite que tinha que colocar toalhas molhadas na janela para conseguir dormir [...]”.

No interior da fábrica, onde o refino era realizado, essa situação era ainda mais grave e não alheia ao conhecimento dos gestores, que, inclusive, orientavam a servir uma dose de leite diária aos trabalhadores,¹³ conforme relata Joana

13 Segundo Costa (2019) até meados da década de 1970 acreditava-se que o leite auxiliava na absorção de substâncias tóxicas, sendo, portanto, uma orientação comum da segurança do trabalho de empresas cujos processos produtivos estavam associados a determinadas substâncias químicas, como o chumbo, por exemplo. Desse modo, “as empresas ofereciam aos colaboradores uma dose diária de leite e assim consideravam o dever de segurança ocupacional cumprido” (Costa, 2019, p. 2).

(48 anos), que trabalhou como servente durante os sete anos de funcionamento da empresa.

Além do mau odor e do desconforto causado aos moradores do entorno do empreendimento, a inexistência de barreiras físicas que restringissem, efetivamente, o acesso à bacia de óleo abastecida com os rejeitos do refino era fator de grande insegurança e preocupação da comunidade. Segundo relatos, após o abandono da empresa, alguns animais teriam caído e até mesmo morrido afogados no lago tóxico. Um dos moradores relembra o caso de uma vaca que foi resgatada graças à mobilização de algumas pessoas que ajudaram a retirá-la do lago e a lavaram para minimizar a contaminação do animal.

Atualmente, a única barreira existente entre a comunidade e a bacia de rejeitos é uma cerca de arame farpado de fácil transposição, e algumas placas que orientam a não depositar lixo no local, porém, não alertam sobre a toxicidade do material contido na bacia.

Inclusive, parte das cercas de arame farpado que garantem minimamente a segurança da comunidade foi colocada pelos próprios moradores, conforme relata Dona Sara (89 anos): “[...] quem colocou aquele arame farpado ali foi eu, meu falecido já criava gado, aí nós cercamos tudo até lá [...] Nós fizemos cerca pro gado não cair dentro [...] botamos cinco rolos de arame farpado de 500 metros por aí afora.”

A secagem das plantas e árvores frutíferas e a alteração dos ciclos produtivos foram citadas também como consequência da contaminação gerada pelos rejeitos de óleo. Moradores relatam os prejuízos sofridos devido à contaminação dos solos que inviabilizam o cultivo de frutas, legumes e hortaliças para o consumo familiar: “Secava tudo, tudo [as frutas], não tinha mais nada, laranja, secava tudo, tudo” (Dona Rita). Até mesmo a criação de animais ficou comprometida com a contaminação dos pastos e de corpos hídricos, utilizados para alimentação e dessedentação animal.

Um dos açudes próximos da bacia de rejeito, no qual as pessoas da comunidade costumavam pescar e se banhar, também foi contaminado: “Aquilo ali não deu mais nada porque o açude misturou o óleo, tá? Tinha bobo que vinha ali, pescava e ainda tomavam banho [...]”, conta Pedro (40 anos).

Outra grande preocupação da comunidade à época eram os incêndios e as explosões: “Quando pegava fogo naquilo [...] as chamas iam a uns dez metros de altura [...] era língua de fogo que vou te dizer uma coisa [...] quando pegava fogo,

a pessoa não dormia mais de noite se lembrando [...] coisa malfeita é coisa malfeita né?” (Sara). A preocupação era tamanha que mesmo a notícia da falência da empresa que gerou vários prejuízos, principalmente, para os trabalhadores que ficaram sem a garantia dos direitos trabalhistas, foi comemorada por outros moradores: “A gente ficou feliz porque, por aí, acabou os estrondos, né?”, que segundo a interlocutora eram frequentes: “Volta e meia subia peça” (Dona Rita).

A narrativa de Dona Rita sobre explosões, os perigos e as consequências decorrentes desses graves episódios, foi reiterada em diversas outras falas, sendo uma das mais marcantes a de Olga, viúva de um rapaz funcionário da empresa, falecido após uma das explosões ocorridas:

O que a gente soube é que trancou alguma coisa lá e que o mandante deles mandaram os três forçar pra destrancar, que era o [meu marido], o Leomar e o outro moço, aí os três foram tentar destrancar, não sei se equipamento velho, não sei por que motivo, e que no forçar pra destrancar eles foram, estourou em cima dos três e foi assim uma morte muito triste, ele sofreu durante nove dias, foi levado para o hospital de Joinville, ali em Tubarão mesmo no corredor da emergência ficaram pedaços de pele deles, porque foi óleo quente, então imagina, a gente quando queima um dedo a gente sofre, cria bolha e tudo, aí imagina os três coitados?

Olga, à época com 18 anos, diz que a tragédia continuou após a explosão, quando o marido e os dois outros colegas de trabalho foram removidos para o Hospital de Joinville, que dispõe de uma Unidade para Tratamento de Queimados (UTQ). A partir daí, segundo ela, “foi mais uma luta extensa”, considerando que a empresa “não contribuía com as pomadas que eram para o tratamento deles, que eram pra aliviar a dor”, com isso, “tinham que estar correndo de hospital em hospital em Santa Catarina em busca de pomadas”.

Olga rememora que foram nove dias de sofrimento desencadeados pelo acompanhamento da evolução do quadro clínico do marido e pela distância da filha pequena e demais familiares.

Eu morei praticamente os nove dias dentro do hospital, larguei a minha filha pequena com três aninhos em casa com a família. [...] depois quando eles começaram a dar uma melhoradinha, como o [meu marido] que apresentou aquela melhora, que a gente falou que foi a melhora da morte, e a gente conseguia andar

com ele pelo corredor, ele todo enfaixado, todo... meu Deus era uma cena horrível assim e foi onde não aguentou, [...] ele atingiu 70% de queimadura do corpo, então as costas dele todinha, cozinhou os órgãos dele por dentro, foi onde ele aguentou apenas nove dias, e o primeiro, que era de São Martinho, faleceu primeiro [...]; o Leomar, que eu acredito que até hoje é obrigado a usar uma roupa de borracha, ele não pode pegar sol [...] foi o único sobrevivente.

Além da negligência revelada, segundo Olga, no “descaso de um profissional de maior importância do que os funcionários, de mandar eles destrancarem um negócio tão perigoso que foi o ponto que levou à explosão”, ela cita o descaso da empresa no período em que os funcionários estiveram internados: “A gente, família, que tinha que estar pedindo ajuda ligando lá de Joinville pra cá, a gente sem assistência nenhuma [...]”.

A fala de Olga é concluída com o relato da forma, após o falecimento do marido, com que seu sogro foi tratado quando esteve na empresa a fim de “cobrar os interesses dele da morte” e foi acusado de estar querendo “ficar rico nas costas de um morto”.

Considerada a mais grave dentre as frequentes explosões ocorridas na empresa, pelo fato de ter vitimado três funcionários, essa explosão está registrada na memória de muitos dos moradores da comunidade, principalmente daqueles que presenciaram a cena: “Eu me lembro... até um deles chegou na porta para pedir socorro assim, o rosto dele tu não via mais nada atrás, derreteu tudo, aquela cena ali, eu nunca vou esquecer...” (Joana).

É importante registrar que, mediante todos esses acontecimentos, a comunidade, por várias vezes, se mobilizou, organizando reuniões para discussão dos problemas e realizando encaminhamentos para suas resoluções. Abaixo segue o trecho de uma entrevista que explica como ocorriam e em que resultavam as ações empreendidas. Questionados se, frente aos problemas causados pela Sulquímica, a comunidade realizava algum movimento, os interlocutores respondem:

Vitorino: [risos] Toda semana!

Dona Rita: Teve várias assinaturas [...] o meu marido quantas assinaturas teve? [...] os velhos que já morreram tudo tavam com o dedinho lá.

[Questionou-se: e para onde foi esse abaixo-assinado?]

Dona Rita: E quem sabe?

Vitorino: Tendo em vista que o “fulano” sempre tava no meio de tudo, ia pra Prefeitura e morria.

Dona Rita: Quem que sabe pra onde foi? Quem levou?

Nesse caso é possível identificar um traço da colonialidade expresso nos racismos operacionalizados em Ilhotinha. Nesse sentido, nos referimos não somente ao racismo fundamentado na cor da pele. Agrega-se a essa faceta, talvez mais inequívoca, os racismos ambiental e institucional que permearam todo o processo, desde o licenciamento para a implantação de um empreendimento de alto potencial poluidor, sem os devidos estudos de impactos ou monitoramento e fiscalização efetivas, à morosidade e ineficiência dos processos para resolução de um problema que, apesar da gravidade e dos riscos que comporta, parece muito distante de uma solução definitiva.

É importante destacar o papel que a comunidade tem desempenhado no enfrentamento dos problemas que tendem a vulnerabilizá-la. No caso do lago de óleo, diante dos primeiros indícios dos problemas que, posteriormente, se agravariam com a efetivação do funcionamento da Sulquímica, a comunidade mobilizou-se em busca de esclarecimentos e soluções. Foram várias as iniciativas como a organização de reuniões, abaixo-assinados, articulações com a imprensa e universidades na tentativa de sensibilizar para a situação de risco e precariedade.

Autores alinhados à perspectiva decolonial, a exemplo de Escobar (2015), destacam a relevância desses movimentos que constituem alternativas ao desenvolvimento criadas e fundamentadas a partir de conhecimentos plurais até então ocultados/sufocados pela colonialidade. Já Bonilla (2020, p. 2, tradução nossa) discute esses movimentos a partir de uma outra perspectiva, a da emergência, não resumida à gravidade ou periculosidade de uma determinada situação, mas associada a “um estado elevado da consciência, uma onda de adrenalina, uma necessidade percebida de agir rápido, consertar, salvar, reparar, restaurar”.¹⁴ Nesse sentido, a emergência constitui, mais que uma situação, um mecanismo acelerado de mudança e reconstrução. No entanto, é imprescindível destacar que

14 No original: “A heightened state of awareness, a surge of adrenaline, a perceived need to move fast, to act quick, to fix, to save, to repair, to restore.”

essa reconstrução não prevê reparos ou manutenções com o intuito de reconstituir o modelo anterior ao desastre, mas vislumbra a construção de algo novo, quebrando, assim, a cadeia de violências que compõem a colonialidade.

Continuando a discussão acerca do lago de óleo, a gravidade da situação levou, inclusive, a abertura de ação civil pública (Brasil, 2014), movida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, tendo como réu, além da empresa, o Estado de Santa Catarina, responsável pelo licenciamento ambiental e fiscalização das atividades.

De acordo com o Ministério Público, após a declaração de falência da Sulquímica, “não foi tomada nenhuma providência com relação às valas e aos reservatórios de óleo”, tampouco, implementadas “medidas concretas por parte do ente estatal, interdições, notificações e ações judiciais”, agravando ainda mais os danos ambientais decorrentes da presença e do extravasamento dos resíduos industriais, classificados como “perigosos”. Em nota técnica elaborada pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade (2022) da UFSC, a pedido de representante da própria comunidade, após análise dos afluentes coletados na bacia de óleo, ficou constatada a contaminação do lençol freático por compostos diversos, dentre os quais benzeno, alumínio, cádmio e mercúrio, em “concentrações superiores aos respectivos valores máximos permitidos e seguros para a saúde humana”.

O estudo alerta ainda para os riscos decorrentes da exposição aos hidrocarbonetos derivados do petróleo, como “depressão do sistema nervoso central, acidose metabólica e arritmia”, dentre uma “ampla gama de patologias” outras.

Além do ressarcimento por dano ambiental por parte da Sulquímica, está também prevista, na ACP anteriormente citada, a “remoção, por completo, do resíduo oleoso e solo contaminado” e “a implantação de um Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), no prazo de 02 (dois) anos [...]”, sob pena de multas diárias que variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 400.000,00.

Na sentença, assinada em maio de 2022 pelo Juiz Antonio Marcos Decker, é reconhecida a responsabilidade direta da empresa pelos danos decorrentes da atividade desenvolvida e agravados pela “conduta de ter deixado sem manutenção e sem os cuidados necessários” os locais “onde foram dispostos resíduos industriais perigosos”. Acrescenta também que “é incontestado que, ciente de toda a situação, o Estado de Santa Catarina foi omissor na defesa e preservação do meio ambiente e na prevenção dos danos ambientais”, pois, “em que pese tivesse/tenha o dever de fiscalizar e promover a recomposição do meio ambiente

lesado [...] quedou-se inerte à tomada de ações incisivas à resolução da questão". De acordo com relatos de moradores locais, o lago de óleo é um problema crônico que se desdobra há décadas e ganha notoriedade de tempos em tempos, coincidindo principalmente com os "anos de pleito eleitoral", em que "aparece um salvador da pátria para dar um jeito, aí passou as eleições e já era, fica tudo no mesmo".

Em paralelo aos encaminhamentos jurídicos, a situação era, de tempos em tempos, trazida à tona pelos jornais locais, como o *Expresso da História*, datado de junho de 2008. Sob a manchete "Abra teus olhos pra isso... Poço de óleo a céu aberto", a reportagem se refere ao lago como um "segredo" que teria permanecido guardado por tanto tempo que a reparação da área tornara-se "praticamente impossível" (Abra [...], 2008).

É interessante observar que a notícia expressa uma crítica voltada tanto à empresa Sulquímica, adjetivada, ironicamente, de "esmerada" por ter decretado falência sem ao menos comunicar a existência do lago que, posteriormente, seria responsável pela contaminação do solo e do lençol freático, quanto à "comunidade de modo geral", cuja sensibilização precisa, segundo o periódico, ser acionada a fim denunciar os problemas antes de seu agravamento.

Quanto à responsabilidade dos atores políticos e dos órgãos fiscalizadores acerca do problema, paira um tom de condescendência dos redatores da notícia. Ao afirmar: "Agora as autoridades despertaram para o assunto e com o apoio do vereador de Capivari Elton Aguiar Ramos (PDT), a promotoria pública da cidade busca uma solução", o jornal sugere que a solução só não foi possibilitada devido à negligência da empresa e falta de comprometimento da comunidade, que manteve "em segredo" o desastre deflagrado.

Considerações finais

Em Capivari de Baixo, assim como em diversas localidades do Brasil, vê-se proliferar projetos cuja viabilização é pautada, prioritariamente, nas potencialidades econômicas e humanas como fatores fundamentais e indispensáveis no que Nixon (2013, p. 8, tradução nossa) chama de "a era do turbocapitalismo", em que o desafio mais premente torna-se "como ajustar nossa atenção em rápida erosão à lenta erosão da justiça ambiental". Com base nessa premissa, espaços de

vida, como o território da Comunidade Quilombola Ilhotinha, constituem-se em zonas de sacrifício dada sua suposta “vocação”, ou seja, sua disposição “natural e espontânea”, no intuito de impulsionar o desenvolvimento multiescalar e contemplar os interesses do sistema hegem  nico.

Nesse processo, o que antes era espaço de vida em constante ressignificação, transfigura-se em espaço de morte e sofrimentos, onde os racismos são operacionalizados e os desastres, como o lago de óleo, são licenciados e respaldados pelo Estado, por meio de ações, ina   es ou negligências, revelando os mecanismos de poder e controle da colonialidade.

Este estudo, desenvolvido com a Comunidade Quilombola Ilhotinha, se propôs a discutir e analisar o lago de óleo, um desastre produzido na localidade, a partir das lentes da colonialidade do desastre. Essa perspectiva, que tem sido amplamente acessada para discutir desastres na América Latina, em regiões marcadas pela digital do colonialismo, agrega elementos que transpõem a percepção dos desastres como eventos localizados, espetaculares, resultantes de inevitabilidades naturais, deslocando e atribuindo esse significado às forças que fomentam, desencadeiam e intensificam a vulnerabilidade e o sofrimento de populações subalternizadas, dentre as quais as comunidades quilombolas.

O lago de óleo, uma bacia de rejeitos onde repousam, há mais de 30 anos, toneladas de resíduos derivados de petróleo de alta toxidade,    resultante das atividades da empresa Sulquímica Ltda., que desenvolveu suas atividades de 1988 a 1995, quando decreta falência. É importante lembrar que o lago de óleo constitui a culminância de um processo violento desde o início de sua vigência, ao lembrarmos das explosões e acidentes relatados por interlocutores.

Dados que consubstanciam ações jurídicas e laudos técnicos corroboram os relatos de preocupação dos interlocutores. Além do odor fétido que comprometia o cotidiano e as noites de sono, principalmente, dos moradores mais próximos do lago, a bacia de rejeitos promoveu a contaminação do solo, da água e do ar, pela evaporação, infiltração e extravasamento dos rejeitos líquidos, afetando o bem-estar e colocando em risco a saúde da comunidade. Além disso, o comprometimento do lençol freático, comprovado por meio dos laudos, resulta em impacto nas práticas de subsistência e vida da comunidade, a exemplo dos cultivos, da criação de gado, da confecção de artes e utensílios e dos momentos de lazer e convivência.

Este estudo se propôs a compreender se o lago de óleo, resultante da implantação de uma empresa de refino de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, revela mecanismos de poder e controle operacionalizados por meio da colonialidade. Nesse sentido, alguns aspectos tornaram evidentes os mecanismos de ação e perpetuação do colonialismo, por meio da colonialidade, na Comunidade Quilombola Ilhotinha, dentre os quais a produção de vulnerabilidades considerando não somente a exposição à substâncias tóxicas e contaminantes, mas também decorrentes da necessidade de abandono de práticas cotidianas e de convívio que estão diretamente ligadas às memórias e tradições da comunidade. Além disso, a colonialidade se revela na opressão estrutural (Rivera, 2020) caracterizada pelo abandono, negligência e inação institucional a que a comunidade é sujeitada ao ter seu direito e garantia de vida ignorados mesmo quando constatados os potenciais riscos representados pela presença da bacia de rejeitos em seu território. Por fim, agrega-se um elemento basilar da colonialidade: o racismo, revelado nas tentativas de invisibilização, silenciamento e deslegitimação da comunidade frente às suas reivindicações.

Porém, é também nesse espaço, onde o desastre se desdobra e as aflições sociais (Nixon, 2013) são produzidas, que emergem importantes movimentos de insurgência pensados e organizados dentro da comunidade. A deflagração de um estado de emergência (Bonilla, 2020, p. 2) impulsiona, mobiliza e concentra os pensares e os esforços, não na simples restauração ou solução dos elementos impactados, mas no sentido de promover a reinvenção de si e de suas histórias (Nascimento, 1985); estabelecer uma nova ordem, fundamentada em diretrizes outras visando o direito à coexistência, à equidade e à representatividade nos projetos e processos decisórios que implicam a manutenção e produção da vida em seus territórios. Destaca-se, nesse sentido, o movimento em prol da titulação do território quilombola, considerado, de acordo com o Decreto nº 4.887 (Brasil, 2003), elemento fundamental para “garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Cabe aqui destacar a importância do processo de titulação empreendido pela Comunidade Quilombola Ilhotinha, que, embora não tenha iniciado em decorrência do desastre tratado neste trabalho, é percebido pela comunidade como um importante elemento no impulsionamento da tomada de decisões e resolução de problemas como o lago de óleo.

Por fim, cabe acrescentar que esses movimentos internos fomentados pela comunidade são adensados a partir da articulação com outros grupos e agentes

sociais alinhados à perspectiva decolonial, dentre os quais os escritores-ativistas, caracterizados por Nixon (2013, p. 6, tradução nossa) como “escritores enfiados por injustiças que desejam ver reparadas, injustiças que acreditam poder ajudar a expor, silêncios que podem ajudar a dismantelar por meio de protestos testemunhais, inventividade retórica e contra-histórias [...]”.¹⁵

Referências

ABRA teus olhos pra isso... Poço de óleo a céu aberto. *Expresso da História*, Capivari de Baixo, p. 8, jun. 2008.

AMARO, A. G. *Dar de graça o que de graça se recebe: rituais de benzedura a partir da cosmopolição de um benzedor de Pelotas (RS)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185-227.

BATTEAU, A. *A century of industrial disaster*. Paper apresentado no Simpósio Culture, Communication and the Making of Industrial Society, realizado durante o Congresso Internacional Metropolitan Ethnic Culture: Maintenance and Interaction. Beijing, 2000.

BOLETIM Informativo da V Produsul. *O Estado*, Tubarão, p. 2, set. 1993.

BONILLA, Y. The coloniality of disaster: race, empire, and the temporal logics of emergency in Puerto Rico, USA. *Political Geography*, [s. l.], v. 78, 102181, Apr. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 14 out. 2024.

15 No original: “The writers I consider are enraged by injustices they wish to see redressed, injustices they believe they can help expose, silences they can help dismantle through testimonial protest, rhetorical inventiveness, and counterhistories [...]”

BRASIL. Ministério Público Federal do Estado de Santa Catarina. *Ação Civil Pública nº 0900027-23.2014.8.24.0163/2006-12*. Tubarão: MPF, 2014.

CAPIVARI DE BAIXO. Características gerais. *Capivari de Baixo*, Capivari de Baixo, [2022a]. Disponível em: <https://capivaridebaixo.sc.gov.br/pagina-2362/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CAPIVARI DE BAIXO. Histórico. *Capivari de Baixo*, Capivari de Baixo, [2022b]. Disponível em: <https://capivaridebaixo.sc.gov.br/pagina-799/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

CAPIVARI de Baixo: Defesa Civil e bombeiros realizam vistoria preventiva em bacia de óleo. *Notisul*, [s. l.], 8 abr. 2022. Disponível em: <https://notisul.com.br/capivari-de-baixo-defesa-civil-e-bombeiros-realizam-vistoria-preventiva-em-bacia-de-oleo/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

COSTA, D. Uso do leite como desintoxicante em pintores: qual a evidência? *Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional*, [s. l.], v. 7, p. 1-19, 2019.

A EMPRESA. *Companhia Siderúrgica Nacional*, [s. l.], [2022]. Disponível em: <https://www.csn.com.br/quem-somos/grupo-csn/o-grupo/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 35, p. 89-100, 2015.

GARCÍA-LÓPEZ, G. Reflections on disaster colonialism: response to Yarimar Bonilla’s ‘The wait of disaster’. *Political Geography*, v. 78, p. 1-4, abr. 2020.

GARCÍA-LÓPEZ, G. Hacia la descolonización de los desastres. *Alice News*, [s. l.], 2 Jan. 2021. Disponível em: <https://alicenews.ces.uc.pt/?lang=1&id=32184>. Acesso em: 14 out. 2024.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HERANÇA maldita segue sem solução. [S. l.]: Diário do Sul, 27 jun. 2014. 1 vídeo (29s). Publicado no canal Diário do Sul. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pj4V300sWz0>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ICASURIAGA, G. M. L.; BERNARDO, A. N. Desenvolvimento e desastres: uma das faces da colonialidade. *O Social em Questão*, [s. l.], n. 48, p. 165-184, 2020.

LAVADOR de Capivari: impulso rumo ao desenvolvimento. *O Estado*, Tubarão, p. 27, maio 1986.

LIMA, E. F.; MORAES, O. R. de. Racismo ambiental, colonialismos e necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil. In: LIMA, E. F. et al. (org.). *Ensaaios sobre racismos: pensamentos de fronteira*. São José do Rio Preto: Balão Editorial, 2019. p. 33-49.

LISBOA, M. Em nome do desenvolvimento. In: ZHOURI, A.; VALÊNCIO, N. (org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 51-78.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface*, [s. l.], v. 16, n. 40, 2012.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaaios*, [s. l.], n. 32, p. 122-151, 2016.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

NASCIMENTO, A. O quilombismo: uma alternativa política afro-brasileira. *Afrodíaspóras*, [s. l.], n. 6-7, p. 19-40, 1985.

NIXON, R. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

NOVA indústria em Capivari. *Expresso do Sul*, Tubarão, p. 5, 3 jul. 1988.

OLIVER-SMITH, A. "What is a disaster": anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. *The angry Earth*. Abingdon: Routledge, 1999. p. 18-34.

PACHECO, T. Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: JUSTIÇA pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p. 11-23.

POVO disse sim a Capivari. *Jornal da Cidade*, Tubarão, p. 1, mar. 1992.

PROJETO ECOANDO SUSTENTABILIDADE. *Nota técnica nº 13*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 28 jul. 2022.

QUICO Comércio de Ferro Velho. *O Estado*, Tubarão, p. 10, 1998.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTERO, P. Los estudios antropológicos del desarrollo. *Temas Antropológicos*, Mérida, v. 34, n. 2, p. 131-154, 2012.

REINERT, H. Notas de uma zona de sacrifício projetada. *ACME: an international journal for critical geographies*, [s. l.], p. 597-617, 2018.

RIVERA, D. Z. Disaster colonialism: a commentary on disasters beyond singular events to structural violence. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s. l.], v. 46, p. 126-135, 2020.

SACHS, W. The development dictionary revisited. In: KOTHARI A. et al. *Pluriverse: a post-development dictionary*. India: Tulika Books, 2019. p. xi-xvi.

SANTA CATARINA. Lei nº 8.556, de 30 de março de 1992. Cria o Município de Capivari de Baixo. Florianópolis: Governo do Estado, 1992. Disponível em: https://leis.alesc.sc.gov.br/html/1992/8556_1992_Lei.html. Acesso em: 14 out. 2024.

SILVA, F. J. R. da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 170-181, 2016.

SILVA, L. O. da. Os quintais e a morada brasileira. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, 2004.

SILVA, T. C. Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. In: REUNIÃO DE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. *Anais [...]*. Belém: ABA, 2010. p. 1-4.

SOUZA, M. L. de. 'Sacrifice zone': the environment-territory-place of disposable lives. *Community Development Journal*, [s. l.], v. 56, n. 2, p. 220-243, 2020.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. *Revista (entre palabras)*, [s. l.], v. 3, p. 1-29, 2009.

ZHOURI, A. et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

Recebido: 31/10/2023 Aceito: 22/04/2024 | Received: 10/31/2023 Accepted: 4/22/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

(Re)existência quilombola diante de políticas de desenvolvimento: as lutas na comunidade Anastácia, em Viamão (RS)

Quilombola (re)existence in the face of development policies: the struggles in the Anastácia community, in Viamão (RS)

Eleandra Raquel da Silva Koch^I

<https://orcid.org/0000-0002-6882-5987>
eleandrraquel@gmail.com

Lorena Cândido Fleury^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-9659-8630>
lorenafleury@gmail.com

Marília Luz David^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-8264-2813>
marilia.david@ufrgs.br

^I Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Pesquisadora associada ao Grupo TEMAS

^{II} Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este artigo analisa as lutas por (re)existência da comunidade quilombola da Anastácia, localizada às margens do rio Gravataí (Rio Grande do Sul), diante de políticas de desenvolvimento que visam a apropriação do lugar em benefício da rizicultura. A análise articula abordagens dos estudos sociais das ciências e tecnologias e estudos de desenvolvimento. Embasando-se em trabalho etnográfico realizado entre 2018 e 2022, o artigo argumenta que a compreensão de lutas quilombolas como parte de conflitos ontológicos constitutivos do Antropoceno permite ampliar o entendimento das disputas por sobrevivência, que incluem acordos pragmáticos, alianças híbridas, reivindicação de direitos territoriais e de territórios ancestrais. Conclui-se que investigações sobre modos de (re)existência quilombola ajudam a compreender não só como as lutas contra o racismo e colonialidade são atualizadas, mas também pistas relevantes sobre como poderemos existir no Antropoceno.

Palavras-chave: quilombolas; disputas ontológicas; cosmopolíticas; rio Gravataí.

Abstract

This article analyzes the struggles for (re)existence of the Quilombola community of Anastácia, located on the banks of the Gravataí River in Rio Grande do Sul, Brazil, in the face of development policies aimed at appropriating the land for rice cultivation. The analysis combines approaches from Social Studies of Science and Technology and Development Studies. Drawing on ethnographic work conducted between 2018 and 2022, the analysis argues that understanding Quilombola struggles as part of ontological conflicts inherent to the Anthropocene expands our understanding of disputes for survival, which include pragmatic agreements, hybrid alliances, claims for territorial rights, and ancestral territories. It is concluded that investigations into Quilombola modes of (re)existence help us understand not only how struggles against racism and colonialism are played out but also provide relevant insights into how we can exist in the Anthropocene.

Keywords: Quilombolas; ontological disputes; cosmopolitics; Gravataí River.

Introdução¹

Este artigo versa sobre as disputas da comunidade quilombola da Anastácia para continuar existindo às margens do rio Gravataí, no território quilombola² inserido na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APBG), no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul. Anastácia de Souza dos Reis (1896-1983) nomeia o quilombo. Em 1919 ela herdou as terras de seus pais Hortência e Patrício, que também nasceram no quilombo antes da abolição da escravidão negra, bem como seus ancestrais. Embora inúmeras gerações tenham resistido à escravização e ao racismo naquele lugar, em meados da década de 1950, as terras quilombolas se tornaram alvo das políticas de apropriação fundiária para o desenvolvimento da rizicultura, que passaram a estender as suas fronteiras em direção ao rio Gravataí e às várzeas do banhado.

Para tanto, foram desenvolvidos inúmeros processos sociotécnicos³ que materializaram o entubamento do rio Gravataí. Em 1950, no período da expansão da rizicultura no Rio Grande do Sul, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) construiu um canal artificial para represamento e vazão das águas do rio Gravataí destinado à irrigação das lavouras de arroz em expansão (Fepam, 2020). A intervenção realizada afetou toda a extensão do rio que margeia o quilombo. A área drenada era justamente onde se localizava uma planície de inundação que a comunidade quilombola e vizinhos chamavam de lagoa da Anastácia.

O rio Gravataí tem sua nascente no Banhado Grande e se caracteriza por ser um rio de planície, ou seja, “não se trata de um rio encaixado com um leito definido, mas de um rio que chamamos de anastomosado composto por várias redes de meandros. Ainda chamamos de lagoa da Anastácia os meandros ativos encontrados na margem direita do rio, em Gravataí” (entrevista com bióloga da Sema/RS,

1 Lorena Cândido Fleury é bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

2 O conceito de quilombos acionado nesta pesquisa refere-se a grupos étnico-raciais negros, segundo critérios de autoatribuição, com uma origem comum presumida na resistência à escravidão de seus ancestrais e nas relações territoriais específicas, que se constituem nas fronteiras de suas relações étnico-raciais com o entorno (Almeida, 2002; Barth, 1998; O'Dwyer, 2002).

3 Em uma perspectiva embasada nos estudos sociais das ciências e tecnologias, políticas e técnicas são compreendidas como partes inerentes dos mesmos processos, visando-se enfatizar que não há uma separação ou dicotomia entre os termos.

concedida em 27 de maio de 2021, grifo nosso). Quando questionamos essa servidora estadual se a lagoa da Anastácia cumpria papel ecológico, ela nos deu a seguinte explicação: “Por ser um rio de planície, em períodos de cheias, o rio abrange uma grande área de inundação. Em se tratando da [lagoa da] Anastácia, o rio Gravataí não precisava nem receber grandes quantidades de chuvas para que seu leito se expandisse para essas áreas. Essas áreas faziam parte do leito do rio Gravataí.”

Com o rompimento do canal do DNOS, em 1962, porções de terras quilombolas se tornaram permanentemente alagadas, houve uma mortandade de peixes e o rio Gravataí passou a sofrer com secas e cheias. A partir dessas intervenções ocorreram inúmeras modificações na paisagem,⁴ especialmente no rio. Martinelli (2017) traça uma espécie de caricatura do rio Gravataí nos seguintes termos: “[...] jaz um esqueleto que joga na nossa cara a morte – nem tão lenta – do rio”. As informações da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) sobre a situação do Banhado Grande corroboram tal caracterização. De acordo com os dados da fundação, a área de extensão desse banhado originalmente era de 450 km² e hoje está reduzida para apenas 50 km² em função do uso da água para irrigação das culturas de arroz (Fepam, 2020).

Com a expansão da rizicultura no estado do Rio Grande do Sul (Irga, [2020]), as terras onde se localizam o quilombo passaram a ser objeto da especulação fundiária, pois dominar essas áreas de banhado, devido ao acesso à margem do rio e às várzeas, passou a ser o objetivo dos arrozeiros da região, ou daqueles que passaram a ter o domínio de terras e lavouras no entorno do rio Gravataí. Tais modificações da paisagem afetaram substancialmente as “condições de existência” (Latour, 2016) da população negra quilombola e de inúmeras vidas outras-que-humanas⁵ no quilombo. Em tal contexto, advieram inúmeras dificuldades de as quilombolas⁶ se manterem no local, mediante a falta de emprego e da ampliação dos encharcamentos pela formação de represas para estocagem

4 O conceito de paisagem é acionado aqui no sentido tal qual é proposto por Anna Tsing (2019): é o resultado de encontros e interdependências entre humanos e não humanos no(s) lugar(es). Assim, tal conceito mobiliza formas de pensar o “social” que incluem a trajetória de relações multiespécies.

5 Não humanos relativos a outras espécies que existem e convivem na paisagem, bem como artefatos que produzem efeitos nas redes sociotécnicas em que estão associados.

6 A escolha do uso do feminino como genérico explica-se pelo fato de que as principais protagonistas da luta quilombola da Anastácia são as mulheres.

de água para o cultivo do arroz (Incra, 2014; Silva, 2006). Evidencia-se que, para os objetivos de projetos de expansão da fronteira agrícola em direção ao rio e às várzeas, é favorável que não haja nenhum domínio territorial coletivo⁷ e que a comunidade quilombola deixe de existir naquele lugar.

Nesse ponto, os modos de vida e relações sociais estabelecidas naquele território e a partir dele passaram a ter suas existências ameaçadas no quilombo. Quilombo enquanto um lugar que encarna as trajetórias de resistência ao racismo ao longo do tempo e que materializa relações territoriais específicas (Almeida, 2002) de inúmeras gerações. Nesse território-paisagem estão marcados sinais diacríticos que resistem, mesmo que em ruínas. Nesse sentido, a existência do território se mantém como condição de possibilidade para que trocas, compartilhamentos e projetos de futuro sejam possíveis. Bem como para que as práticas passadas de geração em geração sejam atualizadas no tempo presente.

Os modos de existência dos projetos de rizicultura que são exercidos no entorno do quilombo da Anastácia preconizam a monocultura, o esgotamento e uso privado das águas abundantes em benefício da viabilização da irrigação da produção agrícola. Para tanto, o rio Gravataí é modificado e destruído pelas políticas incidentes; dessa forma, esse “corpo d’água” tem sido ao longo do tempo o principal aliado e testemunha das lutas quilombolas naquele território, e vice-versa. Portanto, este artigo visa argumentar que a luta dessa comunidade quilombola em defesa de direitos territoriais e ambientais está imbricada a lutas pelo direito de existir, ou seja, disputas ontológicas.

Ao abordar o fenômeno da “corrida mundial por terras”, ou *land grabbing*,⁸ autores como, Borras Jr. e Franco (2011) apontam uma inter-relação entre os processos de apropriações forçadas de terras na América Latina e os investimentos políticos e econômicos dos estados nacionais, das empresas nacionais e multinacionais. No caso desta investigação, isso fica evidenciado, pois o Estado brasileiro promoveu políticas e técnicas para viabilizar a expansão da rizicultura, como foi o exemplo do Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas Nacional) criado pelo governo federal em 1981 (Brasil, 1981).

7 Os territórios quilombolas a serem titulados pelo Estado são coletivos, inalienáveis, indivisíveis e definitivos.

8 Este artigo não focaliza a temática do *land grabbing*, pois as disputas territoriais aqui são tomadas do ponto de vista das imbricações ontológicas desse conflito.

No entanto, tais políticas financiadas pelo Estado e proclamadas universais favoreceram o capital e desconsideraram os modos de vida das populações que viviam nesses lugares. No caso da comunidade quilombola da Anastácia, foram ignoradas as práticas de produção exercidas pela população quilombola. Não foram ofertados quaisquer incentivos para que essa população ampliasse a produção de arroz orgânico que já era exercida no local.⁹ Pelo contrário, com a mecanização das lavouras inúmeros empregos foram perdidos (Silva, 2006), para além das consequências das intervenções sociotécnicas no rio Gravataí e na paisagem, realizadas em benefício dos plantios e irrigação.

Autores como Arturo Escobar (2007) e Guilherme Radomsky (2011) consideram o escrutínio da modernidade/colonialidade como imprescindível à consideração das abordagens críticas ao discurso do desenvolvimento, pois os antropólogos consideram que ambas são construções sociais de dominação que estão imbricadas desde a gênese. Nesse contexto, modos de vida que acontecem na fronteira da expansão neoliberal que reproduz um habitar colonial, como é o caso dos processos de resistência exercidos pela comunidade quilombola da Anastácia, evidenciam que a modernidade e o desenvolvimento são incapazes de traduzir a pluralidade das formas de organização, ações políticas e alianças entre humanos e não humanos exercidas por essas populações, em defesa de seus mundos.

Como assevera Blaser (2013, p. 571, tradução nossa), “as chamadas sociedades tradicionais nunca foram imutáveis, isoladas, atrasadas e sem história, pois nunca foram da forma tradicional como a imaginação moderna vê”. Portanto, urge o reconhecimento de que múltiplas ontologias povoam o mundo, pois – diferentemente do que a modernidade e seus aparatos (tais como a ciência) segue tentando nos convencer – “as diferenças culturais não são folclóricas e superficiais” (Blaser, 2013, p. 578, tradução nossa). No caso das práticas de resistência exercidas pelas quilombolas da Anastácia, desde as ancestrais, evidenciam-se modos de resgate e proteção de mundos que insistem em encontrar lugares de existência (resistência e coexistência) nas fissuras da modernidade. Portanto, evidenciam-se enquanto alternativas, em meio às ruínas que caracterizam o

9 Durante o trabalho de campo, ouvimos relatos sobre manejos de arroz que eram realizados pelos mais antigos, bem como vimos fotos deles no trator que era utilizado na lavoura quilombola e documentos referentes a pagamentos de impostos das terras.

Antropoceno¹⁰ e sua diversidade contaminada¹¹ (Tsing, 2019). Em sentido semelhante, Haraway (2023, p. 13) sustenta que “ficar com o problema” não significa projetar um futuro presumível ou apocalíptico, ao contrário, “requer aprender a estar no presente como bichos mortais entrelaçados em uma miríade de configurações inacabadas de lugares, tempos, matérias, significados”. Nesse contexto, a trajetória da comunidade quilombola da Anastácia é emblemática de formas de teimar em continuar existindo, mesmo diante de tantas adversidades em decorrência das perturbações das políticas de desenvolvimento.

Importantes estudos no campo das ciências sociais abordam aspectos como etnicidade, políticas de reconhecimento, territorialidade e direitos políticos quilombolas (Almeida, 2002; Jardim; López, 2013; O’Dwyer, 2002). Valendo-nos dessas contribuições, exploramos, no entanto, a noção de disputas ontológicas como uma chave analítica pertinente para entender a luta pela sobrevivência da comunidade quilombola da Anastácia. Assim, partimos da premissa de que o que está em disputa é algo para além dos direitos territoriais, de modo que o conflito se dá em torno do que está autorizado a existir naquele lugar. Nesse sentido, acreditamos na especificidade deste trabalho realizado na medida em que as cosmopolíticas exercidas pela comunidade quilombola da Anastácia explicitam que as disputas e desacordos territoriais são imbricados em disputas ontológicas, mediante condições de existência extremamente desiguais e assimétricas, como veremos neste artigo.

Em termos gerais, o objetivo deste artigo é analisar as práticas cosmopolíticas¹² (Stengers, 2018) quilombolas que são exercidas em defesa de seus direitos,

10 O conceito de Antropoceno foi criado para designar uma nova época geológica, a presente, colocando fim ao Holoceno, iniciado há 11.500 anos. Ainda que surgido no escopo de um debate geológico, a discussão sobre o tema (e o termo) transbordou em muito as fronteiras disciplinares: segundo Bruno Latour (2019), o Antropoceno é o conceito filosófico, religioso, antropológico e político mais decisivo já produzido como uma alternativa ao ideal de modernidade. De fato, como afirmado em Fleury (2022), falar em termos de Antropoceno não é falar apenas de geologia. Trata-se também de modelos de desenvolvimento, de tal forma imbricados, que se torna incontornável a constatação de que o presente ordenamento político e social, além de produzir injustiças e desigualdades sociais, tem conduzido a consequências tão desastrosas para a vida na Terra como uma provável extinção em massa (Fleury, 2022).

11 Tsing (2019) define o termo “diversidade contaminada” enquanto os modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram nos últimos milhares de anos de difusão da perturbação humana.

12 No sentido do conjunto das relações entre o cosmos e a política, que não se separam nas batalhas em defesa de seus territórios que são travadas.

nas inúmeras redes sociotécnicas¹³ em que essas disputas são exercidas. Sem, contudo, deixar de mirar nas relações, trocas e diferenças que são exercidas entre a comunidade quilombola, suas redes de afinidade e entorno.

Caminhos metodológicos percorridos

Do ponto de vista metodológico, este estudo se realizou a partir da inserção etnográfica da primeira autora, que desde 2012 exerce o cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário – Habilitação Antropologia, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹⁴ e que realizou a sua pesquisa de doutorado com a comunidade quilombola da Anastácia no período de 2018 a 2022.¹⁵

Procurou-se etnografar como as quilombolas fazem frente aos projetos de expansão do uso intensivo agrícola em direção ao rio Gravataí e ao banhado onde se situa o quilombo. A escolha pelo quilombo da Anastácia se deu devido ao interesse analítico pelos conflitos ontológicos ali envolvidos, na medida em que eles são exemplares de disputas mais amplas do que as questões fundiárias, evidenciados nas urgências e constrangimentos que a comunidade quilombola sofre para que desista de viver naquele lugar que passou a ser considerado como “funcional” à expansão da rizicultura.

Buscou-se também seguir as ações das quilombolas nas redes sociotécnicas afetas aos direitos territoriais quilombolas – nas quais as quilombolas estão presentes e em luta.¹⁶ Além disso, em que pese que no meio do doutorado tenha tido a pandemia do novo coronavírus, o trabalho de campo foi realizado a partir

13 Redes sociotécnicas entendidas enquanto associações entre diferentes atores, actantes e artefatos que se agenciam e produzem efeitos nas redes em que estão vinculados.

14 Em que pese às implicações envolvidas na pesquisa antropológica em âmbito estatal, esse ofício possibilita à primeira autora a convivência com inúmeras lutas que envolvem a trajetória em busca de direitos territoriais e existenciais de comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul.

15 As coautoras são, respectivamente, a orientadora e coorientadora que colaboraram com a análise dos dados e elaboração do manuscrito.

16 Chegamos às redes sociotécnicas por meio das ações das quilombolas, pois elas participam e compõem redes. Isso não quer dizer que haja uma ilusão de condições de igualdade nessas relações, ao contrário, elas são permeadas pela racialização que atravessam as políticas que nelas são engendradas. Mesmo consciente disso, a comunidade quilombola da Anastácia investe nas disputas nessas redes por considerar que elas são decisivas para lutar por seus direitos.

da convivência com parte do cotidiano da comunidade, por meio de visitas, observação participante, entrevistas, construção de árvores genealógicas, seleção de fotografias e documentos dos arquivos familiares.

Essas foram algumas das brechas encontradas em busca de relações empáticas e de confiança com as interlocutoras e interlocutores, as quais não podem ser prescindidas na inserção etnográfica (Silva, 2015). A convivência mais densa da pesquisadora de doutorado foi com a dona Berenice Gomes de Deus, 64 anos, à época presidente da Associação Quilombola, e com seu núcleo familiar. Ela era a principal interlocutora da pesquisa e da comunidade. No entanto, durante reuniões, festejos e na elaboração dos gráficos genealógicos da tese foi possível maior convívio com as demais famílias quilombolas. Além de relações pessoais de empatia edificadas com as interlocutoras em campo, as quais são irrenunciáveis e imprescindíveis.

Organização do artigo

Nas seções que seguem, enfatizamos algumas práticas quilombolas, mediante disputas sobre quais modos de existir são possíveis no território cobiçado por projetos que possuem outros acervos de pressupostos sobre o que existe (Almeida, 2013, p. 17). Para tanto, trazemos alguns exemplos de situações que são emblemáticas de batalhas ontológicas que estão relacionadas diretamente aos conflitos ambientais e territoriais envolvidos e destacamos o protagonismo das mulheres quilombolas na efetivação desses processos de resistência. Após, resgatamos a trajetória dos conflitos relacionados às barragens, com base nos registros do processo administrativo de regularização quilombola da Anastácia no Incra. Antes das considerações finais, no contexto da atualização no tempo presente de políticas de racialização da destinação das terras, exemplificamos os efeitos nos projetos quilombolas do não acesso ao registro das terras coletivas ao Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar), pois a negação do acesso da comunidade ao CAR, ou a possibilidade de que esses registros sejam ludibriados por quem tem mais poder, é emblemática das estratégias de extermínio ontológico que são empregadas ao longo do tempo e no presente, para que as existências e projetos quilombolas sejam apagados.

Por fim, concluímos que, diante das transformações causadas pelas perturbações das paisagens ao longo do tempo, para a comunidade quilombola da

Anastácia, resistir e construir mundos possíveis (Haraway, 2023) passa por conviver constantemente com (e nas) ruínas (Tsing, 2019) de espécies e lugares que foram extintos ou transformados mediante a superexploração das águas pelos projetos da rizicultura. Contudo, a população quilombola segue encontrando formas de edificar mundos onde histórias (Haraway, 2023) multiespécies possam continuar existindo, sendo atualizadas e contadas.

As cosmopolíticas da comunidade quilombola da Anastácia em ação

Por falta de condições materiais, os familiares de Anastácia não conseguiram fazer o inventário de suas terras, no entanto, o legado de suas terras tem sido uma forma encontrada pelos seus descendentes para enunciar os direitos territoriais não efetivados.

Anastácia teve oito filhos e vários netos.¹⁷ Seus netos tiveram inúmeros netos e, até então, alguns bisnetos. Atualmente a comunidade quilombola é composta por aproximadamente 40 famílias; muitas delas, por necessidade de trabalho e pelas dificuldades das estradas de acesso, dividem a moradia entre o quilombo e o município de Gravataí, que fica nas proximidades, do outro lado do rio Gravataí. As famílias quilombolas que moram permanentemente no quilombo apostam na produção de pequenas hortas para a subsistência, comercialização de alguns produtos que conseguem produzir, tais como ovos e hortaliças, artesanato e o turismo étnico,¹⁸ que está diretamente vinculado às caminhadas no quilombo pelos lugares significativos, tais como as ruínas da casa da matriarca e seu antigo açude.

O território de 64,12 hectares, delimitado pelo Incra (Brasil, 2023), é cercado pelas lavouras de arroz vizinhas. No mapa do Incra, reproduzido a seguir,

17 Ver gráficos genealógicos em Koch (2022).

18 Exemplos de iniciativas de turismo étnico é a participação da comunidade quilombola da Anastácia no Projeto Rio Limpo, que faz uma travessia no rio até chegar no quilombo. Contudo, em vários momentos, devido às ações de represamento de águas pelas barragens, muitas vezes o rio seca e não há como navegar, ou o barco não consegue atracar devido aos valos feitos irregularmente no rio Gravataí.

tarjamos os nomes dos proprietários confrontantes e as coordenadas geográficas para proteção das informações pessoais.

Do ponto de vista da organização política, a saída encontrada pela comunidade da Anastácia para buscar os seus direitos foi o acesso à política pública quilombola, por meio da titulação do território quilombola pelo Estado brasileiro.¹⁹ O primeiro passo foi a abertura de processo junto ao Incra em 2005 e a Certificação do Autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2007. Após quase 20 anos da abertura do processo de regularização fundiária no Incra e do expediente administrativo ter ficado paralisado no período de 2018 a meados de 2023, em novembro de 2023 foi publicada a portaria que delimita o território quilombola da Anastácia (Brasil, 2023).

Na perspectiva de evidenciar a combinação dos aspectos cosmológicos e políticos que permeiam e organizam a ação quilombola em defesa de seus direitos, a seguir selecionamos algumas situações que foram acompanhadas em campo, nas quais tais dimensões ficaram evidenciadas.

A “lagoa” e o açude da Anastácia deixaram de existir

De acordo com esclarecimentos trazidos por um vizinho e ambientalista da Associação de Preservação da Natureza – Vale do Gravataí (APN-VG) no documentário *Olhos de Hortência* (2014), a “lagoa da Anastácia” tinha “uma função ecológica fundamental na contenção de águas montantes, garantindo um efeito esponja” no rio Gravataí. De acordo com ele, no lugar havia um “casamento do rio”, pois a água se acumulava e ia sendo liberada nos períodos mais secos. Após o entubamento dessa planície, quando da construção do canal do DNOS em 1950 e do rompimento em 1962, o rio passou a sofrer com as cheias no inverno e secas no verão. A seguir, transcrevemos dois trechos do documentário que evidenciam os efeitos dessas mudanças no rio e em várias espécies, tais como peixes. O primeiro trecho foi transcrito da fala do ambientalista acima mencionado e o segundo, da fala de dona Noerci, filha de Anastácia, sobre as modificações no rio Gravataí devido à construção e rompimento da primeira barragem.

19 A luta da comunidade quilombola da Anastácia é muito anterior ao encontro com o Estado, no que diz respeito à expectativa de que algum direito possa ser reconhecido e pleiteado.

Um vizinho antigo	Quilombola Noerci
Eles fizeram retos no rio. Aí acabou tudo. Acabaram os peixes também. Secaram tudo. O rio não tinha um canal reto e era cheio de aguapês, então pescavam peixes no verão e no inverno ali. Os peixes ficavam naqueles canais tortos e eram pescados de caniço.	E era peixe assim [mostrando com as mãos], de todo o tamanho tinha peixe e vinha muita gente pescar. E vinham com um saco, e invés de levar tudo o que queriam, escolhiam só o que era bom. [...]. E era muita coisa. <i>Agora não tem mais peixe, é só essas coisinhas miudinhas.</i>

Quadro 1. Relatos sobre modificações na paisagem do rio Gravataí. Fonte: elaboração própria com base no vídeo *Olhos de Hortência* (2014).

Anastácia era conhecida nas redondezas como uma mulher que sabia lidar com as enchentes e que era um porto seguro em situações de intempéries climáticas. Nesse documentário, um dos ambientalistas explica que quando chovia “a lagoa ficava perigosa” (Olhos [...], 2014) e conta que a quilombola ajudava a fazer a travessia nas águas. Observa-se que ela era uma pessoa muito conhecida na região, seja por suas comidas – “ela fazia pão caseiro, ela era muito boa, aí ela alcançava uma fatia de pão para a gente” (vizinho e ambientalista da APN-VG, Olhos [...], 2014) –, seja porque ela acolhia no quilombo as pessoas que não conseguiam voltar para casa nas cheias do rio. Como contou a sua filha Noerci (Olhos [...], 2014): “[...] aqui era cheio de caíque [pequena embarcação]. Diziam que não era para deixar passar, mas ela deixava passar e ajudava todo mundo que ela podia.”

Nesse contexto, os processos sociotécnicos, que tecnificaram o rio e modificaram as condições das águas, culminaram em inúmeras perdas territoriais quilombolas, pois parte de suas terras passaram a estar permanentemente alagadas. Contudo, incidiram especialmente na cosmovisão e política quilombola, na medida em que parte significativa da paisagem, a exemplo da lagoa, foi suprimida. Outras materialidades resultaram desses acontecimentos de destruição de parte da paisagem. Do ponto de vista da discussão sobre “impactos ambientais”, fica evidente a gravidade da situação envolvida. Contudo, a terminologia que abarca as modificações na gramática dos “impactos” trata os elementos da paisagem e as relações entre eles como objetos, passíveis de serem gerenciados e manipulados, e negligencia que há uma dimensão cosmológica que é afetada, pois parte do cosmos deixou de existir – no caso a lagoa, os peixes e as relações envolvidas nesses convívios. Logo, são variadas as formas e os tipos de ruínas que emergem a partir dos efeitos das políticas de desenvolvimento intentadas.

Exemplo de tais ruínas, que foram se formando no território quilombola ao longo do tempo, é o antigo açude da Anastácia, que era o lugar onde ela “lavava roupas para fora e tinha sua tábua” e que hoje é um lugar “morto”, totalmente assoreado e sem peixes.

O açude se localiza nas proximidades da beira do rio Gravataí e recebe os sedimentos dos resíduos dos produtos utilizados na produção de arroz. Com isso, com o passar do tempo, foi sendo coberto por mantas de algas que se proliferam e dominam a superfície, enquanto uma forma de reação à poluição pela água do rio que cobre o açude. Situações como essas são emblemáticas de como as cosmopolíticas (Stengers, 2018) se constituem, pois, quando a comunidade utilizava o açude, como com a lavagem de roupas, pesca artesanal e lazer, as inúmeras vidas a ele associadas coexistiam juntos com os usos quilombola. Mediante modos de existência que promovem poluição e assoreamento, as condições de existências de inúmeras espécies ficaram escassas, ou passaram a não existir nesse sítio, dentre outros lugares afetados.

Nem as cobras conseguem existir como antes

Conforme vários relatos que ouvimos em campo, depois que passaram a ser usados variados agrotóxicos nas lavouras de arroz, raramente são vistas cobras no quilombo. Não se trata de aludir a afetividades com répteis, mas é interessante observar, por um lado, o quão diversos são os efeitos dos manejos das lavouras de arroz observados pelas quilombolas. E, por outro, o quanto as cosmovisões quilombolas incluem diferentes coexistências que coabitam a paisagem, para além das vidas humanas. Numas das tantas caminhadas que foram acompanhadas durante a pesquisa de doutorado, encontramos com uma cobra no meio do caminho até a beira do rio. Na ocasião, dona Berenice fez menção de pegar uma pedra para se defender, mas seu marido disse a ela que não precisava, pois ele iria espantá-la para que ela voltasse para o banhado. Na sequência, seu Chico explicou que após a intensificação dos venenos nas lavouras, é raro encontrar cobras.

Esses répteis carregam um significado particular para alguns povos. Exemplar disso é a cobra na cosmologia das rezadeiras amazônicas, conforme assinala Jerônimo Silva (2021). O autor aponta que as cobras são uma “expressão cosmológica da manifestação de encantados e entidades de crenças afro-brasileiras e indígenas” (Silva, 2021, p. 2). Nesse sentido cosmológico, é interessante

pensar o aparecimento de uma cobra naquele contexto de uma caminhada (em 11 de novembro de 2021) de que buscava demonstrar como era viver no território, possibilidades, riscos e companhias.

Mauro Almeida (2021) sustenta que a originalidade dos mundos não impede a realização de acordos pragmáticos entre povos e entes dotados de metafísicas diferentes. Acordos pragmáticos, como define ele, não têm a ver com concordâncias utilitárias, isto é, acordos feitos para obter vantagens. E, sim, dizem respeito ao “reconhecimento de que existem critérios pragmáticos de verdade que são válidos em diferentes visões de mundo” (Almeida, 2021, p. 22). Isto é, não se trata da negação da possibilidade (e necessidade) de mediações entre diferentes ontologias. Podemos pensar que a relação de convivência e de compartilhamento da paisagem das quilombolas da Anastácia, por exemplo, com o rio Gravataí, com os capins e cobras, diz respeito a acordos entre entes que possuem multiplicidades e diferenças ontológicas.

No caso das políticas do agronegócio de arroz irrigado que cercam o quilombo, podemos pensar no sentido proposto por Almeida (2013), ou seja, enquanto ações de uma guerra ontológica, que destrói redes de vizinhança e que coloca no lugar delas redes de mercado. Dessa forma, não é possível visualizar um acordo das quilombolas (uma mediação) com práticas racistas, ou seja, aquelas que operam a diminuição ontológica das pessoas negras e de seus direitos. Nem como omitir a análise dos efeitos que a racialização das relações sociais traz para as vidas dessas populações. Elucidativo disso é a permissividade do uso dos agrotóxicos das lavouras que poluem e contaminam as águas do rio Gravataí todos os dias. Portanto, não é possível para essa população cogitar acordos que tenham como pressuposto a sua diminuição ontológica. Não abrir mão, além das terras que já foram perdidas, significa conservar lugares de refúgios em meio a ruínas que já foram feitas pelas políticas intentadas. Diz respeito, portanto, às escolhas sobre as formas que se quer viver e morrer (Haraway, 2023; Stengers, 2015; Tsing, 2019).

Mulheres protagonistas da luta quilombola

Ao longo do tempo e no presente, as descendentes de Hortência, mãe de Anastácia, dedicam suas vidas e atividades diárias à atuação política pelos direitos coletivos. Anastácia de Souza Reis, que era parteira, nasceu, viveu e morreu no quilombo, nas terras que herdou aos 23 anos de sua mãe (Incra, 2014; Koch, 2022;

Silva, 2006;). Dona Berenice, neta de Anastácia e liderança do quilombo por vários anos, atua juntamente com suas primas, primos e outros membros da família.

Com 64 anos de idade, ela é uma cozinheira profissional e está casada com seu Francisco, também conhecido como seu Chico. O casal tem três filhos, duas filhas, sete netos e uma bisneta. Assim como muitos outros parentes, eles tiveram que deixar o quilombo para trabalhar e garantir uma educação para seus filhos e acesso à saúde. No entanto, em 2012, eles conseguiram retornar à comunidade, quando dona Berê assumiu a presidência da Associação Quilombola da Anastácia. Ela é uma mulher plural, conhecida por diferentes nomes no seu dia a dia: Berenice, Berê e Bereni. Essas diversas designações são indícios da multiplicidade de relações e mediações que ela realiza em diferentes esferas: na vida pública, na família e na comunidade. Seguindo a sugestão de Stengers (2018), podemos pensar em dona Berenice como uma verdadeira “diplomata”, isto é, alguém cuja prática é responsável por criar conexões e intermediar situações (Stengers, 2018; Valle, 2019). Ela compõe e estabelece diversas redes sociotécnicas, lutando pelo direito da comunidade quilombola de viver e ter uma vida melhor em seu território ancestral. Enfrenta obstáculos diários, já que aqueles que se opõem aos direitos quilombolas tentam criar inúmeros constrangimentos para que não exista futuro para projetos da comunidade naquele lugar. No momento que concluímos este artigo (março de 2024) ela deixou de ser presidente da associação quilombola, mas se mantém como uma liderança reconhecida no quilombo.

Festa da Consciência Negra e a reafirmação de lutas e cosmologias

Exemplar das cosmopolíticas colocadas em ação a partir das ações quilombolas foi a realização da Festa da Consciência Negra, ocorrida em novembro de 2021, após o acesso às duas doses da vacinação contra o novo coronavírus pela comunidade.²⁰ O processo de preparação da festa, liderado pelas mulheres, envolveu inúmeras trocas entre os familiares quilombolas e suas redes de apoio, tal como entidades, universidades, dentre outras instituições que apoiam a luta quilombola da comunidade da Anastácia. Para viabilizar o festejo, para além da divisão do trabalho entre as quilombolas, foram acionados marcadores de identidade

20 Ver Del Ré, Santos e Koch (2022).

étnica que são caros à comunidade, tais como a gastronomia e o artesanato. Para elucidar esses acionamentos trazemos dois exemplos a seguir. O primeiro é gastronômico e o outro se refere às práticas de artesanato.



Figura 1. “Nego deitado”. Foto: Eleandra Raquel da Silva Koch, 11 de novembro de 2021.

O “nego deitado” é um bolo frito característico da comunidade Anastácia. Ele pode ser entendido como um sinal diacrítico²¹ para a comunidade, pois esse prato é uma tradição culinária desde os ancestrais da Anastácia e segue sendo cultivado como uma comida típica daquele lugar. Ele é acionado pela comunidade como uma marca da escravização dos ancestrais, contexto esse em que o quitute surgiu. No documentário *Raízes de um povo negro* (2022), dona Berê explica como ele surgiu e o porquê desse nome:

Nego deitado é um prato típico dos negos no café, que é uma coisa que se faz bem rapidinho. Coloca um pouco de farinha dentro de uma cumbuca, um pouquinho de açúcar, água e bate para botar na frigideira. E quando eles estavam fazendo o nego deitado, entrou o Serapião [proprietário de terras que teve uma senzala] na

21 Sinais que marcam a formação cultural de um indivíduo ou dos grupos.

porta e perguntou: “O que tu estás fazendo, nego deitado?” [...]. Como o Serapião era um bicho brabo, ficou o nome do nego deitado.

A situação que emergiu a partir do artesanato ocorreu numa atividade preparatória à festa, quando, depois do café com “nego deitado” e antes da caminhada até a beira do rio em que encontramos a cobra, um professor do Instituto Federal de Viamão apresentou uma proposta de etiqueta para a boneca (de pano) da Anastácia que seria exposta na tenda de artesanato da festa. Ele explicou que a ideia do desenho fazia alusão às curvas do rio Gravataí, devido à relação que existia entre a comunidade e o corpo d’água.

Dona Berenice, quando ele terminou de falar, de imediato lhe disse: “Sim, nós somos o rio.” Sua fala foi muito resoluta e significativa. Interpretamos essa sua declaração como: nós sempre fomos o rio Gravataí, assim que é. Esta é e sempre foi a realidade; a nossa realidade.

Constata-se que ações no sentido da reafirmação de marcos culturais, étnicos e relações de reciprocidade com o rio Gravataí foram fundamentais para que os festejos da Consciência Negra fossem realizados, pois esse evento somente pode se realizar enquanto uma afirmação cultural e étnica porque foi feito no quilombo, pois é lá que esses encontros podem acontecer, porque aquelas paisagens os constituem. Participam desses acontecimentos, desde a sua preparação, não somente os familiares e seus convidados, mas também outras espécies (ou existências) companheiras (Haraway, 2023), tais como o rio Gravataí e as inúmeras vidas que a ele seguem associadas. Por isso, a persistência e reexistência do quilombo enquanto um lugar em que esses encontros seguem sendo possíveis, pois o território-paisagem, além de materializar e atualizar as lutas de inúmeras gerações contra as opressões sofridas, possibilita a existência de projetos compartilhados de futuro (Koch, 2022).

Barragens disputam o território com a comunidade quilombola da Anastácia

As disputas entre a população quilombola e as barragens, conforme já vimos, começaram já na década de 1950, com a construção do canal artificial do DNOS. A trajetória desse conflito é reveladora das afetações das condições de vida da população

quilombola e de outros seres não humanos até os dias atuais. Isso fica evidenciado no Processo Administrativo Incra/SR/11/Nº54220.00082-2005-40 (Incra, 2005), o que facilita um retrospecto dos principais conflitos evidenciados desde a abertura do processo naquele órgão agrário até a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola da Anastácia em 2016. Esses elementos, embora contornados pela natureza institucional do registro, nos dão pistas de inúmeros agenciamentos e atores envolvidos nos conflitos e práticas de resistência que a comunidade exerceu como estratégia para se manter existindo no lugar, mediante a presença ameaçadora de barragens irregulares e não licenciadas, que foram sendo construída ao longo do tempo no território quilombola.

Ano	Conflitos
2005	Abertura de regularização fundiária quilombola. Ações do MPF junto aos órgãos afetos à titulação quilombola, considerando a pretensão dos arroseiros lindeiros de construir uma barragem nas margens do rio Gravataí.
2006	Arroseiros fizeram a proposta de executar um açude entre a área quilombola e seus domínios, entretanto, sob a condição de que passassem a ter livre acesso ao território quilombola. MPF definiu vários procedimentos técnicos que deveriam ser adotados para a concessão de qualquer licenciamento dos barramentos propostos pelos arroseiros. Quilombolas não aceitaram a proposta dos arroseiros de passagem de água dentro do território.
2008	O MPF se dirigiu ao Incra e informou que em reunião realizada com as quilombolas da Anastácia houve a seguinte decisão: “Os moradores [...] manifestam-se pelo seu desejo de prosseguir com o processo de regularização fundiária quilombola” e o Incra determinou a retomada dos trabalhos de campo.
2010	Ocorreu nova reunião do Incra com a comunidade, onde foi reafirmado pela comunidade quilombola Anastácia o desejo de prosseguimento do pleito quilombola.

Quadro 2. Principais disputas em torno das barragens entre 2005 e 2010.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no processo administrativo de regularização fundiária do Incra (2005).

Observa-se que a abertura do processo no Incra evidenciou um conjunto de conflitos territoriais sobre as terras quilombolas que são disputadas pelos arroseiros. As ações do MPF foram ao sentido de compelir o Incra a dar celeridade ao processo, ao mesmo tempo que visavam mediar conflitos sobre a edificação de

novas barragens. Como podemos ver no quadro acima, quando houve tentativa de acordo por parte dos arrozeiros, propunham que a comunidade perderia a autonomia sobre os usos do território, já que era prevista a liberação da passagem de água para as lavouras no interior do território quilombola. A contrapartida proposta era mínima, construção de um açude pelos arrozeiros na área quilombola. Pequenas obras essas que poderiam ser construídas com as próprias máquinas dos arrozeiros, isto é, sem dispêndios e apenas benefícios a serem auferidos. Naquele período, conforme informado no quadro acima, houve novos atos administrativos no sentido da efetivação do reconhecimento dos direitos territoriais. Observa-se que as contendas que as quilombolas tiveram que enfrentar criaram questionamentos internos sobre o prosseguimento do processo administrativo no Incra. Isto é, dar continuidade, ou não, num contexto de acirramento dos conflitos. Entretanto, as quilombolas reafirmaram a decisão de buscar seus direitos.

Ano	Conflitos
2013	O Parecer Técnico nº 05/2013 analisou a conformidade das pesquisas acadêmicas realizadas por Vera Rodrigues da Silva recepcionadas no processo administrativo aos quesitos da IN 57/2009.
2014	Em resposta a um ofício do MPF, o Incra comunicou que estava com dificuldades de concluir o levantamento fundiário em razão das dificuldades de localizar os detentores de matrículas incidentes em parte da área de pleito quilombola.
2015	Os proprietários lindeiros propuseram que as quilombolas alterassem o território pleiteado e retirassem o ponto de captação de água utilizado pela empresa para irrigação do arroz. Em contrapartida, propunham “a troca de áreas alagadas por terras secas”. A comunidade quilombola decidiu não aceitar a proposta de alteração do território, uma vez que essa decisão do território de pleito encontra-se amplamente embasada na sua história de ocupação. Alegaram que, muito antes da instalação do ponto de captação de água, a comunidade já utilizava as terras para sua subsistência. Ressaltaram na ocasião que os dispositivos de retenção, captação e transporte de água para a irrigação já causaram inúmeros problemas para a comunidade, a exemplo da inundação da estrada de acesso.
2017	Foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), no <i>Diário Oficial da União</i> (DOU) e <i>Diário Oficial do Estado</i> (DOE) do Rio Grande do Sul.

Quadro 3. Principais disputas em torno das barragens entre 2013 e 2017.

Fonte: elaborado própria a partir de dados disponíveis no processo administrativo de regularização fundiária do Incra (2005).

A existência da pesquisa de Vera Rodrigues da Silva e a conformidade aos quesitos previstos na Instrução Normativa 57/2009²² possibilitaram que o processo administrativo tivesse andamento, pois isso favoreceu o trabalho de uma peça técnica densa e complexa que, em média, leva 18 meses para ser elaborada – o relatório antropológico de caracterização histórica, sociocultural, econômica e ambiental. O processo do Incra indica que os arrozeiros retardaram a notificação do estudo e relatórios técnicos que estavam sendo instruídos pela autarquia agrária, pois há relatos de tentativas fracassadas de assinatura do conhecimento da realização dos estudos.

Observou-se que em 2014, outra vez, os arrozeiros tentaram retirar a passagem da água do rio para as lavouras do território de pleito quilombola do RTID em elaboração pelo Incra. Dessa vez, propondo a “troca de áreas alagadas por áreas secas”. Contudo, outra vez mais, a comunidade avaliou que a proposta era inviável, já que o território pleiteado considerava a trajetória de ocupação e resistência que era muito anterior ao ponto de captação de água para a irrigação das lavouras lindeiras. Para embasar essa recusa, a comunidade apresentou argumentos sobre os problemas já existentes e sobre a trajetória de coabitação no lugar. As cosmopolíticas, assim, foram colocadas em ação, na medida em que a referência à trajetória de resistência coletiva no lugar foi acionada como motivação para a recusa quilombola à proposta apresentada pelos arrozeiros. Observa-se também, nos quadros acima, que há uma diversidade de atores envolvidos nas mediações que foram realizadas ao longo do tempo e que diferentes domínios se misturam nas redes sociotécnicas em que essas políticas são disputadas: atores institucionais, tais como o Incra e MPF; artefatos técnicos; como as taipas, bombas d’água e documentos oficiais; bem como lutas políticas.

Durante a pesquisa, um dos netos de Anastácia, Rogério Gomes, 58 anos, numa entrevista abordou as inúmeras mudanças desde a sua infância até os dias atuais, devido à escassez da paisagem produzida pelas inúmeras transformações que afetaram o rio Gravataí e inúmeras outras existências, pois

mudou muito. O povo cuidava, escolhiam os peixes, e a gente tinha de tudo, tinha fartura de peixes e hoje não tem mais nada. Hoje nem o peixe tem mais. Foi indo,

22 Ver mais sobre o fluxo do processo de regularização fundiária quilombola no Incra em Koch (2022).

eles foram destruindo, eles foram metendo máquinas e acabando com o banhado e a gente não tinha força para impedir ninguém. Hoje a gente não tem mais banhado, tem uma área muito pequena de banhado e peixe não tem mais. Onde nós morávamos, onde eu me criei, tinha mais de 300 árvores frutíferas e hoje a gente chega lá e tem só maricá (Entrevista com Rogério Gomes, concedida em 8 de julho de 2021, grifo nosso).

Observa-se que as afetações pelas políticas de desenvolvimento e seus aparatos técnicos não dizem respeito somente ao rio Gravataí, mas também às possibilidades de ocupação dos banhados e das terras, pois entram as máquinas e saem os frutos e peixes.

Em sentido semelhante, o trecho a seguir da entrevista com uma bióloga da Sema/RS indica, a partir de outro ponto de vista, as inúmeras afetações que as barragens e demais intervenções trouxeram para o rio Gravataí ao longo do tempo até os dias atuais:

Os impactos provindos dessa drástica alteração hídrica, promovida através de uma drenagem e construção de um canal – que antigamente era estreito e profundo e hoje vem se alargando e assoreando –, são refletidos, de forma muito potente, nos conflitos pelos múltiplos usos da água. A canalização do rio foi realizada de jusante [foz] à montante [nascente], e quando o DNOS chegou lá na altura do Banhado Grande, um estudo elaborado por alemães contratados pelo governo federal indicou a inviabilidade de continuação do mesmo pelas características do banhado. [...] o que causou, somado a toda a alteração jusante, um processo erosivo intenso, as voçorocas do Banhado Grande, que a cada ano vêm aumentando para o interior do banhado, causando inclusive sua drenagem (Entrevista com bióloga da Sema/RS,²³ concedida em 27 de maio de 2021, grifo nosso).

No trecho supracitado fica nítido que o rio Gravataí foi severamente afetado pela construção de barragens destinadas à irrigação das lavouras de arroz. Por outro lado, evidencia que os resultados dos estudos que demonstraram a inviabilidade de drenagem do rio Gravataí no Banhado Grande foram desconsiderados.

23 Nesse caso, fez mais sentido não nomear a técnica, pois ela não é parte do quilombo, como é o caso do entrevistado Rogério, citado em outro excerto anteriormente.

O que é demonstrativo da permissividade de barramentos arbitrários que afetaram severamente o rio Gravataí e a comunidade quilombola da Anastácia, mediante as inúmeras mudanças hídricas que ocorreram como consequências dessas intervenções equivocadas e arbitrárias. Essa situação evidencia que, desde a primeira barragem, essas intervenções eram irregulares e não recomendadas. Assim, explicita-se uma vez mais a seletividade que caracteriza o racismo ambiental, na medida em que a população quilombola e seus modos de vida no lugar foram nitidamente desconsiderados.

Racialização das terras, aparatos e racismos ambientais

Diante de reiterados ataques racistas às pessoas negras, é notório que o edifício da chamada modernidade é assentado em diversas formas de “terror racial”, que ora se manifestam em exploração das forças de trabalho, ora como apagamento dos saberes ancestrais, potências de vida e violências diretas (e mortes) contra os corpos negros (Gilroy, 2001; Mbembe, 2017).

Nesse contexto, vamos imaginar o quão significativo foi para os ancestrais da Anastácia, mesmo durante a época da escravização, a conquista de um registro de terras, por meio de uma compra que conseguiram realizar. Esse feito carrega uma força enunciativa que tem sido transmitida ao longo do tempo por inúmeras gerações quilombolas.

No caso das opressões sofridas pela comunidade quilombola da Anastácia, fica evidenciado que as escolhas sobre as intervenções que afetam a população quilombola e a paisagem são feitas e dimensionadas pressupondo que a população negra quilombola não tenha condições de decidir sobre os usos de seus próprios territórios ou de reagir aos esbulhos e turbações de suas posses. Nesse ponto, a dimensão ambiental do racismo precisa ser reconhecida e enfrentada, pois tal forma de violência não é diferente das outras esferas da existência da comunidade Anastácia, mas possui a especificidade de estar diretamente relacionada à naturalização e normalização da apropriação forçada de territórios biodiversos (Borras Jr.; Franco, 2011) negros, tomados como funcionais à especulação fundiária.

Quando falamos em subalternização ontológica dessas populações, nos referimos ao fato de que grupos que reivindicam a titulação de determinados territórios, mesmo diante de vastos documentos e normas que regulamentam direitos,

permanecem sendo questionados e são colocados em suspeição (Brustolin, 2009) o tempo todo. No caso da comunidade negra quilombola da Anastácia, isso fica evidenciado na medida em que mesmo que inúmeras “provas de vida” já tenham sido exigidas, que haja inúmeros estudos, pareceres, relatórios, etc., a população quilombola segue tendo as suas existências e a ocupação do território ancestral questionada e seus direitos não garantidos plenamente.

Sistema de Cadastro Ambiental Rural: o “sistema” e o direito existem, mas no Rio Grande do Sul “não funcionam”

Exemplar dessa situação de suspeição de direitos, mesmo quando eles já estão estabelecidos, é o caso das dificuldades de acesso de inúmeras comunidades quilombolas ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Este é o caso da comunidade quilombola da Anastácia que, desde 2018, faz inúmeros pêniplos junto ao Incra e órgãos ambientais para que seu território, publicizado no RTID do Incra desde 2016, seja inserido no referido sistema. Entretanto, por alegação de razões de cunho “técnico” e por dificuldades de “fluxos do sistema”, até hoje as terras quilombolas não foram registradas no Sicar. De acordo com o que dispõe a regulamentação do CAR, esse cadastro é a principal ferramenta da nova lei de conservação do meio ambiente, a adequação ambiental de propriedades, o combate ao desmatamento ilegal e o monitoramento de áreas em restauração, relacionado a cumprimento das metas nacionais e internacionais para manutenção de vegetação nativa e restauração ecológica de ecossistemas. Preconiza que todas as propriedades e posses devem estar inscritas no Sicar e prevê que, se a propriedade ou posse não estiver inscrita no CAR, poderá o proprietário ou posseiro sofrer “sérias advertências, multas, além de não obter nenhuma autorização ambiental ou crédito rural”.

Contudo, diante de alegadas “falhas técnicas”, não resolvidas pelo órgão ambiental estadual que tem essa atribuição, há mais de cinco anos os arrozeiros realizaram o registro de parte das áreas de posse direta quilombola no Sicar, como se fossem suas (Incra, 2005). Como o módulo de Populações e Comunidades Tradicionais (PCTs), desenvolvido pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e Sistema Florestal Brasileiro (em 2019) ainda não foi disponibilizado pelo órgão ambiental estadual, a comunidade não consegue fazer o CAR da área coletiva de 64,12 hectares delimitadas pelo Incra (2005). Não faz

sentido para a organização quilombola registrar as posses de forma individual, ou no nome de algumas pessoas, e não de todas que compõem o território coletivo e por isso foi uma vitória que a Conaq tenha conseguido aprovar junto ao Sistema Florestal Brasileiro a customização do módulo PCT, que permite o registro do território coletivo.

No entanto, no Rio Grande do Sul, até os dias atuais, apenas dois territórios quilombolas rurais já chegaram na fase da titulação, dos 110 processos abertos no Incra/RS (Incra, 2024). Situação essa injustificável, após mais de 20 anos de política pública e de quase 40 anos de direito constitucional, que também não pode ser dissociado do contexto de racismo estrutural que permeia a construção histórica do estado, aliás. Dessa forma, a maioria das comunidades quilombolas, como é o caso da Anastácia, não conseguem realizar o registro de seus territórios no Sicar e o módulo PCT até hoje não está no ar.

Dessa forma, nem a sobreposição do registro indevido dos arrozeiros (de parte do território quilombola) é demonstrada. E esse registro arbitrário por parte dos opositores dos direitos quilombolas torna-se mais um recurso e constrangimento que é mobilizado contra o território quilombola. Essa situação de vedação injustificada do direito conquistado, praticado em muitos outros estados da federação, é reveladora do quanto o racismo estrutural ainda age sob as instituições. Importa sublinhar que o Rio Grande do Sul é um estado em que as tentativas reiteradas de apagamento da presença negra na população são historicamente situadas e repercutem no presente,²⁴ a exemplo de inexplicavelmente a população quilombola ter, na prática, o seu acesso ao CAR vedado.

Essa temática do CAR emergiu antes da pesquisa da tese da primeira autora quando a comunidade da Anastácia realizou inúmeros pêniplos em busca de realizar o cadastro do CAR e procurou o Incra e alertou que o não registro no CAR preocupava, pois isso gerava insegurança (Incra, 2005). Passado um tempo, quando a primeira autora já estava afastada para cursar o doutorado, as quilombolas da

24 Fábio Kühn destaca que no Rio Grande do Sul houve a implantação de uma sociedade escravista desde o princípio da colonização. O autor ressalta que, embora tenha ocorrido a escravização indígena em alguns momentos, "a partir dos meados de Setecentos (1700) tornou-se predominante a escravidão africana" (Kühn, 2002, p. 45). Contudo, prevalece uma narrativa histórica que dá primazia aos imigrantes europeus, italianos e alemães, na agricultura no Rio Grande do Sul. O que se configura uma falácia racista, pois se desconsidera, assim, que já com a colonização portuguesa, negros e negras ocuparam as terras e empregaram saberes e tecnologias de manejo da terra vindos da África, antes mesmo da chegada dos imigrantes europeus.

Anastácia solicitaram a ela que inserisse o território no sistema do CAR (Brasil, 2022). Ao baixar o Sicar ela se deparou com a seguinte situação: na aba de cadastro geral, a primeira opção é para o cadastro individual, a segunda para povos e comunidades tradicionais e a terceira para assentamentos da reforma agrária. Contudo, quando clicava para entrar no módulo PCT, aparecia uma informação de que para o módulo PCT era necessário uma “entidade responsável”.

Após alguns péréplos institucionais, descobriu-se que a “entidade responsável” era o órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, a Sema/RS. No entanto, a Sema quando procurada confirmou ter a competência, mas alegou que o “link do SFB não estava disponível”, conforme resposta obtida pela pesquisadora quando esteve no órgão ambiental estadual para obter informações. Foi quando, então, se descobriu que não havia nada que a comunidade pudesse fazer para acessar esse sistema que, na prática, estava com o acesso interditado para o cadastro de territórios quilombolas. Após isso, dona Berenice participou de reuniões com outras comunidades e entidades, mas desde então, até a conclusão deste artigo, em meados de março de 2024, ainda o território quilombola não foi inserido no Sicar. A “impossibilidade técnica” imposta pelo sistema informacional que inviabiliza o reconhecimento territorial quilombola é emblemático de como infraestruturas conformam e performam relações. Tal como afirmam Star e Ruhleder (1994, p. 253, tradução nossa), as infraestruturas são geralmente entendidas como um cenário, lugar onde coisas acontecem ou operam, “um substrato passivo geralmente discutido como artefatos físicos”. No entanto, quando entendidas em uma perspectiva relacional, podemos observar como estas atuam, materializando e constringindo modos de existência, delimitando e asseverando desigualdades.

Desse modo, essa situação de impossibilidade de acesso ao registro do CAR corrobora o que discute Camila Penna (2022, p. 6), ao afirmar que

a seletividade racial referente ao acesso a terra é uma característica do Estado brasileiro resultante das estabilizações (na forma de políticas, leis, normas, procedimentos, órgãos, rotinas burocráticas) das distintas disputas em torno da política fundiária. Essa seletividade não se limita à existência de uma lei ou norma, mas opera na combinação entre diferentes procedimentos, normas e políticas que resultam em múltiplos pontos de veto para o acesso à propriedade por parte da população não branca e pobre.

Nesse sentido, o depoimento a seguir da dona Berê, no documentário *Raízes de um povo negro* (2022), é ilustrativo do quanto vulnerabilidades e obliteração de direitos, tais como o não acesso ao registro no Sicar que enfrenta a comunidade quilombola da Anastácia, levaram à expropriação e perda das terras quilombolas. Dona Berenice narra diversos momentos em que seus avós tiveram que trocar pedaços de terra por comida e a persistência e resistência de sua avó contra a usurpação de suas terras. É o que fica nítido no trecho transcrito a seguir.

Ele [Olympio, avô de Berenice] entregava uma parte da terra por uma mala de comida. Terminava aquela mala de comida e aí ele ia trocando os outros pedaços. Foi num certo ponto aí que a Anastácia deu em grito. A última surra que Anastácia levou ainda, de corrente, foi porque ela não quis entregar os restos das terras. E ainda, assim mesmo, queriam tirar da velha este pedaço de terra onde nós estamos. Queriam que a velha entregasse e ela apanhou uma surra de corrente porque ela não quis entregar, e ela disse: “O único pedaço que sobrou para os meus filhos, eu não vou entregar.” *Esta parte é onde nós hoje brigamos* (Raízes [...], 2022, grifo nosso).

Muitas vezes, alega-se que é difícil analiticamente evidenciar as minúcias das práticas e estruturas racistas, no sentido das dificuldades da “operacionalização” da descrição dos seus efeitos. Pois bem, a começar pela formação agrária do Brasil, passando pela Lei de Terras de 1850, fica cristalizada a racialização das terras.²⁵ O racismo²⁶ e a racialização da destinação das terras fez com que essas populações negras – que desenvolviam as terras, nelas trabalhavam e viviam – não fossem consideradas elegíveis a “colonizar” ou a ter a posse de suas terras reconhecidas. No presente, o não acesso ao sistema do CAR por inúmeras comunidades quilombolas, como é o caso do Rio Grande do Sul, demonstra que as dificuldades para o acesso de pessoas negras ao registro de terras em 1850 se mantêm atuais, e que essas dificuldades e discriminações normalizam a ideia

25 Lélia Gonzalez assinala que a formação do Brasil foi assentada na “divisão racial do espaço” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 15).

26 Racismo é tomado nos termos definidos pela professora Vera Rodrigues da Silva, na banca da defesa da tese que embasa este artigo, isto é, da retirada da humanidade das pessoas negras a partir de critérios arbitrários.

de que essas populações não precisam (ou merecem) que suas terras sejam efetivamente registradas.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como base a postulação analítica de que as disputas territoriais da comunidade quilombola da Anastácia, em defesa de seu território, inserem-se nas batalhas ontológicas acerca de quais coexistências são possíveis, diante dos projetos de desenvolvimento que realizam apropriação de lugares biodiversos abundantes de água – como é o caso do quilombo da Anastácia, que passou a ter suas terras consideradas naturalmente destinadas à obtenção de lucro por meio do cultivo das lavouras de arroz. Nesse contexto, constatou-se que as relações territoriais específicas da comunidade quilombola da Anastácia são sustentadas a partir de processos de resistência étnica, territorial e existencial ao racismo, de modo geral, e ao racismo ambiental, em particular.

Evidencia-se que as consequências das intervenções sociotécnicas, realizadas para que as políticas intentadas sejam efetivadas, geram efeitos que impõem inúmeros riscos à população quilombola no tempo presente, bem como a inúmeras outras espécies. Exemplar disso são as constantes ameaças de novas inundações ou rompimentos das barragens, bem como a poluição das águas do rio Gravataí pelos resíduos e sedimentos usados nas lavouras de arroz. Como vimos, houve mudanças significativas na vegetação presente no quilombo – desde o advento da expansão das barragens – onde não se consegue mais haver árvores frutíferas, que deixaram de crescer devido às modificações do banhado e/ou da terra.

Por outro lado, evidencia-se que as cosmopolíticas quilombolas seguem em ação, ao longo do tempo e atualmente, e que são elas que sustentam as práticas quilombolas em defesa de seus direitos territoriais e existenciais, os quais estão intrinsecamente relacionados com aquele lugar ancestral onde são exercidos usos comuns, compartilhadas memórias e projetos. Destaca-se ainda que as terras e vidas quilombolas nunca couberam nos registros oficiais e mesmo quando registradas, no caso da herança recebida por Anastácia, os direitos não foram concretizados.

Notoriamente, a intensificação de ilegalidades, a exemplo do registro de terras quilombolas no Sicar pelos arrozeiros, e demais constrangimentos e

violências são tentativas que têm como propósito que a comunidade quilombola desista de viver, trabalhar e envelhecer no quilombo. Nesse ponto, evidencia-se que a violência vai assumindo novas formas, ao longo do tempo, por meio de novos artefatos e dispositivos que operacionalizam os projetos de desenvolvimento e materializam as apropriações desses territórios. Portanto, é necessário considerar o quanto a racialização de corpos, terras, águas e paisagens é decisiva para que a coletividade quilombola, que vive e convive há mais de 200 anos no lugar, siga sendo subalternizada no exercício das políticas de desenvolvimento. Por outro lado, é salutar sublinhar a continuidade da resistência quilombola, apesar da violência que é ininterrupta desde os tempos coloniais contra as quilombolas e seus direitos.

Por fim, constata-se que reexistir para a comunidade quilombola da Anastácia diz respeito à construção de acordos pragmáticos (Almeida, 2021) com a parentela, com outros-que-humanos e aliados que reconhecem as existências e direitos e, em alguns momentos, até mesmo com aqueles contra os quais se luta para continuar existindo. Essas relações diplomáticas são cotidianamente reinventadas pelas lideranças quilombolas mulheres, que estão à frente da organização política da comunidade em defesa de seus direitos. Tais acordos podem ser compreendidos como encontros com o mundo, ou melhor, com os diferentes mundos humanos e outros-que-humanos que coexistem no lugar. Jornadas essas em que outras histórias, com diferentes temporalidades, podem ser contadas e que formas particulares de fazer política tornam-se possíveis. Assim, o quilombo da Anastácia pode ser entendido como um “refúgio” que resiste ao avanço das políticas de desenvolvimento. Tal chave interpretativa é interessante e dialoga com questões mais amplas das ciências sociais a respeito do que fazer diante da presença ameaçadora do Antropoceno. Nesse sentido, investigações sobre modos de (re)existência quilombola nos ajudam a entender não só como as lutas contra o racismo, silenciamento e colonialidade têm sido atualizadas, mas apontam para formas de existência que trazem pistas relevantes sobre como poderemos existir no Antropoceno.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ALMEIDA, M. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFS-Car*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.52426/rau.v5i1.85>. Acesso em: 31 out. 2024.

ALMEIDA, M. *Caipora e outros conflitos ontológicos*. São Paulo: Ubu, 2021.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. p. 174-227.

BLASER, M. *Un relato sobre la globalización desde El Chaco*. Popayán: Universidad del Cauca, 2013.

BORRAS JR., S M.; FRANCO, J. C. *Political dynamics of land grabbing in Southeast Asia: understanding Europe's role*. Discussion Paper. Amsterdam: Transnational Institute, 2011. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/Political%20Dynamics%20of%20Land-grabbing%20in%20Southeast%20Asia.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 86.146, de 23 de junho de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis – Pró-Várzea Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 11781, 24 jun. 1981.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cadastro Ambiental Rural*. Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <http://www.car.gov.br>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 230, de 14 de novembro de 2023. Reconhece e declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Anastácia, localizada no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, n. 219, p. 41, 20 nov. 2023.

BRUSTOLIN, C. *Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/26194>. Acesso em: 12 jan. 2020.

DEL RÉ, M. F.; SANTOS, V. F.; KOCH, E. Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230107, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-7>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo*. Caracas: El perro y la rana, 2007.

FEPAM. *Processo de Recuperação de Área Degradada n. 514290567205*. Porto Alegre: Fepam, 2020.

FLEURY, L. Antropoceno. In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Recife: Cepe, 2022. p. 65-72.

GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HARAWAY, D. J. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: N-1, 2023.

INCRA. *Processo Administrativo n. 54220.00082-2005-40*. [S. l.: s. n.], 2005.

INCRA. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território Quilombola Anastácia-Viamão/RS*. Porto Alegre: Incra, 2014.

INCRA. *Andamento dos processos: quadro geral*. [S. l.]: Incra, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Acompanhamento-dosprocessosderegularizacaoquilombola_06.11.24.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

IRGA. *Conheça o Irga*. Porto Alegre: Irga, [2020]. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 12 mar. 2020.

JARDIM, D. F.; LÓPEZ, L. C. *Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

KOCH, E. R. da S. *Reexistência quilombola e disputas ontológicas de “Desenvolvimento”: a luta do quilombo da Anastácia (Viamão/RS)*. 2022. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/250333>. Acesso em: 12 nov. 2024.

KÜHN, F. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora XXI, 2002.

LATOURE, B. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

LATOURE, B. *Investigação sobre modos de existência: uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

MARTINELLI, R. O Rio Gravataí como o Rio Doce após a tragédia da Samarco. *Seguinte*, Gravataí, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://seguinte.inf.br/opiniao-o-rio-gravatai-como-o-rio-doce-apos-a-tragedia-da-samarco/>. Acesso em: 11 set. 2019.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLHOS de Hortência. Roteiro e direção: Marcelo Beckenkamp Domingues. 1 vídeo (17min46s). [S. l.: s. n.], 2014. Publicado no canal APGN-VG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rp008uRFuZ8>. Acesso em: 31 out. 2024.

PENNA, C. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230214, 15 dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_07. Acesso em: 8 nov. 2024.

RADOMSKY, G. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de modernidades alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, 2011.

RAÍZES de um povo negro. Produção e organização: Rosvita Daneres Porto e Márcia Camargo. 1 vídeo (12min19). Viamão: Secretaria da Cultura de Viamão, 2022. Publicado no perfil: smcviamao. Disponível em: <https://web.facebook.com/smcviamao/videos/349880686723298>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SILVA, A. B. Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático. In: OLIVEIRA, J. P.; MURA, F.; SILVA, A. B. (org.). *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA, 2015. p. 142-168.

SILVA, J. da S. e. "A pandemia dos espíritos": notas cosmológicas sobre o encantado de boto e o novo coronavírus na Amazônia. *Amazônica: revista de antropologia*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 531-576, nov. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v13i2.10039>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SILVA, V. “De gente da Barragem” a “Quilombo da Anastácia”: um estudo antropológico sobre o processo de etnogênese em uma comunidade quilombola no município de Viamão/RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

STAR, S. L; RUHLEDER, K. Steps towards an ecology of infrastructure: complex problems in design and access for large-scale collaborative systems. In: ACM CONFERENCE ON COMPUTER SUPPORTED COOPERATIVE WORK, 1994. *Proceedings* [...]. [S. l.: s. n.], 1994. p. 253-264.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 442-464, 2018. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 12 abr. 2020.

TSING, A. L. *Viver nas ruínas: paisagens e multiespécies no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VALLE, L. O idiota, o especialista e o diplomata: reflexões sobre o cosmopolitismo e sobre a prática de formação humana. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e0223225, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019223225>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Recebido: 30/09/2023 Aceito: 01/04/2024 | Received: 9/30/2023 Accepted: 4/1/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Música e desenvolvimento, da tradição à inclusão social: um estudo de caso com a Banda Filarmônica Minerva em Morro do Chapéu (BA)

Music and development, from tradition to social inclusion: a case study with the Minerva Philharmonic Band in Morro do Chapéu (BA)

Paula Bessa Braz¹

<https://orcid.org/0000-0002-3246-9327>
paulabessabraz@usp.br

¹ Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil
Doutoranda em Antropologia Social (bolsista Fapesp)

Resumo

Este artigo contribui para o debate sobre a interação entre teorias e práticas de desenvolvimento e expressões artísticas e culturais locais. Utilizando uma abordagem que integra diversos métodos e fontes, tanto primárias quanto secundárias, da etnografia à pesquisa documental, examino o processo de estruturação do projeto social da Filarmônica Minerva, com vistas a promover inclusão social na cidade de Morro do Chapéu, Bahia. O projeto integra a uma rede de projetos sociais de educação musical, a Plataforma Sinfonia do Amanhã, cuja metodologia de atuação, Creating Shared Value, aponta que a relação com os projetos beneficiados se dá de maneira estratégica e continuada. Analisando a trajetória da filarmônica até a sua estruturação como projeto social, evidencia-se como sua atuação voltada ao impacto social atual está ligada a diretrizes corporativas de atuação e noções globais de desenvolvimento, bem como ao desenvolvimento do capitalismo cultural.

Palavras-chave: antropologia do desenvolvimento; antropologia da música; projetos sociais; estudos culturais.

Abstract

This article contributes to the debate on the interaction between theories and practices of development and local artistic and cultural expressions. Using an approach that integrates various methods and sources, both primary and secondary, from ethnography to documentary research, I examine the structuring process of the social project of the Minerva Philharmonic, aimed at promoting social inclusion in the city of Morro do Chapéu, Bahia. The project is part of a network of social projects in musical education, the Tomorrow's Symphony Platform, whose methodology of action, Creating Shared Value, indicates that the relationship with the beneficiary projects occurs in a strategic and continuous manner. Analyzing the trajectory of the philharmonic until its structuring as a social project, it is evident how its current focus on social impact is linked to corporate guidelines of action and global notions of development, as well as to the development of cultural capitalism.

Keywords: development anthropology; anthropology of music; social projects; cultural studies.

Introdução

Este artigo se insere na discussão sobre a intersecção entre teorias e práticas de desenvolvimento globais com práticas coletivas artísticas e culturais locais, a partir do exame de uma rede de projetos sociais de educação musical chamada Plataforma Sinfonia do Amanhã, cuja articulação se dá em vários estados do território brasileiro.

Através de uma abordagem que combina diferentes métodos, fontes primárias e secundárias, o artigo está dividido em quatro tópicos: inicialmente, discuto o emprego das artes – sobretudo musicais –, na produção de impacto social em algumas experiências já registradas e documentadas em diversos trabalhos etnográficos, oferecendo um panorama do que é compreendido pela etnomusicologia como ação social através da música (Baker, 2021), discutindo como tais experiências se relacionam com proposições de distintas teorias do desenvolvimento.

Em seguida, apresento a Plataforma Sinfonia do Amanhã, de forma a descrever como sua estruturação institucional, vinculada à empresa Enel, está balizada pela metodologia de atuação corporativa intitulada *Creating Shared Value*, e sua relação com uma certa noção de cultura enquanto *recurso* (Yúdice, 2004).

Tomando como caso de análise o processo de estruturação de um dos projetos sociais integrantes da Plataforma Sinfonia do Amanhã – a Filarmônica Minerva, localizada em Morro do Chapéu, na Bahia –, no tópico seguinte reflito sobre como as formas de atuação e as modalidades de apoio e sustentabilidade desses projetos podem estar circunstancialmente relacionadas – ou conectadas – a diretrizes nascidas em ambientes corporativos; estas, por sua vez, amparadas por entendimentos globais de desenvolvimento.

Por fim, na conclusão, levanto algumas questões que se revelam importantes ao dedicarmos um olhar interdisciplinar às questões relativas ao amplo emprego da educação e formação artística para produção de impacto social.

Ação social através da música e a retórica da transformação

A reivindicação das artes, em geral, como uma ferramenta para “transformar”, “incluir”, “desenvolver” e “civilizar” sujeitos “vulneráveis” é bastante popular e largamente aceita não apenas pelo senso comum, mas também por grande parte

da produção acadêmica. Essa larga aceitação, se direcionada à investigação de projetos sociais de educação musical que estão orientados para a produção de “inclusão social”, tem como efeito não apenas a atribuição de uma relação direta entre (algumas) práticas musicais e seus efeitos socializadores, inclusivos e positivos para seus praticantes, mas também o pressuposto de que todos os fazeres musicais que operam sob essa prerrogativa são, virtualmente, equivalentes, pois cumprem um mesmo propósito: transformam vidas.

A ação social através da música é um campo da educação musical sistematizado por Geoffrey Baker (2021) a partir do exame de programas de ensino musical que situam a inclusão social como seu principal objetivo ou um dos mais importantes. Esse campo de atuação possui desenvolvimento mais evidente na América Latina, como reconhece Boeskov (2023), embora com fortes vínculos culturais e ideológicos com práticas promovidas no continente europeu. O primeiro e grande representante dessa vertente é o já bastante discutido programa venezuelano *El Sistema*, que desde seu surgimento foi bastante replicado, em distintos formatos e adaptações, mas sob essa mesma premissa de produzir impacto social, redução da desigualdade e busca pela cidadania.¹

Muitos dos aspectos que caracterizam os estudos sobre a ação social através da música se intersectam com questões comuns a uma certa antropologia do desenvolvimento. Como aponta Schröder (1997), a emergência da antropologia do desenvolvimento como um ramo da antropologia aplicada confundiu-se com o surgimento da própria noção de desenvolvimento enquanto campo de atuação e trabalho. Ao mesmo tempo que antropólogos integram o processo de profissionalização pelo qual passou a área de desenvolvimento, o campo também passou a compor seus interesses de pesquisa. Assim, a atenção aos impactos sociais de determinadas políticas, a observação dos aspectos morais nelas contidas e um exame crítico das atuações e dos discursos de determinadas instituições nelas implicadas ganham destaque, sobretudo, nas produções latino-americanas e em países africanos (Schröder, 1997).

De forma semelhante, a ação social através da música e experiências que derivam dessa concepção de intervenção social se confundem com a própria

1 Ver Godwin (2020); Govias (2020); Baker (2014, 2021); Bull (2016, 2019); Dobson (2016); Fink (2016); Pedroza (2014, 2015).

atuação de etnomusicólogos em campo, isto é, de uma etnomusicologia aplicada. Rice (2014, p. 195-200), em seu texto “Ethnomusicology in times of trouble”, faz referência às novas temáticas que surgem para a disciplina nesses “tempos conturbados”, e convida etnomusicólogos a atuar sobre elas, enumerando-as: 1) música, guerra, violência, conflito, e 2) migração forçada; 3) música e doença e 4) outras tragédias particulares; 5) violência urbana e pobreza; 6) mudança climática e meio ambiente.

O compêndio *The Oxford handbook of social justice in music education* (Benedict *et al.*, 2015) aponta que a ação social através da música está voltada para a produção de um resultado tão específico quanto vago: o impacto social, enfatizando que o ensino da música consiste apenas em um meio para alcançá-lo.

De fato, a presunção de produzir impactos positivos na sociedade através do ensino da música ou, mais amplamente, através das práticas artísticas, revela uma relação dialógica por vezes tensa com a ideia de justiça social. Conforme discutem Gaztambide-Fernández e Rose (2015), se por um lado as práticas musicais em projetos sociais têm buscado promover a participação e a promoção de interações musicais nas comunidades em que atuam, acabam priorizando nesse processo, por outro lado, apenas um conjunto particular de práticas e tradições musicais.

Essa ambiguidade da educação musical para intervenção social já está presente desde a proposta tão amplamente replicada entre os projetos sociais que visam a “democratização da cultura” e que, muitas vezes, pressupõem uma única ideia de “cultura” a democratizar, uma que deve ser adquirida e alcançada por aqueles que não a detêm.

Tal concepção de democratização cultural ressoa a crítica de Escobar (2009) e demais teóricos do pós-desenvolvimento sobre o contexto de surgimento das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O autor oferece uma boa interpretação das proposições de distintas teorias do desenvolvimento, apontando suas diferenças quanto à compreensão das noções de modernidade e das suas dimensões materiais e discursivas.

A primeira, segundo o autor, caracteriza-se pela teoria liberal da modernização, que atribuiu o desenvolvimento aos efeitos da ciência, da tecnologia e, afinal, do capital, ao final da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria, portanto, é a que propõe a noção de que há países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, “produzindo”, por exemplo, o “Terceiro Mundo” como uma categoria à qual

continentes inteiros (Ásia, África e América Latina) poderiam ser reduzidos e a partir da qual inevitavelmente travariam relações políticas, econômicas e culturais na arena global. De acordo com essa teoria, as intervenções de desenvolvimento deveriam ser verticalmente aplicadas, de forma a completar e aprofundar o projeto da modernidade (Appadurai, 2000). Assim, o desenvolvimento, então compreendido como um estado constante de progresso (Escobar, 2009), seria *democratizado*.

A segunda teoria deriva de uma crítica marxista que situa o subdesenvolvimento nas relações de dependência e exploração próprias da estruturação capitalista da sociedade – isto é, uma sociedade na qual é impossível “democratizar” o desenvolvimento como tal. Desconstruindo a ideia do desenvolvimento como algo necessariamente positivo, essa teoria enfoca a importância das resistências locais a grandes projetos de intervenção e reforça a busca pela justiça social a partir dos movimentos sociais.

A terceira linha teórica, pós-estruturalista, situa o desenvolvimento enquanto discurso histórico a partir do qual se cria seu próprio mecanismo de funcionamento, que engloba a profissionalização das questões do desenvolvimento e a sua institucionalização. Assim, dá-se a criação de um vasto aparato institucional, desde organizações internacionais até agências nacionais de planejamento e desenvolvimento, que efetivamente atua sobre o mundo a partir dos seus pressupostos fundadores, concepções específicas e próprias sobre as “necessidades” sociais e as formas de atendê-las (Escobar, 2000).

O elemento central da crítica da teoria pós-estruturalista às vertentes liberal e marxista é a de que ambas ignoram que as “necessidades”, materiais e sociais – estas a que o “desenvolvimento” busca atender –, não são universais, mas forjadas culturalmente. Assim, deve-se compreender localmente como o desenvolvimento é produzido, significado, adaptado e até subvertido por aqueles envolvidos no seu empreendimento em uma dada realidade.

Uma das consequências dessa crítica é uma reorientação de projetos de intervenção e desenvolvimento buscando maior vínculo com as práticas e necessidades dos territórios onde atuam. É possível verificar essa clivagem também na ação social através da música, cujas iniciativas passam a priorizar e fortalecer manifestações e tradições musicais locais. Distanciando-se da concepção de democratização cultural referida anteriormente, algumas iniciativas passam a promover práticas musicais comunitárias como forma de superar

a ambiguidade da intervenção social, reforçando, por sua vez, uma prática mais próxima das noções de democracia cultural (Bartleet; Higgins, 2018; Boeskov, 2019), atribuindo maior importância ao processo da educação e experiência musical do que a um resultado específico a ser atingido através dela.

Ainda assim, como argumentam Belfiore e Bennett (2008), a presença de uma retórica da transformação ainda permeia a maioria das iniciativas que atribuem às práticas artísticas, em geral, a capacidade de produzir efeitos positivos na sociedade. Tal atribuição se assemelha ao aspecto discursivo do *desenvolvimento* sobre o qual elabora Escobar (2000, 2009), sustentando, assim, sua realidade material e criando suas próprias condições de atuação na sociedade. Gaztambide-Fernández (2013, p. 214) argumenta que as práticas culturais, como um todo,

caracterizam-se precisamente por sua complexidade: o balé é belo não apesar do fato de que muitos jovens bailarinos lutam para conseguir seus papéis, mas justamente por isso; uma orquestra soa magnífica não apesar de um regime militarista que determina como e quantos músicos são formados, mas precisamente por causa dele; precisamos abraçar essa complexidade e promover uma compreensão das artes na educação por meio de uma linguagem mais robusta, que não exija que todas as experiências válidas envolvendo a criatividade simbólica sejam definidas a priori como boas ou previsíveis.

A retórica da transformação articula, também, *quais* práticas artísticas são detentoras desta complexidade, qual deve ser seu locus de atuação, e quais os critérios para que ocorra. Em outras palavras, problematizar a retórica da transformação, compreendê-la enquanto discurso, é perceber o que ela implica ao ser mobilizada: que gêneros musicais são privilegiados nessas iniciativas? Em que regiões, em que partes do mundo são promovidas? Que comunidades integram? De que forma? Afinal, como deve soar o “desenvolvimento”?

Há também amplas discussões sobre um processo de *artwashing* em diversas formas de intervenção social artística, quando a promoção e o desenvolvimento de uma classe criativa em determinados lugares se associam a processos de gentrificação e absorção comercial das manifestações culturais tradicionais locais (Baker, 2021; Bishop, 2012; Logan, 2016). Em muitos casos, especialmente no sul global, essas experiências mercantilizam tais

manifestações, fazendo com que sejam consumíveis por uma audiência distinta e, muitas vezes, distante.²

Outras experiências caracterizam a formação de uma reserva de artistas a serviço das instituições de apoio, como é o caso descrito pelo antropólogo Mark Schuller (2012), ao acompanhar campanhas e processos de ajuda humanitária no Haiti, em que a prática musical se orientava unicamente à realização de concertos e apresentações destinadas aos próprios doadores, não necessariamente atuando na (re)construção das relações comunitárias.

Foi na década de 1990 que o Brasil viu proliferarem os projetos sociais que tinham por atividade principal, ou única, o ensino da música sinfônica e/ou instrumental, para crianças e jovens de baixa renda. Nesses espaços, as práticas musicais e educativas se caracterizam pelo ensino de instrumentos sinfônicos e de conteúdos teóricos da música acadêmica europeia; repertório em partitura formado, em geral, por obras de compositores consagrados e por peças musicais encontradas em métodos tradicionais. Samuel Araújo (2016) recupera que, a partir da década de 1990, com a redução das políticas sociais promovidas pelo Estado, o “terceiro setor” despontou como uma resposta da sociedade civil às necessidades levadas à esfera pública.

O locus da ação das instituições que surgiam concentrou-se, sobretudo, nas favelas e periferias das grandes cidades, sustentado pela atribuição de lugares de ausências e vulnerabilidades a esses locais. Para preencher esses vazios e, assim, transformar a sociedade (Araújo, 2016, p. 33), práticas culturais artísticas, tais como teatro, dança, circo, música, dentre outras, estiveram na agenda de atividades promovidas por essas instituições, tendo na juventude da periferia o seu principal público-alvo.

Essas instituições, de formas e proporções distintas, buscam em geral alcançar determinadas metas, tal como elenca Araújo (2016, p. 33):

- a) fortalecer um senso de solidariedade e cidadania entre os jovens participantes;
- b) profissionalizá-los como artistas e, conseqüentemente, fazê-los capazes

2 Por exemplo, Connell e Gibson (2004) analisam como a invenção da categoria de gênero musical “world music” serve como exemplo de uma representação mercantilizada do desenvolvimento. O consumo e o marketing que sustentam a indústria da world music giram em torno do discurso de promover a solidariedade internacional, o multiculturalismo e o fomento de práticas culturais “autênticas”.

de obter renda; c) criar imagens positivas de sucesso para indivíduos e comunidades estigmatizadas; d) promover alternativas ao envolvimento da juventude com o tráfico e formas violentas de sociabilidade.

Muitas vezes, a esfera pública figura, nas iniciativas brasileiras, apenas como uma das parcerias ou apoio. O chamado terceiro setor³ ainda tem sido um dos grandes responsáveis pela aprendizagem musical formal no Brasil (Freitas; Weiland, 2014). Araújo (2016), discutindo a noção trabalhada por diversas ONGs de inclusão pelas práticas artísticas, observa que suas atividades têm um forte componente territorial e espacial, se concentrando em espaços compreendidos como vulneráveis. O autor identifica que seus discursos combinam três ideias de senso comum relacionadas à música e moradores da favela: 1) aquela música que é a “boa música”, como algo que os moradores de favelas não têm; 2) que a música é uma prática intrinsecamente “boa” que precisa ser encorajada como um meio para promover a resolução de conflitos e superar a violência; e 3) que os moradores das favelas são talentos musicais “naturais” que precisam de uma oportunidade para melhorar e construir carreiras de sucesso (Cambria, 2012).

O autor discorre sobre os programas das ONGs e tece uma crítica sobre as ideias empregadas por eles em relação a como trabalhar a música nas periferias de grandes cidades. Usando essas ideias como argumentos fortes, os programas de ONGs com música proliferaram no país nos últimos 20 anos, obtendo apoio público e privado nos níveis local, nacional e internacional. A escolha de instrumentos musicais (por exemplo, gravadores, instrumentos de cordas orquestrais, violões e instrumentos de sopro), repertórios (mais comumente, músicas “clássicas” fáceis, MPB – músicas populares brasileiras – e músicas folclóricas) e grupos de performance, segundo o autor, é indicativo do pequeno diálogo que essas iniciativas têm com as práticas musicais que caracterizam o cotidiano dos moradores das favelas e comunidades.

Em 2012, o *Anuário VivaMúsica!* publicou um dossiê intitulado “Cidadania sinfônica: como os projetos sociais estão mudando o mercado de trabalho dos clássicos” (cf. Anuário [...], 2012). O tema eram os núcleos de ensino de

3 Adoto aqui o termo mobilizado na literatura, nos documentos e sites a que tive acesso, compreendendo que essa terminologia não delimita as “atribuições” dos órgãos referidos.

instrumentos sinfônicos para crianças e jovens de baixa renda que proliferavam no Brasil. No dossiê foram mapeadas 92 iniciativas de projetos sociais, identificados em 20 estados brasileiros. Esses projetos são referidos como “projetos sociais de música clássica” ou até “projetos de cidadania sinfônica”.

O documento também atribui à década que corre entre 1990 e 2000 essa consolidação do cenário de ensino musical instrumental para jovens de baixa renda. A principal referência, em nível mundial, ficou conhecida por El Sistema: o programa venezuelano Sistema Nacional de Orquestras y Coros Juveniles e Infantiles de Venezuela, gerido pela Fundação Musical Simón Bolívar (antiga fundação do Estado para o programa venezuelano de ensino coletivo de música e prática orquestral).⁴ A Fundação Musical Simón Bolívar dedicou-se ao resgate pedagógico, ocupacional e ético da infância e da juventude (Selles, 2013), através do ensino e prática coletiva de música, da capacitação, prevenção e recuperação dos grupos considerados como os mais vulneráveis do país, tanto por suas características etárias como por sua situação socioeconômica.

El Sistema representou um modelo de programa de educação musical bastante replicado (Sánchez, 2007), reconhecido internacionalmente: no México, o Projeto Venezuela desponta, com mais de 30 grupos orquestrais; a Unesco, em 1995, cria o Sistema Mundial de Orquestras e Coros infantis e Juvenis para a paz no mundo. Em 1998, a Organização dos Estados Americanos promovia o modelo do El Sistema como parâmetro para a educação musical comunitária. Em 1999, a Orquestra Jovem Simón Bolívar ganhou o Prêmio Internacional de Música da Unesco.

O que as replicações do formato do El Sistema representam, como um exemplo, é a aplicação e adesão a um modelo elaborado localmente, no sul global, através de diretrizes internacionais, respaldado por organizações transnacionais. Cabe, ainda, problematizar se esse modelo venezuelano constituiu de fato uma referência para demais projetos de ensino musical erudito no Brasil. Efetivamente, a primeira formação de orquestra juvenil brasileira declaradamente inspirada na experiência venezuelana foi o programa NEOJIBA – Núcleos

4 El Sistema é um programa de ensino coletivo e prática de música de concerto no contraturno escolar, direcionado a crianças e jovens de baixa renda, criado em 1975 pelo músico e economista venezuelano José Antonio Abreu.

Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia, criado em 2007 e em vigor até hoje.⁵

Demais etnografias que se dedicam aos projetos sociais de intervenção pela música têm surgido orientadas por um viés de contestação das políticas verticalizadas e verticalizantes de desenvolvimento. Esses estudos têm sido feitos sobretudo através das lentes da etnomusicologia aplicada (Impey, 2002; Kartomi, 2010; Rice, 2014), e se concentram em análises de projetos de educação musical comunitários ou de ONGs (Araújo; Grupo Musicultura, 2010; Bozzetto, 2012; Guazina, 2011; Kleber, 2014; Silva, 2011).

No próximo tópico, veremos como essas questões estão presentes na estruturação da Plataforma Sinfonia do Amanhã, bem como a forma com que as metodologias empregadas pela rede refletem uma concepção de cultura muito própria de um rearranjo do discurso neoliberal frente às transformações sociais estruturais do chamado “capitalismo cultural” (Rifkin, 2000).

A Plataforma Sinfonia do Amanhã: projetos sociais em rede

A Plataforma Sinfonia do Amanhã se apresenta como uma rede composta por iniciativas de educação musical em distintos territórios brasileiros, na intenção de conectá-las e construir linhas de colaboração entre experiências diversas de educação musical, intercambiando suas metodologias de ensino, formas de organização e estratégias de comunicação e atuação a partir de seus territórios. É patrocinada pela empresa italiana Enel – acrônimo para Ente nazionale per l’energia elétrica –, atual líder na distribuição de energia no Brasil, e a quinta maior no mundo.

Nas palavras da diretora de sustentabilidade da Enel Brasil, Márcia Massotti,⁶ a proposta de criação da Plataforma Sinfonia do Amanhã se deu sob a premissa

5 Ângela Lühning (2013, p. 19) identifica que há uma tendência no país, nos últimos anos, “[...] que se impõe muitas vezes como percepção única de música que, na opinião dos seus defensores, poderia ou até deveria conduzir as ações na área de educação musical/música com uma visão salvaçãoista nas escolas: a implantação de orquestras juvenis, seguindo o modelo venezuelano, chamado ‘El sistema’”.

6 Em texto de abertura ao livro *Plataforma Sinfonia do Amanhã: música que transforma* (Barros; Feitosa; Abê, 2019, p. 19).

de “envolver crianças e adolescentes de todo o País na construção de novos caminhos”. Foi criada em 2016 como uma estratégia de gestão para os projetos patrocinados pela empresa, a partir de um projeto já existente: o Sinfonia do Amanhã. Nesse projeto, em 2009, a empresa estabeleceu uma parceria com a Orquestra Sinfônica de Goiás, promovendo aulas gratuitas de instrumentos como violino, viola e violoncelo nas cidades de Cachoeira Dourada e Itumbiara (GO). Atualmente, a plataforma consiste numa rede de organizações sociais e projetos que trabalham a educação musical instrumental, sob a premissa de democratizá-la, em quatro estados do país: Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul e Goiás. O Ceará é o estado da federação com o maior número de projetos associados à rede: já são 22 projetos sociais que a integram. O segundo é o Rio Grande do Sul, com apenas dois e Bahia e Goiás, cada um possuindo apenas um projeto vinculado à rede.

Sua atuação se sustenta em três eixos: 1) articulação, buscando conectar as instituições e os projetos que integram a rede; 2) formação, promovendo cursos e residências artísticas entre os projetos; e 3) difusão, com a realização de festivais de música instrumental.

A realização de um mapeamento preliminar das instituições vinculadas à plataforma, bem como o acompanhamento das atividades promovidas online⁷ logo deixou ver que, embora a plataforma se propusesse como uma rede instituída em função do compartilhamento de práticas musicais distintas, em locais distintos, orientadas pelo mesmo propósito – o de promover inclusão social –, a sua existência na prática consistia mais em um instrumento de gerência dos próprios projetos apoiados pela empresa Enel. A rede, portanto, se pulverizava enquanto objeto de pesquisa a ser estudado como uma totalidade que atua diretamente sobre essas iniciativas de educação musical, por promover trocas entre elas, e passa a representar mais um *mapa* de projetos sociais apoiados pela mesma empresa de energia elétrica.

7 O mapeamento das instituições vinculadas à Plataforma Sinfonia do Amanhã, detalhando e caracterizando suas atuações junto às comunidades – tipos de música, de instrumento, de equipamentos e locais trabalhados –, e atentando para os discursos empregados em seus materiais virtuais e de mídia, bem como a presença ou não nos encontros anuais promovidos pela plataforma, consistiu no primeiro esforço de pesquisa, em função do período pandêmico em que esta teve seu início. A coleta de materiais de mídia, desde apresentações e concertos online até aulas e oficinas oferecidas por alguns projetos durante este período possibilitou um esboço de etnografia virtual dessa rede, ainda que de forma incipiente.

No documento *Relatório anual de sustentabilidade Enel no Brasil, 2018* (Enel, 2018), a empresa situa a Plataforma Sinfonia do Amanhã como parte do seu programa de sustentabilidade, implementado desde 2016: o Programa Enel Compartilha, pautado conforme os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas. Dentre os dezessete objetivos, a empresa aponta firmar compromisso com quatro: Educação de Qualidade; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico e, por fim, Ação Contra Mudança Global do Clima.

Há uma tendência global em alocar iniciativas de educação musical em pastas de desenvolvimento e sustentabilidade, sobretudo em países do sul global (Lewis; Rodger; Woolcock, 2021). Em um breve mapeamento de instituições apoiadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, é possível identificar iniciativas como o projeto Red Nacional de Orquestas y Coros Infantiles y Juveniles de Panamá, apoiado pelo programa Música para Crescer, do Banco de Desenvolvimento da América Latina; o projeto NEOJIBA, na Bahia; e o próprio El Sistema venezuelano, como explorado no tópico anterior. Essa tendência desloca a promoção de práticas de educação musical de maneira acessível da seara apenas da cultura, e as transforma em pautas de desenvolvimento social. O que acontece quando se atribui a função de *desenvolver* a fazeres musicais tão distintos? Que noções de desenvolvimento estão implicadas nessa operação?

No mesmo documento, ainda, é possível identificar as premissas que sustentam os interesses conjugados entre a empresa e os seus stakeholders:⁸ para aquela, o “enraizamento local e o fortalecimento da imagem corporativa” são os valores desejados com a realização do festival Acordes do Amanhã; para estes, a “qualificação profissional e o desenvolvimento socioeconômico por meio do fortalecimento educacional e cultural”. Em artigo de abertura ao livro *Plataforma Sinfonia do Amanhã: música que transforma*, Márcia Massotti, a já citada diretora de sustentabilidade da Enel, situa a criação da plataforma como uma ação relativa à meta 4 dos objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU:

8 Stakeholders é o termo corporativo para designar os ‘grupos interessados’, de interesse normalmente mediado por investimentos. A Plataforma Sinfonia do Amanhã tem como stakeholder mais imediato o próprio Governo do Estado do Ceará, através da Lei de Incentivo à Cultura do Ceará, com o Edital Mecenaz.

a meta Educação de Qualidade, endossando que “fazer inclusão social por meio da música se mostra eficiente frente às rotinas da educação” (Barros; Feitosa; Abê, 2019, p. 19).

O programa de apoio da Enel à Plataforma Sinfonia do Amanhã está estruturado segundo os princípios da Creating Shared Value, que tem vistas a conceber projetos que gerem valor tanto para a empresa como para as comunidades em que ela atua. Através dessa metodologia para produzir impacto social, a Enel divide sua “atuação social” em três eixos: acesso à energia; desenvolvimento econômico e social das comunidades e, por fim, apoio às comunidades. As atividades da Plataforma Sinfonia do Amanhã fazem parte deste último eixo.

Essa metodologia de atuação foi elaborada por Michael Porter e Mark Kramer como estratégia para reformular o capitalismo e sua relação com a sociedade (Kramer; Pfitzer, 2016; Porter; Kramer, 2007, 2011). Reconhecendo, no início da década de 2010, que muitos dos problemas sociais, econômicos e ambientais vivenciados até então estavam sendo atribuídos às empresas com suas ações predatórias, os autores propõem a metodologia de Criação de Valor Compartilhado para recuperar a credibilidade e a legitimidade das empresas na sociedade. Segundo essa metodologia, o objetivo de uma corporação deve ser o de, ao produzir valor econômico para a empresa, produzir “valor social” para a comunidade, defendendo que a geração de lucros a partir de um fim social representa uma forma superior de capitalismo.

George Yúdice (2004), a partir de uma análise das políticas culturais no contexto de pós-guerra fria nos Estados Unidos, aponta para uma rápida fusão das artes em geral à ideia de cultura como um recurso, isto é, dotadas da capacidade de solucionar problemas sociais. Essa reorientação, ressalta o autor, é realizada primeiramente no âmbito administrativo, que convoca e atribui artistas e suas manifestações artísticas para finalidades específicas, sejam elas melhorias na educação, tensões raciais, criação de empregos, redução da criminalidade, e até geração de lucro (Yúdice, 2004, p. 23). O autor define tais práticas artísticas como recursos assim como o são os “recursos naturais”, que inspiram, nem sempre na mesma medida, tanto sua própria exploração – atrelada às projeções de desenvolvimento econômico – como sua necessidade de preservação.

A compreensão das artes – referidas como, *lato sensu*, *cultura* – como recurso também foi empregada por instituições e fundações internacionais como forma de investimento nos ditos países do “Terceiro Mundo”. Em 1999, na conferência

internacional “Culture Counts: Financing, Resources and the Economics of Culture in Sustainable Development”, o presidente do Banco Mundial ressalta o papel das artes e das heranças culturais de modos de vida tradicionais na garantia de desenvolvimento econômico e social. Em seu discurso, as características físicas e expressivas da cultura são avaliadas como um recurso capaz de gerar renda, turismo, habilidades, sendo ainda subutilizado em países “em desenvolvimento”, sustentando, ainda, que a herança cultural, a tradição, valoriza o produto cultural. Reconhece, por fim, que um dos desafios do Banco Mundial é analisar os retornos locais e nacionais dos investimentos que restauram e extraem seu valor da herança cultural – seja algo elaborado ou vivido como cultura expressiva, tal como música indígena, teatro, artesanato (World Bank, 1999 *apud* Yúdice, 2004, p. 24).

Interessante pensar a partir dessa fala que o desenvolvimento resultado da destinação de fundos à *cultura* é traduzido, sobretudo, no potencial que esses recursos têm de gerar retorno econômico. Santana (1999) e Yúdice (2004) situam esse então novo direcionamento de investimento em iniciativas da sociedade civil – sendo a cultura uma de suas maiores características –, como uma reação ao fato de que, ainda que a economia mundial tivesse crescido ao final dos anos 1990, a desigualdade social também cresceu exponencialmente, evidenciando as fraquezas e lacunas das promessas neoliberais e de um projeto de modernidade sustentado por determinadas noções de desenvolvimento (Lewis, 2019). Esse novo modelo de apoio à cultura não mais estaria nas mãos de agências públicas somente, mas seria composto por parcerias entre os setores públicos e instituições internacionais de financiamento, como por exemplo o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano (Santana, 1999; Yúdice, 2004), direcionadas ao apoio de organizações da sociedade civil.

A priorização de organizações da sociedade civil como destino dos investimentos em cultura com vistas ao desenvolvimento social também supõe de uma certa articulação entre as noções de cultura e comunidade, postas em relação no conceito de cidadania cultural, desenvolvido por Rosaldo (1994, 1997). Na sua concepção, a cidadania cultural está diretamente ligada à estruturação de *comunidades* a partir da defesa ao direito de manifestar as características que as definem enquanto comunidade. Isto é, a *cultura* se constitui ao mesmo tempo em um instrumento de reivindicação de direitos na arena pública e em um direito em si (Rosaldo, 1997, p. 40), e até em uma condição para a cidadania plena (Flores; Benmayor, 1997).

Essa mudança acompanha o que Jeremy Rifkin (2000) define como a consolidação de um “capitalismo cultural”, operando uma transformação na forma como compreendemos cultura e o que promovemos em seu nome, sublinhando o seu caráter utilitário de resolver problemas sociais, ao mesmo tempo “desobrigando” o Estado de atuar nessas situações (Yúdice, 2004).

No próximo tópico, veremos como essa relação entre práticas culturais coletivas e funções atribuídas a elas pode mudar em detrimento das formas vigentes de relações econômicas viabilizando sua sustentação, analisando a trajetória de estruturação de um dos projetos integrantes da Plataforma Sinfonia do Amanhã, desde sua fundação, muito anterior à existência dessa rede, até os dias atuais.

A Filarmônica Minerva: da tradição à inclusão social

Em meados do século XIX, no piemonte baiano, a descoberta de um solo diamantino alvoroçou a população e reorganizou o quadro social e político local, em que muitas famílias de sobrenomes poderosos, como marca do coronelismo, minguavam e migravam frente à seca e ao declínio de uma agricultura e pecuária intermitentes. Foi o princípio do ciclo garimpeiro na região que viria a ser conhecida por Lavras Diamantinas.

Parte da literatura atribui ao ano de 1840 a descoberta de diamantes na região por um explorador português, e ao final de 1841, mais especificamente, a descoberta dos minérios valiosos em Morro do Chapéu. A partir deste momento, a economia local passa a girar em torno do achado: garimpeiros que vinham de Minas Gerais, forasteiros, homens negros recém-libertos da escravidão, proprietários de terras e de escravizados, todos motivados pela rica promessa que se espalhava pelos leitos dos rios que contornam e atravessam a Chapada Diamantina. Formaram-se as novas elites conhecidas como a aristocracia do diamante, composta por coronéis e arrendatários das serras. Essas elites buscavam ativamente aumentar sua influência política para conseguir cargos públicos que, por sua vez, lhes garantiriam controle sobre a terra e consolidariam seu poder econômico na região.

Uma nova dinâmica de ocupação do território se estabelecia. A movimentação garimpeira nesse primeiro ciclo do diamante foi, assim, transformando as

cidades da região, que viram crescer de forma abrupta e vultosa a população, as mercadorias, os insumos as disputas e... as filarmônicas. Como aponta Schwebel (1987, p. 23):

O desenvolvimento econômico do século passado [XIX], com a exploração das riquezas minerais em Minas Gerais e na Chapada Diamantina na Bahia, do café em São Paulo, fumo e cacau na Bahia, açúcar em Pernambuco e borracha na Amazônia, contribuiu e facilitou em muito a rápida expansão das filarmônicas pelo país e, em pouco tempo, elas se tornaram uma instituição sem a qual a vida nas pequenas, médias e grandes cidades seria impensável.

A expansão das filarmônicas na região a partir de uma intensificação do ciclo de exploração garimpeira revela uma interessante correlação entre esse fazer musical e a transformação das dinâmicas econômicas locais. Para além da sua associação com o progresso e a modernidade (Dantas, 2015), a vinculação das filarmônicas à economia dos diamantes era sobretudo uma das únicas formas de garantir sua manutenção como banda civil de maior porte, com instrumentos, uniformes, regência, aulas e apresentações. Tal correlação nos convida a olhar para fatos musicais locais não apenas como puramente musicais, mas sim como partes de uma trama que articula diamantes, sons, política e cidade.⁹

É nesse contexto que, em 1906, a Sociedade Filarmônica Minerva é fundada, sendo apenas uma das várias filarmônicas que prosperaram a partir do ciclo do garimpo vivido na região. Sua fundação simbolizou modernidade e progresso na região das Lavras Diamantinas, além de ter representado um feito político do seu fundador, o Coronel Francisco Dias Coelho, que até hoje consta como presidente honorário da Sociedade Filarmônica Minerva.

9 No romance *Cascalho*, de Herberto Sales (1975, p. 97), há um trecho que ilustra bem essa relação de financiamento das filarmônicas, quando o personagem Alípio, gerente das terras de Seu Teotônio, comenta sobre o garimpo chamado “A Mãe do Povo”, em Andaraí, e como sua lavra, ainda que não fosse tão generosa como antes, ainda era suficiente para garantir o que importava: “A Mãe do Povo, como o nome mesmo está dizendo, já agüentou com o povo de Andaraí durante muito tempo. É verdade que ela hoje já não é o garimpo rico de antigamente, onde o garimpeiro que abrisse um serviço podia comprar fiado. Mas, assim mesmo, vá perguntar a Mestre Paulo, que é agora o dono dela, se ele já viu a cara da indigência? [...] Ou assim ou assado, a Mãe do Povo ainda dá pra o Mestre Paulo bancar tese, ter as suas duas ou três mulheres-damas, e ainda por cima sustentar a filarmônica.”

A pequena banda que havia antes, pertencente ao Grêmio Literário, passou a compor o corpo da Sociedade Filarmônica Minerva. Alguns instrumentos foram aproveitados da banda anterior, mas a maioria foi adquirida com recursos doados em parte por Dias Coelho e em parte pela população: uma requinta, um clarinete, um piston, um trombone, duas trompas, um contrabaixo, um baixo em si bemol, um barítono, um bombo, uma caixa e um par de pratos. Apenas homens podiam integrar a banda, e seus uniformes eram compostos por uma calça branca, uma blusa marrom com mangas compridas e abotoamentos dourados e um quepe de cor marrom. Grande parte dos músicos que integravam a banda trabalhavam por conta própria no garimpo.

O “sustento” da filarmônica dependia, portanto, do dono do garimpo. Além disso, durante o período coronelístico, era comum que cada grande líder político organizasse uma filarmônica ou banda de música próprias, pois eram vistas como ferramentas poderosas para assegurar a autoridade e o prestígio locais. As filarmônicas com frequência marcavam presença em todas as solenidades que tivessem a cidade como palco, em romarias, novenas, festividades religiosas, inaugurações e homenagens a figuras célebres da comunidade. Nesse sentido, sustentar uma filarmônica com os proventos advindos da lavra poderia significar influência e poder de barganha.

Era bastante comum que um município tivesse ao menos duas sociedades filarmônicas, isto é, duas filarmônicas pertencentes a dois grupos políticos distintos. Se, de um lado, na arena política grupos rivais se opunham acirradamente e muitas vezes violentamente, de outro, no palco da vida cotidiana, a disputa de influência na cidade através das filarmônicas podia ser mensurada em termos festivos, em quem mais oferecia e impressionava a população com suas apresentações.

Essa descrição muito pouco tem em comum com a Banda Filarmônica Minerva que se pode encontrar hoje em dia tocando pelas ruas de Morro do Chapéu em dia de Santa Bárbara ou na Festa do Divino Espírito Santo. A Banda Filarmônica Minerva faz parte da Sociedade Filarmônica Minerva: uma sociedade civil que também promove atividades relativas à dança e às artes dramáticas na cidade de Morro do Chapéu.

As filarmônicas como conhecemos atualmente são organizações de ensino, prática e performance musical normalmente atreladas a sociedades, isto é, pertencentes a associações da sociedade civil com representação jurídica. Como

lembra Dantas Júnior (2006), o termo “filarmônica” foi herdado das sociedades musicais de tradição portuguesa, geralmente formados por agremiações de profissionais ou outras comunidades de práticas.¹⁰

Hoje, a Filarmônica Minerva, essa instituição centenária compreendida como patrimônio cultural pelos moradores do município e dos arredores, na Chapada Diamantina, tem como centro das suas atividades a chamada “Escolinha de Música”.

Ainda que, datando de sua fundação, a Sociedade Filarmônica Minerva não tivesse uma escola de música propriamente dita, seus fundadores promoviam aulas em espaços improvisados, para a formação de músicos que pudessem integrar a banda (Dantas Júnior, 2006). No primeiro estatuto da filarmônica, datado de 21 de outubro de 1906, o primeiro artigo já indica o seu intuito: “Desenvolver a arte musical na esperançosa mocidade da Vila do Morro do Chapéu, como um moralizado recreio civilizador, progressista e diversivo.” Pergunto-me, então, se essa compreensão da banda como um “moralizado recreio civilizador” permanece como norteadora dessa prática musical.

A prerrogativa atual de arte-educação empregada pela escola da Minerva é sustentada pela instituição como forma de promover um sentimento de pertencimento, buscando construir um sentido de comunidade entre seus membros. Mas do que “civilizar”, conta-me o presidente da instituição, Antônio Dantas, em entrevista,¹¹ o objetivo é promover uma prática que “agregue os morrenses novamente”. Em outros momentos, a expressão utilizada foi a de que “a Minerva dá liga à cidade”. *Dar liga*, aqui, fazendo referência a um processo de transformação de elementos na culinária, significa que a Minerva mantém a cidade *unida*, se não em torno da prática musical em si, em torno do próprio fato da sua existência histórica estar atrelada à identidade coletiva.

A menção à construção de um sentimento de comunidade parece ter uma relação direta com a recuperação de símbolos e práticas tradicionais que se

10 A denominação de uma “filarmônica” é utilizada com mais frequência para indicar um grupo musical cujo corpo diretivo ou instituição detentora não possui fins lucrativos – sendo mais comum, por exemplo, seu emprego para descrever orquestras. O termo, no entanto, continua a ser utilizado para descrever essas bandas sobretudo no estado da Bahia; grupos semelhantes em outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, são referidos apenas como bandas civis.

11 Concedida em 6 de abril de 2022, em Morro do Chapéu.

reportam às identidades locais, forjadas e vividas ao longo da história de Morro do Chapéu. Nesse sentido, o trabalho realizado pela Filarmônica Minerva – seja em sua “Escolinha”, seja ao tocar nas ruas, seja ao promover aulas e projetos dramatúrgicos –, é visto como uma questão de resistência frente à massificação do acesso a bens e práticas culturais e à sua descaracterização contemporânea.¹²

Essa problemática – da massificação do acesso a bens e práticas culturais – não é necessariamente recente. A partir da década de 1950, como indica Fernandes da Silva (2019), as sociedades filarmônicas em geral foram perdendo a contribuição de seus associados e o prestígio entre os habitantes das localidades onde estavam sediadas suas filarmônicas. A autora, ao realizar uma espécie de diagnóstico das filarmônicas no Brasil de hoje, conclui que grande maioria delas deixa de ser um centro de sociabilidade das cidades a que pertencem, onde funcionavam como aglutinadoras de demais mobilizações artísticas (e até políticas, como vimos), e passa a assumir a função de equipamento cultural para integração social. Tal passagem é acompanhada pela mudança significativa nas suas formas de financiamento. Se, a princípio, a economia do garimpo – no caso das filarmônicas das Lavras Diamantinas –, garantia a viabilidade de sustentação dessas instituições e dos seus *musicares* (Small, 1998), com o seu declínio a permanência de um número mínimo de associados e de “padrinhos” políticos vinculados a elas fazia com que as filarmônicas sobrevivessem. A perda de sócios e a decadência dessas instituições, bem como do papel político das figuras coronelísticas na região, portanto, impôs uma mudança na própria orientação das práticas musicais dessas filarmônicas. Como traz Fernandes da Silva (2019, p. 68),

Sob o ponto de vista social, as sociedades filarmônicas baianas migraram definitivamente do seu papel de centro de integração e convergência da comunidade, já que o fim da relação com os sócios é um fato dado, para uma função voltada para

12 O ensino musical coletivo se projeta nessa experiência, portanto, como a forma de ensino privilegiada, não pelos mesmos motivos referidos em demais projetos que fazem uso desse método defendendo-o como estratégia pedagógica musical, mas pela razão mesma de que, para recuperar um sentimento de coletividade frente a uma tradição, é preciso despertá-lo entre os alunos, também, coletivamente. Nesse sentido, o ensino ocorre coletivamente, ainda que as seções das aulas da “Escolinha” sejam individualizadas.

a socialização e redução da vulnerabilidade social infanto-juvenil, seu principal público atualmente.

Assim, diante de um contexto de desinvestimento e desmobilização dos fazeres musicais nessas instituições,¹³ as filarmônicas passam a pleitear recursos advindos principalmente das autoridades públicas, sob as justificativas de que representam a tradição cultural local ou por seu trabalho filantrópico de atendimento à juventude da comunidade (Fernandes da Silva, 2019, p. 60).

Em 2018, a Minerva de Morro do Chapéu firmou sua parceria com a Enel Green Power para a execução do projeto Porta para a Cidadania. Esse projeto equivale ao que foi referido anteriormente como a chamada “Escolinha” da Minerva. Em algumas peças publicitárias, consta apenas o nome do projeto; em outras, abaixo do nome, um slogan: “Contra a violência, o encanto da música!”

A parceria com a Enel é bastante celebrada pelos gestores da Minerva: “Só assim a gente continua aqui... Foi uma luz, literalmente!”, conta Antônio Dantas, fazendo uma brincadeira com o encontro fortuito entre a Minerva e a tal empresa de geração de energia elétrica. “Antes da parceria, a Minerva estava às moscas”, continua, “e não era por falta de vontade.”

Em 2008 teve início na região de Morro do Chapéu a construção de um parque eólico, com a empresa Sowitec, que realizou as primeiras visitas na região para instalação de torres anemométricas e arrendamentos de terra nas localidades de interesse (Staut, 2011). O chamado Complexo Eólico Cristal foi comprado em 2010 pela Enel Green Power, que, desde então, atua na ampliação desse parque eólico. Dessa forma, a atuação da empresa na localidade requer certas “práticas” de responsabilidade social, levando a empresa a buscar iniciativas locais para se associar. “Eles estavam interessados em conhecer projetos da região... Aí uma conhecida indicou que a gente falasse com eles, e fomos. Fizemos o projeto e até agora tá dando certo”, conta Antônio Dantas.

13 A decadência das filarmônicas no interior da Bahia é atribuída a diversos fatores: 1) o êxodo rural provocado pela industrialização contribuiu para o esvaziamento das cidades do interior; 2) a falta de recursos para a manutenção das bandas; e 3) a não atualização dos repertórios e incapacidade de acompanhar os novos suportes de produção e reprodução musical (Dantas, 2015; Fernandes da Silva, 2019; Schwebel, 1987).

O financiamento de projetos culturais levanta questões importantes, sobretudo quando realizados através de investimentos privados. A esse respeito, Santana (1999 *apud* Yúdice, 2004) aponta que mecanismos de compensação e incentivo funcionam para atrair investidores, gerando confiança de que haverá um retorno a eles.

Em entrevista realizada com um representante do setor de sustentabilidade da Enel Green Power, pude compreender um pouco mais do processo de definição do projeto a entrar no plano estratégico da empresa, como indica a metodologia Creating Shared Value:

A gente primeiro estuda o território todo, todas as instituições existentes, a forma cultural... A Minerva, por exemplo, por que a Enel apoiou? Porque é um equipamento cultural importantíssimo na cidade, e que, além de trazer visibilidade pra Enel, traz uma parceria muito sólida em relação ao posicionamento da empresa de apoiar a cultura da região, e não levar uma coisa de fora, né? [...] A gente tem levantamento de toda a região, de todas as comunidades, toda a parte cultural, mídia, o que tá saindo em mídia, como é a relação com o CRAS da região, como é a relação política... (M., entrevista concedida em outubro de 2022).

A partir de sua fala, podemos identificar dois eixos relevantes para o apoio à Filarmônica Minerva: a tradição que a filarmônica possui e o posicionamento que a relação oferece à empresa, ao apoiar um coletivo artístico local.

Firmar essas parcerias exige que haja dados quantitativos, indicadores, para que se possa avaliar os reais retornos desses investimentos. Contudo, há ainda muita dificuldade em modelar esses indicadores: afinal, como mensurar a utilidade de um fazer musical?

O próprio conceito dos indicadores é modelado a partir da ciência econômica. Esses podem ser desenhados a partir de distintos critérios: econômicos propriamente ditos (quantos empregos são gerados?), profissionais (as instituições envolvidas estão preparadas para esse investimento?), ou de justiça social (esse investimento está de acordo com os valores e preferências culturais da comunidade em questão?) (Jackson, 1998).

Magda Ribeiro (2011), em seu trabalho sobre a concepção e circulação de uma marca brasileira, propõe uma reflexão sobre a criação e a estabilização de categorias em ambientes empresariais, de forma que sua atuação no mundo

produz não apenas o “produto”, mas valores, práticas e modos de ser, pensar e agir. Efetivamente, o mundo corporativo não só produz conhecimento sobre o mundo, como cria o mundo onde e sobre o qual atua. Dessa forma, como esses indicadores são definidos e trabalhados para estabelecer as modalidades de apoio, e como eles *produzem* as categorias de projetos a serem avaliadas?

Novamente, em entrevista com um representante do setor de sustentabilidade da Enel Green Power, o processo de estudo dos projetos a serem apoiados foi brevemente descrito:

A gente parte do macro: análise do país, do que a Enel precisa entregar como macro-metas, estratégias do negócio no mundo, né? Porque estamos em 32 países no mundo, então essas estratégias vêm externas também. Então a gente faz um cenário externo e um cenário local, como eu falei. Para cada análise dessa a gente tem um modelo [...], a gente dá uma nota pro stakeholder. Digamos, temos 30 stakeholders estratégicos em Morro do Chapéu, aí a gente tem lá: apoiadores, de um a cinco, qual a nota? De um a cinco, quantos críticos? Aí a gente tem uma nota do cenário na região. Então, na região de Morro a gente tá com uma nota de apoio 4 e de criticidade 4, também. Porque tem as forças que são do lado e as que são contra, né?... Território de obra é bastante... Tem essa polaridade. Gente que apoia e gente que acha que a gente não devia tá ali (M., entrevista concedida em outubro de 2022).

“Partir do macro” sinaliza um primeiro alinhamento com os objetivos gerais da empresa, para só então definir as estratégias de atuação nas localidades específicas onde ela opera. O acompanhamento sistemático da adesão da comunidade à proposta de atuação da empresa também surge como forma de projetar ações futuras, sustentando uma relação que se pretende de longo prazo e de “parceria”.

Conclusão

A utilização das artes, com ênfase nas manifestações musicais, como instrumento de impacto social, e sua relação com o que compreendemos como retórica da transformação, produz rendimentos interessantes quando observada através das lentes da antropologia do desenvolvimento. Essa relação não é

exclusiva das iniciativas que ocorrem dentro do que se convencionou chamar ação social através da música (Baker, 2021), mas os projetos de educação musical com vistas à inclusão social são terrenos privilegiados para observar esses mecanismos institucionais em ação, por articularem atividades tanto alheias aos sujeitos diretamente beneficiados – isto é, sem relação com a cultura local necessariamente –, como é o caso de algumas das iniciativas discutidas na primeira seção deste artigo, quanto por adentrarem em coletivos e atividades já bastante enraizadas na cultura local – como é o caso da Filarmônica Minerva.

Os demais projetos conectados pela Plataforma Sinfonia do Amanhã têm suas relações com o ente financiador – a Enel – através da mesma metodologia de atuação corporativa: a criação de valor compartilhado. Os métodos de seleção bem como o procedimento de acompanhamento desses projetos empregados pela empresa refletem uma concepção de cultura muito própria de um rearranjo do discurso neoliberal frente às transformações sociais estruturais do chamado “capitalismo cultural” (Rifkin, 2000). A consolidação de um “capitalismo cultural”, operando uma transformação na forma como compreendemos cultura e o que promovemos em seu nome, sublinha o seu caráter utilitário de resolver problemas sociais, ao mesmo tempo que “desobriga” o Estado de atuar nestas situações.

A compreensão da cultura como recurso, quando sobreposta à chamada criação de valor compartilhado, levanta o problema da legitimação das práticas artísticas com base na sua utilidade, sobretudo quando estas se encontram instrumentalizadas para uma agenda de desenvolvimento – além do problema em si de definir formas de mensurar tais práticas.

Clammer (2014), defendendo que a cultura e suas manifestações estejam no centro das políticas de desenvolvimento, sinaliza alguns perigos nesse processo: de um lado, o da apropriação da cultura pelo Estado; de outro, a distorção e destruição de culturas locais pela *comodificação* capitalista. Tal preocupação, ainda que pertinente para descrever diversas experiências, não é suficiente para tratar de formatos como o que foi explorado neste artigo, em que a relação estabelecida entre corporação e projeto *viabiliza* a expressão da cultura local, mas através de um novo dispositivo *discursivo*: o do desenvolvimento. Ao acionar esse dispositivo, ambas parecem se legitimar nas suas atribuições negociadas para o estabelecimento de uma parceria. Resta por investigar, contudo, sua extensão e alcance.

Referências

- ANUÁRIO VIVAMÚSICA! 2012. Rio de Janeiro, 2012.
- APPADURAI, A. *Mordenity at large*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- ARAÚJO, S. A prática sinfônica e o mundo ao seu redor. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 311-322, 2016.
- ARAÚJO, S.; GRUPO MUSICULTURA. Sound praxis: music, politics, and violence in Brazil. In: CASTELO-BRANCO, S. E.-S.; O'CONNELL, J. M. (ed.). *Music and conflict*. Urbana: University of Illinois Press, 2010. p. 217-231.
- BAKER, G. *El Sistema: orchestrating Venezuelan youth*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- BAKER, G. *Rethinking social action through music*. London: Open Book Publishers, 2021.
- BARROS, M.; FEITOSA, P. V.; ABÊ, R. (org.). *Plataforma Sinfonia do Amanhã: música que transforma*. Fortaleza: Quitanda das Artes, 2019.
- BARTLEET, B.-L.; HIGGINS, L. Introduction: an overview of community music in the twenty-first century. In: BARTLEET, B.-L.; HIGGINS, L. (ed.). *The Oxford handbook of community music*. New York: Oxford University Press, 2018.
- BELFIORE, E.; BENNETT, O. *The social impact of the arts: an intellectual history*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- BENEDICT, C. et al. (ed.). *The Oxford handbook of social justice in music education*. New York: Oxford University Press, 2015.
- BISHOP, C. *Artificial hells: participatory art and the politics of spectatorship*. London: Verso, 2012.
- BOESKOV, K. *Music and social transformation: exploring ambiguous musical practice in a Palestinian refugee camp*. Oslo: NMH Publications, 2019.
- BOESKOV, K. Rethinking social action through music: the search for coexistence and citizenship in Medellín's music schools by Geoffrey Baker (review). *Philosophy of Music Education Review*, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 92-98, 2023.

BOZZETTO, A. *Projetos educativos de famílias e formação musical de crianças e jovens em uma orquestra*. 2012. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BULL, A. El Sistema as a bourgeois social project: class, gender and Victorian values. *Action, Criticism and Theory for Music Education*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 120-153, 2016.

BULL, A. *Class, control and classical music*. New York: Oxford University Press, 2019.

CAMBRIA, V. *Music and violence in Rio de Janeiro: a participatory study in urban ethnomusicology*. 2012. Thesis (PhD) – Wesleyan University, Middletown, 2012.

CLAMMER, J. *Arts, culture and international development?: humanizing social transformation*. London: Routledge, 2014.

CONNELL, J.; GIBSON, C. World music: deterritorializing place and identity. *Progress in Human Geography*, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 342-361, 2004.

DANTAS, F. M. *Composição para banda filarmônica: atitudes inovadoras*. 2015. Tese (Doutorado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

DANTAS JÚNIOR, A. B. *Cel. Francisco Dias Coelho, o Diamante Negro*. Morro do Chapéu: EGBA, 2006.

DOBSON, N. Hatching plans: pedagogy and discourse within an El Sistema-inspired music program. *Action, Criticism and Theory for Music Education*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 89-119, 2016.

ENEL. *Relatório anual de sustentabilidade Enel no Brasil, 2018*. [S. l.]: Enel, 2018. Disponível em https://www.enel.com.br/content/dam/enel-br/quemsomos/relatorios-anuais/2018/Relat%C3%B3rio_de_Sustentabilidade_Enel_no_Brasil_2018.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

ESCOBAR, A. Beyond the search for a paradigm? Post-development and beyond. *Development*, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 11-14, 2000.

ESCOBAR, A. El “Postdesarrollo” como concepto y práctica social. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, [s. l.], n. 24, p. 81-99, 2009.

FERNANDES DA SILVA, T. *Política pública, política cultural e participação social: estudo de caso comparativo das sociedades filarmônicas na Bahia/Brasil e das sociedades musicais em Valencia/Espanha*. 2019. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FINK, R. Resurrection symphony: El Sistema as ideology in Venezuela and Los Angeles. *Action, Criticism and Theory for Music Education*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 33-57, 2016.

FLORES, W. V.; BENMAYOR, R. (ed.). *Latino cultural citizenship: claiming identity, space and rights*. Boston: Beacon Press, 1997.

FREITAS, M. de F. Q. de; WEILAND, R. L. Música e projetos sociais e comunitários: o que as publicações da ABEM têm revelado? In: SOUZA, J. (org.). *Música, educação e projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. p. 137-159.

GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, R. Why the arts don't do anything: toward a new vision for cultural production in education. *Harvard Educational Review*, [s. l.], n. 83, p. 211-237, 2013.

GAZTAMBIDE-FERNÁNDEZ, R.; ROSE, L. Social justice and urban music education. In: BENEDICT, C. et al. (ed.). *The Oxford handbook of social justice in music education*. New York: Oxford University Press, 2015. p. 456-472.

GODWIN, L. El Sistema in Australia: risk, aspiration and promise. *Music and Arts in Action*, [s. l.], special issue, 2020.

GOVIAS, J. Reflections on 10 years in Sistema. *Jonathan Andrew Govias*, [s. l.], 10 Feb. 2020. Disponível em: <https://jonathangovias.com/2020/02/10/reflections-on-10-years-in-sistema>. Acesso em: 11 nov. 2024.

GUAZINA, L. S. *Práticas musicais em organizações não governamentais: uma etnografia sobre a (re)invenção da vida*. 2011. Tese (Doutorado em Música) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

IMPEY, A. Culture, conservation and community reconstruction: explorations in advocacy ethnomusicology and participatory action research in Northern KwaZulu Natal. *Yearbook for Traditional Music*, [s. l.], v. 34, p. 9-24, 2002.

JACKSON, B. *Designing projects and project evaluation using the logical framework approach*. Gland: IUCN, 1998.

KARTOMI, M. Toward a methodology of war and peace studies in ethnomusicology: the case of Aceh, 1976-2009. *Ethnomusicology*, [s. l.], v. 54, n. 3, p. 452-483, 2010.

KLEBER, M. O. *A prática de educação musical em ONGs: dois estudos de caso no contexto urbano brasileiro*. Curitiba: Appris, 2014.

KRAMER, M. R.; PFITZER, M. W. The ecosystem of shared value. *Harvard Business Review*, [s. l.], v. 94, p. 80-89, Oct. 2016.

LEWIS, D. Big D and little d? Two types of twenty-first century development? *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 40, n. 11, p. 1957-1975, 2019.

LEWIS, D.; RODGER, D.; WOOLCOCK, M. The sounds of development: musical representation as a(nother) source of development knowledge. *The Journal of Development Studies*, [s. l.], v. 57, n. 8, p. 1397-1412, 2021.

LOGAN, O. Lifting the veil: a realist critique of Sistema's upwardly mobile path. *Action, Criticism and Theory for Music Education*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 58-88, 2016.

LÜHNING, A. Na encruzilhada dos saberes e fazeres musicais: conhecimentos tradicionais, educação, música e espaço(s). In: VIEIRA, L. B; ROBATTO, L.; TOURINHO, C. (org.). *Trânsito entre fronteiras na música*. Belém: PPGArtes, ICA, UFPA, 2013. p. 11-54.

PEDROZA, L. Music as a life-saving project: Venezuela's El Sistema in American neo-idealistic imagination. *College Music Symposium*, [s. l.], v. 54, 2014.

PEDROZA, L. Of orchestras, mythos and the idealization of symphonic practice: the Orquesta Sinfónica de Venezuela in the (collateral) history of El Sistema. *Latin American Music Review*, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 68-93, 2015.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, [s. l.], v. 84, p. 78-92, Jan. 2007.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Creating shared value. *Harvard Business Review*, [s. l.], v. 89, p. 62-77, Jan./Feb. 2011.

RIBEIRO, M. dos S. *Das coisas e suas invenções: antropologia no mundo das marcas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RICE, T. Ethnomusicology in times of trouble. *Yearbook for Traditional Music*, [s. l.], v. 46, p. 191-209, 2014.

RIFKIN, J. *The age of access*. New York: Penguin, 2000.

ROSALDO, R. Cultural citizenship and educational democracy. *Cultural Anthropology*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 402-411, 1994.

ROSALDO, R. Cultural citizenship, inequality, and multiculturalism. In: FLORES, W. V.; BENMAYOR, R. (ed.). *Latino cultural citizenship: claiming identity, space and rights*. Boston: Beacon Press, 1997. p. 27-38.

- SALES, H. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SÁNCHEZ, F. El Sistema Nacional para las Orquestas Juveniles e Infantiles: la nueva educación musical de Venezuela. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 18, p. 63-69, out. 2007.
- SANTANA, E. *Remarks at transnationalization of support for culture in a globalizing world*. Bellagio: Bellagio Study and Conference Center, 1999.
- SCHRÖDER, P. A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina verdadeira? *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997.
- SCHULLER, M. *Killing with kindness: Haiti, international aid and NGOs*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012.
- SCHWEBEL, H. K. *Bandas, filarmônicas e mestres da Bahia*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1987.
- SELLES, J. M. *Ensino da música sinfônica para jovens dos estratos subalternos: capital simbólico e controle social no capitalismo tardio*. 2013. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, A. D. *A Maré no ritmo das ONGs: uma análise sobre o papel das oficinas musicais de organizações não-governamentais no bairro Maré, Rio de Janeiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- SMALL, C. *Musicking: the meanings of performance and listening*. Middletown: Wesleyan University Press, 1998.
- STAUT, F. *O processo de implantação de parques eólicos no Nordeste brasileiro*. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- YÚDICE, G. *The expediency of culture*. Durham: Duke University Press, 2004.

Recebido: 01/10/2023 Aceito: 25/05/2024 | Received: 10/1/2023 Accepted: 5/25/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Del “fuera de lugar” a los territorios excéntricos: coyotes y relacionamientos multiespecie en San Gerardo de Oreamuno, Costa Rica

From “out of place” to eccentric territories: Coyotes and multispecies relationships in San Gerardo de Oreamuno, Costa Rica

Luis M. Barboza-Arias^I

<https://orcid.org/0000-0002-0765-730X>
lubasar@gmail.com

Flávia Charão-Marques^{II}

<https://orcid.org/0000-0002-1818-9281>
flavia.marques@ufrgs.br

^I Universidade Federal de Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil
Doutorando em Desenvolvimento Rural

^{II} Universidade Federal de Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

Resumen

Este artículo incorpora una perspectiva multiespecie como potencial analítico para estudiar las interacciones entre diferentes vitalidades, más allá de la dicotomía “lo humano” y “lo no humano”. Se propone la idea de la “excentricidad” como un modo de pensar los procesos de desarrollo, cambiando de lugar la acción antrópica, antes siempre al centro. Un estudio sobre relacionamientos humanos-coyotes, en la localidad de San Gerardo de Oreamuno (Cartago, Costa Rica), permite el ejercicio de acercar la potencialidad de una etnografía multiespecie al análisis de los cambios sociomateriales situados. Finalmente, argumentamos la importancia de seguir “pensando-con” otras vitalidades sobre las composiciones territoriales singulares, y la necesidad de formular relatos no antropocéntricos como contribución al campo de la Antropología del Desarrollo.

Palabras clave: otro-que-no-humano; neomaterialismo; ontología relacional; vitalidad.

Abstract

This article incorporates a multispecies perspective as an analytical potential to study interactions between different vitalities, moving beyond the dichotomy of “the human” and “the non-human.” The idea of “eccentricity” is proposed as a way to think about development processes, shifting anthropic action, which was previously always at the center. A study on human-coyote relationships in the locality of San Gerardo de Oreamuno (Cartago, Costa Rica), allows the exercise of bringing the potential of a multispecies ethnography to the analysis of situated sociomaterial changes. Finally, we argue the importance of continuing to “think-with” other vitalities about singular territorial compositions, and the need to formulate non-anthropocentric narratives as a contribution to the field of Development Anthropology.

Keywords: other-more-than-human; neomaterialismo; relational ontology; vitality.

No hay una manera de hacer territorio, sino múltiples formas de territorialización.

Vinciane Despret (2022, p. 23-24)

Introducción

Un incremento en el número de avistamientos de coyotes (*Canis latrans*) en áreas urbanas de la provincia de Cartago, en Costa Rica, fue registrado en el primer semestre de 2020, coincidiendo con el período de confinamiento causado por la pandemia de COVID-19. En aquel momento, las restricciones a la movilidad (humana) continuaban vigentes, y solo algunas personas seguían saliendo de sus casas para cumplir con actividades laborales que no podían ser interrumpidas.

Los medios de comunicación nacionales catalogaron esos sucesos como eventos sin precedentes, instando a la población a tener cuidado, lo que generó una creciente preocupación en quienes viven o trabajan en los barrios que están próximos a los sitios en donde se reportó el mayor número de avistamientos. Esta situación es interesante debido a la narrativa que acabó posicionándose. En muchos de los reportajes que se realizaron sobre el tema, se advirtió de la presencia de los cánidos dentro – y en las cercanías – del campus principal del Instituto Tecnológico de Costa Rica (ITCR).¹ Allí, los coyotes fueron acusados de haber disminuido la población de patos que vive en la zona del lago (Figura 1). La cobertura mediática incluyó la participación de expertos en comportamiento animal, que informaron a las personas sobre las precauciones a tomar en cuenta si debían transitar por áreas solitarias del campus o en horarios con escaso movimiento de personal.

1 Institución de educación superior pública fundada en 1971.



Figura 1. Zona del lago del ITCR. Foto: Luis M. Barboza-Arias, abril de 2022.

El temor a los coyotes durante el confinamiento estaba asociado a la idea de que un encuentro con individuos de esa especie podía provocar un ataque violento y con consecuencias fatales. En algunos casos, esa percepción (infundada) de amenaza resultó indisoluble de otro tipo de emociones y sensaciones, como zozobra o angustia. Sin embargo, hubo otro elemento que pasó inadvertido. Se trata de la tendencia a considerar el coyote en cuanto una entidad que está “fuera de lugar”.²

-
- 2 Las organizaciones gubernamentales de protección de la vida silvestre (algunas de las cuales realizaron estudios de cierta relevancia durante el período de la pandemia), pasaron por alto que los avistamientos en las zonas urbanas no son hechos aislados; en cambio, son parte de interacciones ecológicas más amplias y complejas, que crean posibilidades interesantes para pensar la (co)existencia humanos-fauna silvestre, más allá de lo dispuesto en los planes institucionales de manejo de las Áreas Silvestres Protegidas (ASP) y del modelo de gestión, basado en el método binomial de la conservación in situ/ex situ.

La noción de “fuera de lugar” se volvió un punto de partida para el argumento central del presente artículo en la medida en que nos propone otro tipo de provocación analítica para abordar fenómenos relacionados al “desarrollo”. Un primer aspecto a tener en cuenta es que este “fuera de lugar” implica adoptar un posicionamiento onto-político que no está determinado necesariamente por las epistemologías antropocéntricas convencionales, en las cuales lo “no humano” corresponde a un problema que debe resolverse, o bien, a un “recurso” que puede ser explotado. En la experiencia del avistamiento, no es la forma como los coyotes son vistos por los humanos, sino los significados asociados a los modos en que ellos se tornan visibles lo que nos interesa realmente.

Sin embargo, debemos ser cautos con la relevancia que damos a esta “visibilidad”. De acuerdo con Barbara Bolt, lo visual emerge a menudo en la filosofía occidental como siendo parte de una concepción dualista, en la que la visión (*vision*) resulta indisoluble de la vista (*sight*). Nuestras formas de aprender sobre el Mundo, y los múltiples mundos de vida contenidos en él, están influenciadas fuertemente por la manera en que lo vemos, dando paso a dispositivos de pensamiento mediados por la representación. En la pintura, por ejemplo, luz y sombra son necesarias para establecer el contorno de una obra de arte, de esos elementos depende en gran medida la creación de patrones y trazos, incluso cuando no hay ningún orden o una secuencia definida (Bolt, 2010).

Un desafío similar se presenta cuando tratamos de comprender la emergencia de relaciones ecológicas que se tornan difusas y menos nítidas, existiendo y resistiendo, sin vínculo evidente con esta “predominancia” del sentido visual. Este es, precisamente, el caso de los relacionamientos humanos-coyotes que presentamos en este artículo, toda vez que esas vitalidades manifiestan su “presencia-con-el-mundo” a través de – mas no exclusivamente – aullidos y de otras vocalizaciones, lo que torna la experiencia del contacto un acontecimiento auditivo y/o sonoro.

El “fuera de lugar” es un punto de escucha innovador, para el cual se requiere de algo más que un ojo atento o entrenado. En San Gerardo de Oreamuno, localizado a 15 kilómetros al norte de la provincia de Cartago, en las faldas del Volcán Irazú, las potencias afectivas desplegadas por la musicalidad de los “sonidos-coyote” se (re)configuran a partir de prácticas y valores de (co)habitabilidad multiespecie que son específicas de esa localidad. Coyotes y humanos participan

en entramados de vitalidad que, en palabras de Despret (2022), reclaman otros modos de atención.³

Los avistamientos de coyotes en áreas urbanas nos permitieron un ejercicio de análisis “pre-textual”. Tal como propuesto en este trabajo, lo “pre-textual” tiene dos tipos de implicaciones metodológicas. En un primer momento, los avistamientos nos brindan una justificación pertinente para comenzar con la pesquisa de campo, aproximándonos a “mundos de vida” que demandan afinar el oído para sintonizar de modo distinto. Esto también significa percibir que la mirada ya no es suficiente.

En un segundo momento, los avistamientos informan – al mismo tiempo que transforman – el proceso de nuestra escritura: ellos están antes del texto, lo anteceden, al mismo tiempo que interpelan a la participación activa de todos los sentidos. Necesitamos, en tal caso, desarrollar sensorialidades distintas para comprender mejor cómo acontecen los relacionamientos en el cotidiano local de territorios otros-que-no-humanos.⁴ Es decir, para percibir de qué formas contingentes se revelan las dimensiones afectivas que rebasan cualquier tentativa de narrabilidad orientada por la preeminencia del ojo humano y su narrativa visual (Verdum; Dos Santos Vieira; Pimentel, 2016).

Este artículo busca colaborar con el debate contemporáneo de la Antropología del Desarrollo, primero, por reconocer que las vitalidades otras-que-no-humanas constituyen territorios donde la acción antrópica no está siempre al centro; segundo, por acercar la potencialidad de una etnografía multiespecie a los estudios del desarrollo. El trabajo se suma a otras innovaciones metodológicas y analíticas que vienen creando posibilidades distintas para comprender cómo y de qué forma se materializa aquello que solemos llamar “lo no humano” en los procesos situados de desarrollo.

3 Vinciane Despret cita trabajos previos del filósofo francés Baptiste Morizot para explicar la relevancia de esos “modos de atención”. Prestar atención es un arte que nos torna conscientes de las maneras en que cohabitamos con otros-que-no-humanos. De acuerdo con la autora, esto implica reconocer y conceder importancia a otros seres en cuanto portadores de atenciones (Despret, 2022).

4 Buscando escapar del uso de la categoría dicotómica “humano-no humano”, optamos por referirnos al término “otro-que-no-humano”. El esfuerzo es por mejor acercarnos a una relacionalidad entre los seres vivos, cuando esta se presenta en expresiones no antropocéntricas. Sin embargo, utilizamos la expresión “lo humano” y “lo no humano en aquellos casos en los que el argumento busca tornar esa dicotomía visible.

Aspectos metodológicos

Este artículo tiene como base algunos de los aspectos que emergen de un trabajo de campo realizado entre los meses de abril de 2022 y mayo de 2023, como parte de una investigación doctoral del primer autor. Las actividades pueden dividirse en tres etapas distintas, pero complementarias.

Siguiendo el rastro de los avistamientos de coyotes, en los meses de abril y mayo de 2022 se realizaron visitas de campo a las instalaciones de la sede principal del Instituto Tecnológico de Costa Rica, en el área urbana de la provincia de Cartago, donde se realizaron observaciones participantes y registros fotográficos de las zonas donde se reportó el mayor número de avistamientos de coyotes. En el lugar, también se entrevistó a funcionarios de la institución, incluyendo a cuatro funcionarios de la Unidad de Seguridad y Vigilancia que tuvieron contacto directo con los coyotes. Estas personas, además de sus testimonios y relatos, facilitaron material audiovisual que fue utilizado como archivo de la investigación con los permisos correspondientes.

En el segundo semestre de 2022, se realizó una segunda etapa de trabajo de campo, que incluyó dos visitas guiadas al Parque Nacional Volcán Irazú y entrevistas con uno de los guardaparques. Paralelo a esa actividad, en la que se enfocó el aspecto de conservación de la especie, también se realizaron entrevistas on-line con la profesora responsable y los estudiantes participantes en el proyecto: “Áreas de actividad y dieta de *Canis latrans* en el contexto etnozoológico de los bosques tropical seco-transición húmedo y montano en Costa Rica”, desarrollado por la Facultad de Ciencias Biológicas de la Universidad Nacional – Costa Rica. En el primer cuatrimestre de 2023, se realizaron actividades de campo en la localidad de San Gerardo de Oreamuno, donde se trabajó en diferentes momentos con alrededor de cincuenta personas. Se utilizan extractos de las transcripciones y menciones indirectas a entrevistas realizadas a seis personas.⁵

El ejercicio de desarrollar “otras sensorialidades” pasó por una “investigación sonora”, que se realizó en colaboración con integrantes del equipo de investigación del proyecto de investigación anteriormente mencionado. En abril de 2023, se realizó una expedición a la comunidad, en la que fue posible obtener registros

5 Se tomó la decisión de mantener el nombre de los interlocutores en el anonimato para garantizar la confianza depositada en los autores.

sonoros de los coyotes por medio de aplicaciones especializadas (usando teléfonos celulares) y cámaras trampa para el registro visual. En esa actividad, se realizaron grabaciones de los aullidos de coyotes en la Finca El Plantón. Esa propiedad, de 150 hectáreas, había sido indicada previamente por moradores de la localidad como uno de los lugares de actividad de los coyotes. Durante nuestra estadía en el lugar, que duró aproximadamente 36 horas, recorrimos los senderos, durante el día y la noche, para tener mayores posibilidades de avistamiento directo.

El equipo, al principio, mantenía la mirada fija en el suelo y su cabeza agachada, buscando rastros físicos dejados por los animales en el suelo, como huellas y heces. Sin embargo, pronto nos percatamos de que, para atender la actividad sonora del lugar, teníamos que cambiar la forma de prestar atención. La relación de los sonidos nos convoca a participar del entorno circundante. Una postura erguida facilita la escucha ágil, porque el oído, hasta un cierto punto, se apoya en la visión para guiar los sonidos que llegan hasta él de los alrededores.⁶ Juhani Pallasmaa (2011, p. 46, traducción propia) se refiere a esto como “intimidad acústica”, porque la audición crea una experiencia de interioridad: “Yo observo un objeto, pero el sonido me aborda; el ojo consigue llegar, pero el oído recibe”.

Para un análisis técnico, los datos sonoros fueron procesados por el equipo de la UNA – Costa Rica en el programa RAVEN Pro con fines de investigación bioacústica. Esos datos fueron utilizados en este artículo para cotejar los relatos hechos por moradores de la localidad que se habían obtenido en visitas previas.

Abordando el desarrollo desde la investigación antropológica multiespecie

La Antropología del Desarrollo, de una manera general, sea en su vertiente aplicada (Foster, 1974) o en contribuciones críticas (Escobar, 1995; Ferguson, 1994; Mosse, 2005; Worsley, 1972), ha dado atención a los humanos, sus discursos e institucionalidades. Las perspectivas que pasaron a estudiar, reconocer

6 Para escuchar mejor hay que proyectar el cuerpo hacia arriba y hacia los lados, amplificar el campo de recepción de estímulos auditivos, al mismo tiempo que se reduce la propia actividad vocal. Aun cuando “ver” no implica necesariamente que guardemos silencio, una “escucha atenta” requiere que nos mantengamos callados a medida que se avanza en el recorrido.

y valorizar las agencias y las prácticas locales en la reformulación de los planteamientos de los proyectos e intervenciones del desarrollo (Arce, 1989; Bierschenk, 2008; De Sardan, 2005; Long; Long, 1992), al principio, consideraron la corporalidad del actor social encarnada en la experiencia del individuo humano.

Para Long (2001), la emergencia de este “individuo humano” en cuanto actor social está dada por la (pre)existencia de prácticas sociales y estructuras institucionales que determinan relaciones específicas de poder, agencia y conocimiento. Se deduce, por tanto, que el actor social humano es, antes que nada, un sujeto cognitivo, que afecta y es afectado por las redes de relacionamiento de las que participa. Esta “capacidad de afectar y de ser afectado”, para Olivier de Sardan, es posible debido a la disponibilidad de reglas y normas que le permiten al actor social tomar una posición activa en determinada situación, en la que se espera que sea capaz de evaluar las decisiones que puede o no tomar, los recursos de que dispone y las estrategias de negociación con otros actores para conseguir los objetivos. Operando dentro de estos marcos, los actores sociales se guían por las informaciones que facilita el medio y en respuesta a intervenciones que exigen valoración crítica (De Sardan, 2001).

Sin embargo, corporalidades y agencias otras-que-no-humanas, en la Antropología del Desarrollo, empiezan a provocar ciertos cambios. Arce (2003), al trabajar con las discontinuidades de “*livelihoods*” en Bolivia, revela la importancia política de las hojas de coca en procesos de cambio social. Más contemporáneamente, Blanco, Arce y Fisher (2015) sugieren que las intersubjetividades emergentes de las relaciones entre humanos y salmones en la Patagonia chilena participan del surgimiento de una región productora que se integra a la globalización. Sherwood, Arce y Paredes (2017) reúnen varias contribuciones de estudios que relacionan alimentación y desarrollo en América Latina, en donde se destacan interfaces crecientes entre el abordaje de las materialidades (del desarrollo) y el actor social. Charão-Marques y Arce (2023), también contribuyen en este sentido al poner en diálogo varios estudios de casos, que enseñan los surgimientos de vitalidades territoriales desde interacciones de una miríada de sociomaterialidades.

Teniendo en cuenta la actual crisis ambiental y los desafíos impuestos por el Antropoceno,⁷ es creciente el interés en los agenciamientos no humanos (que

7 El Antropoceno es el término acuñado por Paul Crutzen y Eugene Stoermer (2021), a inicios de siglo, para referirse a la capacidad de los seres humanos de afectar el planeta en una escala geológica.

abarca desde animales y plantas, hasta líquenes y micorrizas). Esta tendencia está derivando en investigaciones empíricas sobre las nuevas condiciones que caracterizan la interacción entre seres humanos y vitalidades otras-que-no-humanas. Aquí, también se incluyen elementos considerados inertes, como minerales, fenómenos meteorológicos, e incluso las inteligencias artificiales. De modo crítico, hay toda una literatura transdisciplinaria que plantea la superación de los dualismos sustentados por la racionalidad occidental, como la división aparente entre naturaleza y cultura, para, de esa forma, avanzar en la identificación de maneras creativas de (co)habitar en/con los territorios, por medio de colaboraciones y composiciones intra e interespecíficas que buscan alternativas al orden capitalista neoliberal.

En términos teóricos, sin embargo, se considera que las feministas neomaterialistas anteceden el debate. Los trabajos pioneros de autoras como Elizabeth Grosz y Karen Barad, por citar solo dos de los nombres más conocidos, colocan elementos de discusión que atenúan las nociones normativas. En una entrevista realizada hace algunos años, a propósito del pensamiento de Gilles Deleuze y sus vínculos con lo “no humano”, Elizabeth Grosz afirmó que estos debates están relacionados con una reorientación del “yo” (*self*) y sus modos de reconocimiento (Roffe; Stark, 2015). El “yo” era, hasta hace poco tiempo, un dominio exclusivo de los humanos, constituyéndose como el pilar de la autoconsciencia, el “sí mismo”. Con frecuencia, el (re)conocimiento de este “sí mismo” representó la evidencia del grado evolutivo más alto alcanzado por nuestra especie, la prueba contundente de nuestra excepcionalidad.

No es extraño, por lo tanto, que sustantivos como “volatilidad”, “ubicuidad”, “viscosidad”, “plasticidad” o “informidad”; y adjetivos como “volátil”, “ubicuo”, “viscoso”, “plástico” o “informe” hayan sido incorporados por estas autoras en su pensamiento, convirtiéndose en conceptos, y no apenas palabras, que explican con originalidad las implicaciones (y connotaciones) que tal cambio tiene en nuestra relación con otros-que-no-humanos. No obstante, el giro hacia los “otros-que-no-humanos”, como viene siendo argumentado por Rosi Braidotti (2022), más que “reorientar” el yo, busca desorientarlo por completo.

La propuesta subversiva del “devenir-animal”, hecha por Gilles Deleuze y Félix Guattari (1987) en su libro *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*, también se inscribiría en ese llamado a sospechar de toda lógica de pensamiento que se torna en exceso rígida o ajustada. De acuerdo con la filósofa estadounidense

Karen Barad, de lo virtualmente indeterminado puede emerger algo completamente nuevo e impensado hasta ahora, algo que puede germinar y ser germinado a medida que se vuelve permeable y poroso (Barad, 2019). Hoy en día, encontramos esas “impurezas” en todo tipo de asociaciones creativas y misteriosas.

Pensar la pesquisa antropológica por medio de lo amorfo y de lo impreciso abre espacio para que un sinnúmero de contaminaciones posibles se encargue de hacer lo suyo. Trabajos más recientes sobre neomaterialidad y nuevos vitalismos asumieron la tarea no solo de desestabilizar la posición central que lo “poshumano” mantenía en el debate multiespecie, sino también de incorporar nuevos abordajes “excéntricos”. Es decir, no habría un “antes” y un “después” de la condición humana ni en el modo cómo ella viene siendo pensada, en vez de eso, estos aportes proponen indagar en otras posibilidades analíticas que vislumbran un conjunto alternativo de arreglos existenciales y convivencias caprichosas que desestabilizan las coordenadas espaciotemporales (Bennett, 2022; Povinelli, 2021).

Esta mudanza de pensamiento permite explorar los contornos dinámicos de la investigación multiespecie, lo que aporta novedad y un amplio potencial analítico a diferentes disciplinas del conocimiento científico. La aparición del término “etnografía multiespecie”, acuñado por los antropólogos culturales Eben Kirksey y Stefan Helmreich (2010), en un artículo publicado en 2010, en la revista *Cultural Anthropology*, es parte de los esfuerzos conceptuales y metodológicos que vienen desarrollándose en ese campo. Tampoco se puede dejar de mencionar, por otro lado, lo que algunos autores denominan como el “giro animal” (Hovorka; McCubbin; Van Patter, 2021), que tuvo su origen en la intersección entre los estudios críticos animales y las geografías cultural y humana. A esto también se adscribe un número cada vez mayor de publicaciones procedentes de las ciencias biológicas y veterinarias, filosofía, historia, literatura y artes, entre otros.

En las ciencias sociales, y en particular en la Antropología del Desarrollo, el surgimiento de los estudios multiespecie puede ser entendido como parte de un giro ontológico más amplio (Tsing, 2018). Ese puede ser un ejercicio analítico interesante para entender de qué modo la no linealidad de los procesos de desarrollo se vincula a procesos viscerales de abertura y vaciamiento, por medio de los cuales ocurre la des/re/territorialización del ser sin la interferencia de cánones. Se trata de cuestionar la forma y la preexistencia de las categorías “que todo explican”. En términos de abordajes críticos del desarrollo, podríamos, por ejemplo, cuestionarnos sobre ‘capital’ o ‘cultura’ como categorías (multi)explicativas.

La permeabilidad de los paisajes

La compleja situación ecológica que atraviesa el planeta nos puede resultar inquietante. No obstante, como señalan Turnbull, Platt y Searle (2022), tampoco podemos obviar que fenómenos climáticos de origen antropogénico, como el calentamiento global, estimulan nuestra imaginación y nos permiten elaborar relatos más potentes que vinculan esas problemáticas a diferentes escenarios. El avistamiento de especies silvestres en áreas de intensa actividad humana también genera ese tipo de curiosidad inventiva. Los encuentros casuales con vitalidades otras-que-no-humanas, cuando son entendidos como eventos “fuera de lugar” por quienes participaron de ellos, tienen el potencial de movilizar ciertas disposiciones afectivas que son capaces de desestructurar la concepción normativista que se tiene de la “naturaleza prístina” y la demarcación de espacios físicos para controlar el movimiento de ciertas especies.

Los expertos indican que la pérdida y fragmentación de las áreas boscosas están obligando a los coyotes a buscar su alimento en otras partes, es decir, en sitios que no son las unidades de conservación. La perturbación ecosistémica provocada por la destrucción de los bosques, aunado a la antro-pausa que se produjo como resultado de la pandemia, explican la mayor incidencia de avistamientos durante ese período. Los coyotes, de acuerdo con esas declaraciones, se aseguran una fuente de comida en animales domésticos y otras especies de fauna silvestre que consiguen cazar (como sucedió con los patos del ITCR), y en desechos orgánicos y basura de origen diverso que encuentran en las calles mientras se desplazan.

No obstante, las valoraciones de ese tipo se convierten en salidas fáciles – y esperables, hasta cierto punto – que no hacen referencia a una cuestión central: la intencionalidad. Reducir los agenciamientos y capacidades performativas de los coyotes a comportamientos instintivos, sin duda, nos puede llevar a pasar por alto lecciones que deben ser aprendidas. El “fuera de lugar” que proponemos, por lo tanto, pretende remover las líneas rígidas del quehacer científico biológico, para pensar con más flexibilidad sobre los “actos de rebeldía” realizados por los coyotes que se negaron (y continúan negándose aún hoy) a quedarse inmóviles en los lugares que “hemos dispuesto para ellos” y, en consecuencia, donde “se espera que” permanezcan sin sobresaltos – en las reservas de la vida silvestre.

El Parque Nacional Volcán Irazú (PNVI), localizado al norte de la provincia de Cartago, tiene una superficie de poco más que 2000 hectáreas (es decir, 20 kilómetros cuadrados), y es considerado como uno de los hábitats principales de los coyotes en Costa Rica. Él alberga la que, sin duda, sería la población más grande de coyotes en la provincia. Es muy común, entonces, que se acredite que esos animales solo puedan ser vistos en esa unidad de conservación. Los coyotes, además, se convirtieron en la especie emblemática del PNVI, y su imagen algunas veces es utilizada para promocionar las actividades de gestión de la biodiversidad que se realizan en el parque nacional (Figura 2). Ese hecho posiblemente influyó la idea que muchos tienen sobre la unidad de conservación en cuanto un santuario para la especie.



Figura 2. La silueta de un coyote da la bienvenida a los visitantes del Parque Nacional Volcán Irazú. Foto: Luis M. Barboza-Arias, junio de 2023.

Sin embargo, los avistamientos de coyotes en las zonas urbanas de Cartago demuestran que las ASP no pueden continuar siendo consideradas como repositorios de organismos “puros y discretos”; cuyos ritmos, atmósferas y temporalidades funcionan de modo diferente al del resto de los espacios. En vez de eso, vitalidades como los coyotes encarnan la porosidad y permeabilidad de los paisajes; desplazándose cotidianamente por entre las ASP, los terrenos privados con cobertura forestal y las propiedades agropecuarias, hasta llegar a los barrios con mayor densidad de población humana. Un solo dato es suficiente para colocar la movilidad de la especie en perspectiva: en promedio, un coyote puede recorrer una distancia de entre 20 y 30 kilómetros (12 – 18 millas) en un día, lo que dota a esos animales de una gran capacidad de movimiento. Ahora bien, la distancia entre la ciudad de Cartago y el PNVI es de aproximadamente 31 kilómetros, lo que significa que no resulta un hecho inaudito en lo más mínimo el que un coyote “del parque nacional” consiga agenciarse para llegar hasta los barrios urbanos con relativa facilidad.

La presencia de coyotes en las localidades rurales ubicadas en las faldas del Volcán Irazú, a diferencia de lo que ocurrió con los avistamientos en la ciudad durante la pandemia, no es considerada por los moradores (humanos) de modo amenazante o riesgoso. En San Gerardo de Oreamuno, integrada por al menos 150 familias, que se dedican principalmente a la producción de ganado de leche y hortalizas, los coyotes participan de una coreografía de vitalidad⁸ junto con la neblina, un elemento característico del paisaje la mayor parte del año (Figura 3), en especial durante los meses que corresponden a la estación lluviosa (entre mayo y diciembre).

8 Vinciane Despret (2018), en su libro *¿Qué dirían los animales... si les hiciéramos las preguntas correctas?*, se inspira en trabajos previos del filósofo francés Étienne Souriau para explorar los agenciamientos artísticos de los animales. La coreografía, en el sentido que la autora da a ese término, supone una puesta en escena, una obra de arte cuyo propósito es principalmente estético. Para Souriau (2022), la coreografía se parece más a una “poética del movimiento”, es decir, la capacidad performativa de las vitalidades otras-que-no-humanas de “hacer el ser con la nada, en el deseo del otro”.



Figura 3. Vista panorámica de San Gerardo de Oreamuno.

Foto: Luis M. Barboza-Arias, julio de 2022.

En los días fríos, cuando la neblina tiende a ser más densa, los coyotes aprovechan la poca visibilidad para permanecer en las fincas, potreros y lecherías sin ser vistos por los trabajadores. Pese a que resulta difícil observarlos, esas personas pueden distinguir a qué distancia exacta se encuentran los coyotes, también si ellos están acercándose o tomando distancia, ya que aprendieron a sintonizar con su presencia a través de los aullidos y vocalizaciones.⁹

Dado que los coyotes tienen hábitos crepusculares, la ciencia moderna considera que son más activos en el atardecer y la noche, cuando hay una menor

9 La sintonía (*attunement*) es un término de uso frecuente en los estudios multiespecie, que explora las dimensiones sensorial y afectiva de los relacionamientos entre especies distintas, con especial interés en la participación de los sistemas complejos de emociones (Boonman-Berson; Driessen; Turnhout, 2019).

intensidad de luz natural. Sin embargo, en San Gerardo de Oreamuno es posible escuchar a dos o más coyotes comunicándose entre sí en cualquier momento del día. Esos elementos constituyen un ensamblaje ecológico que (re)configura la vivencia del territorio, haciendo que los coyotes devengan “figuras espectrales”; es decir, seres incorpóreos que movilizan una sensibilidad afectiva, que solo puede ser experimentada de manera empírica por quienes participan de ese cotidiano local.

Contrario a lo que ocurre con otras especies de mamíferos grandes o de tamaño medio que son emblemáticas de Costa Rica, como el jaguar o la danta, los coyotes no son animales carismáticos. En cambio, su capacidad de adaptación a los ambientes antrópicos se convirtió en un argumento válido para incluirlos en la lista de especies exóticas con potencial invasor alto,¹⁰ motivo por el que pasó a tratárselos como parte de las especies que pueden ser intervenidas con propósitos de manejo silvestre. Esto puede parecer irónico, y sin duda representa una paradoja de la gestión de la conservación en el país, toda vez que, mientras la imagen de los coyotes es utilizada como avatar para promocionar el atractivo natural y turístico del PNVI, “fuera de – ese – lugar” esta especie es tratada de modo peyorativo.

La Estrategia Nacional de Biodiversidad 2016 – 2025, por ejemplo, señala que las especies exóticas invasoras (EEI) se encuentran entre las causas principales de la pérdida y deterioro de la biodiversidad en Costa Rica. El argumento es que la salvaguarda de los ecosistemas, las especies y la diversidad genética puede lograrse, entre otras alternativas posibles, a través del establecimiento de medidas para la erradicación de las EEI. Si bien esos planteamientos no hacen referencia explícita a los coyotes, queda claro que ellos también estarían contemplados. La inclusión del coyote en esa lista ha sido objeto de una controversia científica en años recientes. Los detractores del término “invasor” argumentan que existen registros fósiles que permiten comprobar que la especie ya se encontraba en el territorio que hoy en día es Costa Rica en el período conocido como el límite Pleistoceno-holoceno (Lucas; Alvarado; Vega, 1997).

El hecho de que los coyotes “ahora estén por todas partes”, como es común escuchar de quienes no simpatizan con ellos, influye de manera negativa en

10 La lista actualizada puede ser consultada en Sánchez (2018).

muchos profesionales que se encargan de la protección de la fauna silvestre. La connotación de “especie invasora”, en cierta medida, dispensa la falta de estudios rigurosos sobre el estado de las poblaciones de coyotes en el país. En un documento técnico, publicado en 2005 por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN) y el Instituto Nacional de Biodiversidad (INBio), se menciona que los coyotes expandieron su distribución por todo Costa Rica, lo que tiene efectos en las poblaciones de roedores y conejos nativos. No obstante, como se reconoce en el mismo informe de manera inmediata, “no hay estudios que confirmen esta observación” (Sierra; Herrera, 2005, p. 22). Desde entonces, esos vacíos de información no parecen haber cambiado de modo significativo.

Recientemente, se logró evidenciar que las rutas de expansión hacia el sur utilizadas por los coyotes llegan hasta el norte de Colombia (Monroy-Vilchis *et al.*, 2020). Sin embargo, basta con señalar el título de una noticia que circuló en la prensa de ese país sudamericano: “El coyote está a punto de entrar a Colombia, pero es un invitado peligroso” (Paz Cardona, 2020), para darse cuenta que esos desplazamientos generan mucha suspicacia en los humanos. La imparable expansión de su hábitat, o, deberíamos decir, de su territorio vital, establece un “umbral onto-político” que nos ayuda a pensar de forma distinta. La evidencia de las ampliaciones de territorio enseña la diversidad de estrategias que los coyotes utilizan para reinventarse a sí mismos, de cara a transformaciones profundas causadas por el crecimiento urbano y la fragmentación de los bosques.

Podemos pensar en esos resurgimientos creativos de la vitalidad como modos de existencia que “desbaratan la tentación de los modelos” (Despret, 2022, p. 134) utilizados por los burócratas de la planificación territorial, “dando lugar” a sociabilidades multiespecie con potencial (re)generativo y compositivo.

Donna Haraway (2019, p. 182) nos dice: “importa qué historias contamos para contar con ellas otras historias; importa qué conceptos pensamos para pensar con ellos otros conceptos”. La historia de coyotes (y sus apariciones espectrales) es lo que nos interesa contar. Ella es importante porque nos ayuda a “pensar-con” otros conceptos los fenómenos que se relacionan al desarrollo, a medida que nuevos interrogantes van siendo colocados por vitalidades otras-que-no-humanas.

Estas “historias-por-contar” que comienzan a emerger de cara a las crisis ambientales, sanitarias y geobiopolíticas no se basan en guiones cuya autoría es exclusivamente humana, sino que son fruto de confabulaciones transindividuales

que rechazan la forma categórica y los determinismos opacos (Simondon, 2023). La invitación, entonces, no es formular preguntas distintas que nos lleven a responder de manera diferente, sino prestar atención a lo que las vitalidades intentan decirnos, y a los tipos de relato que precisan ser elaborados para dar continuidad a los diálogos multiespecie que comienzan a surgir también en el campo de la Antropología del Desarrollo.

Los “perros lobo” de San Gerardo de Oreamuno

[...] se han ido adaptando al ruido de la gente, a la luz y al sonido de los carros. Han ido perdiendo el miedo, entonces se han ido acercando más. Antes, me imagino, ellos solo estaban en la montaña. Ahora ellos andan aquí, escuchando a las personas y los carros [...] Si usted se queda quieto, sin moverse mucho, ellos se van a mantener por ahí o van a pasar de lado, tranquilos. Si usted hace algún movimiento, ellos inmediatamente se van. Son ariscos. Cuando es verano, y usted está trabajando... cuando el día está bonito, uno sabe que están cerca, aunque no los pueda ver. Ellos, como uno no los molesta, se han ido amansando. [...] Ellos no hacen daño. La única forma es que un animal, una vaca, se caiga por algún motivo y no se pueda parar... Si un animal se cae en el potrero y no se puede parar: si ellos logran llegar, la despedazan. Aquí paren las vacas y andan los terneros, y no pasa nada. [...] Uno le tenía miedo al perro de monte porque imaginaba que era un perro que podía atacarlo. Sí, hay que tener cuidado cuando una perra está parida en algún lado y usted llega y se acerca sin darse cuenta. Nunca se ha visto, pero puede ser peligroso. Sí, le dicen a uno: hay que tener cuidado porque ellos pueden atacar. Pero... que a uno le digan que lo ataca un perro de esos... es mentira. [...] Ellos no hacen daño, ni matar gallinas. En una finca de aquí, hay lecherías... ahí sí hay cantidad de esos perros porque ahí hay dos quebradas hondas, ahí ellos mantienen madrigueras y se oyen, porque vienen del Volcán Irazú. Esos animales se han venido mucho, esos animales se mantenían de conejos y de otros animales de monte. No hemos averiguado por qué les ha dado por andar por aquí, qué es lo que ellos buscan. [...] Aquí la gente ve el animal como algo normal. A veces la gente los ve y dice: ¡Ay, mirá! Esos son perros de monte, qué bonito. [...] Ellos andan aquí cerca. Usted puede andar caminando, y puede ser que estén dos o tres, y usted les puede

pasar de lado sin darse cuenta, porque ellos se quedan quietos. Tienen un olfato admirable, porque ellos pueden venir caminando por un trillo, y si van a topárselo a usted y usted se para, ellos se agachan y cambian de camino. En esta zona del Volcán Irazú y del Volcán Turrialba, que es donde hay más perros de esos, nunca se ha escuchado que hayan atacado a una persona (Entrevistado uno, abril de 2022).

El productor de leche y hortalizas, en su relato, cuenta que él es miembro de una familia numerosa, compuesta por seis hermanos y una hermana que, de modo colectivo, administran una propiedad agropecuaria de siete hectáreas en las laderas del Cerro Pasquí (Figura 4), un sitio que también comenzó a explotarse con fines de turismo rural y ecológico desde 2020.



Figura 4. El productor ingresando a un terreno de hortalizas en el Cerro Pasquí.

Foto: Luis M. Barboza-Arias, abril de 2022.

El “perro de monte” al que esta persona se refiere es un coyote. En San Gerardo de Oreamuno, también se utilizan expresiones como “perro lobo”, “perro” o “lobo” para nombrar a los coyotes. Para nosotros, en cuanto investigadores, aprender a utilizar esos términos de la manera en que las personas de la comunidad lo hacen representó una experiencia muy significativa. Los moradores (humanos) mencionan un “perro” cuando se trata de interacciones con coyotes en ambientes que ellos consideran más cercanos a la esfera familiar, o en relación directa con sus hogares. Es el caso de la historia que nos contó otro de los hermanos, quien adoptó “un cachorro de esos perros” cuando era niño, y cuidó lo suficiente hasta “ponerlo bonito”. Una tarde de juego, mientras él caminaba junto a unos amigos hasta una zona de bosque, en el límite de la propiedad familiar, se encontró con una madriguera de coyotes. La hembra de coyote, al parecer, había muerto, y él se percató de que, entre los cadáveres de crías, había una que aún continuaba con vida. Finalmente, decidió llevársela para su casa y alimentarla para que se recuperara. Luego de dos años de convivencia, una de las vecinas de la familia que se había incomodado con la cercanía del animal lo envenenó intencionalmente, provocándole la muerte.

Por otro lado, la expresión “perro lobo” – o simplemente “lobo” – se suele utilizar para referirse a encuentros con coyotes que ocurren en lugares más agresivos, como las zonas que bordean las hortalizas, lecherías y potreros. En el relato que introduce esta sección aparece otra variante que, sin embargo, tiene un significado parecido: “el perro de monte”. La palabra “monte”, en Costa Rica, es un término que utilizan principalmente las personas de edad más avanzada, y suele indicar un lugar que se encuentra “retirado” o lejos de las comunidades en donde vive la gente. A menudo “monte” también evoca un lugar “que está lleno de maleza”, esta expresión también quiere decir: zonas de naturaleza que no se destinan a ningún tipo de actividad económica productiva.

Indistintamente de cuál sea el término que se utilice, todas esas acepciones connotan experiencias de contacto íntimo que reorganizan los significados y valores de la (co)existencia humanos-coyotes en el territorio. Nuestra incursión no habría sido la misma si no hubiésemos estado dispuestos a incorporar esos términos de manera intencional y sin rigor científico.

Observaciones hechas durante la realización de la etnografía generaron una nota en el diario de campo que hace alusión a esa circunstancia: “Si vas a esa localidad, y quieres preguntar a los moradores humanos sobre el cánido, es mejor

que menciones a los lobos directamente y te ahorres los créditos que Linneo reclamaría” (Registro de campo del primer autor, San Gerardo de Oreamuno, abril 2023).

El proyecto “Áreas de actividad y dieta de *Canis latrans* en el contexto etnozoológico de los bosques tropical seco-transición húmedo y montano en Costa Rica”, desarrollado por la Facultad de Ciencias Biológicas de la Universidad Nacional – Costa Rica, se propuso recientemente integrar un enfoque etnoecológico y de trabajo conjunto con las comunidades que han convivido históricamente con la especie. El objetivo es determinar las áreas de acción y variaciones de la dieta de los coyotes en tierras bajas y montañosas del país. Uno de los estudiantes¹¹ miembro del proyecto nos comentó sobre la dificultad que tuvo al inicio de su trabajo de campo con la comunidad de San Juan de Chicué,¹² en 2021, para lograr que las personas respondieran a las preguntas. Entre otras situaciones, él recordó que su primera reacción al oír la palabra “lobo” fue decirle a su interlocutor que “los lobos” viven exclusivamente en América del Norte, principalmente en Canadá y Estados Unidos, y a la fecha no se tiene un reporte de avistamiento que confirme su presencia en la región centroamericana.

Cada vez que algún morador de la localidad, en un momento determinado de las entrevistas, le mencionaba al estudiante la palabra “lobo”, éste hacía un paréntesis para explicar que se trataba posiblemente de un error, o de una confusión de las especies, porque en Costa Rica no habitan “*Canis lupus*”. Las personas, que al principio se habían mostrado simpáticas y dispuestas a colaborar, acababan sintiéndose cohibidas y decidían no continuar con sus relatos. A diferencia del *Canis latrans*, la categoría taxonómica utilizada por la biología moderna para clasificar a la especie dentro de la familia de los cánidos, según criterios y estándares homologados universalmente, los “perros lobo” (o “perros de monte”) de San Gerardo de Oreamuno son parte de composiciones territoriales singulares. Su inscripción en el cotidiano local de la localidad se inscribe en “negociaciones sociomateriales” (Arce; Charão-Marques, 2022) en las cuales participan, además de personas y coyotes, entidades como la neblina y las tecnologías agropecuarias (Figura 5).

11 Entrevista realizada en junio de 2022.

12 Una comunidad próxima San Gerardo de Oreamuno.



Figura 5. Un “perro lobo” atraviesa la cerca que separa una hortaliza del camino público que lleva hacia San Gerardo de Oreamuno.

Foto: Luis M. Barboza-Arias, agosto de 2022.

Los “perros lobos” no son biología tangibles, tampoco están limitados por una corporalidad, un fenotipo o una fisiología. En cambio, su emergencia en esa localidad responde a una “condición ontológica irreductible” (Barad, 2015) que enriquece las dinámicas del territorio y (re)configura modos de (co)existencia innovadores, en los que, por otro lado, la presencia del *Canis latrans* resultaría improbable. En cierto sentido, los “perros lobo” son parte de lo que Val Plumwood (2014) denominó “naturaleza en voz activa”.¹³ Es decir, ellos encarnan expresiones de la vitalidad que no se encuadran en explicaciones racionales sobre organismos mecanizados y procesos lineales de evolución, diferenciación y adaptación.

Mientras que el *Canis latrans*, en cuanto dispositivo de clasificación taxonómica, propone atributos de diferenciación para separar a esa especie de cánido de las otras, el “perro lobo” no tiene reparos en abrazar las supuestas diferencias entre ellos para hacer surgir una “criatura territorial” totalmente distinta (Arce; Charão-Marques, 2021). Esta criatura se convierte en un ser intersticial

13 De acuerdo con Plumwood (2014), la naturaleza en voz activa es el dominio de los agenciamientos otros-que-no-humanos. Esta autora argumenta que las ciencias naturales modernas, y las ciencias biológicas en particular, ofrecieron durante mucho tiempo respuestas dogmáticas para explicar las fuerzas que animan el mundo. El animismo, un término al que Val Plumwood recurre para referirse a las vitalidades otras-que-no-humanas, requiere ser pensado en términos que no se encuentren supeditados al reduccionismo cultural. “Pensar diferentemente” es reconocer que la creatividad, inteligencia y vida interior de las vitalidades otras-que-no-humanas no puede ser contenida en su totalidad en categorías y categorizaciones abstractas.

y resbaloso que ignora los márgenes de las categorías aceptadas y utiliza las contaminaciones conceptuales como terreno fértil para el nacimiento de nuevas asociaciones e identificaciones con el territorio. La presencia de los “perros lobo” supone “maneras inéditas de vivir juntos” (Despret, 2022, p. 164). Esas (co)habitabilidades embrionarias permiten que las personas perciban la vitalidad del coyote por fuera de toda categoría “formal” y predefinida.

Más que anécdotas

Paul Auster se refiere en uno de sus ensayos más conocidos a la relación que los esquimales tienen con la nieve. Auster (2013, p. 537) relata que esos grupos, “tienen más de 20 palabras para denominar la nieve [...] lo que significa que la perciben de una forma más compleja y llena de matices que nosotros. Ellos, los esquimales, continúa el escritor, “literalmente, ven cosas que nosotros no vemos”. Algo similar se puede decir sobre los relacionamientos que las personas de las comunidades cercanas al PNVI tienen con los coyotes. Más que ver cosas “que nosotros no vemos”, sin embargo, en localidades como San Gerardo de Oreamuno, las personas también oyen cosas, e incluso perciben la presencia de seres “más-que-naturales” por medio de los sonidos.

En marzo de 2023, mientras el primer autor se encontraba en casa de una familia de la localidad, tuvo oportunidad de escuchar algunos comentarios sobre las historias que relacionan a los “perros lobo” con la leyenda popular de La llorona.¹⁴ El episodio comenzó justo después del almuerzo. Luego de haber disfrutado de un apetitoso “casado”, un plato típico de Costa Rica, dos muchachas que trabajan en el emprendimiento de panes caseros que la familia dirige desde su casa de habitación, a quienes llamaremos Magaly y Cindy, se pusieron a conversar mientras retiraban los platos de la mesa.

14 La llorona es un ser fantasmal, un personaje del folclore hispanoamericano, cuyo origen algunos estudiosos relacionan con la América Prehispánica. De acuerdo con la tradición oral más difundida en Costa Rica, La llorona es el “alma en pena” de una mujer que decidió deshacerse de su hijo recién nacido, resultado de una relación ilegítima con un colono español, arrojándolo a un río. Tras haber cometido ese crimen, la mujer recibió maldiciones por parte de su familia y fue condenada al ostracismo social. Arrepentida, se entregó a la tarea de encontrar a su hijo, aún después de su muerte, buscándolo sin descanso en las zonas cercanas al cauce de los ríos, o en las fuentes de agua, profiriendo llantos y lamentos que pueden oírse principalmente en las noches.

Primero fue Magaly. Ella dijo que solía escuchar a los “lobos” cuando estaba preparándose para ir a la cama. “Después de las diez de la noche, los ‘lobos’ comienzan a llorar”, indicó. “En el día, se ven con más frecuencia que antes. Es posible topárselos en manadas por la calle, a veces también hay hasta cachorros”, agregó más adelante. Luego fue el turno de Cindy. Ella contó que el día anterior había ido con su familia a dar un paseo cerca del PNVI. Mientras recorrían un sendero solitario, vieron un cachorro de “lobo” al lado de una cerca. Su marido decidió detener el carro para apreciarlo mejor, y el animal no huyó. En cambio, se quedó ahí y respondió a sus miradas manteniendo la suya puesta en la de ellos.

Ese breve intercambio de historias dio paso a comentarios sobre los sonidos que estuvieron escuchando en las últimas noches. “Lo que oímos son alaridos, como un tipo de lamento”, mencionó Magaly. Mientras que Cindy relató su experiencia en los siguientes términos: “La gente hace comentarios a la mañana siguiente, sobre supuestas apariciones de La llorona”.

Ese mismo día, unas horas más tarde, el primer autor acompañó a un joven líder comunitario vinculado al Comité Comunal de Deportes y Recreación de la localidad, con la intención de ver los avances en la construcción de un muro de contención en un montículo de tierra, contiguo a la plaza de deportes. Aprovechando la ocasión, el primer autor quiso saber la opinión del joven, a quien llamaremos Arnoldo, sobre el tema de La llorona y los “perros lobo”. Arnoldo, entonces, guardó silencio por un momento, como aclarando los pensamientos en su cabeza, y luego se refirió en los siguientes términos:

[Desde] hace un tiempo, en la noche se escucha, de vez en cuando, como un quejido muy raro. Para mí, no son los lobos, porque uno los puede distinguir. El aullido es diferente. Lo que se escucha es como un quejido, y al ratito empiezan todos los perros a ladrar. Mucha gente dice que si será La llorona. De hecho, eso viene desde hace tiempo, pero si hay una relación, nunca se ha investigado, al menos las generaciones más jóvenes no lo hemos hecho. Pero yo me imagino que las personas de acá, desde chiquillos, van haciendo alguna relación. [...] no sé si viste un video que supuestamente habían grabado hace unos meses en Tierra Blanca, donde se escuchaba un aullido. Aquí también se oye. Yo lo he escuchado. Yo lo llegué a escuchar una vez en el día, por cierto, yo venía para acá (la plaza de deportes), era temprano, un domingo. Aquí, toda la gente estaba durmiendo. Eran como las seis y media, pero ya estaba de día. Era como un silencio... y yo lo escuché “como allá”,

en un lugar impreciso. Fue un sonido largo, y ya al ratito todos los perros de las casas comenzaron a ladrar. Parece que se ponen de acuerdo, todos empiezan a ladrar en el mismo momento. Eso dura un minuto, lo mucho. Y pasa. Es una sola vez. No se repite. Yo nunca lo he grabado. Cuando se escucha es así, como “en el momento”. También se escucha por las noches, cuando no está lloviendo. Cuando llueve ya no se puede escuchar nada. Lo que te puedo decir es que es un sonido totalmente diferente del que hace un “lobo”.

Esas historias sobre los sonidos “más-que-naturales” se suelen oír al norte de la provincia de Cartago. En octubre de 2022, durante el trabajo de campo, el primer autor había alquilado una cabaña en un complejo turístico con el objetivo de pasar la noche e intentar escuchar a los coyotes durante su actividad nocturna (Figura 6). El complejo se ubica en una zona muy cercana al terreno en el que la familia de siete hermanos produce leche y hortalizas. Ahí, fue recibido por un joven de aproximadamente 22 años, a quien llamaremos Beto, vecino del barrio San Martín (otra localidad cercana a San Gerardo). Beto vive con su esposa y un hijo de un año y medio de edad, en una casa que construyó en la parte trasera de la propiedad de sus padres. Él trabaja con el dueño del inmueble, dando mantenimiento a las instalaciones y asistiendo en la recepción y estadía de los huéspedes. El joven y el primer autor se habían conocido en una ocasión anterior, cuando éste también se hospedó en las cabañas, con el mismo propósito en mente.

Dado el nivel de confianza que se estableció entre ambos, Beto contó que llevaba varias noches sin poder dormir. Pese a que la convivencia en su casa había sido apacible hasta entonces, el joven se encontraba en un dilema importante. Debido a que la esposa no profesa la religión católica, el niño no había sido bautizado. Sus padres, que él describió como católicos conservadores, no estaban de acuerdo con que el nieto no recibiese el sacramento. Por eso, cuando La llorona comenzó a merodear la casa, y los “llantos” se aproximaban cada vez más a la propiedad, la familia presionó para que bautizaran el niño antes de que ese ser fantasmal y muy temido consiguiera entrar en la habitación del bebé y se lo llevara con ella. Las exigencias familiares, aunadas a los quejidos nocturnos, y a la negativa de su esposa a ceder ante las imposiciones de sus suegros, estaban comenzando a afectar la salud física y mental del joven.



Figura 6. Parte del complejo de cabañas, al fondo el Cerro Pasquí.
Foto: Luis M. Barboza-Arias, octubre de 2022.

“Es una pregunta que nos hacemos”, nos explicó la investigadora a cargo del proyecto de la ECB-UNA, cuando conversamos con ella sobre la relación entre los coyotes, los “perros lobo” y La llorona. De acuerdo con ella, los – pocos – profesionales en ciencias biológicas que se han interesado en estudiar la especie en Costa Rica están “más o menos seguros” de que, lo que las personas en las comunidades cercanas al PNVI describen como “llantos” de La llorona, corresponde en la realidad a un tipo de aullido específico que hace la hembra del coyote cuando está en época reproductiva, y trata de encontrar un macho adecuado para aparearse.

Los relatos hechos tanto por el joven líder comunitario como por el colaborador del complejo turístico no son simples “anécdotas interesantes” que agregan actualidad al folclor del territorio, algo que evidentemente beneficia el incipiente

turismo rural que viene siendo reactivado desde el período de la pandemia de COVID-19. Para profesionales no ortodoxos, como es el caso de la investigadora de la UNA, esas historias, además de despertar la curiosidad y el asombro, motivan un mayor interés en la especie y en lo que puedan significar las señales auditivas que utilizan para comunicarse entre ellos y con las demás vitalidades de su entorno.

Los aullidos y otras vocalizaciones de los cánidos silvestres han sido el foco de atención de numerosas investigaciones internacionales en los últimos años, la mayoría de ellas enfocadas en lobos (Root-Gutteridge, 2016). Si bien en Costa Rica está agenda aún no se encuentra plenamente establecida, no cabe duda que la realización de más estudios que optan por esta clase de abordajes puede ser útil para instruir a las comunidades humanas sobre el componente relacional de los paisajes multiespecie. En lugares como las áreas urbanas de Cartago, estudios de ese tipo contribuirían para indagar en las significaciones (y no solo en los significados) de los relacionamientos humanos-coyotes, yendo más allá de la narrativa superficial de la “especie invasora”.

De lo que se trata, a fin de cuentas, es de buscar la excentricidad de los territorios otros-que-no-humanos, lo que significa pensarlos no solo de formas creativas que sean novedosas y originales, sino también con la precaución de no caer en el reduccionismo de lo “...céntrico” y de los “...centrismos”. Pensar excéntricamente, por llamarlo de esa manera, puede convertirse en un ejercicio reflexivo y analítico que nos mantiene alertas de los riesgos en que incurrimos cuando adoptamos posiciones que son en exceso racionales o lógicas en nuestra manera de aproximarnos a la (co)existencia de la vitalidad. Por el contrario, la excentricidad significa ser conscientes de la desorientación irreductible que acompaña la búsqueda de nuevos conocimientos, con “excentricidad” podemos especular sobre otras maneras posibles de acceder a los mundos de vida que se encuentran “en un lugar distinto del de los humanos”, y con los que, sin embargo, compartimos el planeta.

En un sentido similar, el “fuera de lugar” se convierte en un mecanismo que nos mantiene descentrados, un alegato en favor del aprendizaje intuitivo. Si lo que importa realmente son los modos cómo los coyotes se tornan visibles, entonces estamos obligados a abandonar las narrativas “ojocéntricas” que solamente relacionan la performatividad del coyote con el registro visual (avistamiento) de su existencia física. En palabras de Olga Tokarzuk, debemos

concebir la excentricidad como “[...] un posicionamiento peculiar que se asume por medio de la percepción del mundo: salir del centro para ir más allá de una experiencia de la realidad común, ordenada y aceptada por todos. Es la búsqueda consciente de una perspectiva que todavía no es universal, pero cuya novedad muestra lo que no fue divisado, lo que fue omitido” (Tokarczuk, 2023, p. 182-183, traducción propia).

El punto de escucha innovador al que hacíamos referencia más arriba puede ayudarnos a evocar “eso” que aún no fue divisado y que constituye un modo inacabado e impreciso de devenir. La emergencia de los “perros lobo” puede ser pensada de forma excéntrica, en cuanto una experiencia de percibir/pensar “otro-mundo-posible”, una experiencia multisensorial que es omitida de los libros sobre fauna silvestre costarricense, y desconsiderada como potencialidad de acercamiento a las problemáticas situadas de desarrollo. Los aullidos serían entonces una especie de atisbo a los entramados de vitalidad que (des)organizan la composición territorial de modo constante, y por medio de los cuales las prácticas sociomateriales¹⁵ se vuelven experiencias de (co)habitabilidad que exigen una presencia activa – y afectiva – del ser. Esta excentricidad es valiosa. Nos permite descubrir matices en las interacciones y giros en la trama territorial que no son evidentes “a simple vista”.

Con excentricidad, por otra parte, podemos desarrollar narraciones sensibles, que no se ajustan simplemente al formato textual, sino que además lo trascienden. En la práctica totalidad de las sociedades mesoamericanas prehispánicas, los coyotes eran – continúan siendo – vitalidades más-que-biológicas, siendo venerados en rituales y ceremonias como deidad. En el Popol Vuh, el libro cosmogónico de los pueblos Mayas, el coyote es el encargado de movilizar una onto-poética cosmológica específica, él es el cielo nocturno que representa la potencia masculina. Para los Nahuas, el coyote está relacionado con la deidad Huehucóyotl, comúnmente asociada al placer y la lujuria, y descrito en su tradición oral a partir de sus expresiones de virilidad. Y para los Teotihuacanos, el coyote parece estar asociado a las fuerzas religiosas que intervienen en

15 Se entiende por prácticas sociomateriales a las composiciones territoriales que se expresan a través de los entramados de relaciones, valores, dinámicas y arreglos en los que participan una diversidad amplia de actores sociales (Charão-Marques; Arce, 2023, p. 25).

la actividad militar, una deidad que además instiga las fuerzas del erotismo, la camaradería y el galanteo.

En esos casos, algo que también ocurre en la actualidad, se tiende a relacionar el coyote con lo masculino.¹⁶ En San Gerardo de Oreamuno, por ejemplo, nunca hemos escuchado a nadie referirse explícitamente a una “perra lobo” cuando se tiene la oportunidad de ver una manada de coyotes atravesando los linderos de las propiedades agropecuarias o de escuchar los aullidos a la distancia. La posibilidad de que el llanto de “La llorona” tenga como protagonista a una hembra de coyote en busca de compañero sexual descentra aún más el potencial de esos relacionamientos. Lo hace no porque, de confirmarse la hipótesis, se estaría respetando el mandato de la evolución que no transige con incumplimientos del pacto reproductivo, sino porque es a través de esos “otros protagonismos” bizarros que las conjeturas expanden sus posibilidades infinitas de invención.

A modo de conclusión

La perspectiva multiespecie establece una forma novedosa de analizar el desarrollo que puede ser de utilidad para la Antropología del Desarrollo. Prestar atención a los relacionamientos entre diferentes vitalidades no solo nos permite dar un paso más allá de la dicotomía tradicional de “lo humano” y “lo no humano”. En cambio, también nos permite acercarnos al estudio de las composiciones territoriales singulares, por medio de provocaciones analíticas que no están centradas en los procesos, acciones y prácticas antrópicas.

Las nociones de “fuera de lugar” y “excentricidad” presentadas en este artículo sugieren que es posible efectuar un análisis de los fenómenos relacionados al “desarrollo”, al mismo tiempo que se toman en cuenta los posicionamientos onto-políticos de actores otros-que-no-humanos. De esa forma, podemos argumentar que los relacionamientos “humanos-coyotes” que fueron abordados en

16 Una frase popular costarricense es “No sea coyote”, que suele utilizarse en situaciones en las que una persona que aparenta tener más fuerza física se aprovecha de otra más débil para obtener algún beneficio. La frase es comúnmente utilizada por mujeres (madres, maestras) para increpar a un niño o adolescente de edad mayor que abusa física o mentalmente de otro niño/adolescente menor o presumiblemente más débil.

el estudio de caso no se ajustan necesariamente a epistemologías antropocéntricas convencionales, en las cuales lo “no humano” corresponde a un problema que debe resolverse, o bien, a un “recurso” que puede ser explotado.

Al partir de los avistamientos de coyotes en barrios urbanos durante la pandemia, este artículo buscó contribuir a los debates contemporáneos de la Antropología del Desarrollo, al proponer reflexiones neomaterialistas y de los nuevos vitalismos como parte de una agenda de pesquisa antropológica multiespecie. La invitación que hicimos no es solamente a mudar de preguntas, con miras a obtener otro tipo de respuestas. En cambio, se busca reconocer que vitalidades otras-que-no-humanas, como los coyotes, son actores sociales que participan en la (re)configuración activa de mundos de vida poco atendidos por las vertientes dominantes de la Antropología contemporánea. Como vimos, las entidades que emergen de estos enmarañados, como los “perros lobos” son apuestas inventivas que dan cuenta de la plasticidad de los territorios para adaptarse a (y otras veces, para resistir) condicionamientos y presiones externos.

Al preguntarnos sobre las intenciones que motivan los desplazamientos, nos interesa atender el tipo de alianzas, acuerdos y negociaciones que los coyotes establecen en – y, aún más importante, “con” – los territorios para moverse de manera relativamente segura y acceder a sus objetivos. Esto es, los modos en que ellos afectan y son afectados en el proceso de interacción y relacionamiento (Despret, 2004). La intencionalidad, argumentamos, implica reconocer la autonomía y la subjetividad en el animal individual, el cual entonces se presenta como una entidad distinta del “organismo fisiológico”, que a menudo es el “objeto” de estudio de los etólogos especializados en mamíferos silvestres.

“Eso” que se escucha de noche en San Gerardo de Oreamuno, es una hembra de coyote, es una “perra lobo” y es “La llorona” buscando a su hijo. “Eso” es las tres “cosas” y muchas otras a la vez. El aullido conjura. El aullido invoca – y evoca – entidades que (co)existen y se (re)constituyen a medida que el paisaje se modifica, que la noche sigue al día, y que el territorio es vivenciado por quienes y por lo que participa en su reproducción material y simbólica.

Los aullidos-llantos son un puente de acceso al territorio relacional del coyote, indiferentemente de que la ciencia moderna consiga confirmar o desmentir las sospechas de los investigadores. Para Deleuze y Guattari (1987), “entrar-en-el-territorio-del-otro” significa devenir-otro en presencia de otros, es tornarse diferente a medida que relacionamientos contingentes (des)ajustan y (re)acomodan

las existencias compartidas que rompen con la coherencia ontológica de los seres y las cosas en aislamiento.

Pero los aullidos-llantos también nos dan la oportunidad de ser partícipes de lo que Lynn Margulis (2008) llamó “los juegos de intimidad entre extraños”, su modo personal de rendir homenaje al “resurgimiento” de las especies que se niegan a desaparecer, que no retroceden ni se sienten intimidadas ante la turbulencia medioambiental (Tsing, 2019). Los aullidos no son simples “pistas fisiológicas” que hilvanan las complejas sinfonías que producen los coyotes, ni bioacústicas instrumentales que señalizan el tránsito comunicativo entre un emisor y un receptor de la misma especie. Evasivos, itinerantes, a veces intimidatorios, otras veces terapéuticos, pero siempre artísticos y cargados de emotividad, los aullidos también sugieren los giros en la trama cotidiana de los territorios, los pre-textos argumentativos que promueven el diálogo entre la vitalidad diversa que (des)compone los espacios que compartimos. Los aullidos no son gestos aleatorios. Podemos entender la intención al aullar, en este caso, como un anhelo relacional de los coyotes: crear audiencia. Es por eso por lo que no podemos responder con la imposición del lenguaje humano para pautar la comunicación en potencia, sino con una mayor apertura de nuestra parte a dejarnos afectar por ese lenguaje otro-que-no-humano que solo ahora estamos dispuestos a escuchar con más atención.

Un narrador sensible va en la búsqueda de relacionamientos y asociaciones invisibilizadas y/o borradas de la historia ambiental, de la narrativa del desarrollo y/o de la vida territorial. Un ejemplo de esto lo constituyen las escasas o casi nulas referencias que hacen las ciencias biológicas modernas a los roles protagónicos que tuvieron los coyotes en la historia natural y mitológica en el período anterior a la colonización española.

En Costa Rica, los avistamientos de coyotes en la provincia de Cartago causaron temor y angustia entre la población (humana) durante el período de confinamiento causado por la pandemia de COVID-19, pero también provocaron reacciones de asombro y simpatía. Un comentario hecho por un usuario de la red social Facebook, a propósito de una noticia sobre los avistamientos en el ITCR, dice lo siguiente: “creo que es mejor decirles a los coyotes que tengan cuidado con los humanos, somos más peligrosos para ellos que ellos hacia nosotros”. El comentario, que termina con la frase “(simple opinión)”, entre paréntesis, pudo haber sido elaborado por un lector de Donna Haraway. En esas pocas líneas se

plantea una cuestión importante que la escritora feminista formuló con sagacidad en términos teóricos: la “respons-habilidad”. Tornarse “respons-hábil” tiene un doble significado: ser responsable y tener la “la habilidad de responder” por los actos (Haraway, 2019).

Afectamos aquello que nos afecta. Debemos ser conscientes, por lo tanto, de que la designación del coyote como una especie con alto potencial invasor tiene efectos negativos directos sobre el estado de las poblaciones de coyotes (y, por supuesto, de sus destinos individuales) en el territorio nacional. Contrario a lo que algunos profesionales de la biología de la conservación consideran, nuestro trabajo con especies poco carismáticas nos muestra que “ser-con-otros” siempre es parte de un ensamblaje sociomaterial de (co)existencias y resistencias. “Pensar-con” las vitalidades otras-que-no-humanas torna posible la construcción de narraciones descentradas, excéntricas.

En San Gerardo de Oreamuno, la (co)habitabilidad humanos-coyotes (re)configura la vivencia cotidiana del paisaje multiespecie, por medio de órdenes de proximidad y posicionamientos ubicuos que alteran la interpretación lineal del espacio y el tiempo. La presencia de los “perros lobos” revitaliza las composiciones territoriales que conectan historias naturoculturales, cuerpos biológicos, fenómenos meteorológicos, creencias populares, elementos del folklore regional, preceptos religiosos y concepciones sobre la familia y lo familiar. En ese territorio excéntrico, imaginación y memoria vienen al encuentro de lo que todavía no es y de lo que puede acabar no siendo.

Referencias

ARCE, A. The social construction of agrarian development: a case study of producer-bureaucrat relations in an irrigation unit in western Mexico. *Wageningen Sociologische Studies*, [s. l.], n. 27, p. 11-51, 1989.

ARCE, A. Value contestations in development interventions: community development and sustainable livelihoods approaches. *Community Development Journal*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 199-212, 2003.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.

ARCE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. Interfaces y ensamblajes en la Antropología del Desarrollo: actores, afectos y materialidades. In: PUERTA SILVA, C. (comp.). *Metodologías para desarrollos situados: propuestas críticas y comprometidas*. Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, 2022. p. 63-108.

AUSTER, P. *Ensayos completos*. Madrid: Booket, 2013.

BARAD, K. Transmaterialities: trans*/matter/realities and queer political imaginings. *GLQ: a journal of lesbian and gay studies*, [s. l.], v. 21, n. 2-3, p. 387-422, 2015.

BARAD, K. After the end of the world: entangled nuclear colonialisms, matters of force, and the material force of justice. *Theory & Event*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 524-550, 2019.

BENNETT, J. Afterword: look here. *Environmental Humanities*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 494-498, 2022.

BIERSCHENK, T. *Anthropology and development: an historicizing and localizing approach*. Mainz: Institut für Ethnologie und Afrikastudien, Johannes Gutenberg-Universität, 2008. (Working Papers n. 87).

BLANCO, G.; ARCE, A.; FISHER, E. Becoming a region, becoming global, becoming imperceptible: territorialising salmon in Chilean Patagonia. *Journal of Rural Studies*, [s. l.], n. 1, v. 42, p.179-190, 2015.

BOLT, B. *Art beyond representation: the performative power of the image*. London: Bloomsbury Publishing, 2010.

BOONMAN-BERSON, S.; DRIESSEN, C.; TURNHOUT, E. Managing wild minds: from control by numbers to a multinatural approach in wild boar management in the Veluwe, the Netherlands. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 2-15, 2019.

BRAIDOTTI, R. The virtual as affirmative praxis: a neo-materialist approach. *Humanities*, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 1-13, 2022.

CHARÃO-MARQUES, F.; ARCE, A. A sociomaterialidade da cooperação: atores, práticas e territórios. In: CHARÃO-MARQUES, F.; ARCE, A. (org.). *Cooperação, diversidade e criatividade: transformações sociomateriais em territórios latino-americanos*. Jundiá: Paco, 2023. p. 15-45.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The ‘Anthropocene’ (2000). In: BENNER, S. et al. (ed.). *Paul J. Crutzen and the anthropocene: a new epoch in earth’s history*. Cham: Springer, 2021. p. 19-21.

DE SARDAN, J.-P. O. Les trois approches en anthropologie du développement. *Revue Tiers Monde*, [s. l.], v. 42, n. 168, p. 729-754, 2001.

DE SARDAN, J.-P. O. *Anthropology and development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

DESPRET, V. The body we care for: figures of anthro-zoo-genesis. *Body & Society*, [s. l.], v. 10, n. 2-3, p. 111-134, 2004.

DESPRET, V. *¿Qué dirían los animales... si les hiciéramos las preguntas correctas?* Buenos Aires: Cactus, 2018.

DESPRET, V. *Habitar como un pájaro: modos de hacer y pensar los territorios*. Buenos Aires: Cactus, 2022.

ESCOBAR, A. *Encountering development*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development, de-politicisation and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FOSTER, G. *Antropología aplicada*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

HARAWAY, D. *Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno*. Madrid: Consonni, 2019.

HOVORKA, A.; McCUBBIN, S.; VAN PATTTER, L. (ed.). *A research agenda for animal geographies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021.

KIRKSEY, S. E.; HELMREICH, S. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.

LONG, N. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; LONG, A. (ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992.

LUCAS, S. G.; ALVARADO, G. E.; VEGA, E. The Pleistocene mammals of Costa Rica. *Journal of Vertebrate Paleontology*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 413-427, 1997.

MARGULIS, L. *Symbiotic planet: a new look at evolution*. New York: Basic Books, 2008.

MONROY-VILCHIS, O. *et al.* Coyote (*Canis latrans*) in South America: potential routes of colonization. *Integrative Zoology*, [s. l.], v. 15, n. 6, p. 471-481, 2020.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

PALLASMAA, J. *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PAZ CARDONA, A. J. El coyote está a punto de entrar a Colombia pero es un invitado peligroso. *Mongabay*, [s. l.], 25 ago. 2020. Disponible en: <https://es.mongabay.com/2020/08/coyotes-en-colombia-especie-invasora-sudamerica/>. Acceso: 26 nov. 2024.

PLUMWOOD, V. Nature in the active voice. In: HARVEY, G. (ed.). *The handbook of contemporary animism*. London: Routledge, 2014. p. 441-543.

POVINELLI, E. *Between Gaia and ground: four axioms of existence and the ancestral catastrophe of late liberalism*. Durham: Duke University Press, 2021.

ROFFE, J.; STARK, H. An interview with Elizabeth Grosz. In: ROFFE, J.; STARK, H. (ed.). *Deleuze and the non/human*. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 17-24.

ROOT-GUTTERIDGE, H. The songs of the wolves. *Aeon*, [s. l.], 25 May 2016. Disponible en: <https://aeon.co/essays/we-learn-more-about-our-language-by-listening-to-the-wolves>. Acceso: 26 nov. 2024.

SÁNCHEZ, A. Borrador de lista de especies exóticas invasoras identificadas a nivel nacional. Grupos de trabajo interinstitucionales y propuestas de acciones de manejo para palomas y pez Leon. *Estrategia Nacional de Biodiversidad*, [s. l.], 2018. Disponible en: <https://enbcr.go.cr/lista-de-especies-invasoras>. Acceso: 26 nov. 2024.

SHERWOOD, S.; ARCE, A.; PAREDES, M. *Food, agriculture and social change: the everyday vitality of Latin America*. London: Routledge: Earthscan, 2017.

SIERRA, C.; HERRERA, A. (coord.). *Especies invasoras en Costa Rica: resultados del taller nacional sobre identificación de especies invasoras*. [s. l.]: UICN: INBio, 2005. Disponible en: <http://copa.acguanacaste.ac.cr:8080/bitstream/handle/11606/356/Memoria%20Taller%20Sp%20Invasoras%20CR.pdf>. Acceso: 12 jun. 2023.

SIMONDON, G. *Imagination and invention*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2023.

SOURIAU, E. *El sentido artístico de los animales*. Buenos Aires: Cactus, 2022.

TOKARCZUK, O. *Escrever é muito perigoso: ensaios e conferências*. Brasil: Todavia, 2023.

TSING, A. L. A multispecies ontological turn? In: OMURA, K. *et al.* (ed.). *The world multiple: the quotidian politics of knowing and generating entangled worlds*. London: Routledge, 2018. p. 233-247.

TSING, A. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB: Mil Folhas, 2019.

TURNBULL, J.; PLATT, B.; SEARLE, A. For a new weird geography. *Progress in Human Geography*, [s. l.], v. 46, n. 5, p. 1207-1231, 2022.

VERDUM, R.; DOS SANTOS VIEIRA, L.; PIMENTEL, M. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

WORSLEY, P. *El Tercer Mundo*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1972.

Recebido: 24/10/2023 Aceito: 01/04/2024 | Received: 10/24/2023 Accepted: 4/1/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Antropologia do desenvolvimento em tempos de mudança: discursos, intervenções e territórios em disputa

The anthropology of development in a changing world:
discourses, interventions, and contested territories

Alberto Arce¹

<https://orcid.org/0000-0002-3856-6363>
arcealberto52@gmail.com

¹ Wageningen University & Research – Wageningen, Países Baixos
Professor Emérito

Resumo

A antropologia do desenvolvimento conquistou seu espaço dentro da antropologia social, oferecendo insights cruciais sobre como as forças globais se entrelaçam com as realidades locais, moldando o mundo sociomaterial. Seu compromisso se estende além de compreender por que as intervenções de desenvolvimento falham, englobando o estudo etnográfico das práticas cotidianas, materialidades e territórios. Este artigo explora as raízes conceituais do campo, identifica temas emergentes e enfatiza a necessidade de autorreflexividade entre pesquisadores e profissionais.

Palavras-chave: agência; sociomaterialidade; território; contradesenvolvimento.

Abstract

The anthropology of development has carved its niche within social anthropology, offering crucial insights into how global forces intertwine with local realities, shaping the socio-material world. Its commitment extends beyond understanding why development interventions fail, encompassing the ethnographic study of everyday practices, materialities, and territories. This paper explores the field's conceptual roots, identifies emerging themes, and emphasizes the need for self-reflexivity among researchers and practitioners.

Keywords: agency; socio-materiality; territory; counter development.

Desenvolvimento e antropologia: uma introdução¹

Os estudos de desenvolvimento são frequentemente percebidos como uma orquestra agitada: os economistas orquestram o fluxo de recursos, os cientistas políticos conduzem as dinâmicas de poder e os geógrafos mapeiam os caminhos para o progresso. Mas em meio às grandes melodias, às vezes, os sussurros íntimos das pessoas se perdem. É aí que entra o antropólogo,² não como um solista, mas como um colaborador habilidoso, trazendo uma voz crítica, reflexiva e metodologias distintivas à sinfonia do desenvolvimento.

Ao contrário de disciplinas focadas em grandes estruturas e macrotendências, o foco do antropólogo social ilumina o palco humano e material, para mergulhar nas experiências vividas daqueles afetados ou beneficiados pelo desenvolvimento. A busca é por compreender e analisar como as intervenções das políticas públicas, dos efeitos da globalização e sua reterritorialização por atores locais, dos projetos de cooperação internacional, das organizações não governamentais e do Estado nacional tocam suas vidas, suas esperanças e anseios.

É através da pesquisa etnográfica que se começou a visualizar que muitas dessas intervenções nas localidades revelaram a importância sociomaterial das interfaces de conhecimento, que orientam práticas das populações dos territórios e arenas do contradesevolvimento,³ onde elementos e características da modernidade e da tradição se reconfiguram.

1 Agradecemos o apoio do Programa Capes-Print que viabilizou o trabalho em colaboração junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) durante o ano de 2023. Gostaríamos, também, de expressar gratidão à professora Flávia Charão-Marques pelo auxílio com trechos do artigo e contribuição significativa na revisão do texto na fase final da escrita.

2 O uso do termo “antropólogo”, em nenhuma hipótese, está fazendo um recorte de gênero ou estabelecendo qualquer tipo de exclusão, trata-se apenas de um dispositivo linguístico; nesse sentido, reconhecemos sua limitação.

3 Ações estratégicas e abordagens alternativas que desafiam o modelo dominante de desenvolvimento e suas premissas, seja o impulsionado pelo Estado ou cooperação internacional. Está altamente relacionado às (semi)autonomias locais, à descentralização e ao empoderamento de comunidades, grupos e indivíduos, que passam a definir e perseguir seus próprios objetivos de desenvolvimento. O reconhecimento das agências das práticas locais na reformulação de valores e de arranjos sociomateriais oferece uma perspectiva crítica sobre os paradigmas de desenvolvimento convencional, visibilizando alternativas potencialmente transformadoras (Arce; Long, 2000b; Galjart, 1981).

Essa pós-tradicionalidade de “camponeses”, “povos indígenas”, “minorias étnicas invisibilizadas”, “coletividades racialmente discriminadas” ou “novos atores de mudança” como mulheres, quilombolas, jovens, moradores de bairros populares, das periferias urbanas que, apropriando-se das narrativas do desenvolvimento, começam a organizar cursos de ação territorial. Esses cursos de ação geram processos de competição, cooperação, resistência e reexistência como parte da ampliação do desenvolvimento territorial, reverberando em relações de cuidado, na manutenção da biodiversidade, na geração de renda e de trabalho local. Tais processos contribuem para a expansão dos espaços territoriais à vida em toda a sua complexidade e amplitude, inclusive às forças de contestação e de valorização de aspectos culturais e políticos das narrativas que, muitas vezes, se ocultam sob as estatísticas e discursos ideológicos.

A contribuição dos antropólogos não é substituir os instrumentos existentes, mas sim criar uma composição reflexiva mais rica e matizada. Ao se associar aos economistas, podem influenciar intervenções de desenvolvimento para que não sejam apenas eficientes, mas também equitativas, ao compreender como as políticas ressoam com as realidades locais e com o “conhecimento tradicional”. Colaborando com os cientistas políticos, eles advogam por uma governança que empodere as vozes locais e a participação, decifrando os fluxos intrincados de poder nas localidades. Com os geógrafos, eles mapeiam não apenas os recursos físicos, mas também a delicada dança do conhecimento, poder, relações sociais e cultura através de paisagens situadas, revelando emaranhados de histórias humanas, não humanas e ambientais.

O antropólogo, ao lançar luz sobre as narrativas sociomateriais por trás dos números, ilumina o complexo tecido de interações territoriais e colabora com outras disciplinas para preencher a lacuna entre teoria e prática. Ele ajuda a criar uma sinfonia da práxis do desenvolvimento que reverbera com as necessidades e aspirações de todos os membros dessa orquestra multidisciplinar.

Atualmente, a antropologia do desenvolvimento conquistou um certo grau de respeitabilidade em relação a outros ramos de sua disciplina original – a antropologia social –, mas nem sempre foi assim. Até o final da década de 1960, a antropologia social dominante era amplamente considerada como um estudo aprofundado de culturas “não ocidentais”, “minoritárias” ou “locais”. Seus temas de pesquisa favoritos incluíam padrões de parentesco e casamento, sistemas de crenças e comportamento simbólico, dimensões culturais da troca econômica

e a política de grupos locais. A maioria dos antropólogos não tentava, por exemplo, penetrar no funcionamento das administrações coloniais, mercados capitalistas, processos de migração de mão de obra e urbanização ou na interação entre sistemas de conhecimento “especializado” e “local”. Claro, houve algumas exceções notáveis, como os antropólogos da Escola de Manchester trabalhando sob a liderança de Max Gluckman, mas aqueles que se aventuravam em tais questões eram frequentemente considerados renegados por haver “abandonado os requisitos do clube antropológico”.⁴

As três décadas seguintes trouxeram uma série de novos alinhamentos em muitos campos da antropologia social, incluindo o da mudança social e do desenvolvimento.⁵ Esses alinhamentos foram, em parte, impulsionados por mudanças monumentais que ocorriam no mundo, com o neoliberalismo, a globalização e novos tipos de geopolítica se espalhando pelo planeta (Kearney, 1995). Esses fenômenos empíricos deram rapidamente origem a uma série de novas formas de teoria: por um lado, o pós-estruturalismo (Deleuze; Guattari, 1987; Foucault, 1978), o pós-modernismo (para maiores informações, consulte Harvey, 1997) e o pós-colonialismo (Said, 1989) e, por outro lado, a reformulação do construtivismo social (Latour; Woolgar, 1979), fenomenológico (Csordas, 2002) e das teorias do ator/agência (Giddens, 1984).

Antropólogos próximos às realidades locais estavam bem posicionados para registrar e analisar os diferentes impactos das mudanças. Por isso, a partir do final dos anos 1980, vemos um aumento de estudos antropológicos a campo, que investigam como as vidas das pessoas, afetadas por esses processos de

4 Kapferer (2006) fornece anedotas sobre os tipos de críticas dirigidas ao grupo de Manchester por vários antropólogos britânicos proeminentes. O cerne de suas queixas era que eles estavam invadindo o domínio da sociologia, permitindo que sua pesquisa fosse influenciada por ideias socialistas radicais. Como Kapferer (2006, p. 150, tradução nossa) aponta, é um tanto irônico que muito mais tarde Ferguson (1999), baseando-se na interpretação desacreditada de Magubane (1971) da noção de tribalismo de Clyde Mitchell nas cidades do Cinturão de Cobre, acuse os antropólogos de Manchester de “liberalismo em vez de marxismo radical e enfatiza sua situação política comprometida no contexto do controle colonial branco”.

5 Esta é uma revisão desse campo da antropologia que se baseia principalmente no trabalho de antropólogos sediados na Europa e apenas reconhece periféricamente as numerosas e estimulantes contribuições de diversos estudiosos de outras partes do mundo. Bierschenk (2008) ofereceu – desde uma perspectiva europeia – uma comparação das contribuições de pesquisadores dos EUA e da Europa para a pesquisa antropológica sobre o desenvolvimento, identificando diferenças em seus estilos de pesquisa e engajamento com questões aplicadas.

mudança, são transformadas (Ortner, 2016). Esse tipo de pesquisa também forneceu dados valiosos sobre as transformações das relações Estado-sociedade civil e o impacto de novos tipos de empreendimentos associados ao crescente papel das instituições globais em todo o mundo (Aretxaga, 2003). Essas instituições incluíam cooperação internacional, empresas, organizações da ONU, além de grupos de pressão e redes populares (Edelman, 2001) focadas em sustentabilidade ambiental, soberania alimentar (Sherwood; Arce; Paredes, 2017), mudanças climáticas (Crate; Nuttall, 2016) e questões de equidade econômica e política (Gudeman, 2016).

Este artigo explora o delineamento de um campo da antropologia do desenvolvimento com base em alguns textos, autores e eventos-chave. Ele argumenta que precisamos ir além dos estudos focados na intervenção institucional, e adotar uma perspectiva territorial. Embora a política e o poder sigam tendo um papel relevante, são apenas um fator entre muitos que influenciam as diversas trajetórias de mudança e transformação. Dessa forma, é colocando mais luz sobre as práticas e as coexistências entre humanos, não humanos, objetos e outras entidades que se sugere a necessidade de avançar a compreensão dos relacionamentos sociomateriais que compõem os territórios e como eles atuam e moldam os processos de desenvolvimento.

O desenvolvimento como tema de pesquisa na América Latina

A hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial, com um programa internacional de reconstrução global da infraestrutura destruída pelo conflito, a expansão dos mercados internacionais, a divisão da Alemanha e a difusão da Guerra Fria, entre outros acontecimentos, constituíram o contexto que levou a novas interpretações do desenvolvimento como uma construção social e política, em que o poder está presente nas relações entre os objetos que existem e operam no mundo. O desenvolvimento, então, passa a manifestar-se como uma sistematização de uma profusão de elementos institucionais e de práticas que operam através de certas formas de conhecimento.

A partir da década de 1970, os temas de pesquisa relacionados ao desenvolvimento assumiram muitas formas diferentes. Subjacente a tudo isso estava um

debate sobre a eficácia dos modelos de modernização versus neomarxistas de desenvolvimento e mudança. O primeiro estava orientado para promover uma aceitação social progressista das vantagens da tecnologia e da mudança institucional para avançar na modernização ao estilo ocidental, com todos os benefícios que isso traria aos países “menos desenvolvidos”, ou seja, formas mais complexas de coordenação e democracia e uma tendência geral para uma expansão internacional dos mercados de commodities.

Por outro lado, o aumento da troca de recursos entre o Norte e as regiões menos desenvolvidas do Sul impulsionou outros pesquisadores – principalmente os teóricos neomarxistas – a enfatizar as dimensões da exploração do mundo capitalista. E, também, denunciar como poderosas corporações financeiras gradualmente invadiram os países mais pobres – “subdesenvolvidos” –, levando suas sociedades a se tornarem cada vez mais “dependentes” dessas forças pós-coloniais e imperiais.

A posição que enfatiza a teleologia e a funcionalidade do sistema econômico global é conhecida como teoria do sistema-mundo (para uma crítica, veja Worsley, 1980). Essa teoria argumenta que a integração das sociedades, como as latino-americanas, na economia política global teve consequências negativas para a equidade social, a participação democrática e o controle sobre o espaço nacional. Segundo essa visão, a “construção da nação” na América Latina foi, em grande parte, controlada por órgãos internacionais focados principalmente em estabelecer a supremacia dos interesses capitalistas dos países industrializados, mais ricos e politicamente poderosos.

Outra posição neomarxista, mais abstrata, entendia o capitalismo como uma entidade com “agência mercantil”, capaz de moldar as relações socioeconômicas de acordo com as necessidades, a lógica e as leis universais do colonialismo e do imperialismo histórico (Assadourian, 2005; Bortoluci; Jansen, 2013). Esses pesquisadores acreditavam que as principais características das economias nacionais e formações sociais latino-americanas podiam ser deduzidas ou “lidas” a partir do conceito do modo de produção (Laclau, 1978). Suas contribuições demonstraram porque o mundo é como é, e não como ele poderia ser mudado.

Ambas as posições neomarxistas convergiam na ideia da impossibilidade do desenvolvimento na América Latina. Paradoxalmente, porém, a interpretação geral da teoria do sistema-mundo foi aceita (Frank, 1967; Wallerstein, 1974),

em diferentes graus, por acadêmicos relutantes e tecnocratas progressistas da CEPAL, mesmo que a modernização e o neomarxismo representem posições ideológicas opostas. Essa confluência deu origem àquilo que se conhece como “escola da dependência” (Cardoso; Faletto, 1996).

A escola da dependência se tornou uma referência importante para direcionar estudos antropológicos que documentavam as mudanças na vida político-econômica e social em âmbitos nacional e local. Em outras palavras, preparou o terreno para estudos subsequentes orientados pelo neomarxismo, pelo pós-modernismo ou por uma combinação de ambos.

É curioso observar que, no final dos anos 1980 e durante os anos 1990, o pensamento neoliberal foi aceito de forma explícita ou implícita por parte da comunidade de profissionais do desenvolvimento, tornando-se imune ao debate e às experiências políticas na América Latina. Eventos como os programas de ajuste estrutural implementados no Sul Global, ditaduras reorganizando sociedades e economias, a queda do Muro de Berlim e o aparente fim da Guerra Fria, vistos como o “fim da história”, encontraram no campo do desenvolvimento as condições propícias para a “guinada cultural” ou reflexão crítica sobre a cultura que também estava afetando a antropologia norte-americana na época.

Na América Latina, a alegoria do desenvolvimento tem sido historicamente uma promessa de progresso e bem-estar. Essa representação se baseia na ideia de que os países da região podem alcançar um nível de desenvolvimento similar ao dos países desenvolvidos, mediante a adoção das políticas e estratégias adequadas.

Em seu livro *Encountering development*, Arturo Escobar (1995), acadêmico colombiano radicado nos Estados Unidos, desmistifica a alegoria do desenvolvimento, mostrando que é uma construção ideológica que serve para legitimar o poder dos países desenvolvidos. Ao fazê-lo, assume, por um lado, que o único desenvolvimento válido é o que opera sob o modelo ocidental; e, por outro, que o desenvolvimento é um processo linear e progressivo, que conduziria inevitavelmente a um Estado de bem-estar. Escobar argumenta que tal alegoria do desenvolvimento se baseia em uma série de pressupostos que são falsos, questionáveis ou ilusórios.

Neste ponto, é interessante destacar algumas semelhanças entre a posição hegemônica do discurso – foucaultiano – e a insistência na invenção do Terceiro Mundo. Ambas utilizam representações para legitimar as relações de poder

existentes, o que, muitas vezes, parece reforçar as dinâmicas neocoloniais. É nesses contextos que a crítica pós-estruturalista, centrando-se na linguagem e nos discursos de desenvolvimento, argumenta que as subjetividades de indivíduos e grupos são moldadas, controladas e despolitizadas por narrativas hegemônicas (Ferguson, 1994).

Contudo, essa ênfase excessiva nos discursos dominantes e o “funcionamento” da desconstrução representacional também apresentam limitações. Essa análise, por vezes, parece negligenciar a etnografia e as explicações materiais sobre a gramática do desenvolvimento (Friedman, 2006). De certa forma, a desconstrução textual dos discursos dominantes e a busca de alternativas imaginadas para o desenvolvimento se tornaram características marcantes do pós-marxismo contemporâneo, às vezes, em detrimento de uma análise que considere situadamente fatores econômicos, políticos e sociais.

O desenvolvimento como campo de forças

Ainda que a leitura apresentada, aqui, possa ser considerada parcial, é conveniente mencionar que, na Europa, desde a década de 1980, dois problemas conceituais foram abordados na literatura sobre antropologia e desenvolvimento: 1) problemas de implementação e resultados de políticas; 2) a importância central da agência, do conhecimento e da criação de novos espaços sociopolíticos.

Essa agenda não tinha contradições com a invenção discursiva do Terceiro Mundo, ou com a hegemonia do discurso sobre o desenvolvimento e a difusão da modernização ocidental. Também, não contradizia a crítica aos “regimes de poder e conhecimento” e a necessidade de desconstruí-los.

A diferença estava em que os antropólogos europeus viam, na implementação dos programas e projetos, a intenção do desenvolvimento tecnocrático e despolitizado de controlar o processo de mudança. No entanto, as pesquisas foram apontando que essas tendências eram contrapostas nas localidades, seguindo, por exemplo, Huizer (1973) e Scott (1985), autores que nos incentivaram a um tratamento mais etnográfico, detalhado e sofisticado da politização do desenvolvimento.

As respostas e ações dos chamados grupos subalternos geravam contrapon-tos à despolitização do desenvolvimento. O desenvolvimento se transformava,

assim, em um campo de forças (Arce, 2003a) que se orientava, às vezes, à negociação, em outras situações, à resistência, gerando, ao mesmo tempo, aproximações e afastamentos das pessoas com relação aos programas e projetos (veja-se, para o caso brasileiro, Fisher, 1994).

A nossa experiência nos trópicos da Bolívia é reveladora do desenvolvimento como um campo de forças.⁶ O movimento político dos *cocaleros* (produtores de folhas de coca), por exemplo, resistia e organizava sua existência como parte de uma força de contradesevolvimento com relação aos processos de desenvolvimento institucionalizados e à intervenção da USAID para implementar o “Programa de Desenvolvimento Alternativo” (Arce; Long, 2000a).

Experiências como essa originaram uma agenda para uma antropologia do desenvolvimento, na qual a análise das práticas de linguagem (do movimento político dos *cocaleros*) se relacionava com as práticas não linguísticas (a produção de folha de coca e sua organização política). Isso permitiu compreender a complexidade do campo do desenvolvimento e seu potencial para gerar novos processos de mobilização política e reduzir a desigualdade de acesso a recursos em situações nacionais e regionais.

Essa agenda da antropologia do desenvolvimento, embora ciente da guinada cultural na antropologia, tinha um foco diferente. Ela buscava desconstruir as ideias do sistema-mundo⁷ e a fabricação discursiva e imaginada do Terceiro Mundo para valorizar a importância das construções de conhecimento, das práticas e das experiências dos atores locais (Grillo, 2020).

Essa proposta começou a reconhecer o conhecimento, o poder e a agência como dimensões centrais para as intervenções nos processos de desenvolvimento. Se as políticas que guiavam as intervenções eram importantes, estas deveriam ter por base uma perspectiva crítica da mudança, com evidências bem fundamentadas na prática. No entanto, faltava às políticas de desenvolvimento e à implementação das intervenções sensibilidade para lidar com

6 A globalização da folha de coca, na região de Chapare, na Bolívia, durante a década de 1990, territorializa os conflitos entre o Estado nacional e os produtores de coca, que se organizam, defendendo que “coca não é cocaína”. Assim como é palco da emergência de um poderoso movimento político que culmina, anos depois, com a eleição presidencial de Evo Morales, líder dos produtores de coca (Arce, 2003b).

7 Isso para gerar pesquisas de caráter etnográfico.

situações instáveis. Em outras palavras, os projetos e programas, de forma flexível, precisavam se reterritorializar constantemente, uma vez que as mudanças em curso se constituíam como situações fluidas e complexas,⁸ nas quais fronteiras entre o epistemológico e o ontológico se dissolvem (Umans; Arce, 2014).

A orientação norte-americana, com sua ênfase cultural, e a europeia, com sua predisposição para o social, seguiram processos paralelos, porém diferentes entre si. Essas posições não necessariamente se contradizem, mas nem sempre se complementam, portanto, a antropologia do desenvolvimento é um campo de controvérsias e análises, onde o texto e o que acontece além do texto caracterizam o que entendemos por desenvolvimento cultural e social.

Abordagem orientada aos atores

Na Europa do Norte,⁹ uma abordagem orientada aos atores estabeleceu uma agenda para estudar etnograficamente os encontros do desenvolvimento, por meio da “perspectiva das interfaces de conhecimento”. Essa abordagem, menos cultural, buscava descrever e analisar como os diferentes atores envolvidos em processos de mudança e intervenções para o desenvolvimento

8 A experiência etnográfica com um projeto de cooperação internacional e os Yuracaré, na Bolívia, leva Umans e Arce (2014) a argumentar que é necessário “ir com o fluxo” (*go-with-the-flow*), ou seja, adotar uma abordagem flexível e adaptativa, o que envolve improvisação e ajuste constante, em um processo ativo e aberto a mudanças e à tomada de decisões conforme surgem novas informações ou circunstâncias.

9 Essa agenda foi desenvolvida na Universidade de Wageningen, nos Países Baixos, durante as décadas de 1980 e 1990, sob a direção de Norman Long. Um grupo de pesquisadores da Europa, América Latina, África e Ásia começou a colaborar, trocando experiências etnográficas e preocupações teóricas e metodológicas. Essas discussões foram formativas e estimulantes, e os pesquisadores exploraram novas áreas conceituais da mudança social, desenvolvimento e antropologia/sociologia da intervenção. A agenda gerou numerosos projetos de pesquisa coletiva nessas regiões. O resultado dessa experiência foi a formulação de uma abordagem direcionada às orientações dos atores para a análise da mudança social e das intervenções para o desenvolvimento. Os resultados acadêmicos e etnográficos dos membros do grupo, daquela época, acabou dando a conhecer a chamada “escola de Wageningen” da sociologia-antropologia do desenvolvimento, cujas bases encontram-se no livro editado por Long e Long (1992): *Os campos de batalha do conhecimento: a interconexão de teoria e prática na pesquisa social e desenvolvimento* (no original: *Battlefields of knowledge: the interlooking of theory and practice in social research and development*).

tentavam criar margens de manobra e alianças políticas para perseguir seus projetos e interesses.¹⁰

O ponto de partida era que o desenvolvimento, como tradição política de controle, havia triunfado, mas essa “vitória era pírrica”. Os discursos dominantes do desenvolvimento, racionalizados pelas ciências sociais, haviam deixado um catálogo de fracassos e aproximações metodológicas falhas, como o desenvolvimento comunitário, o participativo, o capital social, o desenvolvimento sustentável ou o direito ao progresso, que depois de um tempo haviam sido abandonadas. No entanto, o desenvolvimento como objeto continuava presente nos discursos oficiais, nas relações internacionais, nas empresas, nas universidades e nas ideologias técnico-políticas que respaldavam o “progresso institucional e civilizatório”.

Ao abordar o objeto do desenvolvimento como processo, prática e ideologia, uma primeira preocupação foi debater suas origens. Diversos autores o situam no discurso do presidente Truman de janeiro de 1949, no capitalismo industrial inicial na Europa, ou no pensamento da ilustração (ver Mohan, 1997). Outros, na Bolívia, dizem que o desenvolvimento alternativo se situa na década de 1980, com o presidente Reagan e seu discurso sobre a “guerra às drogas” e o plano da USAID.

No nosso caso, debatemos o desenvolvimento situando-o na difusão da Revolução Verde e sua implementação na África, Índia, Ásia e América Latina. Embora a Revolução Verde seja comumente associada aos arrozais da Ásia, na verdade, pode-se argumentar que ela se originou no México. Em 1943, o México importava metade do trigo que consumia; pouco mais de 20 anos depois, em 1956, a Revolução Verde viria a torná-lo autossuficiente e, em 1964, o país já exportava meio milhão de toneladas desse cereal.

Nosso interesse, naquela época, era situar o desenvolvimento como um processo com efeitos sociais, políticos e econômicos. Isso se explica porque queríamos explorar os efeitos do planejamento do desenvolvimento, o impacto da transferência tecnológica e a participação da população rural no desenvolvimento. Nossa orientação, como grupo de pesquisa, era o desenvolvimento rural, e a reputação da Universidade de Wageningen, como um dos melhores centros

10 Especialmente com pesquisas realizadas no continente africano, antropólogos franceses também desenvolveram enfoques críticos e orientados pelos atores, com destaque para Olivier de Sardan, que liderou muitos desses estudos. Ver Olivier de Sardan (2005) e Bierschenk *et al.* (2007).

de pesquisa em ciências agrícolas do mundo, respaldava nossos estudos críticos como relevantes ao mandato acadêmico.

Essas considerações nos fizeram conscientes de que não havia sentido em buscar uma única origem do desenvolvimento. Portanto, perdia força a noção de que se poderia estabelecer uma cronologia para o desenvolvimento, embora cada leitura da história do desenvolvimento fosse válida. Isso nos levou a rejeitar a compreensão linear do desenvolvimento e a lógica interna de uma representação monolítica e universal. Ao questionar a causalidade monolítica da história do desenvolvimento, nos orientamos a explorar, em vez de ocultar, as afiliações sociais e políticas de casos como Índia e México, onde a Revolução Verde havia prometido um rápido aumento da produção agrícola e dos rendimentos para os produtores rurais.

O fracasso da Revolução Verde e o “gotejamento” do desenvolvimento para resolver a pobreza rural obrigaram o Banco Mundial a reorientar seu enfoque para a pobreza mundial em 1975. Chenery *et al.* (1974) e o Instituto de Estudos do Desenvolvimento de Sussex propuseram um enfoque que combinava o crescimento econômico com a redistribuição para combater a pobreza. Por sua vez, o trabalho do antropólogo Norman Long (1977) no Peru, explorou os processos locais e de pequena escala de crescimento entre o empreendedorismo e a diversificação em uma zona que os teóricos da dependência consideravam pouco provável para o desenvolvimento. Long e Roberts (1978) desafiaram a análise estrutural de nível macro, ao se concentrar na complexidade das estratégias e lutas da população local para mostrar casos de empreendedorismo e crescimento local-regional.

A partir dessas experiências, concluímos que era importante estudar cuidadosamente os lugares onde houvera intervenções para o desenvolvimento, analisando a capacidade e habilidade dos agricultores para resolver seus próprios problemas e participar em ações políticas. Também começamos a explorar como as agências de desenvolvimento existentes operam dentro dos marcos de crescimento e redistribuição, utilizando diferentes estratégias para a mudança social.

Desenvolvimento, texto e pesquisa etnográfica

Na medida em que a proposta de trabalho foi se consolidando como uma “perspectiva orientada ao ator”, o enfoque se centrou nos efeitos sociais das intervenções, ou seja, como elas contribuem para a disseminação de conflitos ou

para processos de negociação afetando o mundo de vida dos atores sociais que participavam no desenvolvimento rural. Isso pretendia contribuir tanto para o conhecimento teórico do desenvolvimento como para os métodos práticos, incorporando o conhecimento e as iniciativas locais aos planos de desenvolvimento centralmente organizados.

Como resultado dessas experiências, um dos primeiros elementos de nossa crítica às ciências sociais foi questionar a interpretação centro-periferia. O texto de Rosaldo (1993), *Cultura e verdade*, ressoava com nossos debates sobre a impossibilidade de um observador objetivo ou neutro na antropologia social. Rechaçávamos a busca de uma ordem sociocultural sistêmica e onipresente, e também criticávamos a negação aos elementos experimentais e à exclusividade do subjetivo na composição da vida social.

Nossos debates enfatizavam a diversidade do social e a importância das fronteiras culturais. Isso coincidia com nossas noções de encontros e do surgimento das interfaces de conhecimento em processos de desenvolvimento. Isso nos levou à necessidade de repensar e desenvolver formas de narrativas e de análise processuais. Sentimo-nos influenciados pela reconceitualização textual de Geertz do trabalho de campo e da etnografia, e nos fascinou seu livro *A interpretação das culturas* (Geertz, 1973), que buscava melhorar a qualidade analítica e política das etnografias como textos.

A influência desses autores nos orientou a enfatizar a importância de descrever em detalhes como os mundos de vida dos pesquisadores e dos atores sociais envolvidos em processos de mudança se entrecruzam na produção e escrita de etnografias específicas sobre o desenvolvimento local. Isso nos levou a considerar o pesquisador como um agente ativo que influencia também nos acontecimentos específicos e na composição tanto dos textos sociais quanto dos etnográficos (Long; Long, 1992).

Em outras palavras, adotar uma perspectiva centrada no ator implica reconhecer que o pesquisador é um ator social a mais, que influencia no processo de pesquisa e no texto etnográfico que produz. Isso é importante, porque a pesquisa etnográfica não se limita somente ao texto, mas é uma experiência que se vive no “mundo real”. O pesquisador não é um observador externo, mas participa ativamente na construção do conhecimento etnográfico.

É aqui que começamos a identificar limitações importantes na perspectiva de Clifford e Marcus (1986) e Marcus e Fischer (1986). Sua proposta de uma

“crítica cultural” na antropologia, principalmente norte-americana, se centrou em reformular o texto etnográfico a partir de identificar o poder e a política da representação. Em particular, propuseram que os textos etnográficos deveriam ser como sinfonias de múltiplas vozes e existências.

No entanto, a crítica cultural, importante como foi, não reconheceu a importância de exceder o texto etnográfico-antropológico, e não conseguiu abraçar o compromisso com a desordem da vida social, a dissonância da materialidade, os aspectos incômodos da pesquisa, como os desequilíbrios de poder ou os dilemas éticos. Isso quando os sujeitos da pesquisa se tornaram cada vez mais vociferantes e críticos, e os objetos que existiam fora do texto pareciam fora de controle.

Considerar as tensões e contradições entre diferentes atores pode nos aproximar de uma pesquisa dialógica colaborativa. Por outro lado, isso incorpora os atores às análises como parte fundamental do processo de produção de conhecimento antropológico (Speed, 2008).

Esse processo é teoricamente inovador e mutuamente benéfico, pois implica fazer uso das tensões de uma forma produtiva, incorporando os atores como analistas de sua situação, abordando com eles as problemáticas do estudo e fazendo emergir relações mais justas na antropologia do desenvolvimento.

Os dois movimentos propostos são importantes porque consideram as tensões e contradições entre diferentes atores, incluindo o antropólogo ou a antropóloga. O primeiro movimento consiste em tornar públicas as lutas dos pesquisadores, o que ajuda os pesquisadores a serem mais reflexivos sobre seu próprio papel na pesquisa. O segundo movimento consiste em elaborar construções conceituais orientadas aos atores, o que ajuda os pesquisadores a compreenderem melhor as perspectivas dos atores sociais, revelando a natureza variável, composta e provisória da vida social e material, permitindo-nos explorar as formas práticas e discursivas de consciência, reflexividade e ação social (ver Arce, 2010; Hale, 2008; Puerta, 2022).

De volta ao desenvolvimento: explorando três eixos de estudo

Os três eixos de estudo apresentados nesta seção são uma tentativa de demonstrar a diversidade e direção da antropologia do desenvolvimento à medida que se torna mais visível. Contornos etnográficos, alguns focos de estudo e de que

maneira essa antropologia vem cobrindo um campo complexo de temas teóricos e práticos são apresentados como um roteiro de caminhos complementares e suplementares. Esse roteiro não é, de forma alguma, abrangente ou inclusivo de todos os estudos que se autodefinem ou são incorporados pela antropologia do desenvolvimento.

Essa forma exploratória evita outra revisão de literatura, escapando assim das muitas revisões que já existem. Em um sentido amplo, a tentativa é de apresentar as bases para uma distinção das orientações de como abordar o desenvolvimento com uma perspectiva antropológica e mover a agenda de pesquisa.

Sem o estabelecimento de divisões rígidas, os eixos sugeridos devem ser considerados de forma interligada, embora cada um deles apresente uma distinção que contribui para o campo da antropologia do desenvolvimento.

Burocracias estatais na implementação de projetos e políticas

Desde o final dos anos 1970, a antropologia do desenvolvimento tem se voltado para o estudo dos problemas da intervenção estatal por meio dos desafios da implementação de políticas. A importância do conhecimento, a criação de novos espaços políticos e as respostas diferenciadas das formas de organização local são parte desses estudos. Essas manifestações nas intervenções nos permitem analisar programas, políticas e projetos “públicos” e o papel das burocracias estatais nos processos de desenvolvimento.

Esse foco na antropologia do desenvolvimento foi influenciado pelo trabalho inspirador de Apthorpe (1970), Handelman (1981), Galjart (1981), Clay e Schaffer (1984), Grindle (1980), Grindle e Thomas (1989) e Migdal (1988), entre outros. O Estado é visto como um conjunto de agências¹¹ e instituições governamentais que, com sua própria história, modos de operação e formas de lidar com as pessoas, definem um estilo de intervenção e implementação de programas, projetos e políticas.

No contexto latino-americano, Arce (1986) realiza um dos primeiros estudos da implementação burocrática e as diversas respostas locais ao programa

11 Skocpol (1979) critica as posições marxistas e liberais. Concebe o Estado como um conjunto de organizações para extrair recursos e criar coercitividade. Analisa contradições internas do Estado para entender transformações sociais, incluindo revoluções e reformas.

nacional do Estado mexicano para o desenvolvimento rural SAM (Sistema Alimentario Mexicano). A intervenção institucional passa a ser entendida como parte da vida cotidiana, tanto para burocratas quanto para camponeses. Isso nos permite relacionar diferentes elementos da existência dos atores, sem recorrer a totalidades, como sistemas ou estruturas, que poderiam predeterminar o estudo a priori.¹²

O estudo explorou como burocratas e produtores camponeses interagem e como as interfaces entre conhecimentos diversos moldam suas ações e crenças. Essas interconexões provocam trocas, confrontos e negociações das distintas compreensões do mundo entre os participantes, podendo ser complexas e imprevisíveis. Elas frequentemente levam ao surgimento de novas práticas, objetos e formas de pensar, tanto nos sistemas burocráticos quanto nos camponeses.

Ao estudar a cultura através da lente da intervenção, percebemos que ela é complexa e disputada. Elementos discursivos não são universalmente compartilhados, e a realidade material do desenvolvimento não é imune às mudanças no mundo dos atores.

Nesse caso mexicano, os sistemas de irrigação, embora pretendessem melhorar a vida dos agricultores, também exacerbaram as desigualdades existentes. Na porção final do sistema, os agricultores frequentemente enfrentavam longas esperas por sua vez de irrigar, às vezes, por vários dias. Esse desespero levava alguns a recorrer a métodos ilegais, como bombeamento movido a diesel durante a noite.

Esses agricultores, tachados de criminosos por alguns, argumentavam que suas ações eram uma forma de resistência contra um sistema manipulado. Eles afirmavam que estavam simplesmente tentando equilibrar o campo de jogo com agricultores privilegiados que, graças aos burocratas locais e a uma distribuição desigual dos direitos de água, desfrutavam de acesso à irrigação muito superior.

Em outras palavras, os estudos de intervenção por meio da implementação de programas públicos de desenvolvimento não se limitam apenas à análise

12 Para evitar impor um quadro rígido, o estudo intencionalmente evitou uma abordagem comum nas ciências sociais, que levaria a pressupor uma relação hierárquica entre os procedimentos estatais e a intrincada vida social dos *ejidos* rurais no oeste do México. Tal pressuposição, ao negligenciar as experiências vividas e as complexidades dos *ejidos*, poderia ter enviesado a pesquisa etnográfica por meio de uma abstração excessiva.

da gestão administrativa, cultura ou consciência sobre o discurso político. Ao contrário, eles estudam etnograficamente como os atores mobilizam suas capacidades, habilidades, conhecimentos e criatividade no fluxo e composição constantes dos componentes sociais, políticos e outros dos mundos de vida dos atores.¹³ É um processo no qual emerge uma diversidade de intersubjetividades e interobjetividades, de onde o poder surge tanto dos atos de fala quanto das interações com os objetos da materialidade do desenvolvimento.

Tania Li (2016) argumenta que o desenvolvimento não é um processo linear e unidirecional, mas sim um processo social e culturalmente complexo. O poder estatal e as atividades burocráticas desempenham um papel importante, mas não garantem o sucesso do desenvolvimento. A governança eficaz depende das compreensões e práticas sutis desenvolvidas pelos atores envolvidos no processo e em espaço culturalmente íntimo e comprometido, em vez de depender apenas da imposição de esquemas de desenvolvimento e poder disciplinar. As relações de governança são vistas como culturais, moldadas dentro de discursos específicos, rituais e lutas.

A cooperação internacional em países em desenvolvimento

A “indústria do desenvolvimento” é um complexo internacional de instituições públicas e privadas que mobilizam, direcionam e canalizam grandes quantidades de recursos econômicos e técnicos para a assistência internacional a processos identificados como de desenvolvimento. Essas intervenções geralmente visam gerar reformas políticas e administrativas nos países que recebem a chamada cooperação internacional.¹⁴

Essas instituições incluem organizações intergovernamentais das Nações Unidas, doadores multilaterais e bilaterais como o Banco Mundial, além de países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Brasil, e blocos regionais, como a União Europeia.

13 Outros pesquisadores têm estudado as administrações públicas e como elas operam na prestação de serviços. A APAD (Associação Euro-Africana de Antropologia para a Mudança Social e Desenvolvimento), com sede em Uppsala (Suécia) e Leiden (Países Baixos), desde o início dos anos 2000, realiza pesquisas que são usadas para avaliar políticas públicas e a eficácia dos sistemas de governança na África (Bierschenk, 2008).

14 Ver Mosse (2013).

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, a cooperação internacional favoreceu o Estado nacional como o promotor do desenvolvimento. Durante as décadas de 1980 e 1990, estimulou o desenvolvimento das forças de mercado e reduziu ao mínimo o papel do Estado. No final dos anos 1990, o papel do mercado e das instituições públicas voltou a ser reconhecido, e iniciou-se a discussão sobre a necessidade de mobilizar a vontade política para atingir os alvos de desenvolvimento internacional.

Propõe-se que essa vontade política se transforme em um verdadeiro compromisso por meio dos canais de formulação e implementação de políticas públicas, onde a cooperação internacional poderia influenciar a formação de parcerias público-privadas, e as instituições e políticas públicas poderiam promover reformas para reduzir a pobreza, estabelecer ou aprofundar a democracia.

Por exemplo, em 1999, o Banco Mundial lançou o Marco de Estratégias para a Redução da Pobreza. Isso foi uma consequência dos efeitos deixados pelos programas de ajuste estrutural dos anos 1980 e 1990.

Durante esse período, foram estabelecidos importantes programas de pesquisa, financiados por instituições científicas em colaboração com agências de desenvolvimento, com o objetivo de que as evidências dessas investigações pudessem contribuir para a formulação de políticas para o desenvolvimento, especialmente no caso de programas relacionados à ciência e ao processo de política ambiental.

No entanto, como McGee (2004) ressalta, ainda não estava muito claro se esses estudos, que geraram evidências, conseguiriam influenciar ou não o processo de tomada de decisão na esfera da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Muitas dessas intervenções, diretas ou indiretas, buscaram gerar reformas políticas e administrativas nos países que recebem cooperação internacional. Com foco em evidências e orientação participativa e democrática, abandonando a ideia de que os modelos ocidentais de tecnologia e administração poderiam ser transferidos globalmente, estabeleceu-se uma área de estudo sobre a cooperação internacional.

Isso favoreceu o fato de que, desde o final dos anos 1990 e durante os primeiros anos do novo século, pesquisas da antropologia do desenvolvimento passaram a dar atenção à cooperação internacional, tornando-se um dos temas importantes. O tema conceitual que emerge é qual o efeito dessas intervenções

nas sociedades que aceitam o desafio de reduzir a pobreza sob a orientação desses doadores de recursos e facilitadores de créditos internacionais para o desenvolvimento.

Alguns trabalhos que podemos mencionar e que examinam como opera a cooperação internacional são os estudos de Crewe e Harrison (1998); Wade (1996); Goldman (2001); Griffiths (2015); Mosse (2005, 2013). Esses estudos analisam diversas formas de práticas de intervenção e apresentam as complexidades na formulação de políticas e na implementação de projetos de desenvolvimento de cooperação internacional. Esses são trabalhos que estão parcialmente conectados entre si em torno da internacionalização da cooperação para o desenvolvimento.

Um dos melhores estudos etnográficos sobre cooperação internacional é o de David Mosse (2005). Esse trabalho observa, descreve e analisa as posições que emergem em diferentes pontos da linha de comunicação vertical do Projeto Agrícola Indo-Britânico (IBRFP), do Departamento para o Desenvolvimento Internacional Inglês (DIFID).

Mosse investiga como a equipe técnica percebe a si mesma e a suas práticas dentro do projeto, analisando a troca de ideias e discussões nesse grupo sobre como traduzir a orientação política dos documentos em ações concretas do projeto. Em suma, a conclusão é de que, para ser bem-sucedida, a orientação política precisa ser suficientemente genérica para permitir que os diferentes atores, na hierarquia de comunicação, utilizem a terminologia para alcançar um alto grau de convergência entre diferentes interpretações e interesses relacionados à orientação política do projeto.

Mosse sugere, então, que a discrepância entre os formuladores de políticas é que acaba por moldar o projeto à “realidade”; e que as políticas do projeto não estão interessadas em orientar as práticas de implementação, mas sim em garantir apoio político que legitime as atividades de desenvolvimento do projeto. Apesar disso, ele argumenta que o projeto alcançou alguns efeitos considerados positivos entre os beneficiários, mesmo não tendo sido parte dos objetivos do projeto. Eles existiram como consequência involuntária, e nem sempre foram registrados pelas avaliações oficiais, ainda que tenham sido tangíveis e gerados pela intervenção do projeto.

Nessa experiência de cooperação internacional, o desenvolvimento não emerge como uma máquina poderosa que cria sujeitos para seu controle político à distância. Ele surge como uma rede emaranhada, desordenada e

multifacetada, onde os atores locais, e não apenas os especialistas ocidentais distantes, tecem os fios, dando forma ao projeto.

Mosse destaca o interessante tema da legitimação da política; no entanto, a lacuna entre a formulação da política e a implementação do projeto nos leva a sugerir que as questões de política (*politics*) de um projeto são muito mais complexas do que regular uma população através da aplicação de procedimentos técnicos de governança, destinados a alcançar o controle cognitivo sobre os sujeitos da política (*policy*).

Alguns questionamentos podem ser levantados com relação a esse caso, que ilustra este eixo da cooperação internacional. Uma pergunta, então, é: se a lacuna entre política e prática é abismal, é possível que ações e interpretações, como contradesevolvimento do projeto, consigam fechar as brechas, remodelando o projeto?

Esse estudo confirma, em grande medida, as lições que já aprendemos em nossos trabalhos no México. As políticas de desenvolvimento e os processos de intervenção geram alianças, mudanças, contestações e lutas entre diferentes fontes de poder e modos de ordenamento, o que, por sua vez, contribui para mobilizar atores e sua capacidade de criar redes de apoio que desafiam a ideia linear e estática de governamentalidade e legitimidade do projeto vinculadas a um único centro de autoridade.

Devemos reconhecer que as múltiplas legitimidades que operam na base de projetos e políticas públicas, muitas vezes, criam processos de auto-organização que os acadêmicos e os formuladores de políticas podem desconsiderar ou interpretar como “roteiros mascarados” ou espaços “distorcidos”. Nesse sentido, o trabalho de Mosse é importante para desmitificar a legitimação das organizações nacionais ou internacionais de desenvolvimento, embora sua limitação seja que não consegue questionar e, portanto, descentralizar a “comunidade de formuladores” de políticas de sua função como centro de autoridade nos processos de desenvolvimento.

Repensando o desenvolvimento a partir da base territorial

Uma antropologia orientada territorialmente implica uma mudança radical de perspectiva (Yarrow, 2008; Yarrow; Venkatesan, 2012). Exige ir além de intervenções e reações verticalistas e genéricas, para abraçar as complexidades locais e

situadas das pessoas e seus ambientes. Trata-se de respeitar e abordar a tapeçaria única de relações – sociais, culturais, econômicas, geográficas, políticas e ecológicas – tecida para compor territórios específicos.

O desenvolvimento, tradicionalmente restrito ao campo de agências estatais e cooperação internacional, torna-se irrelevante se não ressoa com as realidades vividas por coletividades territoriais, comunidades, grupos e indivíduos.

Isso vai além de questões como falhas administrativas ou tecnológicas, por mais relevantes que sejam. Antropólogos críticos à abordagem pós-estruturalista e pós-modernista na antropologia do desenvolvimento (Ziai, 2004) nos incentivam a nos envolver com os encontros de desenvolvimento (Arce; Villareal; De Vries, 1994; Nustad, 2001), à medida que surgem do terreno das transformações e são moldados por conhecimentos, necessidades e aspirações locais.

Um caminho para os estudos de desenvolvimento é analisar como intervenções são transformadas, reformuladas, adaptadas, adotadas ou resistidas nos encontros locais. Durante a implementação de projetos e programas, as intervenções sofrem transformações, ajustes ou rejeição devido a interfaces de conhecimento situadas. Essas interfaces costumam desafiar o objeto construído pelo plano dos desenvolvedores (Everett, 1997; Long, 1989).

As interfaces de conhecimento são situações políticas negligenciadas por defensores de uma visão rígida do poder do discurso. Essas visões ignoram a capacidade das pessoas – agência – de contestar as representações em que se baseiam intervenções centralizadas de desenvolvimento (Lie, 2007). Já os “encontros-interfaces” revelam o nível de responsabilidade – *accountability* – de uma intervenção, as conexões e desconexões do processo político e o uso do poder (McGee, 2004).

É hora de repensar o desenvolvimento fora das instituições formais, como agências estatais e cooperação internacional. Ao situar o processo no território, podemos incluir aspectos negligenciados da agência e da comunicação além de símbolos, discursos e palavras (Kohn, 2015). Práticas, ritmos ambientais, silêncios, ausências e diálogos entre pessoas e ecossistemas, negociações tácitas com entidades não humanas – tudo contribui para o desenvolvimento territorial.

Olhar o desenvolvimento pelas lentes das relações territoriais amplia nossa perspectiva. O território é formado por uma interação dinâmica entre pessoas, seus lugares e os seres que o compartilham. Os atores também se apropriam de influências globais e as incorporam em suas constantes atualizações

territoriais. Essa abordagem nos ajuda a entender como coletivos, comunidades, grupos e indivíduos vivenciam o desenvolvimento – não como receptores passivos de políticas, mas como participantes ativos que negociam, adaptam e moldam sua trajetória de acordo com seu contexto específico (Charão-Marques; Arce, 2023a).

Debates acadêmicos relativamente recentes, como os dos novos materialismos (Bennett, 2010; Coole; Frost, 2010), justificam a exploração das capacidades da agência sociomaterial. Isso envolve examinar como interações entre humanos e não humanos geram espaços territoriais (Blanco; Arce; Fisher, 2015). A orientação para os novos materialismos é relevante para abordar questões existenciais contemporâneas, desafiando a compreensão convencional de “agência” e da dimensão “cognitiva” como propriedades exclusivamente humanas que moldam o mundo. A relação sociomaterial implica uma interação “íntima” entre pessoas e materiais, constantemente moldando e construindo um território. Isso significa que diversos atores, tanto humanos como aqueles além do reino humano, contribuem para o surgimento de ambientes específicos, não apenas para seu próprio crescimento e desenvolvimento, mas também para o dos próprios humanos (Ingold, 2011).

Deleuze e Guattari (1987) propõem que um território funcione como uma força gravitacional em meio ao caos, consistindo em um conjunto de forças que geram uma dinâmica de ordenamento. De acordo com Guattari (2005), essa heterogeneidade define o território, englobando atores sociais, elementos materiais, forças, distâncias, múltiplas corporalidades e agência.

Um livro recente produzido no Brasil (Charão-Marques; Arce, 2023b) apresenta novas perspectivas sobre o desenvolvimento territorial. Analisando dez casos da América Latina, especificamente no Brasil, Bolívia, Colômbia e México, o livro foca na “força gravitacional” do território e na cooperação que envolveu e engajou os atores nos processos de ordenamento das transformações e mudanças em seus locais de vivência. Os casos mencionados abaixo, e que ilustram esta seção, constituem capítulos do referido livro.

Rivera e Arce (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 2) analisam o Comércio Justo na Colômbia, na região de Caldas. A poderosa federação cafeeira enxergava a iniciativa como uma entrada no mercado de cafés especiais, mas gerou conflito com comunidades indígenas pela prioridade dada à justiça social frente ao aumento da produção. A exclusão dos indígenas evidencia a dificuldade

de conciliar interesses econômicos e justiça em processos de desenvolvimento liderados pelo Comércio Justo.

O estudo de caso de Krone (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 3) analisa o Vale do São Francisco no Brasil, onde mulheres rurais vivem em situação de precariedade. Num cenário agroexportador de frutas, dominado pela agricultura empresarial integrada às cadeias internacionais, a cooperação emerge como ferramenta de resistência e busca por modos de vida mais dignos. Isso possibilitou às mulheres criar redes de apoio mútuo, buscar melhores condições de trabalho e, até mesmo, entrar na produção e comercialização de alimentos de forma independente.

Marisol Reyna (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 4) apresenta um estudo de caso no México, em Tlaxcala. Nele, a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento rural agrava a precariedade das mulheres rurais. No entanto, assim como no Brasil, a cooperação se torna protagonista na construção de alternativas. O Movimento Vicente Guerrero, onde mulheres lutam pela preservação do milho crioulo e autonomia alimentar, consegue estabelecer iniciativas individuais e coletivas para valorizar o conhecimento alimentar local e fortalecer a comunidade. Essas iniciativas geram renda através da atividade gastronômica.

O estudo de Amorim (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 5) investiga as atualizações das políticas públicas na região semiárida do Brasil e seus impactos nas comunidades. Situada em Cumaru, Pernambuco, a pesquisa mergulha na forma como os atores sociais interagem com essas políticas. Identifica os principais participantes e conhecimentos envolvidos na formação de alianças cruciais para a cooperação pela água no território. Essa colaboração, por sua vez, molda as políticas públicas, tornando-as mais inclusivas e favoráveis a iniciativas como a construção de “cisternas de placa” para a captação de água da chuva.

González e Charão-Marques (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 6) exploram a agricultura do inhame e a “paz territorial” na Colômbia. Analisam políticas e projetos de desenvolvimento defendidos pelo Estado e agências internacionais, cujo objetivo é reconstruir o tecido social através de “nova modernização do campo”. Esse estudo revela que as características físicas e recursos de um território – que podemos chamar de “materialidade territorial” – têm a capacidade de afetar e ser afetadas por humanos e não humanos, no caso, um fungo fitopatogênico e a variabilidade genética do inhame. Tais afetos influenciam tanto a cooperação para a construção da paz quanto as práticas agrícolas, gerando um “caráter fungicida” nesse processo.

Judit Herrera-Ortuño (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 7) destaca o Grupo de Mulheres da Horta do Mulunguzinho e explora certo efeito cascata de várias agências que acabam por conformar um “território de cooperação”. A Rede Xique Xique, formada a partir do grupo, atualmente abrange 60 grupos de mulheres em 15 municípios do Rio Grande do Norte, atuando na produção de alimentos e artesanato. O estudo argumenta que a rede fomenta um campo de ação único, borrando as linhas entre formal/informal, individual/coletivo, empoderando as mulheres e defendendo suas necessidades, interesses e direitos. Isso leva a uma “semiautonomia” no território.

Cecilia Zenteno (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 8) apresenta um caso de auto-organização entre mulheres afro-bolivianas, que estão construindo seu caminho para a cidadania por meio de uma aliança sociomaterial com o cacau e o chocolate. Elas se auto-organizam, aprendem juntas e expressam sua identidade cultural por meio da dança da *saya*, desafiando normas e construindo cooperação. Ao fazer isso, superam algumas limitações de mercado e ganham visibilidade em um país com maioria indígena. Esse processo de desenvolvimento as empodera política e economicamente, reterritorializando-as em cidades como La Paz, Sucre e Cochabamba.

Rocha-Aguiar *et al.* (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 9) examinam a cooperação na agricultura quilombola como uma prática que molda territórios. No Quilombo Porto Alegre, no Baixo Tocantins, no Pará, mulheres, mandioca e ferramentas para a produção de farinha se entrelaçam, formando um “território de cooperação”. Isso vai além da economia, já que a cooperação se torna um modo de vida e desenvolvimento para a coletividade quilombola.

Jaqueline Evangelista (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 10) aborda o autodesenvolvimento das mulheres Kalunga como inspirador para um estudo do óleo de coco indaiá, um produto da sociobiodiversidade produzido por elas na comunidade Vão de Almas. Sua relação cooperativa com as palmeiras no Cerrado, território quilombola Kalunga, em Goiás, resulta, inclusive, em uma marca – “Mãe de Óleos Kalunga” –, que possui significado sociomaterial e territorial, apesar das duras condições de vida enfrentadas pela comunidade.

Luna Carvalho *et al.* (Charão-Marques; Arce, 2023b, cap. 11) exploram a poderosa cooperação entre artesãos-pecuaristas, animais, plantas e várias ferramentas na região do Pampa no Brasil. O estudo examina a produção de lã, desde a criação de ovelhas até a confecção de peças de artesanato, destacando as

práticas sociomateriais que empoderam as mulheres e criam um território de cooperação, onde elas assumem protagonismo no desenvolvimento territorial e deixam para trás uma trajetória de invisibilidades, ainda que em meio a disputas com dinâmicas de intensificação das monoculturas de soja e eucalipto e da mineração.

A riqueza e a singularidade dos casos que ilustram este terceiro eixo leva a sugerir que, ao invés de focar apenas nas respostas locais às intervenções durante a implementação de projetos, é importante estudar os processos de desenvolvimento fora das instituições formais, como agências governamentais e de cooperação internacional. Ao situar o processo no território, obtemos insights valiosos que as abordagens tradicionais não alcançam visibilizar. Se ressaltam aspectos frequentemente negligenciados, como a agência sociomaterial e a comunicação além de símbolos, discursos e palavras, embora ainda representem importantes desafios metodológicos e teóricos para o desenvolvimento territorial.

Conclusão: os devires da antropologia do desenvolvimento

O desenvolvimento é um processo complexo e dinâmico, envolvendo múltiplos atores e agendas. Para compreendê-lo, é necessária uma abordagem (co)relacional que interaja com os aspectos políticos, materiais, práticos, humanos e não humanos. A antropologia pode contribuir para essa abordagem, posicionando-se entre o antropocentrismo e o ecocentrismo, na medida em que pode prover uma compreensão profunda dos valores, conhecimentos e recursos dos atores envolvidos nos processos de mudança.

Obviamente, políticas, ciência, tecnologia e preocupações econômicas são fundamentais para o design e implementação de programas de intervenção. No entanto, não devemos esquecer que a dinâmica dos meios de vida locais também se sustenta, explícita ou implicitamente, em compromissos com valores e preocupações pragmáticas. Ao tentar transformar os modos de vida por meio da implementação de políticas, é importante explorar como as constelações de práticas e os locais específicos dos meios de vida se reconfiguram em contextos de intervenção para o desenvolvimento.

Tanto o profissional do desenvolvimento quanto o pesquisador devem adquirir um grau de autoconsciência sobre o fundamento teórico e prático de suas

práticas intervencionistas. É nesse ponto que a antropologia social do desenvolvimento pode ajudar a aprimorar a compreensão e o design de políticas de desenvolvimento. Por outro lado, sugerimos que os processos de desenvolvimento não devem ser confundidos com abordagens intervencionistas como a única forma de conceituá-lo. É fundamental lembrar que essa dimensão não captura de forma precisa os debates sobre a agência como motor das mudanças.

O trabalho etnográfico pode nos ajudar a compreender o desenvolvimento como um processo ativo moldado por atores locais. As transformações locais, influenciadas por tendências globais e perspectivas diversas, apontam para a necessidade de entender o desenvolvimento como um processo que não é ditado apenas por políticas ou intervenções externas. Processos de reterritorialização, as múltiplas tendências descentralizadoras do contradesenvolvimento e as “cooperações múltiplas” são fatores que contribuem para as perspectivas, compreensões, práticas e cursos de ação dos atores na composição de seus territórios de existência.

A antropologia do desenvolvimento desafiou a noção de um sujeito universal e de uma realidade objetiva. Destacou o papel da linguagem na construção da realidade e da identidade. As abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas foram importantes por relacionar linguagem, conhecimento e poder. No entanto, essas abordagens precisam ser complementadas por uma perspectiva etnográfica que vá além do discurso e abranja as materialidades do mundo.

As materialidades incluem objetos, espaços, instituições, práticas sociais e relações de poder, e interação com as práticas linguísticas. Tais relacionamentos afetam o modo como a linguagem é usada e interpretada. Portanto, as materialidades são um registro importante para entender os processos que se desprendem das intenções de desenvolvimento.

Animais, plantas, minerais e objetos não são simplesmente passivos no mundo. Não estão apenas esperando para serem explorados como recursos por empresas capitalistas ou empreendedores locais. Essas coisas também existem além e dentro dos mundos da vida humana. Elas têm seus próprios espaços, mas não estão isoladas. É nesses encontros limítrofes que perseguem suas trajetórias.

Nossas epistemologias e agendas intervencionistas são frequentemente desafiadas pela dinâmica interação entre forças subjetivas e objetivas. Essas interações expõem a separação artificial entre teoria e prática, conhecimento local e ciência, e até mesmo abordagens fenomenológicas tradicionais.

A antropologia do desenvolvimento, outrora celebrada como uma narrativa transformadora, evoluiu para uma lente crítica, expondo as deficiências das agendas de subdesenvolvimento e modernização. Em um mundo tão impregnado pela política, lutando contra a erosão da soberania institucional (especialmente dos Estados-nação), testemunhamos uma descentralização generalizada do poder. Movimentos cívicos, grupos sociais diversos e numerosos atores políticos alavancam diferentes fontes de autoridade para conquistar seus próprios espaços de ação.

Essa paisagem em evolução exige uma mudança de foco, deixando de lado apenas a solução de problemas institucionais para a compreensão dos complexos processos de ordenamento territorial dentro do próprio desenvolvimento. Talvez seja hora de reavaliar, e até mesmo desafiar, o próprio conceito de “desenvolvimento territorial”. Este artigo argumenta que uma nova orientação para a mudança é necessária, uma que reconheça as limitações de nossas abordagens atuais, mantendo-se otimista diante dos desafios globalizados.

Em conclusão, uma prática de (re)existência territorial é crucial diante do crescente reacionarismo político. Essa prática deve reconhecer a interação multifacetada de forças subjetivas e objetivas, reconhecendo as limitações das narrativas tradicionais e abraçando as diversas fontes de agência que moldam o nosso mundo.

Referências

APTHORPE, R. Developing studies and social planning. In: APTHORPE, R. (ed.). *People, planning, and development studies: some reflections on social planning*. London: Frank Cass, 1970. p. 1-16.

ARCE, A. *Administration of agrarian policy in a less developed country: the case of the SAM in Mexico*. 1986. Thesis (PhD) – The University of Manchester, Manchester, 1986.

ARCE, A. Re-approaching social development: a field of action between social life and policy processes. *Journal of International Development: the journal of the Development Studies Association*, [s. l.], v. 15, n. 7, p. 845-861, 2003a.

ARCE, A. Value contestations in development interventions: community development and sustainable livelihoods approaches. *Community Development Journal*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 199-212, 2003b.

ARCE, A. State policy intervention in an era of civic participation. In: LONG, N.; JIN-GZHONG, Y.; YIHUAN, W. (ed.). *Rural transformations and development—China in context*. Northampton: Edward Elgar, 2010. p. 279-312.

ARCE, A.; LONG, N. Consuming modernity: mutational processes of change. In: ARCE, A.; LONG, N. (ed.). *Anthropology development and modernities: exploring discourses, countertendencies and violence*. London: Routledge, 2000a. p. 100-111.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (ed.). *Anthropology development and modernities: exploring discourses, countertendencies and violence*. London: Routledge, 2000b. p. 1-31.

ARCE, A.; VILLARREAL, M.; DE VRIES, P. The social construction of rural development: discourses, practices and power. In: BOOTH, D. (ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Essex: Longman, 1994. p. 152-171.

ARETXAGA, B. Maddening states. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 393-410, 2003.

ASSADOURIAN, C. *Modos de producción en América Latina*. Madrid: Siglo XXI, 2005.

BENNETT, J. *Vibrant matter: a political ecology of things*. Durham: Duke University Press, 2010.

BIERSCHENK, T. *Anthropology and development: an historicizing and localizing approach*. Mainz: Institut für Ethnologie und Afrikastudien, Johannes Gutenberg-Universität Mainz, 2008. (Arbeitspapiere / Working Papers, n. 87).

BIERSCHENK, T. et al. (ed.). *Une anthropologie entre rigueur et engagement: essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan*. Paris: Karthala, 2007.

BLANCO, G.; ARCE, A.; FISHER, E. Becoming a region, becoming global, becoming imperceptible: territorialising salmon in Chilean Patagonia. *Journal of Rural Studies*, [s. l.], n. 1, v. 42, p. 179-190, 2015.

BORTOLUCI, J.; JANSEN, R. Toward a postcolonial sociology: the view from Latin America. In: GO, J. (ed.). *Postcolonial sociology*. Leeds: Emerald Group, 2013. p. 199-229. (Political Power and Social Theory, v. 24).

CARDOSO, F.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Madrid: Siglo XXI, 1996.

CHARÃO-MARQUES, F.; ARCE, A. Bruxas e plantas: alianças, rituais e rebelião biopolítica? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 62, p. 533-557, 2023a.

CHARÃO-MARQUES, F.; ARCE, A. (org.). *Cooperação, diversidade e criatividade: transformações sociomateriais em territórios latino-americanos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2023b.

CHENERY, H. *et al. Redistribution with growth: policies to improve income distribution in developing countries in the context of economic growth*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

CLAY, E.; SCHAFFER, B. (ed.). *Room for manoeuvre: an exploration of public policy planning in agricultural and rural development*. London: Heineman, 1984.

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography: a school of American research advanced seminar*. Berkeley: University of California Press, 1986.

COOLE, D.; FROST, S. Introducing the new materialisms. In: COOLE, D.; FROST, S. (ed.). *New materialisms: ontology, agency, and politics*. Durham: Duke University Press, 2010. p. 1-43.

CRATE, S.; NUTTALL, M. Epilogue: anthropology, science, and climate change policy. In: CRATE, S.; NUTTALL, M. (ed.). *Anthropology and climate change: from encounters to actions*. London: Routledge, 2016. p. 394-400.

CREWE, E.; HARRISON, E. *Whose development?: an ethnography of aid*. London: Zed Books, 1998.

CSORDAS, T. Embodiment as a paradigm for anthropology. *Ethos*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 5-47, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Trad. Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 285-317, 2001.

ESCOBAR, A. *Encountering development*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EVERETT, M. The ghost in the machine: agency in “poststructural” critiques of development. *Anthropological Quarterly*, [s. l.], p. 137-151, 1997.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: development, de-politicisation and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

FERGUSON, J. *Expectations of modernity: myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press, 1999.

FISHER, W. Megadevelopment, environmentalism, and resistance: the institutional context of Kayapó indigenous politics in central Brazil. *Human Organization*, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 220-232, 1994.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. New York: Pantheon Books, 1978.

FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: NYU Press, 1967.

FRIEDMAN, J. Beyond the post-structural impasse in the anthropology of development. *Dialectical Anthropology*, [s. l.], n. 30, p. 201-225, 2006.

GALJART, B. Counterdevelopment: a position paper: development policy in developing countries. *Community Development Journal*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 88-96, 1981.

GEERTZ, C. *The interpretation of cultures: selected essays*. New York: Basic Books, 1973.

GIDDENS, A. *Constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.

GOLDMAN, M. The birth of a discipline: producing authoritative green knowledge, World Bank-style. *Ethnography*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 191-217, 2001.

GRIFFITHS, P. *The economist's tale: a consultant encounters hunger and the World Bank*. London: Zed Books, 2015.

GRILLO, R. Discourses of development: the view from anthropology. In: GRILLO, R.; STIRRAT, R. (ed.). *Discourses of development*. London: Routledge, 2020. p. 1-33.

GRINDLE, M. (ed.). *Politics and policy implementation in the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1980.

GRINDLE, M.; THOMAS, J. Policy makers, policy choices, and policy outcomes: the political economy of reform in developing countries. *Policy Sciences*, [s. l.], v. 22, n. 3-4, p. 213-248, 1989.

GUATTARI, F. *The three ecologies*. London: Bloomsbury Publishing, 2005.

GUDEMAN, S. *Anthropology and economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

HALE, C. R. *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Berkeley: University of California Press, 2008.

HANDELMAN, D. Introduction: the idea of bureaucratic organization. *Social Analysis: the international journal of social and cultural practice*, [s. l.], n. 9, p. 5-23, 1981.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Malden: Blackwell, 1997.

HUIZER, G. *Peasant rebellion in Latin America: the origins, forms of expression, and potential of Latin American peasant unrest*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

INGOLD, T. (ed.). *Redrawing anthropology: materials, movements, lines*. London: Ashgate Publishing, 2011.

KAPFERER, B. Situations, crisis, and the anthropology of the concrete: the contribution of Max Gluckman. In: EVANS, T.; HANDELMAN, D. (ed.). *The Manchester School: practice and ethnographic praxis in anthropology*. New York: Berghahn Books, 2006. p. 118-155.

KEARNEY, M. The local and the global: the anthropology of globalization and transnationalism. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 547-565, 1995.

KOHN, E. Anthropology of ontologies. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 44, p. 311-327, 2015.

LACLAU, E. *Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo*. Madrid: Siglo XXI, 1978.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *Laboratory life: the social construction of scientific facts*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.

LI, T. M. Governing rural Indonesia: convergence on the project system. *Critical Policy Studies*, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 74-94, 2016.

LIE, J. Post-development and the discourse: agency interface. In: ZIAI, A. (ed.). *Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives*. London: Routledge, 2007. p. 47-62.

LONG, N. Commerce and kinship in the Peruvian highlands. In: BOLTON, R.; MAYER, E. (ed.). *Andean kinship and marriage*. Arlington: American Anthropological Association, 1977. p. 153-176.

LONG, N. (ed.). *Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen: Wageningen University, 1989.

LONG, N.; LONG, A. (ed.). *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992.

LONG, N.; ROBERTS, B. (ed.). *Peasant cooperation and capitalist expansion in central Peru*. Austin: University of Texas Press, 1978.

MAGUBANE, B. A critical look at indices used in the study of social change in colonial Africa. *Current Anthropology*, [s. l.], v. 12, n. 4/5, p. 419-445, 1971.

MARCUS, G.; FISCHER, M. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press: Smithsonian Institution Press, 1986.

McGEE, R. Unpacking policy: actors, knowledge and spaces. In: BROCK, K.; McGEE, R.; GAVENTA, J. (ed.). *Unpacking policy: knowledge, actors and spaces in poverty reduction in Uganda and Nigeria*. Kampala: Fountain Publishers, 2004. p. 1-26.

MIGDAL, J. *Strong societies and weak states: state-society relations and state capabilities in the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

MOHAN, G. Developing differences: post-structuralism & political economy in contemporary development studies. *Review of African Political Economy*, [s. l.], v. 24, n. 73, p. 311-328, 1997.

MOSSE, D. *Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice*. London: Pluto Press, 2005.

MOSSE, D. The anthropology of international development. *Annual Review of Anthropology*, [s. l.], v. 42, p. 227-246, 2013.

NUSTAD, K. Development: the devil we know? Exploring post-development. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 479-489, 2001.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. *Anthropology and development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books, 2005.

ORTNER, S. B. Dark anthropology and its others: theory since the eighties. *HAU: journal of ethnographic theory*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 47-73, 2016.

PUERTA, C. *Metodologías para desarrollos situados: propuestas críticas y comprometidas*. Medellín: Universidad de Antioquia, Fondo Editorial FCSH de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, 2022.

ROSALDO, R. *Culture & truth: the remaking of social analysis*. London: Routledge, 1993.

SAID, E. Representing the colonized: anthropology's interlocutors. *Critical Inquiry*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 205-225, 1989.

SCOTT, J. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

SHERWOOD, S.; ARCE, A.; PAREDES, M. (ed.). *Food, agriculture and social change*. New York: Routledge, 2017.

SKOCPOL, T. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SPEED, S. Forged in dialogue. Towards a critically engaged activist research. In: HALE, C. R. *Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship*. Berkeley: University of California Press, 2008. p. 213-236.

UMANS, L.; ARCE, A. Fixing rural development cooperation? Not in situations involving blurring and fluidity. *Journal of Rural Studies*, [s. l.], v. 34, p. 337-344, 2014.

WADE, R. Japan, the World Bank, and the art of paradigm maintenance: the East Asian miracle from a political perspective. *New Left Review*, [s. l.], n. 217, p. 3, 1996.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

WORSLEY, P. One world or three: a critique of the world system of Immanuel Wallerstein. *Socialist Register*, [s. l.], v. 17, p. 298-338, 1980.

YARROW, T. Paired opposites: dualism in development and anthropology. *Critique of Anthropology*, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 426-445, 2008.

YARROW, T.; VENKATESAN, S. Anthropology and development: critical framings. In: VENKATESAN, S.; YARROW, T. (ed.). *Differentiating development: beyond an anthropology of critique*. New York: Berghahn Books, 2012. p. 1-20.

ZIAI, A. The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy. *Third World Quarterly*, [s. l.], v. 25, n. 6, p. 1045-1060, 2004.

Recebido: 12/02/2023 Aceito: 01/04/2024 | Received: 2/12/2023 Accepted: 4/1/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Covid longa, a pandemia que não terminou

Long COVID, the unending pandemic

Jean Segata^I

<https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

jeansegata@ufrgs.br

Ilana Löwy^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-6963-0578>

ilana.lowy@cnrs.fr

^I Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brasil

^{II} Centre de Recherche Médecine, Sciences, Santé, Santé Mentale, Société –
Villejuif, Île-de-France, França

Resumo

O artigo explora a complexidade e as incertezas atuais sobre a covid longa, uma entidade nosológica emergente pós-covid-19, com contornos imprecisos e caracterizada por sintomas imprevisíveis e persistentes. Baseado em relatos de pessoas afetadas e equilibrando a revisão da literatura médica e jornalística sobre o tema, a história da ciência e a etnografia em saúde, o trabalho descreve e analisa as políticas de reconhecimento e de cuidado da doença em um contexto de injustiça epistêmica. O artigo contesta as representações da covid longa como uma condição meramente transitória, argumentando que, diferentemente das promessas de plena recuperação, o que tem ganhado forma é emergência de uma nova pessoa cuja biografia passa a ser reescrita com a covid longa. Para essas pessoas, o reconhecimento pleno da covid longa como uma entidade patológica distinta, aliado à validação de seu conhecimento experimental, significa mais do que simplesmente abrir possibilidades concretas para alívio do sofrimento físico e mental. Isso também representa justiça, reparação e um passo adiante na reconstrução de suas vidas.

Palavras-chave: covid longa; diagnóstico; injustiça epistêmica; políticas de reconhecimento e cuidado.

Abstract

The article explores the complexity and current uncertainties concerning long COVID, an emerging nosological entity with vague contours and characterised by unpredictable and persistent symptoms and absence of 'objective diagnosis'. Based on accounts of the affected individuals and balancing the review of medical and journalistic literature on the subject, historical approach and ethnography, this work describes and analyses the policies of recognition and care of this condition in a context of epistemic injustice. The article contests the representations of long COVID as a merely transient disorder arguing that, unlike the promises of full recovery, what is taking shape is the emergence of a new individual whose biography is being rewritten by long COVID. For these people, full recognition of long COVID as a distinct pathological entity, coupled with the validation of their experimental knowledge, means more than merely opening concrete possibilities for relief from physical and mental suffering. It also represents justice, repair, and a further step towards the reconstruction of their lives.

Keywords: long COVID; diagnosis; epistemic injustice; recognition and care policies.

Nós somos invisíveis. Invisíveis. A gente continua doente e se não continuarmos lutando, ninguém fará nada por nós.

Eu durmo mal. Às vezes, eu tenho crises de ansiedade; minha cabeça não funcionou mais direito. Eu fico confusa e esqueço coisas o tempo todo.

Lá no trabalho me olham desconfiando, acham que eu estou fingindo.

O médico diz que isso é psicológico; que eu não tenho nada, que logo isso vai passar.

Eu não sou mais a mesma pessoa.

Os depoimentos que abrem este artigo vêm de mulheres entre 35 e 60 anos. Elas vivem com sintomas perturbadores que surgiram após a covid-19. Para a doença da qual reclamam, ainda não existe um diagnóstico formal. No entanto, todas já a identificam como covid longa.

A covid longa tem se conformado como uma nova entidade nosológica surgida na sequência da covid-19. Com contornos ainda vagos, ela está impulsionando pesquisas sobre a sua prevalência, sintomas, diagnóstico, duração e métodos de tratamento. Enquanto segue sem definição precisa, a covid longa ganha terreno em meio às disparidades e injustiças sociais implicadas nesta atual zona nebulosa, complexa e incerta que é frequentemente descrita como “fim da pandemia”. Pandemias, de fato, excedem às narrativas lineares de começo, pico e término. Conforme defendem as historiadoras da ciência Erica Charters e Kristin Heitman, elas são vividas em ciclos de intensidade e temporalidade cujo fim, ou fins, não se limitam a cessação da circulação do agente patógeno ou a redução das taxas de contaminação e morte. Portanto, em contraste com a esperança idealista da “erradicação biológica”, o fim de uma pandemia depende muito mais de uma contínua negociação política, ética e social de “níveis aceitáveis”, que permitem a “administração de uma vida social normal” (Charters; Heitman, 2021).

Este é o cerne da questão: para quem vive com a covid longa, assim como para quem ainda lida com as perdas e a reconstrução de suas vidas, a pandemia de covid-19 ainda não terminou. Mais precisamente, é na ausência de diagnóstico que a pandemia de covid longa ainda aguarda o seu começo, em meio a

um cenário de incertezas de onde emergem vozes significativas, como os relatos publicados por pacientes e aqueles das mulheres que compartilharam suas experiências de sofrimento, invisibilidade e de luta na pesquisa que fundamenta este trabalho. No âmbito médico-biológico, essas narrativas podem ser interpretadas como sintomas de uma síndrome pós-viral. No entanto, sob a ótica da história da ciência e da antropologia da saúde aqui defendidas, elas também representam uma manifestação de injustiça epistêmica.¹

Síndromes pós-virais são definidas pela literatura médico-biológica como um conjunto de sintomas que podem persistir após uma infecção viral aguda ter sido considerada resolvida. Entre as principais manifestações estão a fadiga extrema e a fraqueza muscular, a dor nas articulações e na cabeça, a dificuldade de concentração, os problemas de memória e os distúrbios do sono. Há poucos fatos incontestáveis em relação à sua etiologia e tratamento, mas acredita-se que essas síndromes possam estar relacionadas à resposta imunológica do corpo à infecção viral. Nesse caso, é comum a administração de medicamentos para o alívio de sintomas como dores crônicas e a recomendação de boa higiene do sono combinada com exercícios leves e dieta saudável, para ajudar no fortalecimento do sistema imune (Camargo; Teixeira, 2002; Wessely *et al.*, 1989).

-
- 1 Este trabalho resulta de pesquisas da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir de um esforço conjugado em quatro projetos que analisam qualitativamente os impactos sociais da pandemia de covid-19 no Brasil. O primeiro deles responde a uma encomenda tecnológica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e é intitulado *A covid-19 no Brasil 2: análise e resposta aos impactos sociais da imunização, tratamento, práticas e ambientes de cuidado e recuperação de afetados* (Convênio UFRGS-FINEP 1212/21, CAAE 61966622.1.0000.5347). Outros dois, financiados pelo CNPq, tratam especificamente da covid longa e são intitulados, *Covid longa: construção, reconhecimento e impactos sociais de uma síndrome pós-viral* (Chamada CNPq/MCTI 10/2023 Universal, Processo 401752/2023-2) e *A covid longa no Brasil: um estudo etnográfico sobre o reconhecimento e as políticas de cuidado de uma síndrome pós-viral* (Chamada MCTI/Ministério da Saúde 21/23, Processo 444326/2023-5). Por fim, em uma parceria entre a Rede Covid-19 Humanidades MCTI e o Observatório Ciência e Saúde da Casa Oswaldo Cruz (COC-Fiocruz) é desenvolvido o projeto intitulado *Entre a visibilidade e a invisibilidade: uma abordagem histórica e socioantropológica da covid longa entre trabalhadores da saúde no Rio de Janeiro e em Porto Alegre* (Edital INOVA-FIOCRUZ). Jean Segata é pesquisador do CNPq, Brasil (Bolsa de Produtividade, Processo 309710/2021-9). Ilana Löwy é pesquisadora do INSERM, França. O autor e a autora expressam agradecimento a todas as pessoas que compartilharam suas experiências com a covid longa nas pesquisas que resultam neste trabalho. Elas são as legítimas protagonistas da história e do conhecimento dessa doença. Esse agradecimento também se estende a Alfonsina Faya Robles, Jaqueline Ferreira, Eliza Teixeira de Toledo, Luiz Alves Araújo Neto, Juliara Borges Segata, Arlei Damo, Ceres VÍctora, Ondina Fachel Leal, Handerson Joseph, Patrice Schuch e Paola Falceta por sua colaboração na pesquisa, generosas leituras e valiosos insights.

Embora as síndromes pós-virais possam ser debilitantes e afetar a qualidade de vida, esta mesma literatura atesta que a maioria dos pacientes se recupera completamente ao longo do tempo. Contudo, a falta de estruturas explicativas mais precisas para os sintomas dos pacientes, somada à incredulidade médica sobre seus testemunhos e as relações de poder desiguais entre ambos, ampliam e em muitos casos, perpetuam, as situações de frustração e sofrimento. Por esta razão, a perspectiva assumida neste artigo segue outra direção. O que pacientes com covid longa experimentam ao longo do tempo não é propriamente a recuperação, mas um processo de transformação de si e do seu mundo. Trata-se da emergência de uma nova pessoa, cuja história se torna inseparável da história da própria doença no seu corpo e na sua vida.

O artigo começa tratando dos limites imprecisos da covid longa, mostrando como os relatos de pacientes foram fundamentais para impulsionar o debate sobre a doença, desafiando a percepção inicial de que a covid-19 seria de curta duração e revelando uma realidade complexa de sequelas prolongadas e variadas. Grupos de ativistas, formados por acadêmicos e profissionais de saúde, tiveram um papel crucial na conscientização e na definição da covid longa como uma condição significativa. Especificamente no Brasil, a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO) surgiu como uma voz forte na luta por justiça e reconhecimento das vítimas da pandemia, incluindo aquelas afetadas pela covid longa. Os pacientes com essa condição enfrentaram desafios significativos no sistema de saúde, especialmente mulheres, indivíduos não brancos, trabalhadores e desempregados, que frequentemente encontram dificuldades para serem ouvidos e acreditados pelos profissionais médicos. A escassez de relatos publicados por esses grupos evidencia a disparidade no acesso a tratamentos e no reconhecimento da condição, transformando a covid longa em uma pandemia não reconhecida de solidão, isolamento social e rejeição.

A segunda parte do artigo introduz relatos pessoais de mulheres afetadas pela covid longa, destacando como essa condição transcende meros sintomas físicos e permeia diversos aspectos da vida, incluindo saúde mental e emocional, reorganização de rotinas domésticas e profissionais, e alterações nas relações sociais e identidades. Além disso, a seção destaca os esforços de uma frente parlamentar que conduziu audiências públicas para coletar depoimentos sobre a covid longa. Essas audiências enfatizam a importância do reconhecimento da covid longa nas políticas de saúde e a necessidade de estabelecer um vínculo entre a doença e o

ambiente de trabalho, evidenciando o impacto da condição na capacidade laboral e nas dinâmicas sociais e profissionais das pessoas que a covid longa têm.

A terceira parte do artigo descreve a complexidade e os desafios na definição e no diagnóstico da covid longa. A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a condição pós-covid como sintomas que persistem por pelo menos dois meses após a infecção pelo SARS-CoV-2. Contudo, essa definição é criticada por ser ampla e basear-se em sintomas que não podem ser explicados por outros diagnósticos. Os sintomas medicamente inexplicáveis, em particular, são frequentemente desacreditados e negligenciados, evidenciando as persistentes limitações biomédicas no campo das “doenças incertas” e resultando em dificuldades para os pacientes no acesso a recursos médicos e sociais adequados (Bransfield; Friedman, 2019).

A falta de testes diagnósticos objetivos para a covid longa agrava ainda mais essa situação, forçando os pacientes a dependerem de relatos subjetivos de seus sintomas. Mesmo com avanços na identificação de anomalias fisiológicas e estruturais, ainda não existe consenso sobre critérios diagnósticos específicos. Essa incerteza tem implicações significativas para os pacientes, como a dificuldade de acesso a tratamentos adequados e apoio social. Essa situação é intensificada pela “injustiça epistêmica”, na qual a credibilidade dos pacientes é frequentemente questionada e seus sintomas são classificados como “difíceis”. Essa descrença no sofrimento dos pacientes aumenta a frustração e angústia, especialmente entre grupos sociais vulneráveis, ressaltando a necessidade de se reconhecer e respeitar o conhecimento experimental dos pacientes.

A quarta seção do artigo aborda a complexidade e os desafios de obter dados confiáveis sobre a covid longa devido à ausência de critérios diagnósticos objetivos. Enquanto a covid-19 tem critérios de diagnóstico mais claros, a covid longa sofre de uma falta de consenso na definição e no diagnóstico. Mesmo com significativos investimentos em pesquisa as dificuldades persistem, em parte devido a questões organizacionais e à complexidade de definir precisamente o que é a covid longa. O ponto é que a inconsistência na definição de covid longa tem levado a resultados variados e contraditórios em pesquisas. Estudos diferem no tipo de população analisada, nos sintomas explorados e na metodologia empregada, resultando em estimativas divergentes da prevalência e das características da condição. Além disso, a controvérsia sobre a recuperação espontânea da covid longa ilustra a dificuldade de obter dados fidedignos.

A última parte do artigo explora as controvérsias entre percepções que consideram a covid longa como uma doença com causas primariamente fisiológicas e aquelas que a associam à síndrome da fadiga crônica (ME/CFS), sugerindo que fatores psicológicos podem desempenhar um papel significativo. Essa divergência reflete um debate mais amplo sobre distúrbios funcionais, muitas vezes vistos como estando na interseção entre o físico e o psicológico. Essa natureza complexa das doenças funcionais cria desafios tanto no diagnóstico quanto no tratamento, uma vez que muitos médicos se sentem frustrados pela falta de explicações médicas claras e pela ausência de terapias eficazes em um complexo campo de incertezas. Além disso, a associação dessas doenças com fatores psiquiátricos leva a uma percepção negativa por parte de alguns profissionais da saúde, que podem ver essas condições como menos “reais” ou menos graves do que doenças com causas físicas mais evidentes. Nesse contexto, a associação entre covid longa e síndrome da fadiga crônica, especialmente considerando sua prevalência mais elevada em mulheres, levanta questionamentos sobre o papel dos fatores psicológicos na condição.

Os contornos imprecisos da covid longa e a ausência de diagnósticos conclusivos constituem uma realidade frustrante que reconfigura as biografias e trajetórias de vida de quem vive com a doença. A pandemia de covid-19 não acaba para quem sofre na precariedade da invisibilidade e da indeterminação das suas consequências. Por essa razão, a covid longa é a pandemia que não terminou.² O reconhecimento pleno desta inscreve possibilidades concretas de alívio para o sofrimento físico e mental, mas também representa justiça, reparação e um passo a mais para a reconstrução de suas vidas.

-
- 2 Afirmar que a covid longa é a pandemia que não terminou não constitui uma expressão estritamente epidemiológica, embora suas repercussões estimadas sejam, de fato, alarmantes. Ao seguir as análises de Diniz e Brito (2019) e Segata (2022) sobre a invisibilização dos impactos sociais de longo prazo nas epidemias de zika e nos surtos de chikungunya no Nordeste do Brasil, a declaração de que a pandemia não terminou ressalta a experiência concreta das pessoas afetadas na busca por tratamentos e cuidados e pelo respeito ao seu direito à saúde. O objetivo é destacar as diversas perdas e transformações que seguem provocando alterações significativas em suas vidas, mesmo após o término epidemiológico da pandemia. Isso inclui o luto, a recuperação do trabalho, o reequilíbrio financeiro e a qualidade de vida, nem sempre fáceis de serem resolvidos. Portanto, as lutas pelo reconhecimento e pelo cuidado com a covid longa manifestam-se como a expressão de um sofrimento ainda sem respostas – uma pandemia que, efetivamente, não terminou.

Os limites imprecisos da covid longa

A covid longa surgiu graças às histórias dos pacientes. Ainda hoje, ela existe principalmente por meio delas. Os primeiros relatos de pacientes com covid-19 que não conseguiram se recuperar surgiram na primavera de 2020. Naquela época, o problema era associado apenas a pacientes graves, frequentemente hospitalizados e não era apresentado como ocorrendo em pessoas previamente saudáveis, que tiveram casos leves ou moderados da doença. Nas fases iniciais e dramáticas da pandemia, as pessoas que contraíram a covid-19 eram informadas de que se recuperariam completamente após duas ou três semanas. Muitos descobriram que isso não acontecia. Pior ainda, começaram a ter síndromes estranhas e mutantes, muitas vezes desconectadas daquelas que experimentaram durante o episódio da infecção. Então, pacientes que foram informados de que seus sintomas não durariam mais do que três semanas, mas continuaram se sentindo mal, começaram a se organizar nas redes sociais dizendo que continuavam vivendo com a covid-19, porém de maneira prolongada. De forma significativa, a principal associação francesa de pacientes com covid longa é chamada de ApresJ20 (Após o dia 20). Na primavera e no verão europeu de 2020, grupos altamente eficientes de ativistas – muitos liderados por acadêmicos ou profissionais de saúde – conseguiram transmitir suas visões sobre os sintomas persistentes e mutantes da covid-19 para os especialistas. No outono de 2021, os ativistas já afirmavam com orgulho que a covid longa, o termo que eles cunharam, provavelmente foi o primeiro transtorno inicialmente definido pelas pessoas que o vivem como condição (Callard; Prego, 2021).³

Na primeira metade de 2020, a maioria dos pacientes com covid longa eram relativamente jovens, frequentemente do sexo feminino. Eles geralmente afirmavam não ter problemas de saúde graves antes de contrair a covid-19 e não foram hospitalizados por essa patologia. Seus sintomas pós-covid às vezes apareciam semanas ou até meses após o suposto fim da infecção e muitos deles eram caracterizados como “medicamente inexplicáveis”. Felicity Callard, professora de

3 Este artigo refere-se à covid longa como um “distúrbio” e “condição”, uma vez que a ausência de um consenso sobre sinais objetivos da covid longa “sindrômica” ainda causa resistência ao seu reconhecimento formal como doença. Para uma análise detalhada do processo de transição de sintomas para doença, veja, por exemplo, Aronowitz (2001).

geografia humana na Universidade de Glasgow, começou a postar *tweets* sobre sua experiência com a covid longa em meados de abril de 2020, 27 dias após as primeiras manifestações da covid-19. Ela não apenas não melhorou após três semanas como continuou desenvolvendo novos sintomas (Callard, 2020b). Em maio de 2020, Callard começou a refletir sobre o significado do termo “covid leve” para os pacientes que desenvolveram sequelas não tão leves dessa condição. Sete semanas após o início de sua covid, ela relatou que continuava sofrendo de fadiga grave, dor, confusão mental (*brainfog*) e dificuldade de concentração. Ela não conseguia cuidar de si mesma e nem realizar tarefas domésticas básicas. Felizmente, ela recebeu ajuda das pessoas ao seu redor. Ela explicou que a “covid leve” pode levar a danos de longo prazo no corpo e precipitar uma síndrome de fadiga pós-infecciosa grave (Callard, 2020a). No inverno de 2020, Callard, que continuava com uma incapacidade severa, comparou sua experiência com a de pacientes com síndrome de fadiga crônica e expressou a esperança de que a atenção recente aos pacientes com covid longa acabasse com a invisibilidade das pessoas com essa síndrome (Callard, 2020c). Mas, em 2023, a realidade ainda tem se mostrado diferente.

Carla, 44 anos, uma profissional autônoma que vive no interior do Rio de Janeiro, relatou a angústia vivida depois de mais de dois anos doente, em meio a falta de atenção adequada:

Eu peguei covid mais de uma vez. Isso foi em 2020 ainda, e depois, em 2021. No começo, tudo bem, eu achava que tinha me recuperado. Depois comecei a ficar confusa e esquecida e com uma fraqueza que nunca termina. Às vezes eu até vou bem. Mas, de repente, é como se eu desligasse: vem um cansaço inexplicável. É como se um botão me desligasse. Começam as dores no corpo e eu fico pra morrer. Aí eu vou no médico. [...] Mas eu nunca encontrei atendimento para covid longa. Eu fui ao meu médico de sempre e ele disse que aquilo era normal. [...] Aí eu digo que é covid longa, e ele [o médico] diz que é difícil saber, que ninguém sabe. Então ele me encaminhou para outro, um psiquiatra: mesma coisa; faz de conta que nem ouve. Então, a gente não existe. Não existe covid longa pra eles. *Nós somos invisíveis. Invisíveis. A gente continua doente e, se não continuarmos lutando, ninguém fará nada por nós.* (Carla, 44 anos, julho de 2023).

Carla integra a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19. Surgida em Porto Alegre, em abril de 2021, a AVICO se destacou como uma das

primeiras associações no Brasil a reunir pessoas com o ímpeto de lutar por justiça frente ao que descreviam como inação e conduta criminosa do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro na gestão da pandemia. Ela foi fundada pela iniciativa de Gustavo Bernardes e Paola Falceta. Ele, um advogado e ativista pelos direitos à saúde da população LGBTQIA+, que foi internado e intubado por conta da covid-19. Ela, uma assistente social, militante dos direitos humanos, que perdeu a mãe para a covid-19 por falta de suprimentos adequados no hospital.

Inicialmente, a AVICO organizou grupos para acolher pessoas enlutadas e oferecer apoio jurídico às vítimas da pandemia. Esses grupos se reuniam semanalmente em sessões online através de aplicativos de videoconferência, como Google Meet e Zoom. As sessões eram mediadas por profissionais voluntários de diversas áreas, incluindo medicina, psicologia, assistência social e direito. Essas reuniões ofereciam um espaço para os participantes expressarem suas experiências sobre o luto e a perda repentina de entes queridos, muitas vezes exacerbada pela impossibilidade de uma despedida ritual adequada devido às restrições da pandemia. Além do apoio mútuo, eram discutidas estratégias para a reconstrução das rotinas diárias, a reorganização da vida profissional e escolar, e o enfrentamento de desafios econômicos e burocráticos. Isso incluía a navegação por obstáculos na administração de inventários, o gerenciamento de dívidas e a gestão de bens dos que partiram, bem como as lutas pelo devido registro de mortes decorrentes da covid-19. Essas dificuldades, já notáveis na época, escancaravam as muitas estratégias de algumas instituições para minimizar a dimensão da tragédia.

Desde o início, a AVICO também se empenhou em atividades nas redes sociais, realizando lives e outras iniciativas para conscientizar a população sobre a importância das políticas de cuidado individual e coletivo. Ela enfatizava a necessidade de atenção às fake news e denunciava as falhas e negligências das autoridades políticas e corporativas, amplamente noticiadas. Ao final de 2021, a associação já se destacava em manifestações públicas, reivindicando direitos à saúde e à proteção da população, além de apoiar o impeachment do ex-presidente Jair Bolsonaro. Naquele contexto, já era evidente o modo como governos neoliberais da direita com inclinações fascistas se comportavam como importantes agentes patogênicos na pandemia de covid-19 (Segata *et al.*, 2021). Como resumiram Ventura, Aith e Reis (2021, p. 26), Bolsonaro já havia demonstrado um esforço deliberado “em prol da ampla disseminação do vírus no território

nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais rápido possível e a qualquer custo”. Não surpreendentemente, “genocídio” foi a expressão frequentemente usada nas manifestações para descrever a postura do então presidente durante a pandemia.⁴

Foi também em 2021 que a AVICO passou a protagonizar um conjunto de atividades que abordavam a covid longa, uma condição que começava a ganhar atenção global. Integrantes da associação compartilhavam ativamente nas redes sociais e grupos de WhatsApp informações e descobertas sobre a doença, muitas delas encontradas na internet. Eles discutiam as últimas pesquisas e artigos científicos, bem como reportagens de jornais, e muitos se identificavam com os sintomas e sequelas relatados. Devido ao contexto de negacionismo no Brasil, grande parte desses estudos e informações vinha do exterior, já que eram escassos os incentivos para pesquisa sobre a covid longa no país, assim como a produção de protocolos ou guias de manejo específicos para a doença.⁵

Uma das primeiras descrições detalhadas de covid longa na imprensa geral foi publicada no jornal *The New York Times*, em abril de 2020. Fiona Lowenstein, escritora, produtora e professora de ioga, que foi brevemente hospitalizada por covid-19 em março de 2020, relatou que três semanas após receber alta do hospital era incapaz de responder à pergunta “como você está se sentindo agora?”. Confusa e angustiada com seu estado de saúde, ela iniciou um grupo de apoio

4 Ao longo da pandemia, em muitas ocasiões, o ex-presidente Jair Bolsonaro defendeu medidas negacionistas, que contradiziam diretamente os especialistas em saúde. Um exemplo disso foi seu apoio à “imunidade de rebanho” em vez de uma política de vacinação contra a covid-19 (Matoso; Gomes, 2021).

5 É importante destacar que os discursos mobilizados pelos movimentos sociais são muito bem fundamentados nas publicações mais recentes de periódicos médicos especializados. Assim como no caso do vírus ou das vacinas, tais discursos desempenham um papel crucial no combate às fake news sobre a covid-19 e seus efeitos. Como Camargo (2024) observou adequadamente em sua análise sobre desinformação e negacionismo a respeito da covid-19 entre médicos no Brasil, essas questões também se somam a um conjunto mais amplo de extremos e disputas ao determinar quem possui efetiva expertise epistêmica na gestão do conhecimento que intervém na vida das pessoas. No entanto, como notou Rosenberg (1992), a natureza excepcional de eventos catastróficos como a pandemia, que impele a respostas imediatas, tende a suprimir interpretações localmente significativas, favorecendo análises e modelos de pensamento e intervenção da ciência médica global. Por um lado, essa homogeneização pode contribuir para a estabilização nosológica da doença ao cristalizar um “molde universal”. Por outro, uma vez estabelecida a “caixa-preta da covid longa”, não seria surpreendente se novos movimentos surgissem para questionar tais simplificações, buscando incluir maior diversidade e reconhecimento na categorização da doença.

online para pessoas em recuperação da covid-19. Ela descobriu que não era a única pessoa a encontrar a experiência pós-covid desconcertante e que muitas das pessoas que entraram em contato com a infecção tinham problemas de saúde mental:

As notícias estão cheias de histórias inspiradoras de pacientes que sobreviveram à covid-19 – incluindo a minha –, mas raramente essas narrativas abordam o longo e tortuoso caminho para a recuperação que seguem. A Organização Mundial da Saúde afirmou que pessoas com casos “leves” podem esperar uma recuperação de duas semanas, enquanto aqueles com casos “graves” podem levar até seis semanas para se recuperar, mas a distinção entre casos “leves” e “graves” é confusa, e muitos de nós estamos experimentando sintomas por mais tempo. Alguns dos jovens do meu grupo de apoio online estão lutando para conseguir mais tempo de folga do trabalho – afinal, eles estão supostamente recuperados. Quase todos estão enfrentando problemas de saúde mental, incluindo ansiedade grave, ataques de pânico e depressão, enquanto lutam para entender o que está por vir para eles. (Lowenstein, 2020, tradução nossa).⁶

A menção de problemas de saúde mental em pessoas que tiveram sequelas da covid-19 já na primavera de 2020 é digna de nota porque, posteriormente, a questão das ligações entre covid longa e problemas neurológicos/psicológicos/psiquiátricos se tornou um dos principais temas de controvérsias sobre essa condição. Os pacientes com covid longa insistem que suas dificuldades de saúde mental são uma consequência pouco surpreendente de se viver com uma condição crônica, debilitante e imprevisível, enquanto alguns especialistas argumentam que dificuldades de saúde mental preexistentes poderiam ser uma das principais causas do desenvolvimento da covid longa.

Um dos elementos que tende a desaparecer nesse debate é a possibilidade de agravamento de problemas de saúde mental preexistentes pela infecção pelo

6 Lowenstein mais tarde se tornou uma das principais ativistas da covid longa nos Estados Unidos e uma das fundadoras do grupo Body Politics Long Covid. Ela relata sua experiência, juntamente com a de outros *long haulers* – termo cunhado pelos ativistas para descrever a *longa jornada* que enfrentam para recuperação da covid-19, que gerou maior conscientização sobre os efeitos duradouros da infecção – em seu livro, *The Long COVID survival guide: how to take care of yourself and what comes next – stories and advice from twenty long-haulers and experts* (Lowenstein, 2022).

SARS-CoV-2. A afirmação de que essa infecção pode piorar uma patologia orgânica já existente, como diabetes ou problemas circulatórios, não é percebida como problemática. Mas uma afirmação paralela de que essa infecção pode agravar os problemas mentais do paciente é fortemente rejeitada pelos pacientes com covid longa, que têm medo, muitas vezes com motivos válidos, de serem rotulados como “hipocondríacos” e “loucos” por alguns profissionais de saúde. De fato, um dos principais problemas enfrentados pelos pacientes com covid longa é a incredulidade dos médicos de que seus sintomas tenham uma causa “real”, ou seja, orgânica, e sejam meramente uma expressão de estresse ou ansiedade. Daí a importância dos testemunhos de profissionais de saúde que publicaram em periódicos médicos relatos de sua experiência com a covid longa.

Uma neurologista brasileira que desenvolveu problemas cognitivos e enxaquecas graves após uma infecção pelo SARS-CoV-2 explicou em um artigo no *Brazilian Archives of Neuropsychiatry* que teve a sorte de ter um conhecimento especializado e acesso a medicamentos que aliviaram seus sintomas. No entanto, ela acrescentou que, após falar publicamente sobre sua experiência, recebeu vários e-mails de pessoas com sintomas semelhantes (ou piores) que reclamaram que a maioria dos médicos não entende a covid longa e não acredita nelas quando descrevem os sintomas pós-covid (Yasuda, 2022).

Uma especialista canadense em saúde global relatou a história de seus sintomas duradouros e severamente incapacitantes no *eClinicalMedicine*. Ela queria encorajar outros pacientes com covid longa cujos médicos tendiam a ignorar as queixas, mas também chamar a atenção para o papel potencial da covid longa exacerbando as desigualdades. Se uma proporção significativa dos milhões de pessoas que sobrevivem à covid-19 desenvolver incapacidades de longo prazo, argumentou ela, o fardo dessa condição será, mais uma vez, mais pesado entre populações altamente marginalizadas que vivem no Sul Global (Malta, 2020).

É provável que pacientes abastados ou bem relacionados encontrem menos obstáculos para serem ouvidos e acreditados, provavelmente graças ao fato de terem acesso a especialistas médicos competentes e a clínicas especializadas em covid longa. Um famoso maestro dos Estados Unidos, que desenvolveu covid longa após um episódio de covid-19 na primavera de 2020, foi tratado em um dos centros especializados mais avançados do país para essa condição, o Hospital Mount Sinai em Nova York. Os médicos do centro Mount Sinai propuseram a ele um programa individualizado de reabilitação física adaptada e um regime

complexo de medicamentos, incluindo aqueles para alterações de humor. Esse programa permitiu que ele gradualmente retornasse ao trabalho (Otterman, 2022). Uma liderança jornalística, que desenvolveu covid longa em 2022, também foi tratada no centro multidisciplinar de covid longa no Hospital Mount Sinai. Após sete meses de experiência com essa condição, ela relatou que dividia seu tempo entre ficar na cama e consultar inúmeros especialistas: um neurologista, um cardiologista, um imunologista, um pneumologista. Ela tomava vários medicamentos – anti-inflamatórios, bloqueadores de dor, antidepressivos – e ao mesmo tempo experimentava várias terapias alternativas (Senior, 2023). Uma renomada cientista britânica com covid longa foi tratada com uma terapia experimental de oxigênio hiperbárico (ela ficava em uma câmara de alta pressão enquanto o oxigênio era forçado para seus pulmões). O tratamento aliviou muitos de seus sintomas, mas infelizmente ela foi reinfectada com covid-19, uma causa frequente de agravamento dos sintomas da covid longa (Blasdel, 2023).

Pacientes com covid longa “menos proeminentes”, como o caso representado pelo depoimento de Carla, podem enfrentar trajetórias mais problemáticas. Muitos passam por uma odisséia médica prolongada até encontrarem profissionais que levem suas queixas a sério, se tiverem sorte (Cha, 2022). Mulheres pretas ou pardas podem ter especialmente dificuldade em persuadir seus médicos de que precisam de ajuda profissional. Uma professora preta de Baltimore, nos Estados Unidos, desenvolveu múltiplos problemas neurológicos, mas como seu teste para anticorpos específicos anti-SARS-CoV-2 foi negativo, seus médicos se recusaram a reconhecer que ela tinha covid longa e classificaram seus problemas como psicossomáticos. Incapaz de voltar ao trabalho, ela descreveu sua experiência como sendo invalidada e ignorada por profissionais de saúde (Silman, 2020). Sua experiência pode ser típica de muitos pacientes para os quais a falha em obter cuidados médicos adequados está associada a graves dificuldades materiais. Esses pacientes tendem a ter baixa visibilidade. A maioria das pessoas que contaram suas histórias de covid longa na mídia tinham entre 25 e 55 anos, pertenciam à classe média, eram brancas e tinham educação.⁷ A escassez de narrativas publicadas sobre a covid longa por parte de trabalhadores, desempregados, indivíduos não

7 Dois livros recentes, o já mencionado *The long COVID survival guide: how to take care of yourself and what comes next* de Fiona Lowenstein (2022) e *The Long Haul* de Ryan Prior (2023), coletaram inúmeras narrativas de pacientes com covid de longa duração.

brancos ou migrantes recentes pode não ser um indicativo direto da prevalência dessa condição entre diferentes grupos sociais. Entretanto, essa lacuna pode revelar as dificuldades que essas pessoas enfrentam para acessar especialistas, receber tratamentos adequados e compartilhar suas experiências. Nos Estados Unidos, um artigo de 2023 sugeriu que a covid longa seria, na verdade, uma pandemia não reconhecida de solidão, isolamento social e rejeição (Kwang, 2023).

As pessoas que a covid longa tem

“Hoje é quarta-feira?” Foram as primeiras palavras de Maria, 56 anos, funcionária pública aposentada de Brasília, durante uma conversa por Zoom. Ao ser informada de que era segunda-feira, ela expressou surpresa. Era maio de 2023, e Maria relatou que há quase dois anos e meio vinha sofrendo com sintomas estranhos após a covid-19. “Eu nem conferi. Preciso sempre olhar no calendário. Para mim, todo dia é quarta-feira. Hoje não é, certo?” Maria compartilhou que seu marido é profissional de saúde e acredita ter sido infectada pela covid “umas oito vezes” no início da pandemia. Segundo ela, cada infecção acrescentou uma nova camada de sequelas estranhas e debilitantes e foi transformando quem ela é:

Foi numa quarta-feira que eu perdi o meu irmão. Ele era mais jovem que eu dois anos. Era uma pessoa saudável, muito ativa. Uma perda inexplicável. Acho que isso ficou em mim, sabe? [...]. Eu fui bem afetada, aqui em casa, a mais afetada [...]. Hoje eu vivo confusa. *Eu durmo mal. Às vezes, eu tenho crises de ansiedade; minha cabeça não funcionou mais direito. Eu fico confusa e esqueço coisas o tempo todo.* Foi por isso que eu pedi minha aposentadoria. Eu já tinha tempo de serviço. Se não fosse a covid eu continuaria, mas não dá mais. [...] Então, eu também parei de dirigir. Depois de um tempo, quando eu tirava o carro da garagem eu sentia que não ia para lugar nenhum, porque eu esquecia o que ia fazer. [...] Olha essas marcas. Agora, eu me queimo o tempo todo. Tenho medo de cozinhar, sabe? Eu esqueço que a panela está quente e me queimo quando boto a mão nela. Tenho medo de queimar a casa assim. [...] Eu lavo as roupas na máquina mais de uma vez, porque esqueci que já lavei. [...] A covid longa me pegou. Depois de um tempo, o psiquiatra me deu diagnóstico, porque eu faço tratamento e foram detectadas algumas mudanças a nível fisiológico no meu cérebro pós-covid. É, ficou uma área lacunar

no meu cérebro. A covid causou desmielinização da bainha de mielina, que gente sabe que se eleva para esclerose múltipla, né? Então, assim, o médico fala assim: “Como é que você tá, como é que você consegue ficar de pé?” Não sei, gente, porque foram tantas coisas, causou esse problema no lobo temporal frontal direito e aí eu tenho tomado estabilizante de humor porque é como se eu tivesse, às vezes, uns surtos, uns surtos que eu nunca tive. Eu nunca fui a pessoa mais tranquila do mundo, mas eu nunca fui uma pessoa agressiva assim e eu tive dois surtos já. Então, a minha vida de covid longa agora é outra. [...] Eu ainda estou dentro daquele looping que não acaba, porque todos os dias eu preciso me readaptar, é como se eu tivesse me reinventando todos os dias. (Maria, 56 anos, maio de 2023).

No texto “As pessoas que as doenças têm: entre o biológico e o biográfico”, que inspira o título desta seção, a antropóloga Waleska Aureliano (2012) sugere uma abordagem que reconhece a doença não apenas como uma condição biológica, mas também como uma experiência vivida que se entrelaça com a narrativa biográfica de uma pessoa. Influenciada pela noção de reposicionamento biográfico, que vem de Michael Bury (1982), em seu estudo sobre doenças crônicas, Aureliano (2012, p. 240) analisou como o câncer pode ser pensado como uma doença que pode desencadear “formas de agenciamento em torno de temporalidades difusas e incertas que são agora marcadas pelo adoecimento”. A sua análise da cronicidade do câncer ajuda a pensar como a covid longa tem transformado Maria:

A dimensão biográfica envolvida nas narrativas sobre doenças deixa evidente as histórias específicas e as estratégias concretas engendradas pelas pessoas doentes na sua experiência com a cronicidade. Não seria o caso de pensar em uma individualização da construção de sentidos para a enfermidade, mas de observar como os elementos biográficos, indissociáveis da experiência da doença (e faticamente relacionais), são acionados nesse processo, constituindo-se não apenas enquanto formas de significar a doença, mas também enquanto um elemento que faz parte de ações terapêuticas, [...] da construção do seu histórico clínico a novas formas de cuidado e atenção com o corpo, assim como na formulação subjetivada da experiência da doença e dos aspectos emocionais aqui envolvidos. Em todos eles, a narrativa biográfica surge como forma de engendrar e legitimar ações e estratégias na gestão dessa experiência e seus desdobramentos. (Aureliano, 2012, p. 241).

Maria vive o reposicionamento biográfico. Hoje, ela é uma pessoa que a covid longa tem. Em todas as conversas, Maria tornou evidente como a doença reformulou suas rotinas, causando limitações físicas, provocando distúrbios emocionais e impactando assim sua vida social. Ela relatava que a covid longa transformou completamente seu círculo de amizades. Os amigos de outros tempos passaram a ser menos presentes, enquanto novas amizades, com pessoas que compartilham com ela a vida precária que a covid longa tem lhes rendido, tornaram-se mais frequentes. Nesse novo círculo de amizades, ela pode dividir experiências e ser compreendida sem julgamentos sobre as suas alterações de humor, os episódios de esquecimento e as descobertas relacionadas à sua nova fisiologia cerebral. Embora seja possível reconhecer a história única que a covid longa construiu com Maria, as experiências pessoais e a própria concepção de doença que são moduladas por essa condição de saúde são amplamente partilhadas pelos pacientes que se mobilizam na luta pelo reconhecimento dessa doença.

Com o objetivo de compreender os impactos da pandemia de covid-19 na organização do sistema de saúde do estado do Rio Grande do Sul, bem como em sua sociedade e no setor de saúde em geral, a Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19 foi instalada em 27 de abril de 2022. No decorrer dos três meses seguintes, foram realizadas audiências públicas em todo o estado.⁸ Em cada audiência, uma introdução detalhava seus objetivos, seguida por falas de entidades e movimentos. Após isso, era aberto um amplo espaço para

8 A Frente Parlamentar foi uma iniciativa do deputado estadual Pepe Vargas, do Partido dos Trabalhadores, do Rio Grande do Sul (PT-RS), e envolveu um amplo conjunto de entidades apoiadoras, incluindo a AVICO, que já se movimentavam desde 2021, em um processo que culminou com uma audiência pública sobre a pandemia, quando se deflagrou a Frente, com o apoio da presidência da Assembleia Legislativa do Estado (Ballejo, 2023; Rio Grande do Sul, 2022). Essas audiências ocorreram de forma híbrida, sendo sediadas nas principais cidades das sete macrorregionais de saúde e também transmitidas ao vivo por um canal específico no YouTube, sob o nome de Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19. Convites foram enviados a diversas instituições dos poderes públicos municipais, estaduais e federais, entidades representativas e movimentos organizados. Além disso, a divulgação ocorreu em redes sociais da internet e em grupos de WhatsApp, incluindo os da AVICO, buscando promover uma ampla participação. Na atual geopolítica de trabalho do governo do estado do Rio Grande do Sul, as macrorregiões de saúde e suas respectivas cidades de referência são: Metropolitana (Porto Alegre), Centro-Oeste (Santa Maria), Vales (Lageado), Sul (Pelotas), Missioneira (Santa Rosa), Norte (Passo Fundo) e Serra (Caxias do Sul) (Rio Grande do Sul, 2022). No YouTube, era possível assistir e interagir com as audiências mediante inscrição prévia ou pelo chat; o canal de Pepe Vargas ainda guarda as suas gravações (cf. Atenção..., 2022).

a manifestação da população através de depoimentos. O tema central dessas discussões era a covid longa. Relatos impressionantes evidenciavam as formas como a doença havia produzido condições crônicas debilitantes. Muitas destas condições eram evidentes, como dificuldades para caminhar, se equilibrar ou mesmo falar. Elas ofereciam corpo a um conjunto de sintomas já registrados na literatura, destacando a assustadora dimensão do problema, que a pouca epidemiologia disponível ainda está longe de mensurar com precisão. Nessas narrativas, a doença era frequentemente descrita como o agente de ocupação do corpo e da identidade dos depoentes, notavelmente por meio de expressões como “a covid fez de mim”, “eu estou destruída”, “a doença fez isso comigo” ou “eu sou outra pessoa depois que adoeci”, que vão ao encontro da experiência narrada por Maria, sobre a sua nova condição de sujeito. Conforme defendido por Kleinman (2020), narrativas e testemunhos revelam como a experiência da doença transcende os sintomas físicos. Ela engloba dimensões emocionais, sociais e culturais, que são cruciais para compreender a integralidade da doença na vida de uma pessoa. Assim, essas narrativas atuam como uma janela para o mundo vivido do paciente, especialmente em condições ainda pouco definidas como a da covid longa, mostrando não somente como a doença afeta o corpo, mas também como impacta sua identidade, relações sociais e posição na sociedade.

É importante sublinhar que tanto os testemunhos das audiências quanto muitas das narrativas de vida com a covid longa coletadas na pesquisa já corporificavam a forma e o conteúdo de como a doença era representada nos discursos biomédicos, muitos dos quais eram impulsionados pelos próprios movimentos sociais organizados. Comum à dinâmica de muitas lutas sociais por direitos, as audiências formavam “redes de sofrimento a distância”, para usar uma expressão de Boltanski (1993), nas quais biografias de sujeitos concretos se desenrolavam em esferas públicas com o objetivo de produzir casos, transformando-os em causas políticas (Vianna, 2013). Nesse contexto, assim como no combate às fake news sobre a pandemia, a tradução de experiências individuais para a linguagem biomédica contribuía para estabelecer uma “redução a termo” da “verdade” sobre a covid longa. Esse processo auxiliava na criação de “mapas abreviados”, que costumam favorecer a legibilidade através da padronização e simplificação, aumentando a capacidade do estado de desenvolver intervenções discriminatórias (Schuch, 2018; Scott, 1998). Contudo, essa operação também tende a simplificar e até mesmo invisibilizar as diversas experiências da covid

longa, frequentemente não capturadas pela gramática da biomedicina, evidenciando uma perda significativa que acompanha a corporificação discursiva da medicalização. Embora represente um desafio para a biomedicina, a diversidade de sintomas narrados, frequentemente obliterados no processo de padronização, poderia revelar uma complexa multiplicidade ontológica da covid longa, performada a partir de diferentes materialidades, discursos e práticas, incluindo uma história evolutiva, cultural e sindêmica.⁹

Além de coletar testemunhos reveladores de pacientes, a Frente Parlamentar também ajudou a registrar outros importantes elementos para a construção e reconhecimento da covid longa. Ao final das audiências, foi publicado um relatório que, entre várias recomendações significativas, duas em particular se destacam:

3. Que seja considerada, em caráter de urgência, a comunhão de esforços para a formulação e execução de todas as políticas públicas necessárias a fim de garantir *atendimento integral e multidisciplinar aos pacientes acometidos pela síndrome de covid-longa*, em atenção aos princípios constitucionais do SUS, notadamente os que disciplinam a universalidade de acesso e integralidade nos tratamentos. [...]

17. Que seja elaborada uma *política de reabilitação e proteção social aos trabalhadores que experienciam sequelas da Covid-19 ou Covid-longa*. Conforme indicam os estudos, os sintomas podem acarretar alterações físicas, psicológicas e neurológicas que interferem na capacidade de execução do trabalho. Em estabelecido nexos causal da infecção pela Covid-19 com o ambiente de trabalho, é justo o reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários decorrentes. (Rio Grande do Sul, 2022, p. 9-10).

9 Sobre as múltiplas ontologias do corpo e dos processos de saúde e doença, consulte Annemarie Mol (2002). Para adicionar uma perspectiva temporal e histórica, veja, por exemplo, Amade M'charek (2014) e Fleck (1979). Quanto ao caráter cultural das doenças, Kleinman (2020) ainda é uma referência seminal. Para analisar o caráter sindêmico de doenças, incluindo a covid-19, e como a interação sinérgica adversa entre duas ou mais condições debilitantes é promovida ou facilitada por condições sociais e ambientais e pelas frequentemente ocultas estruturas de violência e desigualdade, como pobreza, racismo e discriminação, consulte, principalmente, Singer e Rylko-Bauer (2021). Além disso, considere as contribuições de Segata *et al.* (2021) e Segata *et al.* (2022).

O relatório enfatiza o uso da “síndrome da covid longa” como uma categoria operativa recomendada para a formulação e execução de políticas públicas, visando o atendimento integral e multidisciplinar de pacientes. Essa nomenclatura representa um avanço em relação ao termo mais genérico “pós-covid”, que foi adotado em diversos municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados em seus guias e protocolos de manejo.¹⁰

Também é notável que o documento seja um dos primeiros de uma entidade governamental no Brasil a enfatizar a importância de reconhecer o possível nexos causal entre a covid longa e o ambiente de trabalho. Os sintomas da covid longa, que incluem alterações físicas, psicológicas e neurológicas significativas, afetam diretamente a capacidade laboral. Por essa razão, tal reconhecimento é crucial para fundamentar políticas públicas de reabilitação, proteção social e reparação para os trabalhadores afetados. Além disso, esse reconhecimento no Brasil alinharia-se a uma crescente agenda internacional da mesma natureza, que reivindica a covid-19 – e, por conseguinte, a covid longa – como “acidente de trabalho”, embora ela ainda se revele mais focada nos “potenciais impactos econômicos colossais da covid longa” do que na saúde e bem-estar dos trabalhadores que sofrem por causa dela (Society of Occupational Medicine, 2022, p. 3).

Além do nexos causal, a relação entre trabalho e covid longa está se tornando cada vez mais complexa. As condições debilitantes e imprevisíveis, aliadas à falta de reconhecimento da doença, muitas vezes levam a ausências no trabalho que são pouco ou nada amparadas pelos direitos trabalhistas. Isso foi explicado

10 A notável falta de informação vertical qualificada produzida pelo Ministério da Saúde durante a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022) contrasta com o papel histórico do ministério desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988. Em eventos críticos anteriores, o Ministério da Saúde atuava como uma fonte essencial de orientação para a formulação e execução de políticas públicas por estados e municípios. Durante a pandemia, no entanto, observou-se uma omissão marcante por parte do ministério. Um exemplo evidente dessa lacuna foi a ausência de uma campanha nacional robusta de vacinação, compensada em parte pela iniciativa espontânea da população que, através de *stories* do Instagram postando selfies se vacinando, agradecia ao SUS e incentivava outros a fazerem o mesmo. Outro ponto de destaque é a análise de guias e protocolos de manejo da covid-19. Ao analisar mais de duas dezenas de documentos de estados e municípios de diferentes regiões do Brasil, é notável a diversidade e até a incoerência nas abordagens de tratamentos e cuidados. Essa análise revela a quase inoperante polissemia do termo “pós-covid”, a frequente omissão da “covid longa” e sua simplificação como mera sequela de formas agudas ou pós-internação da covid-19.

por Cristina, uma técnica em enfermagem, de 37 anos, que vive em Guaíba, na região metropolitana de Porto Alegre:

Tem dias que simplesmente não tem como trabalhar. A dor me toma as costas, não consigo nem me mexer direito. Aí é a menstruação que ficou totalmente bagunçada. Sempre era um como relógio. Hoje eu fico muito mal, e do nada atrasa, desregula, vem fora de hora. [...] Eu não tinha enxaqueca, não tinha essas coisas. [...] Tem dia que não tem como fazer nada. Eu tive que deixar vários projetos, não consegui mais dar conta de tudo. *Lá no trabalho me olham desconfiando, acham que eu estou fingindo.* (Cristina, 37 anos, junho de 2023).

A narrativa de Cristina aponta para uma realidade triste, mas não incomum, em cenários de “fim de epidemia”. As emergências sanitárias terminam muito mais cedo nas repercussões epidemiológicas, com seus números e escalas aceitáveis, do que nos corpos de quem foi afetado. Um cenário similar foi recentemente analisado entre pessoas que continuam a sofrer com dores crônicas após adoecerem de chikungunya no Nordeste do Brasil, entre 2015-2016 (Segata, 2022). Sintomas persistentes e pouco reconhecidos frequentemente levam ao abandono de carreiras e empregos, e forçam a “judicialização da dor” em processos morosos que contribuem diretamente para o agravamento e a perpetuação do sofrimento.¹¹

Finalmente, é digno de nota que o relatório da Frente Parlamentar baseia-se em um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que indica que a maioria das pessoas diagnosticadas com covid-19 teve sintomas leves a moderados da doença, mas, mesmo assim, desenvolveu sequelas que podem persistir por mais de um ano. Entre essas sequelas, a fadiga crônica e os transtornos mentais são particularmente destacados (Miranda *et al.*, 2022). A duração e os sintomas observados no estudo são cruciais para sublinhar a cronicidade da covid longa e também para revelar a extensão de um sofrimento corporificado, fundamental para a compreensão da emergência da nova pessoa que a doença produz.

11 O mesmo se pode dizer de doenças muitas vezes consideradas eliminadas, que, na realidade, continuam a existir abaixo do limiar do que é considerado epidemiologicamente relevante, como é o caso da hanseníase (Fonseca, 2020).

Um ano após as audiências da Frente Parlamentar, uma nova fase da pesquisa que fundamenta este artigo obteve 1.282 respostas válidas a um questionário sobre a covid longa. Os participantes incluíram associados da AVICO, bem como estudantes e profissionais de saúde de todo o Brasil, e os dados obtidos corresponderam com os depoimentos de afetados nas audiências e com a pesquisa da Fiocruz que embasou o relatório da Frente. Dentre os que responderam, 92% relataram sofrer com covid longa. Desse grupo, 87% indicaram estar vivendo com fadiga crônica e 82% com confusão mental, além de episódios de ansiedade e depressão. Também foram relatados problemas respiratórios (25%), cardiovasculares (20%), ganho de peso (28%), alterações no olfato (8%), queda de cabelo (8%) e mais de 50 outros sintomas, registrados no questionário¹² utilizado para explorar dados preliminares descritivos.¹³

12 O questionário da pesquisa foi dividido em três partes: informações pessoais e socioeconômicas, dados sobre contágio, cuidados e tratamentos, e questões sobre sintomas persistentes. Esses resultados ainda estão sendo aprofundados, mas revelam que a quase totalidade dos respondentes se autodeclara branca, de classe média e com diploma universitário. Isso sugere um perfil bastante restrito de profissionais de saúde, mas também de indivíduos com condições de se organizar em movimentos sociais pela luta por direitos à saúde no contexto da covid longa, além de possivelmente refletir o alcance circunscrito de um instrumento de coleta de dados baseado em plataformas digitais. É importante mencionar também que, entre os participantes que responderam ao questionário, identificou-se nas entrevistas subsequentes que a maioria das infecções por covid-19, que deram origem às atuais queixas de covid longa, ocorreu antes da vacinação. Ainda não existe uma análise conclusiva sobre isso. Contudo, de forma preliminar, esse fato ajuda a refutar as alegações de dois médicos com discursos negacionistas entrevistados na pesquisa, que afirmavam que a covid longa é uma consequência da vacina. Quanto à prevalência sugerida entre mulheres, indicada tanto pelo perfil dos respondentes ao questionário quanto pela disposição exclusiva das mulheres em compartilhar suas experiências com a covid longa na coleta de narrativas da pesquisa que está na base deste artigo, é importante dizer que a literatura disponível sobre o tema já sugere que a doença prevalece entre as mulheres (O'Mahoney *et al.*, 2023; Salari *et al.*, 2022). Por outro lado, isso levanta questões sobre como o gênero está implicado nos processos de saúde e doença, lançando dúvidas sobre se a doença é de fato mais comum entre mulheres ou se homens, mesmo sofrendo dela, seriam menos dispostos a buscar cuidados ou compartilhar suas experiências, ou mesmo se os homens recebem atenção diferente dos médicos quando relatam suas queixas, como historicamente tem sido registrado em doenças cujos sintomas não são acompanhados por sinais evidentes.

13 O questionário, realizado através do Google Forms, foi distribuído por grupos de WhatsApp. Seu objetivo era produzir uma amostragem não probabilística para um estudo qualitativo mais amplo, incluindo análises documentais, entrevistas e coletas de narrativas de vida. Os participantes tinham a opção de apenas responder ao questionário ou de serem contatados para entrevistas e coletas de narrativas. Dentre os que responderam, 23% aceitaram ser contatados. As entrevistas têm ocorrido desde meados de 2023, via aplicativo Zoom, e é delas que derivam as narrativas analisadas neste trabalho.

Embora todos os sintomas relatados sejam debilitantes, a fadiga crônica e os episódios de confusão mental, ansiedade e depressão são particularmente perversos e alarmantes. As narrativas obtidas dos respondentes, através de entrevistas aprofundadas realizadas após o questionário, revelaram camadas profundas de sofrimento e invisibilidade. A maioria das afetadas pela covid longa, que são mulheres, relataram a indiferença dos médicos em relação a esses sintomas. Sua gravidade era frequentemente minimizada por expressões como “todos estamos passando por muitas dificuldades, é apenas estresse, fique calma”. Tal resposta médica reforça estigmas sobre a saúde mental e indica negligência e desconsideração da covid longa. Segundo essas mulheres, apenas as queixas relacionadas a alterações cardíacas e respiratórias, como aceleração e palpitações ou falta de fôlego excessiva após pequenas atividades, eram “levadas a sério”. No entanto, mesmo nesses casos, o encaminhamento médico costumava ser para especialistas que as tratavam como pacientes cardíacos ou respiratórios, deixando a covid-19, na melhor das hipóteses, como uma possibilidade secundária em suas histórias clínicas. A covid longa, por sua vez, era completamente ignorada nas conversas e nos registros médicos. Ainda segundo os relatos das mulheres entrevistadas, além da consideração médica ser reduzida aos sintomas físicos, o principal atendimento pós-covid disponível na rede pública de saúde era focado em reabilitação pós-hospitalar. Para elas, isso representa mais uma forma de invisibilização da covid longa. É fundamental diferenciar a necessidade de fisioterapia pós-internação, que se relaciona mais com os procedimentos médicos – como longas internações e intubação em casos graves –, do tratamento das sequelas da própria covid-19. As consequências são, portanto, do tratamento e não da doença em si. Na ausência de “sequelas evidentes”, relatos de fadiga e ansiedade dessas mulheres eram frequentemente subestimados, em comparação aos que necessitavam de reabilitação pós-hospitalar. Essa desconsideração gerava um sofrimento adicional, permeado por sentimentos de revolta, raiva e frustração. Quanto menor o acesso a tratamentos médicos adequados, maior era o sofrimento diante da negligência, destacando como experiências e condições de vida, incluindo questões de gênero, classe e raça, impactam a saúde e o bem-estar, sobretudo no contexto de queixas sobre fadiga crônica (Ware, 1993).

Conforme observado por Fassin (2007) em sua pesquisa sobre o HIV/AIDS na África do Sul, o corpo é um espaço onde as estruturas sociais e as experiências

pessoais interagem. A história que a pandemia inscreve nos corpos dessas mulheres inclui, sim, os efeitos de um vírus, mas vai além. Elas corporificam camadas de desigualdade, desrespeito aos direitos à saúde, e as limitações e arrogâncias da biomedicina, especialmente em relação ao diagnóstico e tratamento de doenças de origem funcional. Portanto, não é surpreendente que as pessoas que a covid longa tem sejam aquelas que sofrem desproporcionalmente – como fadiga extrema, dor crônica ou “nevoeiro cerebral” – por viverem com sintomas sem sinais clínicos evidentes.

Sintomas sem sinais

Mas, afinal de contas, o que exatamente é a covid longa? A resposta disponível é surpreendentemente simplista: um conjunto de sintomas perturbadores que perduram bem além de um episódio de covid-19 ou, mais precisamente, aqueles que seguem uma infecção confirmada ou altamente suspeita pelo vírus SARS-CoV-2.

Em outubro de 2021, a Organização Mundial da Saúde, seguindo um procedimento de consenso (o protocolo Delphi), propôs a seguinte definição para a “condição pós-covid”:

A condição pós-covid-19 ocorre em indivíduos com histórico de infecção provável ou confirmada pelo SARS-CoV-2, geralmente três meses após o início da covid-19, com sintomas que duram pelo menos dois meses e que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns incluem fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva, mas também outros [...] que geralmente impactam o funcionamento diário. Os sintomas podem ser de início recente, após a recuperação inicial de um episódio agudo de covid-19, ou podem persistir desde a doença inicial. Os sintomas também podem variar ou recidivar ao longo do tempo. Uma definição separada pode ser aplicável a crianças. (World Health Organization, 2021, p. 1, tradução nossa).

A definição da OMS pode parecer direta, mas está longe de ser o caso. Um ponto complicado é a dificuldade de definir uma condição patológica exclusivamente por exclusão – “sintomas que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo” (Al-Aly, 2021). Um segundo ponto complicado é a ausência de

distinção entre problemas médicos causados pela covid-19, como disfunção pulmonar, cardíaca ou renal, que podem ser identificados por meio de exames diagnósticos padrão e os sintomas incapacitantes observados em pacientes que são informados de que todos os seus exames diagnósticos estão normais. O primeiro tipo de sequelas – um novo início de uma patologia crônica bem identificada – geralmente ocorre em pessoas hospitalizadas por covid-19 grave. Essas sequelas são entendidas como uma consequência direta de uma infecção viral grave. O segundo tipo de sequelas, o surgimento de sintomas intrigantes e “medicamente inexplicáveis”, pode ocorrer em pessoas que foram hospitalizadas e naquelas que tiveram um início leve ou moderado de covid-19. Como o número de pessoas com covid-19 leve ou moderada foi muito maior do que aqueles que foram hospitalizados por uma forma grave dessa doença, não é surpreendente que as descrições iniciais da covid longa tenham sido feitas principalmente por pacientes com o primeiro tipo de sequelas (Callard, 2020c).

O médico diz que isso é psicológico; que eu não tenho nada, que logo isso vai passar. [...] Eu fiz vários exames. Tudo normal. Era aquele da função hepática e renal, fiz aquele do D-Dímero para saber se eu podia ter trombose, colesterol, tudo, tudo. Tudo deu normal. [...] Eu tinha tosse ainda, tinha um pouco de dor de cabeça e fui tratando isso com xarope, com outros medicamentos que ele me receitou. [...] A questão é que de vez em quando eu começava a ter umas dores, assim, do nada. Uma coisa esquisita. Eu consultava e nada. Tudo normal. Ele [o médico] não sabia o que eu tinha. Então, quando eu dizia que não estava bem ainda, que estava diferente, que a minha cabeça também não estava boa, ele me dizia: “Vai passar, é psicológico.” (Bety, 60 anos, maio de 2023).

A experiência de Bety, uma mulher de 60 anos, professora aposentada que vive no Nordeste do Brasil, ilustra um dos problemas centrais da definição de “condição pós-covid” da OMS. O termo-chave aqui é “medicamente inexplicado”. Pessoas que, após um episódio de covid-19, desenvolvem problemas médicos visíveis em exames diagnósticos padrão são classificadas como tendo uma “doença real” e, quando possível, têm acesso a recursos médicos e sociais adequados, embora muitas vezes na condição de pacientes cardíacos, respiratórios ou outros. Por outro lado, indivíduos como Bety, com sintomas medicamente inexplicados, frequentemente têm negado esse acesso. Além disso, se continuarem a

procurar ajuda médica com sintomas novos e igualmente inexplicados, às vezes são rotulados como “problemáticos”. Alguns especialistas propuseram, portanto, chamar os pacientes com danos demonstráveis em órgãos vitais induzidos pela covid-19 de “doença da covid longa” e aqueles com sintomas medicamente inexplicados após um episódio de covid-19 de “síndrome da covid longa”. De acordo com essa definição, a grande maioria dos pacientes não hospitalizados pode ter “apenas” a “síndrome da covid longa”, enquanto pacientes hospitalizados podem ter a “doença da covid longa”, a “síndrome da covid longa” ou ambas (Goldenberg; Dichter, 2023).

O ponto é que a definição da OMS de “condição pós-covid” é muito ampla e pouco precisa. Ela não faz distinção entre sintomas “medicamente explicados” e “medicamente inexplicados”, entre manifestações graves e menos graves da “síndrome pós-covid” e entre sintomas que persistem por alguns meses e desaparecem gradualmente e aqueles que levam ao desenvolvimento de uma incapacidade crônica. Apesar dos esforços da OMS, em 2023 não há uma definição estável dessa condição. Os cientistas não conseguiram chegar a um acordo nem mesmo sobre o nome dessa nova entidade patológica. Este artigo utiliza o termo “covid longa”, proposto inicialmente pelos pacientes (Callard, Prego, 2021). No entanto, mais de três anos após as primeiras descrições das sequelas persistentes da covid-19, nomes alternativos continuam sendo utilizados na literatura científica e leiga: “covid de longa duração”, “condição pós-covid”, “síndrome pós-covid”, “síndrome crônica da covid” (CCS) ou “sequelas pós-agudas da covid-19” (PASCs). Todos os nomes incluem o termo “covid”. Alguns utilizam o termo “síndrome”. Outros, “condição” ou “sequelas”. Mas nenhum deles utiliza o termo “doença”.

A principal razão pela qual os limites da covid longa permanecem obscuros é a ausência de testes diagnósticos objetivos para essa condição – ou seja, testes que demonstrem alterações patológicas no corpo e que sejam independentes das informações fornecidas pelo paciente. Os três elementos – sintomas medicamente inexplicados, limites indefinidos de uma condição patológica e ausência de “sinais diagnósticos” consensuais (elementos que diferenciam uma determinada condição de outras patologias semelhantes) – são interdependentes e, pelo menos em parte, consubstanciais. Na ausência de sinais objetivos da covid longa, as descrições dos pacientes sobre seus sintomas continuam sendo uma fonte fundamental de informações sobre a nova condição.

Os cientistas dedicaram esforços importantes para descobrir anomalias fisiológicas e estruturais em pacientes com covid longa, e eles relataram numerosas delas. No entanto, nenhuma dessas anomalias, isoladamente ou em combinação, é (até o momento) suficientemente específica para determinar com certeza se um indivíduo tem covid longa (The Lancet, 2023). Muitos especialistas argumentam que a ausência de sinais diagnósticos da covid longa reflete apenas o fato de que essa é uma doença muito nova. Três anos não foram suficientes para descobrir causas específicas e desenvolver testes diagnósticos para essa condição. No entanto, é altamente provável que o(s) mecanismo(s) patológico(s) da covid longa sejam desvendados em breve (Berger, 2023). Isso pode acontecer rapidamente – ou não.¹⁴ Enquanto isso, a falta de um diagnóstico firme dessa condição tem implicações importantes e, às vezes, dramáticas para os pacientes.

Em seu texto seminal, “The tyranny of diagnosis”, o historiador da medicina Charles Rosenberg (2002) explicou como a “revolução diagnóstica” no campo da medicina do século XIX mudou radicalmente as trajetórias e experiências dos pacientes, a organização dos cuidados de saúde e também teve amplas consequências sociais em áreas como leis trabalhistas, segurança social, seguros ou saúde pública. Parafraseando Rosenberg, é possível argumentar que as pessoas com covid longa estão confrontadas com as consequências materiais e sociais da “tirania da ausência de diagnóstico”. Elas podem enfrentar dificuldades para obter acesso a recursos médicos e apoio social, dificuldades que, não surpreendentemente, são maiores para pacientes de classes sociais mais baixas.

A situação dos pacientes pode ser agravada pela “injustiça epistêmica” decorrente da descrença em seus relatos. Essa injustiça assume duas formas: a “injustiça testemunhal” – uma estereotipação negativa dos pacientes que mina sistematicamente a sua credibilidade – e a “injustiça hermenêutica” – uma consequência da falta de estrutura explicativa para os sintomas e sofrimento do paciente (Blease; Carrel; Geraghty, 2017; Carrel, 2016; Fricker, 2007). A última forma de injustiça epistêmica é frequentemente ampliada pela frustração dos médicos de não conseguir ajudar esses pacientes e pela consequente rotulação

14 Um artigo programático que delineia os desafios da covid longa ressaltou que atualmente não existem testes diagnósticos objetivos aceitos ou biomarcadores para essa condição (Phillips; Williams, 2021).

dos pacientes com sintomas inexplicáveis como “difíceis” (Sarradon-Eck; Dias; Pouchain, 2020). A injustiça epistêmica é ampliada pelas relações de poder desiguais entre médicos e pacientes. No Brasil, por exemplo, elas podem ser amplificadas ainda mais pela persistência do paternalismo médico, inclusive entre médicos que atuam no setor privado. A questão não é contestar o privilégio epistêmico dos profissionais, fundamentado em seu conhecimento especializado superior, mas sim uma negação sistemática da existência de um tipo diferente de privilégio epistêmico – o conhecimento experimental do paciente, que merece ser reconhecido e respeitado, inclusive ao lidar com pacientes de camadas sociais vulneráveis. Para essa categoria de pacientes, a falta de reconhecimento de seu sofrimento é uma fonte adicional de frustração e angústia (Segata, 2022).

A difícil busca por dados epidemiológicos confiáveis

Uma importante consequência da ausência de critérios diagnósticos objetivos (sinais da doença) da covid longa é a dificuldade de obter dados epidemiológicos confiáveis. Houve e ainda existem controvérsias sobre a prevalência da covid-19 na população e o número de mortes atribuídas a esse distúrbio, mas essas controvérsias refletiram debates sobre a confiabilidade e difusão de testes de diagnóstico específicos, classificações de pessoas com infecção assintomática ou métodos empregados para produzir estatísticas de mortalidade. No entanto, há um consenso geral de que a covid-19 é uma infecção pelo vírus SARS-CoV-2 confirmada por um teste laboratorial, idealmente um teste de PCR (reação em cadeia da polimerase) bem executado.¹⁵ Não há um acordo semelhante sobre a definição de covid longa, seu diagnóstico ou as causas desse distúrbio.¹⁶

15 Isso não significa que o diagnóstico laboratorial da covid-19 seja evidente e simples. Sobre as complexidades dos testes para SARS-CoV-2, veja, por exemplo, Löwy (2020), Beaudevin *et al.* (2021) e, para um estudo clássico sobre as armadilhas e problemas de um teste diagnóstico para uma doença infecciosa, veja Fleck (1979).

16 Para obter dados epidemiológicos confiáveis, pode não ser suficiente ter um acordo sobre os critérios diagnósticos de uma determinada condição e testes diagnósticos capazes de detectá-la; também é importante ser capaz de implementar um teste confiável em larga escala. Veja, por exemplo, Kameda, *et al.* (2021).

Em março de 2023, um editorial da *The Lancet*, a mais renomada publicação médica britânica, intitulado “Long COVID, three years on”, discutiu que as duas principais barreiras para o avanço na compreensão e tratamento da covid longa eram o investimento insuficiente em pesquisa sobre essa condição e a falta de consenso sobre sua definição. No entanto, a primeira afirmação pode não ser totalmente precisa. Durante o período em que a covid-19 foi uma emergência internacional (março de 2020 a maio de 2023), embora os investimentos em pesquisas sobre a covid longa tenham sido menores em comparação aos recursos destinados à covid-19 aguda, eles não foram insignificantes. Na Europa Ocidental e, especialmente, nos Estados Unidos, órgãos governamentais alocaram quantias significativas de dinheiro para pesquisas sobre a covid longa/condição pós-covid. Em dezembro de 2020, por exemplo, o Congresso americano destinou 1,15 bilhão de dólares para estudar as consequências tardias da infecção pelo SARS-CoV-2 (Collins, 2021).¹⁷ No entanto, a eficiência na utilização desses recursos ainda não está clara. A iniciativa do National Institutes of Health (NIH) foi descrita em março de 2022 como um “iceberg de movimento lento” (Cohrs, 2022). Embora parte dessa lentidão possa ser atribuída a problemas organizacionais e burocráticos, é plausível que algumas das dificuldades de pesquisar a covid longa estejam relacionadas ao segundo ponto mencionado no editorial da *The Lancet*: a complexidade de definir com precisão o que é a covid longa.

Um dos principais objetivos da definição da OMS de “condição pós-covid” era homogeneizar a pesquisa sobre esse tema e facilitar comparações entre estudos realizados em diferentes locais. Isso não ocorreu. É verdade que, após outubro de 2021, muitas publicações sobre covid longa afirmaram que empregaram a definição da OMS de condição pós-covid como critério de inclusão dos participantes,

17 Em 2022, o Brasil lançou uma chamada pública para pesquisa sobre a covid longa através do CNPq, com um financiamento total de 27 milhões de reais – Chamada CNPq/MCTI/CT-Saúde n. 53/2022 – Pesquisa, desenvolvimento e inovação em covid longa. Um investimento em pesquisa surpreendentemente pequeno diante da monstruosa catástrofe que levou o Brasil a ocupar a segunda posição no número de contaminações e mortes pela covid-19. Além disso, as menções à covid longa ainda são muito raras nos documentos oficiais do governo brasileiro, incluindo os do Ministério da Saúde. Uma exceção, embora não menos confusa do que a definição da OMS de 2021, pode ser encontrada no site da Secretaria de Atenção Primária (SAPS), em uma seção intitulada “Entenda a covid longa”, onde se lê: “segundo a definição atualmente utilizada pelo Ministério da Saúde, a pessoa com condições pós-covid é aquela que apresenta manifestações clínicas novas, recorrentes ou persistentes após a infecção aguda por SARS-CoV-2, quando essas não são atribuídas a outras causas” (Brasil, 2022).

mas sua interpretação dessa definição foi altamente variável.¹⁸ Como consequência, alguns estudos investigaram apenas pessoas hospitalizadas por covid-19, outros apenas indivíduos não hospitalizados e muitos agregaram ambas as populações; alguns estudos exploraram até 200 sintomas diferentes, enquanto outros se concentraram em um número muito menor de “sintomas típicos”; alguns levaram em consideração a gravidade e a duração dos sintomas dos pacientes, enquanto outros apenas registraram a presença de todos os sintomas dos pacientes, quaisquer que sejam. Não surpreendentemente, esses estudos produziram resultados divergentes e, não raramente, contraditórios.¹⁹

Investigações que se concentraram exclusivamente na covid longa em pacientes hospitalizados por covid-19 grave, em princípio uma população mais homogênea do que a totalidade das pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2, já apresentaram uma variabilidade importante de resultados. Assim, um grande estudo colaborativo do Reino Unido com pacientes hospitalizados destacou dores musculares, fraqueza nos membros e fadiga (Evans *et al.*, 2022). Um estudo austríaco com esse tipo de paciente encontrou uma predominância de sintomas neurológicos, como esquecimento, “mente nublada”, perturbação do sono e transtorno de estresse pós-traumático, enquanto um estudo chinês com pessoas hospitalizadas por covid-19 grave mostrou uma predominância de insuficiência pulmonar e depressão (Huang *et al.*, 2022; Rass *et al.*, 2022). Além disso, estudos sobre a condição pós-covid em pacientes hospitalizados não indicaram que as mulheres são mais propensas a esse distúrbio, provavelmente porque mais homens do que mulheres foram hospitalizados por covid-19 grave. Em contraste, relatou-se que as mulheres são a maioria dos pacientes tratados em clínicas especializadas de covid longa (Salmon-Céron *et al.*, 2022).

Os resultados das investigações de pacientes não hospitalizados foram ainda mais variáveis. Um estudo sueco que analisou registros de pacientes e separou

18 O problema não era a heterogeneidade das manifestações da covid longa. Muitas doenças, entre elas a covid-19, têm expressão altamente variável. Os pacientes podem apresentar sintomas graves, moderados ou leves, e trajetórias diversas. No entanto, para decidir que um conjunto de sintomas é uma “doença”, é crucial poder exibir sinais objetivos dessa doença: a presença de um agente infeccioso, mudanças específicas nos tecidos, imagens únicas produzidas por exames médicos, ou, em algumas patologias bem estudadas, a presença de sintomas clínicos característicos.

19 Para um exemplo de um grande estudo que não faz tais distinções, veja Fernández de-las-Peñas *et al.* (2022).

aqueles de indivíduos hospitalizados e não hospitalizados relatou que apenas 1% dos pacientes não hospitalizados com covid, 6% dos pacientes hospitalizados e 32% dos pacientes tratados em unidades de terapia intensiva receberam um diagnóstico de condição pós-covid-19 (Hedberg *et al.*, 2023). Outros estudos de pacientes não hospitalizados com covid-19 relataram uma proporção muito maior de indivíduos – até 15% – que desenvolveram sintomas persistentes (Tran *et al.*, 2022; Van der Maaden *et al.*, 2023). Também houve divergências importantes nas estimativas do papel de fatores como idade, sexo, condições médicas prévias e elementos do estilo de vida na propensão ao desenvolvimento da covid longa.

Uma das principais fontes de disparidade entre os resultados relatados foram as divergentes definições de “sintomas” (lembre-se de que a definição da OMS de condição pós-covid não especifica o que conta como sintoma de covid longa). Outro motivo importante para essa disparidade foi o tempo de acompanhamento dos pacientes. Uma questão que se tornou particularmente controversa é a proporção de pacientes que se recuperaram espontaneamente da covid longa. Um estudo israelense, que recebeu ampla citação, argumenta, com base na análise de um grande volume de prontuários de pacientes, que as alegações sobre a alta prevalência da covid longa podem ser exageradas. Segundo o estudo, quase todos os pacientes que apresentaram múltiplos sintomas alguns meses após um episódio leve de covid-19 estavam sem sintomas um ano após o início da doença. O artigo sugere que a percepção de uma pandemia de covid longa em pacientes não hospitalizados pode ser em grande parte um artefato, atribuindo isso à inadequação da definição da OMS, que não considera as variações na duração da recuperação da covid-19 (Mizrahi *et al.*, 2023). Esse texto foi alvo de fortes críticas por parte de especialistas em covid longa e associações de pacientes. Eles argumentam que o estudo confunde a ausência de consultas médicas com a recuperação completa e ignora a realidade de que muitos indivíduos continuam a sofrer de sintomas debilitantes, mesmo sem buscar ajuda médica. Essa situação pode ser atribuída a vários fatores: as pessoas podem ter se adaptado a uma capacidade funcional reduzida, buscado alternativas de cura ou adotado abordagens de autoajuda, e, crucialmente, muitas podem ter perdido a confiança na assistência médica convencional. Este último ponto pode ser um reflexo da escassez de clínicas especializadas no tratamento da covid longa.

A controvérsia sobre a proporção de pacientes com covid longa que se recuperaram espontaneamente é apenas uma expressão de uma dificuldade mais

geral de obter dados confiáveis sobre essa condição. Um relatório sintético do European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC), de outubro de 2022, concluiu que

houve alta variabilidade nas estimativas de prevalência de sintomas entre estudos individuais. Isso é resultado de considerável heterogeneidade nos desenhos de estudo de coorte desenvolvidos para investigar a condição pós-covid-19, que frequentemente carecem dos grupos de controle necessários para comparar os sintomas relatados entre indivíduos infectados pelo SARS-CoV-2 e não infectados. Consequentemente, as estimativas de prevalência de sintomas devem ser interpretadas com cautela [...]. (European Centre for Disease Prevention and Control, 2022, p. 1, tradução nossa).

Uma revisão sistemática e metanálise de vários artigos sobre covid longa que incluiu 194 estudos totalizando 735.006 participantes publicada no início de 2023 chegou a uma conclusão semelhante ao relatório do ECDC:

O conhecimento atual é limitado pela heterogeneidade nos desenhos de estudo, durações de acompanhamento e métodos de medição. [...] não há consenso unificado sobre a definição de covid longa, em particular com componentes temporais de sintomas contínuos variando de 4 a 12 semanas após o início da infecção. [...] Mesmo quando se excluem estudos com menos de cem pacientes e aqueles em populações especializadas, a variabilidade nas estimativas de prevalência entre estudos permanece alta, especialmente na coorte não hospitalizada. Além das diferentes metodologias de estudo, ferramentas de medição de acompanhamento diferentes e uma ampla variedade de durações de acompanhamento, a heterogeneidade observada entre os estudos pode ser explicada pela falta de ferramentas padronizadas de coleta de dados, especialmente em estudos de populações não hospitalizadas. (O'Mahoney *et al.*, 2023, tradução nossa).

A grande diferença entre o expressivo número de publicações sobre covid longa e a escassez de dados confiáveis sobre a prevalência dessa condição e as trajetórias dos pacientes é uma ilustração marcante das consequências da “tirania da ausência de diagnóstico”.

Uma “doença real” ou um distúrbio funcional?

Numerosos especialistas em covid longa estão firmemente convencidos de que esse distúrbio tem uma causa puramente fisiológica, seja a persistência do RNA viral nos tecidos, uma anomalia do sistema imunológico, a reativação de vírus latentes como o Vírus Epstein-Barr (EBV), uma inflamação no cérebro ou a presença de microcoágulos no sangue.²⁰ Esses especialistas também argumentam que as dificuldades psicológicas e psiquiátricas enfrentadas por numerosos pacientes com covid longa são um resultado previsível do enfrentamento de uma doença crônica, incapacitante e imprevisível, especialmente uma com prognóstico incerto e sem cura eficiente. As associações de pacientes apoiam fortemente uma compreensão puramente biológica da covid longa. Por outro lado, na Europa Ocidental e na América do Norte, pacientes e especialistas também apoiam a associação entre covid longa e um dos distúrbios funcionais mais frequentes – mas também altamente controversos –, a síndrome da fadiga crônica, frequentemente designada pela sigla ME/CFS.²¹ Essa associação relaciona firmemente a covid longa a distúrbios fortemente suspeitos de terem raízes psicológicas/psiquiátricas.

O termo “distúrbio funcional” refere-se a uma disfunção fisiológica que pode ser visualizada por meio de testes objetivos (testes laboratoriais, imagens médicas) e/ou apresenta uma imagem clínica típica e não ambígua.²² Portanto, teoricamente pelo menos, é uma descrição livre de valor. Os distúrbios funcionais são definidos como um grupo de condições médicas que resultam de modificações no funcionamento dos sistemas do corpo, em vez de serem causados por

20 Veja, por exemplo, a entrevista com a principal especialista em covid longa dos Estados Unidos, Akiko Iwasaki (2023).

21 O termo “síndrome da fadiga crônica” era utilizado principalmente nos Estados Unidos, e o termo “encefalomielite miálgica”, principalmente no Reino Unido. Pacientes com essa condição têm uma forte preferência pelo termo “encefalomielite miálgica”, porque ele descreve uma condição patológica e não apenas o estar cansado. Hoje, publicações científicas sobre esse tópico geralmente empregam o termo “ME/CSF”, enquanto a mídia frequentemente fala sobre “fadiga crônica”.

22 Sobre a importância de sinais objetivos de doenças, veja, por exemplo, Cambrosio *et al.* (2006) e sobre o aumento do conhecimento clínico baseado na experiência dos clínicos, Lawrence (1985).

uma doença que afeta a estrutura do corpo (Camargo, Teixeira, 2002; Wessely *et al.*, 1989).²³ No entanto, na prática, alguns médicos veem os distúrbios funcionais como uma subcategoria dos “distúrbios de sintomas somáticos” – que, ao contrário das “doenças reais”, ou seja, patologias induzidas pela presença de uma lesão – são frequentemente percebidos como intimamente relacionados a patologias psiquiátricas.²⁴

Muitos médicos, especialmente clínicos gerais, relutam em tratar pacientes com distúrbios funcionais, pois estão frustrados com a ausência de explicações médicas para seus sintomas e a falta de terapias eficientes (Sarradon-Eck; Dias; Pouchain, 2020). Além disso, a observação de que a maioria dos pacientes com covid longa são mulheres reforçou a suspeita de que, pelo menos em alguns casos, as raízes do sofrimento dos pacientes são psicológicas em vez de orgânicas: as mulheres continuam a ser vistas como mais afetadas pelo estresse, mais sugestionáveis e mais propensas à hipocondria. Elas também são a maioria dos pacientes afetados por outros distúrbios funcionais. Embora poucos médicos se definam como reducionistas comprometidos interessados apenas em mecanismos moleculares de patologias, ou como não dispostos a prestar atenção ao paciente como um todo, na prática, não raramente têm atitudes negativas em relação a pacientes com queixas médicas inexplicadas (Goutte; Cathébras, 2021; Uclés-Juárez *et al.*, 2020). Essas atitudes negativas podem ser descritas

23 Alguns pesquisadores desejam restringir o termo “distúrbio funcional” a “distúrbio neurológico funcional” (FND), uma definição mais restritiva que inclui apenas condições nas quais o cérebro falha em processar corretamente sinais vindos do corpo. O FND é, no entanto, um diagnóstico controverso e alguns especialistas afirmam que ele é idêntico, ou pelo menos parcialmente sobreposto, com “transtorno de conversão”, “transtorno somatoforme” ou “síndrome somática funcional”. Ele também tem ligações preocupantes com um diagnóstico passado de histeria (veja, por exemplo, Kwon, 2020).

24 A história da “somatização” como um transtorno psiquiátrico/psicossomático, que pertence, principalmente, à jurisdição do psiquiatra, está intimamente ligada à história dos diferentes nomes para esta condição e debates sobre seu nome nas edições consecutivas do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), a “bíblia” dos psiquiatras dos EUA. Antigamente, a somatização era chamada de “transtorno de conversão”. Recentemente, o nome preferido é “transtorno de sintoma neurológico funcional”, uma categoria que se enquadra na categoria geral de “transtornos somatoformes” (hoje também chamados de “sintomas somáticos e transtornos relacionados”). Para a classificação de transtornos somatoformes por psiquiatras, veja, por exemplo, Young (2014).

como um “segredo público” – um conhecimento desconfortável reconhecido por muitas pessoas, mas raramente expresso (Giessler, 2013).²⁵

As publicações científicas refletem uma persistente dicotomia entre uma percepção puramente fisiológica e outra pelo menos parcialmente psicossomática da covid longa. Em maio de 2022, um importante artigo de revisão publicado na *Nature Medicine* caracterizou a covid longa, sob a perspectiva da síndrome pós-covid, como uma entre várias síndromes pós-virais. Nessa categoria, o autor da revisão também incluiu outras doenças funcionais suspeitas de terem origem viral, como a encefalomielite miálgica/síndrome da fadiga crônica – ME/CSF²⁶ (Choutka *et al.*, 2022). A principal mensagem desse artigo foi que, embora o(s) mecanismo(s) biológico(s) preciso(s) dos danos de longo prazo causados por uma infecção com o vírus SARS-CoV-2 ainda não sejam totalmente compreendidos, a existência deles não é nem misteriosa nem surpreendente.

Outras publicações propõem uma imagem muito diferente. Dois artigos de maio de 2022 afirmaram que os principais fatores de risco para o desenvolvimento da covid longa são o sexo feminino e a ansiedade (Sneller *et al.*, 2022; Weldon; Aslibekyan, 2022). Esses mesmos fatores – sexo feminino e histórico prévio de ansiedade – foram descritos como os principais fatores de risco para outros distúrbios funcionais. Um estudo publicado no final de 2022 afirmou que, embora a maioria dos pacientes com covid longa se recupere completamente após 12 meses ou tenha principalmente sintomas cardiopulmonares que afetam marginalmente sua qualidade de vida, um subgrupo de pacientes, em sua grande maioria mulheres, continua a apresentar múltiplos sintomas que afetam negativamente sua vida diária e saúde mental. Esses pacientes também apresentaram escores elevados de somatização e exibiram um padrão característico de condições psicossomáticas, como uma proporção significativa de recidiva de sintomas intimamente associados à somatização (Sahanic *et al.*, 2022). A suspeita de que os pacientes (frequentemente mulheres) somatizem e não tenham uma “doença real” (“está tudo na sua cabeça”, “é psicológico e logo passa”) é de fato o elefante na sala ao lidar com a covid longa. Provavelmente, essa é uma

25 Outros termos para descrever tal conhecimento reprimido são “conhecimento desconfortável” e “conhecidos desconhecidos” (Marris; Jefferson; Lentzos, 2014).

26 Em inglês, *myalgic encephalomyelitis/chronic fatigue syndrome*.

das principais razões pelas quais tantos pacientes com covid longa lutam para serem acreditados por seus médicos (Löwy, 2021).

A suposição de que uma infecção pelo SARS-CoV-2 possa levar ao desenvolvimento da síndrome da fadiga crônica, que é um distúrbio funcional “clássico”, foi levantada já no início de abril de 2020, ou seja, no princípio da pandemia de covid-19. Essa suposição se baseava na observação de que pessoas que se recuperaram de epidemias anteriores de coronavírus, como a epidemia de SARS de 2003-2004, frequentemente sofriam de fadiga crônica (Wilson, 2020). No verão de 2020, um dos principais especialistas em covid-19 dos Estados Unidos, Anthony Fauci, observou que “é extraordinário quantas pessoas têm uma síndrome pós-viral que é muito semelhante à síndrome da fadiga crônica” (cf. Jackson, 2021).

As semelhanças entre a covid longa e a síndrome da fadiga crônica foram reforçadas posteriormente de duas maneiras distintas. Uma delas foi a aplicação das lições aprendidas em estudos de ME/CSF aos pacientes com covid longa, por exemplo, a recomendação de não oferecer técnicas de reabilitação, como terapia de exercícios graduais – GET.²⁷ Isso porque os pacientes com covid longa, assim como aqueles com ME/CSF, frequentemente sofrem de exacerbação da síndrome pós-exercício – PESE,²⁸ e essa síndrome é agravada pelo GET. Uma segunda maneira de relacionar essas duas condições é apresentar a ME/CFS como uma das principais manifestações da covid longa, presente em alguns, mas não em todos os pacientes com essa condição (Davis *et al.*, 2023). Um estudo multicêntrico distinguiu dois subgrupos de pacientes com covid longa, aqueles com covid longa isolado (cerca de 2/3 dos pacientes nesse subgrupo eram mulheres) e aqueles com covid longa e ME/CSF (quase todos os pacientes nesse subgrupo eram mulheres). Os autores desse estudo constataram que os pacientes com covid longa e ME/CSF apresentavam sintomas mais graves, e poucos deles mostraram melhora após 18 meses. Eles concluíram que o diagnóstico de ME/CSF em pacientes com covid longa ajuda a identificar aqueles que têm

27 Em inglês, *graded exercise therapy*.

28 Em inglês, *post-exertional symptom exacerbation*.

um prognóstico mais grave e precisam de tratamento e suporte mais intensivos (Legler *et al.*, 2023).²⁹

Finalmente, alguns especialistas propuseram que a controvérsia sobre se a covid longa é uma “doença real” (ou seja, de origem orgânica) ou um transtorno “imaginário” (de natureza não orgânica) sem uma causa discernível é uma discussão infrutífera. Em setembro de 2023, o ativista da covid longa Steven Phillips e a epidemiologista da Universidade de Harvard, Michelle Williams, argumentaram que a covid longa não é uma nova doença, mas sim uma manifestação da ME/CFS e de condições pós-virais semelhantes:

A covid longa realmente não é nova. É praticamente indistinguível da condição há muito conhecida no léxico médico como síndrome pós-infecciosa ou encefalomielite miálgica/síndrome da fadiga crônica – ME/CFS. (Phillips; Williams, 2023, tradução nossa).

Dado que esse parece ser o caso, o tratamento da covid longa deve se beneficiar da extensa experiência em terapia de sintomas pós-virais. Deve-se também evitar uma falsa dicotomia entre “doenças reais” e “imaginárias”, já que evidências científicas mostram que síndromes de fadiga pós-infecciosa (incluindo a covid longa) podem ter um espectro de componentes patobiológicos e psicológicos inseparáveis.

A associação entre a covid longa e a síndrome da fadiga crônica e, em menor grau, com outros distúrbios funcionais, pode favorecer a compreensão dos sintomas da covid longa e ampliar o círculo de profissionais e leigos interessados na nova condição. A estreita associação com outras condições patológicas de status incerto também pode complicar os esforços das pessoas com covid longa de serem reconhecidas como portadoras de uma “doença real” e de obter acesso a tratamento médico eficiente, apoio social e respeito.

29 Os autores desse estudo empregaram um critério de diagnóstico amplamente aceito para ME/CFS, os Critérios de Consenso Canadenses. O diagnóstico de ME/CFS é feito após descartar todas as outras doenças que possam explicar os sintomas presentes. Assim, como a definição da OMS para a síndrome pós-covid-19, é um diagnóstico por exclusão.

Considerações finais: mais uma doença que você tem que lutar para ter

Todo dia é uma luta. Algumas vezes você tem que lutar contra a dor, porque a vida não para; é a casa, tem as crianças, tem que trabalhar. Tem dia que o fôlego não vem, que o sono não vem. Só um cansaço, um cansaço que não te deixa nem descansar. [...] Uma coisa estranha. Você não desliga, o corpo não desliga. [...] *Eu não sou mais a mesma pessoa*. Mas tudo bem, eu já me acostumei a fazer as coisas do jeito que eu posso. Eu vou tocando a vida, o que é que eu posso fazer? [...] A maioria dos médicos não liga. Nenhum é capaz de dizer: “Você tem covid longa, e vamos fazer isso e aquilo para te ajudar.” Isso não existe. Você fala, fala, reclama, e é como se a doença não existisse. A gente não existisse. [...] Tu não vê um debate sobre a covid longa. Tu não vê uma política sobre a covid longa, um tratamento, nada. É por isso que a gente continua lutando. A gente existe, a gente tá aqui. (Joana, 59 anos, julho de 2023).

O depoimento de Joana, uma enfermeira do interior do Rio Grande do Sul, juntamente com os testemunhos de outras mulheres descritos neste artigo, revela o modo como a covid longa opera um complexo processo de transformação existencial. Novos scripts são cotidianamente mobilizados para lidar com sensações corporais, experiências e identidades que são reposicionadas à medida que os sintomas se tornam parte do cotidiano dessas pessoas (Seppola-Edvardsen; Risør, 2017). Para muitas delas, nesse estágio do processo de saúde e doença, torna-se difícil distinguir entre “tudo bem” e “sofrimento”, especialmente em contextos de cronicização (Hay, 2008). Além do reposicionamento biográfico, as narrativas dessas mulheres também evidenciam que as lutas pelo reconhecimento da doença são essenciais para a produção de políticas de tratamento e cuidado, frequentemente dificultadas por interesses estatais e corporativos no campo da saúde. Ecoando diretamente as preocupações levantadas por Dumit (2006) em seu estudo sobre doenças incertas e contestadas, como muitas das doenças funcionais e das síndromes raras, a covid longa se desenha, assim, como mais uma daquelas doenças que as pessoas precisam lutar para ter.

Intitulado “Illnesses you have to fight to get: facts as forces in uncertain, emergent illnesses”, o artigo de Dumit (2006) examina as questões cruciais

relacionadas a doenças emergentes e contestadas, oferecendo uma análise profunda sobre os desafios enfrentados pelos pacientes e as complexidades envolvidas na busca por diagnóstico, tratamento e reconhecimento dessas condições, incluindo a legitimidade social. Dumit (2006) enfatiza que pacientes que sofrem de doenças emergentes frequentemente enfrentam uma árdua batalha pelo reconhecimento de suas condições. Isso ocorre devido à natureza ambígua e de difícil diagnóstico dessas enfermidades, que podem manifestar uma ampla gama de sintomas persistentes e variados. Essa incerteza gera uma tensão entre a narrativa dos pacientes sobre seus sintomas e a busca por uma objetividade médica que, em muitos casos, não consegue capturar de forma adequada a complexidade dessas condições. Nesse contexto, destaca-se a importância das narrativas dos pacientes, que desempenham um papel fundamental na compreensão e na construção de uma base de conhecimento sobre essas doenças. Visto que os médicos podem não estar familiarizados com essas condições emergentes, os pacientes assumem o protagonismo na construção da compreensão de suas próprias enfermidades. Esse cenário retrata de forma precisa as complexidades enfrentadas pelas pessoas afetadas pela covid longa nos dias de hoje, sintetizada ao longo deste artigo como injustiça epistêmica.

Na ausência de diagnóstico, a própria repercussão epidemiológica e os consequentes impactos sociais da doença estão prejudicados, muito embora as projeções que afirmam que mais da metade dos casos de covid-19 desenvolveram covid longa expressem que ela já é uma pandemia vivida silenciosamente. O fato é que a obtenção de um diagnóstico definitivo ainda não é uma realidade para aqueles que vivem com a covid longa, devido às incertezas desse cenário tumultuado de controvérsias e indefinições relacionadas aos sintomas variados e imprevisíveis, que desafiam a crença moderna na objetividade que ainda prevalece na medicina. É nesse ponto que a tirania da falta de diagnóstico revela sua face mais cruel no contexto da covid longa. Uma medicina cuja infraestrutura central é o diagnóstico objetivo cria uma fissura irreconciliável entre sintomas e sinais. Em outras palavras, a narrativa que a pessoa afetada oferece ao médico sempre fica em desvantagem em relação ao que sua própria biologia tem a dizer aos instrumentos nos quais ele confia. Isso se converte em mais camadas de sofrimento. Portanto, a busca pela validação de sua condição e pela compreensão do público torna-se uma parte fundamental da longa jornada das pessoas com covid longa.

Esse processo desafiador também expõe as limitações da atual tecnocratização das políticas de saúde, especialmente em contextos de crises sanitárias globais. Uma expressiva exaltação da biossegurança tem reanimado a recalcitrante militarização e conversão da saúde em uma questão de segurança, em vez de cuidado. Nesse contexto, instrumentos de precisão para o mapeamento e a vigilância de vírus são frequentemente apresentados como “armas de combate” contra “inimigos invisíveis” (Segata, 2020).³⁰ No entanto, a vergonhosa gestão da pandemia em países como os Estados Unidos e o Brasil evidenciou que essas tecnologias ainda não estão suficientemente calibradas para controlar os comportamentos de populações governadas por líderes ultrarradicais e negacionistas e frequentemente descritos como genocidas (Ventura; Aith; Reis, 2021).

O fato é que a preocupação central de muitos governos, em maior ou menor grau de eficiência, parece ter sido muito mais o combate ao vírus do que o cuidado dos doentes, especialmente aqueles com sintomas persistentes, que foram ainda mais negligenciados com a proclamação do “fim da pandemia”. Não é surpreendente que a pandemia seja frequentemente descrita mais como um tempo de guerra do que de cuidado (Segata, 2020). Esse cenário também reflete com nitidez a crítica de Arthur Kleinman (2020, p. xviii-xix, tradução nossa), que argumenta que o desejo por soluções tecnológicas rápidas e eficientes, muitas vezes com foco no mercado, tem suplantado cada vez mais o cuidado:

Ninguém hoje pode duvidar que o cuidado médico é profundamente desestabilizado pelas mais poderosas influências burocráticas, comerciais e governamentais. Também não há falta de consciência crítica de que a cultura da biomedicina, a hegemonia da linguagem econômica e o fetichismo da tecnologia distorcem os propósitos e objetivos do cuidado. Juntas, essas forças substituem medidas indiretas de eficiência por medidas diretas da qualidade do cuidado. Elas contribuem significativamente para um atendimento deficiente, para pacientes e famílias frustrados e desconfiados, e para a exaustão dos médicos.

30 Temores semelhantes são igualmente notados em relação a migrantes, frequentemente comparados a pragas, e sendo equivocadamente associados a terroristas, assim como à segurança das fronteiras no que diz respeito a produtos de origem animal e vegetal nos sistemas alimentares globais (Segata, 2020).

É ecoando Kleinman (2020) que as políticas de reconhecimento e cuidado da covid longa descritas e analisadas neste artigo não se limitam apenas à questão da saúde física, mas também abrangem a justiça e a reparação para pacientes desacreditados, ignorados ou que não recebem o apoio adequado devido à falta de compreensão da doença. Para combater essa injustiça epistêmica, é crucial que a sociedade, a comunidade médica e os formuladores de políticas reconheçam a gravidade da covid longa e invistam em pesquisas para compreender completamente a doença. Além disso, é necessário promover a conscientização pública sobre os desafios enfrentados pelos pacientes com covid longa, a fim de eliminar o estigma e garantir que eles recebam o apoio necessário. Portanto, reconhecê-la é uma etapa importante para garantir que os pacientes recebam o cuidado e o apoio necessários que essa condição quase sempre debilitante exige, aliviando o sofrimento, avançando no entendimento e tratamento da doença e favorecendo com mais dignidade a reconstrução da vida.

A covid longa é uma pandemia à espera de diagnóstico. Afirmar isso significa dizer que não há dúvidas de que as pessoas afetadas por ela ainda podem enfrentar uma luta árdua. Os preconceitos dos médicos, juntamente com considerações relacionadas a classe, gênero e raça, aliados à falta de financiamento, especialmente após o término da pandemia, podem complicar significativamente a situação dos pacientes. Nos Estados Unidos, um artigo de revisão publicado em outubro de 2023 na *New England Journal of Medicine* deu a tônica da situação:

Agora, do ponto de vista político, covid é uma palavra ruim. As pessoas não querem falar sobre isso. As pessoas não querem pensar na pandemia. Isso conota exagero do governo, e as pessoas acreditam que devemos simplesmente superar isso. Não há vontade política para dizer: “Olha, estamos lidando com milhões de pessoas que têm esses sintomas [...]” Então eu acho que há uma vontade política de não fazer nada e pensar que estamos além disso e ignorar as implicações sociais de uma condição muito difícil e incomum. E, além disso, não temos tratamentos. Então, quando você não tem tratamentos e tem um prestador de cuidados primários que não pode elucidar exatamente o que está acontecendo e não tem opções de tratamento, isso se torna extremamente difícil. (McComsey; Rosen, 2023, tradução nossa).

Para quem vive a covid longa, a falta de um diagnóstico preciso muitas vezes resulta em um período prolongado de incerteza e ansiedade. Evidentemente, um diagnóstico formal nem sempre é a resposta para o problema. Nos Estados Unidos, por exemplo, o NIH forneceu reconhecimento formal da covid longa (um número para a classificação oficial da patologia e critérios diagnósticos), mas como o artigo no *The New England Journal of Medicine* atesta, as necessidades dos pacientes frequentemente continuam a não ser atendidas (McComsey; Rosen, 2023). Alguns médicos (especialmente clínicos gerais) rejeitam um diagnóstico por exclusão e, mais crucialmente, os pacientes precisam não apenas de um diagnóstico, mas de acesso a expertise apropriada (para uma doença complexa, idealmente em um centro multidisciplinar), provisões sociais e o reconhecimento de seu conhecimento experiencial sobre sua condição. Com isso, a espera pelo diagnóstico da covid longa é um processo ativo, de luta, mas também de esperança por um horizonte futuro. Afinal, sem um rótulo médico que explique seus sintomas persistentes, essas pessoas podem sentir que estão navegando em águas desconhecidas, sem um mapa para orientá-las. Isso pode afetar negativamente sua saúde mental e emocional, aumentando o estresse e a sensação de isolamento. Não obstante, o que acabam enfrentando são as acusações de estar fingindo ou exagerando seus sintomas, o que frequentemente resulta na descrença por parte de profissionais de saúde e empregadores, criando barreiras significativas para a obtenção de tratamentos adequados e apoio social.

A luta pelo reconhecimento da covid longa representa muito mais do que uma batalha contínua contra o sofrimento e a invisibilidade. Ela é uma demonstração da força, da resiliência e do papel ativo dos pacientes nos processos de saúde, doença e cuidado. Essas pessoas afetadas que reclamam diagnóstico são as legítimas protagonistas da própria construção da covid longa como uma nova entidade nosológica, oferecendo à história da ciência o difícil testemunho da experiência concreta da doença inscrita nos seus corpos e nas suas vidas.

Referências

AL-ALY, Z. The WHO is letting down long COVID patients. *The Guardian*, London, 21 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/oct/17/who-long-covid-patients>. Acesso em: 30 out. 2023.

ARONOWITZ, R. A. When do symptoms become a disease? *Annals of Internal Medicine*, [s. l.], v. 134, n. 9, p. 803-808, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.7326/0003-4819-134-9_part_2-200105011-00002. Acesso em: 30 out. 2023.

ATENÇÃO integral do Estado às vítimas da Covid-19! Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 30 maio 2022. 1 vídeo (2h7min46s). Publicado no canal Pepe Vargas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P8vVWiUYSOI&t=1553s>. Acesso em: 30 out. 2023.

AURELIANO, W. As pessoas que as doenças têm: entre o biológico e o biográfico. In: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z. (org.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 239-260.

BALLEJO, W. R. *Covid Longa: um estudo antropológico sobre os impactos continuados da pandemia de Covid-19 no Brasil*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BEAUDEVIN, C. *et al.* Test, test, test! Scarcity, tinkering, and testing policy early in the COVID-19 epidemic in France. *Medicine Anthropology Theory*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17157/mat.8.2.5116>. Acesso em: 30 out. 2023.

BERGER, E. Long COVID: unanswered questions and doctors' stigma. *The Guardian*, London, 6 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/06/long-covid-unanswered-question-doctors-stigma>. Acesso em: 30 out. 2023.

BLASDEL, A. The dark universe: can a scientist battling long COVID unlock the mysteries of the cosmos? *The Guardian*, London, 2 May 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2023/may/02/catherine-heyman-dark-universe-the-cosmologist-battling-long-covid>. Acesso em: 30 out. 2023.

BLEASE, C.; CARREL, H.; GERAGHTY, K. Epistemic injustice in healthcare encounters: evidence from chronic fatigue syndrome. *Journal of Medical Ethics*, [s. l.], v. 43, p. 549-557, 2017..

BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BRANSFIELD, R. C.; FRIEDMAN, K. J. Differentiating psychosomatic, somatopsychic, multisystem illnesses and medical uncertainty. *Healthcare*, [s. l.], v. 7, n. 114, p. 2-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/healthcare7040114>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. *Confira quanto cada município receberá em custeio do atendimento a pessoas com sintomas pós-covid*. Brasília: MS, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/15996>. Acesso em: 30 out. 2023.

BURY, M. Chronic illness as biographical disruption. *Sociology of Health and Illness*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 167-182, 1982.

CALLARD, F. Epidemic time: thinking from the sickbed. *Bulletin of the History of Medicine*, [s. l.], v. 94, n. 4, p. 727-743, 2020a.

CALLARD, F. Of smell and loss: tweets from a COVID-19 sickbed. *The Polyphony*, [s. l.], 15 Apr. 2020b. Disponível em: <https://thepolyphony.org/2020/04/15/of-smell-and-loss-tweets-from-a-covid-19-sickbed/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CALLARD, F. Very, very mild: COVID-19 symptoms and illness classification. *Somatosphere*, [s. l.], 8 May 2020c. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/mild-covid.html/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CALLARD, F.; PREGO, E. How and why patients made Long COVID. *Social Science and Medicine*, [s. l.], v. 268, 113426, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socsci-med.2020.113426>. Acesso em: 30 out. 2023.

CAMARGO, E. P.; TEIXEIRA, M. Doenças funcionais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 164-169, 2002.

CAMARGO, K. R. Disputed expertise and chaotic disinformation: COVID-19 and denialist physicians in Brazil. *Transcultural Psychiatry*, [s. l.], v. 0, n. 0, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13634615231213835>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMBROSIO, A. *et al.* Regulatory objectivity and the generation and management of evidence in medicine. *Social Science & Medicine*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 189-199, 2006.

CARREL, H. Epistemic injustice in health care. In: CARREL, H. *Phenomenology of health care*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 180-203.

CHA, A. E. She went to one doctor, then another and another. *Washington Post*, Washington, 18 Abr. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/health/2022/04/18/long-covid-medical-care-challenge/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CHARTERS, E.; HEITMAN, K. How epidemics end. *Centaurus*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 210-224, 2021.

CHOUTKA, J. *et al.* Unexplained post-acute infection syndromes. *Nature Medicine*, [s. l.], v. 28, n. 922, p. 911-923, 2022.

COHRS, R. A slow-moving glacier: NIH's sluggish and often opaque efforts to study long COVID draw patient, expert ire. *STATS*, [s. l.], 29 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.statnews.com/2022/03/29/nih-long-covid-sluggish-study/>. Acesso em 30 out. 2023.

COLLINS, F. NIH launches new initiative to study "Long COVID". *NIH*, [s. l.], 23 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.nih.gov/about-nih/who-we-are/nih-director/statements/nih-launches-new-initiative-study-long-covid>. Acesso em: 30 out. 2023.

DAVIS, H. *et al.* Long COVID: major findings, mechanisms and recommendations. *Nature Reviews Microbiology*, [s. l.], v. 21, 2023. p. 133-146.

DINIZ, D.; BRITO, L. Uma epidemia sem fim: zika e mulheres. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (org.). *Políticas etnográficas no campo da moral*. Brasília: ABA Publicações; Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 169-181.

DUMIT, J. Illnesses you have to fight to get: facts as forces in uncertain, emergent illnesses. *Social Sciences and Medicine*, [s. l.], v. 62, p. 577-590, 2006.

EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL. *Prevalence of post COVID-19 condition symptoms: a systematic review and meta-analysis of cohort study data stratified by recruitment setting*. Stockholm: ECDC, 27 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/Prevalence-post-COVID-19-condition-symptoms.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

EVANS, R. *et al.* Clinical characteristics with inflammation profiling of Long-COVID and association with one-year recovery following hospitalisation in the UK: a prospective observational study. *Lancet Respiratory Medicine*, [s. l.], n. 10, p. 761-775, 2022.

FASSIN, D. *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. Oakland: University of California Press, 2007.

FERNÁNDEZ DE LAS PEÑAS, C. *et al.* Post-COVID-19 symptoms 2 years after SARS-CoV-2 infection among hospitalized vs nonhospitalized patients. *JAMA Network Open*, [s. l.], v. 5, n. 11, e2242106, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2022.42106>. Acesso em: 30 out. 2023.

FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

FONSECA, C. Evidências, experiências e endemias: fatos científicos nas políticas de combate à hanseníase. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 164-187, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.5871>. Acesso em: 30 out. 2023.

FRICKER, M. *Epistemic injustice: power & ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIESSLER, W. Public secrets in public health. Knowing not to know while making scientific knowledge. *American Ethnologist*, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 13-34, 2013.

GOLDENBERG, D.; DICHTER, M. *Unraveling long COVID*. Chichester: John Wiley & Sons, 2023.

GOUTTE, J.; CATHÉBRAS, P. Attitudes of internal medicine specialists and rheumatologists towards chronic pain complaints. *International Journal of Clinical Practice*, [s. l.], v. 75, e14463, 2021.

HAY, M. C. Reading sensations: understanding the process of distinguishing 'fine' from 'sick'. *Transcultural Psychiatry*, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 198-229, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1363461508089765>. Acesso em: 30 out. 2023.

HEDBERG, P. *et al.* Post COVID-19 condition diagnosis: a population-based cohort study of occurrence, associated factors, and healthcare use by severity of acute infection. *Journal of Internal Medicine*, [s. l.], v. 293, n. 2, p. 246-258, 2023.

HUANG, L. *et al.* Health outcomes in people 2 years after surviving hospitalisation with COVID-19: a longitudinal cohort study. *Lancet Respiratory Medicine*, [s. l.], v. 10, n. 9, p. 863-876, 2022.

IWASAKI, A. Immunologist Akiko Iwasaki: 'We are not done with COVID, not even close'. Interview with David Cox. *The Guardian*, London, 27 May 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2023/may/27/immunologist-akiko-iwasaki-we-are-not-done-with-covid-not-even-close>. Acesso em: 30 out. 2023.

JACKSON, G. Women are more susceptible to long COVID, but will we listen to them? *The Guardian*, London, 25 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2021/mar/25/women-coronavirus-long-covid-health>. Acesso em: 30 out. 2023.

KAMEDA, K. *et al.* Imperfect diagnosis: the truncated legacies of Zika testing. *Social Studies of Science*, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 683-706, 2021.

KLEINMAN, A. *The illness narratives: suffering, healing, and the human condition*. New York: Basic Books, 2020.

KWANG, K. Long COVID in California: a pandemic of loneliness and social isolation and rejection. *California Bakersfield News*, [s. l.], 22 May 2023. Disponível em: https://www.bakersfield.com/news/long-covid-in-california-a-pandemic-of-loneliness-and-social-isolationand-rejection/article_8b6c250c-ebb5-11ed-94c9-77bbbd5a862a.html. Acesso em: 30 out. 2023.

KWON, D. A disorder of mind and brain: a mysterious condition once known as hysteria is challenging the divide between psychiatry and neurology. *Scientific American*, [s. l.], v. 323, n. 5, p. 58-65, 2020.

LAWRENCE, C. Incommunicable knowledge: science, technology and the clinical art in Britain 1850-1914. *Journal of Contemporary History*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 503-520, 1985.

LEGLER, A. F. *et al.* Symptom persistence and biomarkers in post-COVID-19/chronic fatigue syndrome. *medRxiv*, [s. l.], 17 Apr. 2023. Preprint. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2023.04.15.23288582>. Acesso em: 30 out. 2023.

LOWENSTEIN, F. We need to talk about what coronavirus recoveries look like. *New York Times*, New York, 13 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/13/opinion/coronavirus-recovery.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

LOWENSTEIN, F. (ed.). *The Long COVID survival guide: how to take care of yourself and what comes next*. New York: The Experiment Publishing, 2022.

LÖWY, I. Ludwik Fleck where are you now that we need you? COVID-19 and the genesis of epidemiological facts. *Somatosphere*, [s. l.], 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/ludwik-fleck-where-are-you-now.html/16.10.2020>. Acesso em: 30 out. 2023.

LÖWY, I. Long COVID, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria. *Somatosphere*, [s. l.], 25 May 2021. Disponível em: <http://somatosphere.net/2021/long-covid.html/>. Acesso em: 30 out. 2023.

M'CHARECK, A. Race, time and folded objects: the HeLa error. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v.31, n. 6, p. 29-56, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276413501704>. Acesso em: 30 out. 2023.

MALTA, M. My journey with COVID-19. *eClinicalMedicine*, [s. l.], n. 27, 100599, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100599>. Acesso em: 30 out. 2023.

MARRIS, C.; JEFFERSON, C.; LENTZOS, F. Negotiating the dynamics of uncomfortable knowledge: the case of dual use and synthetic biology. *BioSocieties*, [s. l.], n. 9, p. 393-420, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/biosoc.2014.32>. Acesso em: 30 out. 2023.

MATOSO, F; GOMES, P. H. Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. *GL*, [s. l.], 17 jun. 2021. Disponível em: <https://gl.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

MCCOMSEY, G.; ROSEN, C. The long haul of long COVID. Interview with Rachel Gotbaum. *New England Journal of Medicine*, [s. l.], v. 389, e29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/NEJMp2309483>. Acesso em: 30 out. 2023.

MIRANDA, D. *et al.* Long COVID-19 syndrome: a 14-months longitudinal study during the two first epidemic peaks in Southeast Brazil. *Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, [s. l.], v. 116, n. 11, p. 1007-1014, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/trstmh/trac030>. Acesso em: 30 out. 2023.

MIZRAHI, B. *et al.* Long COVID outcomes at one year after mild SARS-CoV-2 infection: nationwide cohort study. *British Medical Journal*, [s. l.], n. 380, e072529, 2023.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

O'MAHONEY, L. *et al.* The prevalence and long-term health effects of long COVID among hospitalised and non-hospitalised populations: a systematic review and meta-analysis. *eClinicalMedicine*, [s. l.], v. 55, 101762, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101762>. Acesso em: 30 out. 2023.

OTTERMAN, S. How long is long COVID? How long would it keep him from music? *New York Times*, New York, 24 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/24/nyregion/joel-fram-broadway-covid.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

PHILLIPS, S.; WILLIAMS, M. Confronting our next national health disaster: long-haul COVID. *New England Journal of Medicine*, [s. l.], v. 385, p. 577-579, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/NEJMp2109285>. Acesso em: 30 out. 2023.

PHILLIPS, S.; WILLIAMS, M. A. Long COVID is a new name for an old syndrome. *STAT*, [s. l.], 14 Sept. 2023. Disponível em: <https://www.statnews.com/2023/09/14/long-covid-me-cfs-myalgic-encephalomyelitis-chronic-fatigue/>. Acesso em: 30 out. 2023.

PRIOR, R. *The Long Haul: solving the puzzle of the pandemic's Long Haulers and how they are changing healthcare forever*. New York: Post Hill Press, 2023.

RASS, V. *et al.* Neurological outcomes 1 year after COVID-19 diagnosis: a prospective longitudinal cohort study. *European Journal of Neurology*, [s. l.], v. 29, n. 6, p. 1685-1696, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Covid-19. *Relatório das Audiências Públicas macrorregionais: atenção integral do Estado às vítimas da Covid-19*. Porto Alegre: Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Covid-19, 2022.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSENBERG, C. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Quarterly*, [s. l.], v. 90, n. 2, p. 237-260, 2002.

SAHANIC, S. *et al.* COVID-19 and its continuing burden after 12 months: a longitudinal observational prospective multicentre trial. *ERJ Open Research*, [s. l.], v. 9, n. 2, 00317-2022, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1183/23120541.00317-2022>. Acesso em: 30 out. 2023.

SALARI, N. *et al.* Global prevalence of chronic fatigue syndrome among long COVID-19 patients: a systematic review and meta-analysis. *BioPsychoSocial Medicine*, [s. l.], n. 16, art. 21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13030-022-00250-5>. Acesso em: 30 out. 2023.

SALMON-CÉRON, D. *et al.* Les formes prolongées de la COVID-19 ou COVID long: formes cliniques et prise en charge. *Medicine et Maladies Infectieuses Formation*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 24-33, 2022.

SARRADON-ECK, A.; DIAS, M.; POUCHAIN, R. Ces patients “particuliers”. Comment les jeunes medecins (de)médicalisent les symptômes médicalement inexplicables. *Sciences Sociales et Médecine*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 5-30, 2020.

SCHUCH, P. Direitos humanos e as pessoas em situação de rua no Brasil: discutindo a legibilidade. In: LIMA, A. C. S. *et al.* (org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. p. 303-328.

SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. Chikungunya in Brazil, an endless epidemic. *Centaurus*, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 133-144, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1484/J.CNT.5.129635>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. *et al.* Ungesunde Ökologien, prekäre Arbeit und Pandemie in der globalisierten Fleischindustrie im Süden Brasiliens. *Peripherie: Politik, Ökonomie, Kultur*, [s. l.], v. 4, p. 386-404, 2022.

SENIOR, J. What not to ask me about my long covid. A brief guide. *The Atlantic*, [s. l.], 15 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2023/02/long-covid-symptoms-chronic-illness-disability/673057/>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEPPOLA-EDVARSEN, T.; RISØR, M. B. Ignoring symptoms: the process of normalising sensory experiences after cancer. *Anthropology in Action*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 34-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/aia.2017.240106>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILMAN, A. She had COVID for months. No one believed her. *The Cut Podcast*, [s. l.], 20 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.thecut.com/2020/11/the-cut-podcast-doctors-didnt-believe-she-had-covid.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

SINGER, M.; RYLKO-BAUER, B. The syndemics and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insights on a crisis. *Open Anthropological Research*, [s. l.], v. 1, p. 7-32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opan-2020-0100>. Acesso em: 30 out. 2023.

SNELLER, M. *et al.* A longitudinal study of COVID-19 sequelae and immunity: baseline findings. *Annals of Internal Medicine*, [s. l.], v. 175, n. 7, p. 969-979, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M21-4905>. Acesso em: 30 out. 2023.

SOCIETY OF OCCUPATIONAL MEDICINE. *Long COVID and return to work – what works?: a position paper from the Society of Occupational Medicine*. London: SOM, 2022. Disponível em: https://www.som.org.uk/sites/som.org.uk/files/Long_COVID_and_Return_to_Work_What_Works_O.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

THE LANCET. Editorial. Long covid, 3 years on. *The Lancet*, [s. l.], v. 401, n. 10379, p. 795, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00493-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00493-2). Acesso em: 30 out. 2023.

TRAN, V.-T. *et al.* Course of post COVID-19 disease symptoms overtime in the ComPaRe long COVID prospective e-cohort. *Nature Communications*, [s. l.], v. 13, p. 1812, 2022.

UCLÉS-JUÁREZ, R. *et al.* Conceptuation on fibromyalgia: consensus or discrepancy among healthcare providers from Spain. *Revista Española de Salud Pública*, [s. l.], v. 94, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4321/S1135-57272020000100018>. Acesso em: 30 out. 2023.

VAN DER MAADEN, T. *et al.* Prevalence and severity of symptoms 3 months after infection with SARS-CoV-2 compared to test-negative and population controls in the Netherlands. *Journal of Infectious Diseases*, [s. l.], v. 227, n. 9, p. 1059-1067, 2023.

VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; REIS, R. R. Estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos. In: BREDA, T. (org.). *Bolsonaro genocida*. São Paulo: Elefante, 2021. p. 21-29.

VIANNA, A. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, A. (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013. p. 15-35.

WARE, N. Society, mind and body in chronic fatigue syndrome: an anthropological view. In: BOCK, G.; WHELAN, J. (ed.). *Chronic fatigue syndrome*. New York: John Wiley & Sons, 1993. p. 62-90.

WELDON, C.; ASLIBEKYAN, S. Anxiety and depression raise the risk for long COVID. 23 and Me research, [s. l.], 24 May 2022. Disponível em: <https://blog.23andme.com/23andme-research/anxiety-depression-long-covid/>. Acesso em: 30 out. 2023.

WESSELY, S. *et al.* Management of chronic (post-viral) fatigue syndrome. *Journal of the Royal College of General Practitioners*, [s. l.], v. 39, p. 26-29, 1989.

WILSON, C. Could the coronavirus trigger post-viral fatigue syndromes? *New Scientist*, [s. l.], v. 246, n. 3278, p. 10-11, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0262-4079\(20\)30746-6](https://doi.org/10.1016/S0262-4079(20)30746-6). Acesso em: 30 out. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus. [s. l.]: WHO, 6 Oct. 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post_COVID-19_condition-Clinical_case_definition-2021.1. Acesso em: 30 out. 2023.

YASUDA, C. L. Minha jornada após uma infecção leve por COVID-19: eu quero meu cérebro antigo de volta. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, [s. l.], v. 80, n. 6, p. 631-633, 2022.

YOUNG, G. Confusion and confound in conversion disorder. In: YOUNG, G. *Malingering, feigning and response bias in psychiatric/psychological injury: implication for practice and court*. Dordrecht: Springer, 2014. p. 511-533.

Recebido: 06/12/2023 Aceito: 16/01/2024 | Received: 12/6/2023 Accepted: 1/16/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Long COVID, the unending pandemic

Covid longa, a pandemia que não terminou

Jean Segata^I

<https://orcid.org/0000-0002-2544-0745>

jeansegata@ufrgs.br

Ilana Löwy^{II}

<https://orcid.org/0000-0001-6963-0578>

ilana.lowy@cnrs.fr

^I Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS, Brazil

^{II} Centre de Recherche Médecine, Sciences, Santé, Santé Mentale, Société –
Villejuif, Île-de-France, France

Abstract

The article explores the complexity and current uncertainties concerning long COVID, an emerging nosological entity with vague contours and characterised by unpredictable and persistent symptoms and absence of 'objective diagnosis'. Based on accounts of the affected individuals and balancing the review of medical and journalistic literature on the subject, historical approach and ethnography, this work describes and analyses the policies of recognition and care of this condition in a context of epistemic injustice. The article contests the representations of long COVID as a merely transient disorder arguing that, unlike the promises of full recovery, what is taking shape is the emergence of a new individual whose biography is being rewritten by long COVID. For these people, full recognition of long COVID as a distinct pathological entity, coupled with the validation of their experiential knowledge, means more than merely opening concrete possibilities for relief from physical and mental suffering. It also represents justice, repair, and a further step towards the reconstruction of their lives.

Keywords: long COVID; diagnosis; epistemic injustice; recognition and care policies.

Resumo

O artigo explora a complexidade e as incertezas atuais sobre a covid longa, uma entidade nosológica emergente pós-covid-19, com contornos imprecisos e caracterizada por sintomas imprevisíveis e persistentes. Baseado em relatos de pessoas afetadas e equilibrando a revisão da literatura médica e jornalística sobre o tema, a história da ciência e a etnografia em saúde, o trabalho descreve e analisa as políticas de reconhecimento e de cuidado da doença em um contexto de injustiça epistêmica. O artigo contesta as representações da covid longa como uma condição meramente transitória, argumentando que, diferentemente das promessas de plena recuperação, o que tem ganhado forma é emergência de uma nova pessoa cuja biografia passa a ser reescrita com a covid longa. Para essas pessoas, o reconhecimento pleno da covid longa como uma entidade patológica distinta, aliado à validação de seu conhecimento experimental, significa mais do que simplesmente abrir possibilidades concretas para alívio do sofrimento físico e mental. Isso também representa justiça, reparação e um passo adiante na reconstrução de suas vidas.

Palavras-chave: covid longa; diagnóstico; injustiça epistêmica; políticas de reconhecimento e cuidado.

We're invisible. Invisible. We're still sick and if we don't keep fighting, no one will do anything for us.

I sleep poorly. Sometimes I have anxiety attacks; my brain doesn't work right anymore. I get confused and forget things all the time.

At work, they look at me suspiciously, they think I'm faking it.

The doctor says it's psychological, that I don't have anything, that this will soon pass.

I'm not the same person anymore.

The testimonies that open this article come from women aged between 35 and 60 years old. They live with disturbing symptoms that emerged after COVID-19. There is still no formal diagnosis for the disease they complain about; however, all of them now identify it as long COVID.

Long COVID has become a new nosological entity that emerged in the wake of COVID-19. Its contours remain vague, but this novel development is driving research into its prevalence, symptoms, diagnosis, duration and treatment methods. While no precise definition yet exists, long COVID is gaining ground amidst the disparities and social injustices involved in this current complex, nebulous and uncertain zone that is often described as 'the end of the pandemic'. Pandemics, in fact, exceed linear narratives of beginning, peak and end. As historians of science Erica Charters and Kristin Heitman argue, they are experienced in cycles of intensity and temporality whose end, or ends, are not limited to the cessation of the pathogenic agent's circulation nor a reduction in contamination and death rates. In contrast to the idealistic hope of 'biological eradication', the end of a pandemic depends much more on an ongoing social, ethical and political negotiation of 'acceptable levels' that enable the 'administration of a normal social life' (Charters; Heitman, 2021).

This is the crux of the matter: for those living with long COVID, and for those still dealing with losses and rebuilding their lives, the COVID-19 pandemic is not over. More precisely, it is in the absence of diagnosis that the long COVID pandemic still awaits its beginning, amidst a scenario of uncertainty

from which significant voices emerge, such as reports published by patients and those of women who shared their experiences of suffering, invisibility and struggle in the research that underpins this work. In the medical-biological context, these narratives can be interpreted as symptoms of a post-viral syndrome. However, from the perspective of the history of science and the anthropology of health argued here, they also represent a manifestation of epistemic injustice.¹

Post-viral syndromes are defined in the medical-biological literature as a set of symptoms that may persist after an acute viral infection is considered resolved. Among the main manifestations are extreme fatigue and muscle weakness, joint and head pain, difficulty concentrating, memory problems, and sleep disorders. There are few indisputable facts regarding their aetiology and treatment, but it is believed that these syndromes may be related to the body's immune response to viral infection. In such cases, it is common practice to administer medications to relieve symptoms like chronic pain and recommend

1 This work is the result of research conducted by the Rede COVID-19 Humanidades MCTI [MCTI COVID-19 Humanities Network], within the Post-graduate Program in Social Anthropology at the Federal University of Rio Grande do Sul, based on a combined effort in four projects that qualitatively analyse the social impacts of the COVID-19 pandemic in Brazil. The first is a response to a technological order from the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI) entitled *COVID-19 in Brazil 2: analysis and response to the social impacts of immunisation, treatment, practices and environments of care and recovery of those affected* (UFRGS-FINEP Agreement 1212/21, ethical approval CAAE 61966622.1.0000.5347). Two others, funded by the CNPq, deal specifically with long COVID: *Long COVID: the construction, recognition and social impacts of a post-viral syndrome* (CNPq/MCTI Call to Research 10/2023 Universal, Process 401752/2023-2); and *Long COVID in Brazil: an ethnographic study on the recognition and care policies of a post-viral syndrome* (MCTI/Health Ministry Call to Research 21/23, Process: 444326/2023-5). Finally, a partnership between the MCTI COVID-19 Humanities Network and the Science and Health Observatory of the Casa Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ) developed the project entitled *Between visibility and invisibility: a historical and socio-anthropological approach to Long COVID among health workers in Rio de Janeiro and Porto Alegre* (INOVA-FIOCRUZ Decree). Jean Segata is a researcher registered with CNPq, Brazil (Productivity Grant, Process 309710/2021-9). Ilana Löwy is a researcher at the French National Institute of Health and Medical Research (INSERM). The authors express their gratitude to all the people who shared their experiences with long COVID during the research that resulted in this work. They are the legitimate protagonists of the history and knowledge of this disease. This gratitude also extends to Alfonsina Faya Robles, Jaqueline Ferreira, Eliza Teixeira de Toledo, Luiz Alves Araújo Neto, Juliara Borges Segata, Arlei Damo, Ceres Victora, Ondina Fachel Leal, Handerson Joseph, Patrice Schuch and Paola Falceta for their collaboration in the research, generous readings and valuable insights.

good sleep hygiene combined with light exercise and a healthy diet to help strengthen the immune system (Camargo; Teixeira, 2002; Wessely *et al.*, 1989). Although post-viral syndromes can be debilitating and affect a person's quality of life, the same literature attests that the majority of patients recover completely over time. However, the lack of more precise explanatory structures for the patients' symptoms, combined with medical incredulity concerning patients' testimonies and the unequal power relations in the doctor-patient relationship, amplify and, in many cases, perpetuate situations of frustration and suffering. For this reason, the perspective taken in this article follows another direction. What patients with long COVID experience over time is not exactly recovery, but a process of transforming themselves and their world. It is the emergence of a new person, whose story becomes inseparable from the story of the disease itself in their body and in their life.

The article begins by dealing with the imprecise limits of long COVID, showing how patient reports were fundamental in driving the debate on the disease, challenging the initial perception that COVID-19 would be short-lived and revealing a complex reality of varied and prolonged sequelae. Activist groups, composed of academics and healthcare professionals, have played a crucial role in raising awareness and defining long COVID as a significant condition. Specifically in Brazil, AVICO – the Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 [Association of Victims and Families of Victims of COVID-19] – has emerged as a strong voice in the fight for justice and recognition of victims of the pandemic, including those affected by long COVID. Patients with this condition have faced significant challenges in the healthcare system, especially women, persons of colour, workers and the unemployed, who often find it difficult to be heard and believed by medical professionals. The scarcity of reports published by these groups highlights the disparity in access to treatments and recognition of the condition, transforming long COVID into an unrecognised pandemic of loneliness, rejection and social isolation.

The second part of the article introduces personal accounts of women affected by long COVID, highlighting how this condition transcends mere physical symptoms and permeates different aspects of life, including mental and emotional health, the reorganisation of domestic and professional routines, and changes in identities and social relationships. Furthermore, this section highlights the efforts of a state legislative coalition which conducted public hearings

to collect testimonies on long COVID. These hearings emphasise the importance of recognising long COVID in health policies and the need to establish a link between the disease and the work environment, highlighting the impact of the condition on their capacity to work and social and professional dynamics of the people that long COVID has.

The third part of the article describes the complexity and challenges in defining and diagnosing long COVID. The World Health Organisation (WHO) defined post-COVID conditions as symptoms that persist for at least two months after SARS-CoV-2 infection. However, this definition is criticised for being too broad and based on the presence of symptoms that cannot be explained by other diagnoses. Medically unexplained symptoms are often overlooked and discredited, highlighting the persistent biomedical limitations in the field of 'uncertain diseases' that result in difficulties for patients in accessing adequate medical and social resources (Bransfield; Friedman, 2019).

The lack of objective diagnostic tests for long COVID further exacerbates this situation, obliging doctors to relay quasi-exclusively on the patients' subjective reports of their symptoms. Even with advances in the identification of physiological and structural anomalies in long COVID patients, there is still no consensus about specific diagnostic criteria of this conditions. This diagnostic uncertainty has significant implications for patients, such as difficulty accessing appropriate treatments and social support. This situation is intensified by 'epistemic injustice': the patients' credibility is often questioned and they are frequently classified as 'difficult'. This disbelief in the suffering of patients increases their anguish and frustration, especially among vulnerable social groups, highlighting the need to recognise and respect patients' experiential knowledge.

The fourth section of the article addresses the complexity and challenges in obtaining reliable data on long COVID due to the lack of objective diagnostic criteria. While COVID-19 has clear diagnostic criteria, long COVID suffers from a lack of consensus in both definition and diagnosis. Even with significant investments in research, difficulties persist, in part due to organisational issues and the complexity of defining precisely what long COVID is. Inconsistency in the definition of long COVID has led to varied and contradictory results in research. Differences in the type of population analysed, the symptoms explored and the methodologies used, led to divergent estimates of the prevalence

and characteristics of the condition. Furthermore, the controversy over spontaneous recovery from long COVID illustrates the difficulty of obtaining reliable data.

The last part of the article explores the tensions between a perception of long COVID as a disease with primarily physiological causes and a view that suggest that psychological factors may play a significant role in the development of long COVID symptoms. This divergence reflects a broader debate concerning functional disorders, often perceived to lie at the intersection of the physical and the psychological. This complex nature of functional diseases creates challenges in both diagnosis and treatment, since many doctors are frustrated by the lack of clear physiological explanations of the patient's symptoms and the absence of effective therapies. Furthermore, the association of these diseases with psychiatric factors leads to a negative perception on the part of some healthcare professionals, who may see these conditions as less 'real' or less serious than diseases with more obvious biological causes. In this context, the association between long COVID and chronic fatigue syndrome (ME/CSF), another disorder with a higher prevalence in women, raises questions concerning the role of psychological factors in long COVID.

The imprecise contours of long COVID and the lack of objective diagnosis (disease signs) produces a frustrating reality that reshapes the biographies and life trajectories of people living with this condition. The COVID-19 pandemic did not end for those who suffer from invisibility of long COVID and the indeterminacy of its consequences. For this reason, long COVID is the unending pandemic.² The existence of a diagnosis means recognition of the disease and

2 To assert that long COVID is the unending pandemic is not strictly an epidemiological understanding, although its estimated repercussions are indeed alarming. When following the analyses of Diniz and Brito (2019) and Segata (2022) on the invisibility of the long-term social impacts in the Zika epidemics and chikungunya outbreaks in Northeast Brazil, the statement that the pandemic is unending highlights the concrete experience of affected individuals in their search for treatments and care, and for respect for their right to health. The aim is to underscore the various losses and transformations that continue to cause significant changes in their lives, even after the epidemiological end of the pandemic. This includes mourning, job recovery, rebalancing their finances and quality of life, which are not always easy to address. Therefore, the struggles for recognition and care with long COVID manifest as the expression of a suffering that continues without answers – an unending pandemic, effectively.

provides concrete possibilities for relief from physical and mental suffering, but it also represents justice, reparation and a further step towards rebuilding their lives.

The fuzzy boundaries of long COVID

Long COVID emerged due to patients' stories. Even today, it exists mainly through these stories. The first reports of COVID-19 patients failing to recover appeared in the spring of 2020. At that time, the problem was associated only with severely ill, often hospitalised patients and was not presented as occurring in previously healthy people who had mild or moderate disease. In the early, dramatic phases of the pandemic, people who contracted COVID-19 were told they would fully recover after two or three weeks. Many discovered that this did not happen. Worse still, they began to experience strange, shifting syndromes, often unconnected to those they experienced during the infection episode. Thus, patients who were informed that their symptoms would not last more than three weeks, but continued to feel unwell, began to organise on social media saying that they continued to live with COVID-19, however, on a prolonged basis. Tellingly, the main French association of long COVID patients is called *AprèsJ20* [*lit.* After day 20]. In the spring and summer of 2020, highly effective groups of activists – many led by academics or healthcare professionals – managed to convey their views on the persistent and changing symptoms of COVID-19 to experts. In the fall of 2021, activists had already proudly stated that long COVID, the term they coined, was probably the first disorder initially defined by people experiencing it as a condition (Callard; Prego, 2021).³

In the first half of 2020, the majority of long COVID patients were relatively young, often female. They generally stated that they did not have serious health problems before contracting COVID-19 and were not hospitalised for this pathology. Their post-COVID symptoms sometimes appeared weeks or

3 This article refers to long COVID as a 'disorder' and 'condition'. The absence of a consensus on objective signs of 'syndromic' long COVID still causes resistance to its formal recognition as a disease. For a detailed analysis of the process of transitioning from symptoms to disease, see, for example, Aronowitz (2001).

even months after the supposed end of the infection and many of them were characterised as ‘medically unexplained’. Felicity Callard, professor of human geography at the University of Glasgow, began posting tweets about her experience with long COVID in mid-April 2020, 27 days after the first outbreaks of COVID-19. Not only did she not improve after three weeks, she continued to develop new symptoms (Callard, 2020b). In May 2020, Callard began to reflect on the meaning of the term ‘mild COVID’ for patients who developed not-so-mild sequelae of this condition. Seven weeks after the onset of her COVID, she reported that she continued to suffer from severe fatigue, pain, brain fog, and difficulty concentrating. She was unable to take care of herself or perform basic household tasks. Fortunately, she received help from the people around her. She explained that ‘mild COVID’ can lead to long-term damage to the body and precipitate severe post-infectious fatigue syndrome (Callard, 2020a). In the winter of 2020, Callard, who remained severely disabled, compared her experience to that of patients with chronic fatigue syndrome and expressed hope that the recent attention to long COVID patients would end the invisibility of people with this syndrome (Callard, 2020c). However, in 2023, the reality is anything but.

Carla, 44 years old, a self-employed professional who lives in the interior of Rio de Janeiro, reported the anguish experienced after more than two years of illness, amid a lack of adequate care:

I caught COVID more than once. This was in 2020, still, and then in 2021. At first, everything was fine, I thought I'd recovered. Then I began to feel confused and forgetful, and a weakness that never ends. Sometimes I'm even doing well. But suddenly, it's as if I shut down: an inexplicable tiredness comes. It's like a switch turns me off. The pain in my body starts and I feel I might die. Then I go to the doctor. [...] But I never found care for long COVID. I went to my usual doctor and he said it was normal. [...] Then I say it's long COVID, and he says it's difficult to know, that no one knows. So, he referred me to someone else, a psychiatrist: same thing; he pretends he didn't even hear me. So, we don't exist. For them, there is no long COVID. *We're invisible. Invisible. We're still sick and if we don't keep fighting, no one will do anything for us.* (Carla, 44 years old, July 2023).

Carla is a member of AVICO. Created in Porto Alegre, in April 2021, AVICO stood out as one of the first associations in Brazil that brought together people with

the impetus to fight for justice in the face of what they described as inaction and criminal conduct in managing the pandemic by the government of former president Jair Bolsonaro. It was founded on the initiative of Gustavo Bernardes and Paola Falceta. He is a lawyer and activist for the health rights of the LGBTQIA+ population, who was hospitalised and intubated due to COVID-19. She is a social worker and human rights activist who lost her mother to COVID-19, due to a lack of adequate supplies at the hospital.

Initially, AVICO organised groups for bereaved people and groups that offered legal support to victims of the pandemic. These groups met weekly in online sessions through video conferencing applications, like Google Meet and Zoom. The sessions were mediated by volunteer professionals from different areas, including medicine, psychology, social work and law. These gatherings provided a space for participants to express their experiences of grief and the sudden loss of loved ones, often exacerbated by the impossibility of a proper ritual farewell due to pandemic restrictions. In addition to mutual support, strategies were discussed for rebuilding daily routines, reorganising school and professional life, and facing economic and bureaucratic challenges. This included navigating obstacles in administering inventories, managing debts and managing the assets of those departed, as well as the struggle to properly record deaths resulting from COVID-19. These difficulties, which were notable at the time, exposed the many strategies employed by certain institutions to minimise the scale of the tragedy.

From the onset, AVICO has also been involved in activities on social media, holding live streams and other initiatives to raise awareness among the population regarding the importance of individual and collective care policies. It emphasised the need to pay attention to fake news and denounced the widely reported failures and negligence of political and corporate authorities. By the end of 2021, the association was notably prominent in public demonstrations, demanding the population's rights to health and protection, in addition to supporting the impeachment of former president Jair Bolsonaro. In this context, it was quite evident how right-wing, neoliberal governments with fascist inclinations behaved as important pathogenic agents in the COVID-19 pandemic (Segata *et al.*, 2021As Ventura, Aith and Reis (2021, p. 26, our translation) summarised, Bolsonaro had already demonstrated a clear commitment 'in favour of broad dissemination of the virus in the national territory, with the declared objective of resuming economic activity as quickly as possible and at any cost'.

Not surprisingly, genocide was the expression often used in demonstrations to describe the then-president's stance during the pandemic.⁴

In 2021, AVICO also began to conduct activities that addressed long COVID, a condition that was beginning to gain global attention. Association members actively shared information and discoveries on the disease on social media and WhatsApp groups, many of which were found on the internet. These groups discussed the latest research, scientific articles and newspaper reports; many long COVID patients identified with the reported symptoms and after-effects. Due to the context of denialism of COVID-19 in Brazil, a large portion of this information came from abroad, since there were few incentives for research into long COVID in Brazil, or for the production of protocols or specific management guides for this condition.⁵

One of the first detailed descriptions of long COVID in the general press abroad was published in *The New York Times*, in April 2020. Fiona Lowenstein, a writer, producer and yoga teacher, who was briefly hospitalised for COVID-19 in March 2020, reported that three weeks after being discharged from hospital she was unable to answer the question 'how are you feeling now?'. Confused and distressed by her health problems, she started an online support group for people recovering from COVID. She discovered she was not the only person who was finding the post-COVID experience disconcerting and discovered that many of the people who came into contact with the infection had mental health issues:

-
- 4 On many occasions throughout the pandemic, former President Jair Bolsonaro advocated for denialist measures, in direct contradiction to health experts. One example of this was his support for 'herd immunity' instead of a policy of vaccination against COVID-19 (Matoso; Gomes, 2021).
 - 5 It is important to highlight that the discourses mobilised by social movements are well founded on the most recent publications in specialised medical journals. Much like the virus or the vaccines, such discourses play a crucial role in combating fake news on COVID-19 and its effects. As Camargo (2024) aptly noted in his analysis of disinformation and denialism concerning COVID-19 among physicians in Brazil, these issues also compose a broader set of extremes and disputes in determining who has genuine epistemic expertise in managing knowledge that intervenes in people's lives. Furthermore, as Rosenberg (1992) noted, the exceptional nature of catastrophic events like the pandemic, which require immediate responses, tends to suppress locally significant interpretations, favouring analyses and models of thought and intervention by global medical science. While this homogenisation could contribute to the nosological stabilisation of the disease by crystallising a 'universal template', once the 'long COVID black box' is established, it would not be surprising if new movements emerged to question such simplifications, seeking to include greater diversity and recognition in categorising the disease.

The news is filled with uplifting stories of patients who have survived COVID-19 – including my own – but rarely do these narratives cover the long and jagged road to recovery that follows. The World Health Organization has stated that people with ‘mild’ cases can expect recovery to take two weeks, while those with ‘severe’ cases may take up to six weeks to recover, but the distinction between ‘mild’ and ‘severe’ cases is confusing, and many of us are experiencing symptoms for longer. Some of the young people in my online support group are struggling to get more time off from work – they are, after all, supposedly recovered. Almost all are experiencing mental health problems, including severe anxiety, panic attacks and depression, as they struggle to understand what’s next for them. (Lowenstein, 2020).⁶

The mention of mental health problems in people who had COVID-19 sequelae as early as the spring of 2020 is noteworthy because the issue of links between long COVID and neurological/psychological/psychiatric problems subsequently became one of the main themes of controversies regarding this condition. Long COVID patients insist that their mental health difficulties are an unsurprising consequence of living with a chronic, debilitating and unpredictable condition, while some experts argue that pre-existing mental health difficulties could be a major cause of the development of long COVID.

One of the elements that tends to disappear in this debate is the possibility of worsening pre-existing mental health problems due to SARS-CoV-2 infection. The statement that this infection can worsen an already existing organic pathology, such as diabetes or circulatory problems, is not perceived as problematic. However, a parallel claim that this infection can worsen a patient’s mental health problems is strongly rejected by long COVID patients, who are afraid of being labelled as ‘hypochondriacs’ and ‘crazy’ by some healthcare professionals. Indeed, one of the main problems faced by patients with long COVID is doctors’ disbelief that their symptoms have a ‘real’ cause, that is, an organic cause, and

6 Lowenstein later became one of the leading long COVID activists in the United States and one of the founders of the group Body Politic Long COVID. In her book, *The Long COVID survival guide: how to take care of yourself and what comes next – stories and advice from twenty long-haulers and experts* (Lowenstein, 2022), she recounts her experience, along with that of other ‘long haulers’ – a term coined by activists to describe the long journey they face to recover from COVID-19, which has generated greater awareness concerning the lasting effects of the infection.

are not merely an expression of stress or anxiety. Hence the importance of the testimonies of healthcare professionals who published reports of their experience with long COVID in medical journals.

In an article in *Brazilian Archives of Neuropsychiatry*, a Brazilian neurologist who developed cognitive problems and severe migraines after a SARS-CoV-2 infection explained that she was fortunate to have specialised knowledge and access to medications that alleviated her symptoms. She added that, after speaking publicly about her experience, she received numerous emails from people with similar (or worse) symptoms who complained that most doctors do not understand long COVID and do not believe them when they describe post-COVID symptoms (Yasuda, 2022).

A Canadian global health expert recounted the story of her long-lasting and severely disabling symptoms on *eClinicalMedicine*. She wanted to encourage other long COVID patients whose doctors tended to ignore complaints, but also to draw attention to the potential role of long COVID in exacerbating inequalities. If a significant proportion of the millions of people who survive COVID-19 develop long-term disabilities, she argued, the burden of this condition will once again be heaviest among highly marginalised populations living in the Global South (Malta, 2020).

Affluent or well-connected patients are likely to encounter fewer obstacles to being heard and believed, probably due to the fact that they have access to competent medical experts and specialised long COVID clinics. A famous US conductor, who developed long COVID after an episode of COVID-19 in the spring of 2020, was treated at one of the most advanced specialised centres in the US for this condition, the Center for Post-COVID Care at Mount Sinai Hospital in New York. Doctors at the centre offered him a customised programme of adapted physical rehabilitation and a complex regimen of medications, including those for mood swings. This programme enabled him to gradually return to work (Otterman, 2022). A journalist leader who developed long COVID, in 2022, was also treated at the multidisciplinary centre at Mount Sinai Hospital. After seven months of experience with this condition, she reported that she divided her time between staying in bed and seeing numerous specialists: a neurologist, a cardiologist, an immunologist, a pulmonologist. She took several medications – pain blockers, antidepressants, anti-inflammatory medications – and simultaneously tried several alternative therapies (Senior, 2023). A renowned British

scientist with long COVID was treated with an experimental hyperbaric oxygen therapy; she was placed in a high-pressure chamber while oxygen was forced into her lungs. The treatment relieved many of her symptoms, but unfortunately, she was reinfected with COVID-19, a frequent cause of the aggravation of long COVID symptoms (Blasdel, 2023).

‘Less prominent’ long COVID patients, such as those represented in Carla’s testimony, can face more problematic trajectories. Many go through a protracted medical odyssey until they find health professionals who take their complaints seriously – if they are lucky (Cha, 2022). Women of colour may have an especially difficult time persuading their doctors that they need professional help. A Black Baltimore teacher developed multiple neurological problems, but because she tested negative for specific anti-SARS-CoV-2 antibodies, her doctors refused to acknowledge that she had long COVID and classified her problems as psychosomatic. Unable to return to work, she described her experience as being gaslighted and dismissed by healthcare professionals (Silman, 2020). Her experience may be typical of many patients for whom failure to obtain adequate medical care is associated with serious material hardship. These patients tend to be of low visibility. The majority of people who told their long COVID stories in the media were between the ages of 25 and 55, middle class, white and educated.⁷ The scarcity of published narratives on long COVID from workers, the unemployed, persons of colour or recent migrants is likely not a direct indication of the prevalence of this condition among different social groups. However, this lacuna can reveal the difficulties these people face in accessing specialists, receiving appropriate treatments and sharing their experiences. In the United States, a 2023 article suggested that long COVID was actually an unrecognised pandemic of loneliness, social isolation and rejection (Kwang, 2023).

7 Two recent books, the aforementioned *Long COVID Survival Guide: how to take care of yourself and what comes next* by Fiona Lowenstein (2022) and *The Long Haul* by Ryan Prior (2023), have collected numerous narratives from long COVID patients.

The people that long COVID has

‘Is today Wednesday?’ These were the first words of Maria, a 56-year-old retired civil servant from Brasília, during a Zoom conversation. When told it was Monday, she expressed surprise. It was May 2023, and Maria reported that for almost two and a half years she had been suffering from strange symptoms after COVID-19. ‘I didn’t even check. I always need to look at the calendar. For me, every day is Wednesday. Not today, right?’ Maria shared that her husband is a healthcare professional and believes she was infected with COVID ‘about eight times’ at the beginning of the pandemic. According to her, each infection added a new layer of strange and debilitating after-effects and transformed who she is:

It was on a Wednesday that I lost my brother. He was two years younger than me. He was a healthy person, very active. An inexplicable loss. I think that stuck with me, you know? [...]. I was deeply affected; here at home, the most affected [...]. Today I live confused. *I sleep poorly. Sometimes I have anxiety attacks; my brain doesn't work right anymore. I get confused and forget things all the time.* That's why I asked for retirement. I had already [done enough] years of service. If it weren't for COVID I would continue, but it's no longer possible. [...] So, I also stopped driving. After a while, when I took the car out of the garage, I felt like it wasn't going anywhere, because I forgot what I was going to do. [...] Look at these marks. Now, I burn myself all the time. I'm afraid to cook, you know? I forget that the pan is hot and I burn myself when I put my hand on it. I'm afraid of burning the house down. [...] I wash my clothes in the machine more than once, because I forgot I've already washed them. [...] Long COVID got me. After a while, the psychiatrist gave me a diagnosis, because I am undergoing treatment and some physiological changes were detected in my brain post-COVID. Yes, there was a hole in my brain. COVID caused demyelination of the myelin sheath, which we know leads to multiple sclerosis, right? So, the doctor says: ‘How are you doing? How are you able to stand?’ I don't know, because there were so many things, it caused this problem in the right frontal temporal lobe and so I've been taking humour stabiliser because it's like, sometimes I have outbursts, outbursts that I've never had. I've never been the calmest person in the world, but I've never been aggressive like that, and I've had two outbursts already. So, my life with long COVID is now different. [...] I'm still in this loop that never ends, because

every day I need to readapt, it's like I'm reinventing myself every day. (Maria, 56 years old, May 2023).

In the text 'As pessoas que as doenças têm: entre o biológico e o biográfico' [The people that diseases have: between the biological and the biographical], which inspired the title of this section, anthropologist Waleska Aureliano (2012) suggests an approach that recognises illness not only as a biological condition, but also as a lived experience that intertwines with a person's biographical narrative. Influenced by the notion of biographical repositioning, which Michael Bury (1982) discusses in his study on chronic diseases, Aureliano (2012, p. 240, our translation) analysed how cancer can be thought of as a disease that can trigger 'forms of agency around diffuse and uncertain temporalities that are now marked by illness'. Her analysis of the chronicity of cancer helps reflect on how long COVID has transformed Maria:

The biographical dimension involved in narratives on illnesses elucidates the specific stories and concrete strategies engendered by sick people in their experience with chronicity. This is not about considering the individualisation of the construction of meanings for the illness, but rather about observing how the biographical elements, inseparable from the experience of the disease (and fatefully relational), are activated in this process, constituting not only ways of attributing meaning to the disease, but also as an element that forms part of therapeutic actions, [...] from the construction of their clinical history to new forms of taking care of and attending to the body, as well as the subjective formulation of the experience of the disease and the emotional aspects involved therein. In all of them, the biographical narrative emerges as a way of engendering and legitimising actions and strategies in managing this experience and its consequences. (Aureliano, 2012, p. 241, our translation).

Maria is living biographical repositioning. Today, she is someone that has long COVID. In every conversation, Maria made it clear how the disease reshaped her routines, impacting everything from her physical limitations and emotional disorders to her social life. She explained that long COVID completely transformed her circle of friends. Friends from other times became less present, while new friendships, people who share the precarious life that long COVID

has given them, became more frequent. In this new circle of friends, she can share experiences and be understood with no judgments about her mood changes, episodes of forgetfulness or discoveries related to her new brain physiology. Although it is possible to recognise the unique story that long COVID has constructed with Maria, the personal experiences and the very conception of illness that are modulated by this health condition are widely shared by patients who fight for the recognition of this disease.

In order to understand the impacts of the COVID-19 pandemic on the organisation of the healthcare system in the State of Rio Grande do Sul, and on society and the healthcare sector in general, the Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19 [State Legislative Coalition in Defence of COVID-19 Victims] was established on April 27, 2022. Over the course of the following three months, public hearings were held throughout the state.⁸ At each hearing, an introduction detailed its objectives, followed by talks by entities and movements. After that, a space was opened for the population to express their opinions through statements. The central theme of these discussions was long COVID. Striking accounts highlighted the ways in which the disease had produced chronic debilitating conditions. Many of these conditions were evident, such as difficulties walking, balancing and even speaking. They embodied

8 The State Legislative Coalition was an initiative led by State Representative Pepe Vargas, a member of the Partido dos Trabalhadores [Workers' Party] in Rio Grande do Sul, and involved a broad range of supporting entities (including AVICO, which had been mobilising since 2021) in a process that culminated in a public hearing on the pandemic, when the Coalition was launched with the support of the presidency of the State Legislature (Ballejo, 2023; Rio Grande do Sul, 2022). A hybrid format was used for the hearings, which were held in the main cities of the seven health macro-regions and broadcast live on a specific YouTube channel: *Atenção Integral do Estado às Vítimas da COVID-19* [Comprehensive State Care for Victims of COVID-19]. Invitations were sent to numerous municipal, state and federal institutions and public authorities, representative entities and organised movements. In addition, dissemination occurred on social media networks and in WhatsApp groups, including AVICO, seeking to promote broad participation. In the current geopolitical work of the government of the State of Rio Grande do Sul, the health macro-regions and their respective reference cities are: Metropolitana (Porto Alegre), Centro-Oeste (Santa Maria), Vales (Lageado), Sul (Pelotas), Missioneira (Santa Rosa), Norte (Passo Fundo) and Serra (Caxias do Sul) (Rio Grande do Sul, 2022). The public were able to watch and interact on YouTube by registering in advance or via chat; Pepe Varga's channel still contains the recorded sessions (see *Atenção...*, 2022).

a set of symptoms previously reported in the literature, highlighting the frightening dimension of the problem, which the available epidemiology is far from measuring accurately. In these narratives, the disease was often described as an agent occupying the body and identity of the deponents, most notably through expressions like 'COVID made of me', 'I am destroyed', 'the disease did this to me' or 'I'm a different person after I got sick', which align with the experience narrated by Maria concerning her new condition as a person. As argued by Kleinman (2020), such narratives and testimonies reveal how the experience of the disease transcends physical symptoms; it encompasses social, cultural and emotional dimensions, which are crucial to understanding the integrality of the disease in a person's life. Thus, these narratives act as a window into the patient's lived world, especially crucial in conditions that remain poorly defined, like that of long COVID, showing not only how the disease affects the body, but also how it impacts a person's identity, social relationships and position in society.

It is important to underline that both the testimonies from the audiences and many of the narratives of life with long COVID collected in this research have embodied the form and content of how the disease was represented in biomedical discourses. Many of the latter were driven by the organised social movements. Common to the dynamics of many social struggles for rights, audiences formed 'networks of distant suffering', to use an expression by Boltanski (1993), in which the biographies of concrete subjects unfolded in public spheres with the aim of producing cases, transforming them in political causes (Vianna, 2013). In this context, alongside the fight against fake news regarding the pandemic, the translation of individual experiences into biomedical language contributed to establishing a 'term reduction' of the 'truth' concerning long COVID. This process helped in the creation of 'abbreviated maps', which tend to favour legibility through standardisation and simplification, increasing the state's capacity to develop discriminatory interventions (Schuch, 2018; Scott, 1998). However, this operation also tends to simplify and even conceal the diverse experiences of long COVID, often not captured by the grammar of biomedicine, highlighting a significant loss that accompanies the discursive embodiment of medicalisation. Although this represents a challenge for biomedicine, the diversity of narrated symptoms, often obliterated in the standardisation process, can reveal a complex ontological multiplicity of long COVID, performed based on different

practices, discourses and materialities, including an evolutive, cultural and syndemic history.⁹

In addition to collecting revealing testimonies from patients, the State Legislative Coalition also helped record other important elements for the construction and recognition of long COVID. At the end of the hearings, a report was published that contained several significant recommendations, of which two in particular stand out:

3. That, as a matter of urgency, joint efforts must be considered for the formulation and execution of all necessary public policies in order to guarantee *comprehensive and multidisciplinary care for patients affected by long COVID syndrome*, in compliance with the constitutional principles of the SUS [Unified Health System], notably those that regulate universal access and comprehensive treatment. [...]

17. That a *rehabilitation and social protection policy* be elaborated *for workers who experience COVID-19 or long COVID sequelae*. As studies indicate, symptoms can lead to physical, psychological and neurological changes that interfere with the ability to perform work. Following an established causal link between COVID-19 infection and the work environment, it is fair to recognise the resulting labour and social security rights. (Rio Grande do Sul, 2022, p. 9-10, our translation).

The report emphasises the use of ‘long COVID syndrome’ as a recommended operative category for the formulation and execution of public policies, aimed at comprehensive, multidisciplinary care for patients. This nomenclature represents an advance in relation to the more generic term ‘post-COVID’, which

9 Regarding the multiple ontologies of the body and health and disease processes, see Annemarie Mol (2002). For a temporal and historical perspective, see Amade M'charek (2014) and Fleck (1979). Regarding the cultural nature of diseases, Kleinman (2020) remains a seminal reference. For analysis on the syndemic character of diseases, including COVID-19, and how the adverse synergistic interaction between two or more debilitating conditions is promoted or facilitated by social and environmental conditions and the often hidden structures of violence and inequality, such as poverty, racism and discrimination, see mainly, Singer and Rylko-Bauer (2021). Additional contributions worth considering include Segata *et al.* (2021) and Segata *et al.* (2022).

was adopted in several municipalities in Rio Grande do Sul and other states in their management guides and protocols.¹⁰

It is also worth noting that the document is one of the first from a government entity in Brazil to emphasise the importance of recognising the possible causal link between long COVID and the work environment. The symptoms of long COVID, which include significant physical, psychological and neurological changes, directly affect work capacity. For this reason, this recognition is crucial to support public rehabilitation, social protection and reparation policies for affected workers. Furthermore, such recognition in Brazil aligns with a growing international agenda of the same nature, which claims COVID-19 – and, consequently, long COVID – as a ‘work accident’, even though it clearly remains more focused on how ‘the potential economic impact is colossal’ (Society of Occupational Medicine, 2022, p. 3) with regard to long COVID, rather than on the health and well-being of workers who suffer because of it.

In addition to the causal link, the relationship between work and long COVID is becoming increasingly complex. The debilitating and unpredictable conditions, combined with the lack of recognition of the disease, often lead to absences from work that are barely covered or not covered by labour rights. This was explained by Cristina, a 37-year-old nursing technician, who lives in Guaíba, in the metropolitan region of Porto Alegre:

There are days when you simply can't work. The pain seizes my back, I can't even move properly. Then my menstruation got totally messed up. It was always like

10 The notable lack of qualified vertical information produced by the Ministry of Health during the Bolsonaro administration (2019-2022) contrasts with the historical role of the ministry since the creation of the Sistema Único de Saúde (SUS) [Unified Health System] in 1988. In previous critical events, the Ministry of Health acted as an essential source of guidance for the formulation and execution of public policies by states and municipalities. During the pandemic, however, a notable omission on the part of the ministry was observed. An evident example of this lacuna was the absence of a robust national vaccination campaign, compensated in part by the spontaneous initiative of the population who, through posting selfies on Instagram while getting vaccinated, thanked the SUS and encouraged others to do the same. Another point worth highlighting is the analysis of COVID-19 management guides and protocols. When analysing more than two dozen documents from states and municipalities in different regions of Brazil, the diversity and inconsistency in treatment and care approaches is evident. This analysis also reveals the virtually inoperative polysemy of the term ‘post-COVID’, the frequent omission of ‘long COVID’ and its simplification to that of mere sequelae to acute or post-hospitalisation forms of COVID-19.

clockwork. Nowadays I feel really bad, and out of nowhere it's late, irregular, it comes out of step. [...] I didn't get migraines; I didn't get these things. [...] There are days when there's nothing you can do. I had to give up several projects, I couldn't handle everything anymore. *At work, they look at me suspiciously, they think I'm faking it.* (Cristina, 37 years old, June 2023)

Cristina's narrative points to a sad, but not uncommon, reality in 'end of epidemic' scenarios. Health emergencies end much sooner for epidemiological repercussions, based on acceptable numbers and scales, than in the bodies of those affected. A similar scenario was recently analysed among people who continue to suffer from chronic pain after falling ill from chikungunya in Northeast Brazil, between 2015-2016 (Segata, 2022). Persistent and poorly recognised symptoms often lead to the abandonment of jobs and careers, and compel the 'judicialisation of pain' in lengthy processes that directly contribute to the worsening and perpetuation of suffering.¹¹

Finally, it is important to note that the state legislative coalition report is based on a study by the Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ), which indicates that the majority of people diagnosed with COVID-19 developed mild to moderate symptoms of the disease, but despite this developed sequelae that can persist for more than a year. Among these sequelae, chronic fatigue and mental disorders are specifically highlighted (Miranda *et al.*, 2022). The duration and symptoms observed in the study are crucial to underlining the chronicity of long COVID and revealing the extent of embodied suffering, facts that are fundamental to understanding the emergence of the new person that the disease produces.

One year after the state legislative hearings, a new phase of the research that underpins this article obtained 1,282 valid responses to a questionnaire on long COVID. Participants included AVICO associates, students and healthcare professionals from all over Brazil and the data obtained corresponded with the testimonies of those affected at the hearings and with the FIOCRUZ research that supported the coalition's report. Among those who responded, 92% reported suffering from long COVID. Among this group, 87% indicated that they were living

11 The same can be said regarding diseases that are often considered to be eliminated but, in reality, they continue to exist below an epidemiologically relevant threshold, like leprosy (Fonseca, 2020).

with chronic fatigue and 82% with mental confusion, in addition to episodes of anxiety and depression. Respiratory problems (25%), cardiovascular problems (20%), weight gain (28%), changes in smell (8%), hair loss (8%) and more than 50 other symptoms were also reported, and recorded in the questionnaire¹² used to explore preliminary descriptive data.¹³

While all of the reported symptoms are debilitating, chronic fatigue and episodes of mental confusion, anxiety and depression are particularly perverse and alarming. The narratives obtained from the respondents, through in-depth interviews conducted following the questionnaire, revealed deep layers of suffering and invisibility. The majority of those affected by long COVID,

12 The research questionnaire was divided into three parts: personal and socioeconomic information, data on contagion, care and treatments, and questions on persistent symptoms. These results are still being studied, but they reveal that almost all the respondents self-declared as white, middle class, with a university degree. This suggests a very restricted profile not only of healthcare professionals, but also regarding the individuals capable of organising themselves into social movements to fight for health rights in the context of long COVID. It may also reflect the limited scope of a data collection instrument based on access to digital platforms. It is also important to mention that, among the participants who responded to the questionnaire, subsequent interviews identified that the majority of the COVID-19 infections, which gave rise to the current complaints of long COVID, occurred prior to vaccination and notably, among women. There is still no conclusive analysis on this; however, this preliminary finding helps to refute the allegations of two doctors who engaged in denialist discourses when interviewed during the research, stating that long COVID is a consequence of the vaccine. Regarding the suggested prevalence among women, indicated both by the profile of respondents to the questionnaire and by the exclusive willingness of women to share their experiences with long COVID in the collection of narratives in the research that forms the basis of this article, it is important to affirm that the available literature on the topic already suggests that the disease prevails among women (O'Mahoney *et al.*, 2023; Salari *et al.*, 2022). Nevertheless, this raises questions regarding how gender is implicated in health and illness processes, casting doubt on whether the disease is indeed more common among women or if men are less willing to seek care or to share their experiences, or even if men are attended to differently by doctors when they report their complaints, as has historically been recorded in diseases whose symptoms are not accompanied by evident signs.

13 The questionnaire, applied using Google Forms, was distributed through WhatsApp groups. Its objective was to produce a non-probabilistic sampling for a broader qualitative study, including documentary analysis, interviews and the collection of life narratives. Participants were given the option of simply answering the questionnaire or being contacted for interviews and narrative collection. Among those who responded, 23% agreed to be contacted. The interviews have been taking place since mid-2023, via the Zoom application, and the narratives analysed in this work are derived from these interviews.

who are women, reported the indifference of doctors regarding these symptoms. Their severity was often minimised by expressions like ‘we are all going through a lot of difficulties, it’s just stress, remain calm’. These types of medical response reinforce stigmas concerning mental health and indicate disregard and negligence in relation to long COVID. According to these women, only complaints related to cardiac and respiratory changes, such as acceleration and palpitations or excessive shortness of breath after small activities, were ‘taken seriously’. However, even in these cases, the medical referral was often to specialists who treated them as cardiac or respiratory patients, at best relegating COVID-19 to a secondary differential diagnosis in their medical histories. Long COVID, in turn, was completely ignored in conversations and medical records. According to the reports of the women interviewed, in addition to medical considerations being reduced to physical symptoms, the principal post-COVID care available in the public health network is focused on post-hospital rehabilitation. For these women, this represents yet another way in which long COVID is made invisible. It is essential to differentiate the need for post-hospitalisation physiotherapy, which is more directly related to medical procedures like long hospitalisations and intubation in serious cases, from the treatment of COVID-19 sequelae, that is, determine whether the symptoms are due to the treatment or to the disease itself. In the absence of ‘obvious sequelae’, reports of fatigue and anxiety from these women were frequently underestimated compared with those requiring post-hospital rehabilitation. This disregard generated additional suffering, permeated by feelings of anger, disgust and frustration. The more restricted the access to appropriate medical treatment, the greater the suffering due to negligence, highlighting how experiences and living conditions, including issues of class, race and gender, impact health and well-being, particularly in the context of complaints of chronic fatigue (Ware, 1993).

As noted by Fassin (2007) in his research on HIV/AIDS in South Africa, the body is a space where social structures and personal experiences interact. The story that the pandemic inscribes on these women’s bodies does include the effects of a virus, but it goes beyond that. They embody layers of inequality, disrespect for health rights, and the arrogance and limitations of biomedicine, especially in relation to the diagnosis and treatment of functional disorders. It is not surprising that long COVID patients disproportionately suffer from living

with debilitating symptoms – such as extreme fatigue, chronic pain or ‘brain fog’ – that cannot be explained by objectively displayed manifestations of a well-defined physiological disturbance.

Symptoms with no signs

So, what exactly is long COVID? The readily available answer is deceptively simple: an aggregate of disturbing symptoms that persist well beyond an episode of COVID-19 or, more precisely, those that follow a confirmed or strong suspicion of infection with SARS-CoV-2 virus.

In October 2021, the World Health Organisation (WHO), following a consensus procedure (the Delphi protocol), proposed the following definition for the ‘post-COVID condition’:

Post COVID-19 condition occurs in individuals with *a history of probable or confirmed SARS-CoV-2 infection, usually 3 months from the onset of COVID-19 with symptoms that last for at least 2 months and cannot be explained by an alternative diagnosis*. Common symptoms include *fatigue, shortness of breath, cognitive dysfunction* but also others [...] which generally have an *impact on everyday functioning*. Symptoms may be *new onset*, following initial recovery from an acute COVID-19 episode, or *persist* from the initial illness. Symptoms may also *fluctuate* or *relapse* over time. A separate definition may be applicable for children. (World Health Organization, 2021, p. 1).

The WHO definition may seem straightforward, but that is far from the case. One complication is the difficulty of defining a pathological condition exclusively by exclusion – ‘symptoms that cannot be explained by an alternative diagnosis’ (Al-Aly, 2021). A second complication is the lack of distinction between medical problems caused by COVID-19, such as lung, heart or kidney dysfunction, which can be identified through standard diagnostic tests (‘long COVID disease’), and the disabling symptoms seen in patients who are told that all their diagnostic tests are normal (‘long COVID syndrome’). The first type of sequelae – a new onset of a well-identified chronic pathology – more often occur in people hospitalised for severe COVID-19. These sequelae are understood as a

direct consequence of a severe viral infection. The second type of sequelae, the emergence of puzzling, ‘medically unexplained’ symptoms, can occur in people who have been hospitalised and in those who have had mild or moderate onset of COVID-19. Since the number of people with mild or moderate COVID-19 was much greater than those who were hospitalised for a severe form of the disease, it is not surprising that the initial descriptions of long COVID were made mainly by patients with ‘medically unexplained’ sequelae of coronavirus infection (Callard, 2020c).

The doctor says it's psychological; that I don't have anything, that this will soon pass. [...] I did several tests. Everything normal. It was the one for liver and kidney function, I did the one for D-Dimer to find out if I might have thrombosis, cholesterol, everything, everything. Everything came up normal. [...] I still had a cough, I had a bit of a headache and I treated it with syrup, with other medications that he prescribed for me. [...] The thing is that every now and then I began to feel some pain, out of nowhere. A strange thing. I had a consultation and nothing. Everything normal. He didn't know what I had. So, when I said that I still wasn't feeling well, that I was different, that my head wasn't feeling well either, he told me 'It'll pass, it's psychological'. (Bety, 60 years old, May 2023).

The experience of Bety, a 60-year-old retired teacher who lives in the Northeast of Brazil, illustrates one of the central problems in the WHO's definition of ‘post-COVID condition’. The key term here is ‘medically unexplained’. People who develop medical problems that can be visualised through standard diagnostic tests following an episode of COVID-19 are classified as having a ‘real disease’ and, whenever possible, have access to appropriate medical and social resources. They are perceived as suffering from heart disease respiratory disease or some other type of well-defined pathology. In contrast, individuals like Bety, with medically unexplained symptoms, are often denied this access. Furthermore, if they continue to seek medical help with new and equally unexplained symptoms, they are sometimes labelled as ‘problematic’. Some experts have therefore proposed to define patients with demonstrable damage to vital organs induced by COVID-19 as suffering from ‘long COVID disease’ and those with medically unexplained symptoms following an episode of COVID-19 as suffering from ‘long COVID syndrome’. According to this definition, the vast majority

of non-hospitalised patients may 'only' have 'long COVID syndrome', while hospitalised patients may have 'long COVID disease', 'long COVID syndrome', or both (Goldenberg; Dichter, 2023).

The WHO definition 'post-COVID condition' is problematic, because it is very broad and imprecise. It does not distinguish between 'medically explained' and 'medically unexplained' symptoms, between severe and less severe manifestations of 'post-COVID syndrome' or between symptoms that persist for a few months and gradually disappear and those that lead to the development of chronic disability. Despite the WHO's efforts, as of 2023 there is no consensus definition for this condition. Scientists have not even been able to agree on the name of this new pathological entity. This article uses the term 'long COVID', initially proposed by patients (Callard, Prego, 2021); however, more than three years after the first descriptions of the persistent sequelae of COVID-19, alternative names continue to be used in scientific and lay literature: 'long-term COVID', 'post-COVID condition', 'post-COVID syndrome', 'chronic COVID syndrome' (CCS) or 'post-acute sequelae of COVID-19' (PASCs). All names include the term 'COVID', some use the term 'syndrome', others 'condition' or 'sequelae', but none of them use the term 'disease'.

The main reason why the boundaries of long COVID remain blurred is the absence of objective diagnostic tests for this condition, that is, tests that demonstrate pathological changes in the body that are independent of the information provided by the patient. The three elements – the medically unexplained symptoms, the ill-defined limits of a pathological condition and the absence of consensual objective 'diagnostic signs' (elements that differentiate a given condition from other similar pathologies) – are interdependent and, at least in part, consubstantial. In the absence of objective signs of long COVID, patients' descriptions of their symptoms remain a key source of information on the new condition.

Scientists have dedicated important efforts to uncovering physiological and structural anomalies in long COVID patients and have reported numerous such anomalies. However, thus far, none of these, alone or in combination, are specific enough to determine with certainty whether an individual has long COVID (The Lancet, 2023). Many experts argue that the absence of diagnostic signs of long COVID merely reflects the fact that this is a very new disorder. Three years have not been sufficient to discover specific causes and develop diagnostic

tests for this condition. However, it is highly probable that the pathological mechanisms of long COVID will be unravelled soon (Berger, 2023). It may indeed happen quickly – or it may not.¹⁴ In the meantime, the absence of a firm diagnosis for this condition has important and sometimes dramatic implications for patients.

In his seminal text, ‘The tyranny of diagnosis’, medical historian Charles Rosenberg (2002) explained how the ‘diagnostic revolution’ in the field of medicine in the nineteenth century radically changed patients’ trajectories and experiences, the organisation of health care, and has had broad social consequences in other areas, such as labour laws, social security, insurance and public health. Paraphrasing Rosenberg, it could be argued that people with long COVID are faced with the material and social consequences of ‘the tyranny of non-diagnosis’. They may face difficulties in accessing medical resources and social support, difficulties that, not surprisingly, are greater for patients from lower social strata.

The patients’ plight may be aggravated by ‘epistemic injustice’ resulting from disbelief in their claims. This injustice takes two forms: ‘testimonial injustice’ – a negative stereotyping of patients that systematically undermines their credibility – and ‘hermeneutical injustice’ – a consequence of the lack of explanatory framework for the patients’ symptoms and suffering (Blease; Carrel; Geraghty, 2017; Carrel, 2016; Fricker, 2007). The latter form of epistemic injustice is often magnified by doctors’ frustration at being unable to help these patients and the consequent labelling of patients with unexplained symptoms as ‘difficult’ (Sarradon-Eck; Dias; Pouchain, 2020). Epistemic injustice is magnified by unequal power relations between doctors and patients. In Brazil, they can be further amplified by the persistence of medical paternalism, including among doctors who work in the private sector. The issue is not a contestation of the epistemic privilege of professionals, based on their superior specialised knowledge, but rather a systematic denial of the existence of a different type of epistemic privilege – the patient’s experiential knowledge, which deserves to be recognised and respected, including when dealing with patients from vulnerable social strata.

14 A programmatic article outlining the challenges of long COVID highlighted that there are no ‘currently accepted objective diagnostic tests or biomarkers’ for this condition (Phillips; Williams, 2021).

For the latter category of patients, the failure to recognise their suffering is an additional source of frustration and anguish (Segata, 2022).

The difficult search for reliable epidemiological data

One important consequence of the lack of objective diagnostic criteria (signs of a recognized disease) for long COVID is the difficulty in obtaining reliable epidemiological data. Past and present controversies remain concerning the prevalence of COVID-19 in the population and the number of deaths attributed to this disorder, but these controversies have reflected debates on the reliability and diffusion of specific diagnostic tests, classifications of people with asymptomatic infection, or methods used to produce mortality statistics. However, the general consensus is that COVID-19 is an infection by the SARS-CoV-2 virus that can be confirmed by a laboratory test, ideally a well-executed polymerase chain reaction (PCR) test.¹⁵ There is no similar agreement regarding the definition of long COVID, its diagnosis or the causes of this disorder.¹⁶

In March 2023, an editorial in *The Lancet*, the most renowned British medical publication, entitled 'Long COVID: 3 years in', reported that the two main barriers to advancing the understanding and treatment of long COVID were insufficient investment in research into this condition and the lack of consensus regarding its definition. However, the first claim may not be entirely accurate. During the period when COVID-19 was officially described as an international emergency (March 2020 to May 2023), investments in research into long COVID were much lower compared with the resources allocated to acute COVID-19, but they were far from negligible. In Western Europe and especially the United States, government bodies invested significant amounts of money for research

15 This does not mean that the laboratory diagnosis of COVID-19 is obvious and simple. On the complexities of testing for SARS-CoV-2, see, for example, Löwy (2020), Beaudevin *et al.* (2021) and for a classic study on the pitfalls and problems of a diagnostic test for an infectious disease, see Fleck (1979).

16 To obtain reliable epidemiological data, it may not be sufficient to obtain agreement on the diagnostic criteria for a given condition and the diagnostic tests capable of detecting it. It is also important to be able to implement reliable testing on a large scale. See, for example, Kameda, *et al.* (2021).

into long COVID/ post-COVID condition. In December 2020, the US Congress allocated \$1.15 billion to study the late consequences of SARS-CoV-2 infection (Collins, 2021),¹⁷ though how efficient the use these resources was remains unclear. In March 2022, the National Institutes of Health (NIH) initiative was described as ‘a slow-moving glacier’ (Cohrs, 2022). While part of this prolonged wait can be attributed to organisational difficulties and bureaucratic obstacles, it seems reasonable to assume that at least some of the long COVID research difficulties are related to the second point evoked in *The Lancet’s* editorial: the complexity of defining precisely what long COVID is.

One of the main aims behind the WHO definition of ‘post-COVID condition’ was to homogenise research on this topic and facilitate comparisons between studies conducted in different locations. This did not happen. It is true that after October 2021 many publications on long COVID stated that they used the WHO definition of post-COVID condition as participant inclusion criteria, but their interpretation of this definition was highly variable.¹⁸ Consequently, some studies only studied people hospitalised for COVID-19, others only studied non-hospitalised individuals and many combined both populations; certain studies explored up to 200 different symptoms, while others focused on a much smaller number of ‘typical symptoms’; some took into account the severity and

17 In 2022, Brazil launched a public call for research on long COVID through the CNPq, with total funding of 27 million reais (US\$ 5.2 M) – Call to Research CNPq/MCTI/CT-Saúde no. 53/2022 – ‘Research, development and innovation in long COVID’. A surprisingly small investment in research given the monstrous catastrophe that led Brazil to occupy second place in the number of contaminations and deaths due to COVID-19. Furthermore, mentions of long COVID are still very rare in official Brazilian government documents, including those from the Ministry of Health. One exception, though no less confusing than the 2021 WHO definition, can be found on the Secretaria de Atenção Primária [Secretariat of Primary Care] website, in a section entitled ‘Understanding long COVID’, which reads: ‘according to the definition currently used by the Ministry of Health, a person with post-COVID condition is someone who presents new, recurrent or persistent clinical manifestations after acute SARS-CoV-2 infection, when these are not attributed to other causes’ (Brasil, 2022, our translation).

18 The problem was not the heterogeneity of the manifestations of long COVID. Many diseases, including COVID-19, present highly variable expression. Patients may present mild, moderate or severe symptoms, and diverse trajectories. However, in order to decide that a given set of symptoms is a ‘disease’, it is crucial to be able to determine objective signs of that disease: the presence of an infectious agent, specific changes in the tissues, unique images produced by medical imaging, or, in some well-studied pathologies, the presence of characteristic clinical symptoms.

duration of patients' symptoms, while others merely recorded the presence of all patients' symptoms, whatever they may be. Not surprisingly, these studies have produced divergent and, not infrequently, contradictory results.¹⁹

Research that focused exclusively on long COVID in patients hospitalised for severe COVID-19, in principle a more homogeneous population than the totality of people infected by SARS-CoV-2, have already shown significant variability in results. Thus, a large collaborative UK study of hospitalised patients highlighted muscle pain, limb weakness and fatigue (Evans *et al.*, 2022). An Austrian study of these patients found a predominance of neurological symptoms, including forgetfulness, 'brain fog', sleep disturbances and post-traumatic stress disorder, while a Chinese study of people hospitalised for severe COVID-19 showed a predominance of respiratory failure and depression (Huang *et al.*, 2022; Rass *et al.*, 2022). Moreover, studies on post-COVID condition in hospitalised patients show no indication that women are more prone to this disorder, probably because more men than women have been hospitalised for severe COVID-19. In contrast, one study reported that women composed the majority of patients treated in specialised long COVID clinics (Salmon-Céron *et al.*, 2022).

The results of research on non-hospitalised patients showed even greater variation. A Swedish study that analysed patient records and separated records of hospitalised and non-hospitalised individuals reported that only 1% of non-hospitalised COVID patients, 6% of hospitalised patients, and 32% of patients treated in intensive care units received a diagnosis of post-COVID condition (Hedberg *et al.*, 2023). Other studies on non-hospitalised patients with COVID-19 have reported a much higher proportion of individuals – up to 15% – who developed persistent symptoms (Tran *et al.*, 2022; Van der Maaden *et al.*, 2023). There were also important divergences in estimates of the role of factors like age, sex, previous medical conditions and lifestyle elements in the propensity to develop long COVID.

One of the main sources of disparity between the results obtained was the differing definitions of 'symptoms' – recall that the WHO definition of post-COVID condition does not specify what counts as a symptom of long COVID. Another important reason for this disparity was the length of patient follow-up.

19 For an example of a large study that does not make such distinctions, see Fernández de-las-Peñas *et al.* (2022).

One issue that has become particularly controversial is the proportion of patients who spontaneously recover from long COVID. A widely quoted Israeli study argued that claims regarding the high prevalence of long COVID may be exaggerated, based on analysis of a large volume of patient records. According to this study, nearly all the patients who presented multiple symptoms a few months after a mild episode of COVID-19 were symptom-free one year after the onset of the disease. The paper suggests that the perception of a long COVID pandemic in non-hospitalised patients may be largely an artefact, attributing this to the inadequacy of the WHO definition, which does not consider variations in the duration of convalescence from COVID-19 (Mizrahi *et al.*, 2023). This text was strongly criticized by COVID experts and patient associations. They argued that the study confounded the absence of medical appointments with complete recovery and ignored the reality that many individuals continue to suffer from debilitating symptoms even without seeking medical help. This situation can be attributed to several factors: people may have adapted to reduced functional capacity, sought alternative therapies or adopted self-help approaches, and, crucially, many may have lost trust in conventional medical care. This last point may be a reflection of the scarcity of clinics specialising in the treatment of long COVID.

The controversy over the proportion of long COVID patients who recover spontaneously is just one expression of a more general difficulty in obtaining reliable data on this condition. A synthetic report by the European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC), from October 2022, concluded that

there was high variability in symptom prevalence estimates between individual studies. This is the result of considerable heterogeneity in cohort study designs developed to investigate post COVID-19 condition, which often lack the control groups necessary to compare symptoms reported among SARS-CoV-2 infected individuals and non-infected individuals. Consequently, symptom prevalence estimates must be interpreted with caution [...]. (European Centre for Disease Prevention and Control, 2022, p. 1).

A systematic review and meta-analysis of multiple articles on long COVID that included 194 studies, totalling 735,006 participants, published in early 2023 reached a similar conclusion to the ECDC report:

Current understanding is limited by heterogeneous study design, follow-up durations, and measurement methods. [...] there is no unified consensus on the definition of Long Covid, in particular with time components of continuing symptoms ranging from 4 to 12 weeks following infection onset. [...] Even when excluding studies with less than 100 patients and those in specialist populations, variability in estimated prevalence between studies remained high, particularly in the non-hospitalised cohort. In addition to varying study designs, different follow-up measurement tools and a wide range of follow-up durations, observed heterogeneity between studies may be explained by the lack of standardised data collection tools, particularly in studies of non-hospitalised populations. (O'Mahoney *et al.*, 2023).

The stark difference between the large number of publications on long COVID and the scarcity of reliable data on the prevalence of this condition and patient trajectories is a striking illustration of the consequences of 'the tyranny of non-diagnosis'.

A 'real disease' or a functional disorder?

Numerous long COVID experts are firmly convinced that this disorder has a purely physiological cause, whether it is the persistence of viral RNA in tissues, an anomaly of the immune system, the reactivation of latent viruses, like the Epstein-Barr Virus (EBV), an inflammation in the brain, or the presence of microclots in the blood.²⁰ These experts also argue that the psychological and psychiatric difficulties faced by numerous long COVID patients are a predictable outcome of coping with a chronic, disabling and unpredictable disease, especially one with an uncertain prognosis and no efficient cure. Patient associations strongly support a purely biological understanding of long COVID. In Western Europe and North America, patients and experts also support the association between long COVID and one of the most frequent – but also highly

20 See the interview with the leading long COVID expert in the US, Akiko Iwasaki (2023).

controversial – functional disorders, chronic fatigue syndrome, often referred to by the acronym ME/CFS.²¹ This association firmly links long COVID to disorders strongly suspected of having psychological/psychiatric roots.

The term ‘functional disorder’ refers to a physiological dysfunction that can be visualised through objective tests (laboratory tests, medical imaging) and/or presents a typical, unambiguous clinical picture.²² Thus, theoretically at least, it is a value-free description. Functional disorders are defined as a group of medical conditions that result from modifications in the functioning of body systems, rather than being caused by a disease that affects the structure of the body (Camargo, Teixeira, 2002; Wessely *et al.*, 1989).²³ However, in practice, some clinicians view functional disorders as a subcategory of ‘somatic symptom disorders’ – which, unlike ‘real diseases’, that is, pathologies induced by the presence of a lesion – are often perceived as closely related to psychiatric pathologies.²⁴

Many doctors, particularly general practitioners, are reluctant to treat patients with functional disorders, because they are frustrated by the absence of

-
- 21 The term ‘chronic fatigue syndrome’ is used mainly in the US, while the term ‘myalgic encephalomyelitis’ is used mainly in the UK. Patients with this condition have a strong preference for the term ‘myalgic encephalomyelitis’ because it describes a pathological condition and not just being fatigued. Currently, scientific publications on this topic generally use the term ME/CSE, while the media often talks about chronic fatigue.
 - 22 Regarding the importance of objective signs of disease, see Cambrosio *et al.* (2006), and regarding the increase in clinical knowledge based on clinicians’ experience, Lawrence (1985).
 - 23 Some researchers seek to restrict the term ‘functional disorder’ to ‘functional neurological disorder’ (FND), a more restrictive definition that includes only conditions in which the brain fails to correctly process signals from the body. However, FND is a controversial diagnosis and some experts claim that it is identical, or at least partially overlapping, with ‘conversion disorder’, ‘somatoform disorder’ or ‘functional somatic syndrome’. It also has troubling links to past diagnosis of hysteria (see Kwon, 2020).
 - 24 The history of ‘somatisation’ as a psychiatric/psychosomatic disorder, which primarily falls under the jurisdiction of a psychiatrist, is closely linked to the history of the different names for this condition and debates over its name in consecutive editions of the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM), the ‘bible’ of US psychiatrists. In the past, somatisation was called ‘conversion disorder’. Recently, the preferred name is ‘functional neurological symptom disorder’, a category that falls under the general category of ‘somatoform disorders’ (currently also called ‘somatic symptoms and related disorders’). For the classification of somatoform disorders by psychiatrists, see Young (2014).

medical explanations for their symptoms and the lack of efficient therapies (Sarradon-Eck; Dias; Pouchain, 2020). Furthermore, the observation that the majority of long COVID patients are women has reinforced the suspicion that, at least in some cases, the roots of patients' suffering are psychological rather than organic: women continue to be seen as more affected by stress, more suggestible and more prone to hypochondria. They also compose the majority of patients affected by other functional disorders. Although few physicians describe themselves as committed reductionists interested only in molecular mechanisms of pathology, or as unwilling to pay attention to the whole patient, in practice they often present negative attitudes toward patients with unexplained medical complaints (Goutte; Cathébras, 2021; Uclés-Juárez *et al.*, 2020). These negative attitudes could be described as 'public secrets' – uncomfortable knowledge recognised by many people, but seldom spelled out (Giessler, 2013).²⁵

Scientific publications reflect the persistent dichotomy between a purely physiological and an at least partially psychosomatic perception of long COVID. In May 2022, an important review article published in *Nature Medicine* characterised long COVID, from the perspective of post-COVID syndrome, as one of several post-viral syndromes. In this category, the author of the review also included other functional diseases with suspected viral origin, such as myalgic encephalomyelitis/chronic fatigue syndrome (ME/CSF) (Choutka *et al.*, 2022). The main message of this article was that although the precise biological mechanisms of the long-term damage caused by infection with the SARS-CoV-2 virus are not yet fully understood, the existence of such harm is neither mysterious nor surprising.

Other publications propose a very different picture. Two articles from May 2022 stated that the main risk factors for developing long COVID are female sex and anxiety (Sneller *et al.*, 2022; Weldon; Aslibekyan, 2022). The same risk factors – female sex and prior history of anxiety – have been described as key risk factors for other functional disorders. A study published in late 2022 stated that although the majority of long COVID patients recover completely after

25 Other terms to describe such suppressed knowledge are 'uncomfortable knowledge' and 'unknown knowns' (Marris; Jefferson; Lentzos, 2014).

12 months or have mainly cardiopulmonary symptoms that marginally affect their quality of life, a subgroup of patients, the vast majority of whom are women, continue to experience multiple symptoms that negatively affect their daily life and mental health. These patients also had elevated somatisation scores and exhibited a pattern characteristic of psychosomatic conditions, such as a marked proportion of relapse of symptoms closely associated with somatisation (Sahanic *et al.*, 2022). The suspicion that patients (often women) somatise and do not have a 'real disease' ('It's all in your head', 'It's psychological and soon passes') is indeed the elephant in the room when dealing with long COVID. It is probably one of the main reasons why so many long COVID patients struggle to be believed by their doctors (Löwy, 2021).

The assumption that an infection with SARS-CoV-2 could lead to the development of chronic fatigue syndrome, which is a 'classic' functional disorder, was raised as early as the beginning of April 2020, that is, at the very beginning of the COVID-19 pandemic. This assumption was based on the observation that people who recovered from previous coronavirus epidemics, such as the 2003-2004 SARS epidemic, often suffered from chronic fatigue (Wilson, 2020). In the summer of 2020, one of the United States' leading COVID-19 experts, Anthony Fauci, noted that 'it's extraordinary how many people have a post-viral syndrome that's very strikingly similar to myalgic encephalomyelitis/chronic fatigue syndrome' (see Jackson, 2021).

The parallels between long COVID and chronic fatigue syndrome were later reinforced in two distinct ways. One of these was the application of lessons learned in ME/CSF studies to patients with long COVID, for example, the recommendation not to offer rehabilitation techniques like graded exercise therapy (GET). This is because much like patients with ME/CSF, patients with long COVID often suffer from post-exertional symptom exacerbation (PESE), a syndrome aggravated by GET. Another way to link these two conditions is to present ME/CFS as one of the main manifestations of long COVID, present in some but not all patients with this condition (Davis *et al.*, 2023). A multi-centre study distinguished two subgroups of patients with long COVID, those with long COVID alone (about 2/3 of patients in this subgroup were women) and those with long COVID and ME/CSF (almost all patients in this subgroup were women). The authors of this study observed that patients with long COVID and ME/CSF presented more severe symptoms, and few of them showed improvement

after 18 months. They concluded that diagnosing ME/CSF in patients with long COVID helps identify those who present a more severe prognosis and require more intensive treatment and support (Legler *et al.*, 2023).²⁶

Finally, some experts have proposed that the controversy over whether long COVID is a 'real disease' (i.e. organic in origin) or an 'imagined' disorder (non-organic in nature) with no discernible cause is a fruitless discussion. In September 2023, long COVID activist Steven Phillips and Harvard University epidemiologist Michelle Williams argued that long COVID is not a new disease, but rather a manifestation of ME/CFS and similar post-viral conditions:

Long Covid is really not new. It is virtually indistinguishable from the condition long known in the medical lexicon as post-infectious syndrome or myalgic encephalomyelitis/chronic fatigue syndrome (ME/CFS). (Phillips; Williams, 2023).

Given that this appears to be the case, treatment of long COVID should benefit from long experience in the therapeutic treatment of post-viral symptoms. A false dichotomy between 'real' and 'imagined diseases' must also be avoided, since scientific evidence shows that post-infectious fatigue syndromes (including long COVID) can have a spectrum of inseparable pathobiological and psychological components.

The association between long COVID and chronic fatigue syndrome and, to a lesser extent, with other functional disorders, may favour the comprehension of long COVID symptoms and expand the circle of professionals and lay people interested in the new condition. The close association with other pathological conditions of uncertain status may also complicate the efforts of people with long COVID to be recognised as having a 'real disease' and to gain access to effective medical treatment, social support and respect.

26 The authors of this study employed a widely accepted set of diagnosis criteria for ME/CFS, the Canadian Consensus Criteria. The diagnosis of ME/CFS is made after ruling out all the other diseases that could explain the symptoms presented. Thus, like the WHO definition for post-COVID-19 syndrome, it is diagnosis by exclusion.

Conclusions: one more illness you have to fight to get

Every day is a struggle. Sometimes you have to fight the pain, because life doesn't stop; there's the house, the kids, you have to work. There are days when your breath doesn't come, when sleep doesn't come. Just a tiredness, a tiredness that doesn't even let you rest. [...] A strange thing. You don't turn off; your body doesn't turn off. [...] *I'm no longer the same person*. But that's okay, I've gotten used to doing things the way I can. I'm getting on with my life, what can I do? [...] Most doctors don't care. None of them are capable of saying: 'You have long COVID, and we're going to do this and that to help you'. That doesn't exist. You talk, talk, complain, and it's as if the disease doesn't exist, we don't exist. [...] You don't see a debate about long COVID. You don't see policy on long COVID, some treatment, nothing. That's why we keep fighting. We exist, we're here. (Joana, 59 years old, July 2023).

The testimony of Joana, a nurse from the interior of Rio Grande do Sul, together with the testimonies of other women described in this article, reveals the way in which long COVID operates a complex process of existential transformation. New scripts are mobilised daily to deal with bodily sensations, experiences and identities that are repositioned to the extent that the symptoms become part of these people's daily lives (Seppola-Edvardsen; Risør, 2017). For many of them, it becomes difficult to distinguish between 'everything's fine' and 'suffering', especially in chronic contexts (Hay, 2008). In addition to the biographical repositioning, these women's narratives also show that the struggles for recognition of their illness are essential for the production of treatment and care policies, are often hampered by state and corporate interests in the field of health. Directly echoing the concerns raised by Dumit (2006) in his study on uncertain and contested diseases, like many functional diseases and rare syndromes, long COVID thus emerges as another one of those diseases that people need to fight to get.

Titled 'Illnesses you have to fight to get: facts as forces in uncertain, emerging illnesses', Dumit's (2006) article examines the crucial issues related to emerging and contested illnesses, offering an in-depth analysis of the challenges faced by patients and the complexities involved in the search for the diagnosis, treatment and recognition of these conditions, including social legitimacy.

Dumit (2006) emphasises that patients suffering from emerging illnesses often face an uphill battle for recognition of their conditions. This is due to the ambiguous and difficult-to-diagnose nature of these illnesses, which can manifest a wide range of varied and persistent symptoms. This uncertainty generates tension between patients' narratives concerning their symptoms and the search for medical objectivity that, in many cases, fails to adequately capture the complexity of these conditions. In this context, the importance of patient narratives stands out, since they play a fundamental role in the comprehension and construction of a knowledge base on these diseases. Since doctors may not be familiar with these emerging conditions, patients take the lead in constructing an understanding of their own illnesses. This scenario accurately portrays the complexities faced by people affected by long COVID today, summarised throughout this article as epistemic injustice.

In the absence of diagnosis, the epidemiological repercussions and consequent social impacts of the disorder are impaired, while projections that affirm more than half of COVID-19 cases developed long COVID articulate that, at this very moment, this is a pandemic experienced in silence. The fact is obtaining a definitive diagnosis is not yet a reality for those living with long COVID, due to the uncertainties of this tumultuous scenario of controversies and uncertainties with regard to the varied and unpredictable symptoms, which challenge the modern belief in objectivity that still prevails in medicine. It is at this point that the tyranny of non-diagnosis reveals its cruellest face in the context of long COVID. A medicine whose central infrastructure is objective diagnosis creates an irreconcilable fissure between signs and symptoms. In other words, the narrative that the affected person offers to the doctor is always at a disadvantage to that which their own biology is saying to the instruments they rely on. This turns into even more layers of suffering. Thus, the search for validation of their condition and public understanding becomes a fundamental part of the long journey for people with long COVID.

This challenging process also exposes the limitations of the current technocratisation of health policies, particularly in contexts of global health crises. A significant exaltation of biosecurity has revived the recalcitrant conversion and militarisation of health as a question of security, rather than one of care. In this context, precision instruments for virus mapping and surveillance are often presented as 'combat weapons' against 'invisible enemies' (Segata,

2020).²⁷ However, the shameful management of the pandemic in countries like the United States and Brazil has shown that these technologies are not yet sufficiently calibrated to control the behaviours of populations governed by ultra-radical and denialist leaders, frequently described as genocidal (Ventura; Aith; Reis, 2021).

Indeed, to a greater or lesser degree of efficiency, the central concern of many governments seems to have been much more about combating the virus than caring for the sick, especially those with persistent symptoms, who were neglected even further following proclamations of the 'end of the pandemic'. It is not surprising that the pandemic is often described as a time of war rather than care (Segata, 2020). This scenario also clearly reflects the criticism of Arthur Kleinman (2020, p. xviii-xix), who argues that the desire for fast, efficient, technological solutions, often with a market focus, has increasingly supplanted care:

No one today can doubt that medical care is profoundly destabilized by the most powerful bureaucratic, commercial, and governmental influences. Nor is there a lack of critical awareness that the culture of biomedicine, the hegemony of an economic language, and the fetishism of technology distort the purposes and objectives of care. Together these forces substitute indirect measures of efficiency for direct measures of the quality of care. They contribute significantly to poor care, to frustrated and mistrustful patients and families, and to physician burnout.

Echoing Kleinman (2020), the long COVID recognition and care policies described and analysed in this article are not solely limited to the issue of physical health, but also encompass justice and reparation for patients who are ignored, discredited or who receive inadequate support due to a lack of understanding of the disease. To combat this epistemic injustice, it is crucial that society, the medical community, and policymakers recognise the seriousness of long COVID and invest in research to fully understand the disease. Moreover, promoting public awareness of the challenges faced by long COVID patients is required in

27 Similar fears are also observed in reference to migrants, often compared to pests and mistakenly associated with terrorists, as well as border security with regard to animal and plant products in global food systems (Segata, 2020).

order to eliminate stigma and ensure they receive the support they need. Therefore, recognising and treating it in this manner is an important step in ensuring that patients receive the care and support they need despite the complexities associated with this often disabling condition, alleviating their suffering, advancing in our understanding and treatment of the disease, and favouring the reconstruction of their lives with greater dignity.

Long COVID is a pandemic awaiting recognition. Stating this means saying that there is no doubt that people affected by long COVID may still face an uphill struggle. The biases of doctors, together with considerations regarding to class, race, gender, and a lack of funding, especially after the pandemic ends, can significantly complicate the situation for patients. In the US, an article published in October 2023 in the *New England Journal of Medicine* highlighted the situation:

Now from a political standpoint 'Covid' is a bad word. People don't want to talk about it. People don't want to think about the pandemic. It connotes government overreach, and people believe that we should just get past this. There's not the political will to say, 'Look, we are dealing with millions of people who have these symptoms [...].' So, I think there's a political non-will to do anything and to think we're past this and ignore the societal implications of a very difficult and unusual condition. And on top of that, we don't have any treatments. So, when you don't have any treatments and you have a primary care provider who can't elucidate exactly what's going on and do not have treatment options, that becomes extremely difficult. (McComsey; Rosen, 2023).

For those experiencing long COVID, the lack of an accurate diagnosis often results in a prolonged period of uncertainty and anxiety. Clearly, a formal diagnosis is not always the answer to the problem. In the US, for example, the NIH provided formal recognition of long COVID (a number for the official classification of pathology and diagnostic criteria), but as the article in *The New England Journal of Medicine* attests, patients' needs often continue to be unmet (McComsey; Rosen, 2023). Some doctors (especially general practitioners) reject a diagnosis by exclusion and, more crucially, patients need not only a diagnosis, but also access to appropriate expertise (for a complex illness, ideally in a multidisciplinary centre), social provisions, and the recognition on their experiential knowledge

about their condition. Waiting for a full recognition of long COVID is an active process, of struggle, but also of hope for a future horizon. Without a medical label to explain their persistent symptoms, patients may feel that they are navigating uncharted waters without a map to guide them. Not infrequently they end up facing accusations of faking or exaggerating their symptoms, and disbelief on the part of healthcare professionals and employers, creating significant barriers to obtaining appropriate treatments and social support. This can negatively affect their mental and emotional health, increasing stress and feelings of isolation.

The struggle for the diagnostic of long COVID represents much more than an ongoing battle against suffering and invisibility. It is a demonstration of the strength, resilience and active role of patients in the health, disease and care processes. The people affected who demand a full recognition are the legitimate protagonists of the construction of long COVID as a new nosological entity, offering to the history of science an essential testimony of the concrete experience of the disorder inscribed in their bodies and in their lives.

Translated into English by Ilana Löwy, Jean Segata, and Philip Badiz from the original in Portuguese “Covid longa, a pandemia que não terminou”, also published in this issue of the journal.

References

AL-ALY, Z. The WHO is letting down long COVID patients. *The Guardian*, London, 21 Oct. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2021/oct/17/who-long-covid-patients>. Acesso em: 30 out. 2023.

ARONOWITZ, R. A. When do symptoms become a disease? *Annals of Internal Medicine*, [s. l.], v. 134, n. 9, p. 803-808, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.7326/0003-4819-134-9_part_2-200105011-00002. Acesso em: 30 out. 2023.

ATENÇÃO integral do Estado às vítimas da Covid-19! Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 30 maio 2022. 1 vídeo (2h7min46s). Publicado no canal Pepe Vargas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P8vVWiUYSOI&t=1553s>. Acesso em: 30 out. 2023.

AURELIANO, W. As pessoas que as doenças têm: entre o biológico e o biográfico. In: GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z. (org.). *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 239-260.

BALLEJO, W. R. *Covid Longa: um estudo antropológico sobre os impactos continuados da pandemia de Covid-19 no Brasil*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

BEAUDEVIN, C. *et al.* Test, test, test! Scarcity, tinkering, and testing policy early in the COVID-19 epidemic in France. *Medicine Anthropology Theory*, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17157/mat.8.2.5116>. Acesso em: 30 out. 2023.

BERGER, E. Long COVID: unanswered questions and doctors' stigma. *The Guardian*, London, 6 Mar. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/mar/06/long-covid-unanswered-question-doctors-stigma>. Acesso em: 30 out. 2023.

BLASDEL, A. The dark universe: can a scientist battling long COVID unlock the mysteries of the cosmos? *The Guardian*, London, 2 May 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/science/2023/may/02/catherine-heyman-dark-universe-the-cosmologist-battling-long-covid>. Acesso em: 30 out. 2023.

BLEASE, C.; CARREL, H.; GERAGHTY, K. Epistemic injustice in healthcare encounters: evidence from chronic fatigue syndrome. *Journal of Medical Ethics*, [s. l.], v. 43, p. 549-557, 2017..

BOLTANSKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BRANSFIELD, R. C.; FRIEDMAN, K. J. Differentiating psychosomatic, somatopsychic, multisystem illnesses and medical uncertainty. *Healthcare*, [s. l.], v. 7, n. 114, p. 2-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/healthcare7040114>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária a Saúde. *Confira quanto cada município receberá em custeio do atendimento a pessoas com sintomas pós-covid*. Brasília: MS, 24 fev. 2022. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/15996>. Acesso em: 30 out. 2023.

BURY, M. Chronic illness as biographical disruption. *Sociology of Health and Illness*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 167-182, 1982.

CALLARD, F. Epidemic time: thinking from the sickbed. *Bulletin of the History of Medicine*, [s. l.], v. 94, n. 4, p. 727-743, 2020a.

CALLARD, F. Of smell and loss: tweets from a COVID-19 sickbed. *The Polyphony*, [s. l.], 15 Apr. 2020b. Disponível em: <https://thepolyphony.org/2020/04/15/of-smell-and-loss-tweets-from-a-covid-19-sickbed/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CALLARD, F. Very, very mild: COVID-19 symptoms and illness classification. *Somatosphere*, [s. l.], 8 May 2020c. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/mild-covid.html/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CALLARD, F.; PREGO, E. How and why patients made Long COVID. *Social Science and Medicine*, [s. l.], v. 268, 113426, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2020.113426>. Acesso em: 30 out. 2023.

CAMARGO, E. P.; TEIXEIRA, M. Doenças funcionais. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 164-169, 2002.

CAMARGO, K. R. Disputed expertise and chaotic disinformation: COVID-19 and denialist physicians in Brazil. *Transcultural Psychiatry*, [s. l.], v. 0, n. 0, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13634615231213835>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMBROSIO, A. *et al.* Regulatory objectivity and the generation and management of evidence in medicine. *Social Science & Medicine*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 189-199, 2006.

CARREL, H. Epistemic injustice in health care. In: CARREL, H. *Phenomenology of health care*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 180-203.

CHA, A. E. She went to one doctor, then another and another. *Washington Post*, Washington, 18 Abr. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/health/2022/04/18/long-covid-medical-care-challenge/>. Acesso em: 30 out. 2023.

CHARTERS, E.; HEITMAN, K. How epidemics end. *Centaurus*, [s. l.], v. 63, n. 1, p. 210-224, 2021.

CHOUTKA, J. *et al.* Unexplained post-acute infection syndromes. *Nature Medicine*, [s. l.], v. 28, n. 922, p. 911-923, 2022.

COHRS, R. A slow-moving glacier: NIH's sluggish and often opaque efforts to study long COVID draw patient, expert ire. *STATS*, [s. l.], 29 Mar. 2022. Disponível em: <https://www.statnews.com/2022/03/29/nih-long-covid-sluggish-study/>. Acesso em 30 out. 2023.

COLLINS, F. NIH launches new initiative to study "Long COVID". *NIH*, [s. l.], 23 Feb. 2021. Disponível em: <https://www.nih.gov/about-nih/who-we-are/nih-director/statements/nih-launches-new-initiative-study-long-covid>. Acesso em: 30 out. 2023.

DAVIS, H. *et al.* Long COVID: major findings, mechanisms and recommendations. *Nature Reviews Microbiology*, [s. l.], v. 21, 2023. p. 133-146.

DINIZ, D.; BRITO, L. Uma epidemia sem fim: zika e mulheres. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (org.). *Políticas etnográficas no campo da moral*. Brasília: ABA Publicações; Porto Alegre: UFRGS, 2019. p. 169-181.

DUMIT, J. Illnesses you have to fight to get: facts as forces in uncertain, emergent illnesses. *Social Sciences and Medicine*, [s. l.], v. 62, p. 577-590, 2006.

EUROPEAN CENTRE FOR DISEASE PREVENTION AND CONTROL. *Prevalence of post COVID-19 condition symptoms: a systematic review and meta-analysis of cohort study data stratified by recruitment setting*. Stockholm: ECDC, 27 Oct. 2022. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/sites/default/files/documents/Prevalence-post-COVID-19-condition-symptoms.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

EVANS, R. *et al.* Clinical characteristics with inflammation profiling of Long-COVID and association with one-year recovery following hospitalisation in the UK: a prospective observational study. *Lancet Respiratory Medicine*, [s. l.], n. 10, p. 761-775, 2022.

FASSIN, D. *When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South Africa*. Oakland: University of California Press, 2007.

FERNÁNDEZ_DE-LAS-PEÑAS, C. *et al.* Post-COVID-19 symptoms 2 years after SARS-CoV-2 infection among hospitalized vs nonhospitalized patients. *JAMA Network Open*, [s. l.], v. 5, n. 11, e2242106, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2022.42106>. Acesso em: 30 out. 2023.

FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

FONSECA, C. Evidências, experiências e endemias: fatos científicos nas políticas de combate à hanseníase. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 164-187, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.5871>. Acesso em: 30 out. 2023.

FRICKER, M. *Epistemic injustice: power & ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GIESSLER, W. Public secrets in public health. Knowing not to know while making scientific knowledge. *American Ethnologist*, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 13-34, 2013.

GOLDENBERG, D.; DICHTER, M. *Unraveling long COVID*. Chichester: John Wiley & Sons, 2023.

GOUTTE, J.; CATHÉBRAS, P. Attitudes of internal medicine specialists and rheumatologists towards chronic pain complaints. *International Journal of Clinical Practice*, [s. l.], v. 75, e14463, 2021.

HAY, M. C. Reading sensations: understanding the process of distinguishing 'fine' from 'sick'. *Transcultural Psychiatry*, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 198-229, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1363461508089765>. Acesso em: 30 out. 2023.

HEDBERG, P. *et al.* Post COVID-19 condition diagnosis: a population-based cohort study of occurrence, associated factors, and healthcare use by severity of acute infection. *Journal of Internal Medicine*, [s. l.], v. 293, n. 2, p. 246-258, 2023.

HUANG, L. *et al.* Health outcomes in people 2 years after surviving hospitalisation with COVID-19: a longitudinal cohort study. *Lancet Respiratory Medicine*, [s. l.], v. 10, n. 9, p. 863-876, 2022.

IWASAKI, A. Immunologist Akiko Iwasaki: 'We are not done with COVID, not even close'. Interview with David Cox. *The Guardian*, London, 27 May 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2023/may/27/immunologist-akiko-iwasaki-we-are-not-done-with-covid-not-even-close>. Acesso em: 30 out. 2023.

JACKSON, G. Women are more susceptible to long COVID, but will we listen to them? *The Guardian*, London, 25 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/life-andstyle/2021/mar/25/women-coronavirus-long-covid-health>. Acesso em: 30 out. 2023.

KAMEDA, K. *et al.* Imperfect diagnosis: the truncated legacies of Zika testing. *Social Studies of Science*, [s. l.], v. 51, n. 5, p. 683-706, 2021.

KLEINMAN, A. *The illness narratives: suffering, healing, and the human condition*. New York: Basic Books, 2020.

KWANG, K. Long COVID in California: a pandemic of loneliness and social isolation and rejection. *California Bakersfield News*, [s. l.], 22 May 2023. Disponível em: https://www.bakersfield.com/news/long-covid-in-california-a-pandemic-of-loneliness-and-social-isolationand-rejection/article_8b6c250c-ebb5-11ed-94c9-77bbbd5a862a.html. Acesso em: 30 out. 2023.

KWON, D. A disorder of mind and brain: a mysterious condition once known as hysteria is challenging the divide between psychiatry and neurology. *Scientific American*, [s. l.], v. 323, n. 5, p. 58-65, 2020.

LAWRENCE, C. Incommunicable knowledge: science, technology and the clinical art in Britain 1850-1914. *Journal of Contemporary History*, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 503-520, 1985.

LEGLER, A. F. *et al.* Symptom persistence and biomarkers in post-COVID-19/chronic fatigue syndrome. *medRxiv*, [s. l.], 17 Apr. 2023. Preprint. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2023.04.15.23288582>. Acesso em: 30 out. 2023.

LOWENSTEIN, F. We need to talk about what coronavirus recoveries look like. *New York Times*, New York, 13 Apr. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/13/opinion/coronavirus-recovery.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

LOWENSTEIN, F. (ed.). *The Long COVID survival guide: how to take care of yourself and what comes next*. New York: The Experiment Publishing, 2022.

LÖWY, I. Ludwik Fleck where are you now that we need you? COVID-19 and the genesis of epidemiological facts. *Somatosphere*, [s. l.], 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/2020/ludwik-fleck-where-are-you-now.html>/16.10.2020. Acesso em: 30 out. 2023.

LÖWY, I. Long COVID, chronic fatigue syndrome and women: the shadow of hysteria. *Somatosphere*, [s. l.], 25 May 2021. Disponível em: <http://somatosphere.net/2021/long-covid.html/>. Acesso em: 30 out. 2023.

M'CHARECK, A. Race, time and folded objects: the HeLa error. *Theory, Culture & Society*, [s. l.], v. 31, n. 6, p. 29-56, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263276413501704>. Acesso em: 30 out. 2023.

MALTA, M. My journey with COVID-19. *eClinicalMedicine*, [s. l.], n. 27, 100599, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2020.100599>. Acesso em: 30 out. 2023.

MARRIS, C.; JEFFERSON, C.; LENTZOS, F. Negotiating the dynamics of uncomfortable knowledge: the case of dual use and synthetic biology. *BioSocieties*, [s. l.], n. 9, p. 393-420, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/biosoc.2014.32>. Acesso em: 30 out. 2023.

MATOSO, F; GOMES, P. H. Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. *GL*, [s. l.], 17 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que-vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

MCCOMSEY, G.; ROSEN, C. The long haul of long COVID. Interview with Rachel Gotbaum. *New England Journal of Medicine*, [s. l.], v. 389, e29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/NEJMp2309483>. Acesso em: 30 out. 2023.

MIRANDA, D. *et al.* Long COVID-19 syndrome: a 14-months longitudinal study during the two first epidemic peaks in Southeast Brazil. *Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, [s. l.], v. 116, n. 11, p. 1007-1014, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/trstmh/trac030>. Acesso em: 30 out. 2023.

MIZRAHI, B. *et al.* Long COVID outcomes at one year after mild SARS-CoV-2 infection: nationwide cohort study. *British Medical Journal*, [s. l.], n. 380, e072529, 2023.

MOL, A. *The body multiple: ontology in medical practice*. Durham: Duke University Press, 2002.

O'MAHONEY, L. *et al.* The prevalence and long-term health effects of long COVID among hospitalised and non-hospitalised populations: a systematic review and meta-analysis. *eClinicalMedicine*, [s. l.], v. 55, 101762, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.eclinm.2022.101762>. Acesso em: 30 out. 2023.

OTTERMAN, S. How long is long COVID? How long would it keep him from music? *New York Times*, New York, 24 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/24/nyregion/joel-fram-broadway-covid.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

PHILLIPS, S.; WILLIAMS, M. Confronting our next national health disaster: long-haul COVID. *New England Journal of Medicine*, [s. l.], v. 385, p. 577-579, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1056/NEJMp2109285>. Acesso em: 30 out. 2023.

PHILLIPS, S.; WILLIAMS, M. A. Long COVID is a new name for an old syndrome. *STAT*, [s. l.], 14 Sept. 2023. Disponível em: <https://www.statnews.com/2023/09/14/long-covid-me-cfs-myalgic-encephalomyelitis-chronic-fatigue/>. Acesso em: 30 out. 2023.

PRIOR, R. *The Long Haul: solving the puzzle of the pandemic's Long Haulers and how they are changing healthcare forever*. New York: Post Hill Press, 2023.

RASS, V. *et al.* Neurological outcomes 1 year after COVID-19 diagnosis: a prospective longitudinal cohort study. *European Journal of Neurology*, [s. l.], v. 29, n. 6, p. 1685-1696, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Covid-19. *Relatório das Audiências Públicas macrorregionais: atenção integral do Estado às vítimas da Covid-19*. Porto Alegre: Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Covid-19, 2022.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSENBERG, C. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. *Milbank Quarterly*, [s. l.], v. 90, n. 2, p. 237-260, 2002.

SAHANIC, S. *et al.* COVID-19 and its continuing burden after 12 months: a longitudinal observational prospective multicentre trial. *ERJ Open Research*, [s. l.], v. 9, n. 2, 00317-2022, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1183/23120541.00317-2022>. Acesso em: 30 out. 2023.

SALARI, N. *et al.* Global prevalence of chronic fatigue syndrome among long COVID-19 patients: a systematic review and meta-analysis. *BioPsychoSocial Medicine*, [s. l.], n. 16, art. 21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13030-022-00250-5>. Acesso em: 30 out. 2023.

SALMON-CÉRON, D. *et al.* Les formes prolongées de la COVID-19 ou COVID long: formes cliniques et prise en charge. *Medicine et Maladies Infectieuses Formation*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 24-33, 2022.

SARRADON-ECK, A.; DIAS, M.; POUCHAIN, R. Ces patients “particuliers”. Comment les jeunes medecins (de)médicalisent les symptômes médicalement inexplicables. *Sciences Sociales et Médecine*, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 5-30, 2020.

SCHUCH, P. Direitos humanos e as pessoas em situação de rua no Brasil: discutindo a legibilidade. In: LIMA, A. C. S. *et al.* (org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. p. 303-328.

SCOTT, J. *Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.

SEGATA, J. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000200010>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. Chikungunya in Brazil, an endless epidemic. *Centaurus*, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 133-144, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1484/J.CNT.5.129635>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. *et al.* A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 27, n. 59, p. 7-25, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100001>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEGATA, J. *et al.* Ungesunde Ökologien, prekäre Arbeit und Pandemie in der globalisierten Fleischindustrie im Süden Brasiliens. *Peripherie: Politik, Ökonomie, Kultur*, [s. l.], v. 4, p. 386-404, 2022.

SENIOR, J. What not to ask me about my long covid. A brief guide. *The Atlantic*, [s. l.], 15 Feb. 2023. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2023/02/long-covid-symptoms-chronic-illness-disability/673057/>. Acesso em: 30 out. 2023.

SEPPOLA-EDVARSEN, T.; RISØR, M. B. Ignoring symptoms: the process of normalising sensory experiences after cancer. *Anthropology in Action*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 34-40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/aia.2017.240106>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILMAN, A. She had COVID for months. No one believed her. *The Cut Podcast*, [s. l.], 20 Nov. 2020. Disponível em: <https://www.thecut.com/2020/11/the-cut-podcast-doctors-didnt-believe-she-had-covid.html>. Acesso em: 30 out. 2023.

SINGER, M.; RYLKO-BAUER, B. The syndemics and structural violence of the COVID pandemic: anthropological insights on a crisis. *Open Anthropological Research*, [s. l.], v. 1, p. 7-32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opan-2020-0100>. Acesso em: 30 out. 2023.

SNELLER, M. *et al.* A longitudinal study of COVID-19 sequelae and immunity: baseline findings. *Annals of Internal Medicine*, [s. l.], v. 175, n. 7, p. 969-979, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M21-4905>. Acesso em: 30 out. 2023.

SOCIETY OF OCCUPATIONAL MEDICINE. *Long COVID and return to work – what works?: a position paper from the Society of Occupational Medicine*. London: SOM, 2022. Disponível em: https://www.som.org.uk/sites/som.org.uk/files/Long_COVID_and_Return_to_Work_What_Works_O.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

THE LANCET. Editorial. Long covid, 3 years on. *The Lancet*, [s. l.], v. 401, n. 10379, p. 795, 2023. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00493-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00493-2). Acesso em: 30 out. 2023.

TRAN, V.-T. *et al.* Course of post COVID-19 disease symptoms overtime in the ComPaRe long COVID prospective e-cohort. *Nature Communications*, [s. l.], v. 13, p. 1812, 2022.

UCLÉS-JUÁREZ, R. *et al.* Conceptuation on fibromyalgia: consensus or discrepancy among healthcare providers from Spain. *Revista Española de Salud Pública*, [s. l.], v. 94, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4321/S1135-57272020000100018>. Acesso em: 30 out. 2023.

VAN DER MAADEN, T. *et al.* Prevalence and severity of symptoms 3 months after infection with SARS-CoV-2 compared to test-negative and population controls in the Netherlands. *Journal of Infectious Diseases*, [s. l.], v. 227, n. 9, p. 1059-1067, 2023.

VENTURA, D. F. L.; AITH, F. M. A.; REIS, R. R. Estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos. In: BREDA, T. (org.). *Bolsonaro genocida*. São Paulo: Elefante, 2021. p. 21-29.

VIANNA, A. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, A. (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2013. p. 15-35.

WARE, N. Society, mind and body in chronic fatigue syndrome: an anthropological view. In: BOCK, G.; WHELAN, J. (ed.). *Chronic fatigue syndrome*. New York: John Wiley & Sons, 1993. p. 62-90.

WELDON, C.; ASLIBEKYAN, S. Anxiety and depression raise the risk for long COVID. 23 and Me research, [s. l.], 24 May 2022. Disponível em: <https://blog.23andme.com/23andme-research/anxiety-depression-long-covid/>. Acesso em: 30 out. 2023.

WESSELY, S. et al. Management of chronic (post-viral) fatigue syndrome. *Journal of the Royal College of General Practitioners*, [s. l.], v. 39, p. 26-29, 1989.

WILSON, C. Could the coronavirus trigger post-viral fatigue syndromes? *New Scientist*, [s. l.], v. 246, n. 3278, p. 10-11, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0262-4079\(20\)30746-6](https://doi.org/10.1016/S0262-4079(20)30746-6). Acesso em: 30 out. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. A clinical case definition of post COVID-19 condition by a Delphi consensus. [s. l.]: WHO, 6 Oct. 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-Post_COVID-19_condition-Clinical_case_definition-2021.1. Acesso em: 30 out. 2023.

YASUDA, C. L. Minha jornada após uma infecção leve por COVID-19: eu quero meu cérebro antigo de volta. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, [s. l.], v. 80, n. 6, p. 631-633, 2022.

YOUNG, G. Confusion and confound in conversion disorder. In: YOUNG, G. *Malingering, feigning and response bias in psychiatric/psychological injury: implication for practice and court*. Dordrecht: Springer, 2014. p. 511-533.

Recebido: 06/12/2023 Aceito: 16/01/2024 | Received: 12/6/2023 Accepted: 1/16/2024



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Instruções às(aos) autoras(es)

Horizontes Antropológicos é um periódico comprometido com as boas práticas e a ética na gestão dos manuscritos, expressas nas orientações abaixo:

1 – *Horizontes Antropológicos* publica trabalhos originais/inéditos sob a forma de artigos e entrevistas, em português, espanhol, francês ou inglês.

1.1 – As(Os) autoras(es) que tiverem seus trabalhos publicados devem **observar o intervalo de 18 meses, a contar da data da publicação, antes de realizarem a submissão de um novo artigo.**

2 – O número máximo de autoras(es) por artigo é quatro. Aceitamos a **submissão de somente um trabalho por autor(a) para cada chamada de artigos.**

2.1 – A submissão de trabalhos deve ser realizada na plataforma SEER (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) e as(os) autoras(es) devem obrigatoriamente informar os seguintes dados: nome, ORCID, email, afiliação institucional (especificando cidade, estado e país da instituição). Para assegurar a integridade da avaliação às cegas pelos pares, as(os) autoras(es) devem excluir qualquer identificação de autoria nos textos, inclusive em referências e notas de rodapé. Em arquivos do Microsoft Office e PDF (Adobe Acrobat), a identificação de autoria deve ser removida das propriedades do documento. Não aceitamos a duplicação de publicação ou tradução de artigo já publicado em outro periódico ou como capítulo de livro.

2.2 – Caso haja interesse das(os) autoras(es), os artigos podem ser disponibilizados previamente na modalidade **preprint** em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. Para isso, é necessário o aceite das exigências de conformidade com a Ciência Aberta (**solicite o formulário pelo email** horizontes@ufrgs.br). Neste formulário, as(os) autoras(es) informam: (a) se o manuscrito é um preprint e, em caso positivo, sua localização; (b) se dados, códigos de programas e outros materiais subjacentes ao texto do manuscrito estão devidamente

citados e referenciados; e (c) se aceitam **opções de abertura no processo de avaliação pelos pares**.

2.3 – Como expressão de transparência e reconhecimento das diferentes contribuições de pesquisadores à pesquisa comunicada, o texto final, no caso de aprovação para publicação, deve informar ao final, de modo preciso, as contribuições específicas de cada autor(a). As(Os) autoras(es) também devem especificar formalmente se há ou não possíveis conflitos de interesse na realização e comunicação de suas pesquisas.

2.4 – Os artigos devem ter um título que represente de forma objetiva seu conteúdo, ser escritos em espaço duplo e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas. Caso se trate de artigo sobre pesquisa empírica, o texto pode chegar a 11 mil palavras e deve apresentar a metodologia empregada: como as observações foram coletadas; de onde e como as observações foram extraídas, quais documentos e arquivos foram consultados, em que local e data; quais perguntas de quais surveys foram analisadas; em que contexto, local e data/período foi realizado o trabalho de campo; quantas pessoas foram entrevistadas; qual roteiro foi utilizado; qual técnica de observação foi empregada, etc. Deve ainda explicitar como as observações foram analisadas, quais foram os métodos e técnicas utilizadas na produção de cada gráfico, tabela, figura, descrição e interpretações defendidas.

2.5 – Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, no mesmo idioma, com até 150 palavras, e de mais quatro palavras-chave, bem como de uma versão em inglês do resumo (abstract), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (keywords) e versão em inglês do título. No caso de originais em inglês, essas informações devem, também, trazer a versão em português.

3 – O padrão adotado pela revista para citações e referências segue as normas da ABNT, NBR 10520 e NBR 6023, respectivamente.

3.1 – As notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

3.2 – No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

Segundo Hassen (2002, p. 173): “Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade.”

Sabemos que há “[...] uma grande carência de materiais didáticos nesse campo [...]” (Hassen, 2002, p. 173).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo (Hassen, 2002).

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002).

ou

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

3.3 – As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

3.4 – As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

3.4.1 – Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

DUMONT, L. *Homo hierarchichus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão “In:”, autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, O. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

3.4.3 – Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, M. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

3.4.4 – Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. *In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documento em meio eletrônico: acrescenta-se à referência a descrição física do suporte (CD-ROM, disquete, etc.); para documentos consultados online, indica-se o endereço completo e a data de acesso (dia, mês e ano):

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldomroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Acesso em: 5 jun. 2013.

3.5 – Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte tipográfica; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

- a) **itálico**: para palavras estrangeiras, não dicionarizadas e ênfase;
- b) **aspas duplas**: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;
- c) **negrito** e sublinhado: devem ser evitados.

4 – Imagens que façam parte do artigo (figuras e gráficos inclusive) devem ser enviadas em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300 dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 11,6 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1368 x 1890 pixels).

5 – As imagens (fotos, ilustrações, etc.) precisam estar liberadas para reprodução e publicação, qualquer que seja a sua origem: disponíveis online, extraídas de material com referência bibliográfica, pertencentes a acervo, etc.

Para cada imagem a ser publicada no artigo é necessário informar em qual tipo de licença de reprodução ela se encaixa e fornecer os dados complementares, por exemplo:

5.1 – se de autoria própria, atestar por escrito essa origem e que a sua reprodução não fere os direitos de outrem, como, por exemplo, o direito de imagem de pessoas fotografadas;

5.2 – se de domínio público, indicar origem confiável dessa informação e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem; notar que variam as regulações nacionais a esse respeito, e é preciso conferi-las: o prazo para a entrada em domínio público muda de país a país, e em alguns permanece a necessidade de autorização mesmo depois de isso ocorrer, a partir do entendimento de que a liberação da obra não se estende automaticamente à imagem que a registra ou ao responsável pela sua guarda;

5.3 – se liberada de antemão na fonte, indicar onde consta essa informação e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem;

5.4 – se licenciada Creative Commons, indicar sob qual modalidade específica dessa licença (tipo e versão) e fornecer os créditos adicionais que devem acompanhar a imagem;

5.5 – se imagem com copyright, fornecer por escrito a autorização do detentor de direitos autorais e informar também as suas exigências quanto ao crédito que deve acompanhar a imagem; ao fazer o pedido de autorização, é fundamental informar que o artigo será publicado sob uma licença Creative Commons de tipo CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), pois esse dado certamente determinará a decisão do detentor de direitos autorais sobre a autorização e seus termos e condições.

Na autorização é necessário constar:

- a) o nome da(s) autora(s) ou autor(es) do artigo;
- b) que se destina a publicação em *Horizontes Antropológicos*;
- c) a descrição da imagem que está sendo autorizada, de modo que seja possível identificá-la;

5.6 – todo levantamento de informações sobre a imagem e obtenção de autorização é de responsabilidade da(s) autora(s) ou autor(es), que deve(m) enviar à revista esse material organizado, com dados completos e de fácil checagem; imagens com informações imprecisas ou incompletas não serão publicadas.

6 – A publicação dos artigos será decidida pelas(os) editoras(es) da revista e organizadoras(es) do número temático, levando em consideração pareceres de consultoras(es) externas(os).

7 – Para alargar a captação de colaborações, *Horizontes Antropológicos* faz ampla divulgação da temática de seus números já programados e respectivas(os) organizadoras(es) na contracapa de seus números, em seu website (<https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>), em redes sociais, em blogs especializados e em boletins de associações profissionais de ciências sociais.

Declaração de direito autoral

O envio dos trabalhos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista, a qual é filiada ao sistema Creative Commons, atribuição CC-BY 4.0. A autora ou o autor é integralmente responsável pelo conteúdo do artigo e continua a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores, devendo, se possível, fazer constar a referência à primeira publicação na revista.

Os artigos, depois de examinados pelas(os) editoras(es), são avaliados por consultoras(es) da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras e com comprovada produção científica. Para serem aceitos, os artigos precisam ser considerados pelas(os) editoras(es) como tendo o nível exigido pela revista, receber no mínimo dois pareceres favoráveis e incorporar as sugestões das(os) pareceristas na versão final.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos.

Instructions to authors

Horizontes Antropológicos is committed to good practices and ethics in the management of manuscripts, expressed in the guidelines below:

1 – *Horizontes Antropológicos* publishes original/unpublished works in the form of articles and interviews in Portuguese, Spanish, French or English.

1.1 – Authors who have their work published must observe the **interval of 18 months, from the date of publication, before submitting a new article**.

2 – The maximum number of authors per article is four. **For each call for papers, we accept the submission of only one work per author.**

2.1 – The submission of papers must be held in the SEER platform (<https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>) and the authors must inform the following data: name, email, ORCID registration number and institutional affiliation (with City, State and Country). To ensure the integrity of the blind peer review, the authors must exclude any identification of authorship in the texts, including references and footnotes. In Microsoft Office and PDF (Adobe Acrobat) files, the authorship ID must be removed from the document properties. We do not accept duplication of publication or translation of articles already published in another journal or as a book chapter.

2.2 – If there is interest from the authors, the articles can be previously made available in the **preprint** mode at <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/index>. For this, it is necessary to accept the requirements for compliance with Open Science (and **request the form by email** horizontes@ufrgs.br). In this form, the authors inform: (a) if the manuscript is a preprint and, if so, its location; (b) whether data, program codes and other materials underlying the text of the manuscript are properly cited and referenced; and (c) if **openness options are accepted in the peer review process**.

2.3 – As an expression of transparency and recognition of the different contributions to the research, the final text, in the case of approval for publication, must inform at the end, in a precise manner, the specific contributions of each author. The authors should also formally specify potential conflicts of interest in their research.

2.4 – Articles must have a title that objectively represents their content, also be written in double space and have up to 10,000 words, including references and notes. In the case of empirical research, the text can reach 11,000 words and must present the methodology: how the observations were collected; where and how the observations were extracted, what documents and files were consulted, in what place and date; which questions from which surveys were analyzed; in what context, place and date/time period the fieldwork was carried out; how many people were interviewed; which guide was used; which observation technique was employed, etc. It should also explain how the observations were analyzed, what were the methods and techniques used in the production of each graph, table, figure, description and interpretations.

2.5 – Articles must contain an abstract written in simple space and with up to 150 words and four keywords, as well as a Portuguese version of the abstract, keywords and title.

3 – For quotes and references, the journal follows the ABNT (Brazilian Association of Technical Norms) standards NBR 10520 and NBR 6023, respectively.

3.1 – Notes must appear at the bottom of the page (as footnotes). Bibliographical references must appear in the end of the text and ordered alphabetically.

3.2 – Direct quotes must appear in the main body of the text in the following manner: author's last name, year of publication, page indication. In the indirect quotes the page indication is optional, according to the following models:

According to Lancaster (1992, p. 173): "Machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology."

We know that "machismo, in whatever guise, is not simply a matter of ideology" (Lancaster, 2002, p. 173).

We know that machismo is not simply a matter of ideology (Lancaster, 1992).

or

Machismo is not simply a matter of ideology, according to Lancaster (1992, p. 173).

3.3 – Direct quotes with more than three lines must appear in small print, without quotation marks, in single-spaced text; transcriptions of interviews must follow the same format, as in the example:

One view stresses the “vertical” element in faith, the relationship to God; and it selects certain persons, institutions, objects which in a privileged way are held to give access to the divine clearly and unmistakably. [...] The other view of the sacred refuses to localize it in the people, places and things. (Hebblethwaite, 1975, p. 15).

3.4 – Bibliographical references at the end of the text must follow the guidelines:

3.4.1 – Books, guides, catalogues, dictionaries, etc.: author(s), title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

SAHLINS, M. *How “natives” think*: about Captain Cook, for example. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FORTES, M.; EVANS-PRITCHARD, E. E. (ed.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordenadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

3.4.2 – Part of a book (fragment, article, chapter in a collective work): author(s), title of the part followed by the expression “In:”, author(s) of the book, title (in italics and separated by a colon from the subtitle, when applicable), edition number (if indicated), place, publisher, year of issue:

BRUNER, E. M. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W.; BRUNER, E. M. *The anthropology of experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986. p. 139-155.

3.4.3 – Article/paper in journal: author(s), title of article, name of the journal (in italics), place, year and/or volume, number, initial and final page of the article, date.

WHITE, H. The value of narrativity in the representation of real. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

3.4.4 – Article in newspaper: author(s), title of the article, name of the newspaper (in italics), place, date, section or part, page (if there is a specific section, the page precedes the date):

TOURAINÉ, A. O recuo do islamismo político. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

3.4.5 – Academic works: complete reference followed by the type of document, degree, academic affiliation, place and date as indicated in the document:

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade*. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

3.4.6 – Scientific events: name of the event, number (if there is), year and place (city), title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher and date of publication:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

3.4.7 – Paper presented at a scientific event: author(s), title of the paper presented followed by the expression “In:”, name of the event, number (when applicable), year and place (city) where the event occurred, title of the document (annals, acts, abstracts, etc., in italics), place of issue, publisher, date of publication and initial and final pages of the paper:

STOCKLE, V. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos [...]* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

3.4.8 – Documents in electronic media must be listed under the specific sort of support (CD-ROM, disk, etc.); for documents consulted online the full web address and date of access (day, month and year) must be indicated:

CEISAL – CONGRESO EUROPEO DE LATINOAMERICANISTAS, 3., 2002, Amsterdam. *Cruzando fronteras en América Latina*. Amsterdam: CEDLA: Radio Nederland Wereldroep. 1 CD-ROM.

ALVES, D. Notas sobre a condição do praticante budista. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 9, p. 57-80, jan./jun. 2006. Available at: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/2767/1382>. Accessed: 5 jun. 2013.

3.5 – In the main body of the text, authors must follow a consistent typographical style and use capital letters only when absolutely necessary:

- a) italics: for foreign words and emphasis;
- b) double quotes: in direct quotes with less than 3 lines; in words which have an unusual connotation and in those which should receive particular emphasis;
- c) **bold** type and underlining should be avoided.

4 – Any illustrations (including diagrams and graphics) must be sent in TIFF format (without compression), in the final size intended for publication and at 300 dpi resolution. Maximum width: 4.56 inches (11,6 cm) and maximum height: 6.3 inches (16 cm) or 1368 by 1890 pixels.

5 – The images (photos, illustrations, etc.) must each include an official release for reproduction and publication, whatever their source: whether available online, taken from the bibliography of reference, or part of a collection, etc.

For each image published in the article, information must be provided as to which type of permission for reproduction it requires and relevant data, for example:

5.1 – If self-authored, attest in writing to that origin and to the fact that reproduction does not infringe the rights of others (as, for example, in the unauthorized use of a person's photo image);

5.2 – If in the public domain, indicate a reliable source of this information and provide additional credits to accompany the image. Note that the time lapse required to enter the public domain changes from country to country. In some countries the need for authorization of images remains even after a text has entered public domain, due to the understanding that the work's liberation does not automatically extend to the images associated with it or to the person responsible for its custody;

5.3 – If released as a matter of policy by the original source, indicate where this information appears and provide the additional credits that attest to this fact;

5.4 – if licensed under Creative Commons, indicate under which specific modality of this license (type and version) and provide the additional credits stating this fact;

5.5 – if copyrighted image, provide written permission from the copyright holder. Information on the requirements of the credit release should also accompany the Image. When requesting authorization, be sure to inform the copyright holder that the article will be published under a Creative Commons CC BY 4.0 license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.en>), as this information is relevant to the copyright holder's decision on the terms and conditions of release.

The authorization must contain:

- a) the name of the author of the article;
- b) a statement that the image is intended for publication in Horizontes Antropológicos;
- c) the description of the image being authorized, so that it is possible to identify it;

5.6 – all information about the image and authorizations of use are of the author's responsibility. This data should be sent to the journal in a complete and organized form that is easily verifiable; images with inaccurate or incomplete information will not be published.

6 – The publication of the articles will be decided by the editors of the journal and the coordinators of the issue, taking into consideration the peer reviews.

7 – In order to broaden the collection of collaborations, *Horizontes Antropológicos* makes a wide dissemination of the theme of its forthcoming issues and of the respective coordinators on the back cover of the issues, on its website (<https://www.ufrgs.br/ppgashorizontesantropologicos>), on social media, on specialized blogs and on newsletters of social sciences professional associations.

Copyright statement

Submission of works automatically implies the immediate and free assignment of copyright to the journal, which is affiliated to the Creative Commons Attribution CC-BY 4.0 license. The author is fully responsible for the content of the article and continues to hold all copyrights for subsequent publication and must, if possible, include the reference to the first publication in *Horizontes Antropológicos*.

The articles, after examination by the editors, are evaluated by experts from national and international institutions of teaching and/or research. To be accepted for publication, the articles must be considered by the editors, must receive two favorable reviews and incorporate suggestions of the reviewers in their final version.

There is no fee for submission, evaluation and publication of articles.

Temas dos números anteriores

1995

- 1 Gênero
- 2 Antropologia visual
- 3 Religiões afro-americanas

1996

- 4 Comida

1997

- 5 Diferenças culturais
- 6 Sociedades indígenas
- 7 Histórias da antropologia

1998

- 8 Religião
- 9 Corpo, doença e saúde

1999

- 10 Diversidade cultural e cidadania
- 11 Música e sociedade
- 12 Cultura oral e narrativas

2000

- 13 A cidade moderna
- 14 Relações interétnicas

2001

- 15 Antropologia e política
- 16 Natureza e cultura

2002

- 17 Sexualidade e Aids
- 18 Arqueologia e sociedades tradicionais

2003

- 19 Imigração e fronteiras
- 20 Antropologia e turismo

2004

- 21 Antropologi@web
- 22 Cultura escrita e práticas de leitura

2005

- 23 Patrimônio cultural
- 24 Antropologia e performance

2006

- 25 Antropologia e meio ambiente
- 26 Direitos sexuais

2007

- 27 Religião e política
- 28 Antropologia e consumo

2008

- 29 Antropologia e arte
- 30 Antropologia e esporte

2009

- 31 Circulação internacional
- 32 Etnografias

2010

- 33 Antropologia e estilos de vida
- 34 Antropologia e ciclos de vida

2011

- 35 Ciência, poder e ética
- 36 Cultura material

Temas dos números anteriores

2012

- 37 Teoria antropológica
- 38 Saberes e fazeres

2013

- 39 Antropologia e trabalho
- 40 Megaeventos

2014

- 41 Antropologia e políticas globais
- 42 Sofrimento e violência

2015

- 43 Diásporas
- 44 Cultura e aprendizagem

2016

- 45 Economia e cultura
- 46 Tecnologias de governo: etnografias de práticas e políticas

2017

- 47 Gênero e sexualidade, saberes e intervenções
- 48 Antropologia e animais
- 49 Antropologia, etnografia e educação

2018

- 50 Políticas de inclusão
- 51 Sistemas xamânicos e novos xamanismos
- 52 A religião no espaço público

2019

- 53 Antropologia dos museus
- 54 Antropologia e emoções
- 55 Arte e cidade

2020

- 56 Imitação, simulacro e falsificação
- 57 Antropologia da biossegurança
- 58 Antropologia histórica e povos indígenas

2021

- 59 Covid-19. Antropologias de uma pandemia
- 60 Antropologia da criança
- 61 Governança reprodutiva

2022

- 62 História das antropologias do mundo
- 63 Negritude e relações raciais
- 64 Antropologia e deficiência

2023

- 65 Antropologia e democracia
- 66 Antropologia e crise ambiental
- 67 Antropologia, artes e políticas

2024

- 68 Etnografias do digital
- 69 Depois da Covid-19

Números de *Horizontes Antropológicos* a serem publicados em 2025/2026

Número 71

Territorialidades negras e indígenas

organizado por Sergio Baptista da Silva, João Daniel Dorneles Ramos,
Cauê Fraga Machado e Sandro José da Silva

Envio de artigos: de 01/10/2023 a 31/01/2024

Número 72

Corpo

organizado por Ceres VÍctora, Jean Segata, José Miguel Nieto Olivar
e Sahra Gibbon

Envio de artigos: de 01/02/2024 a 30/06/2024

Número 73

Parentalidades

organizado por Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Fernanda Ribeiro
e Carla Villalta

Envio de artigos: de 01/06/2024 a 31/10/2024

Número 74

África – Caribe: colonialismo e relações raciais

organizado por Handerson Joseph, José Carlos dos Anjos
e Cláudio Alves Furtado

Envio de artigos: de 01/10/2024 a 28/02/2025

Número 75

Corpos do Antropoceno

organizado por Maria Paula Prates, Laura Montesi e Sahra Gibbon

Envio de artigos: de 01/11/2024 a 30/06/2025

Submissão de artigos em: <https://seer.ufrgs.br/horizontesantropologicos>

Ensaio sobre o Tema: Antropologia do desenvolvimento: balanço histórico, problemas e perspectivas – Guilherme F. W. Radomsky; Pablo Quintero / **Artigos:** Programas de desenvolvimento como mercadorias e dispositivos de concorrência: aproximações a partir de um caso australiano em Timor-Leste – Ana Carolina R. Oliveira; Kelly Cristiane da Silva / La hegemonía de la infraestructura. Ambiente, desarrollo y las grietas del consenso en la Provincia de Córdoba, Argentina – Adrián Koberwein / Água e desenvolvimento: análise de dispositivos governamentais brasileiros para a gestão dos recursos hídricos – Natália Morais Gaspar / *Cuadros para verdura y rastros* en el campo: estilos diferentes pero articulados de producción agrícola en la Quebrada de Humahuaca, noroeste argentino – Jorge Luis Cladera / Desenvolvimento e geocopolítica da energia: uma antropologia da transição energética e dos confrontos por hegemonia no sistema interestatal – Andrey Cordeiro Ferreira / Um desastre licenciado em nome do progresso e do desenvolvimento: um estudo do lago de óleo na Comunidade Quilombola Ilhotinha, Santa Catarina, Brasil – Andréia Gimenes Amaro; Viviane Kraieski de Assunção / (Re)existência quilombola diante de políticas de desenvolvimento: as lutas na comunidade Anastácia, em Viamão (RS) – Eleandra Raquel da Silva Koch; Lorena Cândido Fleury; Marília Luz David / Música e desenvolvimento, da tradição à inclusão social: um estudo de caso com a Banda Filarmônica Minerva em Morro do Chapéu (BA) – Paula Bessa Braz / Del “fuera de lugar” a los territorios excéntricos: coyotes y relacionamientos multiespecie en San Gerardo de Oreamuno, Costa Rica – Luis M. Barboza-Arias; Flávia Charão-Marques / Antropologia do desenvolvimento em tempos de mudança: discursos, intervenções e territórios em disputa – **Espaço Aberto:** Covid longa, a pandemia que não terminou = Long COVID, the unending pandemic – Jean Segata; Ilana Löwy

Temas dos próximos números e organizadores:

Territorialidades negras e indígenas – Sergio Baptista da Silva,
João Daniel Dorneles Ramos, Cauê Fraga Machado e Sandro José da Silva
Corpo – Ceres Víctora, Jean Segata, José Miguel Nieto Olivar e Sahra Gibbon
Parentalidades – Patrice Schuch, Fernanda Rifiotis, Fernanda Ribeiro e Carla Villalta
África – Caribe: colonialismo e relações raciais – Handerson Joseph,
José Carlos dos Anjos e Cláudio Alves Furtado
Corpos do Antropoceno – Maria Paula Prates, Laura Montesi e Sahra Gibbon